

Universidade Aberta de Lisboa
Departamento de Ciências Sociais e Humanas

Tese de Doutoramento em Geografia Humana

Desenvolvimento em Meio Rural - Contributos da
Emigração e do Regresso. Aplicação ao Concelho de
Boticas na Região Barrosã

Orientadora - Professora Doutora Maria da Conceição Pereira Ramos
Faculdade de Economia da Universidade do Porto
Co-orientadora - Professora Doutora Maria Manuela Malheiro Dias
Universidade Aberta de Lisboa

Maria Ortelinda Barros Gonçalves
2007

Agradecimentos

Um trabalho desta índole não seria possível sem a colaboração directa ou indirecta de outros. Não sendo possível nomear todos os que me prestaram o seu apoio, não quero, nem posso, deixar de relevar algumas dessas colaborações:

A Professora Doutora Maria da Conceição Pereira Ramos, minha orientadora nesta tese. Os seus ensinamentos e conselhos, aliados à sua grande sensibilidade e amizade, tornaram possível esta tarefa. A inserção e participação activa em Congressos e em Projectos de Investigação, que a mesma me proporcionou, revelaram-se muito úteis para a progressão científica deste trabalho. Para ela o meu mais sentido agradecimento.

A Professora Doutora Manuela Malheiro Dias, co-orientadora. Agradeço a sua permanente disponibilidade e as preciosas críticas e sugestões.

O Dr. Abílio Marques - Director do Instituto de Formação Bancária. O meu sincero agradecimento, pela leitura atenta de todo o trabalho, por suas sugestões, pelo incentivo permanente, pela motivação, pela amizade sempre demonstrada.

A Professora Doutora Paula Cristina Remoaldo - Directora do Departamento de Geografia da Universidade do Minho-, pela sua amizade e incentivo à investigação científica. Muito obrigada.

O Presidente da Câmara de Boticas – Eng. Fernando Campos-, Carminda de Barros, Inês Ponteira, os Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho estudado, pela sua inestimável abertura e colaboração no atinente ao preenchimento dos inquéritos por questionário. A todos muito obrigada.

O Senhor Adérito Alves, do Instituto Nacional de Estatística, do Porto, em razão da grande disponibilidade institucional e pessoal demonstrada. Muito obrigada.

A Engenheira Sara de Magalhães. Muito obrigada, pela amizade, pelo apoio, pelo incentivo.

A todos os meus amigos, para quem este trabalho tem um sabor muito particular. Embrenhada na pesquisa e desenvolvimento desta tese, aos poucos fui deixando de contactá-los. Mas não os esqueci. Para vós, Doutora Helena Morais, Doutora Lucinda Coelho, Professora Manuela Castro Rocha! Obrigada pela amizade.

À memória de meu pai, que presenciou ainda o início desta árdua tarefa.

A toda a minha família, o meu MUITO OBRIGADA.

Pelas longas ausências, pelas presenças incompletas, pelo que soubemos e tivemos de enfrentar em comum, este trabalho, esta tese, é, antes de mais, para vós, Francisca e Manuel.

Resumo

Embora a ruralidade englobe traços comuns, o meio rural caracteriza-se por uma imensa diversidade. Estabelecer tipologias capazes de captar esta diversidade é uma das mais importantes missões das pesquisas contemporâneas, voltadas para a dimensão espacial do desenvolvimento. A fim de contribuirmos para esta missão e para uma maior intervenção no território em estudo – concelho de Boticas na Região Barrosã -, procuramos responder às seguintes questões: - Quais as implicações da dinâmica da emigração/regresso no desenvolvimento do território em estudo? - Que políticas/estratégias de gestão territorial devem ser implementadas para a fixação/atracção da população?

Neste contexto, a presente investigação alicerçou-se em diversas fontes de informação numa lógica multi-método, integrando técnicas de inquirição, de observação e de análise documental. Esta complementaridade metodológica possibilitou à pesquisa uma maior amplitude de informação e uma maior riqueza, sendo construída, reformulada, testada e reconstruída por indução analítica.

Consideramos oportuno potenciar (facilitando/apoiando) as forças (recursos) do espaço rural em estudo, valorizando, as capacidades, o *Know-how* e as mudanças sociais, económicas e culturais que os ex-emigrantes e os emigrantes actuais, enquanto actores transnacionais de desenvolvimento, induzem, de forma directa ou indirecta, na comunidade local, dando sugestões para superar os obstáculos à criação de capital social.

Abstract

Although rurality encloses common traits, rural habitat is characterised by an immense diversity. One of the most important missions of the nowadays researches, oriented to the spatial dimension of development, is to establish typologies, able to capture that diversity. So as to contribute to this mission and to a larger intervention in the territory under study – Region of Boticas in the Barrosã Region -, we intend to answer to the following questions: - which are the implications of the dynamics of the emigration/return in the development of the territory under study? - Which policies/strategies of territorial management should be implemented for the fixation/attraction of the population?

In this context, the current investigation is based on several sources of information in a multi-method logic, integrating inquiring, observation and document analyses techniques. This method has allowed the research a larger perspective of information and a bigger richness, as it was constructed, reformulated, tested and rebuilt by analytical induction.

We thought of utmost importance to strengthen (facilitating/supporting) the capital (resources) of the rural space under study, highlighting, the capacities, the Know-how and the social, the economic and the cultural changes of the ex-emigrants and the current emigrants, whereas transnational actors of development, promoting directly and indirectly the local community, giving suggestions to overcome the obstacles to the creation of social capital.

Sumário

Resumo	5
INTRODUÇÃO	23
PARTE I	30
CAPÍTULO I – TEORIAS DAS MIGRAÇÕES	30
1. Teoria das Migrações – Perspectiva de Equilíbrio. Os Modelos de Atracção – Repulsão. De Ravenstein a Everett Lee: as “Leis da Migração”	32
2. Modelo Micro Económico	33
3. Teoria do Capital Humano.....	36
4. Abordagem Macro e Histórico-Estrutural da Migração	38
5. Modos de Incorporação. Segmentação do Mercado de Trabalho e Economia Informal. Teorias Dualistas do Mercado de Trabalho, Economia Informal e Enclaves Étnicos	40
6. Teoria do Sistema – Mundo e a Tese da Globalização.....	42
7. Teoria dos Sistemas Migratórios e as Redes Sociais	45
8. Transnacionalismo	47
9. A Lei como Condicionante dos Fluxos Migratórios Internacionais	52
10. O Espaço Schengen	59
11. Emigração e Desenvolvimento	62
CAPÍTULO II – ESPAÇO, REGIÃO E TERRITÓRIO	71
1. A Geografia Tradicional	71
2. A Nova Geografia ou Geografia Teorética – Quantitativa	75
3. As Novas Tendências Geográficas Alternativas.....	78
CAPÍTULO III – CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO	82
1. Conceitos e Evolução.....	82
2. As Teorias Territoriais do Desenvolvimento Económico – da Questão Regional à Questão Local	90
2.1 Adam Smith.....	91
2.2 Thomas Malthus, Karl Marx, Durkheim e Max Weber	92
2.3 Harrod – Domar	95
2.4 Solow.....	96
2.5 Schumpeter e a teoria da inovação.....	100
2.6 A Teoria do crescimento endógeno	103
2.6.1 Os modelos de Romer e Lucas.....	104
2.6.2. O capital social e a cooperação	106
3. “Os Distritos Industriais” (“Clusters”) - “Arranjos Produtivos Locais” e “Le Milieu Innovateur”	107
CAPÍTULO IV – DESENVOLVIMENTO RURAL	112
1. Conceito de Rural	112
2. Contexto.....	114
3. Políticas de Desenvolvimento Rural.....	117
3.1. Integração do conceito de desenvolvimento rural nas políticas europeias.....	117
3.2. Principais políticas de desenvolvimento rural	118
3.2.1. Reflexos da política agrícola comum nos novos espaços rurais a partir dos anos 80.....	118
3.2.1.1 Conceito e instrumentos da PAC	118

3.2.1.2 <i>Uma política em evolução – o mundo rural como pilar de desenvolvimento sustentável</i>	120
3.2.1.3 <i>O direito agrícola comunitário</i>	125
3.2.1.4 <i>Reflexões sobre o futuro da PAC</i>	127
3.2.1.5 <i>A PAC e os PECOS</i>	128
3.2.2 <i>Fundos estruturais e fundos de coesão</i>	129
3.2.2.2 <i>INTERREG</i>	131
3.2.2.3 <i>Os programas LEADER</i>	133
4. Programa de Desenvolvimento Rural para 2007 – 2013	137
5. Terciarização – Mundo Rural em Mudança e Reequilíbrio Territorial	141
5.1 <i>Os agentes de desenvolvimento em pequenos territórios rurais</i>	142
5.1.1 <i>Administrações públicas</i>	143
5.1.2 <i>O Empresário e as pequenas e médias empresas</i>	144
5.1.3 <i>Associações e agências de desenvolvimento local (ADL)</i>	147
5.2 <i>Os pequenos negócios rurais</i>	149
6. Desenvolvimento Rural – Que Oportunidades?	151
PARTE II	158
CAPÍTULO V – METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	158
1. Abordagem Paradigmática da Investigação: entre o Objectivismo e o Subjectivismo	158
2. Métodos e Técnicas de Recolha de Informação	159
2.1 <i>Observação, pesquisa documental e entrevistas exploratórias</i>	159
2.2 <i>Os inquéritos</i>	161
2.2.1 <i>O questionário</i>	161
2.2.2 <i>Pré-teste</i>	162
2.2.3 <i>A amostragem</i>	162
2.2.4 <i>Preenchimento do inquérito</i>	164
2.3 <i>Inquérito por entrevista ao emigrante regressado</i>	165
2.4 <i>Análise e interpretação de dados</i>	166
PARTE III	168
CAPÍTULO VI – O CONCELHO DE BOTICAS	168
1. Localização Geográfica	168
2. Caracterização Sócio-económica do Concelho de Boticas	172
2.1 <i>População</i>	172
2.2 <i>População activa</i>	194
2.3 <i>Escolaridade</i>	202
2.4 <i>Desemprego</i>	207
2.5 <i>Agricultura local</i>	215
2.5.1 <i>Os Produtores</i>	232
2.6 <i>Estrutura empresarial</i>	241
2.7 <i>Poder de compra</i>	250
3. Acessibilidades	252
3.1 <i>Infra-estruturas rodoviárias</i>	253
3.2 <i>Infra-estruturas aéreas</i>	255
3.3 <i>Infra-estruturas ferroviárias</i>	256
CAPÍTULO VII – CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DO EMIGRANTE REGRESSADO AO CONCELHO DE BOTICAS	258
1. Caracterização da Amostra	258

1.1	<i>Género</i>	258
1.2	<i>Idade</i>	259
1.3	<i>Escolaridade</i>	260
2.	Círculo Migratório	262
2.1	<i>Destinos da emigração</i>	262
2.2	<i>Década de emigração</i>	263
2.2.1	<i>Décadas de emigração do emigrante regressado segundo o primeiro país de imigração</i>	266
2.3	<i>Tempo de estadia no país de imigração e ano de regresso</i>	272
2.3.1	<i>Motivos de regresso e quadro familiar do ex-emigrante</i>	273
3.	Emigração – Regresso e Mobilidade	284
3.1	<i>Mobilidade sócio-ocupacional</i>	284
3.2	<i>Mobilidade geográfica</i>	305
3.3	<i>Re (integração) social no local de regresso</i>	313
4.	Impacto Local do Ex-emigrante	319
4.1	<i>Impacto económico</i>	319
4.2	<i>Impacto cívico</i>	321
5.	Percepção das Carências Locais por parte do Ex-emigrante	335
6.	Iniciativas Empresariais dos Emigrantes Regressados – Estratégias e Perspectivas de Desenvolvimento Local.	348
6.1	<i>Análise dos casos</i>	349
6.1.1.	<i>Características demográficas, socioculturais e percursos de vida.</i>	349
6.1.2	<i>Identificação, caracterização e evolução das empresas</i>	359
6.1.3.	<i>Avaliação global da empresa</i>	374
6.1.4.	<i>Apoio institucional e perspectivas de desenvolvimento local</i>	377
CAPÍTULO VIII – EMIGRAÇÃO PRESENTE OU RECENTE NO CONCELHO DE BOTICAS		387
1.	Análise Sócio-demográfica da Amostra	387
1.1	<i>Género/idade</i>	387
1.2	<i>Estado civil</i>	389
1.3	<i>Naturalidade</i>	389
1.4	<i>Nacionalidade</i>	391
1.5	<i>Residência</i>	393
1.6	<i>Habilitação literárias</i>	394
2.	Quadro Familiar	395
2.1	<i>Cônjuges</i>	395
2.1.1	<i>Género/idade</i>	395
2.1.2	<i>Nacionalidade</i>	396
2.1.3	<i>Naturalidade</i>	396
2.1.4	<i>Residência</i>	396
2.1.5	<i>Habilitações literárias</i>	396
2.2	<i>Filhos dos inquiridos</i>	400
2.2.1	<i>Número de filhos</i>	400
2.2.2	<i>Género/idade</i>	400
2.2.3	<i>Naturalidade</i>	401
2.2.4	<i>Nacionalidade</i>	401
2.2.5	<i>Residência dos filhos</i>	403
2.2.6	<i>Habilitações literárias</i>	403

2.2.7	<i>Frequência dos filhos em cursos de língua portuguesa</i>	404
2.3	<i>Reagrupamento familiar</i>	418
3.	Situação Profissional – Passado e Presente	420
4.	Migração – Trajectórias e Representações	426
4.1	<i>Mobilidade geográfica</i>	426
4.2	<i>Envio de dinheiro para Portugal</i>	433
4.3	<i>Lealdade ou pertença</i>	438
4.4	<i>Desejo de um eventual regresso</i>	443
4.5	<i>Problemas perspectivados pelos inquiridos quanto ao seu eventual regresso</i>	447
4.6	<i>Desejo de manter uma actividade laboral no regresso</i>	449
5.	Participação e Integração	452
5.1	<i>Participação cívica e política</i>	456
CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES DO ESTUDO E FUTURAS INVESTIGAÇÕES ...		462
1.1	<i>Os Resultados da Investigação</i>	463
1.1.1	<i>Alterações demográficas, económicas e sociais no concelho em estudo no decénio de 1991-2001, por freguesia</i>	463
1.1.2	<i>Estratégias de inserção económica e social do emigrante regressado e o seu impacto enquanto agente de inovação e de desenvolvimento local</i>	469
1.1.3	<i>O emigrante presente/recente, enquanto actor do desenvolvimento</i>	473
1.2.	<i>Status quo da intervenção territorial local</i>	477
1.3	<i>Limitações do estudo e futuras investigações</i>	480
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		482
ANEXOS E APÊNDICES		532
Anexos ao Capítulo V		532
Anexos ao Capítulo VI		557
Apêndices ao Capítulo VI		582
Apêndices ao Capítulo VII		611
Anexos ao Capítulo VII		618
Anexos ao Capítulo VIII		619

Índice dos anexos e apêndices

Anexos ao Capítulo V

Anexo V - 1: Inquérito ao emigrante regressado	532
Anexo V - 2: Inquérito ao emigrante presente/recente	543
Anexo V - 3: Guião das entrevistas aos empresários emigrantes regressados	553

Anexos ao Capítulo VI

Anexo VI - 1: Variação da população na Região Norte entre 1991 e 2001.....	557
Anexo VI - 2: População residente e respectiva variação entre 1960 e 2001.....	557
Anexo VI - 3: Referências dos livros onde foram consultados os dados dos passaportes deferidos aos emigrantes do concelho de Boticas desde 1960 até 1988.....	558
Anexo VI - 4: Número de casos de emigração por ano de emigração.....	559
Anexo VI - 5: Densidade populacional das freguesias de Boticas em 2001.	562
Anexo VI - 6: Evolução da população residente por freguesia no concelho de Boticas entre 1991 e 2001.....	562
Anexo VI - 7: Pirâmides etárias das freguesias do concelho de Boticas para 1991 e 2001.	563
Anexo VI - 8: Nível de escolaridade do concelho Boticas, por sexo, 1991 e 2001 em %.	568
Anexo VI - 9: Taxa de desemprego em 1991 e 2001.	568
Anexo VI - 10: Percentagem da população desempregada, segundo a condição de procura de emprego, em 1991 e 2001.....	568
Anexo VI - 11: Gráficos 33 e 34 - Distribuição da população desempregada, das freguesias do concelho de Boticas, segundo a condição de procura de trabalho, 1991 e 2001	569
Anexo VI - 12: Gráficos 35 - Distribuição da população empregada por sectores de actividade económica, 1991.....	571
Anexo VI - 13: Gráfico 36 - Distribuição da população empregada por sectores de actividade económica, 2001.....	572
Anexo VI - 14: Gráfico 37 - Percentagem dos produtores agrícolas, segundo a idade, 1999.	573
Anexo VI - 15: Distribuição dos produtores agrícolas das freguesias do concelho de Boticas, segundo o tempo de actividade na exploração, 1999.....	573
Anexo VI - 16: Número de empresas e de sociedades em 1997 e 2001.....	574
Anexo VI - 17: Número de sociedades dissolvidas.	574
Anexo VI - 18: Comerciantes e prestação de serviços por freguesia em 2003	575
Anexo VI - 19: Evolução da percentagem do poder de compra da R. Norte e do c. Boticas, entre 1993 e 2005.....	581

Apêndices ao Capítulo VI

Apêndice VI - 1 à Figura 2: Variação da população em Portugal Continental, 1991 – 2001.	582
Apêndice VI - 2 ao Gráfico 1: Evolução da população residente da Região Norte entre 1991- 2001.....	586
Apêndice VI - 3 ao Gráfico 2: Evolução da população do Alto-Trás-os-Montes entre 1991 e 2001.....	586

Apêndice VI - 4 à Figura 3: Densidade populacional das freguesias do concelho de Boticas em 1991.....	587
Apêndice VI - 5 à Figura 4: Densidade populacional das freguesias do concelho de Boticas em 2001.....	587
Apêndice VI - 6 ao Gráfico 3: População residente, por freguesia, no concelho de Boticas em 1991 e 2001.....	588
Apêndice VI - 7 aos Gráficos 4, 5, 6 e 7: Valores das pirâmides etárias para todas as freguesias do concelho de Boticas, 1991.	589
Apêndice VI - 8 aos Gráficos 4, 5, 6 e 7: Valores das Pirâmides Etárias para todas as freguesias do concelho de Boticas, 2001.	590
Apêndice VI - 9 à Figura 5: Índice de envelhecimento no concelho de Boticas, em 2001.	591
Apêndice VI - 10 ao Gráfico 8: Projecção da população do concelho de Boticas para 2010.	591
Apêndice VI - 11 aos Gráficos 9 e 10: Estrutura da população inactiva em 1991 e 2001.	592
Apêndice VI - 12 ao Gráfico 11 e ao Quadro 9: Taxa de actividade de 1991 e 2001 nas freguesias do concelho de Boticas e respectivas variações.	593
Apêndice VI - 13 ao Gráfico 12: Taxa de analfabetismo em 1991 e 2001.....	593
Apêndice VI - 14 à Figura 6: Percentagem de população por nível de instrução em 1991 e 2001.....	594
Apêndice VI - 15 ao Gráfico 13: Distribuição da população das freguesias do concelhos de Boticas, por nível de instrução, em 1991, %.....	594
Apêndice VI - 16 ao Gráfico 14: Distribuição da população das freguesias do concelhos de Boticas, por nível de instrução, em 2001, %.....	595
Apêndice VI - 17 ao Gráfico 15: Taxa de desemprego em 1991 e 2001.....	595
Apêndice VI - 18 ao Gráfico 16: Taxa de desemprego das freguesias do concelho de Boticas, 1991 e 2001.....	596
Apêndice VI - 19 ao Quadro 12: Taxa de desemprego entre 1991 e 2001 nas freguesias do concelho de Boticas.	597
Apêndice VI - 20 ao Gráfico 17: Percentagem da população desempregada, segundo a condição de procura de emprego e sexo, concelho de Boticas.	597
Apêndice VI - 21 à Figura 7: População residente empregada, por sector de actividade económica, em 1991 e 2001.	598
Apêndice VI - 22 ao Gráfico 18: Percentagem da população activa por sector de actividade económica e sexo, concelho de Boticas.	598
Apêndice VI - 23 ao Gráfico 19: Percentagem das explorações agrícolas, segundo a utilização das terras, 1999.....	599
Apêndice VI - 24 ao Gráfico 20: Ocupação do solo agrícola e florestal em Portugal Continental, 1999.....	599
Apêndice VI - 25 ao Gráfico 21: Percentagem da superfície ocupada pelas principais culturas no concelho de Boticas, 1999.....	600
Apêndice VI - 26 ao Gráfico 22: Percentagem da superfície ocupada pelas principais culturas nas freguesias de Boticas.	600
Apêndice VI - 27 ao Gráfico 23: Média de equipamentos agrícolas por exploração... 601	601
Apêndice VI - 28 ao Gráfico 24: Quadro XXVIII (referente ao gráfico 24) - Total de máquinas agrícolas existentes nas freguesias do concelho de Boticas	601
Apêndice VI - 29 ao Gráfico 25: Número de animais no concelho de Boticas.....	602

Apêndice VI - 30 ao Gráfico 27: Percentagem dos produtores agrícolas, segundo o sexo.	602
Apêndice VI - 31 ao Gráfico 28: Distribuição dos produtores agrícolas das freguesias do concelho de Boticas, segundo o sexo.....	602
Apêndice VI - 32 ao Gráfico 29: Distribuição dos produtores agrícolas das freguesias do concelho de Boticas, por idade.	603
Apêndice VI - 33 ao Gráfico 30: Percentagem dos produtores agrícolas, por nível de instrução.....	603
Apêndice VI - 34 ao Gráfico 31: Percentagem dos produtores agrícolas, das freguesias do concelho de Boticas, por nível de instrução.	604
Apêndice VI - 35 ao Gráfico 32: Distribuição dos produtores agrícolas das freguesias do concelho de Boticas, segundo o tempo de actividade na exploração, 1999.	604
Apêndice VI - 36 à Figura 8: Média de hectares por exploração agrícola, no concelho de Boticas.	605
Apêndice VI - 37 ao Gráfico 33: Percentagem do volume de vendas das sociedades com sede na região, segundo a CAE em 2001.....	605
Apêndice VI - 38 ao Gráfico 34: Percentagem de pessoal ao serviço nas sociedades com sede na região segundo a CAE em 2001.....	606
Apêndice VI - 39 ao Gráfico 35: Evolução do indicador per capita do poder de compra da R. Norte e do C. Boticas, entre 1993 e 2000.....	606
Apêndice VI - 40 Gráfico 36: Evolução da percentagem do poder de compra da R. Norte e do C. Boticas, entre 1993 e 2000.	607
Apêndice VI - 41 aos Gráficos 1 – 32, em anexo VII: Valores das pirâmides etárias para todas as freguesias do concelho de Boticas, 1991.	607
Apêndice VI - 42 aos Gráficos 1 – 32, em anexo VII : Valores das pirâmides etárias para todas as freguesias do concelho de Boticas, 2001.	608
Apêndice VI - 43 aos Gráficos 33 e 34, (em anexo XI): Distribuição da população desempregada, das freguesias do concelho de Boticas, segundo a condição de procura de emprego.....	609
Apêndice VI - 44 aos Gráficos 35 e 36 (em anexo XII e XIII, respectivamente): Distribuição da população empregada por sectores de actividade económica, 1991 e 2001.	610
Apêndice VI - 45 ao Gráfico 37, em anexo XIV: Percentagem dos produtores agrícolas, segundo a idade, 1999.....	610

Apêndices ao Capítulo VII

Apêndice VII - 1 ao Gráfico 1: Género dos emigrantes regressados.....	611
Apêndice VII - 2 ao Gráfico 2: Década de emigração do emigrante regressado.....	611
Apêndice VII - 3 ao Gráfico 3: Tempo de estadia no país de imigração do emigrante regressado.	611
Apêndice VII - 4 ao Gráfico 4: Companhia do cônjuge durante o período de imigração.	612
Apêndice VII - 5 ao Gráfico 5: Ocupação profissional antes da emigração.....	612
Apêndice VII - 6 ao Gráfico 6: Como falavam a língua no país de imigração.	613
Apêndice VII - 7 ao Gráfico 7: Poder de compra e nível de vida antes da emigração.	613
Apêndice VII - 8 ao Gráfico 8: Poder de compra e nível de vida no país de imigração.	614
Apêndice VII - 9 ao Gráfico 9: Ocupação profissional após o regresso.....	614

Apêndice VII - 10 ao Gráfico 10: Poder de compra e nível de vida após o regresso... 615	615
Apêndice VII - 11 ao Gráfico 11: Poder de compra e nível de vida actuais. 615	615
Apêndice VII - 12 ao Gráfico 12: Poder de compra e nível de vida dentro de um período de 5 anos. 616	616
Apêndice VII - 13 ao Gráfico 13: Mobilidade geográfica antes da emigração. 616	616
Apêndice VII - 14 ao Gráfico 14: Visita ao país de imigração..... 617	617
Apêndice VII - 15 ao Gráfico 15: Recepção do emigrante..... 617	617

Anexos ao Capítulo VII

Anexo VII - 1: Formação profissional no país de imigração..... 618	618
Anexo VII - 2: Tipo de formação profissional no país de imigração, por género, segundo idade no momento da emigração 618	618

Anexos ao Capítulo VIII

Anexo VIII - 1: Idade do inquirido (grupos etários)..... 619	619
Anexo VIII - 2: Naturalidade do inquirido 619	619
Anexo VIII - 3: Nacionalidade do inquirido..... 620	620
Anexo VIII - 4: Estatuto de dupla cidadania do inquirido..... 620	620
Anexo VIII - 5: Habilitações literárias do inquirido..... 620	620
Anexo VIII - 6: Situação profissional actual 620	620
Anexo VIII - 7: Desejo de manter actividade laboral no regresso a Portugal pela idade do inquirido (grupos etários)..... 621	621
Anexo VIII - 8: Desejo de manter actividade laboral no regresso a Portugal e desejo de investir em Portugal 621	621

Índice dos Quadros, Figuras e Gráficos

Quadros do Capítulo IV

Quadro IV - 1: Principais planos, programas e documentos estratégicos relevantes de combate à desertificação 136	136
--	-----

Quadros do Capítulo VI

Quadro VI - 1: Crescimento natural em 1991 e 2001 nas freguesias do concelho de Boticas. 182	182
Quadro VI - 2: População e atractividade do concelho de Boticas. 183	183
Quadro VI - 3: Variação da população jovem e idosa em Portugal e Boticas entre 1991 e 2001. 186	186
Quadro VI - 4: Índice de envelhecimento em 2001..... 187	187
Quadro VI - 5: Índice de envelhecimento das freguesias do concelho de Boticas, em 1991 e 2001 e respectiva variação. 188	188
Quadro VI - 6: Variação da população jovem e idosa em Portugal e c.Boticas entre 1991 e 2001..... 190	190
Quadro VI - 7: Matriz dos bens e serviços de especialidade das áreas rurais. 193	193
Quadro VI - 8: Estrutura da população inactiva por categoria e sexo em 1991. 198	198
Quadro VI - 9: Estrutura da população inactiva por categoria e sexo em 2001. 199	199
Quadro VI - 10: Taxa de actividade por sexo, 1991 e 2001. 200	200
Quadro VI - 11: Variação da taxa de actividade nas freguesias do concelho de Boticas entre 1991 e 2001..... 202	202

Quadro VI - 12: Variação da taxa de desemprego, entre 1991 e 2001, nas freguesias do concelho de Boticas.	210
Quadro VI - 13: População residente empregada, segundo a situação na profissão e o sexo, no concelho de Boticas.	212
Quadro VI - 14: Variação da população nos diferentes sectores de actividade económica, das freguesias do concelho de Boticas, entre 1991 e 2001.....	214
Quadro VI - 15: Percentagem da superfície das explorações agrícolas, segundo a utilização das terras.....	216
Quadro VI - 16: População agrícola das diferentes freguesias do concelho de Boticas.	218
Quadro VI - 17: Utilização das terras das explorações agrícolas em Portugal, 1999... 219	219
Quadro VI - 18: Média de animais por exploração, no concelho de Boticas.	229
Quadro VI - 19: Produtor, segundo o tempo de actividade na exploração.....	238
Quadro VI - 20: Explorações com SAU, segundo a forma de exploração.	240
Quadro VI - 21: Volume de emprego, volume de negócios e respectiva variação entre 1996 e 2000.....	242
Quadro VI - 22: Percentagem das sociedades com sede na região, segundo a CAE, rev 2, 1997 e 2001.....	243
Quadro VI - 23: Percentagem de Empresas com sede na região, segundo a CAE em 1997 e 2001.....	247

Quadros do Capítulo VII

Quadro VII - 1: Idade actual.	259
Quadro VII - 2: Idade actual, segundo o género.....	260
Quadro VII - 3: Nível de escolaridade dos emigrantes regressados.	261
Quadro VII - 4: Nível de escolaridade dos emigrantes regressados, segundo o género.	261
Quadro VII - 5: Primeiro país de imigração.	267
Quadro VII - 6: Segundo país de imigração.	267
Quadro VII - 7: Primeiro país de imigração, por género, segundo a idade no momento da emigração.	268
Quadro VII - 8: Década de emigração, segundo o género.....	269
Quadro VII - 9: Idade no momento da emigração, segundo a década de emigração. ..	269
Quadro VII - 10: 1º país de imigração, segundo a década de emigração.	270
Quadro VII - 11: 2º país de imigração, segundo a década de emigração.	270
Quadro VII - 12: Razões da emigração.	271
Quadro VII - 13: Razões de emigração, por género,, segundo a idade no momento da emigração.....	271
Quadro VII - 14: Tempo de estadia no país de imigração, segundo o género.....	276
Quadro VII - 15: Tempo de estadia no país de imigração, segundo o primeiro país de imigração.	277
Quadro VII - 16: Ano de regresso.	278
Quadro VII - 17: Ano de regresso, segundo o género.	278
Quadro VII - 18: Razões do regresso.....	279
Quadro VII - 19: Número de filhos dos emigrantes regressados.....	280
Quadro VII - 20: Número de filhos nascidos no estrangeiro.....	280
Quadro VII - 21: Número de filhos que trabalham, estudam, não trabalham nem estudam.	281

Quadro VII - 22: Idade de regresso, segundo o número de filhos que trabalham.	281
Quadro VII - 23: Idade de regresso segundo o número de filhos que estudam.	282
Quadro VII - 24: Idade de regresso, segundo o número de filhos que não estudam nem trabalham.	282
Quadro VII - 25: Permanência dos filhos no país de imigração.	283
Quadro VII - 26: Motivos da permanência dos filhos no país de imigração.	283
Quadro VII - 27: Situação na profissão antes da emigração.	297
Quadro VII - 28: Situação na profissão antes da emigração, por género,	297
Quadro VII - 29: Como falavam a língua no país de imigração, segundo a idade no momento de emigração.	298
Quadro VII - 30: Ocupação profissional exercida no primeiro país de imigração.	298
Quadro VII - 31: Ocupação profissional do inquirido no 1.º país de imigração, por género, segundo a idade no momento de emigração.	299
Quadro VII - 32: Ocupação profissional no último emprego no país de imigração, por género, segundo a idade no momento da emigração.	300
Quadro VII - 33: Situação na profissão após o regresso.	301
Quadro VII - 34: Situação na profissão após o regresso, segundo o nível de escolaridade.	302
Quadro VII - 35: Ocupação profissional após o regresso, por género, segundo a idade no regresso.	303
Quadro VII - 36: Sector de actividade após o regresso, por género, segundo a situação na profissão após o regresso.	304
Quadro VII - 37: Poder de compra e nível de vida após o regresso, segundo o tempo de estadia.	305
Quadro VII - 38: Freguesia de residência antes da emigração.	308
Quadro VII - 39: Motivos por que mudaram de freguesia antes da emigração, segundo o género.	309
Quadro VII - 40: Freguesia de residência antes da emigração, segundo o regresso à mesma freguesia.	310
Quadro VII - 41: Razões de visita ao país de imigração.	311
Quadro VII - 42: Visita ao país de imigração, segundo a idade actual.	311
Quadro VII - 43: Razões de visita ao país de imigração, segundo a idade actual.	312
Quadro VII - 44: Regularidade de visita ao país de imigração.	312
Quadro VII - 45: Regularidade de visita ao país de imigração, segundo a idade actual.	312
Quadro VII - 46: Regularidade com que visita o país de imigração, segundo as razões de visita.	313
Quadro VII - 47: Recepção do emigrante, segundo o género.	316
Quadro VII - 48: Problemas de reinserção no concelho de Boticas.	317
Quadro VII - 49: Problemas de reinserção no concelho de Boticas, segundo a idade no regresso.	318
Quadro VII - 50: Investimento das poupanças antes da emigração.	324
Quadro VII - 51: Investimento das poupanças antes da emigração, segundo o género.	325
Quadro VII - 52: Investimento das poupanças após o regresso.	325
Quadro VII - 53: Investimento das poupanças, por género, segundo a idade no regresso.	326
Quadro VII - 54: Motivos pelos quais não pensam investir as suas poupanças.	327

Quadro VII - 55: Futuros investimentos, por género, segundo a idade no regresso.....	328
Quadro VII - 56: Inovações introduzidas, por género, segundo a idade no regresso. ..	329
Quadro VII - 57: Inovações introduzidas pelos emigrantes na agricultura.	329
Quadro VII - 58: Inovações introduzidas na agricultura , por género, segundo a idade no regresso.	330
Quadro VII - 59: Participação associativa no país de imigração.	331
Quadro VII - 60: Participação associativa no país de imigração, por género, segundo o nível de escolaridade.....	331
Quadro VII - 61: Tipo de participação associativa após o regresso.	332
Quadro VII - 62: Participação associativa após o regresso, por género, segundo o nível de escolaridade.....	332
Quadro VII - 63: Inscrição em partido político.	333
Quadro VII - 64: Ocupação de um cargo político.	333
Quadro VII - 65: Inscrição em partido político, por género, segundo o nível de escolaridade.	333
Quadro VII - 66: Ocupação de um cargo político.	334
Quadro VII - 67: Cargo político ocupado no poder local.	334
Quadro VII - 68: Cargo político ocupado no poder local, por género, segundo o nível de escolaridade.	334
Quadro VII - 69: Perspectivas de desenvolvimento no concelho de Boticas.	337
Quadro VII - 70: Perspectivas de desenvolvimento local, por género, segundo a idade no regresso.	337
Quadro VII - 71: Tipo de ajudas pretendidas pelos emigrantes regressados.....	338
Quadro VII - 72: Tipo de ajudas pretendidas após o regresso, por género, segundo a idade no regresso.	339
Quadro VII - 73: Medidas a implementar para melhorar a agricultura na região.	340
Quadro VII - 74: Tipo de indústria a implementar no concelho de Boticas.	341
Quadro VII - 75: Primeira medida a implementar no concelho de Boticas.....	342
Quadro VII - 76: Primeira medida a implementar no concelho de Boticas, por género, segundo a idade no regresso.	343
Quadro VII - 77: Segunda medida a implementar no concelho de Boticas.....	344
Quadro VII - 78: Segunda medida a implementar no concelho de Boticas, por género, segundo a idade no regresso.	345
Quadro VII - 79: Terceira medida a implementar no concelho de Boticas.	346
Quadro VII - 80: Terceira medida a implementar no concelho de Boticas, por género, segundo a idade no regresso.	347

Quadros do Capítulo VIII

Quadro VIII - 1: Sexo do inquirido.	388
Quadro VIII - 2: Idade do inquirido (grupos etários).	388
Quadro VIII - 3: Estado civil do inquirido	389
Quadro VIII - 4: Naturalidade dos inquiridos por região	390
Quadro VIII - 5: Naturalidade do inquirido (Freguesia).....	391
Quadro VIII - 6: Nacionalidade do inquirido	392
Quadro VIII - 7: Nacionalidade 2 do inquirido	393
Quadro VIII - 8: Estatuto de dupla cidadania do inquirido	393
Quadro VIII - 9: Residência actual do inquirido (País Estrangeiro).....	394
Quadro VIII - 10: Habilitações literárias do inquirido	395

Quadro VIII - 11: Sexo do cônjuge	397
Quadro VIII - 12: Idade do cônjuge (grupos etários)	397
Quadro VIII - 13: Estado civil do cônjuge	397
Quadro VIII - 14: Nacionalidade do cônjuge	398
Quadro VIII - 15: Naturalidade dos cônjuges por região	398
Quadro VIII - 16: Residência actual do cônjuge (País Estrangeiro).....	399
Quadro VIII - 17: Habilitações literárias do cônjuge	399
Quadro VIII - 18: Número de filhos do inquirido	406
Quadro VIII - 19: Vive com os filhos.....	406
Quadro VIII - 20: Duração da vivência com os filhos.....	406
Quadro VIII - 21: Sexo do filho (1º).....	406
Quadro VIII - 22: Sexo do filho (2º).....	407
Quadro VIII - 23: Sexo do filho (3º).....	407
Quadro VIII - 24: Idade do primeiro filho (grupos etários).....	407
Quadro VIII - 25: Idade do segundo filho (grupos etários)	408
Quadro VIII - 26: Idade do terceiro filho (grupos etários)	408
Quadro VIII - 27: Naturalidade do filho (1º)	409
Quadro VIII - 28: Naturalidade do filho (2º)	410
Quadro VIII - 29: Naturalidade do filho (3º)	410
Quadro VIII - 30: 1ª Nacionalidade do filho (1º)	411
Quadro VIII - 31: Estatuto de cidadania do filho (1º)	411
Quadro VIII - 32: 2ª Nacionalidade do filho (1º)	411
Quadro VIII - 33: 1ª Nacionalidade do filho (2º)	412
Quadro VIII - 34: Estatuto de cidadania do filho (2º)	412
Quadro VIII - 35: 2ª Nacionalidade do filho (2º)	412
Quadro VIII - 36: 1ª Nacionalidade do filho (3º)	413
Quadro VIII - 37: 2ª Nacionalidade do filho (3º)	413
Quadro VIII - 38: Residência no país de acolhimento do primeiro filho	414
Quadro VIII - 39: Residência no país de acolhimento do segundo filho (país).....	414
Quadro VIII - 40: Residência no país de acolhimento do terceiro filho (país).....	415
Quadro VIII - 41: Habilitações literárias adquiridas em Portugal (1º filho).....	415
Quadro VIII - 42: Habilitações literárias adquiridas no estrangeiro (1º filho)	415
Quadro VIII - 43: Habilitações literárias adquiridas em Portugal (2º filho).....	416
Quadro VIII - 44: Habilitações literárias adquiridas no estrangeiro (3º filho)	416
Quadro VIII - 45: Frequência de curso de língua e cultura portuguesa (1º filho)	416
Quadro VIII - 46: Frequência de curso de língua e cultura portuguesa (2º filho)	416
Quadro VIII - 47: Frequência de curso de língua e cultura portuguesa (3º filho)	417
Quadro VIII - 48: Instituição organizadora dos cursos de língua e cultura portuguesa (1º filho).....	417
Quadro VIII - 49: Instituição organizadora dos cursos de língua e cultura portuguesa (2º filho).....	417
Quadro VIII - 50: Instituição organizadora dos cursos de língua e cultura portuguesa (3º filho).....	418
Quadro VIII - 51: Acompanhamento do cônjuge na emigração.....	419
Quadro VIII - 52: Número de anos para o reagrupamento familiar	419
Quadro VIII - 53: Sector de actividade do inquirido antes de emigrar.....	423
Quadro VIII - 54: Origem dos rendimentos (antes da migração).....	423
Quadro VIII - 55: Tipo de trabalho na agricultura.....	423

Quadro VIII - 56: Tipo de outra actividade	424
Quadro VIII - 57: Ramo de actividade no país de imigração (1º emprego)	424
Quadro VIII - 58: Ramo de actividade no país de imigração (actualmente)	424
Quadro VIII - 59: Situação profissional actual	425
Quadro VIII - 60: Tipo de formação obtida no país de imigração	425
Quadro VIII - 61: Duração da formação (meses)	425
Quadro VIII - 62- 0: Ano da primeira emigração	429
Quadro VIII - 62- 1: Duração da emigração no 1º País.....	429
Quadro VIII - 63: Primeiro país de imigração do inquirido	430
Quadro VIII - 64: Origem da ideia de emigrar	430
Quadro VIII - 65: Frequência de visita a Portugal.....	431
Quadro VIII - 66: Motivos da vinda a Portugal.....	431
Quadro VIII - 67: Época do ano da visita	431
Quadro VIII - 68: Ocupação do tempo quando visita Portugal	432
Quadro VIII - 69: Problemas encontrados no país de imigração (Primeiras gerações) 432	
Quadro VIII - 70: Problemas encontrados no país de imigração (novas gerações).....	433
Quadro VIII - 71: Envio de dinheiro para Portugal	435
Quadro VIII - 72: Tipo de utilidades para o dinheiro enviado	435
Quadro VIII - 73: Destino do dinheiro enviado.....	436
Quadro VIII - 74: Envio de dinheiro para Portugal pela naturalidade dos inquiridos por região	436
Quadro VIII - 75: Envio de dinheiro para Portugal pela idade do inquirido (grupos etários)	436
Quadro VIII - 76: Envio de dinheiro para Portugal pela duração da migração no primeiro país	437
Quadro VIII - 77: Envio de dinheiro para Portugal pelas habilitações literárias do inquirido.....	437
Quadro VIII - 78: Envio de dinheiro para Portugal pelo estatuto de dupla cidadania do inquirido.....	437
Quadro VIII - 79: Sentimento de ligação do inquirido.....	440
Quadro VIII - 80: Justificações para os sentimentos de ligação / lealdade	440
Quadro VIII - 81: Sentimento de ligação do lusodescendente inquirido.....	441
Quadro VIII - 82: Justificações para os sentimentos de ligação / lealdade	441
Quadro VIII - 83: Sentimento de ligação do inquirido pela naturalidade dos inquiridos por região	441
Quadro VIII - 84: Sentimento de ligação do inquirido pela duração da migração no primeiro país	442
Quadro VIII - 85: Sentimento de ligação do inquirido pelas habilitações literárias do inquirido.....	442
Quadro VIII - 86: Sentimento de ligação do inquirido pelo ano da primeira migração (grupos).....	442
Quadro VIII - 87: Desejo de regresso a Portugal.....	444
Quadro VIII - 88: Ano do regresso definitivo	445
Quadro VIII - 89: Concelho de regresso.....	445
Quadro VIII - 90: Desejo de regresso a Portugal pela naturalidade dos inquiridos por região	446
Quadro VIII - 91: Desejo de regresso a Portugal pela idade do inquirido (grupos etários)	446

Quadro VIII - 92: Desejo de regresso a Portugal pelas habilitações literárias do inquirido.....	446
Quadro VIII - 93: Desejo de regresso a Portugal pelo estatuto de dupla cidadania do inquirido.....	447
Quadro VIII - 94: Problemas encontrados face a um eventual regresso a Portugal	448
Quadro VIII - 95: Problemas encontrados face a um eventual regresso a Portugal (emigrantes na generalidade).....	448
Quadro VIII - 96: Desejo de manter actividade laboral no regresso a Portugal.....	450
Quadro VIII - 97: Sector de actividade no regresso	450
Quadro VIII - 98: Desejo de investir em Portugal.....	450
Quadro VIII - 99: Sector de actividade onde pretende investir	451
Quadro VIII - 100: Medidas esperadas para ajudar no regresso.....	451
Quadro VIII - 101: Desejo de manter actividade laboral no regresso a Portugal pela duração da migração no primeiro país	451
Quadro VIII - 102: Desejo de investir em Portugal pela duração da migração no primeiro país	452
Quadro VIII - 103: Tipo de instituições conhecidas.....	454
Quadro VIII - 104: Ocupação de um cargo no poder local	454
Quadro VIII - 105: Tipo de cargo ocupado pelo inquirido.....	455
Quadro VIII - 106: Ocupação de um cargo no poder local no país de acolhimento	455
Quadro VIII - 107: Tipo de cargo ocupado pelo inquirido no país de acolhimento.....	455
Quadro VIII - 108: Participação numa associação local no país de acolhimento.....	455
Quadro VIII - 109: Tipo de associação local no país de acolhimento	456
Quadro VIII - 110: Participação numa associação local no país de origem.....	456
Quadro VIII - 111: Tipo de associação local no país de origem	456
Quadro VIII - 112: Militante inscrito em algum partido político em Portugal.....	458
Quadro VIII - 113: Militante inscrito em algum partido político em país de imigração	458
Quadro VIII - 114: Direito de voto em Portugal	459
Quadro VIII - 115: Direito de voto no país de imigração.....	459
Quadro VIII - 116: Tipos de eleição participadas em Portugal	459
Quadro VIII - 117: Tipos de eleição participadas no país de acolhimento.....	459
Quadro VIII - 118: Direito de voto em Portugal pela idade do inquirido (grupos etários)	460
Quadro VIII - 119: Direito de voto em Portugal pelo ano da primeira migração (grupos)	460
Quadro VIII - 120: Direito de voto no país de imigração pelo ano da primeira migração (grupos).....	460
Quadro VIII - 121: Direito de voto em Portugal pelo estatuto de dupla cidadania do inquirido.....	460
Quadro VIII - 122: Direito de voto no país de imigração pelo estatuto de dupla cidadania do inquirido	461
 Figuras do Capítulo VI	
Figura VI - 1: Localização geográfica do concelho de Boticas.....	169
Figura VI - 2: Variação da população em Portugal Continental, 1991 – 2001.....	173
Figura VI - 3: Densidade populacional das freguesias do concelho de Boticas em 1991	178

Figura VI - 4: Densidade populacional das freguesias do concelho de Boticas em 2001.	179
Figura VI - 5: Índice de envelhecimento no concelho de Boticas, em 2001.	189
Figura VI - 6: Percentagem de população por nível de instrução em 1991 e 2001.	205
Figura VI - 7: População residente empregada, por sector de actividade económica, em 1991 e 2001.	212
Figura VI - 8: Média de hectares por exploração agrícola, no concelho de Boticas. ..	240
Figura VI - 9: Acessos ao concelho de Boticas.	254
Figura VI - 10: Aeródromo Municipal de Chaves.	255
Figura VI - 11: Pista de secundária de Aviação de Cabeceiras de Basto.	255
Figura VI - 12: Pista Municipal de Aviação de Minhéu	256

Gráficos do Capítulo VI

Gráfico VI - 1: Evolução da população residente na Região Norte, entre 1991 e 2001.	174
Gráfico VI - 2: Evolução da População do Alto Trás-os-Montes entre 1991 e 2001... ..	175
Gráfico VI - 3: População residente, por freguesia, no concelho de Boticas em 1991 e 2001.	180
Gráfico VI - 4: Pirâmide etária da freguesia de Boticas de 1991.	184
Gráfico VI - 5: Pirâmide etária da freguesia de Boticas de 2001.	184
Gráfico VI - 6: Pirâmide etária da freguesia de Alturas do Barroso de 1991.	185
Gráfico VI - 7: Pirâmide etária da freguesia de Alturas do Barroso de 2001.	185
Gráfico VI - 8: Projecção da população do concelho de Boticas para 2010.	191
Gráfico VI - 9: Estrutura da população inactiva em 1991.	197
Gráfico VI - 10: Estrutura da população inactiva em 2001	197
Gráfico VI - 11: Taxa de actividade de 1991 e 2001 nas freguesias do concelho de Boticas.	201
Gráfico VI - 12: Taxa de analfabetismo em 1991 e 2001	204
Gráfico VI - 13: Distribuição da população das freguesias do concelho de Boticas por	206
Gráfico VI - 14: Distribuição da população das freguesias do concelho de Boticas, ..	207
Gráfico VI - 15: Taxa de desemprego em 1991 e 2001	208
Gráfico VI - 16: Taxa de desemprego das freguesias do concelho de Boticas em 1991 e 2001.	209
Gráfico VI - 17: Percentagem da população desempregada, segundo a condição de procura de emprego e sexo, no concelho de Boticas.	211
Gráfico VI - 18: Percentagem da população activa por sector de actividade económica e sexo, concelho de Boticas.	213
Gráfico VI - 19: Percentagem das explorações agrícolas, segundo a utilização das terras por freguesia	217
Gráfico VI - 20: Ocupação do solo agrícola e florestal em Portugal Continental, 1999.	219
Gráfico VI - 21: Percentagem da superfície ocupada pelas principais culturas, no concelho de Boticas, 1999.	224
Gráfico VI - 22: Percentagem da superfície ocupada com as principais culturas nas freguesias de c. Boticas.	225
Gráfico VI - 23: Média de equipamentos agrícolas por exploração.	227

Gráfico VI - 24: Total de máquinas agrícolas existentes nas freguesias do concelho de Boticas.	228
Gráfico VI - 25: Número de animais nas diversas explorações do concelho de Boticas.	229
Gráfico VI - 26: Vitelos de “Raça Barrosã” nascidos no concelho de Boticas.	231
Gráfico VI - 27: Percentagem de produtores agrícolas, segundo o sexo.....	233
Gráfico VI - 28: Distribuição dos produtores agrícolas das freguesias do concelho de Boticas, segundo o sexo.....	234
Gráfico VI - 29: Distribuição dos produtores agrícolas das freguesias do concelho de Boticas, por idade.	235
Gráfico VI - 30: Percentagem dos produtores agrícolas, por nível de instrução.	236
Gráfico VI - 31: Percentagem de produtores agrícolas, das freguesias do concelho de Boticas, por nível de instrução.....	237
Gráfico VI - 32: Distribuição dos produtores agrícolas, das freguesias do concelho de Boticas, segundo o tempo de actividade na exploração.....	239
Gráfico VI - 33: Percentagem do volume de vendas das sociedades com sede na região, segundo a CAE, rev 2, 2001.	245
Gráfico VI - 34: Percentagem do pessoal ao serviço nas sociedades com sede na região, segundo a CAE, rev 2, 2001.	245
Gráfico VI - 35: Evolução do indicador per capita do poder de compra da R. Norte e do concelho de Boticas, entre 1993 e 2000.	251
Gráfico VI - 36: Evolução da percentagem do poder de compra da R. Norte e do concelho Boticas, entre 1993 e 2000.	252

Gráficos do Capítulo VII

Gráfico VII - 1: Género dos emigrantes regressados.....	258
Gráfico VII - 2: Década de emigração do emigrante regressado.....	264
Gráfico VII - 3: Tempo de estadia do emigrante regressado no país de imigração.....	272
Gráfico VII - 4: Companhia do cônjuge durante o período de imigração.	275
Gráfico VII - 5: Ocupação profissional antes da emigração.....	284
Gráfico VII - 6: Como falavam a língua no país de imigração.....	285
Gráfico VII - 7: Poder de compra e nível de vida antes da emigração.	288
Gráfico VII - 8: Poder de compra e nível de vida no país de imigração.	289
Gráfico VII - 9: A ocupação profissional após o regresso.....	291
Gráfico VII - 10: Poder de compra e nível de vida após o regresso.	294
Gráfico VII - 11: Poder de compra e nível de vida actualmente.	295
Gráfico VII - 12: Poder de compra e nível de vida dentro de um período de cinco anos	296
Gráfico VII - 13: Mobilidade geográfica antes da emigração.	306
Gráfico VII - 14: Visita ao país de imigração.....	307
Gráfico VII - 15: Recepção do ex - emigrante.....	314

INTRODUÇÃO

A geografia humana, enquanto ciência económica e social, preocupa-se com a distribuição da população, com os fenómenos de carácter social, com a distribuição das actividades económicas e a sua relação com o espaço em termos de desenvolvimento. Cabe ao geógrafo intervir, na medida do possível, num mundo cada vez mais homogéneo e desigual. Com a globalização, as migrações internacionais e a construção de uma cidadania europeia, aprendemos a conviver/comunicar com a diversidade, numa óptica de enriquecimento. Contudo, torna-se necessário uma maior compreensão e análise destas mudanças ocorridas na sociedade, em contexto de globalização, para a construção de processos, em vários domínios, promotores da igualdade de oportunidades, para a redução das assimetrias internas territoriais e o aumento do bem-estar social.

Portugal, se, por um lado, pertence à União Europeia – estrutura económica e social bastante desenvolvida –, por outro lado é um país ainda com fortes assimetrias económicas e sócio-culturais. Portugal é duplamente periférico, isto é, é periférico quando considerado no conjunto dos países da União Europeia, mas é-o também, ele próprio constituído por um conjunto de regiões altamente periféricas em relação aos seus pólos de desenvolvimento. Procurar a concretização de um paradigma de desenvolvimento sustentável que tome em consideração as necessidades da população, preservando a qualidade e a quantidade de recursos disponíveis, assim como a sua distribuição, será eventualmente a solução alternativa.

Na actualidade, torna-se difícil às populações das áreas rurais periféricas escaparem aos efeitos da globalização, agravando-se as dificuldades de o seu desenvolvimento ocorrer de forma harmoniosa e sustentada. Os territórios rurais desfavorecidos sofrem de privações em múltiplos domínios: emprego, saúde, educação, vida social, etc. Neste contexto, e como parte integrante das estratégias de sobrevivência, ocorrem as migrações internacionais.

As migrações internacionais não são uma invenção do século XX ou da modernidade, fazem parte da história da humanidade. Contudo têm aumentado em volume e significância, desde 1945, e mais particularmente, desde meados dos anos 80. Simmons (1987) sustenta que os padrões de migração contemporâneos reflectem duas

importantes dimensões: instabilidade e nova estrutura de oportunidades económicas que emerge com a acumulação flexível. Neste contexto, as migrações internacionais são actualmente temporárias, circulares, globais e reguladas, obrigando os actores internacionais a criar novas grelhas de leitura.

A contextualização do processo migratório contemporâneo não se reduz a um mero fluxo de pessoas e/ou trabalhadores, mas integra um importante intercâmbio de bens materiais e simbólicos, isto é, de recursos económicos, culturais, sociais e políticos entre os territórios de origem e de acolhimento. Hoje, no limiar no séc. XXI, esta nova vertente da migração internacional é pautada pela criação de pontes de encontro, de redes entre sociedades distintas, com base nas novas tecnologias de comunicação e informação. Esta nova realidade territorial propicia o aparecimento de comunidades transnacionais que conseguem gerir a pertença a espaços sociais diferentes, criando elos inter-económicos, inter-culturais e outros.

O fenómeno da migração internacional coloca, em toda a sua dimensão, o problema do desenvolvimento. Isto é, existe um forte nexos entre migração internacional e desenvolvimento, em que este influencia e condiciona a migração, mas a migração também influencia e contribui para o desenvolvimento. Neste contexto, a existência de grandes comunidades no estrangeiro representa uma apreciável entrada de divisas as quais tem contribuído, juntamente com a cooperação internacional, para equilibrar a balança de pagamentos. No entanto, a participação da migração internacional pode ir mais longe, sabendo que um dos entraves ao desenvolvimento é a escassez de capacidade de auto – investimento. As poupanças dos emigrantes e a sua aplicação produtiva, durante o processo migratório e após o regresso, poderão contribuir para o capital financeiro, humano e social, mobilizadores do desenvolvimento económico das regiões rurais periféricas a que pertencem.

As regiões rurais revelam uma certa unidade. Porém, cada território encerra transformações específicas, de âmbito económico, social, cultural e político, tornando-se urgente o seu conhecimento aprofundado e a definição de novas e adequadas metodologias de análise para a identificação dos problemas que afectam cada complexidade rural. Segundo Braga (1993), a fragilidade e potencialidades de cada espaço rural impõem soluções consistentes, viáveis e inovadoras que garantam a sua recuperação e revitalização económica e social, fazendo-as evoluir para novos

patamares de qualidade e sustentabilidade. Nos pequenos territórios, os níveis públicos de decisão são assumidos por entidades como a Câmara Municipal ou a associação de municípios, que têm à sua disposição instrumentos de intervenção. O pequeno território rural tem geralmente um elevado grau de abertura da sua economia, isto é, “são importantes os fluxos de factores produtivos de bens e serviços e os contactos com os territórios vizinhos, com os quais partilham, em geral, muitas características economicamente relevantes: as regras de funcionamento dos mercados, enquadramento institucional, a estrutura linguística e cultural”(Melo, 2003:516). A disponibilidade de serviços básicos, os pólos de atracção e lazer e a manutenção de um padrão de qualidade ambiental, entre outros, constituem um ingrediente básico para promover o desenvolvimento dos territórios rurais sujeitos a constante processo de despovoamento.

A fim de contribuirmos para os estudos do Desenvolvimento Rural e das questões da preservação do património humano e natural de zonas desertificadas do interior do país, afectadas, de forma significativa, por migrações internacionais, seleccionou-se para este trabalho o tema “Desenvolvimento em meio rural – contributos da Emigração e do Regresso, aplicado ao concelho de Boticas, na Região Barrosã”.

O interesse por esta temática, assim como a delimitação do espaço em estudo, aparece na continuidade do processo de aprendizagem que iniciamos com outros trabalhos científicos anteriores, particularmente na dissertação de Mestrado (Gonçalves, 2003). Deste, retomamos e aprofundamos os conteúdos e as orientações teórico-metodológicas que se revelaram pertinentes e adequadas como instrumento de apropriação cognitiva da problemática em análise, seguindo um enfoque geográfico. Neste sentido, a presente investigação deve ser entendida como corolário daquele, no âmbito de um processo de aprendizagem mais vasto.

A escolha da problemática justifica-se pela actualidade e pela necessidade de intervenção crescente no território em estudo, como contribuição para o seu desenvolvimento, a fim de esbater a preocupante agudização das assimetrias regionais e suas implicações. Atendendo a que todo o conhecimento científico constitui resposta a uma interrogação, a questão norteadora da presente dissertação é a seguinte:

Quais as implicações da dinâmica da emigração/regresso no desenvolvimento do território em estudo?

Pretendemos encontrar respostas para as seguintes questões decorrentes da pergunta de partida:

- 1 – A dinâmica da emigração/regresso constitui fonte de desenvolvimento económico-social local?
- 2 – Que políticas/estratégias de gestão territorial devem ser implementadas tendo em vista a fixação/atracção da população?

Neste contexto, a presente investigação alicerçou-se em diversificados métodos e fontes de informação primárias e secundárias que, completando-se, permitiram atingir os objectivos em vista. Bell (1997) sustenta que “nenhuma abordagem depende unicamente de um só método – apenas porque é considerado «quantitativo», «qualitativo», ou designado por «estudo de caso», «investigação – acção» ...” (Bell, 1997:85). Assim, foram realizados inquéritos, por questionário, ao emigrante presente/recente e ao emigrante regressado, e foram feitas entrevistas a empresários emigrantes regressados e a personalidades/dirigentes políticos e associativos e outros agentes de desenvolvimento local, bem como a pessoas anónimas cujas memórias e opiniões se revelaram frutuosas, não só como meio de comparação com os elementos recolhidos mas também como aferidoras de atitudes e de comportamentos de que era necessário comprovar ou verificar o seu grau de fiabilidade. A exploração de dados estatísticos do INE, no que concerne aos Recenseamentos Gerais da População, Recenseamentos Gerais Agrícolas, Anuários Estatísticos, documentos publicados pela Secretaria de Estado da Emigração nos seus boletins anuais, Passaportes diferidos aos emigrantes e cujos dados se encontram presentes no Arquivo Distrital de Vila-Real, fontes escritas oficiais (documentos escritos emitidos por entidades públicas) e não oficiais (imprensa, revistas, livros etc.), constituíram outras fontes de informação utilizadas. O presente estudo baseou-se na articulação entre múltiplas técnicas de recolha e tratamento de informação de cariz quantitativo e qualitativo. Esta triangulação técnico-metodológica combina-se com a perspectiva de triangulação teórica exposta nos capítulos precedentes.

Posta a questão/problema, para encontrarmos resposta, definimos os seguintes objectivos:¹

- 1 – Averiguar as alterações demográficas e económicas e sociais no decénio de 1991 – 2001², por freguesia, bem como as causas respectivas, tendo como base de comparação a região Norte e o Nacional;
- 2 – Caracterizar a mobilidade social, as estratégias de inserção económica local do emigrante regressado e o seu impacto como agente de inovação e desenvolvimento;
- 3 – Analisar o emigrante presente/recente enquanto actor do desenvolvimento;
- 4 – Indicar as formas de potenciar a acção do emigrante regressado e de outros actores enquanto agentes de desenvolvimento local/rural.
- 5 – Analisar o *status quo* da intervenção territorial local.

Embora a temática em questão tenha sido já abordada por outros autores nacionais e internacionais, baseados quer nos recenseamentos gerais da população do INE (Conim, 1984; Amaro, R. 1985) quer em trabalhos de campo (Poinard, M. 1983 e Silva, M. et al, 1984; Cepeda, F. 1991; Portela J. e Nobre, S. 2002 ou de índole mais teórica (Trindade, 1995; Ramos, 1990, 2004 e 2005; Hadjimichalis, 2001; Santos, 1992; Dimara e Skuras 2003; Bottazi e Peri 2003); Arzent e tal. (2002); Gmelch 1980, 1983, 1987, 1992; Thomas-Hope, 1985; Lockwood, 1990; Guarnizo, 1997, entre outros), sucede que estes estudos ou tendem a apresentar visões parciais da problemática em análise, ou adoptam uma perspectiva de análise macro. São necessários mais trabalhos de campo com enfoque nas diversas regiões rurais periféricas com o objectivo de melhor compreender e intervir nas mudanças sociais causadas pelas migrações, com vista ao seu desenvolvimento, já que os factores e os mecanismos de que este depende são diferentes nos diferentes níveis espaciais, tal como são diferentes os agentes que o podem impulsionar.

Nestas circunstâncias, a presente investigação é inovadora, não só porque versa sobre um espaço rural periférico sobre o qual não há estudos da temática em questão,

¹ A definição dos objectivos torna-se crucial, porque permite orientar todo o processo de pesquisa. Toda a investigação procura encontrar resposta ou solução para um determinado problema (Moreira, 1994:20).

² Sempre que possível, e nomeadamente a nível económico, introduzimos a análise de dados mais recentes.

tornando-se necessário intervir e promovê-lo numa perspectiva de desenvolvimento integrado. O conhecimento das características económicas e sociais do espaço em estudo, no contexto rural português, contribuirá certamente para uma melhor adequação das estruturas de apoio ao desenvolvimento rural e respectivos programas e políticas. Por outro lado, a presente investigação, para além de apresentar a questão do desenvolvimento rural numa perspectiva integrada e endógena, integra, no estudo da migração presente/recente local, a questão da cidadania dual, analisando o emigrante actual numa perspectiva transnacional, com múltiplas relações (familiares, económicas, sociais e políticas) que ampliam as fronteiras, colocando em inter-contacto o local e o global.

Estruturamos a dissertação em três partes. A primeira parte de cariz teórico engloba os Capítulos I, II, III e IV.

A segunda parte – Capítulo V – como elo de ligação entre a primeira e a terceira partes, refere-se às opções metodológicas prosseguidas nas diferentes fases da pesquisa.

Na terceira parte – Capítulos VI, VII e VIII –, apresentam-se e discutem-se os resultados empíricos da investigação.

Conteúdo dos capítulos

Parte I

O Capítulo I expõe e analisa as migrações internacionais no que concerne às teorias e abordagens de referência, resultantes de diversos e complementares contributos disciplinares.

O Capítulo II introduz uma breve reflexão sobre as concepções, de espaço, região e território, em função das mudanças teórico – metodológicas impostas pela dinâmica espacial.

O Capítulo III aborda a temática do crescimento e do desenvolvimento, analisando os conceitos de crescimento e desenvolvimento bem como a sua evolução. Introduce, de seguida, a discussão em torno das teorias do desenvolvimento económico desde a questão “regional” à questão “local”.

O Capítulo IV analisa a questão do desenvolvimento rural sob a problemática da conceitualização e contextualização. Sucessivamente, introduzem-se as principais

políticas europeias e programas de desenvolvimento rural, bem como os diferentes agentes e oportunidades que potenciam o desenvolvimento territorial.

Parte II

O Capítulo V expõe os procedimentos metodológicos adoptados para a consecução dos objectivos da pesquisa. Explicita a abordagem paradigmática, o desenho, as estratégias e as táticas de investigação.

Parte III

O Capítulo VI caracteriza, em termos económicos e sociais, o local de estudo, por freguesia, tendo por base de comparação a análise macro – Região Norte e Nacional.

O Capítulo VII analisa o círculo migratório do emigrante regressado, em termos económicos, sócio-ocupacionais e de mobilidade geográfica, antes, durante e após o regresso. Avalia o emigrante regressado quanto à sua (re)integração económica, social e cultural, assim como o seu impacto local, enquanto actor de inovação e desenvolvimento local/rural, sugerindo formas de potenciar a sua acção interventiva.

O Capítulo VIII refere-se à emigração presente/recente, no espaço em estudo, no âmbito económico, social, geográfico e político, segundo perspectiva transnacional. Avalia ainda o impacto local das remessas económicas e sociais incorporadas pelo emigrante, fruto da sua mobilidade no espaço inter-fronteiras internacionais e entre culturas e sistemas sociais.

Finalmente o trabalho apresenta uma análise crítica dos resultados, refere as limitações ao estudo, dá sugestões para uma possível investigação futura e apresenta as fontes bibliográficas consultadas.

PARTE I

CAPÍTULO I – TEORIAS DAS MIGRAÇÕES

O presente capítulo, expõe as principais teorias e abordagens que procuram caracterizar e explicar os movimentos migratórios. A primeira abordagem – abordagem micro – concebe a migração no atinente ao indivíduo. A segunda abordagem – abordagem macro – explica os movimentos migratórios condicionados por factores histórico – estruturais e sob a perspectiva dos grupos sociais. Antes de iniciarmos estas duas abordagens e com o intuito de nos referirmos de uma maneira geral às principais tendências e pontos comuns aos movimentos migratórios apresentamos as “Leis da Migração”.

A emigração é um fenómeno social que sob diferentes formas aparece ao longo da história humana. Embora, os migrantes tenham experiências comuns, a própria migração é um fenómeno diverso e complexo. Os migrantes podem ser diferenciados pelo género, classe social, etnicidade, pela razão da migração, pela idade, pela forma de migração, pela natureza e influência na economia global.

Com o incremento da mobilidade proporcionada pelo desenvolvimento dos meios de transporte e das novas tecnologias de informação e comunicação, as migrações internacionais são um dos principais factores de transformação e de desenvolvimento dos países e/ou regiões. Um conhecimento mais vasto sobre os fluxos migratórios internacionais, a nível das consequências e impactos nos países emissores e receptores, contribuirá certamente para a compreensão da nova ordem do séc. XXI. Os movimentos migratórios são sistematicamente descritos e explicados através de múltiplas variáveis demográficas, sociais e económicas das regiões de partida e de destino. Assim e de acordo com Jansen (1969:60) “a migração é um *problema demográfico*: influência a dimensão das populações na origem e no destino; é um *problema económico*: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos; pode ser um *problema político*: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma

fronteira política; *envolve a psicologia social*, no sentido de que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso de integração na sociedade de acolhimento; e é também um *problema sociológico*, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afectados pela migração e, em contrapartida, afectam o migrante”.

As migrações internacionais potenciam o cruzamento das fronteiras que separam pelo menos cerca de 200 Estados que existem no mundo. Massey et al.(1993;1994) analisam o que usualmente se denomina de migração voluntária internacional, temporária e/ou permanente com o objectivo de alcançar benefícios económicos.

Migrar implica “estabelecer residência por um período mínimo – digamos de seis meses a um ano” (Castles, 2005:16-17). Mangalam (1968:13-16) define migração como “um movimento (no espaço) entre sistemas de interacção”. Outro autor afirma: “o desenvolvimento económico é desigual a nível mundial e as migrações internacionais são, em si mesmas, uma resposta a essa diversidade espacial” (Salt, 1987:244).

No entanto, mais importante do que compreender o conceito de migração, é entender a forma pela qual se dá o processo migratório.

A causa mais evidente das migrações é a *disparidade inter regional* quanto aos *níveis de rendimento, de emprego e de bem-estar social* (Castles, 2005:22).

Ao longo do séc. XX, apesar do interesse crescente das várias ciências, pelo tema das migrações este não surge, na maioria das vezes, autonomizado: “as ciências sociais abordam o estudo da migração a partir de (...) uma variedade de pontos de vista teóricos fragmentados” (Massey et al 1994:700-1). Cada disciplina coloca e considera questões, hipóteses e variáveis diferentes ou em perspectivas diferentes. Os economistas têm procurado explicar os movimentos migratórios em termos de uma lógica do “push-pull”, enquanto que os sociólogos e os geógrafos desenvolvem a importância do transnacionalismo e das redes sociais. Segundo Massey et al. (1998), o que está a faltar é uma teoria de Estado e a maneira como esta influenciará os movimentos (volume e composição) populacionais.

As migrações como qualquer outro fenómeno social são temáticas cuja complexidade não pode ser explicada por uma disciplina isolada. A migração internacional envolve muitos aspectos da sociedade – a economia, a política e o social.

Portanto, o estudo do tema integra obrigatoriamente abordagens teóricas de vários campos disciplinares.

Castles (1993:30), sustenta que “o estudo das migrações como uma ciência social no seu próprio direito (...) é fortemente multidisciplinar na sua teoria e na sua metodologia”.

1. Teoria das Migrações – Perspectiva de Equilíbrio. Os Modelos de Atracção – Repulsão. De Ravenstein a Everett Lee: as “Leis da Migração”

Ravenstein foi um dos primeiros autores a formalizar em 1885 uma teoria explicativa e caracterizadora dos movimentos migratórios. Geógrafo e cartógrafo, este inglês surge citado numa panóplia de trabalhos de diversas ciências sociais. No seu estudo sobre as migrações internas na Grã-Bretanha, enumera uma série de “leis empíricas da migração” para explicar o processo de mobilidade populacional. Estas “leis” são apresentadas no seu primeiro estudo em 1885 a que chama “leis de migração” apresenta-as do seguinte modo:

1 – *Migração e Distância* – a maioria dos migrantes deslocam-se para curtas distâncias e os que se deslocam para mais longe preferem fazê-lo para grandes centros de comércio e de indústria; 2 – *Migração por etapas* – o processo de atracção de migrantes para uma cidade em rápido crescimento começa pela periferia e gradualmente estende-se para lugares mais remotos. O processo de dispersão é inverso ao de atracção; 3 – *Correntes e contracorrentes* – cada corrente migratória produz uma contracorrente compensadora; Os fluxos migratórios seriam caracterizados pela existência de movimentos populacionais de ida e de volta, ou seja, para todo o grupo de migrantes que se deslocasse em determinada direcção (corrente) existiria um movimento na direcção contrária e de menor intensidade (contracorrente), que poderia ser representado pelo grupo dos chamados migrantes de regresso; 4 – *Propensão relativa das populações rurais e urbanas para a emigração* – a população rural é mais propensa a migrar do que a urbana; 5 – *Preponderância do contingente feminino nas migrações de curta distância*; 6- *Relação da tecnologia com as migrações* – o desenvolvimento dos meios de transporte e a expansão da indústria e do comércio induzem o aumento dos fluxos migratórios; 7 – *Motivos económicos* – Leis opressivas, climas pouco atractivos,

agravamento de impostos, foram, e continuam a ser responsáveis pelas correntes migratórias. Mas nenhuma destas correntes supera as que estão na origem do desejo intrínseco à maioria dos homens de melhorar as suas condições materiais de existência.³

No contexto de análise do autor, as “leis de migração” devem ser interpretadas como factos, características e atitudes observados na maior parte dos movimentos migratórios por ele estudados e tendo em conta a época específica em que foram analisados, ou seja, a Revolução Industrial. O carácter precursor de Ravenstein é notório. O autor é fundamento de todos os modelos modernos de atracção-repulsão – ou, na sua denominação mais vulgar, os modelos de “push-pull” (Jackson, 1991:21-22).

Lee (1962:287-8) considera que para além dos factores já enumerados há um conjunto de outros factores que denomina de factores intervenientes relacionados com os países de origem e de destino, que presidem à decisão e ao processo migratório nomeadamente as leis migratórias, os custos de transportes, as barreiras físicas, a distância, entre outros. Considera ainda factores individuais que interferem na decisão de permanência ou de migração: alterações do ciclo de vida, contactos e informações sobre o meio social do país de destino e ainda as capacidades individuais como a inteligência e a sensibilidade, que lhe permitem avaliar a situação de origem e de destino e adaptar-se a um novo meio. Lee (1966) já considerava os “fluxos de trabalho como um resultado da pobreza e do atraso nas regiões de partida” (Portes e Borocz, 1989:607).

2. Modelo Micro Económico

Os modelos neoclássicos de análise sobre migrações englobam uma estrutura de custos e benefícios contabilizados sob o ponto de vista do indivíduo racional nos locais de origem/destino, e, em alguns casos, sob o ponto de vista da família (Wood, 1982: 54.).

Sob a influência da teoria económica clássica, os modelos de “push-pull” relacionam-se com as teorias de mercado de trabalho, baseando-se estas na perspectiva de equilíbrio, e equacionam “...a mobilidade geográfica dos trabalhadores, em resposta aos desequilíbrios na distribuição dos factores terra, trabalho, capital e recursos

³ Vol. 48, Journal of the Royal Statistical Society (1885:710); Ravenstein (1885:198) e Lee (1969:286-7).

humanos” (Rocha-Trindade,1995:75). A mobilidade populacional verifica-se dos locais onde há abundância de oferta de mão-de-obra, baixas remunerações e escassez de capital, para locais onde a mão-de-obra escasseia e os salários e o capital são mais elevados.

Segundo os neoclássicos, uma das determinantes principais das migrações tem raiz económica caracterizada pela “disparidade nos níveis de rendimento, emprego e bem-estar social entre diferentes países (Castles, 2000:272). “Este modelo neoclássico não tem no entanto em conta a dinâmica do processo histórico” (Ramos, 1990:36), nem esclarece quanto aos factores estruturais subjacentes aos padrões migratórios observados a longo prazo.

Para outros autores, neoclássicos “a análise dos fluxos de trabalho é central em qualquer discussão do equilíbrio do mercado de trabalho” (Borjas, 2000:1). Este movimento de pessoas atenua, no país de origem, o excedente de trabalhadores e contribui para que, no país de acolhimento, seja colmatada a escassez de trabalhadores. Assim, não existindo nos dois países (emissor/receptor) nem excesso nem défice de mão-de-obra, os salários seriam progressivamente ajustados a nível internacional até uma situação de equilíbrio.

Petersen (1970) valoriza a importância da diferenciação entre as motivações dos migrantes e as causas sociais da migração em si, aquando da análise dos factores “pull”.

Portes e Boorocz (1989), criticam a perspectiva neoclássica, sustentando que, iniciados os fluxos migratórios, a sua continuação é independente das flutuações dos ciclos económicos existentes e não se podem portanto explicar por ajustamentos aos diferenciais de rendimentos entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

A teoria *push-pull* não consegue explicar por que razão, face ao mesmo contexto e às mesmas condições, alguns indivíduos migram e outros não. Por outro lado, qualquer acto migratório não inclui, como é óbvio, somente elementos de escolha individual. Mais tarde, alguns novos contributos teóricos valorizaram a existência de laços históricos, - de carácter colonial - , de redes migratórias e outros, para explicar a existência de fluxos migratórios entre os países. “A teoria de equilíbrio manifesta a influência dos paradigmas da modernização (...). As teorias da modernização surgiram nos meios intelectuais americanos em resposta ao cenário das relações internacionais do pós – II Grande Guerra, - um quadro caracterizado pela desintegração dos Impérios

Coloniais Europeus e pela emergência dos movimentos nacionalistas no terceiro mundo, (Rocha – Trindade, 1995:81).

A teoria da modernização (Mitchell 1969; Mayer 1961) tem dado ênfase a decisões racionais e económicas progressivas dos migrantes, face a diferenciais (com base na terra, trabalho e capital) entre os países emissores e receptores. O fluxo migratório pela sua osmose contribui para o desenvolvimento económico de ambas as sociedades, a emissora e a receptora. Por outras palavras, a teoria da modernização envolveu um modelo de equilíbrio de desenvolvimento, resultando um balanço mais equitativo entre os recursos e a pressão populacional nas duas sociedades. Contudo, na análise sobre remessas de emigrantes e a migração de regresso tem-se demonstrado que as poupanças dos migrantes são geralmente gastas em bens de consumo, em vez de investimento económico, e as qualificações obtidas no estrangeiro nem sempre são facilmente aplicadas no contexto natal do migrante. Em vez de ser uma forma de ajuda ao desenvolvimento, dado pelos países ricos aos países pobres, os movimentos de pessoas têm resultado em comunidades dependentes da migração (Massey et. al., 1994). Embora os elementos do *push pull* da teoria da modernização ainda sirvam para responder sobre o “porquê” das pessoas migrarem, a abordagem histórica – estruturalista desvia a atenção das motivações e das adaptações dos migrantes individuais para os processos macro dos níveis que moldam e mantêm os movimentos populacionais.

O modelo de custo/benefício descrito por Massey (1990) baseia-se numa equação que comporta os custos da emigração com os ganhos esperados no destino. Sempre que o retorno esperado seja positivo, o indivíduo irá optar pela migração, já que os benefícios esperados no local de destino serão maiores do que na região de origem.

Sob a óptica do indivíduo, o peso dado aos custos e benefícios assume um elevado grau de subjectividade na decisão do indivíduo.

Nos custos considera-se o preço do transporte, o local de destino, as perdas psíquicas resultantes do afastamento dos familiares ou dos amigos, o aumento do custo de vida e o custo de oportunidades envolvidas no processo de mudança etc. Por outro lado, nos benefícios enquadram-se a satisfação pessoal no trabalho, o ganho em actividades não relacionadas com o mercado, o aumento nos ganhos futuros, a melhoria da qualidade de vida, etc. Mincer (1978) desenvolveu um modelo semelhante de custos

e benefícios. A principal diferença em relação a Massey (1990) consiste na distinção, entre as decisões individuais e familiares. Mincer diferencia os “ganhos” familiares dos ganhos pessoais e argumenta que as famílias tendem a apresentar menor mobilidade do que os indivíduos, já que a decisão de migrar passa a depender de um maior número de pessoas, passando portanto, de uma decisão independente para outra interdependente. A partir do seu modelo, Mincer explica por que é que os indivíduos solteiros são mais possíveis de migrar do que os casados. Defende também que numa situação em que ambos os membros de um cônjuge trabalhem, a decisão de migrar tende a ser mais complicada do que quando apenas um dos membros auferir vencimento. No primeiro caso, a mobilidade do casal tende a ser menor do que no segundo porque a relação de dependência, pelo menos monetária não é tão forte quanto a que ocorre quando apenas um dos membros familiares trabalha.

Alguns autores argumentam que a interação entre o casal geraria externalidades positivas para ambos; a divisão de custos e tarefas e apoio emocional, entre outros, seriam considerados ganhos ajudando o cônjuge a adaptar-se ao local de destino.

Bohning (1991:32-40) estudou também os efeitos das migrações nas regiões de origem e de destino, argumentando que os ganhos revertem a favor da nação importadora. Os efeitos económicos para o país emissor podem ser mais negativos do que positivos, revelando, assim, um distanciamento em relação aos pressupostos da economia clássica, introduzindo algumas ideias ligadas à perspectiva histórico-estrutural.

3. Teoria do Capital Humano

O conceito de “capital humano” começa a ser aplicado nos domínios da educação, saúde e migração nos anos 60 do Século XX.

A teoria do capital humano defende que a educação deve ser o principal investimento para o desenvolvimento dos recursos humanos. A mesma assenta no pressuposto que o indivíduo possui um capital intelectual e um capital de saúde. Manter este capital humano e acrescentá-lo através da educação, formação, melhoramento das suas competências e prevenção da doença constituem, factores imprescindíveis para

vencer a pobreza. A decisão de emigrar é assim entendida como uma forma de investimento e menos como uma despesa.

A perspectiva da teoria do capital humano é também enquadrada num mapa de custos/benefícios – embora, neste caso, diferidos no tempo. Como indica Sjaastad (1962:83), a migração pode ser tratada “(...) como um investimento que aumenta a produtividade dos recursos humanos, investimento esse que possui custos, mas também envolverá retornos”.

O retorno do investimento em capital humano será maior nos jovens, já que provavelmente permanecerão mais tempo como migrantes sendo de esperar que estes façam novos investimentos em capital humano no país de acolhimento (Becker, 1983).

Um dos argumentos dos teóricos do capital humano seria que os imigrantes ilegais nos E.U.A. têm acesso aos bens e serviços assistenciais do “welfare americano”, que penaliza os orçamentos de alguns dos seus Estados.

No âmbito do mercado de trabalho, estes imigrantes de baixas qualificações, são acusados de tirar os empregos aos nativos e contribuir para a diminuição salarial. Estes teóricos defendem que uma política imigratória deve dar prioridade à entrada/permanência de imigrantes com melhores qualificações a fim de se proporcionar um sistema económico mais produtivo. Chiswick (1978) foi pioneiro na aplicação do conceito de capital humano aos estudos económicos sobre os migrantes. Segundo este autor, os migrantes chegam ao país de destino sem possuírem muitas das qualificações sociais e económicas básicas (língua, conhecimento acerca da oportunidade de emprego, entre outras). No entanto, o efeito do “tempo decorrido” após a imigração leva a que os imigrantes, face aos seus baixos salários adquiram incentivos relativamente maiores que os nativos para investir em capital humano produzindo rendimentos médios superiores aos dos trabalhadores nativos. Mas, outros economistas neoclássicos não comungam da mesma opinião; tais desacordos ocorrem sempre num contexto teórico em que privilegiam as qualificações dos migrantes, considerando estas fundamentais na selecção dos trabalhadores assim como na capacidade de adaptação económica dos mesmos ao país de destino (Borjas, 1987).

Borjas (1999 e 2000) analisa a possível selectividade dos migrantes pondo ênfase no tipo de regiões que atrairiam pessoas mais qualificadas e naquelas que atrairiam migrantes com baixa escolaridade. Conclui que as áreas onde a taxa de retorno

de capital humano é superior tendem a atrair pessoas mais qualificadas, enquanto que regiões onde a taxa de retorno é menor atraem pessoas menos escolarizadas.

Deste modo se justifica que os movimentos populacionais se verifiquem dos países de baixo rendimento para os mais desenvolvidos e sejam tanto mais acentuados quanto maior o diferencial de rendimento entre as economias.

Chiswick (2000) refere que o investimento em capital humano confere aos migrantes uma maior capacidade de integração e de intervenção na sociedade de acolhimento.

Num contexto micro, os investimentos em educação e formação são vistos como investimentos em capital humano e visam essencialmente a ascensão social e a melhoria das condições de vida do migrante (Sjaastad, 1962; Becker, 1964; Schaeffer, 1985). O conceito de capital humano é polémico e Perroux (1958 cit. por Ramos, 1990:51) afirma: “O homem não é um capital, um bem material submetido a um plano de emprego. O homem é “sujeito” e, neste sentido, toda a economia deve dirigir-se para ele e não contra ele”.

4. Abordagem Macro e Histórico-Estrutural da Migração

Os autores da abordagem histórico-estrutural entre eles: Singer (1973), Piore (1979)⁴, Wood (1982), explicam os movimentos migratórios dentro de uma perspectiva ampla. O contexto económico-social, no qual estão inseridos os potenciais migrantes, é mais importante para a análise das causas da migração do que a simples análise de custos/benefícios sugerida pela abordagem micro.

De acordo com a abordagem histórico-estrutural proposta em modelos macro (muitas vezes ligada a autores marxistas), a migração é uma consequência da desigualdade económica entre as regiões. Segundo esta perspectiva, as áreas mais prósperas, (com escassez de mão-de-obra e salários mais elevados) tenderiam a atrair os migrantes das regiões onde houvesse recessão económica e abundasse o factor mão-de-obra. Trabalho muito conhecido neste domínio é o de Singer (1973), o qual, no seu estudo, demonstra que as migrações seriam condicionadas por características estruturais da industrialização. Os factores responsáveis pela dinâmica migratória seriam: o

⁴ Entre outros autores nomeadamente (Tolbert, Horan e Beck (1980); Portes (1981); Rumbaut (1996).

crescimento demográfico decorrente da elevada fecundidade, a modernização e a alteração dos factores de produção. O traço geral deste modelo baseava-se em dois tipos de factores de expulsão (*push*), actuando sobre a região de origem: o factor mudança e o factor estagnação. O factor mudança reflecte a introdução local de novas técnicas de produção, originando o aumento de produtividade e, conseqüentemente, a redução da oferta de emprego local, levando os indivíduos a migrarem para outras regiões, diminuindo assim a população local. O factor estagnação é consequência da pressão demográfica sobre os meios de produção agrícola. Neste caso, a migração é consequência do crescimento populacional não acompanhado do aumento do emprego no meio rural. Este estudo de Singer (1973), é também notório na avaliação que faz da migração como um fenómeno estrutural e relacionado com a classe social (ou grupo) do migrante. Explica, com base em causas económicas, que, num primeiro momento, determinadas classes migram e somente num segundo momento há uma selecção dentro destes mesmos grupos.

Wood (1982) adopta a família como uma unidade de análise, referindo que as famílias emigram colectivamente para melhorarem o nível de vida mais rapidamente, superarem dificuldades associadas ao mercado de trabalho e reduzirem os riscos.

Segundo Wood (1982), uma das estratégias para minimizar o risco resultante da mobilidade geográfica consiste na distribuição dos membros da família no país de acolhimento por actividades produtivas diferentes, reduzindo o consumo intra-familiar. As teorias macros privilegiam a acção de factores colectivos ou estruturantes que condicionam, sob formas diversas, as decisões migratórias dos agentes sociais no espaço e no tempo.

Ao contrário do modelo micro económico a abordagem macro histórico-estrutural torna complexa a sua sistematização dada a diversidade de modelos migratórios que incorpora. A abordagem histórico-estruturalista estuda a migração no contexto da economia global, e das relações centro-periferia, a nível de desenvolvimento. A periferia tem sido historicamente exportadora de matérias-primas, dada a insuficiência de capital para desenvolver as infra-estruturas industriais, reforçando a dependência desta em relação aos países industrializados do centro. Tal facto leva a que a mão-de-obra dos países periféricos seja indiferenciada e sujeita a salários baixos, constituindo o que Marx denominou de «exércitos de mão-de-obra».

Dentro desta perspectiva, conceitos como a divisão internacional do trabalho ou a internacionalização do proletariado têm emergido para definir as desigualdades entre a exportação de trabalho nos países de salário baixo e a importação do mesmo nos países de salários elevados. Segundo Gonzalez e McCommom (1989), o desenvolvimento em vez de se opor à migração encoraja-a, uma vez que o desenvolvimento cria desigualdades. Segundo este autor, o lucro auferido pela migração recai sempre a favor da cidade e do centro em detrimento do campo e da periferia.

A unidade de análise neste corpo de teoria não é o migrante individual mas o mercado global e a forma como a economia nacional/internacional e os planos de acção política e em particular o desenvolvimento do capitalismo têm deslocado populações.

5. Modos de Incorporação. Segmentação do Mercado de Trabalho e Economia Informal. Teorias Dualistas do Mercado de Trabalho, Economia Informal e Enclaves Étnicos

As questões ligadas às migrações entre os países subdesenvolvidos e desenvolvidos com a aplicação de análises “macro” constituíram o objecto do trabalho de Michael Piore (1979)⁵, um dos pioneiros das teorias do mercado de trabalho segmentado ou mercado de trabalho “dual”. Argumenta sobre a complementaridade entre o imigrante e o nativo quanto à locação do mercado de trabalho. Estes dois grupos de trabalhadores responderiam a diferentes oportunidades de emprego de um mercado de trabalho que é segmentado a dois níveis: o mercado de trabalho primário e o mercado de trabalho secundário. Estes segmentos têm escassos canais de comunicação, formais e/ou informais, entre eles, existindo, entre ambos, pouca mobilidade social e profissional. O mercado primário é mais favorável e caracteriza-se por requerer elevadas qualificações, melhores ordenados e possibilidades de ascensão hierárquica. O segmento secundário, posto à disposição de mão-de-obra importada, caracteriza-se por empregos associados a baixa remuneração geralmente mais desqualificados, de alta rotatividade (desemprego fácil) menos propício à mobilidade profissional e com estatuto jurídico precário. Consequentemente, este sector é rejeitado pelos trabalhadores nacionais do sector primário do mercado de trabalho. Uma vez ocupados por imigrantes, tornam-se socialmente “etiquetados”, de tal forma que os nativos

⁵ Entre outros autores nomeadamente (Tolbert, Horan e Beck (1980); Portes e Rumbaut (1996).

(independentemente das características dos empregos e do respectivo rendimento) jamais queiram aceitar esses empregos.

Segundo Portes (1999)⁶, “os modos de incorporação da população imigrante no mercado de trabalho são contudo diversificados. A migração internacional, em particular a dirigida dos países menos para mais desenvolvidos, tem o seu enfoque na proliferação de economias «informais» e «clandestinas», (uns como forma de sobrevivência, outros como veículo de rápida ascensão económica), na medida em que os imigrantes estão representados nessas actividades não regulamentadas, levando a uma transformação no modo de controle do trabalho e do emprego (Sassen 1998).

Por outro lado, nem todos os imigrantes se orientam para o segmento secundário do mercado de trabalho. Desde a promulgação da Lei de Imigração de 1965, nos E.U.A. milhares de profissionais de elevadas qualificações, técnicos e operários qualificados entraram neste país, aproveitando as categorias dirigidas pela lei, incorporando-se no segmento primário do mercado de trabalho. Este tipo de afluxo, alcunhado de “brain drain” nos países de origem, engloba, hoje em dia, consideráveis contingentes imigratórios provenientes de países como a Índia, a Coreia do Sul, as Filipinas e Taiwan, cada um dos quais representa um importante contributo para a imigração dos E.U.A (Portes, 1999:44).

Os enclaves étnicos constituem, para muitos imigrantes, uma alternativa ao mercado de trabalho secundário. A literatura é extensa⁷ no que se refere aos “enclaves étnicos” ou “nichos de imigrantes”, designando concentrações de grupos de imigrantes numa localização espacial no país de destino ligados por laços de natureza étnica e social. Estes grupos, munidos de “capital social” (assente numa relação comunitária resultante quer de valores próprios ao grupo ou de adversidades ligadas a um estatuto minoritário ou mesmo de discriminação social), de recursos económicos e de espírito empreendedor, implantam empresas que servem o seu próprio mercado étnico ou a população em geral, com recrutamento de mão-de-obra na sua maior parte imigrante.

⁶ O conceito de “modos de incorporação” refere-se ao processo de inserção dos imigrantes nos diversos contextos sociais no país de imigração. Este autor considera que os modos de incorporação englobam três níveis diferentes interligados de recepção: (1) recepção governamental que se define por um *continuum* que vai desde o apoio activo ao estabelecimento até à oposição activa; (2) recepção feita pela sociedade civil – condicionada pelas características fenotípicas e culturais de cada grupo; (3) O terceiro nível de recepção - é a comunidade étnica. Alguns imigrantes pertencem a nacionalidades demasiado pequenas para constituírem comunidades distintas, dispersando-se entre a população nativa, outros juntam-se a comunidades de conterrâneos com presença empresarial e profissional, oferecendo-lhes este último contexto mobilidade económica., articulando-se por vezes e de modo particular em enclaves étnicos (Portes, 1999:24-9; sobre este tema ver ainda Bailey e Waldinger, 1991). Heisler (1992) defende que a concentração destes enclaves étnicos desenvolvem formas de interacção social quer dentro da comunidade de imigrantes quer na sociedade como um todo.

⁷ Neste contexto vide Waldinger (1992); Portes (1981:290-5); ou Portes e Sensenbrenner (1993).

Como forma de incorporação na economia receptora, os *enclaves* possuem um conjunto de características distintas relativamente à maioria dos outros trabalhadores. Por outro lado, a sua formação depende de iniciativa e dos recursos dos próprios imigrantes e não das iniciativas do Estado ou das necessidades de trabalho da classe capitalista. Os *enclaves* proporcionam aos seus constituintes, oportunidades de emprego, de educação e de formação profissional e, conseqüentemente, criam oportunidades de progressão profissional e económica aos seus trabalhadores (Rocha-Trindade, 1995:90). Os estudos acerca dos enclaves étnicos confirmam que o auto-emprego promove a incorporação do imigrante no país de acolhimento e a mobilidade social e económica (aumentando os benefícios de incorporação dos descendentes) “...contrariando fortemente o padrão mais comum de migração para o segmento secundário do mercado de trabalho” (Portes, 1999:51).

Os enclaves fornecem, entre outras vantagens, protecção ao imigrante face à precariedade do mercado secundário –, constituição de redes sociais e vantagens no que concerne à língua, geralmente comum.

6. Teoria do Sistema – Mundo e a Tese da Globalização

O Sistema mundial foi-se moldando ao longo dos tempos. Podemos afirmar que se estabeleceu a partir do momento em que todas as terras foram distribuídas pelos Estados territoriais e os seus prolongamentos coloniais. A economia mundial, que já há algumas décadas se esboça como um sistema integrado, foi originalmente uma economia-mundo centrada na Europa. Com a ascensão dos E.U.A e do Japão, no fim do Século XIX, o sistema-mundo ganha novas economias que competem entre si para dominarem as periferias, integrando-as na rede de trocas mundial e na divisão internacional do trabalho. A mundialização das economias e a internacionalização crescente das trocas estiveram na origem de um sistema mundial cada vez mais complexo. Vivemos num mundo mais fluído, mais móvel. As economias nacionais encontram-se cada vez mais dependentes das redes de troca mundiais. Progressivamente passou-se de um sistema económico internacional a um sistema planetário.

A periferia define-se pelo modo particular de inserção na rede de trocas de uma economia-mundo, ou, mais precisamente, na divisão internacional do trabalho

promovido pelas potências que dominam a economia mundial num processo de periferação. A metáfora espacial “periferia” designa o processo de reestruturação das produções das regiões sobre controlo político ou económico do centro da economia-mundo, em função das suas características de consumo final ou intermediário. As produções periféricas são assim dissociadas de satisfação das necessidades locais e directamente incorporadas no mercado dito mundial. O conceito de semi-periferia tende hoje a circunscrever os espaços onde o modo de produção capitalista se desenvolve na dependência financeira e técnica das nações do centro. A penetração de capitais ocidentais é uma das características que distingue a semi-periferia da periferia. Onde as forças de dinâmica interna ou de internalização não existem ou sejam demasiado fracas, os capitais penetram juntamente com os bens de equipamento e de consumo dos países do centro, mas o capitalismo fica à “porta”.

Segundo Petras (1981), um dos traços principais do actual sistema-mundo – o capitalismo moderno – é, de facto, a criação de um mercado de trabalho global. A mundialização das economias e a internacionalização crescente de trocas estiveram na origem de um sistema mundial que se tem tornado cada vez mais complexo. A implantação de empresas liberta-se das fronteiras políticas. O planeta sem fronteiras, no sentido do movimento global de capital e de mercadorias, está relacionado com importantes fluxos de trabalho que constituem as migrações internacionais. Com efeito, o cruzamento das relações de “dependência” com relações de “denominação” entre a “perifericidade” (subdesenvolvimento) com a “centralidade” (desenvolvimento) levaram à criação de excedentes de mão de obra nas periferias do sistema mundial, acompanhados de uma situação de baixos salários e uma necessidade de recursos humanos *versus* os altos salários dos países desenvolvidos, *per se* apelativos e “transportadores” dos migrantes.

Assim, Massey et al. (1993) afirmam que a teoria do sistema-mundo representa a consequência clara do processo de desenvolvimento dos países, traduzindo-se na deslocalização e desestruturação de processos e factores produtivos, em que a mobilidade do factor trabalho segue na direcção oposta aos movimentos de capitais. Os autores concluem que a migração fornece informação relativamente aos diferenciais de rendimento entre os países a nível mundial; no entanto, e no que diz respeito ao modo de intervenção do estado, as políticas de regulação dos fluxos de capital e de

mercadorias são muito difíceis de implementar. Estes argumentos surgem em várias abordagens, nomeadamente no trabalho de Keely (2000).

A crescente complexidade dos fluxos mundiais levou à formação de um sistema-mundo único e multipolar constituído por realidades culturais, políticas e económicas interligadas por múltiplas relações em estado de recomposição permanente. Os centros operacionais de cada pólo são as designadas “cidades-globais”, traduzindo o que Massey (1984) refere como *disjunção espacial das actividades produtivas* em que as zonas de *concepção* estão afastadas geograficamente das zonas de *execução*. Segundo Sassen (1994a), estes grandes centros de poder internacional atraem mão-de-obra (migrações) dualizada: trabalhadores desqualificados muitas vezes inseridos em zonas de economia informal e profissionais de topo. Vários autores criticam a teoria do sistema-mundo, já que esta não explica os contínuos fluxos migratórios senão pelo lado da procura por parte da sociedade de acolhimento. Por outro lado, negligencia o aspecto individual⁸ das migrações, isto é, as motivações dos indivíduos e grupos e descum as causalidades históricas dos fluxos migratórios. Considera o migrante como um agente passivo que satisfaz os requisitos do desenvolvimento do capitalismo mundial. A *soberania e o poder regulador da nação-estado* têm sido enfraquecidos pelo *transnacionalismo* na forma de movimentos de pessoas, bens e capital (Sassen 1996).

Apesar de os argumentos da globalização que se apoiam na teoria de sistemas mundiais terem orientações neo-Marxistas e estruturalistas, partilham contudo, muitas posições das teorias de migração convencionais e neoclássicas, na medida em que sustentam que a migração causada por dualidades da economia internacional continuará a exercer pressões sobre os indivíduos para emigrarem na procura de melhores condições de vida. No entanto, a tese da globalização e em ligação com argumentos marxistas como, por exemplo, o de que o capitalismo necessita de uma “reserva industrial de trabalhadores” para superar as crises periódicas no processo de acumulação, tem levado muitos teóricos da globalização, nomeadamente Portes e Sassen (1984), a considerar a migração como adicional dualidade exacerbada tanto nos mercados de trabalho nacional como na economia internacional. Cornelius (1998) acrescenta que a procura de trabalho estrangeiro está estruturalmente implementada nas

⁸ Críticas estas comuns às teorias estruturais do capitalismo.

sociedades mais avançadas industrialmente que não podem funcionar sem acesso a uma força trabalhadora estrangeira barata.

Segundo a tese da globalização, os Estados têm sido desterritorializados (Ruggie 1998); as empresas, os indivíduos e as comunidades transnacionais têm descoberto diversas formas de iludir a autoridade e a soberania reguladora dos Estados. A nação-estado não é mais o actor legítimo das relações internacionais. Pelo contrário, tem sido argumentado pelos teóricos da globalização (com forte ênfase no transnacionalismo) que o Estado é incapaz de controlar quer os migrantes que circulam na procura de oportunidade de emprego quer as corporações internacionais especialmente os bancos que movem vastas somas de capital à volta do globo. A maior crítica que se faz à tese da globalização é a fraqueza e, em alguns casos, a ausência de qualquer explicação política da migração, estando o motor do poder e da mudança na sociedade e na economia.

7. Teoria dos Sistemas Migratórios e as Redes Sociais

Uma outra abordagem teórica de carácter inter-disciplinar, da leitura espacial dos fluxos migratórios é a teoria dos “sistemas migratórios” (Salt, 1989: 439-42),⁹. Esta teoria considera a existência de conjuntos de dois ou mais países envolvidos entre si por migrações nos dois sentidos. Massey et al. (1993) considera que estes fluxos migratórios são relativamente estáveis ao longo de um certo período de tempo, mais ou menos prolongado.

A teoria dos sistemas migratórios engloba a interacção das estruturas micro (papel das relações sociais informais, da informação, do capital cultural das famílias e das comunidades) com as estruturas macro (economia, política, relações internacionais, direito) e as estruturas intermédias, ou meso, que actuam como intermediárias entre os migrantes e as instituições políticas ou económicas” (Castles e Miller, 2003:28).

A literatura sobre este tema considera que estes movimentos estão associados a ligações prévias entre os países emissores e receptores de índole colonial cultural, política militar, comercial de investimento ou outros, não implicando necessariamente uma proximidade física. Segundo Castles (2005) os primeiros fluxos migratórios

⁹ Ver também a este respeito, Kristz e Zlotnik, 1992.

tendem a iniciarem-se de acordo com um factor exógeno que pode ser justificado por um movimento de jovens pioneiros. Posteriormente, as *cadeias migratórias* repetem-se, com a ajuda de quem se encontra nos países de destino (redes sociais). Lee (1996) argumenta que o conhecimento da realidade do país de acolhimento por parte dos primeiros migrantes conduz a vagas migratórias posteriores. As teorias *network*¹⁰ ou redes sociais defendem o papel das redes migratórias no sentido de que os migrantes não actuam isoladamente.

Segundo Tilly (1990) as redes migram, as categorias permanecem e as redes criam novas categorias. As unidades efectivas da migração não são, nem individuais nem familiares, mas sim conjuntos de pessoas ligadas por laços de amizade, parentesco, experiência de trabalho, que incorporam o país receptor nas alternativas de mobilidade por eles consideradas. No entanto, embora a solidariedade no interior dos grupos migrantes seja, de facto, uma das características que configuram e sustentam as redes, por vezes a própria dinâmica da migração revela que as ligações de amizade, parentesco e origem comum são também permeados por conflitos e ambiguidades. As redes diferem entre si no tamanho (número de membros da rede) e dimensão (número de relacionamentos entre eles), “reduzem os custos e os riscos da migração” (Keely, 2000:53). Uma vez iniciadas, auto-sustentam-se, alimentadas por *lobbies* de apoio aos fluxos migratórios, emergindo o que Castles (2005) designou de “indústria das migrações”. As ligações entre a comunidade migrante e a área de origem podem persistir durante gerações. As remessas vão diminuindo e as visitas a casa podem passar a ser menos frequentes mas as ligações familiares e culturais permanecem (Castles 2005:24).

Para Massey et al. (1993), as redes são uma forma de capital social e um importante elo de ligação entre os países emissores e receptores. O estado da arte revela que é difícil para o estado de acolhimento restringir os fluxos migratórios quando existe uma estrutura de redes sociais que os suportam e até os promovem.

A teoria das redes sociais é distinta das abordagens enraizadas nos modelos que envolvem os migrantes numa análise custo-benefício do destino mais favorável, preferidas por alguns economistas e cientistas políticos. A abordagem das redes sociais

¹⁰ Numa variedade de contextos, vários autores têm examinado o papel das redes sociais baseadas largamente em laços de parentesco e de amizade, no processo da cadeia de migração. Wilson (1994) classificou este fenómeno de migração em cadeia de “network-mediada” Wilson (1994:272) – Massey *et al.* 1987; Kearny e Nagengast 1989; Kemper 1977; Butterworth, 1962; Fjellman e Gladwin 1985; Gardner 1995; Margaret Grieco 1995, entre outros.

combina as micro e macro perspectivas de análise ao trazer não só o migrante como tomador de decisões de volta ao ponto focal (variáveis económicas), mas introduzindo também as variáveis culturais e sociais. Massey et al (1993) argumenta que as redes sociais contribuem para aumentar a emigração começando a decrescer a sua acção a partir de um certo limiar de desenvolvimento do país de origem.

Werbner (1988) e O'Connor (1990) referem que as redes sociais ajudam as mulheres imigrantes a integrarem-se com sucesso no país de acolhimento, e acrescentam que, apesar de Ravenstein (1985) referir que há mais de um século atrás as mulheres dominavam os movimentos populacionais de curta distância, as mulheres foram quase ignoradas no estudo da migração. Quando as mulheres foram consideradas, eram então vistas como dependentes e seguidoras passivas do homem migrante inicial; digamos que as mulheres representavam o pólo do *tradicional contínuo* e os homens o pólo da *modernidade*. Hoje parece que não são só as mulheres as primeiras a emigrar mas também ultrapassam por vezes o género masculino em algumas correntes migratórias internacionais. Barou (1996) demonstrou, nos seus estudos, que as mulheres se mostram mais relutantes que os homens em regressar ao seu país de origem, já que tal facto significaria abandonar algumas vantagens que ganharam enquanto migrantes no estrangeiro, nomeadamente, o acesso ao emprego, a autoridade e o poder, sendo estas condições sociais específicas ainda limitadas a uma cultura tradicionalista e discriminatória acerca dos papéis do género na estrutura social no país de acolhimento.

8. Transnacionalismo

As redes sociais evidenciam que, nos processos migratórios contemporâneos, por vezes os migrantes mantêm múltiplas relações tanto na sociedade acolhedora como na sociedade de origem apontando estas relações para o contexto transnacional da mobilidade populacional. Portes (1999), sustenta que as actividades transnacionais podem, a longo prazo, conferir poder a migrantes de baixo estatuto e ajudá-los a assegurar melhores níveis de vida e de educação para os seus filhos. O descontentamento com o que foi quase exclusivamente, embora talvez de forma intencional, a abordagem macro retratando os actores activos como re-actores passivos manipulados pelo sistema capitalista, tem resultado numa nova teorização acerca da articulação entre as sociedades que enviam e as que recebem, teorizando o que está

enraizado no conceito de transnacionalismo. O transnacionalismo é definido como um processo social por onde os migrantes operam em áreas sociais que ultrapassam as fronteiras geográficas, políticas e culturais (Schiller, Basch e Szanton 1992:8).

O transnacionalismo é estudado primeiramente na antropologia, seguindo-se o seu estudo em muitas outras disciplinas, incluindo a sociologia e a ciência política. As raízes do transnacionalismo na antropologia podem ser encontradas no trabalho sobre a emigração de regresso, que dá ênfase às ligações com a terra natal e a noção de que a emigração não significou necessariamente uma partida definitiva. Mas o transnacionalismo, como o seu próprio conceito o explicita, implica igualmente que o regresso do migrante não seja um regresso definitivo. Mesmo os países que enviam população para o exterior, nomeadamente Portugal, México e outros, têm desenvolvido políticas transnacionais, encorajando à dupla nacionalidade para manter uma presença dos agentes sociais no exterior, mas com ligação à sua terra natal. Smith (1997:111-112), argumenta que "...a vivência simultânea em duas sociedades não significa sociedade co-igual e que, o mais provável, é que os migrantes adotem como primeira nacionalidade a do país de imigração seguindo-se a identidade do seu país de origem".

Os migrantes passam a ser apelidados de transmigrantes quando desenvolvem e mantêm múltiplas relações (familiares, sociais, económicas, organizacionais, políticas e religiosas) que ampliam as fronteiras colocando, em inter-relação o local e o global (Szanton et al. 1992).

O transnacionalismo emergiu da constatação de que os migrantes mantêm laços de ligação com a sua terra natal. "A perspectiva baseada na nacionalidade única deixou de ser apropriada num mundo em que os fluxos substituem os lugares" (Castles, 1999:90).

Dado o desenvolvimento dos meios de transporte e das novas tecnologias de informação, os migrantes não são mais "enraizados"; em vez disso movem-se num espaço inter-fronteiras internacionais e entre culturas e sistemas sociais (Glick e Schiller 1997; Levit 1998), adoptando estratégias de vida (bi e ou multi-nacionais e bi e ou multi-culturais, como reconhecimento de múltiplas afiliações e identidades. Estes migrantes incorporam não só as remessas económicas mas também as remessas sociais para as suas terras de origem impulsionando estas à mudança. Os migrantes no mundo transnacional e global estão envolvidos na construção da nação de mais de que um

Estado. As entidades nacionais não são só ofuscadas mas também negociadas ou construídas.

Ainda que minoritário, o fenómeno de transnacionalismo reflecte “uma nova estratégia de adaptação consequente do processo de globalização e capaz de alterar as definições de comunidade migrante e de assimilação (Portes, 1999:4).

Martins (1988), no seu estudo sobre migrações temporárias, refere que migrar temporariamente é mais do que ir e vir, é viver em espaços geográficos diferentes. É temporário, na verdade, aquele migrante que se considera a si mesmo “fora de casa”, “fora do lugar” ausente, mesmo quando, em termos demográficos, tenha migrado definitivamente (Martins 1988:45).

A perspectiva transnacional questiona/critica a teoria tradicionalista que considera os migrantes como assimilados pelas sociedades de acolhimento. A visão liberal ou Smithiana sustenta que as sociedades orientadas para o mercado são dinâmicas e capazes de absorver um grande número de imigrantes, uma vez que tendem a seleccionar a imigração. Neste sentido, a imigração contribui para o aumento do capital humano e para o bem-estar da sociedade.

Os investigadores integrados nesta linha de pensamento (como por exemplo Fuchs 1990 e Gordon 1994) consideram que os imigrantes, dentro de uma ou duas gerações, se integram na sociedade de acolhimento, por assimilação.

As identidades étnicas e as políticas de etnia enfraquecem ou mesmo desaparecem e os indivíduos são absorvidos na corrente principal da vida política e social do país hospedeiro. Nesta perspectiva, não existe nenhuma necessidade para a discriminação positiva, e/ou planos de acção educacionais bilingues que podem levar às tensões étnicas. Pickus (1998), considera que, se os problemas surgem com a assimilação dos imigrantes, então a resolução desses mesmos problemas está na naturalização dos mesmos. No extremo oposto, encontramos a visão neo-Malthusiana, assente no pressuposto de que toda a sociedade tem recursos limitados (especialmente terra) e um número limitado de empregos, portanto um grande e incontrolado fluxo de migração é negativo (Weiner 1995 e Borjas 1990).

Uma terceira perspectiva tem por base a noção marxista de que as economias capitalistas necessitam de um “exército” de mão-de-obra estrangeira com o objectivo de ultrapassar as crises periódicas de acumulação (Castles, 1975:9). Nesta perspectiva, a

migração realça o conflito de classe e contribuirá para uma etnização da classe trabalhadora. Marx argumenta que a migração aumenta em vez de diminuir as diferenças de desenvolvimento no mundo. Fischer et al. (1997:116) escrevem “...os salários e/ou retornos no investimento permanecem baixas nas regiões em desvantagem. O país em desvantagem poderá alcançar o desenvolvimento através do melhoramento da sua tecnologia e eficiência, o que se torna cada vez mais difícil, em virtude da saída dos factores de produção.

Segundo Durkheim, a migração pode conduzir a um sentido de alienação, à ruptura ou mesmo à dissolução da sociedade. Esta perspectiva é partilhada por geógrafos sociais, políticos e demógrafos, no que diz respeito aos impactes espaciais da migração. Uma grande concentração de migrantes em espaços específicos pode levar a conflitos étnicos e raciais. Durkheim (1964) demonstra na sua teses que é a própria mudança social que está a conduzir as políticas de migração.

No respeitante ao impacto da relação da imigração com o estado-sociedade e segundo alguma pesquisa bibliográfica nesse sentido, constatamos que a abertura à imigração deve estar de acordo com a política da sociedade receptora de forma a integrar a população imigrante.

A perspectiva tradicionalista, defendendo que o migrante de país longínquo se instala definitivamente no país de acolhimento, cortando os laços de ligação à sua terra natal considerava-os assimilados¹¹, não tendo em conta que, no cômputo geral, os migrantes mantêm múltiplas relações não em contradição mas em junção com a sociedade de acolhimento e a sociedade de origem. Confirmando esta ideia, Jones (1992), critica as teses que categorizam os emigrantes como permanentes ou temporários, já que esta categorização não abarca a complexidades dos fluxos contemporâneos. O autor também, e ainda, dentro da perspectiva transnacional, sustenta que os migrantes mantêm frequentemente ligações com a família no seu local de origem e, muitos não estabelecem residência permanente no país de destino, regressando geralmente ao seu país de origem.

As elites políticas cultivaram entre as suas populações um sentido de nacionalismo intensificado ou de pertença a uma nação e a um Estado”...um espaço

¹¹ Assimilação significa “encorajar os imigrantes a aprender a língua nacional e adoptar práticas sociais e culturais nas comunidade de acolhimento, o que implica uma transferência de lealdade do local de nascimento para o novo país e a adopção de uma nova identidade nacional, a identidade do país de acolhimento” (Castles, 2005:63).

para cada raça” (Cohen, 1962;1996:175), o que actualmente não tem qualquer tipo de significado.

Segundo Said (1933), a expansão dos sistemas europeus, através da colonização e depois da descolonização espalhou aos quatro cantos do mundo os ideais de soberania, de cidadania e de nacionalidade. Assim as alterações ocorridas na última metade do Séc XX e o conseqüente mundo de mobilidade do séc. XXI, com fortes fluxos de capitais, mercadorias, pessoas e produtos culturais, tornam sustentável o modelo ideal de nacionalismo (cada estado-nação com povo único e homogéneo), ultrapassando inclusive a teoria de que a assimilação é um processo de adaptação inevitável e necessário (Gordon, 1964). Portes (1999), sustenta que os imigrantes não se integram na sociedade em si, mas em determinados segmentos da mesma, introduzindo os conceitos de assimilação ascendente e descendente. «O transnacionalismo pode substituir a assimilação enquanto paradigma para a incorporação de migrantes ao prevenir a assimilação descendente» (Castles, 1999:120). Além do localismo, do nacionalismo e regionalismo em geral, baseados nas noções de tempo e espaço, acentuadamente influenciados pela historicidade e territorialidade do Estado-nação, a interdependência das nações, a internacionalização do capital, o crescimento das migrações temporárias, cíclicas e recorrentes e a dialéctica da globalização, entre outros, têm, constituído um desafio/ameaça aos Estados-nação, levando praticamente todos os países ocidentais a transformar as suas leis de nacionalidade em resposta à integração dos migrantes, de forma a evitar conflitos étnicos e o racismo nas sociedades receptoras e como continuum de ligação ao país emissor, beneficiando este com o envio de remessas, participação política e preservação cultural. “O transnacionalismo conduz inevitavelmente a um rápido crescimento da dupla (múltipla) nacionalidades dando origem ao fenómeno mais temido pelos nacionalistas: lealdades potencialmente divididas por parte das pessoas que detêm uma atitude instrumental e não emocional em relação ao Estado a que pertencem (Castles, 1999:123).

O nexó entre sociedade e cultura de uma comunidade com dimensões locais (micro) e globais (macro), ajuda a explicar como os migrantes enquanto transnacionais, moldam e são moldados pelo contexto (político, social, cultural e económico) dentro do qual eles operam quer na sociedade emissora quer na sociedade receptora.

Beriss (1990) analisa o incidente de 1989 em França, no qual 3 raparigas foram expulsas de uma escola por usarem véu muçulmano na aula. No cerne do conflito estiveram questões de identidade nacional francesa e da integração dos migrantes.

Werbner (1996) descreve as procissões de homens muçulmanos através das ruas dos bairros de Manchester e Londres. Através destas procissões os Muçulmanos “marcam a sua terra com o nome de Alá”. Estes estudos desafiando as teorias assimilacionistas trazem fluidez ao processo de adaptação, reforçando a teoria de que a etnicidade é construída culturalmente. Como Sechiller (1997:35) sugeriu, “os grupos étnicos são feitos, não nascidos.” Como antítese da assimilação desenvolveu-se o multiculturalismo. Por multiculturalismo entende-se a aceitação da diversidade étnica, ou seja de comunidades diferenciáveis da maioria da população através da língua, cultura e comportamento social, mantendo, a pertença e a lealdade apenas a um Estado-Nação. Neste último aspecto o multiculturalismo distancia –se do transnacionalismo.

Segundo Basch et al. (1994), o transnacionalismo conduziu à concepção de Estados-Nação desterritorializados. Por outro lado, o mesmo pode levar à revalorização da etnicidade e da raça sempre que¹² as políticas e atitudes repressivas dos países de acolhimento apelem à exclusão e à discriminação.

Alguns autores liberais encaram a cidadania numa perspectiva multicultural, outros como Soysal (1994) ou mesmo Jacobson (1995) vêem a possibilidade de uma cidadania pós-nacional onde os direitos surgem da lei internacional e das organizações.

9. A Lei como Condicionante dos Fluxos Migratórios Internacionais

A migração internacional pode ser vista em função de: (1) forças económicas; (2) redes sociais e (3) direitos (Hollifield 1992a e Hollifield e Zuk 1998). Após a II Guerra Mundial, a migração laboral deu-se essencialmente como resposta a forças “push-pull”. As migrações laborais para a Europa Ocidental foram alimentadas por trabalhadores das colónias e ex-colónias, com destino a França, Holanda e Grã-Bretanha, e por mão-de-obra do sul da Europa contratados temporariamente segundo o sistema “trabalhadores convidados” para os restantes países europeus com destaque para a Alemanha e Suíça. Nos E.UA. as carências de mão-de-obra na agricultura foram

¹² Neste sentido, Castles (1999:86) refere-se à *etnicidade reactiva*.

resolvidas, em parte, através do programa *bracero*. No entanto, a Europa na última metade dos anos 70, caracterizou-se por limitações severas na migração, em razão do declínio económico (crise petrolífera de 1973) e de factores de ordem política e ideológica, “levando a um aumento significativo dos fluxos de migrantes ilegais, muitos dos quais não tinham conseguido emigrar no âmbito de programas regulares” (Appleyard, 2001:15). As redes sociais ajudaram a manter a migração internacional incluindo o reagrupamento familiar. Um dos factores que tem mantido a migração internacional prende-se essencialmente com a melhoria dos direitos (civis, políticos e sociais) para os estrangeiros nas democracias liberais. Estes direitos derivam das leis e das instituições dos Estados liberais juntamente com as organizações internacionais como as Nações Unidas ou a União europeia e das leis dos direitos humanos – um tipo de cidadania transnacional (Schmitter 1979, Jacobson 1996).

Como qualquer variável social, económica ou política os direitos variam rapidamente no tempo e no espaço, o que se verifica nos últimos 15 anos. Os Estados temem que qualquer movimento, para expandir os direitos dos estrangeiros, conduza a incontroláveis fluxos migratórios, pondo em questão as políticas de controlo de segurança. Como já foi referido por nós anteriormente, a tese da globalização afirma que os estados não são actores unitários no sistema internacional e o dilema em que eles se encontram é resultado de um processo de mudanças, sociais e económicas, sobre o qual os estados têm pouco controlo (Sassen 1996). Na tese da globalização, a migração é simplesmente uma das forças transnacionais severas que ferem os estados e as sociedades, conduzindo inevitavelmente à erosão da soberania e do sistema das nações-estado. Portanto a tese de globalização é apolítica.

Os teóricos das relações internacionais seguem uma abordagem institucional liberal aceitando o facto de que as mudanças económicas e sociais têm conduzido a uma constante interdependência e que os Estados encontraram maneiras de cooperar e de resolver problemas de coordenação, fazendo-o através da lei internacional e da construção de regimes internacionais e das instituições.

As próprias instituições liberais estão divididas entre as que vêem o aumento da migração primeiramente como uma função de crescimento dos regimes de direitos humanos internacionais (Soysal 1994, entre outros); e as que vêem a possibilidade para uma cooperação entre estados liberais, na construção de tal regime. Hollifield (1998)

argumenta que os direitos ainda derivam das instituições liberais (e do poder) dos estados nacionais definindo as políticas mais em termos de instituições do que em termos de interesses. Estará a migração internacional a corroer os pilares gêmeos do sistema internacional: a cidadania (a nação) e a soberania (o estado)? É a migração agora uma força que tem potencial para enfraquecer a soberania e transformar as políticas mundiais, tal como Soysal (1994) argumentou? Responder a esta questão requer que olhemos para a relação entre a migração e a integração (incorporação) dos migrantes.

A lei influencia a decisão de emigrar, (quando, como e para onde), definindo os direitos dos indivíduos, quanto à participação política, à segurança física, ao trabalho, à religião, à identidade cultural, etc.

Quanto maiores forem as oportunidades dos indivíduos na sua terra natal menos estes sentirão vontade de emigrar. São poderosas as ligações emocionais que ligam os indivíduos às origens; esta inércia só pode ser ultrapassada pela promessa de maiores oportunidades em Estados de destino possíveis, oportunidades que a lei ajuda a construir. Os tratados (uma espécie de lei internacional), regulam aspectos importantes da migração entre os Estados, como o emprego, julgamento criminal, extradição, assistência consular.

Alguns Estados impõem restrições ao direito de partir, outros à entrada nas suas fronteiras. As fronteiras abertas à migração e, neste sentido, à cidadania têm-se tornado mais restritivas como matéria de lei formal (Hailbronner, 1998).

O controlo da migração é um problema muito mais complexo actualmente do que no passado. Razões tecnológicas, militares, geopolíticas, psicológicas, económicas, têm acentuado as decisões dos indivíduos para migrarem. A mobilidade inter-fronteiras nacionais tem sido cada vez maior e muitos destes migrantes são ilegais. Expulsos das suas terras de origem são assistidos pelos países de imigração que esperam ter lucro com o seu “contrabando” (Schuck, 1998). Torna-se assim necessário combater a difusão da economia informal, as redes de migração irregular, assim como penalizar o patronato que se aproveita desta vulnerabilidade.

Os Estados Europeus têm vindo a tentar pôr em prática novas técnicas restritivas, incluindo acordos de readmissão, detenção, “zonas tampão” e planos de acção de retorno. No entanto, o fluxo de migrantes ilegais na Europa tem aumentado

subitamente nos últimos anos. O crescimento dos *enclaves* étnicos nos países de imigração facilita a difusão da migração ilegal, difundindo-se no seio destas comunidades, onde podem trabalhar ilegalmente sem serem detidos pelas autoridades. Fortes imperativos políticos e as economias nacionais incitam as políticas democráticas e liberais para controlar a migração, protegendo do trabalho os nacionais e resistindo assim às maiores reivindicações especulativas e difusas do globalismo (Hollifield, 1998).

A lei da migração presente – uma junção de políticas nacionais, solidariedade étnica, sobrecarga administrativa das entidades oficiais –, torna a expectativa de expatriação demorada e até por vezes impraticável (Krikorian 1999). A lei determina o status formal que os migrantes podem desfrutar incluindo os direitos que podem exigir mas também contribui para os ajustamentos normativos e culturais aos quais os migrantes devem adaptar o seu comportamento tendo em vista a eventual integração na nova sociedade. É necessário estimular a imigração legal para que os migrantes encontrem protecção jurídica e social nomeadamente no domínio da integração laboral, no acesso dos descendentes de migrantes à igualdade de oportunidades, através do sistema educativo e de formação e no combate à discriminação. Assim, as possibilidades e as limitações da lei da migração ajudam a moldar as experiências dos migrantes os seus países de origem e de destino (Schuck 2000).

Ao contrário da economia em que a ênfase está na escassez ou na eficiência das políticas no caso das migrações a ênfase está no poder e na influência (Schuck 1998). Num mercado livre, a localização de bens e recursos é explicada à luz das leis do mercado (oferta e procura). O exercício do poder toma lugar nas fronteiras (limites) legais e institucionais. Quanto mais liberal é uma sociedade mais difícil se torna o controlo da migração e maior será o nível de migração indesejada (Martin 1994b; Hollifield 1992a).

Quase toda a literatura da política de controlo refere-se aos países receptores. Muito pouco se tem escrito acerca da política de controlo dos países emissores. Desde a segunda guerra mundial, com o aumento constante da migração à medida que o mundo se tem tornado mais aberto e democrático, sob o ponto de vista político, a entrada tem-se tornado mais problemática do que a saída e muitos países começaram a procurar caminhos para parar ou desacelerar os fluxos de imigração.

Desde os anos 70, quase todos os estados receptores tentaram reafirmar o controlo dos fluxos de imigração, em resposta à opinião pública nativa que se mostrava hostil a níveis elevados de imigração. No entanto, a imigração persistiu. Embora a migração seja uma realidade histórica, só nos anos 80 e 90 é que começaram a emergir os estudos sobre as políticas das migrações internacionais com ênfase particular nas questões do “controlo” e da “segurança” (Hollifield 1994, 1999; Freeman 1995; Brubaker 1992).

De acordo com as estimativas da Organização Internacional da Migração, no final do séc. XX só 125 milhões de pessoas viviam fora do seu país de origem. Portanto, a maior parte das pessoas nascem, vivem e morrem na mesma área geográfica. A migração não coloca nenhuma ameaça para qualquer das sociedades receptoras e emissoras. Fornecem remessas para a sociedade que envia e um fluxo de capital humano e de talento empresarial para a sociedade recebedora (Simon 1980). No entanto, nas sociedades desenvolvidas, reina o medo de que os imigrantes se tornem um “fardo” injusto nas finanças públicas, (Borjas 1990), levando estas à aplicação do modelo de “exclusão diferencial” (Castles, 1999:83). O modelo de exclusão diferencial está associado ao sistema de “trabalhadores convidados”, adoptado em países europeus como a Alemanha até à década de 70, e o recrutamento de trabalhadores contratados além-mar que foi seguido pelos países produtores de petróleo do Golfo Pérsico e pelos actuais Tigres Asiáticos. Neste modelo, os trabalhadores são integrados temporariamente no mercado de trabalho, em esquemas de segurança social incipiente, e excluídos de participação política e da cultura nacional (Castles, 1999:83). Freeman (1986), argumenta que a lógica do estado de bem - estar moderno é uma lógica de exclusão e que a migração de grande escala pode arruinar as finanças públicas, levar à falência os serviços sociais e minar a legitimidade do estado de bem - estar.

Na obra *Crise de Migração Global*, o cientista político Weiner (1995) argumenta que o aumento da migração internacional nas últimas décadas significa uma ameaça à estabilidade internacional e à segurança, principalmente nas áreas do globo onde as nações-estado são mais frágeis – por ex.: o Médio – Oriente. Weiner estende este argumento também às democracias ocidentais que se arriscam a estar destabilizadas politicamente por um fluxo massivo de imigrantes indesejados.

Huntington (1999), vê a migração recente e o aumento do multiculturalismo como uma ameaça à sociedade como condutora potencial da desunião da América.

Davidson (1999) e (Sassen 1996) entre outros, sustentam que se as fronteiras são o reflexo da soberania e se os estados se mostram incapazes de controlar a migração, então as instituições de soberania e de cidadania estão ameaçadas.

Zolberg (1999); Messina (1996) argumentam que os estados liberais nunca perderam o controlo da migração e que a própria crise da migração é muito exagerada, apontado a Grã-Bretanha como exemplo de uma democracia liberal e que tem sido eficiente a controlar as suas fronteiras.

As explicações políticas para a migração internacional estão relacionadas com explicações económicas e/ou sociológicas. Freeman (1995) usando um enquadramento essencialmente micro económico considera que, quando os benefícios estão concentrados e os custos difusos, os estados influenciados por interesses económicos poderosos beneficiam dos planos de acção de imigração expansivos (não restritivos), o que, de certa forma, explica o porquê de muitos países terem admitido os “trabalhadores convidados”, mesmo quando a conjuntura económica e a opinião defenderiam a restrição. O papel do Estado é particularmente problemático uma vez que este é meramente um reflexo de interesses sociais. Os E.U.A., Canadá, ou Austrália continuam a ter planos de acção de migração mais expansionistas, quando comparados com os países mais recentes de imigração na Europa Ocidental.

As teorias de redes e de capital social ajudam a explicar a dificuldade que os Estados podem encontrar nos seus esforços para controlar a migração, (Portes e Rumbaut (1996). O parentesco, as redes informais e as comunidades transnacionais são, de facto, uma forma de capital social. Elas podem reduzir o risco da migração, estimulando a migração internacional. A migração é um processo de globalização sobre o qual os estados têm cada vez menos controlo (Sassen 1988). Só a partir de 1995 é que autores, nomeadamente Rosenblum 1998; Meyers (1995) ou mesmo Rudolph (1998), começaram a desenvolver as suas investigações em relação aos movimentos da população internacional e ao seu efeito na segurança e soberania dos Estados.

Um grupo crescente de trabalho, com destaque para Rudolph (1988) e Alan Kessler (1998) tentam compreender porque é que os estados arriscam na migração diferindo, dos teóricos da globalização, nomeadamente de Soysal (1994); Jacobson

(1996); os quais tendem a focalizar-se mais nas redes sociais e nas comunidades transnacionais e menos no Estado.

A posição relativa, no sistema e no balanço das decisões do poder, irá determinar se os Estados estão prontos a arriscar os fluxos de entrada e de saída.

Fazendo uma análise retrospectiva em relação às mudanças nas políticas da migração internacional antes e depois da Guerra Fria, verificamos que durante esta os estados do bloco de leste não estiveram interessados em permitir a emigração da sua população e, como testemunho, temos a construção do muro de Berlim. Com o final da Guerra Fria, verificamos uma profunda mudança, passando os países ocidentais a aceitar a imigração de leste e questionando-se a migração em termos de segurança. Borjas (1990), no seu trabalho “Amigos ou Estranhos?” argumentou que a migração em massa dos países do terceiro mundo constitui uma ameaça económica porque escasseia o *stock* do capital humano destas sociedades. Weiner (1995) sustenta que todas as sociedades têm uma capacidade limitada para incorporar os estrangeiros, levando a migração não controlada a conflitos e racismo. Portes (1996) argumenta que os migrantes têm aprendido a usar o espaço transnacional como uma forma de contornar os obstáculos nacionais e reguladores para a sua mobilidade social. A dupla (múltipla) cidadania pode reforçar este tipo de comportamento conduzindo ao aumento das comunidades transnacionais.

Para competir no mercado internacional, os governos dos países da OCDE têm sido forçados a liberalizar os mercados de trabalho e de capital.

Os Estados menos desenvolvidos têm sido lançados em “crises de débito”, conduzindo ao aumento das migrações dos mais pobres para os mais ricos.

As políticas e o Estado têm sido subalternizados (postas de lado) nas relações internacionais nestes tipos de argumentos da globalização. Tanto o comércio como as migrações são função das mudanças na divisão internacional do trabalho.

Os agentes principais da globalização são actualmente as corporações transnacionais e as comunidades transnacionais, senão os próprios migrantes individuais.

Alguns autores, nomeadamente Baubock (1994); Soysal (1994) e Sassen (1996) vêem o Estado como antiquado e incapaz de acompanhar as mudanças na economia mundial.

Os teóricos da globalização comungam da mesma opinião que os economistas clássicos, relativamente ao papel marginal do Estado em governar e estruturar a migração internacional. Os Estados podem agir para alterar ou atrasar o desenvolvimento dos mercados internacionais de bens, serviços, capital e trabalho, mas não o podem parar. Tem havido pouco esforço para regular a migração internacional, numa base multilateral. A Europa Ocidental desenvolveu contudo o seu próprio regime regional para a migração – o denominado espaço Schengen¹³.

10. O Espaço Schengen

O espaço Schengen é o resultado de um tratado entre membros da União Europeia o qual consagra a livre circulação de bens e pessoas. Dele fazem parte 15 países, entre eles a Noruega e a Islândia – dois países não membros da União Europeia – mas não inclui o Reino Unido, a Irlanda, nem os novos Estados membros.

A definição geográfica deste espaço é o próprio espaço geográfico dos países aderentes. Nele, os residentes da União Europeia e os países terceiros podem viajar livremente sem terem de se submeter a controlos sistemáticos de passaportes, com algumas excepções, pois há, contudo, alguns casos concretos de cidadãos que têm de fazer prova da sua identidade, reservando-se os Estados-Membros o direito de reintroduzir controlos nas fronteiras por períodos limitados e em circunstâncias excepcionais.

Apesar das facilidades oferecidas, e devido à existência frequente de casos de migração ilegal ou de incumprimento da lei, a Convenção de Schengen prevê a aplicação de certo tipo de medidas na luta contra a criminalidade, tais como a cooperação internacional entre as autoridades policiais e judiciárias nacionais. Igualmente por esta razão, os Estados-Membros têm responsabilidade acrescida no que se refere ao controlo das suas fronteiras externas, sendo estes os únicos pontos onde se fazem controlos sistemáticos de quem entra e de quem sai da União Europeia. As fronteiras externas não correspondem apenas aos postos fronteiriços; incluem também

¹³ O acordo Schengen foi celebrado em 1985, entre a Alemanha, a Bélgica, a França, o Luxemburgo e os Países Baixos, com o objectivo de suprimir progressivamente os controlos nas fronteiras comuns e instaurar um regime de livre circulação para todas as pessoas que sejam nacionais dos Estados signatários, de outros Estados membros ou de países terceiros. A convenção de aplicação do Acordo de Schengen, assinado em 1990, prevê o levantamento das fronteiras internas e um reforço das fronteiras externas, de forma a “tentarem” garantir um determinado nível de segurança dentro do espaço Schengen.

os aeroportos internacionais, os portos marítimos e algumas estações de caminhos-de-ferro, que são agora pontos de entrada para toda a União Europeia.

Apesar de, quer a Irlanda, quer o Reino Unido, não aplicarem as disposições Schengen relativas aos controlos nas fronteiras, continuando a identificar as pessoas que entram no seu território – com excepção dos nacionais destes dois países - o direito dos cidadãos europeus de entrarem e viverem neste estados-membros não é afectado. Assim, e como proclama uma das resoluções do tratado de Schengen, qualquer pessoa que resida na União Europeia deve poder circular livremente de um país para outro e viver onde quiser, independentemente de ser nacional de um Estado-Membro, ou um imigrante legal, oriundo de outro país.

Os visitantes de países terceiros podem entrar no espaço Schengen e aí viajar livremente durante um período máximo de três meses, desde que satisfaçam determinadas condições. Devem, para o efeito, possuir um documento de viagem válido, poder explicar as razões da visita e ter dinheiro suficiente para cobrir as suas despesas correntes. Alguns deles terão de obter um visto para entrar na União Europeia. As normas, em matéria de vistos, foram harmonizadas, havendo uma lista comum de países cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto. Além disso, qualquer nacional de um país terceiro, detentor de um passaporte e de uma autorização de residência válida emitidos num país Schengen, não precisa de visto quando viaja, por curtos períodos, noutros países do espaço Schengen. Esta disposição reduz consideravelmente os obstáculos de ordem administrativa para os membros da família que não sejam cidadãos comunitários.

A União Europeia está já a coordenar normas e procedimentos em matéria de admissão de cidadãos não comunitários e das suas condições de residência. Porém, pretende ir mais longe, reconhecendo que estes migrantes podem ocupar postos de trabalho vagos, colmatar certas penúrias de mão-de-obra qualificada e contribuir para rejuvenescer a população da Europa. A UE deseja, por conseguinte, ajudar estas pessoas a integrar-se plenamente em todos os aspectos da vida económica, social, cultural e cívica. Este objectivo exige uma intervenção em áreas como a política de emprego, a não discriminação e a inclusão social. Implica igualmente que seja dada especial atenção à educação, formação linguística e acesso aos serviços sociais e a outros.

É necessário assegurar a existência de meios legais equitativos para entrar na União Europeia de forma a contribuir para diminuir as pressões exercidas pela migração clandestina e o tráfico de seres humanos. Neste sentido, é imperioso reforçar as fronteiras externas da UE. Com o alargamento da UE, os novos Estados-Membros são responsáveis pela vigilância de extensas áreas das fronteiras externas da União Europeia. Alguns destes Estados estão a usufruir de fundos comunitários para elevarem as suas competências, equipamentos e processos ao nível exigido pela UE. Logo que este objectivo seja alcançado, serão eliminados os controlos fronteiriços entre estes estados e o resto dos países da UE, passando os primeiros a estar incluídos no espaço Schengen de livre circulação.

A liberdade de circulação na União Europeia tem-se constituído como uma enorme vantagem para os cidadãos legais. No entanto, a abertura de fronteiras tem levado à proliferação de crimes transnacionais, de tráfico de droga, terrorismo e tráfico de seres humanos. Para poder lutar contra estes fenómenos, a UE precisa de uma política mais eficaz e comum em matéria penal. Os acordos bilaterais/multilaterais variam na UE, de região para região, o que levou à implementação de diferentes níveis de segurança no espaço comum Schengen. Este tipo de distorções deve ser evitado. Após a cooperação policial ter sido formalmente integrada na UE, ainda não foi possível adoptar uma abordagem comum nesta área. A migração tem aumentado, de um modo constante, ao longo do período pós-guerra, na ausência de um regime ou de qualquer tipo de processo multilateral efectivo.

A UE e o Espaço Schengen constituem de facto importantes excepções. As políticas nacionais e internacionais de controlo migratório devem ser reduzidas a um problema de acção colectiva.

Os Estados estarão mais decididos a abrir as suas economias ao comércio e, por extensão, às migrações, se existir algum tipo de regime internacional ou poder hegemónico que regule eficazmente os fluxos migratórios internacionais, à semelhança do regime que existe para o comércio (GATT/WTO) ou para as finanças internacionais (FMI/Banco Mundial).

11. Emigração e Desenvolvimento

As migrações internacionais, embora sendo um processo histórico, tornaram-se, a partir da II Guerra Mundial, um dos factores predominantes de interacção entre sociedades com diferentes níveis de desenvolvimento, estando nas agendas políticas. As desigualdades internacionais e as redes migratórias parecem continuar a influenciar a quantidade e a direcção das migrações. Para muitos países do sul, a emigração é um dos aspectos da crise social que acompanha a sua integração no sistema global e o seu desenvolvimento económico e social. Segundo Sassen (1996), os processos migratórios ainda são alimentados pela existência de ligações materiais e ideológicas de colonização, de processos contínuos do alargamento dos mercados e por outros factores, tais como língua comum e ligações comerciais e de comunicações intensas entre diferentes países.

A abordagem teórica, que apresentamos nos pontos anteriores, interrelaciona as migrações com o processo de desenvolvimento das economias, quer na perspectiva da sua modernização, quer segundo o grau de dependência existente entre elas, quer como forma de articulação dos espaços entre os países.

O estudo da ligação entre movimentos migratórios e desenvolvimento coloca em análise a questão do próprio conceito de desenvolvimento e de crescimento económico. Alguns autores consideram que o processo de desenvolvimento dos países passa pela transformação estrutural da economia (acumulação de capital físico e humano, alterações ocorridas na composição da procura, produção e comércio) necessário ao crescimento económico (Glytsos, 2002). Por outro lado, o conceito de desenvolvimento é relativo no tempo, no espaço e no contexto em que os países se inserem, como podemos constatar nos capítulos seguintes. “As migrações são, frequentemente, o resultado do desenvolvimento económico e social..., podem contribuir para o processo de desenvolvimento e de melhores condições económicas e sociais ou, alternativamente, ajudar a perpetuar a estagnação e a desigualdade (Castles, 2000:269). O conceito de desenvolvimento é mais abrangente englobando o crescimento económico. Não existe, de facto, desenvolvimento sem crescimento económico, embora o contrário seja comum.

Segundo Castles (2000), o processo de desenvolvimento de um país gera migrações, já que a melhoria de condições económicas e educacionais proporciona nos indivíduos a vontade de procurarem melhores oportunidades noutros países. “Os mais pobres raramente emigram; fazem-no aqueles sectores de certos recursos mais afectados pela disparidade dentro do país de partida entre expectativas de vida modernas e os meios económicos para as alcançar” (Portes, 1999:3).

Castles (2000:272) reforça que as classes mais pobres tendem a não emigrar porque não dispõem “...de capital económico e de capital cultural para conhecer as oportunidades existentes, e do capital social (ou redes) para, com sucesso, encontrar trabalho e lidar com um novo ambiente”.

Fisher (1997), a respeito da ligação entre emigração e desenvolvimento, conclui que o impacto da migração internacional no desenvolvimento da maior parte dos países tende a ser positivo mas sobretudo a curto prazo. A emigração raramente parece ser capaz de induzir mudanças sociais e económicas necessárias ao avanço do desenvolvimento da maior parte dos países emissores (Fisher et al., 1997:128).

Shrestha (1987) sustenta que os efeitos positivos causados pela emigração geram um valor acrescentado se forem potencializados com oportunidades de desenvolvimento local a longo prazo.

Cada vez mais países serão afectados pela migração, com o aumento da diversidade das regiões de origem. As diversidades de origens dos migrantes são numerosas a um nível económico, social e cultural. Só com o desenvolvimento dos países do sul assentes num crescimento económico que absorva a totalidade de pessoas aptas para o trabalho, poder-se-á reduzir as migrações internacionais.

A curto prazo, nem as medidas restritivas nem as estratégias de desenvolvimento podem travar as migrações internacionais, devido ao elevado fosso no respeitante ao desenvolvimento no sistema global desigual.

São inúmeros os efeitos do fenómeno migratório no país de origem dos migrantes. Nestes países “as migrações podem constituir – se como um obstáculo em virtude da punção de pessoal qualificado (*brain drain*), permitindo que jovens trabalhadores dinâmicos vão para o exterior reduzindo assim as pressões para a mudança social” (Castles, 1999:30). Em situações de desemprego e sub-desemprego

existentes nos países de emigração, esta reduz a oferta de mão-de-obra, podendo diminuir a incidência destes fenómenos e simultaneamente contribuir para aumentar os salários.

Por outro lado, Kearney (1986) defende que a perda da população através dos fluxos migratórios enfraquece a economia do país emissor. Como já foi por nós abordado os autores da teoria do capital humano explicam o crescimento contínuo dos países mais desenvolvidos (através da concentração de capital humano) e o acentuar da estagnação (ou regressão) nos países de emigração dado o esvaziamento do mais valioso recurso económico – esse mesmo capital humano.

Este processo, segundo Castles (1999:30), “só é rentável para o país de emigração, no caso de os ganhos em termos de capital humano (aumento de qualificações e de produtividade) conseguidos (...) no estrangeiro, poderem ser produtivamente utilizados, aquando do regresso, e se os rendimentos, transferidos do país de imigração para o de emigração, forem superiores aos custos de criação do migrante”.

Um dos impactos mais visíveis da emigração no país de origem advém das remessas enviadas pelos emigrantes, dependendo estas e, segundo Puri e Ritzema (1999) do desempenho económico e político e da estabilidade das taxas de juro e cambial do país de origem e ainda das características económico - sociais do emigrante nomeadamente o nível salarial auferido, o número de dependentes, o nível educacional, a propensão para o consumo ou o aforro, os anos de emigração, etc.

As remessas dos emigrantes têm efeito macroeconómico, sendo de grande importância para as contas nacionais de muitos países de emigração, melhorando a situação da balança de pagamentos, sendo, segundo a OIT (2005), a segunda fonte de financiamento dos países em desenvolvimento.

A Comissão Europeia (2005) conclui que as remessas dos emigrantes se destinam à manutenção do agregado familiar, à melhoria da habitação, ao consumo de bens duradouros, ao pagamento de dívidas e educação. Com menor frequência, as remessas são investidas em actividades produtivas, na compra de terras e de pequenos negócios. Estas remessas podem conduzir ao aumento das desigualdades sociais no país de origem já que canalizadas directamente para as famílias dos emigrantes, não beneficiam as famílias mais desfavorecidas. No entanto, as remessas, a longo prazo, se forem articuladas com políticas macroeconómicas adequadas, terão um impacto económico

relevante dado que o investimento, geralmente, cria postos de trabalho. As remessas dos emigrantes podem também gerar efeitos de dependência, nos países emissores, encorajando a continuidade de emigração da população em idade activa.

Os efeitos positivos das remessas no país de emigração podem ser maximizados pela acção do Governo, se este aplicar políticas macro económicas fortes e se promover a estabilidade política de modo a responder ao estímulo gerado, potencializando o seu efeito nas estruturas económicas e sociais do país.

É necessário manter as ligações sociais com o país de origem. O desenvolvimento de associações de emigrantes, no país de origem, ajuda a manter o relacionamento com a comunidade local. Estes laços de ligação transnacional assumem geralmente o papel de motores de desenvolvimento local, tornando-se os emigrantes transmissores de conhecimentos, de poupanças e tecnologia, investidores e garantes de bem-estar no país de origem. No entanto, e segundo a OIT (2004:23), corre-se o risco de criar-se uma cultura de emigração segundo a qual esta se torna um rito de passagem para jovens.

Existe um efeito positivo causado pelas migrações no respeitante ao alívio da pressão demográfica nos países de emigração, já que muitos países subdesenvolvidos registam fortes ritmos de crescimento demográfico com posteriores dificuldades crescentes na sua integração no mercado de trabalho. Russel (1992) argumenta, a este respeito, que a perda da população através dos fluxos migratórios enfraquece a economia do país emissor.

Um conhecimento mais aprofundado sobre os fluxos migratórios internacionais, a nível das suas consequências e impactos nos países emissores e receptores, contribuirá certamente para a compreensão da nova ordem mundial do Século XXI.

A curto prazo, as evidências empíricas indicam que a migração tem diversos impactos para os países de emigração e de imigração. Os impactos económico-sociais, causados pela migração no país de acolhimento prendem-se essencialmente: (1) com a alteração da estrutura populacional; (2) impactos fiscais; (3) partilha de oferta de emprego; (4) novas experiências culturais; (5) custos de serviços sociais e de formação linguística; (6) menores salários locais. Contudo, os impactos da migração a longo termo são difíceis de serem contabilizados, devido à complexidade das situações reais. Será a imigração a solução para o envelhecimento demográfico dos países de acolhimento?

Segundo projecções das Nações Unidas, a população com mais de 60 anos, que no ano de 2000 era de 606 milhões, deverá atingir, em 2050, 1,9 milhares de milhão. Mas é na Europa que os resultados demográficos mais significativos serão alcançados no que diz respeito à problemática do envelhecimento demográfico. Os europeus¹⁴ enfrentam hoje uma inédita mudança devido quer à diminuição da taxa de natalidade, quer ao aumento da esperança média de vida. Segundo um relatório apresentado em 2005 pela Comissão Europeia (CE), a taxa de natalidade média nos países da União Europeia (UE) está abaixo do valor mínimo para a renovação da população (cerca de 2.1 filhos por casal), tendo passado para 1.5 filhos em muitos países, nomeadamente em Portugal. Esta taxa de fertilidade é insuficiente para a substituição da população, fazendo diminuir a população activa. Portugal é um país envelhecido, podendo mesmo tornar-se, a médio prazo, – e a avaliar pelas estimativas apresentadas pela CE, – um dos países mais envelhecidos da UE. Para além de ser expectável uma diminuição da população portuguesa até 2050 (dos actuais 10.475 milhões para 10.009 milhões de habitantes), espera-se que, a partir dessa data, Espanha, Itália e Portugal registam as percentagens mais elevadas de idosos da UE e as mais baixas de trabalhadores com idades entre os 15 e os 64 anos: o Eurostat prevê que, em Portugal, os idosos – que representavam 16,9% da população em 2004, – passem a significar 31,9% em 2050. A população portuguesa com menos de 15 anos tem vindo a diminuir, prevendo-se que, entre os anos 2005 e 2010, a percentagem de população com 65 ou mais anos passe a ser superior à da população com menos de 15 anos. Para que a relação entre a população activa (15-64 anos) e idosa (mais de 64 anos) se mantenha, o saldo migratório anual terá de ser, até 2021, de mais 188 mil pessoas. Tendo sido de 27 mil o valor médio da emigração estimado em 2002, para se alcançar esse saldo migratório nos próximos anos serão necessários, anualmente, 215 mil imigrantes.¹⁵ A improbabilidade deste valor ser alcançado, não só em Portugal mas também na Europa, refuta por completo a ideia de que a imigração poderá contrair, per si, a tendência da diminuição da população activa. No entanto, entre as variáveis demográficas, as migrações internacionais surgem indubitavelmente como as mais passíveis de actuar em termos demográficos. “A população estrangeira aparece como factor dinamizador da população portuguesa na

¹⁴O relatório elaborado em conjunto pelo executivo comunitário e pelo Comité de Política Económica estima que a população europeia será ligeiramente inferior à actual mas “notoriamente mais idosa”, sendo que até 2050, a população em idade de trabalhar (15 aos 64 anos) deverá diminuir 16%, ou seja, 48 milhões de pessoas, relativamente ao corrente ano (JP, 13 de Fevereiro de 2006).

¹⁵ ACIME, JN, 20 de Janeiro de 2003, p.4.

medida em que é uma população, em média, 7,3 anos mais jovem do que a portuguesa. Mas a imigração, embora atenuada, não é solução realista para o envelhecimento demográfico. Os imigrantes tendem a adoptar o comportamento demográfico do país de acolhimento, ou seja, eles próprios vão ter menos filhos, melhor saúde e envelhecer” (Carrilho, 2002).

Relativamente aos efeitos da migração nas regiões de origem, Guilhoto e Sandron, (2003:81) sustentam que “a migração relaciona-se com quase 2,9% da população mundial e, apesar da sua visibilidade, não representa, para a maioria das pessoas, uma alternativa para o desenvolvimento das suas regiões”.

O fenómeno das migrações de si clássico, necessita de ser questionado neste mundo global, desafiando disciplinas como a sociologia, a antropologia social e a geografia económica. É necessário trabalho de campo nas diversas regiões com o objectivo de melhor compreender/intervir nas mudanças sociais causadas pelas migrações. Os emigrantes, enquanto permanecem no estrangeiro, podem transferir através de redes ou canais formais ou informais, conhecimentos, remessas, fundos de investimento e tecnologia para o seu país de origem. Estas diferentes formas se forem utilizadas eficientemente, podem contribuir para aumentar a produtividade e o crescimento económico do país, contribuindo, a longo prazo, para o seu desenvolvimento.

Os elevados níveis de desemprego estrutural em alguns países de imigração podem gerar tensões sociais e étnicas, tornando-se necessário a implementação de políticas integracionistas que promovam a unidade na diversidade, incentivando os nativos à aceitação dos imigrantes, através de campanhas de informação e sensibilização

O objectivo da política de desenvolvimento consiste em fomentar um desenvolvimento sustentável que contribua para a erradicação da pobreza nos países menos desenvolvidos e para a sua integração na economia mundial. A estes propósitos económicos e sociais, junta-se uma intenção de ordem política: contribuir para a consolidação da democracia e do estado de direito, bem como para o respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

A cooperação para o desenvolvimento, levada a cabo pela Comunidade, complementa as políticas dos Estados-Membros e, na medida do possível, está em consonância com as dos outros emissores de fundos a nível mundial, quer se trate de

Estados (Japão, Estados Unidos, etc.) ou de organizações internacionais (Banco Mundial, FMI, etc.). Por outro lado, prevalece uma preocupação de articulação entre a política de cooperação para o desenvolvimento e as demais políticas comunitárias, nomeadamente a política agrícola comum e a política comercial comum, e a política de migração, susceptíveis de afectarem os países menos desenvolvidos.

Actualmente, são quatro os aspectos europeus do *Acquis Communautaire* em matéria de migração: “(1) liberdade de circulação; (2) aspectos da política (...) e de migração; (3) criação da cidadania europeia¹⁶; (4) Leis anti-discriminatórias” (Geddes, 2003:126).

A Comissão Europeia, com fundamento nos instrumentos legislativos, acentua a importância não só do relacionamento entre os aspectos de segurança interna e política externa, mas também a promoção do desenvolvimento dos países de origem dos migrantes, promovendo a sua mobilidade e participação no seu país natal.

As políticas migratórias dos países mais desenvolvidos são actualmente mais restritivas, privilegiando a entrada de imigrantes com maiores habilitações levando, assim, não só à diminuição dos trabalhadores pouco qualificados nos países menos desenvolvidos mas também podem causar o *brain drain*, agravando o desnível, em termos de desenvolvimento, entre os países emissores e receptores.

Espera-se a construção de uma política harmonizada de imigração que tenha em conta os interesses e maximize os benefícios da UE, dos países de origem dos imigrantes e dos próprios imigrantes, tendo como principal pressuposto o crescente *desenvolvimento de laços* a nível político, económico, cultural e social entre os imigrantes e o seu país de origem.

Propomos a articulação entre as políticas de migração e de cooperação para o desenvolvimento que tenham como objectivo principal o emigrante, as suas aspirações, a aplicação das remessas, a redução de incentivos à emigração, aproveitando também, a este respeito, o importante papel desempenhado pelas associações de desenvolvimento local (ADL). A ligação entre migrações e desenvolvimento promove o aprofundamento da necessária articulação entre a política de imigração (com regras definidas de entrada e integração dos imigrantes nas sociedades de acolhimento, nas vertentes social,

¹⁶ O Mercado Único Europeu institui uma espécie de cidadania económica, direccionada em alguns aspectos relacionados como direitos civis, como o direito ao trabalho. Economicamente a cidadania traduz-se na capacidade do Estado de recolher contribuições e impostos e de redistribuir através de oferta de bens públicos.

política, económica e cultural) e a política de cooperação para o desenvolvimento que procura agir localmente promovendo o desenvolvimento nos países de origem, por forma a reduzir a pressão para a emigração.

Quanto à importância das remessas no desenvolvimento económico, O'Neil (2003), defende que estas se constituem como o objectivo central do desenvolvimento dos países de origem. Aponta para o fomento da eficiência das remessas: a implementação de políticas macro económicas ligadas ao investimento, de modo a criar empresas ou a desenvolver infra-estruturas no país de acolhimento, a redução dos custos de envio das remessas e o incentivo ao uso de serviços financeiros. Relativamente a este último factor, Castles (1999:31), sustenta que “o dinheiro transferido pelos sistemas bancários pode revelar-se mais propício ao investimento que as transferências em numerário”. A política de imigração articulada com a cooperação para o desenvolvimento ao tentarem “reduzir as disparidades internacionais, em termos de desenvolvimento, estão a contribuir para o desenvolvimento sustentável do país de origem, o que, a longo prazo, poderá reduzir o incentivo à emigração” U.E. (2000:6).

A migração cria obviamente possibilidades de desenvolvimento nos países de origem através da circulação do capital humano adquirido no país de acolhimento, por meio de fluxos de migração circular.

Enquanto que a emigração permanente reduz a incidência de desemprego nos países de origem, já que os emigrantes mantêm o posto de trabalho no país de acolhimento e a migração circular reduz a reunificação familiar regressando o emigrante à sua terra natal frequentemente visitando a sua família. O emigrante ao visitar frequentemente a sua terra natal vai introduzindo novas ideias, iniciativas e até oportunidades de negócios.

Partindo da premissa que os emigrantes são agentes de desenvolvimento dos países de origem deve-se potencializar a sua acção, facilitando a circulação dos emigrantes entre os países de origem e os países de acolhimento sem perda do estatuto no país de residência; e fomentar o envio de remessas, e a participação dos mesmos em projectos de desenvolvimento que estimulem a economia dos países de origem. A articulação entre as políticas de imigração e de cooperação dentro de uma lógica¹⁷ de

¹⁷ C.E. 2000, 2002 e 2004.

coerência, coordenação, complementaridade e consistência, podem gerar importantes sinergias no desenvolvimento dos países de origem.

Se forem criadas condições sustentáveis de crescimento nos países de origem com vista ao seu desenvolvimento, reduzir-se-ão os diferenciais de rendimento entre os países de origem e de acolhimento, e conseqüentemente, diminuirá a emigração e aumentará o regresso.

Torna-se imperioso o incremento das remessas financeiras para que se convertam em elementos produtivos e de transformação positiva nos países de origem.

Estimular os países de acolhimento a implementarem políticas que proporcionem a integração sócio-económica de todos os migrantes, por meio do acesso ao mercado de trabalho, aos serviços públicos de saúde, habitação, educação, assim como à implementação de políticas de combate ao racismo, à xenofobia e qualquer outro tipo de intolerância, deve ser um imperativo de uma política de migração.

Schurkens (2000) considera que os emigrantes com melhores níveis de educação apresentam maior grau de empreendedorismo aquando do regresso à sua terra natal.

O país de origem deve incentivar a melhor aplicação das remessas, em actividades produtivas e de investimento a nível local. Neste sentido, deve: (1) facilitar o envio das mesmas; (2) reduzir os custos de transferência; (3) garantir o acesso aos serviços bancários e potenciando e/ou formulando o sistema de incentivos fiscais nos países de origem; e (4) fomentar o espírito empreendedor local, enquanto instrumento de concretização de projectos de desenvolvimento e incentivos ao regresso. Neste sentido, o poder público local tem necessariamente um grande papel a desempenhar.

A procura de soluções para problemas como as desigualdades regionais e o domínio dos países desenvolvidos sobre os fluxos económicos, incluindo a mão-de-obra, ficar-se-ão certamente pelos debates políticos nas próximas décadas.

CAPÍTULO II – ESPAÇO, REGIÃO E TERRITÓRIO

A referência a meios rurais e periféricos implica obviamente a definição de espaço, de região e de território. Assim, introduzimos, neste capítulo, uma breve reflexão sobre aqueles conceitos, em razão das mudanças teórico – metodológicas motivadas pela dinâmica espacial.

1. A Geografia Tradicional

Embora muitos autores tenham contribuído para desenvolver ideias e métodos regionais, o conceito de região está associado ao trabalho do geógrafo (Becker e Egler 1994:14). É contudo, fruto da colaboração interdisciplinar de diversas ciências, nomeadamente a Economia, a Sociologia, a Arquitectura, a História, a Demografia, entre outras, já que o espaço apresenta peculiaridades que, por vezes, só encontra explicação na intercepção dos diversos campos disciplinares.

O pensamento geográfico tem abordado o conceito de região de diferentes formas segundo as concepções teórico – metodológicas das diversas escolas.

Segundo a origem etimológica da palavra “região” que deriva do latim *regere*, significando domínio, podemos deduzir que o conceito sempre esteve ligado a mecanismos de dominação, fruto de uma situação hegemónica de poder.

O significado de região, como unidade administrativa, emerge desde o fim da Idade Média, definindo os limites da autonomia dos poderes locais na gestão do território dos Estados Modernos (Gomes e Correia, 1995). Com o Renascimento, a região ganha relevância em função dos valores económicos nela existentes.

O conceito de região segue uma “(...) postura progressista ao longo da história apoiada na explicação racional do mundo” (Leite, 1994:17).

Com a Revolução Industrial e consequentes mudanças na economia e na estrutura social, o Homem adquire poder sobre o meio físico (ambiente). No século XIX no campo da Geografia, o conceito dominante de região, sob a influência Darwiniana e da concepção filosófica e pressupostos metodológicos do positivismo de Auguste

Compte (1798-1857) essencialmente pelo organicismo¹⁸, era o de região natural, cuja gênese está ligada ao determinismo ambiental. Friedrich Ratzel (1882), na sua obra *Anthropogeographie*, refere-se à influência determinante dos factores físicos sobre o destino dos povos e à necessidade de luta de cada espécie, incluindo a humana pelo seu espaço vital.

Mais tarde, Friedrich Ratzel (1914) considera que a postura do Homem em relação à natureza é determinada pela sua cultura.

Com Paul Vidal de La Blache (1845-1918) o espaço natural deixa de ser o palco privilegiado da análise geográfica. Este autor, sob a influência do historicismo (ligado ao desenvolvimento das correntes filosóficas neo-idealistas e neo-Kantianas) que via o Homem como um agente transformador do meio físico desenvolveu com base nas ideias lançadas por Alfred Hettner, um outro paradigma geográfico, o Possibilismo (Corrêa, 1986).

Vidal de La Blache fundamenta a sua teoria na emergente sociologia de Emile Durkheim, para quem os processos sociais são partes de um todo que se orientam harmonicamente. Assim, e segundo esta teoria o conceito de região adquire nova amplitude baseada no conceito de “modo de vida” (o espaço, como objecto de estudo, seria o produto da interacção entre uma sociedade localizada num determinado meio natural). O espaço geográfico humanizado e o ambiente natural passam a ser vistos numa relação de reciprocidade, com maior ênfase na acção humana do que nos determinantes da natureza.

A geografia regional, como campo teórico e metodológico, emerge da corrente possibilista de Vidal de La Blache, baseada nos ideais do expansionismo francês em conflito com o imperialismo alemão, assente nos pressupostos do determinismo de Friedrich Ratzel. “Ao invés do que pretende a ilusão determinista, é o destino humano que modela a fisionomia das regiões e lhe confere a sua *personalidade* geográfica (Ribeiro, 1960 : 80).

Em cada lugar, área ou região, a conservação e interacção das diversas categorias de fenómenos reflectiam-se numa paisagem distinta, que surgia de modo objectivo e concreto.

¹⁸ O Organicismo corresponde à fase do positivismo que supunha que as mesmas leis que ordenavam os organismos vivos poderiam ser utilizados para situações do espaço geográfico. Tornava-se necessário adoptar os princípios das Ciências Naturais: observação, localização, descrição, experimentação, entre outros, que eram os denominados “princípios geográficos”.

Ao estudar a região, o geógrafo tenta compreender a sua totalidade. Esta totalidade, resultante da multiplicidade dos fenómenos (físicos e humanos), assinala a influência relativamente inconsciente, da filosofia de Hegel no trabalho do geógrafo. A noção de pluralidade de fenómenos está no âmago do conceito de paisagem o que possibilitou considerar-se as regiões como entidades objectivas, independentemente do observador, sendo “objectos concretos” da análise geográfica (Hartshorne, 1939, 1978).

Procurando estudar a distribuição dos fenómenos à superfície da Terra, a Geografia Geral analisa cada categoria de fenómenos de maneira autónoma e específica, resultando daqui a Geografia Sistemática ou Tópica e a subdivisão da Geografia (Geomorfologia, Climatologia, Biogeografia, Geografia da População, Geografia Rural, Geografia Urbana etc.). A Geografia Regional procura estudar todos os aspectos presentes numa superfície delimitada por características homogéneas a fim de salientar a visão global e totalizadora da região.

Todos os aspectos físicos e humanos se interpenetram como resultado da evolução histórica, conferindo-lhe carácter homogéneo. Nas palavras de Vidal de La Blache (1921: 25), a região é um “(...) espaço em que se sintetizam o ambiente natural e o aproveitamento que o Homem faz do meio”. A região geográfica é um produto do Homem.

A introdução de um terceiro paradigma no pensamento geográfico – o método regional¹⁹ – não é o predomínio do determinismo ou do possibilismo que define a região, mas a integração dos fenómenos heterogéneos num dado espaço, «(...) o importante é o método de identificação das diferenciações de áreas, que são resultado de uma integração única e particular de fenómenos heterogéneos» (Hartshorne, 1939: 643).

A Geografia tradicional fundamenta-se, assim, nos conceitos de paisagem e região, secundarizando a abordagem espacial. Segundo Hartshorne (1978) o espaço é entendido como receptáculo, o todo onde tudo se dá e processa.

¹⁹ O método regional foi estudado desde o séc. XVII, por Varenius, passando por Kant e Ritter, nos Séc.(s). XVIII e XIX, respectivamente. Contudo, este método foi esquecido em função da disputa entre o Determinismo e o Possibilismo (na passagem do séc. XIX para o séc. XX). Com Hartshorne (1939), a partir dos anos 40 voltou a ser valorizado especialmente nos E.U.A.

O método regional assenta na catalogação dos lugares, sendo difundido nos países que possuíam grandes impérios coloniais – sobretudo França e Inglaterra –, pois catalogava todas as informações necessárias sobre as regiões dominadas pelas potências imperialistas: riquezas minerais, relevo, clima, vegetação, etc.

Com a introdução dos conceitos de modo-de-vida, civilização (hábitos, costumes, valores, atitudes de um povo) e de circulação, a Geografia Regional passou a ser o objecto e o produto final da ciência geográfica.

A região de Vidal de La Blache, é uma região desintegrada economicamente do resto do mundo, restringindo a região a espaços individualizados e homogéneos. As fronteiras inter-regiões eram tão vagas quanto os limites das suas singularidades.

Das duas concepções de região na Geografia tradicional, Região Natural e Região Humana ou Geográfica, a constituição desta última é mais relevante já que é nesta que ocorre a acção humana, com a sua cultura e as suas actividades económicas.

“O geógrafo parte de uma *atitude* clara para chegar a uma *explicação* extremamente matizada, combinando com subtileza os ingredientes físicos e humanos, aqui carregando a mão em incontestáveis influências do ambiente, ali temperando-as com recursos de civilização que impõe às regiões o estilo de organização próprio daqueles que as habitam” (Ribeiro, 1960:112).

A Escola Francesa predominou no século XX até finais da década de 40 nos E.U.A. e perdurou até finais dos anos 60 em França mas com repercussão em várias partes do mundo.

Posteriormente com Paul Claval e Horácio Capel surge nos E. U. A. uma Nova Geografia, fascinada pelo desenvolvimento tecnológico, difundindo-se posteriormente a Inglaterra e nos finais dos anos sessenta, a França e a Espanha. Em Portugal, só em 1972, com a dissertação de doutoramento de Jorge Gaspar, relacionada com a aplicação do Modelo de Walter Christaller à área de influência de Évora se inicia a corrente da Nova Geografia.

2. A Nova Geografia ou Geografia Teorética – Quantitativa.

Após a II Guerra Mundial, a expansão do Capitalismo e do progresso técnico coincide com o desmantelamento dos impérios coloniais, a partir dos anos 60. Esta expansão tem inúmeras consequências afectando tanto a organização social como as formas espaciais criadas pelo Homem.

O período pós-guerra marcado por um forte crescimento, coloca o problema da sua distribuição equitativa a nível espacial (regional), do controlo dos movimentos migratórios e da racionalização dos recursos disponíveis.

Face às transformações políticas, económicas, sociais e intelectuais que se impunham, surge a necessidade de os Estados Modernos adoptarem procedimentos indispensáveis ao desenvolvimento de políticas de planeamento nos seus respectivos territórios, “repensando” e “recriando” para tal o conceito de região.

Sob a influência do Neopositivismo, – Positivismo Lógico – que adopta a linguagem matemática e estatística, desenvolveu-se uma forte tendência do pensamento científico – a Teoria Analítica. Na Geografia, este movimento é denominado por “Revolução Quantitativa e Teorética”. A Geografia envolvida por um movimento de renovação, supera as dicotomias tradicionais e os procedimentos metodológicos da Geografia Regional, busca novos caminhos, novo objecto, novos conceitos, novos métodos para enriquecer uma ciência geográfica que nasce com o nome de Nova Geografia.

A fim de traçarmos um panorama genérico sobre a Nova Geografia no contexto científico global, especificamos resumidamente alguns dos seus fundamentos básicos:

1. *Maior rigor na aplicação da metodologia científica.* Sob a influência do positivismo lógico não há metodologia específica para uma ciência, mas para o conjunto das ciências. As ciências diferenciam-se umas das outras pelo seu objecto. Cada ciência contribui para a compreensão da ordem e da estrutura existentes, e o sector da Geografia é o das organizações espaciais. Considerando a metodologia científica como o paradigma para a pesquisa geográfica, a Nova Geografia salienta a necessidade de maior rigor no enunciado e na verificação de hipóteses, assim como na formulação das explicações para os fenómenos geográficos não só presentes e/ou passados mas também a previsão do estado futuro dos sistemas de organização espacial (Harvey, 1969). A

Nova Geografia, sintonizada com as transformações teórico-metodológicas, procura atribuir maior cientificidade ao conceito de região, o que significou eliminar a subjectividade e impor maior unicidade aos critérios de classificação.

2. *Desenvolvimento de teorias* – Sob a influência do paradigma da metodologia científica, a Nova Geografia desenvolveu teorias relacionadas com as características da localização e distribuição espaciais dos fenómenos. Saliente-se a facilidade com que os geógrafos passaram a trabalhar com teorias disponíveis em outras ciências, como as teorias económicas, mormente as relacionadas com a localização/distribuição e hierarquia dos lugares – Teorias de Christaller (1966), Von Thünen (1826), Losch (1940) e Weber (1909).

3. *Uso de Técnicas estatísticas e matemáticas e a teoria dos sistemas* – A Geografia Quantitativa coloca grande ênfase em técnicas de Análise Espacial e Geoestatística (Bailey e Gattrel, 1995) e, assim, conceitos advindos da Estatística Espacial passam a fazer parte do repertório dos geógrafos. Em particular, sobressai a ideia de autocorrelação espacial baseada num espaço geográfico complexo e sistémico, ou seja, qualquer variável espacializada tem um valor que só pode ser mensurado quando relacionado com os espaços vizinhos – axioma da moderna ciência geográfica. É a autocorrelação espacial que justifica a criação de uma ciência autónoma, – a Geografia. Não se considerando esse axioma, as distribuições dão-se ao acaso.

A Nova Geografia atingiu um elevado nível de explicação da estruturação e do funcionamento do espaço geográfico, ao utilizar a ideia sistémica. Um sistema compreende três componentes: “ (1) um conjunto de elementos; (2) um conjunto de ligações entre esses elementos; e (3) um conjunto de ligação entre o sistema e o seu ambiente” (Harvey, 1969:451). Os sistemas podem ser abertos ou fechados, de acordo com as circunstâncias de troca, ou não, de energia com o exterior.

O estudo da região pode ser caracterizado como um sistema aberto nas diversas interrelações que a região mantém com os espaços vizinhos ou próximos. Muitos geógrafos, encontrando similitudes entre um sistema aberto e um sistema regional, passaram a considerar a região não como um fenómeno único mas como parte de um sistema em comunicação com conexões, que se contrai e expande segundo as necessidades (Dumolard, 1982).

4. *O uso de modelos* - Intimamente relacionado com a verificação das teorias, com a quantificação e com a abordagem sistemática, desenvolveu-se o uso e a construção de modelos. A construção de modelos pode ser considerada como estruturação sequencial de ideias relacionadas com o funcionamento do sistema a fim de torná-lo compreensível e expressar melhor a interpretação da realidade.

Considerando as disparidades regionais e tendo como base a corrente filosófica do neopositivismo que fornece o direccionamento à Nova Geografia, paralelamente aos modelos surge a “explosão” do planeamento regional.

O conceito de região ganhou assim novos contornos com a Geografia Teórica-Quantitativa, a partir da aplicação de modelos matemáticos necessários ao reordenamento do espaço pós-guerra, tendo como base a eficiência máxima de cada localização. A região tem, nesta perspectiva, três abordagens fundamentais: a) região homogénea, b) região funcional, polarizada ou região nodal e c) região plano.

A região homogénea formal/uniforme “... corresponde a um espaço contíguo ou zonas com características muito semelhantes de densidade e estrutura da população, nível de produtividade, actividades agrícola e industrial. De modo geral, a estrutura económica desses espaços homogéneos identifica-se com regiões monoculturais agrícolas ou regiões industriais monolíticas” (Boudevilde, 1973: 67).

O conceito de região polarizada/funcional/nodal segundo Faissol (1978) é o de “Regiões funcionais constituídas de agregados de unidades espaciais (municípios), formando unidades maiores através da associação funcional. Relações entre os lugares e complementaridade estrutural seriam conceitos essenciais, geradores destas relações e a acessibilidade seria um ingrediente básico desta forma de organização” (Faissol, 1978: 71). Dois métodos têm sido utilizados para a delimitação das regiões funcionais/nodais: a Teoria dos Grafos e a Estatística derivada da Cadeia de Markov.

A região plano ou de programa (*planning region*), de inspiração prospectiva, ao serviço das empresas e das autoridades públicas, que é um conceito operacional e concebido para a acção. É também uma região administrativa, um espaço cujas diversas partes revelam de uma mesma decisão (Benko, 1999:18).

Com base nas diversas concepções de região, também e ainda segundo Valenti (1983), Geiger (1967), Capel (1981) entre outros, a região homogénea constitui-se como aquela cuja identidade se relacionará com características físicas, económicas,

políticas, sociais, culturais e numa determinada área. Com vista à sua delimitação, torna-se necessário que essa uniformidade seja contígua no espaço. A característica económica é a mais utilizada para a delimitação das regiões homogéneas, enquanto que a região funcional, polarizada ou nodal corresponde a um espaço heterogéneo cujas diversas partes são complementares e mantêm entre si, especialmente com os pólos dominantes, mais fluxos de relações do que com as regiões vizinhas. Valoriza-se o papel da cidade como centro de organização espacial, como centro difusor de toda a dinâmica da região. Para além de as cidades (pólos) estabelecerem as múltiplas relações (por ex. mercadorias, serviços, mão-de-obra), seu *hinterland*, dinamiza também os centros urbanos de menor dimensão num verdadeiro sistema integrado.

Lajugie, citado por Benko (1999: 18) baseando-se nas investigações anteriores elaborou a seguinte definição de síntese: “A região corresponde a uma área geográfica que constitui uma entidade que permite, simultaneamente, a descrição de fenómenos naturais e humanos, a análise de dados socioeconómicos e a aplicação de uma política. Funda-se em duas características principais: homogeneidade e integração funcional, resultando ao mesmo tempo, num sentimento de solidariedade vivida e em relações de interdependência com os restantes conjuntos regionais e com o espaço nacional e internacional”.

3. As Novas Tendências Geográficas Alternativas

A ênfase da Geografia Quantitativa, no uso de grandezas mensuráveis para a caracterização do espaço geográfico, tem sido objecto de fortes críticas. Estas críticas argumentam que, apesar dos resultados obtidos nos estudos dos padrões espaciais, as técnicas da Geografia Quantitativa não conseguem explicar os processos socioeconómicos subjacentes a estas distribuições nem capturar a componente das acções e interacções dos agentes sociais (Harvey, 1988). Esta nova corrente denominada Geografia Crítica, Geografia Humanista e Geografia Cultural é motivada pelo contexto de “uma diferenciação ideológica”. Neste contexto e a partir da década de 70 do século XX, há um pluralismo conceptual para a região. A Geografia começa, a preocupar-se de modo mais formal, com o ordenamento espacial baseado numa ética mais social.

Procura-se analisar, em primeiro lugar, os processos sociais e não os espaciais, ao inverso do que se costumava praticar na Geografia Teórica – Quantitativa, integrando-se as dimensões: temporal, ecológica, social, antropológica e espacial no estudo da realidade.

Harvey (1989), no seu livro *The Condition of Postmodernity*, faz uma análise abrangente das novas relações de produção da sociedade actual. Para Harvey (1989), a mudança cultural mais importante no estudo dos fenómenos geográficos foi a introdução de novos conceitos de espaço e tempo. O resultado da compreensão do espaço – tempo, gerada pelos avanços tecnológicos e pela crescente integração das práticas económicas, tem levado a novas definições de espaço. Castells (1999) refere-se a “espaço de fluxos e espaço de lugares”. Subjacente a esta noção está o processo crescente de internacionalização da produção capitalista, que resulta em padrões de localização que alteram as características do espaço industrial e seu impacto no desenvolvimento urbano.

É precisamente nesta dinâmica de interdependência e desenvolvimento desigual que se expressam singularidades em função das distintas potencialidades regionais e dos diversos actores de desenvolvimento e se insere a região.

A ênfase nos temas de relevância social surge com o intuito de evidenciar os mecanismos das lutas de classe, tais como: a pobreza, as desigualdades e as injustiças sociais, a deterioração dos recursos ambientais, o êxodo rural, as desigualdades espaciais e sociais nas estruturas urbanas. Torna-se assim necessário dar novas interpretações ao espaço. Nesta perspectiva, o tema do “bem-estar social” não surge como um novo ramo da Geografia mas sim para definir a Nova Geografia Humana (Smith, 1979). Considerando que a Nova Geografia provocou uma “Revolução Quantitativa e Teórica”, a preocupação com a “relevância social” tem sido considerada como indicadora da segunda “Revolução na Geografia Humana” (Smith, 1921, 1977).

Gilbert (1988) sustenta diferentes formas de contextualizar geograficamente a região. Refere região como: (1) Uma “resposta local aos processos capitalistas”, referindo-se à região como “a organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção” (Gilbert, 1988 : 209); (2) A região “(...) é uma apropriação

simbólica de uma porção de espaço por um determinado grupo, e é um elemento constitutivo da sua identidade” (Gilbert, 1988 : 210). Nesta última definição, a autora realça o conceito de região como importante meio de interacção social. Trata-se de uma visão política da região tendo como premissa fundamental a dominação e o poder como factores fundamentais na diferenciação de áreas.

Raffestin (1993:142 -143) salienta que, para se compreender o conceito de região, é necessário primeiro entender-se o conceito de território²⁰, definindo este como uma *rede de relações nas quais a informação é transmitida e reproduzida*. O território apoia-se no espaço, mas não é o espaço, é uma produção a partir do espaço. A *produção*, por causa de todas as relações que envolve, *inscreve-se num campo de poder*. Assim, podemos constatar que a região se desenvolve a partir da interacção social regional e do poder nela articulado, ou seja, da relação entre um poder central e um espaço diversificado.

As mutações económicas actuais em termos globais estão a incorporar novos problemas sociais e de equilíbrio entre os territórios. Ao lado das inovações e do desenvolvimento das novas tecnologias de informação, da maior facilidade de circulação do capital e do crescimento do comércio internacional, encontramos o aumento das desigualdades, a distância crescente entre as regiões ganhadoras e perdedoras, ausência de estratégias igualitárias de desenvolvimento regional e crescimento da pobreza.

Neste sentido torna-se necessária uma política de ordenamento territorial flexível que, tenha como objectivos principais a desburocratização, a privatização e a descentralização.

A este respeito, Becker (1986 : 56) sustenta que ”o Estado não é certamente a unidade única representativa do “político” nem o território nacional a única escala do poder. O poder tecnoeconómico é efectivo. Reduzam a autonomia dos Estados exigindo uma geopolítica de negociação e arranjos políticos entre os Estados e destes com a sociedade civil organizada, atribuindo valor estratégico aos territórios, em quaisquer escalas geográficas, segundo o seu conteúdo científico – tecnológico e informacional – em que pese o domínio e a posição nas redes – iniciativa política, em termos de capacidade de se organizarem e de negociarem em seu favor”.

²⁰ “Território é o espaço socialmente apropriado, regulado e construído” (Domingues, 2001:57).

Em suma, podemos afirmar que a Geografia já nasceu ligada aos interesses das classes dominantes, sempre procurando atender às necessidades das mesmas. Somente a partir da década de 70 do século XX, com as novas tendências geográficas alternativas – entre elas *a corrente crítica* –, a ciência geográfica começa a procurar satisfazer as aspirações da sociedade como um todo, procurando incorporar soluções tanto para as questões internas da própria Geografia – como a definição do seu objecto e das suas categorias de análise – quanto para os problemas sócio-ambientais que estão hoje colocados de maneira evidente.

As correntes e tendências que flúem nos estudos geográficos da actualidade delineiam as características e os rumos para a Geografia. Essas perspectivas enriquecem-na conceptualmente e promovem o seu dinamismo científico e utilitário.

Ao Geógrafo cabe fazer Geografia, tornando-se adepto de uma ou de outra perspectiva, ou propor validamente novas abordagens mais eficazes que as anteriores, tendo por objectivo o desenvolvimento. A intervenção do Geógrafo é aberta à interdisciplinaridade.

A evolução da noção de região permite-nos entendê-la como produto social gradualmente construído nos respectivos espaços de vida.

CAPÍTULO III – CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO

Este capítulo aborda a temática do crescimento e do desenvolvimento, analisando estes conceitos e a sua evolução. Introduce, de seguida, a discussão em torno das teorias territoriais do desenvolvimento económico, desde a questão regional à questão local.

1. Conceitos e Evolução

A Revolução Industrial e as conseqüentes transformações sociais, económicas, culturais e políticas, assim como o contínuo progresso tecnológico, permitiram o desenvolvimento do capitalismo. Após a II Guerra Mundial e com o acesso à independência dos países até aí colonizados, destacaram-se as grandes desigualdades de desenvolvimento entre, por um lado, os países que tinham sido industrializados (Europa e E.U.A) e, por outro, os territórios que tinham sido colonizados, os quais, com os seus recursos naturais, haviam contribuído para o crescimento dos primeiros.

Este conceito teórico e actual de desigualdade de desenvolvimento entre “centro/periferia” materializa-se, em Portugal, na dicotomia “litoral/interior”.

Paralelamente à criação de riqueza que não pára de aumentar, surgem problemas sociais relacionados com o aumento do desemprego, da miséria, da violência, da exclusão social, da desertificação biofísica e humana, agravando-se o fosso entre países mais pobres e países mais ricos e acentuando-se as assimetrias regionais.

O crescimento e o desenvolvimento são dois aspectos relacionados exprimindo, no entanto, realidades diferentes.

O crescimento é um fenómeno de natureza quantitativa e unidimensional, integra os meios materiais capazes de produzirem bem-estar aos indivíduos. O Produto Interno Bruto (PIB), – «medida estatística do produto total de uma economia, e conseqüentemente, do rendimento por ela gerado» –, (CE; 2000:20), constitui o indicador para medir o crescimento. O desenvolvimento emana do conceito de crescimento. No entanto, enquanto que o crescimento, é medido por indicadores

económicos que se traduzem no aumento do consumo, no desenvolvimento do comércio, no aumento do investimento, no progresso técnico e na expansão da produção modificando as estruturas económicas, o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento mas supera-a. É um conceito multidimensional essencialmente qualitativo, integra a redução das desigualdades sociais, a satisfação das necessidades básicas de toda a população, a melhoria de qualidade de vida, a garantia das liberdades e respeito pelos direitos humanos, o desenvolvimento dos diferentes ramos de produção e o planeamento territorial.

Na década de 70, surgem as primeiras reacções críticas às concepções económicas, às quais não são alheias a crise petrolífera de 73 e as profecias pessimistas de Meadows, que anunciavam um futuro eminentemente “negro”, sem energias e recursos naturais. Torna-se urgente uma mudança Cultural e Política. Na década de 70 do Século XX, as novas teorias do desenvolvimento centram-se na articulação entre o económico e o social, visando a satisfação das necessidades básicas da população, nomeadamente o desenvolvimento rural, o combate à pobreza, a criação de emprego, através da implementação de pequenas e médias empresas e políticas de redistribuição do rendimento e outras abordagens baseadas em princípios de equidade social. Por outro lado, criam-se novos instrumentos²¹ de medição das variáveis do desenvolvimento sob o ponto de vista económico, demográfico, social e cultural.

A noção de qualidade de vida, com ligação inicial ao consumo de bens materiais, evolui paralelamente ao conceito de desenvolvimento, integrando, actualmente, a cultura, a saúde, a segurança, a liberdade, a participação política e a defesa do ambiente e do património. Assim, paralelamente ao conceito de desenvolvimento humano²², surge o conceito de desenvolvimento sustentável.

Nos anos 80 do século XX, introduz-se o conceito de “sustentabilidade”. O uso de tecnologias passou a contribuir para a optimização do consumo de recursos e para a

²¹ *Económicos* (PNB e PNB *per capita*, PIB e PIB *per capita*, consumo de energia, população activa e taxa de actividade, população desempregada e taxa de desemprego); *Sociais e culturais* (Percentagem de população com água potável, taxa de analfabetismo/escolaridade, número de médicos/camas de hospital/por habitante, número de jornais/livros/televisores/por habitante); *Demográficos* (Taxa de natalidade, taxa de mortalidade infantil, esperança de vida à nascença, índice sintético de fecundidade, taxa de desemprego) e *Compostos* PQLI (Physical Quality of Life Index), IDH (Índice de Desenvolvimento Humano, IDS/MPS (Medidor de participação ajustado aos sexos) e IPH (índice de pobreza Humana).

²² O conceito de desenvolvimento humano surge em 1990 no relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano, editado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), destacando a inter-relação das estratégias de crescimento económico com as estratégias do desenvolvimento assentes nas pessoas no seu aspecto multidimensional.

evolução do potencial produtivo dos ecossistemas, já não numa óptica de mercado mas adoptando critérios de eficiência compatíveis com a manutenção da biodiversidade natural.

No *Brundtland Report Our Common Future*, pela Comissão Mundial das Nações Unidas do Ambiente e Desenvolvimento em 1987, o desenvolvimento sustentável foi definido como “o desenvolvimento que vai ao encontro das actuais necessidades das pessoas sem comprometer as necessidades das futuras gerações ”(UNWCED, 1987:8). O conceito ganhou grande apoio como um objectivo apropriado de política para a Humanidade, (Bebbington e Gray, 2001, Meadowcroft, 2000). Há muitas interpretações alternativas sobre o desenvolvimento sustentável e, mesmo no caso da definição referida, é claro que são possíveis diferentes opiniões sobre o que se entende por “necessidades”. No entanto, há um amplo consenso de que, no mínimo, o termo “desenvolvimento sustentável” contém duas ideias fundamentais. Por um lado, será sustentável caso alcance um equilíbrio entre os diferentes factores que contribuem para a qualidade de vida global – dimensão económica, social e ambiental. Por outro lado, a actual geração tem obrigação para com as gerações futuras, de lhes deixar reservas suficientes de recursos sociais, económicos e ambientais para que usufruam de um bem-estar pelo menos igual ao nosso.

O desenvolvimento sustentável é, portanto, muito mais do que um conceito puramente ambiental. Coloca o desafio fundamental de combinar uma economia dinâmica com uma sociedade que ofereça oportunidades a todos, ao mesmo tempo que melhore a produtividade dos recursos e dissocie o crescimento da degradação do meio ambiente.

Em 1991, a *World Conservation Union*, mediante o Programa Ambiental das Nações Unidas e da *World Wide Fund for Nature*, definiu o desenvolvimento sustentável como «qualidade de vida, desde que se viva dentro dos limites dos ecossistemas».

O desenvolvimento sustentável é um objectivo fundamental consignado nos tratados da UE, exigindo uma abordagem integrada das políticas económicas, sociais e ambientais, que promova o seu reforço mútuo.

Em 1992, realizou-se no Rio de Janeiro, a conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), designada por “Cimeira da Terra”. Esta cimeira adoptou um Plano de Acção para o desenvolvimento sustentável, elaborou estratégias, programa e medidas integradas para sustentar e inverter os efeitos da degradação ambiental e para promover um desenvolvimento compatível com o meio ambiental e sustentável em todos os países. Este plano de acção, que cobre temas económicos, sociais e culturais de protecção do meio ambiente, foi aceite por 150 países.

A implementação do desenvolvimento sustentável assentava inicialmente em dois pilares fundamentais: o desenvolvimento económico e a protecção do ambiente.

Sob a influência da Conferência do Rio de Janeiro de 1992, onde a UE teve um papel de liderança, e na sequência da implementação do 5º Programa de Política e Acção em Matéria de Ambiente e Desenvolvimento (1993-2000), os Estados Membros da UE, no conselho de Cardiff (Junho de 1998), decidiram integrar as questões ambientais nas políticas sectoriais, como factor determinante para a sustentabilidade do desenvolvimento.

Em 1994, a ICLEI (*International Council for Local Environmental Initiatives*) definiu o desenvolvimento sustentável como o desenvolvimento que proporciona os bens económicos, sociais e ambientais básicos a todos os residentes de uma comunidade sem que se comprometa a viabilidade dos sistemas sociais, dos quais depende o funcionamento daqueles serviços.

Após a Cimeira Social de Copenhaga, realizada em 1995, foi integrada a vertente social, como o terceiro pilar do conceito de desenvolvimento sustentável. Assim, embora actualmente o desenvolvimento sustentável mantenha o mesmo desígnio global, a sua implementação é realizada baseada em três pilares essenciais: o desenvolvimento económico, a coesão social e a protecção do ambiente.

Aos três pilares de desenvolvimento sustentável deve acrescentar-se a dimensão institucional, que chama atenção para as questões relativas às formas de governação, das instituições e dos sistemas legislativos (flexibilidade, transparência, democracia) –

nos seus diversos níveis – e para o quadro de participação dos grupos de interesse (Sindicatos e empresas) e da Sociedade Civil (Organizações Não Governamentais – ONG), considerados como parceiros essenciais na promoção dos objectivos do desenvolvimento sustentável.

Em 1997, as Nações Unidas realizaram, no mês de Junho, aquela que é conhecida como a Segunda Cimeira da Terra ou Cimeira da Terra + 5, por ter tido lugar 5 anos depois da Conferência do Rio, tendo-se concluído que os objectivos fixados na Cimeira de 1992 se haviam cumprido de forma reduzida.

A fim de contribuir de forma eficaz para a consecução de um desenvolvimento sustentável à escala global, a UE e os seis Estados-Membros devem cooperar eficazmente com outros países e instituições internacionais, incluindo a OCDE, a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização Internacional do Trabalho, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Ambiente. O papel da UE na realização do desenvolvimento sustentável, neste contexto mais vasto, foi abordado, de forma abrangente, na Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10), que se realizou em Joanesburgo, em 2002.

Entre outros assuntos, esta cimeira abordou a questão da mobilização dos recursos financeiros suplementares para a ajuda ao desenvolvimento, nomeadamente para a redução da pobreza. Nesta cimeira, o conceito de desenvolvimento sustentável assume entidade própria. A mudança é radical e de uma importância capital. A partir deste momento, podemos falar de «sustentabilidade integral», integrando as dimensões ecológica, económica, social e cultural.

No Conselho Europeu de Lisboa, em Março de 2002, a UE estabeleceu uma nova estratégia para reforçar o emprego, a reforma económica e a coesão social. A modernização da protecção social e a luta contra a exclusão social foram identificadas como elementos essenciais desta estratégia.

Procurar determinar as origens do desemprego e da pobreza, para as resolver, foi o fundamento desta estratégia. Isto implica que se possibilite um maior acesso a empregos de qualidade, nomeadamente através de maiores oportunidades de educação e formação

para todas as idades, e se incentive a flexibilidade e a capacidade de adaptação aos requisitos de um mercado de trabalho em rápida evolução.

O 6º Programa Comunitário de Acção¹ em Matéria de Ambiente²³ (2001-2010) contempla estas preocupações, apontando medidas para melhorar a aplicação da legislação em vigor, integrar o ambiente nas outras políticas, colaborar com o mercado, visando padrões de produção e consumo mais sustentáveis, e ressaltando a importância do ordenamento e gestão do território. Este programa propõe a elaboração de 7 estratégias temáticas: (I) protecção do solo; (II) conservação dos ecossistemas marinhos; (III) utilização sustentável de pesticidas; (IV) reforço de uma política coerente e integrada para a qualidade do ar; (V) ambiente urbano; (VI) gestão e utilização sustentável dos recursos; (VII) reciclagem dos resíduos.

O desenvolvimento sustentável que se apoia na prosperidade económica, na protecção da natureza e na equidade social e ambiental, exige, em si mesmo, a adopção de diversas medidas, algumas das quais já previstas em diferentes Planos Estratégicos.

A implementação destas medidas pressupõe um esforço nacional de investimentos que será complementado com as acções apoiadas pela UE, através dos diferentes programas operacionais integrados no Quadro Comunitário de Apoio para Portugal, do Fundo de Coesão, de iniciativas Comunitárias (ex: Interreg Urban, Líder²⁴, Equal) e de outros instrumentos financeiros da UE.

O Quadro Comunitário de Apoio para Portugal, para o período de 2000-2006 (QCAIII), decorre da agenda 2000, adoptada na Cimeira de Berlim, em Março de 1999, e consagrou um conjunto de reformas para responder aos novos desafios que se colocarão à UE nos próximos anos, o que impõe uma redefinição dos objectivos e dos meios de ajudas estruturais às regiões da UE.

²³ Decisão nº 1600/2002/ce do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de Julho de 2002, JO nº L242 de 10/9/2002.

²⁴ Comunicação da comissão aos Estados-Membros de 14 de Abril de 2000 o que estabelece as orientações relativas às iniciativas comunitárias de desenvolvimento rural (Leader), JO nº C 139 de 18/05/2000, P.0005-0013.

Paralelamente às negociações da Agenda 2000', foi desencadeado em Portugal (1998) o processo de planeamento consignado no Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES)²⁵.

Na sequência da Cimeira de Berlim, alguns Estados - membros, entre os quais Portugal, foram convidados a apresentar o Plano de Desenvolvimento Rural – PDR. Os espaços rurais devem ser considerados como zonas de oportunidades económicas e valorizados através de políticas de base territorial, conduzindo à consolidação de um modelo sustentável para o meio rural. É neste contexto que são estabelecidas no PDR as políticas de apoio à agricultura e ao meio rural, visando criar as respectivas condições de financiamento.

O PDR constitui, indiscutivelmente, o mais importante instrumento da política agrícola. Neles são identificados os grandes objectivos estratégicos que deverão enquadrar o desenvolvimento do sector em cada período especificado tendo tido sempre como premissas fundamentais:

- Incentivo à multifuncionalidade;
- Reforço da competitividade;
- Promoção da qualidade e especificidade produtiva;
- Melhoramento das condições de vida e de trabalho da população rural;
- Valorização do potencial específico dos diversos territórios rurais;
- Apoio às organizações socio-económicas e socioprofissionais.

Para alcançar estes objectivos, o PDR elege como prioritários os seguintes vectores:

- Política florestal;
- Política da água e do regadio;
- Viticultura, horticultura, fruticultura e olivicultura;
- Políticas de formação profissional e investigação agrária;

²⁵ Os grandes objectivos do PNDES são: elevar o nível da qualificação dos Portugueses, promover o emprego e a acção social, alterar o perfil produtivo em direcção às actividades de futuro, reforçar a posição geo-económica do país no contexto europeu e mundial, promover o desenvolvimento sustentável das regiões e o desenvolvimento rural.

-Políticas de apoio técnico aos agricultores;

-Agricultura familiar.

Em suma, foi necessário meio século para que o Homem incutisse na vontade dos políticos a inadiável necessidade de proteger o ambiente. O desenvolvimento sustentável que assenta na articulação entre o ambiente e o ordenamento do território, tem uma abrangência muito ampla, envolvendo a qualidade do ar e da água, o tratamento de afluentes e de resíduos, a requalificação ambiental e de variadas actividades produtivas, a defesa da qualidade global do ambiente, a conservação da natureza, a biodiversidade e a integração destas valências nas variadas políticas de desenvolvimento. Deve ser implementado a nível local para que seja alcançável numa base global.

O desenvolvimento sustentável requer que o desenvolvimento económico local suporte a vida e o poder da comunidade, usando o talento e os recursos dos residentes como contributo para o seu bem-estar.

Permanece, no entanto, o debate aberto acerca de quanto seriamente as práticas sociais actuais são insustentáveis e que tipos de medidas deverão ser tomadas para que se atinja o desenvolvimento sustentável (Gray, Jvad, Power e Sinclair, 2001; Springett, 2003^a). Os problemas sociais e ambientais, com que nos debatemos hoje, são o resultado do sistema económico vigente que deverá ser reconstruído (Everett e Neu, 2000; Gray, 2002).

O desenvolvimento sustentável e o adicional crescimento económico devem ser construídos dia-a-dia como sendo compatíveis. Se a *performance* financeira não é satisfatória, as questões sociais e ambientais não podem ser resolvidas. Não faz sentido aclamar que o crescimento pode causar problemas adicionais ou que as várias actividades que contribuem para o sucesso financeiro podem ser as razões para a degradação ambiental. Mediante uma acção responsável, o ambiente e a economia podem e devem caminhar no mesmo sentido, para o bem-estar da humanidade.

2. As Teorias Territoriais do Desenvolvimento Económico – da Questão Regional à Questão Local

Numa abordagem simplificada tentaremos, conhecer algumas teorias de crescimento que, de certa forma, respondam às razões que estão na base do desenvolvimento desigual de regiões e ou países e os instrumentos de intervenção pública planificadores necessários em ordem à correcção de tais desequilíbrios. Durante muito tempo, os economistas desprezaram os factores tempo e espaço na sua análise, como se tudo se passasse num momento e sem distâncias (Marshall, 1996:9).

Com os marginalistas desde Menger e o seu desvio produtivo afirmado em 1871 e com a análise da teoria de antecipação de Wichell de 1898, iniciou-se a integração do factor tempo na análise económica. As teorias de crescimento e desenvolvimento/económico dos autores clássicos são aterritoriais. Só a partir da década de 70 é que o desenvolvimento económico, em termos de território, se torna relevante para o desenvolvimento regional, passando o território a ser «..., visto quer em termos activos, como elemento-variável com influência no modo e tempo do desenvolvimento regional, quer passivos, como continente de opções da actividade humana» (Condesso, 2004:122).

As contribuições dos modelos da Nova Geografia Económica (já abordado no capítulo anterior) diferenciam-se das teorias de crescimento económico por considerarem dois aspectos fundamentais na explicação das desigualdades entre as regiões: o espaço, que tem implicações directas na localização das actividades e as distâncias e respectivas implicações nos custos de transporte de bens e serviços e, conseqüentemente, na competitividade das regiões na atracção de actividades. Portanto, os estudos sobre o crescimento económico de municípios devem considerar estes aspectos, o que, do ponto de vista empírico, significa que diferentes variáveis explicativas devem ser incluídas.

Tentaremos sintetizar as ideias-força mais significativas de alguns modelos que constituíram o pensamento sobre a “chave” do desenvolvimento económico.

2.1 Adam Smith

Adam Smith é considerado o pai da Economia. O ponto fulcral da sua teoria sobre o desenvolvimento, publicitada em 1776, expressa na obra *An Inquiry into the Nature and Causes of Wealth of Nations*, quando a Revolução Industrial ainda estava no seu início, é a teoria da divisão do trabalho que, por sua vez, leva à especialização da mão-de-obra, secundarizando o capital fixo e sobrepondo o conceito de crescimento industrial e de crescimento económico.

Esta teoria fundamenta-se no pressuposto de que qualquer processo de desenvolvimento económico é inicialmente desencadeado pela agricultura e pela indústria, com predomínio deita.

Segundo Adam Smith (1776), a divisão social do trabalho, associada à especialização, implica necessariamente um aumento da produção, uma vez que a especialização promove o aprender-fazendo e, conseqüentemente, a acumulação de capital essencial para o crescimento económico. Os países mais dinâmicos e os tecnologicamente mais avançados, a partir dos quais irradiam novas actividades, são os que produzem maior riqueza.

Smith distingue o trabalho produtivo do trabalho improdutivo através dos seguintes pressupostos: o emprego tem de gerar lucro, tem de produzir rendimentos crescentes que possam ser utilizados posteriormente e tem de se auto-sustentar sem a necessidade de novas entradas de capital. Considera também a existência de economias de escala.

Partindo do princípio de que a especialização implica crescimento tecnológico, este só tem como destino o mercado se houver um tecido institucional de apoio e um sistema de transportes de ligação entre o mercado e a produção; «ganhos na especialização implicam mudanças nas instituições, melhorias nos sistemas de transportes e no conhecimento humano» (Diniz, 2006:96).

Adam Smith, na sua obra *A riqueza das Nações*²⁶, sustenta que as nações conseguem o bem-estar através da especialização (com o nexo no aumento da dimensão do mercado e no comércio internacional) permitindo o aumento da produção.

Sustenta que o objectivo principal do crescimento económico é o bem-estar das populações (quantidade de bens e serviços que a população consegue adquirir satisfazendo o maior número de necessidades). O bem-estar das pessoas só é possível através do aumento da produção total, dependendo esta da crescente especialização e das trocas com base no aumento da dimensão de mercado e do comércio internacional. Adam Smith apresentou um leque variado, embora pouco aprofundado, de factores explicativos do crescimento económico que serviram de base de estudo a outros autores da temática em questão. Malthus (1798) criticou a visão optimista do crescimento económico apresentada por Adam Smith.

2.2 Thomas Malthus, Karl Marx, Durkheim e Max Weber

Thomas Malthus

A população mundial tem crescido, no decorrer da história. Cresceu moderadamente, entre os Séc(s) XVII e XIX e acentuadamente na segunda metade do Séc XX, em função dos avanços científicos e das melhorias das condições higiénico-sanitárias. Neste período, o mundo deparou-se com um vertiginoso crescimento populacional, denominado explosão demográfica. Esse período foi marcado por calorosos debates que resultaram na formulação de teorias demográficas. A primeira aceleração do crescimento populacional coincide com a consolidação do sistema capitalista e o advento da Revolução Industrial, durante os Séc. (s) XVIII e XIX.

Entre as teorias demográficas que surgiram na época, destacou-se a teoria de Thomas Malthus (1798), que ficou conhecida por malthusianismo. Malthus, ao analisar a relação entre a evolução demográfica na Europa e nos EUA e a produção de meios de subsistência, concluiu que o crescimento populacional excedia a capacidade de a terra produzir alimentos. Enquanto a produção de alimentos crescia segundo uma progressão aritmética (1,2,3,4...) o crescimento demográfico tenderia a seguir um ritmo de

²⁶ Smith, Adam (1776/1987), *Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, Vol. I e II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

progressão geométrica (2,4,6,8...). Assim, a população tenderia a crescer além dos limites da sobrevivência e disso resultaria a fome e a miséria. O modelo de crescimento económico de Malthus tem por base as seguintes hipóteses: (1) A terra é um factor fixo; (2) o factor trabalho pode crescer dependendo da taxa de crescimento natural; (3) a produção é função do trabalho e da terra. Portanto, o nível do produto é determinado pela quantidade de trabalho e pelo factor fixo “terra arável, segundo a função $P = f(M.T)$ em que P é o produto real; M é a quantidade do factor trabalho e T é a quantidade fixa de terra arável.

Malthus considera que o crescimento da população pode anular o aumento do produto real per capita.

Para Malthus, o recurso à emigração não constituía o mecanismo essencial de contenção populacional. A emigração era vista como um recurso que permitia aliviar a pressão demográfica, mas apenas temporariamente. Perante esta constatação e de forma a evitar uma “catástrofe”, Malthus propôs uma “restrição moral” nos nascimentos, o que significaria: proibir os casamentos entre pessoas muito jovens, limitar o número de filhos entre as populações mais pobres, elevar o preço das mercadorias e reduzir os salários, a fim de pressionar os mais humildes a terem uma prole menos numerosa.

Malthus não considerou as possibilidades do aumento da produção agrícola com o avanço tecnológico. Aos poucos, a sua teoria foi sendo desacreditada e desmentida pela própria realidade.

Karl Marx

Karl Marx (1818-1883) discordou de Malthus, cuja visão²⁷ considerava reaccionária, já que apontava para a inevitabilidade e/ou naturalização da pobreza. Karl Marx considerava que a pobreza e a miséria da classe de trabalhadores, também estes apelidados de proletariado, resulta não do crescimento populacional per se, mas do próprio desenvolvimento do Capitalismo. O Capitalismo industrial e o processo

²⁷ Karl Marx, teses de pauperização (O Capital, Livro I, Cap. XXV) e a análise da “lei da baixa tendencial da taxa de lucro” (Capital, Livro III, Cap. (s), XIII, XIV e XV).

tecnológico inerente fazem decrescer a procura da força de trabalho, levando à diminuição dos salários, ao desemprego e à maximização dos lucros por parte do patronato. Segundo Karl Marx, o patronato necessita de ter disponível um «exército industrial de reserva»²⁸ para ser mobilizado quando as condições do mercado o exigem. Quando a procura de trabalho aumenta, parte deste exército de reserva é absorvido, mantendo baixos os salários, enquanto que outra parte emigra para as regiões de exportação de capitais. Segundo Marx, o Capitalismo conduz à polarização das relações sociais. O processo de acumulação de riqueza num pólo gera miséria no outro, gera emigração das regiões em desvantagem aumentando a diferença de desenvolvimento entre países.

Durkheim

Durkheim (1858-1917), por sua vez, estava claramente interessado no que mantém a sociedade unida e impede a sua queda no caos. Na perspectiva Durkheimiana, «não há fenómenos pura e exclusivamente económicos. O que Durkheim pretende é, antes, mostrar a relevância económica das atitudes mesmo que estas sejam subjectivas e irracionais» (Rocha - Trindade, 1995:71-72).

Na sua primeira obra, *A Divisão Social do Trabalho* (1893), defende que “o advento da era industrial representava a emergência de um novo tipo de solidariedade” (Giddens, 2004:9). Aqui reconhecia a migração como um dos factores de colapso das comunidades tradicionais, mantidas e unidas por laços de solidariedade mecânica. “A especialização de tarefas e a cada vez maior diferenciação social nas sociedades desenvolvidas haveria de conduzir a uma nova ordem caracterizada pela solidariedade orgânica” (Giddens, 2004:9).

A transição para a sociedade orgânica, baseada na divisão social do trabalho e na interdependência económica, era frequentemente acompanhada por anomia (sentimento de desespero provocado pela vida social moderna) que resultava em desintegração social, podendo levar a doenças patológicas, como por exemplo, suicídio, conflito de grupo ou mesmo crime.

²⁸ Ramos 1990:39.

Max Weber

Max Weber (1864-1920) tentou compreender a natureza e as causas da mudança social provocada pelo capitalismo. Estava impressionado com os efeitos desintegradores e notava a importância da “religião”, particularmente com o que chamou de “ética protestante”, a qual reconhecia como condição necessária para acumulação de capital assim como para impor um código de disciplina sobre a força de trabalho.

Apesar da importância que os fluxos migratórios assumiram – no contexto europeu do final do Séc XIX e início do Séc XX, quer através de migrações transoceânicas que permitiram povoar os novos continentes, quer através dos fluxos internos do meio rural para as cidades, o tema das migrações surge de forma marginal para os autores clássicos das principais ciências sociais, no período histórico em que estas se constituíram e consolidaram.

Emile Durkheim e Marx Weber ocuparam-se nomeadamente do estudo da formação do Capitalismo industrial, e emergência do racionalismo económico, assim como de diversos aspectos sociais, da economia à religião, que afectavam a sociedade do seu tempo. Para estes autores a migração é uma preocupação secundária naquele contexto.

2.3 Harrod – Domar

Nos finais dos anos 50, Roy Harrod e Evsey Domar, desenvolveram o chamado modelo Harrod-Domar inspirados no pensamento Keynesiano.

A teoria Keynesiana decorreu da análise da conjuntura económica ligada à Grande Depressão de 1929. Keynes (1971) explica a depressão económica e o desemprego em razão de a poupança ter sido superior ao investimento, criando-se assim desequilíbrio no mercado de bens de consumo. Os produtores venderam os bens de consumo a um preço inferior aos de custo, diminuindo assim os lucros e o investimento. Portanto, para Keynes, o elemento determinante do investimento é a eficiência marginal do capital, isto é, o retorno esperado por uma unidade de capital investido. Explica a expansão da economia pelo excesso de investimento e lucros no mercado de bens de consumo.

O modelo Harrod-Domar assenta na hipótese Keynesiana sobre o papel fundamental que o investimento tem na determinação do comportamento dinâmico da economia. Neste modelo, o investimento produtivo é sempre igual à poupança.

Harrod-Domar referem que, a longo prazo, a disponibilidade do factor trabalho é o cerne do crescimento. Uma acumulação de capital na economia possibilita que o produto cresça e que o desemprego diminua. Consideram como principais factores explicativos da taxa de crescimento: (1) a poupança interna (poupança gerada em cada economia) e (2) a produtividade de capital.

O modelo capta dois aspectos importantes do crescimento, nomeadamente a proporção do rendimento que uma economia poupa e a produtividade marginal do capital. Não incorpora a existência de progresso técnico nem muitos outros factores dos quais depende o crescimento económico de um país ou região. Ao considerarem a relação directa entre a taxa de poupança interna e a taxa de crescimento de uma economia, não tiveram presente a capacidade limitada para gerar poupanças nos países menos desenvolvidos, dado o seu baixo rendimento per capita. Rostow (1960) considerou, no seu modelo, cinco fases, pelas quais qualquer país deve passar para atingir o crescimento auto-sustentado, ou seja, a fase em que a economia de um dado país gera poupanças suficientes para garantir os níveis de crescimento desejado, a saber: (1) etapa tradicional; (2) etapa de transição; (3) etapa do *take-off* em direcção ao crescimento auto-sustentado; (4) fase de maturidade e (5) era do consumo em massa. As economias dos países menos desenvolvidos encontram-se na primeira ou na segunda etapa. Para atingirem a etapa seguinte – a mais difícil –, a taxa de investimento terá que ser financiada com recursos internos mas também externos onde se destaca a ajuda ao investimento. Assim, o aumento de recursos disponíveis na economia terá como consequência rendimentos adicionais que, por sua vez, poderão influenciar a poupança interna (propensão à poupança), evitando-se situações de dependência de ajuda externa e o crescimento auto-sustentado não é posto em causa.

2.4 Solow

Solow (1957) demonstra que o modelo de Harrod-Domar está errado, ao concluir que as taxas constantes de poupança e de investimento se traduziriam em

crescimento contínuo. O mesmo mostra no seu modelo, que um investimento contínuo pode não originar um crescimento permanente se os rendimentos *per capita* forem decrescentes.

A acumulação de capital físico é vista como sendo incapaz de produzir um aumento permanente do rendimento per capita. Deduz-se, pela análise do seu modelo matemático, que países com uma menor relação capital (máquinas e equipamento) / trabalho tendem a crescer mais rápido. Assim, os países pobres crescem mais rápido que os países ricos, chegando a altura em que o rendimento per capita (quantidade de produto por trabalhador) nos países pobres e ricos atingem um ponto de convergência. Isto significa que, eventualmente, os países pobres deixarão de ser pobres e passarão aproximadamente ao mesmo patamar de rendimento per capita dos países ricos. Esta dedução lógica do modelo de Solow ficou conhecida como “hipóteses de Convergência”. Esta hipótese foi testada e conclui-se que não tem aplicação real para todos os países do mundo, sendo apenas válida para certos grupos de países, os denominados “clubes de convergência”. Ou seja, países que possuem certas semelhanças entre si tenderiam a convergir ao longo do tempo. Segundo o modelo de Solow, países pobres tendem a crescer mais rápido, porque o incentivo a acumular capital é maior, já que a sua produtividade marginal é maior, sendo conseqüentemente maior o investimento de capital nacional e estrangeiro no país. No entanto, esta mensagem otimista sobre a possibilidade de os países pobres alcançarem os níveis de rendimento per capita dos países ricos não sustenta a investigação. Nos países em desenvolvimento, é muito difícil gerar poupança e conseqüentemente investimento. Os baixos níveis de rendimento *per capita* são utilizados, por vezes, quase na totalidade para o consumo (Diniz, 2006:110). Só com a incorporação do progresso tecnológico é que o modelo de Solow é capaz de gerar crescimento permanente do rendimento per capita. Para um país ser considerado rico tem que apresentar não só elevadas taxas de poupança e de investimento e baixo crescimento populacional mas também elevado nível de tecnologia.

Embora o modelo Solow tenha encontrado no progresso tecnológico a solução para explicar o crescimento do rendimento *per capita* a longo prazo, nenhuma

explicação é sobre quais os factores que fazem com que ocorra uma melhoria contínua na tecnologia de produção.

Neste modelo, a tecnologia é considerada como se fosse um bem público, fornecido pelo governo e pelas universidades, estando, portanto, acessível a quem a queira utilizar.

O modelo em análise é incapaz de responder à questão: se, através de políticas económicas, os diversos países do mundo tiverem elevadas e idênticas taxas de poupança, de investimento e o mesmo nível tecnológico, será que todos os países ou regiões apresentarão o mesmo rendimento *per capita* a longo prazo? (Mankiw, 1995 e Fagerberg, 1994).

Romer e Weil (1992) foram os principais autores a aperfeiçoarem o carácter restrito do modelo de Solow, que considerou o *stock* de capital como sendo constituído apenas por capital físico. Seria necessário incorporar outras formas de acção pública que minorassem as desigualdades do crescimento económico, nomeadamente as diferenças qualitativas na força de trabalho, ou seja, o seu capital humano. Segundo Barro et al. (1996); Levine e Renelt (1992), no período de 1965-1990 os países que mais cresceram em termos *per capita* foram os que apresentaram elevada escolaridade secundária e com elevada expectativa de vida, o que reforça a hipótese de que o capital humano determina a capacidade de produção *per capita* dos países. Países mais ricos possuem, ainda, mercados financeiros mais desenvolvidos de comércio internacional.

Romer e Weil (1992) explicam que as principais razões das diferenças de rendimento per capita das regiões se devem às mais elevadas taxas de investimento, ao baixo crescimento populacional e, sobretudo, à existência de uma força de trabalho com escolaridade secundária.

Para Hall e Jones (1997), a desigualdade dos níveis de rendimentos *per capita* são explicados pelos diferenciais nas estruturas sociais, que por sua vez afectam o capital, o trabalho e tecnologia.

Os países em que se verificou maiores níveis de produtividade foram aqueles nos quais os governos actuaram eficazmente a fim de evitar que os recursos, especialmente privados, fossem desviados dos fins produtivos. Baixos gastos do governo em consumo foram também apontados como determinantes dos diferenciais de produtividade entre países, pois também seriam desvios de recursos da esfera produtiva, prejudicando o *stock* de capital físico. A acção inibidora de desvios pelo governo aumenta o número de trabalhadores qualificados e aumenta o capital físico, gerando portanto maior produtividade. Economias abertas ao comércio internacional favorecem a riqueza das nações, reduzem as oportunidades de *rent-seeking*, havendo também a considerar o efeito económico do comércio sobre a difusão da tecnologia, sobre o intercâmbio de ideias, de inovação e sobre a eficiência económica. A baixa instabilidade, a baixa taxa sobre bens finais e bens intermédios importados, a proximidade com as fronteiras de economias ricas favorecem o crescimento económico dos países (Barro, 1996).

O comércio internacional conduz, simultaneamente, a ganhos no bem-estar e a custos unitários mais baixos, através da especialização de cada país ou região, ao se concentrarem na produção de maior quantidade dos bens que melhor sabem produzir, fazendo-o em larga escala e reduzindo, por conseguinte, os custos (Diniz, 2006:242-243), usufruindo assim do benefício das economias de escala.

O tipo de economia também é relevante para o seu desempenho económico. As economias que apresentam melhor índice de produtividade são obviamente as economias capitalistas, com elevados dispêndios relevantes em bem-estar-social com elevada participação governamental. O aumento dos rácios de rendimento *per capita*, independentemente do grau de desenvolvimento dos países ou regiões, estão associados à melhoria da qualificação da mão-de-obra, ao combate às doenças, à extensão do mercado, à abertura das economias ao mercado internacional e à redução de desvios de recursos da esfera produtiva.

Portanto, a actuação do mercado livre é insuficiente para reduzir as desigualdades regionais, se as regiões não forem relativamente semelhantes nas suas taxas de investimento, escolaridade e expectativas de vida. Havendo uma maior

igualdade nestas variáveis, o crescimento das regiões mais pobres será certamente célere. Uma política que minimize as disparidades nestas variáveis é crucial para a redução das desigualdades.

Observa-se ainda na revisão da literatura que as regiões mais pobres mas com elevada qualificação de mão-de-obra apresentam taxas mais elevadas de crescimento, evidência que costuma ser vinculada à maior capacidade de absorção tecnológica (Barro e Sala-i-Martin, 1991, 1995). É necessário investir em capital humano o quanto antes, pois o retorno do investimento efectuado é de médio e longo prazo. As características da nova economia exigem políticas baseadas em redes de aprendizagem e inovação. A inovação pode ser entendida como a capacidade de transformar a tecnologia já existente em novos produtos ou métodos inovadores de produção. É também importante a interacção de diversas instituições, com o objectivo de obter ganhos e resultados. A intensidade da expansão do conhecimento necessário para manter o ciclo de inovação dinâmico, numa região ou país, é significativa, influenciando as taxas de inovação tecnológica que são muito maiores do que no passado.

As actividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) são um instrumento fundamental para que os países/regiões acompanhem o caminho do mundo globalizado e dinâmico e possam criar as suas próprias oportunidades de desenvolvimento. Cada vez mais se torna importante a ligação entre universidades-empresas e desenvolvimento local, usufruindo obviamente dos subsídios públicos para a sua execução.

2.5 Schumpeter e a teoria da inovação

O desenvolvimento da Teoria da Inovação advém do trabalho de Schumpeter.

Schumpeter²⁹ (1982) foi classificado como anti-neoclássico, ao procurar desviar-se da simples história e da visão estática da economia. Ele parte do princípio que o desenvolvimento económico não é um problema da história mas é um problema da teoria económica, portanto, o desenvolvimento económico deve ser desencadeado a partir da teoria económica e não ao contrário.

²⁹ Schumpeter, além da obra de referência, a Teoria do Desenvolvimento Económico, de 1911, escreveu entre outras, *os Ciclos Económicos*, em 1939, onde aprofunda as temáticas: o socialismo, o capitalismo e a democracia, em 1942.

A teoria económica neoclássica estuda o fluxo circular (de bens e serviços num sentido e de moeda no sentido contrário), de uma forma estática, mantendo-se a tendência do sistema para o equilíbrio já que não permite a existência de investimento em bens de capital, nem de poupança e, inclusive, não ocorrem variações nos métodos de produção.

A teoria do desenvolvimento económico de Schumpeter está num plano diferente, estuda os saltos, não só quantitativos mas também qualitativos, em termos de desenvolvimento económico. Schumpeter afirma, no seu livro *Teoria do Desenvolvimento Económico*: «não se pode confundir as fronteiras geográficas com as fronteiras económicas» (Schumpeter 1982:209). O desenvolvimento dá-se, através de mudanças descontínuas espontâneas nos canais de fluxo circular, o qual altera e desloca o estado de equilíbrio da economia. E deve explicar-se a partir de uma situação sem desenvolvimento e sem interferências exógenas. É a esfera produtiva que gera mudanças descontínuas, estas mudanças endógenas, causam por sua vez, desenvolvimento económico. Na sua teoria, Schumpeter destaca a figura do empresário como empreendedor. Introduce o seu conceito de produção, que consiste em combinar novos materiais com novos métodos, para produzir “coisas” novas ou as mesmas coisas de forma diferente. Quando estas novas combinações ocorrem de forma repentina e descontínua, ocorre o fenómeno de desenvolvimento económico.

Essas novas combinações podem abranger a introdução de novos métodos de produção, novos tipos de bens e serviços, novas fontes de matérias-primas, abertura de um mercado ou estabelecimento de uma nova organização produtiva. No entanto, são necessários meios financeiros para que seja possível fazer novas combinações dos factores de produção e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento. Schumpeter parte do pressuposto que o tipo puro de empresário é o indivíduo sem dinheiro. Portanto, o empresário para “empreender” o seu projecto necessita de se deslocar ao sistema bancário para obter o crédito de que necessita, para fazer novas combinações e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento.

As novas combinações originam alterações sociais e económicas. Num sistema socialista, surgem de forma a não provocar conseqüências socioeconómicas enquanto

que, num sistema monopolista, estas novas combinações surgem dentro das grandes corporações. O processo de desenvolvimento implica uma constante concorrência entre as maneiras novas e antigas de produzir.

Schumpeter, na sua célebre frase “o coração do processo de destruição criadora”, evoca que antigas formas de fazer as coisas poderão ser destruídas, mas a consequência desta destruição significa apenas o salto para o desenvolvimento económico.

Schumpeter é um admirador do capitalismo mas considera os capitalistas apenas como os ofertantes de crédito. Os capitalistas são os agentes económicos que permitem/autorizam os empresários a realizarem as novas combinações, desencadeando o processo de desenvolvimento. Se as novas combinações financiadas não alcançarem o sucesso, ocorre o processo inflacionário; o contrário leva a economia a desenvolver-se. Os empresários são todos aqueles que operam novas combinações de factores de produção e não apenas o dono da empresa que nada contribui para o desenvolvimento. O empresário tem que ter espírito de iniciativa, intuição, previsão e liderança para enfrentar o futuro. Se o empresário deixar de realizar novas combinações, deixa de ser empresário e passa somente a ser classificado como dono ou administrador da empresa. O seu espírito de liderança permitir-lhe-á enfrentar “preconceitos”, convencer os capitalistas à concessão do crédito necessário, convencer o mercado a consumir o seu produto, arrastando para si todo o sector produtivo – motor do desenvolvimento económico. A definição Schumpeteriana de inovação cria necessariamente duas rotas para a inovação: (1) a empresa pode inovar implementando equipamento num novo processo que é comprado a uma outra empresa ou vendendo um produto novo, tendo sido este obtido de um outro. Torna-se importante salientar que, neste tipo de inovação, não é necessário nenhum esforço criativo; (2) a empresa também pode inovar através da comercialização de novos produtos ou na implementação de um novo processo que desenvolveu com as suas próprias actividades inovadoras.

Tushman (1986) refere-se à inovação e à criação de um determinado produto, serviço ou processo. O autor distingue dois tipos de inovação: (1) inovação de produto, entendida como mudança no produto que a organização faz ou no serviço que fornece e (2) inovação do processo – mudança na forma como um produto é feito ou como este é

fornecido. Tushman (1986) incorpora duas estratégias à Teoria da Inovação: diferenciação produtiva e liderança de custo. A primeira inclui a exclusividade em áreas como qualidade, *design* do produto e nível de serviços pós-venda. A liderança de custo caracteriza a organização empresarial que tem por base vencer a concorrência competitiva do mercado, produzindo a preços o mais baixo possível. Segundo esta estratégia, uma organização empresarial que produza produtos mais baratos que os seus concorrentes oferecerá obviamente produtos aos clientes a preços mais baixos, aumentando assim a sua participação no mercado.

Os indicadores de inovação, nomeadamente as patentes registadas, as publicações científicas, ou seja, os gastos em (I&D), assim como o desenvolvimento de novos indicadores que se baseiem nas novas teorias de inovação, dentro de uma óptica sistémica do processo, colocarão certamente, nos próximos anos, à nossa disposição, um manancial informativo, permitindo entender melhor o fenómeno complexo de criação e distribuição de conhecimentos que a inovação nos trás. Para tal, é necessário que vejamos a inovação como um processo evolutivo, interactivo entre actores e entre diferentes fases, desde a criação à disseminação e à aplicação de uma ideia (conhecimento).

Um bom indicador de inovação é e continuará a ser, no futuro, tudo o que directamente ajude (1) o desenvolvimento e implementação de acções de política de inovação; (2) verifique a teoria da inovação como parte de um processo ininterrupto, testando-a e melhorando-a; e (3) ajude as empresas e outras instituições a desenvolver e ajustar as suas próprias estratégias inovadoras, tendo por base, por exemplo, as mudanças tecnológicas. As mudanças tecnológicas, como suporte das inovações, engendram necessidades que, por sua vez, alimentam outras soluções, produtos e processos, numa dinâmica interactiva impulsionadora do desenvolvimento económico.

2.6 A Teoria do crescimento endógeno

As teorias neoclássicas de crescimento consideravam exógenos os factores responsáveis pelo crescimento económico de longo prazo – acumulação de capital

humano e progresso tecnológico. O padrão observável de mobilidade de factores de produção dos países e regiões mais pobres em direcção aos países e regiões mais ricas, assim como os respectivos diferenciais de remuneração de capital e trabalho contradizem as predições dos modelos neoclássicos. Neste sentido, a partir da década de 70, a teoria endogenista identificou os factores de produção decisivos na explicação da taxa de crescimento económico a longo prazo do rendimento *per capita* no interior de cada região e não de forma exógena, a saber: capital humano, conhecimento pesquisa e desenvolvimento, informação, instituições e capital social. Esta literatura ficou conhecida como a dos “modelos endógenos” de crescimento, cujas propostas seguem na direcção *bottom-up*. O significado desta expressão, tem a ver com o facto de, nestes modelos, se considerar que o crescimento das variáveis *per capita* decorre de mecanismos endógenos ao sistema económico e não de forças externas à economia (Figueiredo, et al. 2005:152).

Assim, os esforços de pesquisa no respeitante aos determinantes do crescimento evoluem em três direcções:

- De *Spillovers*, que explicam o crescimento económico por meio das externalidades positivas da acumulação de capital humano e de conhecimento. A teoria do crescimento endógeno, que emergiu a partir dos trabalhos de Romer (1986) e de Lucas (1988), integra incentivos ao investimento, não apenas em capital físico mas também em inovações e capital humano;
- Lineares ou modelos AK que, embora considerando a relevância do processo de acumulação de capital para o crescimento, incorporam novos factores endógenos, acumulação de capital humano e de conhecimento.
- Outros consideram a inovação tecnológica como o motor impulsionador do crescimento económico, aproximando-se estes mais da perspectiva Shumpeteriana.

2.6.1 Os modelos de Romer e Lucas

O modelo de Romer (1986) baseia-se em externalidades positivas (*Spillovers*); considera que o crescimento económico de longo prazo assenta nos “*Spillovers*”

oriundas da acumulação de capital de conhecimento tecnológico pelas empresas. A produção continua a ser feita com capital, trabalho e tecnologia. Assim, como o capital físico, o capital de pesquisa apresenta rendimentos marginais decrescentes. No entanto, a tecnologia é fruto da quantidade de capital existente na economia. Este avanço tecnológico decorre do aprender-fazendo. Quando a empresa (individual) aumenta o seu capital, conseqüentemente aumenta o capital de toda a economia ou seja a criação de novo conhecimento (bem público puro), adquirido no acto de produzir por uma dada empresa, apresentaria um efeito externo positivo sobre as possibilidades de produção de outras empresas. Portanto, o capital, se apresenta retornos decrescentes, estes são compensados pela maior produtividade da economia num todo. Trata-se de um contributo que abre uma nova e promissora via para explicar o crescimento económico, na medida em que a produção de conhecimento e a inovação passam a ser consideradas como o resultado de acções deliberadas, o que é, manifestamente, uma característica central do crescimento económico” (Figueiredo et al. 2005:151).

O modelo de Lucas (1988) considera o capital humano como um factor acumulável e uma fonte de crescimento económico. Sustenta que o capital tem *à priori* retornos decrescentes. No entanto, se este aumenta na mesma proporção que o capital humano, a sua produtividade fica inalterada, sendo o crescimento da economia fruto da existência simultânea de acumulação de capital humano. Isto acontece assim, porque a qualificação de mão-de-obra tem conseqüentemente externalidades, ou seja, tem o efeito de aumentar a produtividade de todas as empresas de uma dada economia. Por outro lado, quanto maior for o nível médio de capital humano numa dada economia mais serão as trocas de conhecimento entre os indivíduos. Um indivíduo será mais eficiente se estiver em contacto com pessoas que apresentam maior nível de capital humano. Portanto, o capital humano integrado por um indivíduo gera efeitos positivos sobre a eficiência de outros indivíduos. Os modelos lineares denominados AK mantêm a acumulação de capital físico como a base do crescimento económico e agregam-lhe o conhecimento e o capital humano. Diferentemente dos modelos neoclássicos convencionais, as teorias do crescimento endógeno destacam o papel do governo no processo do desenvolvimento regional de longo prazo. Defendem que as políticas regionais devem estimular e promover a acumulação do conhecimento, do capital físico e do capital humano. Se as regiões ou países possuem diferentes participações

governamentais, diferentes níveis tecnológicos e de qualificação terão consequentemente também taxas diferenciadas de crescimento económico e níveis desiguais de rendimento *per capita*, acentuando-se assim as desigualdades regionais. Em Portugal registam-se fortes disparidades regionais no acesso a infra - estruturas, tecnologia e educação, registando-se um distanciamento crescente do rendimento *per capita* inter regional, facto este por nós constatado na II parte do presente estudo – capítulo I.

2.6.2. O capital social e a cooperação

Indicamos duas dimensões no desenvolvimento regional endógeno. A primeira é a económica, na qual a sociedade empresarial local utiliza a sua capacidade para organizar, da forma mais eficaz possível, os factores produtivos da região. A segunda é a sócio-cultural, onde os valores e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento das pequenas e médias empresas locais (Válquez, 1988). Desta forma constatamos que o desenvolvimento endógeno não se direcciona para o “localismo” ou isolamento autocentrado e/ou auto suficiente; pelo contrário, a ideia de desenvolvimento endógeno baseia-se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas, criando condições sociais e económicas para a produção e a atracção de novas actividades dentro de uma perspectiva de economia aberta. “Uma das chaves do desenvolvimento local reside na capacidade de cooperação entre os seus actores” (Godard et al., 1987:139).

Válquez (1988) sustenta que o desenvolvimento regional endógeno, ao incorporar e relevar a importância da sociedade civil assim como os seus processos de organização e relação social, permite que a região atinja um crescimento equilibrado e sustentado de longo prazo, sem entrar em conflito directo com a base social e cultural da região. Para corroborar esta ideia sobre a importância das relações sociais no processo de desenvolvimento, William (1985) realizou um estudo para explicar o desigual crescimento entre o Norte e o Sul dos E.U.A. Conclui que o menor dinamismo da Região Sul se deve a elementos de tradição local que entravavam o progresso, nomeadamente a dominância dos valores agrários, a rigidez da estrutura social, a

estrutura política antidemocrática, a pouca responsabilidade social e a mentalidade e o comportamento conformista.

Entendendo o capital social como “confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as suas acções coordenadas” (Putnam, 1996:177) considera-o como a base de uma das principais estratégias de desenvolvimento económico: a cooperação. Kollock (1999) argumenta que devemos esperar uma mudança na estratégia de desenvolvimento regional que coincida com a mudança do modelo de hierarquia de governação para o modelo *network*, baseado na sociedade, salientando a importância da utilização da Internet nas políticas de cooperação para as acções comunitárias do desenvolvimento local, assim como para a maior facilidade no acesso a bens públicos. Este trabalho em rede, denominado – Política *Networked* –, é uma estrutura de governação em que o Estado e o social são desagregados verticalmente e horizontalmente mas ligados pela troca cooperativa. A coordenação hierárquica centrada no Estado passa para uma auto-coordenação não hierárquica de actores privados e públicos entre vários níveis de governação.

3. “Os Distritos Industriais” (“*Clusters*”) - “Arranjos Produtivos Locais” e “Le Milieu Innovateur”

O desenvolvimento endógeno como forma de organização industrial, caracteriza-se pela crescente substituição do modelo Fordista baseado essencialmente em grandes cooperações com regime de produção verticalizada pelo modelo de acumulação flexível com produção descentralizada e menos dependentes de economias de escala a partir de uma abordagem neoschumpeteriana assente na Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Este novo paradigma, marcado pelo modelo de acumulação flexível, possibilita o crescimento de pequenas e médias empresas a nível local. Nesta perspectiva, as pequenas e médias empresas podem organizar-se de diversas formas, merecendo destaque os distritos industriais, *clusters* e arranjos produtivos que surgem em regiões com um ambiente de inovação (“milieu innovateur”) favorável.

O conceito de Distrito Industrial é da autoria de Marshall (1982). Este conceito foi utilizado para caracterizar as concentrações e interligação de pequenas e médias

empresas consolidadas nas regiões central e nordeste de Itália, a partir das décadas de 50 e 60. Traduz a concentração de empresas do mesmo sector, num determinado território, “vivendo do estabelecimento de relações permanentes de cooperação e concorrência, com grandes níveis de flexibilidade produtiva e mão-de-obra especializada abundante” (Condesso, 2005:160). Marshall considerou que as empresas aglomeradas são capazes de apropriar-se de economias externas geradas pela aglomeração dos produtores, que não obteriam sucesso caso estivessem isoladas.

Nesta perspectiva, Marshall (1982) referiu três tipos básicos de economias externas com origem na especialização dos agentes produtivos concentrados geograficamente. O primeiro refere-se aos *Spillovers* de conhecimento e tecnologia. A proximidade das pequenas e médias empresas facilita a circulação de informação e de conhecimentos entre pessoas ligadas à mesma actividade económica. A segunda forma de economia externa diz respeito à atracção de fornecedores especializados em sectores e segmentos das indústria e serviços ligados à actividade principal mantida no aglomerado produtivo. Por fim, a economia externa refere-se à qualificação e especialização da mão-de-obra.

A investigação sobre as vantagens das aglomerações de pequenas e médias empresas tem estimulado os empresários para estratégias de desenvolvimento local inovadoras, podendo assim inserir-se, de forma mais competitiva no mercado global. Nesta perspectiva analítica, os neoschumpeterianos, especialmente Dosi (1984), acrescentam que as inovações podem ser definidas como sendo uma descoberta, uma imitação e uma adopção de novos produtos, novos processos e novas formas de organização. A inovação pode ser algo novo ou uma combinação de elementos já existentes. No primeiro caso, o impacto da inovação pode romper a estrutura ou o padrão tecnológico anterior, esperando-se uma redução dos custos e uma melhoria na qualidade dos produtos com a implementação da nova tecnologia.

No segundo caso, as inovações incorporadas podem causar melhoria no processo ou organização da produção dentro da empresa sem alteração da estrutura industrial, podendo originar maior eficiência técnica, aumento da produtividade e da qualidade, redução de custos e ampliação das aplicações de um produto ou processo.

As discussões teóricas sobre o conceito e identificação dos *clusters* industriais, assim como da sua importância enquanto instrumentos de estratégia regional, têm sido objecto de diversas vertentes teóricas. Com base no conceito mais abrangente e segundo Schinitz (1997:35), *clusters* “são aglomerações geográficas e sectoriais de produtores de bens ou serviços diferenciados, cooperando entre si e com outros agentes nomeadamente fornecedores, agentes comerciais, transportadores, etc.”. Em cooperação beneficiam de economias externas, peculiares ou tecnológicas, derivadas não só da produção mas também de actividades de distribuição, marketing, serviços de manutenção e outros serviços especializados. Estas actividades são geralmente resultado de acções conjuntas deliberadas de produtores, fornecedores e outros agentes especializados dentro do prisma da eficiência colectiva. A base de sustentação de um cluster está simultaneamente na existência de economias externas, cooperação privada e apoio público. Neste sentido, o ambiente torna-se favorável à troca de sinergias e de parcerias comuns de relacionamento empresarial. Tornam-se necessárias as acções e articulações de todos os agentes locais ou, se quisermos modernizar a semântica, *networking* entre instituições públicas locais, associações empresariais, instituições de ensino e pesquisa e as empresas envolvidos no processo, estimulando, assim, uma maior eficiência, incentivando a especialização, o melhor acesso à informação, à infraestrutura e à tecnologia.

Tal facto, quando observável, resulta em benefício para o conjunto das empresas pertencentes ao cluster tendo como resultado uma competição positiva entre elas. O papel do Governo será o de incentivar acções de identificação/formação de manifestações embrionárias do cluster e propiciar o seu desenvolvimento num ambiente económico e político estável.

O arranjo produtivo local assemelha-se ao sistema produtivo acima referido. No entanto, aquele envolve um conceito que apresenta relações com níveis de consolidação do conhecimento tácito transferido entre as pessoas ligadas à mesma actividade económica, mas mais frágil. O termo arranjos produtivos locais pode ser definido como aglomerações políticas e sociais num conjunto de actividades económicas com vínculos e interdependência. Digamos que os arranjos produtivos locais poder-se-ão considerar fases embrionárias do sistema produtivo de inovação local.

Os elementos contidos nos arranjos poder-se-ão, após o seu desenvolvimento, transformar - se em sistemas produtivos locais.

Os arranjos e sistemas produtivos de inovações locais apresentam as seguintes características: 1. Dimensão Territorial – Ocorrem em municípios, ou apenas em determinada(s) freguesia(s) de um município, e não se limitam às fronteiras políticas. A concentração geográfica tem como consequência o intercâmbio de valores económicos, sociais e culturais, sendo fonte de dinamismo local. O arranjo produtivo local é um território (campo de forças, um espaço físico de relações sociais que se projectam num determinado espaço) onde a dimensão constitutiva é, por definição, económica apesar de não se restringir a ela. 2. Diversidade de actividades e actores económicos políticos e sociais – As actividades são diversificadas e incorporam, além da empresa mãe do “arranjo”, fornecedores, equipamentos, clientes, entidades financeiras, instituições de pesquisa, empresas de consultoria e de assistência técnica, organizações privadas e não governamentais entre outras. 3. O Conhecimento tácito – Caracterizar um “arranjo” e/ou sistema produzido é fruto do conhecimento e da informação implícitos nos indivíduos, organizações e até mesmo regiões. As empresas que se encontram isoladas, ou seja, fora do “arranjo” e/ou do sistema produtivo, dado que as informações sobre novos produtos e/ou mercados chegam geralmente mais tarde, ficam em situações desfavoráveis. 4. Inovação – A capacidade inovativa das empresas (criação de novos produtos, novas formas de distribuição e de produção) são um factor fundamental para o sucesso do “arranjo” produtivo local. Por outro lado, o conhecimento acumulado numa empresa gera novo conhecimento e este é transferido para outras empresas, elevando-se assim o nível de competitividade do arranjo produtivo local.

O “Milieu Innovateur” (ambiente inovador) é descrito como um conjunto de elementos materiais (empresas, infra-estruturas), imateriais (conhecimento) e instituições (regras) que compõem uma complexa rede de relações voltadas para a inovação.

A expressão ambiente inovador pode ser compreendida tanto como uma rede de actores locais e/ou como as relações estreitas de desenvolvimento existentes entre território e inovação.

O “milieu” refere-se à capacidade de “um determinado âmbito territorial para capitalizar a proximidade de actores em forma de aptidão e comportamentos orientados à produção dos recursos existentes, transmissão e acumulação de saberes e conhecimentos vinculados à actividade económica” (Marques, 1998:25).

O meio integra fundamentalmente os seguintes elementos constitutivos :

(a) *uma envolvente espacial*, reveladora de uma certa homogeneidade de comportamento dos actores sociais e uma mesma cultura técnica, não se confundindo, porém, com o conceito de região, nem possuindo fronteiras físicas pré-determinadas; (b) *elementos materiais* (as empresas, os equipamentos, as infra-estruturas) e elementos imateriais (as normas e valores, os fluxos de informação, o saber-fazer), bem como elementos institucionais (as formas de organização do poder público e da sociedade civil); (c) *uma lógica de aprendizagem*, capacitando os actores para redefinirem e reconfigurarem os seus comportamentos, ajustando-os, à medida que se transforma a envolvente externa, nomeadamente ao nível dos mercados e da tecnologia. (d) *um conjunto de actores*, dotados de autonomia decisiva e fortemente informados/integrados na realidade sócio-económica local (empresas, instituições de formação, centros de I&D, etc.); e (e) *capital relacional* regulador do comportamento dos actores e promotor de dinâmicas locais de valorização dos recursos existentes (Maillat, Quévit e Senn, 1993: 5).

Capital humano, conhecimento/pesquisa, informação, instituições e capital social são fonte de crescimento económico. O desenvolvimento deve basear-se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas regionais, criando condições económicas e sociais para a produção e a atracção de novas actividades dentro de uma perspectiva de economia aberta.

CAPÍTULO IV – DESENVOLVIMENTO RURAL

O presente capítulo analisa a questão do desenvolvimento rural sob a problemática da conceitualização e contextualização. Sucessivamente, introduzem-se as principais políticas europeias e programas de desenvolvimento rural, bem como os diferentes agentes e oportunidades que potenciam o desenvolvimento territorial.

1. Conceito de Rural

Torna-se difícil definir o termo rural, já que a sua concepção depende dos diferentes interesses e das correntes do pensamento. Por outro lado, os territórios rurais são muito diversificados, “construir uma definição objectiva ou unívoca de ruralidade parece ser uma tarefa impossível, (...) os Estados membros da UE geralmente desenvolveram as suas próprias definições de áreas rurais, (...)” (Comissão Europeia, 1997:6).

Numa perspectiva estática e contrária à ideia de modernidade, o espaço rural foi visto durante muito tempo como um espaço homogéneo (por oposição ao urbano), com a actividade agrícola considerada a principal, conservador, totalista, avesso às oportunidades modernizadoras proporcionadas por agentes externos e, portanto, predestinado à estagnação económica e social, com todas as óbvias consequências inerentes.

As alterações estruturais, verificadas em certas áreas rurais, tornaram claro que “a definição de rural com base na oposição ao urbano, é difícil de sustentar (...) a evolução tem sido mais no sentido de interpenetração das duas esferas” (Dinis, 2004:146). Substituindo a análise da tipologia espacial tradicional, surge o binómio local-regional,³⁰ cuja aplicação permite a concretização do rural pelas: (1) funções produtivas, sociais e patrimoniais; (2) pela fraca densidade populacional e pela (3) diferenciação e diversidade no sentido de que, de acordo com a sua fisionomia geográfica, condições sociais e herança histórica, política e cultural, o mundo rural diverge um do outro.

³⁰ “Todavia ao contrário do tradicional dualismo, o local (que reflecte a ideia de proximidade geográfica) não se opõem necessariamente ao regional, na medida em que, adoptando uma perspectiva de sistema, um mais não é do que o subsistema do outro, constituindo portanto dois níveis de análise e de acção complementares” (Dinis, 2004:146). A este respeito, vide, também Veiga (2005: 7-9).

O conceito de rural, apesar de difícil definição, é encarado actualmente numa perspectiva de constante mudança/evolução face às necessidades dos seus actores.

Podemos sintetizar a ruralidade, segundo Gerry et al. (2003) em três perspectivas: “(1) comportamental – que realça a cultura como definidora dos comportamentos dos actores sociais no mundo rural, numa perspectiva estática, atribuindo aos residentes rurais valores e práticas tradicionais; (2) Funcional – que adopta uma perspectiva dinâmica, defende uma visão holística baseada na predominância de actividades económicas ligadas ao sector primário, e a (3) Ecológica – que integra as ligações dialécticas entre a natureza e todos os aspectos da vida rural”.

No entanto, a definição operacional contemporânea do rural não se coaduna com nenhuma destas perspectivas. Como refere Victor Coelho Barros (2003) a abordagem não pode ser sectorial, devendo antes ser claramente integrada, envolvendo, por conseguinte as funções produtiva, ambiental e social.

Em pleno séc. XXI, o rural refere-se a um conjunto de territórios distintos embora interligados, integrando características multi-dimensionais, caracterizado pela diversificação das actividades (agricultura, comércio, pequenas e médias empresas, artesanato) e serviços pessoais, colectivos (privados ou públicos). Utilizando o critério da OCDE, podemos considerar como rurais as áreas que têm densidades inferiores a 150 hab/km² e “rural profundo” as áreas com densidades abaixo de 25 hab/Km². O conceito “rural” é utilizado para designar “partes do território nacional que se caracterizam por um número de habitantes ou uma densidade relativamente fraca, ou, ainda, por outras particularidades socioeconómicas” (Medeiros, 1996:288)

A importância actual em se interpretar/compreender o rural surge da necessidade de se (re)pensar as políticas públicas de desenvolvimento rural que contemplem as peculiaridades e singularidades territoriais.

O desenvolvimento rural é um conceito político-social e processual, que dá prioridade à articulação entre pessoas e territórios, e à questão do poder. O desenvolvimento salienta a importância da capacitação (*empowerment*) e da participação da população local nas tentando aumentar o nível e qualidade de vida e reduzindo consequentemente as assimetrias socioeconómicas. Constrói a sustentabilidade económica e ambiental e mina a dependência através de uma ampliação do leque de escolhas e oportunidades (Gerry, 2003:544-545).

2. Contexto

A diversidade de bens de que dispomos no Ocidente, e que se encontram ao alcance de quem tiver meios financeiros para os adquirir, está dependente de uma rede económica imensamente complexa de âmbito mundial. Os produtos que encontramos são fabricados em centenas de países, ou incorporam ingredientes provenientes deles. Além disso, todos eles têm de ser transportados regularmente pelos circuitos comerciais globais, sendo necessário constantes trocas de informação para coordenar os milhões de transacções diárias, tornando, assim, o mundo num único sistema social (Pimenta, 2004).

Hoje em dia, já nenhuma sociedade humana vive em total isolamento das outras pois, os laços económicos, sociais e políticos que atravessam as fronteiras entre os países condicionam, de forma decisiva, o destino daqueles que vivem nelas. A esta interdependência entre as sociedades do mundo designamos por Globalização. Contudo, apesar do crescimento económico, a ordem global está afectada por grandes desigualdades e dividida por Estados com preocupações comuns mas concomitantemente diferentes. Já que, na realidade, como refere Giddens (2000:89) “não há qualquer indício de uma convergência política que consiga, num futuro próximo, superar o conflito de interesses entre os vários países”. Indo um pouco mais longe, diríamos mesmo dentro dos próprios países.

Por isso, quando nos debruçamos sobre a problemática do Desenvolvimento Rural, temos necessariamente de ter em conta a realidade a que assistimos neste domínio, no mundo e essencialmente na Europa.

O Desenvolvimento Rural é um conceito que poderá ser definido como “a melhoria das condições de vida das pessoas residentes nas áreas e regiões rurais, através de processos sociais que respeitem e articulem os seguintes princípios: eficiência, equidade social e territorial, qualidade patrimonial e ambiental, sustentabilidade, participação democrática e responsabilidade cívica” (Pérez, 1992:17). Devido ao aparecimento de um conjunto de preocupações, a sua importância tem aumentado ao longo do tempo e principalmente nas duas últimas décadas.

Na Europa do século XVIII, deparámo-nos com uma conjuntura complexa fomentada pela Revolução Industrial que, mais tarde, fez sentir os seus efeitos na

maioria dos países, alterando obrigatoriamente as teorias e práticas do crescimento económico. Inicialmente, estas teorias consideravam a terra como o principal factor limitativo da economia. Com a Revolução Industrial, passou a considerar-se o capital e a sua acumulação como o principal motor das economias e, actualmente, este tem vindo a ser substituído pela informação, educação e inovação.

O aparecimento das novas tecnologias permitiu um crescimento económico sem precedentes. Das alterações verificadas, realçamos o aumento das diferenças entre o mundo rural e o urbano, bem como a existência do aumento relevante de emigração rural ocorrida, por um lado, devido à falta de emprego (provocado pela mecanização do trabalho agrícola) e, por outro, pela tentativa das populações encontrarem, noutros locais, melhores condições de vida, fazendo com que para o sector agrário não restasse mais do que um papel secundário na economia europeia.

Relativamente a Portugal, para além de todos estes condicionalismos, o país enfrentou, no século XX, grandes transformações socioeconómicas, sendo de sublinhar as grandes emigrações e a adesão à CEE (Comunidade Económica Europeia) em 1986. Com esta adesão Portugal ficou com a sua economia mais aberta ao exterior, beneficiando das vantagens do comércio internacional, bem como dos fundos estruturais e do fomento da coesão económica e social.

No entanto, estes processos ocorreram numa altura em que o país enfrentava grandes atrasos sociais, institucionais e estruturais e graves problemas económicos, quando comparado com os seus parceiros europeus, caracterizando a sua entrada na CEE como uma entrada tímida, sem afirmação e sem preparação para dar resposta à nova realidade com que nos deparamos. Para agravar este panorama, “Portugal tem visto o percurso das suas estratégias nacionais a ser moldado pela evolução do bloco económico em que está inserido, como a reforma da PAC, os acordos do GATT (*General Agreement and Tariff*), a integração na moeda única e a Agenda 2000. Esta última, com todas as questões a que procura responder, como sejam o alargamento da UE aos PECO (Países de Europa Central e Oriental), a consolidação da moeda única, a preparação da UE para as novas negociações do GATT (Actualmente designado OMC-Organização Mundial do Comércio) e a nova reforma dos fundos estruturais e da PAC.

Todo este processo acaba por trazer desvantagens para o mundo rural português, já que este possui alguns traços diferenciadores em termos da União Europeia. De

realçar que Portugal é um dos países mais rurais, sendo rural 85% da sua superfície; 35% da população é rural e tem uma elevada população activa agrícola (cerca de 10%) (INE, 2006). Além disso, demonstra deficientes condições estruturais, quer em termos fundiários quer naturais, em resultado da política seguida. Portugal apresenta forte dependência alimentar, não conseguindo inserir-se nos grandes fluxos internacionais de exportação de produtos agrícolas. Para além destas situações, o país não possui matérias-primas industriais e recursos naturais significativos que revitalizem só por si o meio rural. Portugal dispõe, sim, de uma certa especificidade de territórios (caracterizada por uma diversidade e riqueza ambiental e paisagística), de conhecimentos e de produtos que urge valorizar.

Contudo, em virtude do modelo de desenvolvimento que o país tem seguido, o território rural é o que mais tem sofrido, assistindo de perto ao forte declínio demográfico, agrícola e económico, e a todas as consequências que daqui resultam, como a própria degradação da paisagem, do património e da cultura destas zonas. Torna-se necessário à sociedade repensar uma solução para as suas zonas rurais, equacionando os novos papéis e funções destes territórios para o século vigente.

No entanto, a importância que é atribuída a esta problemática por parte dos poderes políticos centrais acaba por ser reduzida, se atendermos às últimas grandes iniciativas e investimentos do país que visam sensivelmente as Regiões de Lisboa e do Porto, quando, em pleno século XXI, ainda encontramos áreas rurais sem energia eléctrica e saneamento. Aliás, em Portugal, há um conjunto de políticas apoiadas em programas de desenvolvimento regional com bons fundamentos conceptuais, mas, por vezes, com baixas participações, dado que temos de cumprir os critérios de Maastricht e uma PAC milagrosa à partida, mas baseada em produtividades históricas e virada para as agriculturas dos países do Norte da Europa, tornada ineficiente em termos económicos e ilegítima em termos sociais.

Mas a resolução dos problemas existentes nas áreas rurais do nosso país não pode passar unicamente pelos critérios ancestrais de natureza agrícola, baseados no simples aumento da produção de bens agro-alimentares indiscriminados e de baixo custo. Até porque foi esta lógica que subalternizou o emprego, a qualidade dos produtos e do ambiente, a sustentabilidade do sistema, as produções biológicas e o património

cultural. Daqui resulta a necessidade de uma política de desenvolvimento rural capaz de responder à exclusão que estas zonas têm sofrido, bem como aos desequilíbrios ecológicos provocados pelas sucessivas transformações da vida económica e social.

Barros (2003) argumenta que existem dois tipos de posicionamento sobre esta problemática. “O daqueles que encaram o desenvolvimento rural como uma opção da sociedade sobre o seu futuro de vida e que apontam para a celebração de um contrato social entre o rural e o urbano (...) o daqueles que propõem o desenvolvimento rural como uma panaceia para enfrentar as actuais crises do sistema, como forma de diminuir, no fundo, os efeitos e as externalidades negativas (sociais, ambientais,...) do modelo vigente, com a menor alteração possível das regras do jogo” (Barros, (2003:41). Portanto, o que está em causa, quando se fala em desenvolvimento rural, é, sem dúvida alguma uma questão estratégica, em que se torna urgente promover a integração do espaço rural no resto do sistema social ao mesmo tempo que se promove a identidade cultural e o sentido de pertença das pessoas aos territórios. A articulação entre os homens as suas actividades e a terra constitui sem dúvida uma das características fundamentais das sociedades rurais.

3. Políticas de Desenvolvimento Rural

3.1. Integração do conceito de desenvolvimento rural nas políticas europeias

O debate sobre as relações entre as actividades do homem e a qualidade do ambiente só, nos últimos tempos, começam a ganhar relevo e um maior impacto nas políticas internacionais. Barros (2003), no que concerne aos anos 60 do séc. XX, refere-se à exclusiva preocupação, por parte das políticas europeias, pela organização dos mercados e pela fixação dos preços, quando cria fundos estruturais como o Fundo Social Europeu (FSE - favorece a inserção profissional dos desempregados e dos grupos desfavorecidos, nomeadamente financiando acções de formação e sistemas de apoio à contratação) e o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA - financia acções de desenvolvimento rural e de ajudas aos agricultores, principalmente nas regiões menos desenvolvidas, bem como o desenvolvimento rural no âmbito da Política Agrícola Comum nas outras partes da União). Mais tarde, e já nos anos de 70, surgem as primeiras preocupações de diferenciar as áreas mais desfavorecidas e de montanha, o que permite, por sua vez, elaborar políticas direccionadas para a melhoria das estruturas

comerciais e de transformação dos produtos agrícolas. Nesta, altura é criado o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) que tem por objectivo redistribuir uma parte das contribuições dos Estados pelas regiões mais desfavorecidas.

Só em 1972, é que a OCDE lança uma publicação com uma reflexão global sobre o futuro do mundo rural, em que realça uma posição não exclusivamente agrária e a necessidade de se pensar a longo prazo, imergindo, assim, a necessidade de o mundo rural e de a agricultura terem novas funções na sociedade moderna. Acredita-se, por isso, que a crise profunda que atravessa o mundo rural está intimamente relacionada com o facto de esta não ser capaz de se integrar e de acompanhar o desenvolvimento.

É a partir de 1978 que o Desenvolvimento Rural ganha estatuto de uma necessidade social e uma atenção política por parte da Europa.

Nos finais dos anos 80, surge definitivamente o interesse voltado para o ordenamento e para o desenvolvimento rural, constituindo-se este como a chave do desenvolvimento sustentável.

3.2. Principais políticas de desenvolvimento rural

3.2.1. Reflexos da política agrícola comum nos novos espaços rurais a partir dos anos 80

3.2.1.1 Conceito e instrumentos da PAC

A agricultura é de importância fundamental na União Europeia, tanto ao nível económico como social e político.

O Tratado de Roma definiu os objectivos gerais de uma política agrícola comum, sendo os seus princípios definidos na conferência de Stresas, em Julho de 1958.

Em 1960, os mecanismos da PAC foram adoptados pelos seis Estados-Membros fundadores e, dois anos mais tarde, em 1962, a PAC entrou em vigor.

A Política Agrícola Comum (PAC) encerra um conjunto de normas e mecanismos que regulam a produção, as trocas e o processamento dos produtos agrícolas na UE, com incidência cada vez maior no desenvolvimento rural.

No artigo 33º do Tratado de Comunidade Europeia, são enunciados os objectivos que a PAC deverá alcançar a nível comunitário, nomeadamente:

- a) Incrementar a produtividade da agricultura, fomentando o progresso técnico e assegurando o desenvolvimento da produção agrícola e a utilização óptima dos factores de produção, designadamente da mão-de-obra.
- b) Assegurar um nível de vida equitativo à população agrícola, designadamente pelo aumento do rendimento individual dos trabalhadores agrícolas.
- c) Estabilizar os mercados.
- d) Garantir a segurança dos fornecimentos.
- e) Assegurar preços razoáveis nos fornecimentos aos consumidores.

A fim de atingir estes objectivos, o artigo 34º do Tratado CE prevê a criação de uma organização comum dos mercados agrícolas (COM). As COM são os instrumentos básicos do mercado comum agrícola e têm por objectivo eliminar obstáculos ao comércio intracomunitário de produtos agrícolas e manter uma barreira aduaneira comum face aos países terceiros.

A PAC é financiada pelo Fundo Europeu de Orientação Agrícola (FEOGA) que representa uma parte substancial do orçamento comunitário. O FEOGA é constituído por duas secções: a secção “Garantia”, que financia as despesas relativas à organização comum dos mercados (por exemplo a compra e armazenamento de excedentes e o fomento das explorações agrícolas) e a secção “Orientação”, que faz parte dos fundos estruturais e contribui para as reformas estruturais na agricultura e desenvolvimento das áreas rurais, realizando, por exemplo, investimentos em novos equipamentos e tecnologias. A secção “Garantia” é a mais importante e está classificada como despesa obrigatória no orçamento comunitário. O FEOGA–Garantia financia integralmente a componente de preços e mercados. Quanto ao FEOGA – Orientação, a UE suporta 50 a 75% dos custos de cada programa de acção.

Com a secção orientação do FEOGA, com o FEDER (Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional) e com o FSE (Fundo Social Europeu), assegura-se o desenvolvimento do meio rural, nomeadamente o reforço das estruturas agrícolas e silvícolas, e a reabilitação do espaço natural (renovação de vilas, protecção ou conservação do meio natural).

Desde a sua criação, em 1957, a PAC alcançou com êxito os seus objectivos iniciais: fomentou a produção e a produtividade, estabilizou os mercados, protegeu os

agricultores contra as flutuações nos mercados mundiais e garantiu a segurança dos fornecimentos. No entanto, os agricultores produziram mais do que o mercado podia absorver, gerando enormes excedentes e um aumento galopante das despesas da UE nesta área. A meio dos anos 1980, considerando que 25% dos agricultores da União contabilizaram para mais de 80% da produção total, foi reconhecido que existiam mais agricultores do que o necessário para as necessidades alimentares da UE. Como tal, a definição dos usos dos campos agrícolas tinham de ser conseqüentemente alargados (Bonanno, 1990 e O'Hara, 1986). Esta mudança serviu de contexto político-cultural para a reforma da PAC, uma vez que mais factores tangíveis, apelando por uma transformação, foram o “fardo” dos custos elevados do armazenamento dos alimentos em excesso, a insatisfação política com os custos elevados do consumidor para a alimentação, e a tensão política internacional que resultou do apoio financeiro da UE das suas exportações (Cummins, 1990).

Assim, com algumas décadas de existência, a PAC passou por diversas reformas.

3.2.1.2 Uma política em evolução – o mundo rural como pilar de desenvolvimento sustentável

A Política Agrícola Comum (PAC) foi a primeira e, durante muitos anos, a única política verdadeiramente integrada na comunidade, isto é, elaborada e posta em prática por instituições comunitárias.

Ao longo da sua história, a PAC foi obrigada a evoluir consideravelmente, para enfrentar os novos desafios com que foi sendo confrontada. Mas as diferentes tentativas de reforma da PAC, nos anos 80, 92 e 99, não foram mais que compromissos sectoriais ou financeiros que não permitiram adaptar a PAC às expectativas da sociedade e redefinir o lugar dos agricultores para responder à evolução técnica, económica, política e social.

No início dos anos 80, a PAC sofreu uma transformação radical. Em primeiro lugar, a política sócio-estrutural, que durante muito tempo ocupou um lugar marginal, conheceu uma viragem, sobretudo sob o impulso da adesão de Espanha e de Portugal (1986), com a reforma dos fundos estruturais fundamentada no Acto Único e, de seguida, com o Pacote Delors I, de Fevereiro de 1987.

Os fundos estruturais (Fundo Regional, Fundo Social e FEOGA) são meios previstos pelo Acto Único para atingir a coesão económica e social, de modo a reduzir o

afastamento das regiões menos favorecidas. Ressalta do Pacote Delors I que os três fundos devem tornar-se instrumentos de desenvolvimento.

Assim, durante longos anos, a actividade agrícola sofreu um processo de industrialização e de intensificação da produção, visando a sua maximização e o lucro. Concentrou-se a produção nas grandes explorações para aumentar a competitividade e diminuiu-se a produção nas pequenas explorações para fazer baixar os preços, considerando-se estas desnecessárias. Sob uma ideologia agro-comercial, recorreu-se à concentração e intensificação do factor capital na produção, não medindo os impactos agro-ambientais derivados de uma agricultura de regime intensivo.

O Conselho Europeu de Bruxelas, de Fevereiro de 1988, decidiu duplicar a dotação financeira para o período de 1988/93. Daqui resulta uma visão muito mais alargada da PAC, em relação à posição tradicional. Os problemas dos agricultores são finalmente abordados numa perspectiva global, saindo das fronteiras da agricultura propriamente dita (as explorações agrícolas) para tomar em linha de conta o conjunto da problemática do desenvolvimento do mundo rural.

A Comissão, na sua Comunicação de Julho de 1988 sobre o “Futuro do Mundo Rural”, definiu uma nova orientação em favor de uma produção de qualidade, apta a assegurar uma melhor valorização dos produtos agrícolas e a encontrar novos mercados. Assim, em 1992, esta nova posição traduziu-se na adopção de um Regulamento Comunitário sobre a dominação de origem e sobre as indicações geográficas protegidas, assim como sobre as especialidades tradicionais garantidas.

Nos finais dos anos 80, por um lado, a incapacidade de diferentes mecanismos da PAC de eliminar os desequilíbrios crescentes dos mercados e, por outro, a pressão internacional intensificada durante as negociações do *Uruguay Round*, impuseram a necessidade de uma reforma radical da PAC, aprovada pelo Conselho, em Maio de 1992.

Na proposta da reforma da PAC de 1992, uma chave característica foi a “ambientalização” da política agrícola (Buttel, 1994). Um resultado concreto foi o de que os subsídios (apoios financeiros) tiveram que ser cortados para a produção e simultaneamente uma fonte de receitas alternativa teve de ser fornecida para aqueles que não poderiam competir num mercado cada vez mais desregulado, para preservar a “fábrica da sociedade rural”. Deverre (1995) distingue uma extensão de actores, tais

como, os pequenos agricultores e a classe de agricultores ricos, que começaram a fazer novas procuras numa área rural cada vez mais diversificada.

Com esta reforma de 92, o sistema de sustentabilidade dos preços é substituído por um sistema de ajudas directas ao rendimento, calculados em função da superfície e de rendimentos regionais de referência, ou sobre um número determinado de animais. Esta nova PAC é muito mais ciosa da protecção do ambiente, favorecendo os métodos de cultura e de criação menos intensivos e menos poluentes. A reforma de 92 prevê um programa agro-ambiental que reconhece o papel da agricultura na protecção do ambiente e dos solos e na conservação da paisagem natural. No entanto, o desenvolvimento rural pressupõe manter a função produtiva do espaço rural (“não há desenvolvimento rural sem agricultura”). E este objectivo implica que, a par da expansão das actividades locais não agrícolas, geradoras de emprego, e da multifuncionalidade da agricultura, se desenvolva a agricultura das regiões mais atrasadas, modernizando-a e intensificando a sua função produtiva. Estes aspectos, ao serem esquecidos pela Política Agrícola, ou sendo transferidos totalmente para o âmbito das políticas nacionais, comprometem fatalmente os objectivos enunciados.

«Num balanço global, poderá dizer-se que a reforma de 92 abriu perspectivas promissoras de maior eficiência e equidade, em particular pela valorização dos novos objectivos e domínios de intervenção (reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura ao serviço do desenvolvimento rural)» (Cordovil, 1997:4). Ela permitiu reabsorver uma grande parte dos excedentes e melhorar o rendimento agrícola. Entretanto, não teve condições de eliminar certos efeitos negativos «(...) manteve-se ainda demasiado vinculada aos interesses de partida, não incentivando suficientemente a mudança e tornando muito mais pesados os mecanismos de gestão e de controlo administrativo» (Idem:4). O apoio dado aos agricultores, sendo desigual e continuando a privilegiar as regiões mais ricas e as explorações maiores em detrimento das regiões e dos produtos mais desfavorecidos, teve consequências nefastas para o desenvolvimento do espaço rural. Por outro lado, as novas medidas agro-ambientais não travaram suficientemente o desenvolvimento de práticas de culturas intensivas e poluentes. Não obstante as medidas adoptadas, persistem, a médio prazo, sérios riscos de novos desequilíbrios dos mercados, em razão do aumento dos rendimentos. Estes factores, a juntar a factores externos decorrentes do futuro alargamento da União e do novo ciclo

de negociações comerciais internacionais, devendo conduzir a uma liberalização importante das trocas agrícolas, tornaram necessário uma nova reforma da PAC, que teve por objectivo aprofundar e ampliar a reforma de 1992, através da redução dos preços garantidos, substituindo as medidas de apoio dos preços por ajudas directas, parcialmente dissociadas, nos sectores dos cereais, das oleaginosas, das proteaginosas e da carne de bovino, e acompanhando esse processo através de uma política rural coerente.

« (...) Foi evidente o impacto positivo deste processo na promoção de uma maior competitividade e orientação do mercado, na estabilização do rendimento agrícola e na redução dos incentivos susceptíveis de prejudicar o ambiente» (“Revisão Intercalar da PAC” Bruxelas, 2002).

O documento intitulado Agenda 2000 (também conhecido por Pacote Santer), publicado pela Comissão Europeia em Julho de 1997, expõe a resposta da Comissão aos desafios do século XXI. Em três secções, o documento abre caminho para o alargamento da U.E., procura abordar os futuros desafios económicos e sociais da mesma e apresenta um novo quadro financeiro para o período 2000-2006.

Em 1999, o Conselho Europeu de Berlim aprovou a reforma “Agenda 2000” da Política Agrícola Comum (PAC), uma etapa nova e importante do processo reformador.

A Agenda 2000 representou um aprofundamento e extensão da reforma da política de mercado de 1992 e a consolidação do desenvolvimento rural como segundo pilar da PAC.

Na transformação da PAC, de uma política sectorial para uma política integrada do desenvolvimento rural e crescimento ambiental, a característica mais importante da actual reforma Agenda 2000 é o Regulamento do Desenvolvimento Rural (RDR) 1257/99 (Lowe, Buller, e Ward, 2002). O RDR incorpora diversas medidas existentes na PAC, incluindo: ajustamento estrutural do sector agrícola, apoio para a agricultura nas áreas menos favorecidas, remuneração para as actividades agro-ambientais, apoio para os investimentos para as medidas de processamento, marketing e florestação. As novas medidas a promover são “a adaptação e o desenvolvimento das áreas rurais (Artigo 33)”. Isto alarga o âmbito e a elegibilidade para o apoio da PAC, para fazer das medidas um grande benefício, incluindo a visão das actividades não agrícolas e a visão de os não-agricultores terem acesso à parte central do plano financeiro da PAC (Lowe e

Ward, 1998). Efectivamente, a intenção destas reformas tem sido a de mudar os recursos dos grandes agricultores comerciais para os pequenos agricultores não comerciais e para os membros de famílias rurais não agrícolas, em geral.

Na Agenda 2000, a Comissão traçou as grandes linhas desta nova reforma destinada a reforçar a competitividade da agricultura europeia, tanto no interior como no exterior da União, para assegurar o mais elevado grau de segurança e de qualidade dos bens alimentares, para contribuir para a estabilização dos lucros agrícolas, para integrar efectivamente na PAC a protecção do ambiente e promover a diversificação da actividade económica nas explorações com vista ao desenvolvimento do mundo rural. Trata-se, portanto, de realizar um “modelo de agricultura europeia” multifuncional e competitiva, repartida por todo o território europeu, respeitando o ambiente e as exigências dos consumidores, capaz de conservar a variedade da paisagem e de contribuir para a vitalidade do mundo rural.

Em suma, as propostas da UE relativas à PAC estabeleceram uma nova base de apoio a todas as facetas do meio ambiente rural – tanto o natural como o moldado pelo homem. Elas criarão uma nova relação entre o agricultor e a sociedade em geral: um contrato que reconhece o papel crucial de gestor, desempenhado pelo agricultor, na manutenção e protecção do meio rural. Para o agricultor, isto significa a reorientação da agricultura para técnicas de produção sustentáveis. Para a sociedade, significa o desejo de financiar os serviços ambientais essenciais para manter o valor recreativo do mundo rural. De facto, a reforma de 1999 introduziu importantes inovações, nomeadamente na eco-condicionalidade, isto é, a subordinação das ajudas compensatórias directas às exigências ambientais. Os Estados-Membros poderão, assim, reduzir e mesmo suspender as ajudas aos agricultores que não respeitem as disciplinas em matéria ambiental estabelecidas ao nível nacional, em função das especificidades das produções.

Nesta nova reforma, a política de desenvolvimento rural adquire uma importância crucial, tornando-se, ao lado da política de mercado, como já foi referido, o segundo pilar da PAC. A nova política de desenvolvimento rural tem por objectivo apoiar a modernização do sector agrícola, a fim de aumentar a sua viabilidade e sustentabilidade, criando novas actividades e oportunidades de emprego e rendimento para a comunidade rural, mesmo fora das explorações, reforçando o seu tecido económico e social e limitando o êxodo rural.

Quanto à gestão prática das medidas, a comunidade apoia os documentos de programação em matéria de desenvolvimento rural, sobre as bases dos planos apresentados pelos Estados, e decide da dotação financeira de cada estado membro.

A selecção das medidas específicas cobertas pelos planos incumbe exclusivamente às autoridades nacionais e regionais.

Tanto a PAC como a reforma da PAC ou a Agenda 2000 (a reforma da reforma da PAC) acentuam a tendência para Portugal se transformar num espaço não produtivo, vivendo da assistência económica e social da UE, sem travar a dependência alimentar e a emigração³¹.

Ainda segundo Lourenço (s.d.), a Europa prevê uma divisão entre espaços rurais com função predominantemente agrícola, reservada aos países do Norte e do Centro, e espaços rurais de lazer ou de reserva natural, caracterizando estes os países periféricos que vêm os seus esforços de desenvolvimento e modernização das explorações agrícolas travados pelas políticas comunitárias. Portugal insere-se neste último grupo, pela debilidade das suas estruturas produtivas, à qual se junta uma fragilidade nos circuitos de comercialização e uma reduzida mão-de-obra disponível, sem formação adequada aos avanços da tecnologia biológica e de informação.

3.2.1.3 O direito agrícola comunitário

No quadro do sistema jurídico comunitário, o direito agrícola constitui um subsistema completo e coerente que rege o conjunto das questões agrícolas no campo da aplicação material do Tratado conformando-se aos princípios e às regras de organização específicas.

Até aos anos 80, o direito agrícola comunitário, especialmente o direito das Organizações Comuns de Mercado (COM), é caracterizado pelo princípio da uniformidade, que teve considerável influência na repartição das competências entre a comunidade e os Estados-Membros, bem como na posição jurídica dos operadores destinatários das normas. Uma outra característica deste direito residia no facto de que o produto, ele mesmo, constituía o objecto essencial da norma agrícola.

O direito comunitário resultante das reformas verificadas no decurso do último decénio é um direito profundamente diferente.

³¹ Lourenço, (sd).

Em primeiro lugar, dada a importância crescente da política sócio-estrutural substituída doravante por uma verdadeira política de desenvolvimento rural, – o 2º pilar da PAC –, o direito agrícola comunitário já não é essencialmente o direito das COM, mas tem um campo de aplicação muito mais vasto, tendente a integrar objectivos de interesse geral (protecção do ambiente e dos consumidores, da saúde humana e animal e a coesão económica e social).

Em segundo lugar, o objectivo principal da regulamentação agrícola não é o produto mas o agricultor, no seu papel múltiplo de produtor de géneros alimentícios e de guardião do ambiente e da paisagem natural. Este agricultor torna-se o destinatário principal das normas comunitárias agrícolas, ou seja, os mecanismos de sustentabilidade dos preços perdem grande parte da sua importância em benefício do novo sistema de ajudas ao rendimento.

Em terceiro lugar, o princípio da uniformidade é doravante substituído pelo princípio da flexibilidade e da diferenciação entre as regiões, os sectores e os tipos de explorações.

Esta evolução resulta sobretudo da importância crescente, adquirida primeiramente pela política sócio-estrutural e hoje pela do desenvolvimento rural.

Para determinação dos rendimentos médios para utilização das ajudas compensatórias, pertence às autoridades nacionais elaborar um plano de regionalização, prevendo critérios objectivos e pertinentes (homogeneidade geográfica, fertilidade do solo, irrigação...) para a definição das regiões de produção.

O carácter diferenciado e flexível da regulamentação agrícola, fortemente acentuado com a reforma de Março/98, originou entre a Comunidade e os Estados-Membros uma nova repartição de tarefas. Assim, a Comunidade fixa os montantes das diferentes ajudas e prémios, define os princípios gerais a respeitar, deixando aos Estados-Membros a adopção das modalidades de aplicação, de acordo com as especificidades locais ou sectoriais, com a possibilidade de graduar o montante das ajudas directas.

No interior deste quadro comunitário geral, pertence às autoridades de cada Estado-Membro estabelecer modalidades de distribuição, perante as diferentes categorias de agricultores, da parte das ajudas compensatórias atribuídas sob a forma de “subsídios nacionais”.

Em conclusão, podemos afirmar que ao sistema centralizado do direito das COM antes da reforma de 92, sucede um sistema descentralizado e modulado, mais bem adaptado às particularidades de cada Estado-Membro e à grande diversidade da agricultura dos quinze países da União.

A evolução do direito agrícola comunitário deve ser cuidadosamente estabelecido se se quiser evitar a ruptura do equilíbrio atingido, arrastando o enfraquecimento do quadro comunitário e a diluição progressiva de um sistema jurídico que nos parece hoje como o mais integrado e coerente entre todos os decorrentes dos Tratados Comunitários.

A próxima adesão à comunidade dos países de Europa Central e Oriental (PECOS) representará, a este respeito, um banco de ensaio decisivo para o futuro do direito agrícola comunitário.

3.2.1.4 Reflexões sobre o futuro da PAC

A Política Agrícola Comum é a mais vasta, a mais controversa e a mais onerosa, sob o ponto de vista orçamental de todas as políticas da União.

Alguns estados membros, sobretudo a França, desde o princípio dos anos 60, consideravam que a PAC deveria constituir prioridade absoluta na construção da integração. Assim se explica o lugar proeminente da PAC, apesar do retrocesso do sector agrícola na economia da CE. Para muitos observadores, esta prioridade concedida ao sector agrícola aparece, no decorrer dos anos, cada vez mais anacrónico, tanto mais que os resultados obtidos pela PAC foram surpreendentes quanto ao crescimento da produção e à produtividade do sector, mas depressa se viu que comportava um custo financeiro excessivo e verificou-se cada vez menos adaptado às expectativas da sociedade.

Em pleno século XXI, o futuro da PAC não parece garantido. A contestação dos princípios e mecanismos desta política não cessa de aumentar, tanto dentro da U.E. como a nível mundial. Três imperativos parecem dominar o futuro da política Agrícola Europeia:

- 1- Ultrapassar as contradições internas e os limites da PAC de hoje;
- 2- Adaptar a futura PAC às novas dimensões de uma U.E. alargada aos PECOS;

3- Assegurar uma nova compatibilidade com as novas circunstâncias internacionais.

Ultrapassar as contradições internas e os limites da PAC de hoje, tanto ao nível dos objectivos como ao nível dos métodos de gestão, por um lado não se trata de substituir o produzir cada vez mais da PAC inicial por um produzir menos mas por um produzir melhor: manter a produtividade sem cair no produtivismo no quadro de um novo contrato entre a sociedade europeia e os seus agricultores. Desde o início da Política de Agricultura Comum (PAC), que o “produtivismo” tem vindo a ser uma ideologia essencial, que encorajou a especialização e comercialização da agricultura da UE (Cummins, 1990 e Ward, 1993).

A protecção do ambiente, a preservação e conservação do espaço, a participação no arranjo do território, o fornecimento de todos os serviços conexos a estas funções são novas funções do sector agrícola que alargam o papel deste sector e redefinem o seu lugar na sociedade europeia de hoje e de amanhã.

O orçamento comunitário é hoje inteiramente suportado pelos Estados-Membros. O desenvolvimento das outras políticas sectoriais ou transversais da U.E. limita parte dos créditos que podem ser afectados à PAC. O restrito *plafond* obriga quer a transferências de prioridades e de despesas para a agricultura no quadro da agenda 2000, quer a co-financiamentos (orçamentos comunitários / orçamentos nacionais) que preparam uma renacionalização da Política Agrícola da UE.

Ao lado dos meios de intervenção tradicionais da PAC directamente ligados às quantidades produzidas, levando a que 20% dos agricultores recebam 80% dos subsídios europeus, aparecem doravante intervenções mais bem objectivadas, a referir:

- Diminuição progressiva e estabelecida de *plafond* das ajudas a fim de favorecer menos as grandes explorações e a agricultura intensiva.
- Modulação das ajudas ao apoio dos mercados para melhorar os critérios ao desenvolvimento rural.
- Eco-condicionalidade, permitindo levar em linha de conta o ambiente.
- Baixar os subsídios à exportação em benefício da agricultura biológica.

3.2.1.5 A PAC e os PECOS

A adaptação da PAC deve ser considerada não só em função das mudanças de dimensão, mas sobretudo em função dos atrasos estruturais dos novos Estados-

Membros que conduzirão certamente a um sensível crescimento da heterogeneidade do espaço agrícola europeu. Com a adesão dos PECOS³², a PAC terá que gerir mais de 60 milhões de hectares suplementares, isto é, um aumento de 45% da superfície agrícola. A população activa agrícola da U.E. alargada conhecerá um aumento da ordem dos 150% (7,5 milhões de activos agrícolas na U.E. a 15 + 10,5 milhões nos 10 PECOS candidatos). A adesão também trará, em termos médios, uma duplicação do emprego na agricultura, bem como um acréscimo do número de consumidores em cerca de 100 milhões, embora com um poder de compra de apenas 1/3 da média comunitária. Trata-se de países que, em alguns anos, devem passar de um sistema totalitário, burocrático, opaco, a um sistema aberto, eficaz, no âmbito de uma economia de mercado.

Mas a maior parte das estruturas agrícolas dos PECOS acusam atrasos na ordem de 50 anos, em relação à actual U.E., no que diz respeito à dimensão das explorações, nível técnico, produtividade, investimentos³³, etc. Não se pense, porém, que existe homogeneidade dos PECOS em termos agrícolas. Há, isso sim, heterogeneidade. Entre os PECOS há diferentes condições naturais, diferentes factores de produção e redes institucionais, diferentes regras sobre o direito de propriedade, diferentes estruturas de gestão e diferentes divisões dos factores terra e trabalho, entre outras.

Como adaptar a PAC a tais mudanças quantitativas e estruturais? Como acompanhar a saída massiva de activos agrícolas dos PECOS para outros sectores, em países em que a transição económica não está acabada, onde o desemprego é elevado e nos quais o choque da adesão à U.E. pode prejudicar estruturas económicas tradicionais?

Será que uma PAC uniforme poderá ter sentido e eficácia se se aplicar indistintamente a tantos Estados-membros e tão heterogéneos?

3.2.2 Fundos estruturais e fundos de coesão³⁴

Quando se fala em políticas europeias de desenvolvimento rural, somos automaticamente remetidos para as políticas agrárias da PAC, as políticas de coesão

³² O grupo de Luxemburgo (Chipre, República Checa, Estónia, Hungria, Polónia e Eslovénia) e o grupo de Helsínquia (Bulgária, Letónia, Lituânia, Malta, Roménia e Eslováquia) congregam os países com a denominação PECOS.

³³ Como por exemplo, refira-se a Polónia, país no qual se faz depender de uma autorização individual do Ministro da Agricultura a aquisição de terras agrícolas por estrangeiros.

³⁴ Regulamento (CE) 1260/1999 do Conselho, de 21 de Junho de 1999, que estabelece disposições gerais sobre os Fundos estruturais.

económica e social dos QCA e as políticas estruturais de desenvolvimento regional que assentam na solidariedade financeira entre os estados membros da União Europeia, de onde parte do Orçamento Comunitário é transferida para as regiões e para as categorias sociais mais desfavorecidas, nomeadamente, através dos quatro fundos estruturais (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo Social Europeu, Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca, secção «Orientação» do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola) e dos fundos de Coesão que exercem um efeito de alavanca nos factores económicos e sociais capazes de estimular a economia das regiões.

Quanto aos fundos estruturais, estes visam essencialmente a recuperação das regiões com atrasos de desenvolvimento, a reconversão económica e social de zonas com dificuldades estruturais, e ainda a promoção da modernização dos sistemas de formação e de promoção do emprego através do financiamento de programas plurianuais que, segundo o relatório da União Europeia, constituem estratégias de desenvolvimento definidas em parceria entre as regiões, os Estados-membros e a Comissão Europeia (Barros, 2003).

Assim, e numa tentativa de dar resposta a lacunas concretas identificadas pelas regiões dos respectivos Estados-membros, estes fundos estruturais apoiam várias iniciativas de desenvolvimento regional, entre as quais: a Interreg (cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional); a Urban (desenvolvimento sustentável das cidades e dos bairros em crise); a Leader (desenvolvimento rural através de iniciativas locais e a Equal (luta contra a desigualdade e a discriminação no acesso ao mercado de trabalho).

No que diz respeito a Portugal, o grande pacote de ajudas estruturais disponibiliza apoios destinados ao sector agrário e meios rurais que estavam agrupados no FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), no PAMAF (Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal), no LEADER II (Ligação entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural), no INTERREG II (Iniciativa Comunitária para a promoção e a cooperação transfronteiriça inter-regional), no PPDR (Apoio ao

desenvolvimento económico de núcleos regionais) e, de certa forma, no RIME (Regime de Incentivo às Micro Empresas).

Por sua vez, os Fundos de Coesão, também criados com o objectivo de diminuir as desigualdades existentes nos países europeus, destinam-se a apoiar as regiões desfavorecidas (onde, por exemplo, existem fracos níveis de investimento, uma taxa de desemprego superior à média europeia; falta de serviços para as pessoas e para as empresas e ainda carência de infra-estruturas de base); as zonas com alguma dificuldade específica; os grupos sociais mais frágeis (como os jovens desempregados, os desempregados de longa duração, as pessoas vítimas de exclusão e os trabalhadores sub-qualificados) e as entidades locais e regionais.

Assim, e devido à existência de grandes disparidades a nível de desenvolvimento económico e social entre os países da União Europeia, foi criado, em 1993, um Fundo específico de solidariedade – o Fundo de Coesão – com o intuito de ajudar os quatro países europeus menos prósperos. Este Fundo financia projectos de infraestruturas ambientais e de transportes em Espanha, na Grécia, na Irlanda e em Portugal, já que, nestes países, encontramos um PIB *per capita* inferior a 75% da média comunitária.

3.2.2.2 INTERREG

Dentro das iniciativas comunitárias que existem para encontrar soluções comuns que se manifestam em todo o território europeu, encontramos a iniciativa INTERREG (Iniciativa Comunitária para a promoção e a cooperação transfronteiriça inter-regional). Financiada pelo FEDER, esta iniciativa existe para formar e encorajar parcerias que ultrapassem as fronteiras para promover um equilíbrio no ordenamento dos territórios pluriregionais.

Desta forma, encontramos, como princípios de aplicação, a implementação de estratégias conjuntas transfronteiriças transnacionais e programas de desenvolvimento; o aprofundamento de parcerias entre diferentes níveis da administração com os agentes económico-sociais mais proeminentes e ainda a efectiva coordenação entre o INTERREG e os instrumentos de política externa da U.E.

O INTERREG III, dando continuação e desenvolvendo alguns programas da INTERREG, orienta-se sobre três vertentes. A primeira vertente (ligada à cooperação transfronteiriça) tem por objectivo desenvolver a cooperação económica e social através de programas de desenvolvimento e de estratégias conjuntas:

- Cooperação entre cidadãos e instituições e assistência técnica;
- Cooperação jurídica e administrativa;
- Infra-estruturas básicas transfronteiriças (como de transportes e telecomunicações);
- Preocupação com o ambiente, bem como com a questão do aproveitamento das fontes de energia renováveis;
- Cooperação em matéria de investigação, desenvolvimento tecnológico, educação, cultura, comunicação, saúde e protecção civil;
- Integração no mercado de trabalho e promoção da integração social;
- Desenvolvimento da capacidade empresarial e das pequenas e médias empresas, do turismo e de iniciativas locais de desenvolvimento e de emprego;
- Promoção do desenvolvimento urbano, rural e costeiro.

A segunda vertente, por sua vez, ligada à cooperação transnacional, está voltada para o contínuo desenvolvimento dos países e para a maior integração territorial na U.E. Assim, e tratando-se de uma cooperação entre grandes grupos de regiões europeias, esta vertente pretende tocar em domínios como:

- A elaboração de estratégias direccionadas para o desenvolvimento territorial, mas à escala transnacional;
- Desenvolvimento de sistemas de transporte eficientes e sustentáveis, assim como de um melhor acesso à sociedade da informação;
- Promoção do ambiente e da boa gestão do património cultural e dos recursos naturais, especialmente dos recursos hídricos;

-Fomento da integração das regiões marítimas e insulares, através de uma prioridade específica provida de dotação financeira adequada;

-Promoção da cooperação integrada das regiões ultraperiféricas.

Por último, a vertente de cooperação inter-regional está voltada para o aumento da coesão e do desenvolvimento regional, dando atenção especial às regiões menos prósperas e em processos de reconversão, nas quais podemos encontrar dificuldades ligadas à transformação dos sectores económicos, à diminuição das actividades tradicionais nas zonas rurais ou ainda ligadas a possíveis crises desenvolvidas nos meios urbanos.

Assim, e através da formação de redes entre as várias regiões, este tipo de cooperação visa essencialmente o desenvolvimento das pequenas e médias empresas, o desenvolvimento das estruturas regionais e locais e a protecção do ambiente, caminhando, desta forma, não só para o crescimento destas regiões, mas essencialmente para o seu desenvolvimento.

3.2.2.3. Os programas LEADER

Como já foi referido, a preocupação pelo desenvolvimento rural é cada vez maior, e, em Portugal, esta questão acaba por ser fundamental, já que estamos perante um país onde mais de 80% do território é composto por zonas rurais e que incorporam mais de um terço da população.

Assim, e depois de muito tempo tratar desta questão, assiste-se, na União Europeia (em 1991) à criação de um programa que visa o desenvolvimento rural, baseado, embora com carácter experimental, numa abordagem do processo de desenvolvimento das zonas rurais, fundada numa óptica territorial e na aplicação de procedimentos descentralizados, quer ao nível decisório quer em termos de gestão financeira.

Com o objectivo de poder contribuir para o desenvolvimento da agricultura europeia e para a diversificação económica e social das zonas rurais existentes na Europa, assente na valorização e diversificação do potencial de recursos, esta iniciativa

adopta uma visão integradora e participativa que envolve as populações e os agentes socioeconómicos, sem desrespeitar a independência dos grupos de Acção Local. Desta maneira, os programas LEADER são actividades que ocorrem numa escala local, sob a responsabilidade de entidades associativas de direito privado, mas com enquadramento regulamentar e co-financiamento público.

O programa LEADER I mostrou um sucesso notável, onde se sublinha:

- O seu carácter de programa inovador da abordagem do desenvolvimento rural que permitiu o aparecimento de muitas associações de Desenvolvimento Local, com acções positivas no meio rural;
 - A sua característica de abertura que permitiu apoiar iniciativas diversificadas e inovadoras;
- Conseguiu promover o emprego em meio rural;
- Promoveu o aparecimento de novas competências, em meios rurais, para a preparação e análise de projectos;
- Permitiu o desenvolvimento da oferta de turismo rural que até então praticamente não existia;
- Com uma filosofia *bottom up*, permitiu o apoio a muitas iniciativas importantes a nível local, as quais certamente não teriam apoio sem o Programa.

Assim, neste contexto de sucesso, o principal objectivo desta Iniciativa Comunitária vê o seu desenvolvimento e aprofundamento assegurados para o período de 1994 a 1999, através do LEADER II, que, seguindo o mesmo modelo e filosofia, introduz algumas alterações que os trabalhos anteriores apontavam como aconselháveis, e portanto, garantindo o mesmo sucesso já obtido, nomeadamente:

- A intensificação do interesse das populações rurais com a divulgação do Programa;
- Agilização de aspectos devido ao aumento das competências criadas a nível local;

- Para além do emprego gerado pelo programa, assistiu-se a um aumento de iniciativas particulares que, apesar de não serem financiadas pelo programa, resultaram de projectos implementados pelo LEADER, criando, desta forma, ainda mais postos de trabalho e afirmando, definitivamente, esta Iniciativa Comunitária como uma referência obrigatória para o processo de desenvolvimento rural.

Neste sentido, para o período de 2000 – 2006, a Iniciativa Comunitária para o Desenvolvimento Rural volta a estar assegurada, desta vez, com a denominação de LEADER+, integrando algumas alterações importantes relativamente ao LEADER II, a saber:

- o LEADER passa a ser financiado através de um fundo Estrutural único – o FEOGA-Orientação;

- reforça, nos seus objectivos, a importância da qualidade dos projectos e o facto de estes estarem sempre orientados para um desenvolvimento sustentável e articulados com as restantes políticas apoiadas pelos fundos estruturais;

- integra, como elegíveis, todas as zonas rurais da União Europeia, mas passa a ter como âmbito de aplicação apenas zonas com uma população situada entre os 10 000 e os 120 000 habitantes e com uma densidade populacional inferior a 120 hab/Km²;

- os Grupos de Acção Local passam a ter uma orientação com o objectivo de alargar a sua representatividade aos grupos socioeconómicos mais importantes ao nível local, ao mesmo tempo que limitam a capacidade de decisão da administração pública no seio dos Grupos de Acção Local. No entanto, estabelece critérios de maior rigor na selecção dos Grupos de Acção Local, bem como na aprovação dos planos de Desenvolvimento Rural.

Assim, com o intuito de implementar as medidas de desenvolvimento rural de uma forma mais integrada, este Programa coloca a tónica nas especificidades dos territórios, definindo um conjunto de instrumentos que se adaptam às necessidades das populações, bem como aos principais problemas sentidos pelas diversas zonas rurais.

Em Portugal, urge a necessidade de revitalizar os espaços rurais. Devido ao modelo de desenvolvimento produtivista dominante na segunda metade do século XX, estes espaços, marginalizados em detrimento dos espaços urbanos, sofrem, como vimos anteriormente, de um declínio demográfico, agrícola e económico devastador, que está a levá-los para a desertificação e para as consequências daí adjacentes (Covas, 2004).

Neste sentido, e porque estes espaços encerram especificidades fundamentais para um desenvolvimento sustentável, as medidas incluídas no âmbito da Iniciativa Comunitária LEADER+ sublinham a necessidade de apoiar a agricultura familiar, o desenvolvimento dos produtos voltados para a qualidade e a necessidade de valorizar o ambiente e o património rural. Assim, e numa tentativa de combater a desertificação dessas zonas, podemos ver, através do quadro seguinte, uma síntese dos principais planos, programas e documentos estratégicos relevantes para este processo.

Quadro IV - 1: Principais planos, programas e documentos estratégicos relevantes de combate à desertificação

Planos - Programas - Documentos estratégicos								
Geral			Sectorial					
Desenvolvimento	Ord. Território e Gestão Territorial	Emprego e Formação Profissional	Indústria	Ambiente	Agricultura Florestas e Des. Rural	Turismo	Transportes e Acessibilidades	Saúde e Solidariedade Social
Âmbito Europeu								
INTERREG	EDEC			CNUCD, Agenda 21, Rede Natura 2000, Programa LIFE	PAC Agenda 2000 LEADER			EQUAL
Âmbito Nacional								
PNDES PDR QCA III GOP ENDS	PNPOT	PNE POEFDS PNAS FORAL PROINOV	POE	PNPA, PNA, POA, EBCN, SNAC, ENCNB, REN, POLIS, PNAC	RAN AGRO RURIS PERAGRI PDSFP	PNTN	POAT PRN	POS
Âmbito Regional								
PEA Regionais PO Regionais	PROT PEOT (POAP, POAAP, POOC)	PRE		PBH Planos Zonais	AGRIS PROF PGF			PDRS
Âmbito Local								
Planos Estratégicos	PMOTS (PDM, PU, PP, POLIS, Planos Intermunicipais)	ILD ILE		PMA, Agenda Local 21, POLIS				
Âmbito Individual								
		X	X		X	X		

Fonte: adaptado de MCOTA, 2004

Legenda:

AGRIS – Medida da Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Programas Regionais
 AGRO – Programa Operacional e Desenvolvimento Rural
 CNUCD – Convenção da Nações Unidas de Combate à Desertificação
 ENCNB – Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
 ENDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
 FORAL – Programa de Formação para a Administração Local

GOP – Grandes Opções do Plano
ILD – Iniciativa Local de Desenvolvimento
ILE – Iniciativa Local de Emprego
PDM – Plano de Director Municipal
PDR – Plano de Desenvolvimento Regional
PDSFP – Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa
PERAGRI – Plano Estratégico dos Resíduos Agrícolas
PGF – Plano de Gestão Florestal
PMA – Plano Municipal do Ambiente
PMOT – Plano Municipal do Ordenamento do Território
PNA – Plano Nacional da Água
PNAC – Plano Nacional para as Alterações Climáticas
PNAS – Plano Nacional de Acção para a Inclusão
PNDES – Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social
PNE – Plano Nacional de Emprego
PNPA – Plano Nacional da Política do Ambiente
PNPOT – Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território
PNTN – Plano Nacional do Turismo da Natureza
POA – Plano Operacional do Ambiente
POAT – Plano Operacional de Acessibilidade e Transportes
POE – Programa Operacional de Economia
POEFDS – Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social
POS – Programa Operacional da Saúde
PP – Plano de Pormenor
PRN – Plano Rodoviário Nacional
PROF – Plano Regional de Ordenamento Florestal
PROINOV – Programa Integrado de Apoio à Inovação
PROT – Plano Regional de Ordenamento Territorial
PU – Plano de Urbanização
QCA III – Quadro Comunitário de Apoio III
RAN – Reserva Agrícola Nacional
REN – Reserva Agrícola Ecológica
RURIS – Plano de Desenvolvimento Rural
SNAC – Sistema Nacional de Áreas Classificadas

4. Programa de Desenvolvimento Rural para 2007 – 2013³⁵

Depois do acordo sobre o novo Fundo de Desenvolvimento Rural, ocorrido em 2005, a Comissão Europeia definiu o Orçamento para o Desenvolvimento Rural relativo aos 25 Estados Membros para o período de 2007 – 2013. Daqui resulta que todos os países envolvidos devem elaborar os Planos Estratégicos Nacionais e os Programas Nacionais de Desenvolvimento Rural, que, em Portugal, ficariam a cargo do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Além disso, o Regulamento do Conselho relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural – FEADER, ao definir o

³⁵ Decisão do conselho, doc 14455/05, ainda não publicada, disponível em www.gppaa.min-agricultura.pt

contexto estratégico da política de desenvolvimento rural, procura incluir o método de definição das orientações estratégicas comunitárias para a política de desenvolvimento rural, bem como do plano estratégico nacional. Neste sentido, o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural deverá garantir a coerência entre o apoio comunitário destinado ao desenvolvimento rural, com as orientações estratégicas comunitárias e ainda com todas as prioridades comunitárias, nacionais e regionais.

Assim, num contexto de exigência crescente, o modelo europeu de desenvolvimento rural sustentável tem atribuído cada vez maior importância ao carácter multifuncional da agricultura e dos sistemas agro-florestais, obrigando a que estes, assumindo as valências económica, ambiental e social, sejam competitivos, equilibrados e atractivos. Deste modo, surge a necessidade de:

- 1º. Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal;*
- 2º. Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais;*
- 3º. Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais;*
- 4º. Reforçar a coesão territorial e social;*
- 5º. Promover a eficiência da intervenção das entidades públicas, privadas e associativas na gestão sectorial e do território rural.*

Relativamente ao objectivo de aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal, pretende-se concretamente incentivar práticas de natureza empresarial na agricultura e floresta, voltadas para uma produção com procura de mercado, bem como, na sua dinamização através de estratégias integradas. Para isso, o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural aponta como princípios orientadores:

- Desenvolver as estruturas básicas,*
- Apoiar a inovação e o desenvolvimento empresarial,*
- Rejuvenescer o tecido empresarial agrícola,*
- Valorizar a qualidade certificada dos produtos e processos produtivos.*

O segundo objectivo (promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais) incide especificamente na tentativa de conservar os valores presentes nos espaços rurais; na valorização dos efeitos positivos resultantes dos sistemas agro-

florestais e na optimização da utilização dos recursos naturais, nomeadamente voltada para uma melhor gestão da água e para a redução dos efeitos das alterações climáticas. Neste sentido, o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural aponta como princípios orientadores:

- *Reordenar os espaços florestais na perspectiva da gestão integrada dos territórios,*
- *Promover e valorizar serviços ambientais e práticas agrícolas sustentáveis,*
- *Proteger os recursos naturais, fazendo uma boa gestão dos mesmos,*
- *Promover iniciativas que valorizem simultaneamente a componente económica e ambiental, como as explorações de agricultura biológica.*

O terceiro objectivo do Plano Nacional para o Desenvolvimento Rural passa por revitalizar económica e socialmente as zonas rurais, aumentando a atractividade destas zonas e a criação de condições, enquanto local para viver, trabalhar e visitar. Desta forma, e como princípios orientadores deste objectivo, encontramos:

- *Implementar serviços básicos para a economia e populações rurais, em função das potencialidades reconhecidas nos territórios,*
- *Valorizar o património rural, cujas intervenções sejam conduzidas através de estratégias locais integradoras das especificidades de cada território e em coerência com os objectivos nacionais.*
- *Incentivar a criação de microempresas*

Pela sua natureza, este objectivo visa toda a população rural e o contributo das intervenções no quadro do Desenvolvimento Rural para o cumprimento deste objectivo é, necessariamente, parcelar, devendo ser complementado, de forma coerente e sustentada, com as restantes políticas intervenientes no território. Para o sucesso deste objectivo é, assim, necessário, mais do que para os restantes, ter uma abordagem integrada e coerente com as intervenções territoriais previstas no Quadro de Referência Estratégico Nacional.

O quarto objectivo, que passa pelo reforço da coesão territorial, surge como um pilar fundamental do desenvolvimento nacional, mas que não pode ser concretizado na sua plenitude sem que esteja assegurada a diminuição das assimetrias regionais. Daí também a necessidade de se actuar, de forma discriminada, a determinados níveis,

sejam eles territoriais, sociais ou económicos. Como forma de alcançar este objectivo, surge como princípio orientador:

- *A necessidade de uma intervenção pública na dinamização de projectos locais em territórios sem sustentabilidade social* ou em que os seus recursos endógenos não sejam suficientes para evitar a desertificação. Recorrendo para tal a uma abordagem LEADER ou ao reforço da participação dos agentes locais na definição e gestão do processo de desenvolvimento rural para que assim se criem condições de fortalecer a economia local, criar emprego e conseqüentemente melhorar a vida da população.

Este objectivo aparece como transversal às prioridades nacionais, não se traduzindo, necessariamente, em medidas explícitas no âmbito da política de desenvolvimento rural, mas sendo antes de mais uma “obrigatoriedade” transversal à programação, acabando por ver encontradas as soluções adequadas à elaboração das medidas relativas aos outros objectivos.

Finalmente, e seguindo a filosofia de que não basta intervir mas é necessário fazê-lo com eficiência, deparamo-nos com o quinto objectivo do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural para 2007 – 2013, o qual passa precisamente pela necessidade de promover uma maior eficiência da intervenção pública, privada e associativa, na gestão sectorial e do território rural. Neste sentido e como grandes princípios orientadores, referimos:

- *qualificar os agentes de desenvolvimento rural,*

- *orientar a intervenção das entidades para a satisfação do público, o que pressupõe a criação de um modelo de gestão eficaz e transparente, sustentado num sistema de informação aberto;*

- *aumentar a participação e responsabilização dos agentes na concepção e gestão das políticas,*

- *generalizar o recurso às novas tecnologias, quer na acessibilidade, produção ou gestão do conhecimento, facilitando a troca de informação quer na criação de um modelo de gestão eficaz e transparente.* Este objectivo é igualmente transversal a toda a programação, o qual pretende dar resposta a objectivos nacionais fixados, visando, no contexto desta programação, a criação das condições que permitam ultrapassar

estrangulamentos à eficácia das entidades e agentes que actuam ao nível do desenvolvimento rural.

Posto em prática e com eficiência, o Programa de Desenvolvimento Rural para 2007-2013, poderá certamente corrigir a exclusão dos territórios rurais desfavorecidos, bem como os desequilíbrios ecológicos provocados pelas sucessivas transformações da vida económica e social.

5. Terciarização – Mundo Rural em Mudança e Reequilíbrio Territorial

Existe uma correlação entre o desigual acesso à utilização dos diversos tipos de serviços, e as assimetrias regionais. As diferentes actividades ligadas aos serviços como factores de desenvolvimento regional/local, têm-se traduzido por um enriquecimento indiscutível das políticas de desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas. Esse enriquecimento é tanto mais efectivo quanto os serviços, e sobretudo os de apoio às actividades económicas, têm vindo a afirmar-se como veículo privilegiado para iniciar e consolidar novas dimensões da política regional.

A terciarização é o processo que conduz à integração da sociedade em actividades do sector terciário. A diminuição do emprego nos sectores primário e secundário origina um aumento de emprego no sector público, que, por sua vez, deriva de uma elevação da procura por serviços colectivos. A modernização agrícola e redução das áreas cultivadas gera terciarização rural. Os activos agrícolas procuram novas actividades na vila ou na cidade próximas, nomeadamente do comércio, transportes, hotéis, restaurantes e serviços, continuando a dedicar-se à agricultura de autoconsumo em “part-time” (Rosegrant e Hazell, 2000). No entanto, a terciarização não significa o abandono da agricultura e da indústria. Estes sectores continuam a constituir sectores imprescindíveis. Significa que as actividades terciárias deixaram de se afirmar como um sector estanque, verificando-se a sua integração nos outros sectores, aos quais acrescentam valor.

O crescimento da produtividade do sector secundário, por outro lado, gera também novas exigências relacionadas, entre outras, com a concorrência, desenvolvimento dos mercados financeiros e sectores financeiros, procurando cada vez

mais os serviços como planeamento, marketing, acessoria administrativa e jurídica, negociação de contratos, comunicação com o mercado exterior, formação de empregados, serviços de limpeza, segurança e assistência técnica.

Neste sentido, a terciarização surge como um processo de transformação intersectorial, apresentando as actividades terciárias uma enorme heterogeneidade. As estratégias de reestruturação empresarial, (1) desconcentração vertical (dispersão de actividades, desagregação de funções e subcontratação) e (2) geográfica, que foge às deseconomias de aglomeração articuladas com novas tecnologias de informação e telecomunicações, poderão criar novas oportunidades quer para os pequenos centros urbanos, quer para as áreas rurais mais desfavorecidas contribuindo, inclusive, para o reequilíbrio de todo o território, promovendo assim mais justiça intra e inter-regional. Nesta perspectiva, os serviços mais especializados, que exigem uma relação estreita e directa com o cliente, e um mercado de trabalho qualificado e flexível tendem a localizar-se nos grandes centros urbanos, beneficiando das economias de aglomeração. Por outro, os serviços menos qualificados, com custos salariais mais baixos, tendem a localizar-se em áreas rurais, desde que munidas de eficientes redes de transporte e comunicação, embora as tecnologias de informação, redes por cabo, telemática, etc., retirem algum significado à *distância física*, entendida como um obstáculo à possibilidade de contactos e interacção entre pessoas, instituições ou lugares. O *espaço de fluxos* não substitui, no entanto, o *espaço de lugares*, antes se articula com ele, num processo complexo em que mecanismos globais e especificidades locais se sustentam reciprocamente (Badshah e Jha. 2002).

Os serviços devem ser eficientes face à elevada concorrência do mercado global, o que obriga a inovação e a melhoramento da qualidade. Neste sentido, podem contribuir para uma envolvente regional mais competitiva e, assim, atrair investimento estrangeiro.

5.1 Os agentes de desenvolvimento em pequenos territórios rurais

É necessário conhecer primeiramente os problemas e estrangulamentos assim como o potencial e oportunidades de um determinado território, para que a intervenção pública seja ajustada face às necessidades que cada território apresenta, às suas próprias

especificidades, constituindo estas produto singular da articulação entre geografia, evolução histórica e trajectória económica adoptada.

Acabamos de abordar vários aspectos ligados às políticas direccionadas para o Desenvolvimento Rural, nomeadamente a constatação da importância crescente das singularidades de cada território no processo do seu próprio desenvolvimento. Desta forma, entende-se que pertence aos agentes de desenvolvimento local a tarefa de identificar as políticas mais adequadas e o aproveitamento dos instrumentos disponíveis para cada território. Os principais agentes de desenvolvimento local são: (1) as administrações públicas; (2) os empresários e as pequenas e médias empresas; (3) as associações e agências de desenvolvimento local (ADL); e (4) os pequenos negócios rurais.

5.1.1. Administrações públicas

As administrações públicas podem ser consideradas a vários níveis, nomeadamente a nível supra-regional (instituições europeias) e a nível nacional. Este subdivide-se ainda em três níveis distintos: a administração central, administrações regionais (no caso das regiões autónomas) e a administração local (câmaras municipais e juntas de freguesia). Os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT)³⁶ estabelecem o papel de charneira entre a administração central, nos seus diversos sectores, e os diferentes municípios, cabendo-lhes a função de integrar os objectivos, orientações e aspirações de uns e de outros num todo coerente, reforçando a coesão social e territorial regional, através da redução das assimetrias intra-regionais e a definição de padrões mínimos de provimento de bens e serviços públicos fundamentais em ordem ao desenvolvimento integrado do território.

Os organismos da Administração Pública de cada espaço têm, por si só, um importante peso económico, contribuindo com uma quota-parte no produto e no emprego local, correspondendo, segundo (Melo, 2003), na maior parte dos concelhos nacionais, a mais de metade do rendimento municipal (Melo, 2003:523). Portanto, um

³⁶ A Lei nº 48/98, de 11 de Agosto, atribui, às comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), a competência para a elaboração dos PROT, tendo estes organismos a obrigação de garantir o envolvimento, ao longo do processo de elaboração e posterior aplicação do plano, dos diferentes sectores de administração central, dos municípios e, também, da sociedade civil, de forma que cada PROT tenha não apenas a aprovação formal das entidades intervenientes mas, igualmente, a aceitação de todos os que irão participar na sua execução (Condesso, 2005: 551-556).

dos instrumentos para impulsionar o desenvolvimento local assenta na maior eficiência da administração pública (das escolas, dos centros de saúde, dos órgãos políticos, dos institutos públicos) e todo o manancial ligado aos serviços de proximidade.

As Câmaras Municipais portuguesas constituem o principal agente de intervenção/dinamização económica dos pequenos territórios principalmente os periféricos já que são dotadas de autonomia administrativa e financeira para tal.

Os Municípios contribuem para o desenvolvimento sustentável dos seus espaços geográficos quer através do fomento e atracção de iniciativas empresariais da promoção da boa imagem no exterior do território, protecção do ambiente, apoio a iniciativas associativas, quer fornecendo aos residentes um conjunto de bens e serviços básicos (saneamento, distribuição de água, electricidade, serviços de proximidade, etc) em ordem ao seu “bem-estar”. Por outro lado, surgem as juntas de freguesia que, embora tendo um alcance menor que as câmaras municipais, dadas as suas competências e os orçamentos serem mais limitados, enquadram-se no plano estratégico definido para o desenvolvimento do concelho, quando procuram atrair e fixar as populações localmente, quando incentivam acções de dinamização local e quando contribuem para o aumento da qualidade de vida da população, nomeadamente das crianças e idosos. As juntas de freguesia, para além da função da prestação de alguns bens e serviços, têm um outro importante papel no poder de influência nos níveis superiores da Administração, devido, não só ao conhecimento mais real do território onde estão inseridos e das próprias necessidades da população, como também no número de votos políticos que representam.

Quanto à administração central e ao nível supranacional, são obviamente fundamentais no enquadramento económico, financeiro e no acompanhamento e supervisão da grande parte dos programas de intervenção ao nível local e regional.

5.1.2 O Empresário e as pequenas e médias empresas

A globalização e a internacionalização dos mercados aumentaram a competitividade empresarial e a oferta de produtos agrícolas, agravando, cada vez mais

a situação económica das regiões periféricas, o que se traduz num contínuo surto emigratório e consequente desertificação.

No entanto, a globalização e a segmentação são dois processos que podem caminhar unidos. Existem mercados não só para produtos novos das grandes empresas inovadoras instaladas nos territórios desenvolvidos mas também para os produtos de qualidade (menos frequentes) presentes nos territórios periféricos, produzidos com tecnologias que permitem competir dentro de uma óptica de pequenas e médias empresas – pequenos negócios locais, constituindo-se estes como espaços locais receptivos à inovação.

A política económica portuguesa para as empresas, à semelhança do que se tem feito noutros países, tem uma componente forte de apoio às pequenas e médias empresas e é essencialmente dotada pelos níveis nacionais (ou supra-nacionais) da Administração Pública. Os principais instrumentos de apoio nacional às pequenas e médias empresas são a concessão de subsídios a fundo perdido ou a baixo custo, de apoio ao investimento, os prémios por geração de novos empregos e as reduções de impostos (Armstrong e Taylor, 2000). No entanto, nos espaços geográficos mais desfavorecidos (esquecidos), a informação circula quase sempre mal e lentamente. “Nestes territórios abre-se uma oportunidade para a intervenção das autoridades económicas contribuírem com fundos públicos, com iniciativas de conjugação de esforços para fazer circular a informação, ensinar as regras básicas para início de negócio, apoiar nas dificuldades os poucos que querem investir (Melo, 2003:527).

Neste sentido, o desenvolvimento rural depende da formação de um processo empreendedor e inovador, cabendo também ao empresário identificar a(s) oportunidade(s). O empresário, como empreendedor, deve ser capaz de planear um projecto (ferramenta de gestão comprovadamente eficiente), reunir os factores produtivos necessários e ser capaz de: (1) assumir riscos (2) tomar decisões – o que exige o levantamento das informações necessárias assim como a avaliação de alternativas e a escolha da solução mais adequada; (3) apresentar capacidade de liderança, dinamismo e optimismo – liderar é saber definir objectivos, orientar tarefas, combinar métodos e procedimentos práticos, estimular as pessoas para as metas

traçadas e favorecer relações equilibradas na equipa de trabalho. Deve ser dinâmico e cultivar um certo inconformismo perante a rotina, e capaz de enfrentar obstáculos. Assim, as pequenas e médias empresas poderão constituir-se como importantes instrumentos de desenvolvimento rural, já que são: (1) criadoras de emprego; (2) geradoras de crescimento; (3) nichos de empreendedorismo e criação de outras empresas; (4) factor de coesão económica e social; (5) factor de integração e dinamização do mercado de trabalho; (6) facilitadoras de transferência de saberes e tecnologias e (7) dinamizadoras de actividade e iniciativas inovadoras.

Para obtenção destes resultados tendo em vista a fixação da população local e consequente desenvolvimento, é necessário que os órgãos políticos locais estimulem o crescimento do microempreendedorismo³⁷, proporcionem financiamento, prestem serviços de assistência técnica, marketing ou comercialização, realizem a construção das infra-estruturas necessárias, promovendo a mudança da mentalidade da população local, motivando os potenciais empresários para criarem a sua própria empresa, através de campanhas especialmente destinadas para tal, melhorar a oferta e a qualidade da informação sobre os oportunidades de mercado existentes, os serviços disponíveis e o apoio financeiro. O financiamento das iniciativas locais e empresariais, de carácter público ou privado, constitui um dos pontos centrais da estratégia de desenvolvimento e obviamente uma prioridade para que os projectos se possam realizar. As soluções que têm tido êxito nas últimas décadas a nível europeu, assinalam a importância da associação e cooperação entre os agentes públicos e os privados. Estes tipos de acordos institucionais e/ou privados permitem o surgimento de sinergias. A associação e cooperação favorecem a coordenação de iniciativas competitivas, o contacto entre agentes interessados no desenvolvimento local, reduz os conflitos e aumenta a participação nos custos e principalmente promove o aumento dos recursos financeiros. Os acordos de cooperação, no respeitante à distribuição do produto, constitui uma estratégia organizativa que permite ampliar e diversificar o acesso aos mercados, constituindo-se inclusive uma forma para a internacionalização das pequenas e médias empresas, com redução de custos e uma política de preços que devem complementar-se

³⁷ A Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (VSAID), principal agência do governos dos E.U.A. de assistência externa bilateral e de assistência humanitária define o *microempreendedorismo* como um negócio de dez ou menos funcionários, incluindo trabalhadores não remunerados da família que é controlado e administrado por alguém com escassos recursos materiais.

com outros acordos, numa visão estratégica global. Os acordos para o desenvolvimento de produções conjuntas e de pesquisa são formas de organização inovadoras. A criação de organizações intermediárias, dedicadas à criação e desenvolvimento empresarial, ao formato e difusão da tecnologia, tem conduzido os promotores de iniciativas locais a encontrar agentes de desenvolvimento (gestores) para administrarem estas iniciativas. Da necessidade de gerir eficiente e eficazmente as organizações intermediárias, surgiu em Portugal, nas últimas décadas, um aumento crescente de cursos de formação destinados aos agentes de desenvolvimento rural e financiados pelos fundos europeus de coesão.

5.1.3 Associações e agências de desenvolvimento local (ADL)

Quer as associações sejam de índole económica, sindical, cultural ou desportiva, o reflexo da sua vitalidade num território e o seu impacto, em termos de desenvolvimento local, é semelhante ao que anteriormente de positivo referimos, relativamente ao papel do empresário e das pequenas e médias empresas. Paralelamente a estas associações, têm surgido, nos últimos anos, iniciativas associativas vocacionadas para o desenvolvimento económico das regiões em que se inserem, a saber: associações de desenvolvimento rural (associações de municípios), associações industriais, Agências de Desenvolvimento Local (ADL) e as associações locais de produtores que reúnem interesses privados quanto a produções específicas (certificação de produtos).

As Agências de Desenvolvimento Local (ADL) têm como objectivo principal impulsionar a promoção da igualdade de oportunidades no acesso ao desenvolvimento da qualidade de vida e na redução das assimetrias regionais, através da congregação de espaços e apoios com vista à actuação em prol do desenvolvimento local, em redes e numa lógica territorial de organizações, grupos e indivíduos.

A intervenção das Agências de Desenvolvimento Local em meio rural tem incidido essencialmente nas seguintes áreas: (1) análise do impacto das políticas nacionais e comunitárias, apresentação e defesa de propostas que promovam o desenvolvimento rural; (2) produção, educação e difusão de documentos e realização de seminários, feiras, conferências e outras iniciativas relacionadas com a questão do desenvolvimento rural; (3) promoção de acções de formação e apoio à concepção de

candidaturas a projectos financiados pela U.E. e relevantes para o desenvolvimento rural; (4) circulação de informação sobre as políticas de Desenvolvimento Rural; (5) troca de experiências entre agentes rurais e a difusão de inovação e do Know-how, nos territórios rurais mais desfavorecidos e com maior dificuldade de aderirem à mudança; e (6) representação e concertação junto das entidades públicas (particularmente com o Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural e o Ministério do Trabalho e Solidariedade) e privadas.

As dificuldades que o meio rural e periférico apresentam em diversas áreas, têm continuidade no acesso limitado às Tecnologias de Informação e comunicação (TIC).³⁸ Embora o acesso ao desenvolvimento tecnológico constitua um dos elementos da estratégia da União Europeia para o desenvolvimento do território, este não tem sido sinónimo de igualdade regional, contribuindo para um isolamento ainda maior do meio rural periférico. Constatamos que os custos de ligação à Internet aumentam consideravelmente à medida que nos afastamos dos grandes centros urbanos, e que o mesmo se poderá dizer no que diz respeito ao acesso aos sistemas de informação geográfica (GPS) e satélites de comunicações.

As Associações de Desenvolvimento Local (ADL) têm a função de garantir as bases para um eficiente enquadramento das TIC, na sua área de intervenção, na perspectiva do seu funcionamento interno ou intervindo localmente através do apoio à: aquisição de equipamentos, formação, utilização de GPS em projectos ligados à pastorícia, percursos pedestres, floresta sustentável, ligação entre núcleos de desenvolvimento local em meio rural, ligação entre escolas e centros de investigação nacionais e internacionais, realização de páginas na *web* de prestadores de serviços e de sítios com informação geo-referenciada, produção de conteúdos adaptados às necessidades dos habitantes do mundo rural, com informações de interesse para os agricultores, produtores e prestadores de serviços.

As TIC são importantes âncoras do desenvolvimento rural periférico, integrando nestas informação, comunicação, conhecimento, serviços e conseqüentemente empregos.

³⁸ A este respeito, vide, Badshah e Jha, 2002; Bhatnagar e Schwares, 2000, Gummuncia Dagrón, 2001; Norris, 2001.

O interesse na conjugação de esforços e de ideias por parte de organismos públicos, privados e mistos, reflecte a existência de um sentimento de pertença e a vontade de se criar algo para benefício de todos, promovendo a fixação da população no território.

5.2. Os pequenos negócios rurais

O principal objectivo de uma política de desenvolvimento rural contemporânea para a U.E. é assegurar uma agricultura, economicamente eficiente e ambientalmente sustentável, e estimular o desenvolvimento integrado com base na diversificação das actividades. Os pequenos negócios que operam nas áreas rurais mais periféricas constituem uma parte integral no meio rural e uma potencial alternativa para o emprego agrícola. A criação e o apoio de negócios rurais são considerados como uma primeira estratégia para a sobrevivência e o desenvolvimento integrado dessas áreas.

A resposta para os problemas induzidos pelo ajustamento da agricultura nas áreas rurais da periferia, em geral, e das áreas mais remotas do sul da Europa, em particular, é a criação de pequenas e médias empresas (PME) no sector Secundário e Terciário. No entanto, uma das mais importantes dificuldades encontradas pelos empresários nas áreas rurais e por nós já constatado no Estudo de Caso, é a recolha de fundos apropriados para o *start-up* (começo) de um negócio.

Devido às condições de baixa riqueza nas áreas rurais e atrasadas da U.E., nomeadamente de Portugal, existem constrangimentos de liquidez financeira e, como tal, a abertura de negócios está muito dependente de fundos externos. A iniciativa Leader (uma das quatro iniciativas financiadas pelos fundos estruturais da U.E.) tem por objectivo ajudar os actores rurais a considerarem o potencial de longo prazo das suas regiões locais.

A iniciativa Leader encoraja a implementação de estratégias integradas, originais e de qualidade tendo por base a sociedade e as *networks* de troca.

Segundo a revisão da bibliografia, constatamos que os donos das empresas mais pequenas geralmente mostram preferência pelas fontes financeiras que minimizam a intrusão externas nos seus negócios (Hamilton e Fox, 1998).

A teoria, proposta por Leland e Pyle (1977) e parcialmente testada por Cárter e Van Auken (1990), sustenta que quando os fundadores perceberem que existe grande probabilidade de uma potencial empresa vir a ser lucrativa, então o investimento inicial disponível de acesso aos subsídios é maior.

Por outro lado, as características do capital humano empresarial influenciam também a estrutura de capital inicial de uma empresa porque afectam a maneira como o indivíduo observa o risco empresarial. O capital humano (como já referido anteriormente) diz respeito às qualificações e aos conhecimentos adquiridos por um empresário. Neste sentido, o capital humano determina a capacidade de um empresário de encontrar e pôr em prática uma oportunidade económica e estabelecer uma empresa. A formação de qualificação numa economia moderna é um processo dinâmico com fortes componentes sinérgicas (Heckman, 2000). Um importante processo formal de acumulação de capital humano é o nível de educação formal e de cursos de formação relacionados com os negócios. Resulta da experiência ganha através do trabalho ou estágio, em negócios similares, antes de o empresário iniciar a sua actividade. Assim, o empresário, através da experiência, mune-se de conhecimento explícito e tácito (Davidsson et al. 2003). De facto, em áreas mais pobres onde as oportunidades de formação escasseiam uma experiência adquirida de trabalho pode em parte substituir a educação formal. Tal facto é observável nas áreas rurais de forte emigração, em que o emigrante regressado, embora sem grande acumulação de educação formal mas com alguma experiência adquirida no estrangeiro, cria a sua própria empresa. Outro ponto importante diz respeito ao mercado consumidor do produto da empresa. Elevadas proporções de vendas locais expõem as empresas ao risco dos mercados locais, que podem ser reduzidas se estes forem diversificados. A diversificação dos mercados é mais facilmente atingível se o empresário apresentar capacidade de aceder e de utilizar networks de negócios locais. As networks são caracterizadas, entre outras, por relações baseadas na confiança entre produtores locais, instituições e fortes fluxos de informação e conhecimento (Dubini e Adrich, 1991). Por outro lado, Donckels e Lambrecht, 1995,

argumentam que os empresários que cresceram em ambiente empresarial com um dos seus pais a gerir um negócio têm também maior probabilidade de serem bem sucedidos, já que, normalmente, fazem uso das networks e da imagem criada/constituída pelos seus progenitores.

6. Desenvolvimento Rural – Que Oportunidades?

Como já foi referido noutros pontos, o modelo de desenvolvimento rural consolida cada vez mais as vertentes económica, social, ambiental. Neste sentido, e se analisarmos estas vertentes no espaço rural português, é clara a existência de estrangulamentos em todas elas.

Relativamente à vertente económica, encontramos um fraco nível empresarial; um importante esforço de investimento, mas com fraco impacto no produto; uma débil organização de fileira e ainda um fraco nível de inovação.

Quanto à dimensão social, para além de encontramos uma população rural envelhecida, com um baixo nível de instrução e de qualificação, é visível uma disparidade ao nível dos rendimentos e de desenvolvimento.

Finalmente, e não menos importante, vemos que, em relação à dimensão ambiental, é frequente existir uma deficiente gestão dos recursos, quer em relação à água, floresta, solo e efluentes, quer nalgumas situações localizadas de degradação ambiental, provocadas, nomeadamente, pelos incêndios.

No entanto, Covas (2004:91) confirma “os territórios rurais possuem muitos atributos e qualidades: fauna e flora, ecossistemas particulares, paisagens humanizadas, modos de povoamento, sítios históricos, aldeias exemplares, tradições seculares, manifestações ancestrais, etc.”, encontrando-se em todas as vertentes, apesar de maltratadas, um conjunto de oportunidades que, devidamente aproveitadas, poderão impulsionar o desenvolvimento rural sustentável.

No que concerne à vertente económica, encontramos uma maior orientação para o mercado, infra-estruturas de rega, uma procura crescente de produtos diferenciados e de qualidade e ainda um crescimento do mercado interno.

Na vertente social, são importantes os índices de qualidade das zonas rurais, as dinâmicas locais estabelecidas, os produtos e os saberes tradicionais e ainda uma base de estrutura familiar na agricultura.

No que diz respeito à vertente ambiental, encontramos uma valorização dos produtos e actividades associadas ao ambiente e paisagem, um património cultural e natural rico e diversificado, uma evolução tecnológica para a agricultura de qualidade e ainda o papel multifuncional da floresta.

Relativamente à agricultura, e tendo sempre presente as orientações estratégicas comunitárias e nacionais, contidas no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural, o nosso país e as zonas rurais têm oportunidade de seguir duas vias: a da agricultura industrial (apostando nos transgénicos) e a da agricultura de qualidade juntamente com a valorização dos espaços rurais. Em Portugal, as políticas de futuro do Norte rural, basear-se-ão necessariamente na segunda via, apostando:

- nas carnes e noutros produtos animais com denominações protegidas;
- na agricultura biológica³⁹;
- em frutos como a castanha;
- nos vinhos de qualidade;
- no azeite;
- e ainda no turismo rural⁴⁰;

³⁹“A agricultura biológica deve ser entendida como componente de um sistema de exploração sustentável e como alternativa viável em relação a formas mais tradicionais de agricultura. Constitui uma nova forma de encarar a actividade agrícola, aproximando-a nomeadamente das técnicas tradicionais no que estas têm de melhor (carácter não poluente) e utilizando o que a ciência tem de mais inovador, numa perspectiva de preservação ambiental e de manutenção da biodiversidade. Recorre a técnicas fitossanitárias avançadas, embora naturais. Os métodos culturais, biológicos e mecânicos são preferidos aos produtos químicos de síntese. O crescimento da agricultura biológica abre novas perspectivas de emprego ao nível da produção, transformação e serviços afins. Além das vantagens ambientais, estes sistemas de exploração podem produzir benefícios significativos tanto par a economia como para a coesão social das zonas rurais (Guia de Regulamentação Comunitária, 2001).

⁴⁰Numa perspectiva de desenvolvimento rural, o turismo em espaço rural é uma das actividades mais bem colocadas para assegurar a revitalização do tecido económico rural, sendo tanto mais forte quanto conseguir endogeneizar os recursos, a história, as tradições e a cultura de cada região (Medeiros, 1996). O saber-fazer turismo em espaço rural (TER) assenta, em grande parte, no fazer-saber, ou seja, na capacidade de comunicação dos rurais (pelas palavras, atitudes, cenário e actividade) com cidadãos que perderam o contacto com campo e a natureza, para os quais o mundo rural é gerador de um novo exotismo, o da qualidade, o da simplicidade. Segundo o Decreto-Lei n° 54/2002 de 11 de Março, o Turismo no Espaço Rural compreende os serviços de hospedagem prestados nas seguintes modalidades: turismo de habitação, turismo rural agro-turismo, turismo de aldeia, casas de campo, hotéis rurais e parques de campismo rurais..

- Designa-se por *turismo de habitação* o serviço de hospedagem de natureza familiar, prestado a turistas, em casas antigas particulares que, pelo seu valor arquitectónico, histórico ou artístico, sejam representativas de uma determinada época, nomeadamente os solares e as casas apalaçadas. O turismo de habitação só pode ser explorado por pessoas singulares ou sociedades familiares que sejam proprietárias, possuidoras ou legítimas detentoras da casa e que nelas residam durante o período de exploração.

- Para efeitos do disposto no número anterior, entende-se por “sociedades familiares” as sociedades comerciais em que 80% do respectivo capital social seja detido por membros da mesma família cujo respectivo parentesco não exceda o 6º grau da linha colateral.

- Designa-se por *turismo rural* o serviço de hospedagem de natureza familiar, prestado a turistas em casas rústicas particulares que, pela sua traça, materiais construtivos e demais características, se integrem na arquitectura típica regional. Aplica-se ao turismo rural, com as necessárias adaptações, o disposto nos n° 2 e 3 do artigo anterior.

- na floresta, em produtos lenhosos e não lenhosos, na bioenergia, na caça, nos usos recreativos e nos serviços ambientais⁴¹;

Mas, para promover o progresso rural, torna-se essencial que se aposte, em primeiro lugar, na vertente social, traduzida esta na capacidade de os agentes locais se organizarem colectivamente com o intuito de promoverem o desenvolvimento rural em que se inserem. Adoptando uma filosofia diferente da até então seguida, torna-se fundamental que se aposte na qualidade dos produtos. No entanto, para seguir este modelo alternativo à produção tradicional, torna-se necessária uma maior organização e autodisciplina de todos os agentes, ao longo da linha produtiva, inclusive os consumidores. Segue-se uma maior organização colectiva para a abertura à internacionalização e, por último, e porque os consumidores procuram essencialmente os produtos mais baratos, exige uma maior organização colectiva para a promoção

- Designa-se por agro-turismo o serviço de hospedagem de natureza familiar, prestado em casas particulares integradas em explorações agrícolas que permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da actividade agrícola ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável.

- O *agro-turismo* tem por base a agricultura e constitui uma modalidade do TER, de capital importância para a divulgação da cultura rural. Como actividade económica apresenta-se como um factor de desenvolvimento da agricultura e do pastoreio, bem como das actividades florestais e cinegéticas. Os clientes do Agro-turismo procuram produtos agrícolas naturais ou artesanais típicos da região contribuindo para o aumento da sua produção. A agricultura é detentora de um património histórico e cultural bastante rico, de que são exemplos as máquinas agrícolas, a gastronomia típica, a arquitectura local, que podem funcionar como uma importante atracção turística.

- Designa-se por *turismo de aldeia* o serviço de hospedagem prestado num conjunto de, no mínimo, cinco casas particulares situadas numa aldeia e exploradas de forma integrada, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários, possuidores ou legítimos detentores. As casas afectas ao turismo de aldeia devem, pela sua traça, materiais de construção e demais características, integrar-se na arquitectura típica local. O turismo de aldeia pode ser explorado em aldeias históricas, em centros rurais ou em aldeias que mantenham, no seu conjunto, o ambiente urbano, estético e paisagístico tradicional da região onde se inserem. A exploração das casas de turismo de aldeia deve ser realizada por uma única entidade, sem prejuízo de a propriedade das mesmas pertencer a mais de uma pessoa. São *hotéis rurais* os estabelecimentos hoteleiros situados em zonas rurais e fora das sedes de concelho cuja população, de acordo com o último censo realizado, seja superior a 20 000 habitantes, destinados a proporcionar, mediante remuneração, serviços de alojamento e outros serviços acessórios ou de apoio, com fornecimento de refeições.

- Os hotéis rurais devem, pela sua traça arquitectónica, matérias de construção, equipamento e mobiliário, respeitar as características dominantes da região em que se situem.

- São *parques de campismo* rurais os terrenos destinados permanentemente ou temporariamente à instalação de acampamentos, integrados ou não em explorações agrícolas, cuja área não seja superior a 5000 m.

⁴¹A floresta tem funções multifacetadas, tais como a produção de madeira e de produtos não lenhosos, funções sociais, religiosas, culturais e recreativas, funções no domínio do emprego e da obtenção do rendimento, da produção de energia e de alimentos.

A silvicultura constitui uma nova oportunidade económica, sobretudo para as terras marginais, contribuindo para a criação de emprego juntando-se à vasta gama de actividades nas zonas rurais. Além de proporcionar benefícios económicos, proporciona também importantes benefícios sociais às comunidades locais e nacionais e ao ambiente, numa escala planetária.

Exemplo de subsectores associados à indústria florestal geradores de emprego: corte e comercialização da madeira, resinagem, alugadores e empreiteiros florestais, transporte de produtos florestais da floresta até à fábrica, viveiristas florestais, serração e carpintaria, fabricação e restauro de mobiliário de madeira, artesanato de madeira e do vime, produtos resinosos, fábricas de pasta, fábricas de papel, cartão e embalagem e indústrias do pinhão. Assim a floresta tem importantes funções produtivas nomeadamente armazenamento da energia na forma utilizável pela fitomassa, auto-regulação e processo regenerador da madeira, cortiça, produção de químicos: resinas, alcalóide, óleo, produtos farmacêuticos, etc. As florestas impedem o aluimento dos terrenos, protegem os solos contra a erosão, filtrando as águas. Têm também um interesse global, por exemplo, no que se refere à fixação de carbono, podendo contribuir tanto para intensificar como para atenuar as alterações climáticas.

Prestam ainda serviços ambientais, tais como a conservação da biodiversidade, a renovação do ciclo de nutrientes e protecção de microclimas.

Acrescentamos, ainda, os seus valores intrínsecos e um significado cultural profundo para as populações rurais, sendo, com frequência, de importância vital para a subsistência de muitas comunidades rurais.

comercial, sem a qual os consumidores não aparecem e a sua disponibilidade para pagar por melhor qualidade não aumenta.

Outro recurso importante das zonas rurais e que resulta precisamente das deficientes condições biofísicas, são os “sistemas agrários tradicionais com grande diversidade biológica, especificidade e tradição cultural, mais ou menos adaptados à realidade resultante do êxodo rural” (Barros, 2002:66). Tentando adaptar-se às características ecológicas, estas zonas conseguiram, ao longo de várias gerações, originar diversas raças de animais e espécies de vegetais muito diversificadas e com grande maleabilidade, acabando por oferecer a estas localidades um recurso endógeno importante a ser valorizado.

Desta maneira, a aposta na promoção de produtos tradicionais de qualidade, para vai ao encontro da reorientação do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural, constituindo-se como uma mais valia para as zonas mais desfavorecidas, fixando as populações locais e proporcionando-lhes melhores rendimentos.

O mundo rural apresenta-se também com uma multiplicidade de funções e serviços que vão além da função de produção de bens transaccionáveis, como as funções de preservação do espaço rural e do ambiente ou da função de lazer. Muitos autores caracterizam-no como um espaço multifuncional. Neste sentido, este aspecto surge como uma mais-valia e deve ser valorizado por todos os agentes locais de desenvolvimento. Com vista à concretização desta dinamização, torna-se necessário que os apoios se dirijam no sentido de aumentar a diversificação de actividades desenvolvidas dentro e fora das explorações agrícolas, bem como para a promoção dos serviços básicos de apoio às empresas e populações locais.

Mendes (2006), defende que a promoção da multifuncionalidade do espaço rural exige uma organização colectiva para a coordenação intersectorial de estratégias empresariais privadas e políticas públicas. Neste sentido, urge a necessidade de se fazer a conjugação entre: (1) a valorização de produtos agrícolas de qualidade, promovidos juntamente com o fácil reconhecimento a nível internacional (como é o caso da carne barrosã, dos vinhos do Porto, do azeite ou dos produtos biológicos), de forma a criar também no exterior uma imagem de uma região produtora de bens agrícolas de qualidade; (2) a promoção do associativismo dos proprietários florestais privados; e (3) o desenvolvimento do turismo, através de uma animação integradora (dos vários

espaços sub-regionais e das várias actividades) e internalizadora dos benefícios sociais gerados por esses espaços e actividades, permitindo melhorar a qualidade de vida da população rural das regiões desfavorecidas.

O Turismo em Espaço Rural é um sector económico e social em pleno crescimento, o que motiva um número cada vez maior de operadores (promotores e investidores, etc.) neste domínio.

Esta actividade, se bem estruturada⁴², constituirá um grande contributo para um desenvolvimento rural equilibrado. O meio físico e humano são muito sensíveis. Por isso, é imperioso evitar os excessos que ponham em causa o equilíbrio do meio ambiente. A Organização Mundial de Turismo (OMT 1983, *Draft Secretarial Report the Environmente Aspects of Turism*, O.M.T., Madrid) sugere um conjunto de normas e rácios de capacidade, com o objectivo de determinar os limites de crescimento de um destino turístico.

Segundo Silva (1993:181) “A necessidade de se fixarem estes limites deve, porém, ser ponderada com a própria especificidade de cada área de destino turístico. Para esse efeito, justifica-se o cruzamento dos seguintes métodos de determinação dos limites de carga ou de saturação:

- Método de zonamento, onde a classificação se baseia no tipo de Turismo (lazer, zonas naturais, ...) ou de ordenamento mais ou menos intensivo das áreas em análise;
- Método das densidades, com normas de acolhimento baseadas na hipótese de que uma área de destino turístico deve conservar o seu potencial, a longo prazo;
- Método da função, onde a ênfase são as estruturas e não os movimentos: relação entre superfície, equipamentos turísticos e população residente;
- Método dos rácios de intensidade, estabelecendo o princípio da relação equipamento-utilizador”.

Ainda segundo o mesmo autor (idem:182) “os resultados apurados com estes métodos deverão permitir o reforço do planeamento das actividades turísticas em que a ênfase nos componentes ambiental e socio-económico surge como essencial:

- A dimensão ambiental a correlacionar o grau de impacte com o próprio nível de desenvolvimento da área de destino turístico;

⁴² O TER deve ser previamente planeado, tendo em atenção a sua integração com todas as actividades rurais, utilizando os principais recursos do local.

- A dimensão sócio-económica a permitir estabelecer a natureza da resposta da população residente no desenvolvimento desta área”.

Deste modo, ao delinear-se uma estratégia para um projecto de TER, deve-se:

- Estudar o mercado a que se destina.
- Fazer um levantamento dos recursos existentes, tendo em vista a concretização dos objectivos: equipamentos e serviços de qualidade, (os turistas apreciam lojas de venda a retalho típicas da área), visitantes, património natural e histórico-cultural, e estabelecer protocolos com universidades de forma a se intensificarem os estudos neste domínio.
- Comprovar a existência de uma oferta diversificada de produtos turísticos que contribuam para a promoção do local e funcionem como pólo de atracção. Exemplos de alguns produtos turísticos: Turismo Cultural⁴³, Turismo Medicinal⁴⁴, Eco-turismo⁴⁵, Desporto ao ar livre e na natureza⁴⁶, etc.
- Promover eficazmente a comercialização do TER – Para que o turista dele tome conhecimento. Torna-se imprescindível a sua promoção definindo logótipos comuns no espaço rural da União Europeia, publicitando os critérios de qualidade e proporcionando a existência de operadores turísticos, devidamente credenciados seguindo uma estratégia de marketing eficiente.
- Promover a formação dos colaboradores para o sucesso do empreendimento - o apoio à formação adequada das pessoas será um passo rumo ao sucesso.
- Proceder à sinalização – é fundamental uma rede de informação da localização das unidades do TER, permitindo criar no turista a vontade de voltar.

O Turismo em Espaço Rural deve ser um turismo local, um turismo de “território”, desejado e gerido pelos próprios residentes, um turismo de encontro, um turismo de partilha... Um turismo onde o homem deva constituir o elemento central e essencial da sua “rusticidade”, e tão atraente no acolhimento como na embalagem ou no acondicionamento dos produtos agro-alimentares. Tanto num caso como no outro, deve ser garante do real, do produto “autêntico”, do “local”, do “tradicional”, “do preço não artificial e do produto não traficada”.

⁴³ *Turismo Cultural* – proporciona a existência de cenários culturais e a possibilidade de estabelecimento de contacto e de conhecimento deles.

⁴⁴ *Turismo Medicinal* – o desenvolvimento comercial deste tipo de produtos tem vindo a crescer, sobretudo devido ao desejo de “qualidade de vida”. A procura de estâncias termais é cada vez maior.

⁴⁵ *Eco-turismo* – É um turismo respeitador do ambiente e das comunidades locais, ou seja, combina o turismo em acomodações sustentáveis com um cuidado pelo meio ambiente e o património social e cultural. Deve apresentar sítios de notoriedade em matéria de fauna e flora que apresentem espécies raras.

⁴⁶ *Desporto ao ar livre e na natureza* – Voltado normalmente para a clientela jovem, é um tipo de turismo virado para uma prática pontual e estruturado pelo movimento associativo.

O Turismo em Espaço Rural não é remédio universal para os problemas de marginalização económica e social das zonas rurais, mas importa promovê-lo de forma harmoniosa e sustentada, como um factor de pluri-actividade, através da dinamização de um conjunto de outras actividades económicas que dele são tributárias, dentro de um modelo integrado de desenvolvimento rural, respeitando sempre as diferenças que caracterizam cada região e os requisitos de qualidade e de comodidade exigidos pela clientela que o procura. Com uma oferta turística organizada de modo a realçar as potencialidades de cada região com circuitos temáticos seleccionados numa gama de diversificação, seria possível apresentar ao visitante (nos postos de turismo e nas unidades de alojamento) motivos para permanecer no meio rural beneficiando este em termos de desenvolvimento.

Torna-se necessária uma ligação entre as políticas agrícola e de desenvolvimento rural e a política de conservação da natureza, para qualificar o espaço rural com vista a novas utilizações, reduzindo-se os estrangulamentos e potencializando-se as vantagens regionais.

PARTE II

CAPÍTULO V – METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo, pretende-se expor a metodologia empregue e as razões que presidiram a cada decisão metodológica. A metodologia não é apenas uma forma ou meio de levar a cabo determinado estudo. A mesma proporciona os meios de diálogo entre a teoria e os dados e, por isso, torna-se elemento crucial que influencia directamente a validade e a qualidade dos resultados de uma investigação. Começamos por posicionar epistemologicamente a investigação, expondo os métodos e técnicas de recolha de dados, em função dos objectivos, bem como a análise e interpretação de dados.

1. Abordagem Paradigmática da Investigação: entre o Objectivismo e o Subjectivismo

Desenvolvemos a investigação adoptando um posicionamento no continuum entre a abordagem objectiva de base positivista (em que o conhecimento tem origem no objecto que é conhecido) e a abordagem subjectiva com fundamentos relativistas (em que o conhecimento tem origem, essencialmente, no sujeito que conhece) (Morse, 1994), adoptando-se simultaneamente métodos quantitativos e qualitativos na investigação em causa. Parte-se do princípio ontológico e epistemológico baseado na existência de uma realidade objectiva e, concomitantemente, da existência de aspectos subjectivos e de uma construção social que enformam essa realidade, constituindo-se estes como bons auxiliares no desenvolvimento da investigação (Berger e Luckman, 1966). Assim, outro aspecto considerado e que motivou explicações mais complexas e aprofundadas foi a integração do que vulgarmente se designa por triangulação entre métodos (Fontana e Frey, 1994; Burges, 1997). A triangulação entre métodos baseia-se na utilização de métodos complementares num mesmo estudo, minimizando os enviesamentos, melhorando a consistência interna (fiabilidade) e validade convergente da pesquisa.

O estudo inclui diversas fontes de informação numa lógica multi-método, integrando técnicas de inquirição, de observação e de análise documental. Esta complementaridade metodológica possibilitou uma maior amplitude de informação e uma maior riqueza analítica da pesquisa. Segundo Lee (2003), “é importante a configuração de diferentes métodos, uma vez que cada um deles é falível de maneira específica (...) a integração de vários métodos na pesquisa dá maior credibilidade ao problema enumerado do que o excesso e confiança num único método” (Lee, 2003:23)

O quadro metodológico da investigação foi construído, reformulado, testado e reconstruído por indução analítica (Neuman, 1994 e Yin, 1988), - à medida que permanecemos no terreno, fomos descobrindo a informação e consolidando conhecimento. Huberman e Miles (1994) defendem a existência de uma continuidade na análise dos dados que segue o eixo temporal da recolha destes. Ou seja, a análise começa antes - na escolha do quadro conceptual e das questões de pesquisa -, durante - na reunião dos dados - e após a recolha, na elaboração e verificação dos dados.

2. Métodos e Técnicas de Recolha de Informação

2.1 Observação, pesquisa documental e entrevistas exploratórias

O método é, genericamente, todo o processo racional para chegar a um determinado fim. A técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte (Lakatos e Marconi, 2006:176).

Com base nestas estratégias de investigação empírica, tentamos conduzir o trabalho num sentido coerente, demonstrativo de reflexão e de prudência científica.

A presente dissertação integrou previamente o levantamento de dados de variadas fontes, servindo não só de back-ground de estudo como também evitou, obviamente, possíveis duplicações e/ou esforços desnecessários. Após esta triagem, procedemos à recolha e análise dos elementos bibliográficos fundamentais na construção da problemática teórica do estudo. Esta fase pode ser sustentada em Ketele e Roegiers (1999:17) que consideram a recolha de elementos bibliográficos como “o processo organizado posto em prática para obter informação junto de múltiplas fontes, com o fim de passar de um nível de conhecimento para outro nível de conhecimento”. A pesquisa bibliográfica incidiu em trabalhos científicos nacionais e estrangeiros, a fim de

sistematizar os principais contributos para a temática em estudo; em documentos oficiais; publicações parlamentares; documentos jurídicos; jornais oficiais da U.E. e respectiva legislação.

A observação implicou o confronto dos indivíduos com a sua própria experiência, para sua interpretação.

As visitas frequentes e permanência no local de estudo permitiram-nos a realização de entrevistas, conversacionais informais e de carácter exploratório, com os diferentes actores de desenvolvimento local, e membros de instituições políticas e sociais. Estas tiveram “por função revelar luz sobre certos aspectos do fenómeno estudado, nos quais o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo, e assim completar as pistas sugeridas por leituras” (Quivy e Campenhoud, 1992:67). Estas entrevistas, de carácter unicamente exploratório/informativo, foram elaboradas em base num guião de entrevista, e decorreram de forma pouco estruturada, obedecendo a ocasiões e disponibilidades pressentidas. Contribuíram para corroborar algum conhecimento pessoal sobre a realidade em estudo, acrescentando-o obviamente, e averiguando sobre as perspectivas de pesquisa pertinentes e viáveis.

Estes contactos/interacções tornaram-se cruciais para esclarecer dúvidas, aprofundar determinados assuntos, fornecendo inclusive pistas para a elaboração dos inquéritos por questionário, garantindo a proximidade/familiaridade entre o investigador, o objecto de estudo e os sujeitos a inquirir. Contudo, esta familiaridade criada foi obviamente articulada segundo uma vigilância epistemológica e metodológica capaz de orientar criticamente as práticas de investigação (Bruyne et al. 1974).

Recorremos também à exploração de dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística no tocante aos Recenseamentos Gerais agrícolas, Anuários Estatísticos; a publicações da Secretaria de Estado da Emigração nos seus boletins anuais; a passaportes dos emigrantes registados em 450 livros (ver em anexo as referências bibliográficas), que se encontram no Arquivo distrital de Vila Real⁴⁷.

Esta sistematização obedeceu simultaneamente a dois princípios básicos da investigação: o da clareza e o do rigor.

⁴⁷ A partir de 1988, não há registos de dados, segundo o Decreto-lei nº 433/88, em que anula a obrigação de os emigrantes terem passaportes, em consequência da entrada em Portugal na U.E. e das condições que regem a circulação de pessoas no seio da U.E., passando os portugueses a ser considerados cidadãos europeus.

Após a selecção, registo, organização e análise documental, bem como após exploração de dados estatísticos existentes, procedeu-se à elaboração de um diário de pesquisa, «em que o investigador vai assentando, por ordem cronológica, os vários procedimentos e observações relevantes da sua investigação» (Carmo e Ferreira, 1998:104; Burgess 1997).

Na dinâmica de accionamento dos instrumentos de pesquisa empírica, para além das fontes de recolha de informação já enunciadas, recorreremos à aplicação de dois inquéritos por questionário e um inquérito por entrevista.

2.2 Os inquéritos

O que os resultados conseguidos pelos inquéritos perdem em riqueza e profundidade recuperam-no na sistematização, representatividade e comparabilidade. Estas características foram suficientes para que o recurso ao inquérito por questionário constituísse o nosso instrumento principal de pesquisa. Os dois inquéritos por questionário obedeceram a objectivos distintos: O primeiro foi dirigido aos emigrantes regressados adultos; o segundo à emigração actual/recente com idade igual ou superior a 18 anos.

2.2.1 O questionário

A elaboração do questionário revestiu-se de cuidados tecno-metodológicos, de modo a que este pudesse traduzir fielmente as opiniões das pessoas inquiridas, os objectivos previamente traçados, tendo em conta os objectivos a alcançar. Os inquéritos por questionário (Anexos I e II) consideram um número de perguntas (a) adequadas à problemática em estudo, tanto quanto possível; (b) fechadas (de modo a objectivar as respostas); (c) não ambíguas; (d) compreensíveis e (e) relevantes. A redacção é simples, clara e concisa. Os mesmos integram perguntas de (a) identificação (idade, género, profissão, habilitações, etc.); (b) informação sobre factos e opiniões do inquirido, (c) e de controlo (verificação da veracidade). No seguimento do recomendado por Lakatos e Marconi (1996), a parte inicial do questionário inclui uma nota introdutória, explicando o destino da pesquisa, por forma a obter a colaboração do inquirido.

2.2.2 Pré-teste

Após a redacção da primeira versão de cada um dos inquéritos por questionário, procedemos a um pré-teste, de modo a garantirmos a recolha de informação objectiva. Esta primeira versão foi por nós aplicada em 1º lugar a um pequeno número de pessoas conhecedoras do tema do questionário, com condições de ajuizar sobre os seus maiores problemas e de dar sugestões para o melhorar; de seguida foi aplicada a uma pequena amostra de indivíduos – 20 emigrantes regressados adultos e 20 emigrantes presentes/recentes, com idade igual ou superior a 18 anos – que embora pertencentes à população em estudo, não fizeram parte da amostra seleccionada.

2.2.3. A amostragem

Embora conscientes dos enviesamentos introduzidos na informação recolhida, no que concerne ao inquérito por questionário ministrado ao emigrante regressado, considerámos como base mais conveniente de sondagem, a fim de constituir uma amostra representativa, o recenseamento eleitoral, no pressuposto de que o seu conteúdo reflectia o universo em estudo.

Para identificar o universo da população em estudo, baseámo-nos no “lugar de residência em datas anteriores ao momento considerado”, observando o fluxo de regressos: (1) - no censo de 1991, ao inquirir o lugar de residência em 31 de Dezembro de 1985 e 1989 e (2) – no censo de 2001 - ao inquirir o lugar de residência em 31 de Dezembro de 1995 e 1999.

Este processo de selecção da amostra encerra, no entanto, limitações ao estudo:

- 1) - Nem todos os indivíduos residentes no estrangeiro serão emigrantes;
- 2 - Integra os emigrantes regressados que, embora tenham residido no estrangeiro no momento da inquirição, podem ter emigrado de novo;
- 3) - Haverá outros emigrantes que terão, entretanto, regressado e outros, eventualmente, terão falecido.

Apesar destes enviesamentos, considerámos que a amostra correspondeu às necessidades deste estudo, mormente quanto à incidência (frequência) dos aspectos a comprovar e às suas particularidades/especificidades.

O universo da população é de 594 indivíduos. De entre estes, seleccionámos 303, o que representa 51% da população global, número este que foi validado. É esta a dimensão da amostra.

Dos 55 lugares que constituem as 16 freguesias do concelho em estudo, seleccionámos, aleatoriamente, 32.

Em cada um destes lugares seleccionados, inquirimos, com a colaboração do respectivo Presidente da Junta de Freguesia, o maior número possível de emigrantes regressados.

O presente estudo permitiu também a elaboração de 300 inquéritos e a validação apenas de 276, realizados no concelho de Boticas, e teve como premissa essencial a análise de populações com percurso emigratório presente ou recente, tendo em vista os resultados a atingir.

O inquérito por questionário aplicado ao emigrante actual/presente local, e dada a impossibilidade de conhecermos o universo da população emigrante, baseou-se numa amostragem não probabilística – amostragem em bola de neve em que conjuntos de elementos (indivíduos) foram seleccionados de início aleatoriamente. Foram seleccionados depois outros indivíduos, com base em referências ou informações fornecidas pelos indivíduos iniciais. Este processo foi produzido por vagas sucessivas (Teoria defendida por Morse, 1994; Malhotra, 1996; Burgess, 1997).

A amostragem em bola de neve pareceu-nos ser a mais adequada para estudar a emigração presente/recente, tendo sido feita uma prévia reflexão sobre as características dos locais onde a informação poderia ser recolhida, sobre os informantes (emigrantes), como também sobre o seu número. Embora este tipo de amostragem, devido ao “carácter subjectivo que envolve o processo de selecção, coloque o problema da validade externa relativo à generalização dos resultados” (Carmo e Ferreira, 1955:200), o mesmo não compromete no presente estudo os objectivos a alcançar. Conscientes das recomendações de Fine, 1997, e de Becue, 1997, no que concerne aos erros sistemáticos de aferição, advindos da construção de conceitos e variáveis investigadas no questionário, da formulação das perguntas pelo entrevistador ou entendimento das mesmas por parte dos entrevistados, das recusas a responder aos questionários ou a parte destas, das falhas de cobertura da operação de campo, o que constitui uma parcela

não aleatória, em geral, imensurável do erro total de uma estimativa apesar disso, tentamos, na medida do possível, eliminar os enviesamentos.

2.2.4. Preenchimento do inquérito

Ambos os inquéritos foram preenchidos pelos inquiridores. O primeiro inquérito com a ajuda dos presidentes das Juntas das dezasseis freguesias que constituem o espaço geográfico em estudo (executado entre Junho de 2004 e Dezembro de 2005) e o segundo com a ajuda de um grupo de pessoas durante os meses de Julho e Agosto de 2005. Todos os inquiridores foram por nós previamente alertados/formados quanto às precauções a ter na inquirição (Burgess, 1997). A administração indirecta dos questionários minimizou os «enviesamentos», podendo os inquiridores, sempre que necessário, explicar os objectivos da pesquisa e o significado de perguntas menos claras, ajustando-se o formulário à compreensão de cada informante. Por outro lado, permitiu que tanto a população alfabetada como a analfabetada respondessem ao inquérito. No entanto, a administração indirecta também apresenta alguns inconvenientes. “Em primeiro lugar, introduz a equação pessoal do entrevistador, cujas preferências podem influenciar as respostas. Depois, tem outros efeitos sobre os próprios inquiridos, apontando-se designadamente os problemas de prestígio, a desconfiança e o simples aspecto de inquiridor” (Fernandes, 1995:174). Pesando as vantagens e as desvantagens desta forma de inquirição e tendo já presente o perfil do “inquiridor – ajudante”, elegemos a «administração indirecta» – preenchendo os inquiridores o inquérito a partir das respostas que lhes foram fornecidas pelos inquiridos. O preenchimento do primeiro inquérito decorreu em casa dos emigrantes regressados e nas Juntas de freguesias. Os emigrantes actuais/recentes foram abordados nos comércios, nos cafés, em suas casas e nos caminhos por onde circulavam.

Ficamos satisfeitos com a disponibilidade, empenho e simpatia demonstrados tanto pelos emigrantes regressados como pelos emigrantes presentes/recentes quanto à colaboração demonstrada para responderem ao inquérito por questionário cujo preenchimento demorou cerca de 20 minutos cada.

2.3 Inquérito por entrevista ao emigrante regressado

À posteriori e como instrumento complementar do inquérito feito ao emigrante regressado, mais precisamente no que concerne às estratégias de inserção económica deste e seu impacto como agentes de inovação e desenvolvimento local, foram por nós ministradas seis entrevistas individuais e semidirectivas. A triangulação confirma um resultado mostrando que as medidas independentemente obtidas vão no mesmo sentido, reforçando assim a validação dos dados (Miles e Huberman, 1994, Patton, 1987 e Perret, citado por Thiétart, 1999). A entrevista é “semidirectiva no sentido em que não é nem inteiramente aberta, nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas” (Quivy e Campenhoud, 1992: 194) deixando em equilíbrio um elevado grau de liberdade no que diz respeito ao diálogo e profundidade na forma de abordagem.

Estas entrevistas constituíram o “instrumento mais adequado para delimitar os sistemas de representações de valores e normas e intervenções veiculadas por cada indivíduo” (Ruquoy em Albarello et al., 1997:89) em termos de desenvolvimento local, assumindo-se assim na recolha de informação um esforço de articulação entre a vertente quantitativa e qualitativa fundamentais para a compreensão do objecto de estudo.

Na preparação das entrevistas foram seleccionados os objectivos, construído o guião da entrevista (Anexo III), escolhidos os entrevistados e feito o primeiro contacto com as pessoas a serem entrevistadas para informá-las sobre os objectivos da mesma, “mostrando o valor acrescentado que as suas respostas podem trazer à investigação em curso (Ferreira e Carmo, 1995: 135), sobre o tempo e duração previstos para a sua realização, marcação da data, hora e local da realização e duração das mesmas, enfatizando que a entrevista não incidiria sobre questões de carácter privado/confidencial.

Antes de iniciar as entrevistas e a fim de criar um clima de confiança, fizemos sempre uma breve síntese, recordando os contactos prévios, os objectivos do estudo, iniciando o diálogo, no decorrer deste contexto, segundo o decurso “natural” da interacção e assumindo o entrevistador no decorrer da entrevista, o papel de participante na conversa sem opinar a mesma. Instaurando-se assim, e segundo Quivy e Champenhoud (1992:193), “uma verdadeira troca, durante o qual o interlocutor do investigador exprime as suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências, enquanto que, através de perguntas abertas

e das reacções do inquirido, o investigador facilita essa expressão, evita que ela se afaste dos objectivos da investigação e permite que o seu interlocutor aceda a um grau máximo de autenticidade e de profundidade”.

Optou-se por colocar as questões de foro íntimo, pessoal e económico, apenas na parte final da entrevista, altura em que já existia maior clima de confiança.

Respeitaram-se e geriram-se inclusive as situações de silêncio, dando tempo ao entrevistado para reflectir nas suas respostas.

O inquirido foi entrevistado no seu local de trabalho, durante um período de tempo que variou entre 1 hora e 1,45h. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

Os procedimentos descritos revelaram-se eficazes na medida em que não se verificou nenhuma recusa. As entrevistas realizadas permitiram assim “recolher os testemunhos e as interpretações dos interlocutores respeitando os seus próprios quadros de referência” (Quiny e Champenhoud, 1992:195) de acordo com os objectivos do estudo.

2.4 Análise e interpretação de dados

O desenvolvimento deste estudo pautou-se pelo recurso a métodos e técnicas quantitativos e qualitativos extensivos e intensivos.

Segundo Strauss e tal. (1994), depois de recolhidos os questionários, o primeiro procedimento do investigador deve ser o de tentar conhecer os seus dados e avaliar os pressupostos da técnica estatística escolhida.

Após a observação de cada uma das respostas de cada um dos questionários, retirando os não válidos, devido a ausência de respostas e/ou anómalas (outliers), procedemos ao respectivo tratamento.

Privilegiaram-se dois grandes tipos de técnicas de tratamento da informação: e a análise estatística univariada e multivariada e análise de conteúdo. No que diz respeito aos dados recolhidos por questionário, foram tratados através do software estatístico SPSS (Statistical Package for Social Sciences), construindo-se duas bases de dados de acordo com os objectivos de cada um dos inquéritos por questionário. Paralelamente à análise mais descritiva e de cruzamento simples, fundamental numa lógica de

caracterização e de identificação, construámos um conjunto de indicadores e foi aplicado o teste do Qui Quadrado de Pearson.

Evitamos confundir rigor e rigidez a nível dos procedimentos. As respostas pré-codificadas com vista ao respectivo tratamento quantitativo possibilitaram o aprofundamento e enriquecimento dos resultados obtidos.

As questões de escolha múltipla, bem como as questões abertas, foram objecto de análise de conteúdo e igualmente codificadas. As entrevistas foram tratadas pelo método de análise de conteúdo, tendo sido privilegiada a análise temática (Bardin, 1977; Grawitz, 1996). A análise de conteúdo foi usada segundo uma matriz de análise qualitativa, partindo do princípio de que os factos nunca falam por si, tornando-se necessário atribuir significados a esses dados.

Este tipo de análise visou compreender o conteúdo manifesto e simbólico dos resultados das entrevistas. “Numa análise qualitativa, a noção de importância implica a novidade, o interesse, o valor de um tema” (Ferreira e Carmo, 1998:253). Baseou-se em procedimentos que facilitaram a categorização de dados recolhidos para o seu contexto e permitiu, a partir desses dados, fazer inferências que levaram à validação ou não das questões de investigação previamente construídas.

A análise de conteúdo é (1) objectiva porque - efectuada com determinadas regras (...) de forma que investigadores diferentes trabalhando sobre o mesmo conteúdo possam obter os mesmos resultados; e (2) sistemática – porque a totalidade do conteúdo deve ser ordenada e integrada. (Carmo e Ferreira, 1998:251). Esta análise compreendeu as seguintes fases: (1) Definição dos objectivos; (2) Constituição do corpus; (3) Definição das categorias e subcategorias e (4) Interpretação dos resultados.

PARTE III

CAPÍTULO VI – O CONCELHO DE BOTICAS

Este capítulo inicia-se com a localização geográfica do concelho de Boticas. Seguidamente procedemos à caracterização sócio-económica do concelho sempre que possível ao nível desagregado de freguesia, comparando com a Região Norte e com o país global. Os dados utilizados na caracterização sócio-económica são analisados sob as perspectivas estática e dinâmica (evolução dos valores entre os dois últimos censos). Analisamos também o índice do poder de compra da população em estudo, bem como a sua evolução desde 1993.

1. Localização Geográfica

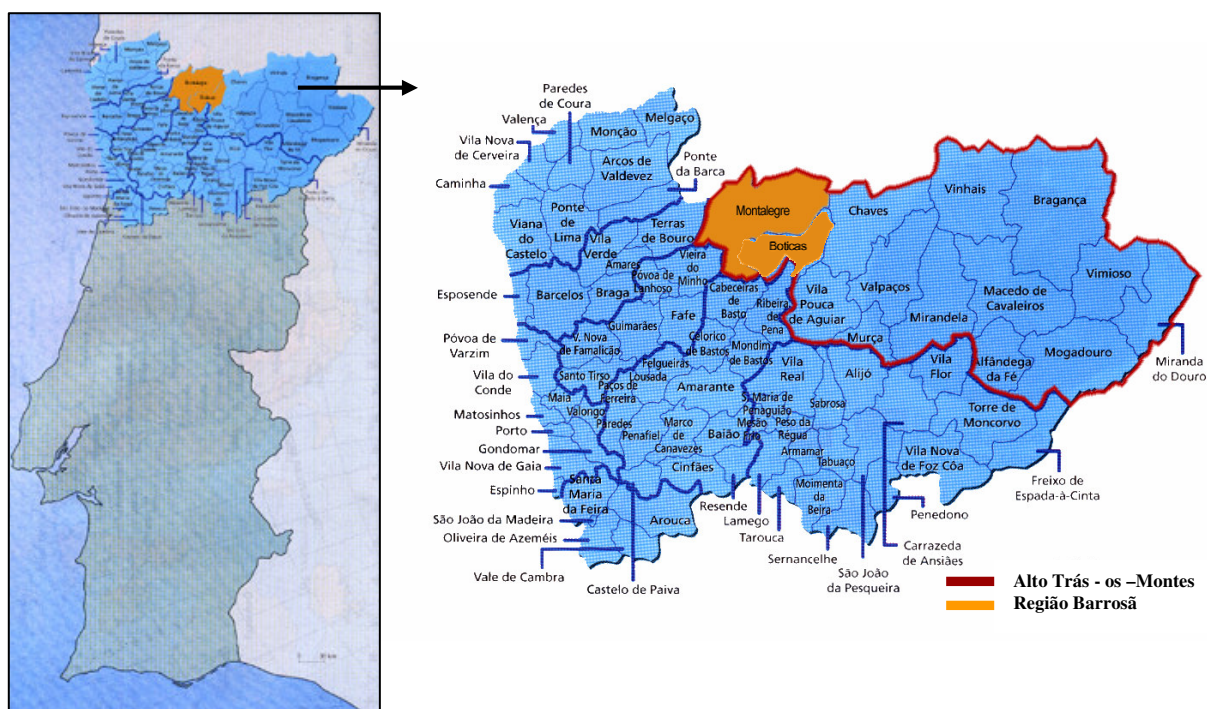
Ocupando uma área de 322 km², o concelho de Boticas estende-se do rio Tâmega à serra de Alturas e das serras de Melcas e dos Marcos às serras do Leiranco e Pastoria, integrando-se geograficamente na zona de transição do maciço “galaico-duriense” para o sistema planáltico da Meseta Norte.

O concelho de Boticas⁴⁸ integra-se num todo que é a NUTE III⁴⁹ – Alto Trás-os-Montes, separado do concelho de Chaves em grande parte pelo Rio Tâmega e comunga com os concelhos da margem esquerda do mesmo, na região denominada por “Alto Tâmega”. Com Montalegre, define uma unidade territorial enquadrada numa outra unidade paisagística a que se deu o nome de “Terras de Barroso”.

⁴⁸ Situado entre 41° 34 49 e 41° 47 40 de latitude Norte e e 8° 33 47 e 8° 54 56 de longitude Oeste.

⁴⁹ NUTE III – área definida de acordo com a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos.

Figura VI - 1: Localização geográfica do concelho de Boticas



Fonte: Adaptado de INE (2002)

«O Barroso é uma região demarcada desde os primórdios da 1ª dinastia, tendo sido dada por D. João I ao seu amigo e companheiro de armas, D. Nuno Alvares Pereira, que, nestas paragens, casou com uma viúva jovem e sem mácula, D. Leonor Alvim» (Martins, 1992:18).

O Concelho de Boticas foi criado em 6 de Novembro de 1836, data em que Barroso se cindiu em 2 concelhos – Boticas e Montalegre, formando-se aquele com povoações que foram desnexadas do Concelho de Chaves, do de Montalegre, e do extinto de Dornelas.

Administrativamente, o concelho é actualmente constituído por dezasseis freguesias e cinquenta e duas aldeias.

Longe do mar e isolado das suas influências pelas barreiras montanhosas do Gerês, Cabreira, Padrela, Alvão e Marão, o Alto Trás-os-Montes, em que se inclui o concelho em estudo, tem um clima contrastante. Segundo Vergílio Taborda (1932), o

facto de ser uma “zona planáltica” e montanhosa, modelada por vales mais ou menos profundos, contribui para a multiplicação dos contrastes climatéricos. Contudo, domina um clima exposto às influências continentais, mas em que a variedade de condições topográficas e de exposição gera oposições muito acentuadas.

Na generalidade, nestas regiões, os Invernos são longos e rigorosos, durante os quais é frequente ocorrerem fortes nevões e condições para geadas. Estas, com probabilidades de ocorrência em todos os meses do ano excepto nos meses de Julho e Agosto, causam, muitas vezes, elevados prejuízos à agricultura local, nomeadamente no período Primavera - Estival.

Climaticamente⁵⁰, podemos dividir a região do Barroso em Terra Fria de Montanha, Terra Fria de Planalto e Terra de Transição.

A Terra Fria de Montanha corresponde à Serra do Barroso, desenvolve-se entre os 900-1000 m e 1200-1300 m de altitude, com temperaturas médias entre os 8°-10°C e precipitação acima dos 1200 mm Caracteriza-se pela queda de neve durante o Inverno.

A Terra Fria de Planalto ocorre a menor cota, ou seja, entre os 600/700 a 900/1000 metros, com temperaturas médias entre os 10°-12,5°C e precipitações acima dos 1200 mm. Os Invernos são frios e prolongados e os Verões curtos e quentes; o período de geada é mais frequente entre os meses de Outubro e Maio.

A Terra de Transição é morfologicamente uma nova realidade, a sua altitude atinge apenas 400/500 metros, com precipitações entre os 800 e 1000 mm e temperaturas médias compreendidas entre os 12° e 14°C.

A fisiografia do regime pluviométrico define-se, em grandes linhas, por precipitações abundantes no Outono e Inverno. Em média, o mês mais chuvoso é o de Janeiro, seguindo-se, por ordem decrescente, os de Novembro, Março, Dezembro e Fevereiro, que registam cerca de 65% da precipitação total anual.

A precipitação média anual varia entre os 600 e 1200 mm, de acordo com as diferentes altitudes.

⁵⁰ Agroconsultores e Coba, (1991) *Carta de solos, carta da utilização actual e carta de aptidão da terra*, Vila-Real, UTAD.

A diversidade morfológica é uma realidade para uma vasta e variada superfície de modelado montanhoso, como é o caso da Serra das Alturas, situada no Centro do Barroso, com 1279 metros de altitude e orientada de NE a SW, sucedem-se formas planálticas cujas cotas atingem os 700 m de altitude.

O predomínio das formações graníticas do pré-câmbrico-arcaico é traço característico da região transmontana. As formações silúricas têm ainda importância, especialmente os xistos da parte superior do sistema (Taborda,1932:33).

Segundo, Agroconsultores e Coba (1991) na região do Barroso são frequentes os granitos porfiróides, ou de tendência porfiróide, de grão grosseiro e médio e complexo xisto-migmático (xistos luzentos, micaxistos, gneisses, migmatitos) e xistos metamorfozados do silúrico em manchas mais ou menos importantes.

A região em estudo é drenada pelo rio Tâmega e seus afluentes (Beça, Terva, e Ribeira de Covas).

A rede hidrográfica modela em granito da Serra o seu percurso, fecundando várzeas e campos, “refrescando” a vila e as aldeias. As serras rodeiam vales cheios de “córregos” e outras linhas de água, em cujas margens ou encostas se alcondora um reduzido povoamento concentrado.

A engenharia hidráulica é complexa, mas completamente adaptada às exigências do Homem; assim, são inúmeros os poços que abastecem os pequenos regados das “várzeas” das povoações e dos lameiros, assegurando, durante o Inverno, a rega de Lima⁵¹.

No que respeita à fauna, há que salientar a piscícola e a cinegética. Destacam-se as trutas dos rios de montanha de águas frescas e puras, os escalos e os barbos, as vogas e as enguias. No sector da caça, existem espécies indígenas, como a perdiz, a lebre e o coelho, a cordoniz e o pato bravo.

⁵¹ Rega dos prados permanentes sem intuito de abastecimento de água à planta, mas sim para a proteger das baixas temperaturas através da libertação do calor latente de congelação.

Na fauna em geral, predominam a raposa, o lobo, a águia, a doninha, a coruja e o mocho real.

Relativamente à flora natural, a região é dominada por videiros (Bétula Celtibérica), carvalhos negrais (*Quercus Pyrennaica*), pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), castanheiro, tojos (*Ulex spp.*), urzes (*Colluna vulgaris* e *Eriça spp.*), giestas e carquejas (*Chamaespartium tridentatum*), açafrões bravos (*crocus clusii*), agrião dos lameiros (*Cardamine Pratense*), cogumelos bravos, alguns dos quais comestíveis como, por exemplo, os mísscaros, os tortulhos e os “Frades”, entre outros.

A flora natural dos lameiros com fins forrageiros ocupa um lugar privilegiado na região em estudo.

Os baldios situam-se principalmente nas encostas e territórios mais altos, de terreno sáfaro, impróprios para a cultura e sujeitos ao regime de propriedade colectiva.

Nos vales e nas encostas, existem lameiros sempre verdejantes, com água abundante, e as terras de cultivo.

2. Caracterização Sócio-económica do Concelho de Boticas

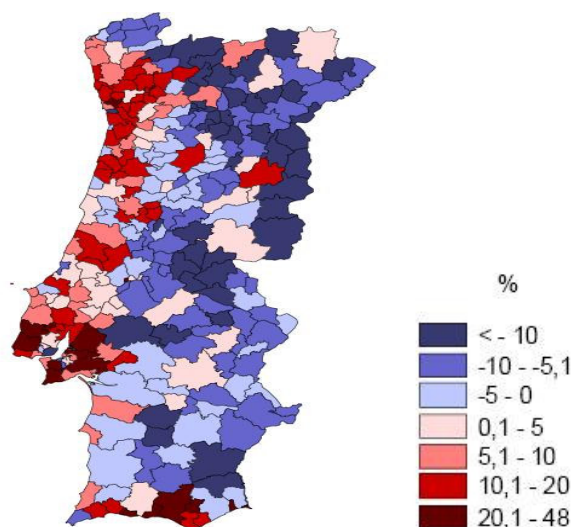
2.1 População

Os processos endógenos e exógenos, de ordem demográfica, social, económica e ambiental intensificaram-se de tal ordem que têm contribuído fortemente para o aumento da diferenciação interna dos diversos espaços geográficos, destacando-se «entre os processos demográficos, as migrações internas e externas e seus fluxos de retorno, o crescimento natural e as consequentes mudanças na composição etária da população»⁵².

Em Portugal, a diferenciação interna passa, sobretudo, pela polarização de certas tendências do crescimento e estruturas da população, como é o exemplo do envelhecimento da população em inúmeras áreas rurais do interior e, por outro lado, o aumento excessivo da população em espaços urbanos e litorais, provocando constrangimentos a nível do desenvolvimento sustentável.

⁵² Roca et al. (2001:1).

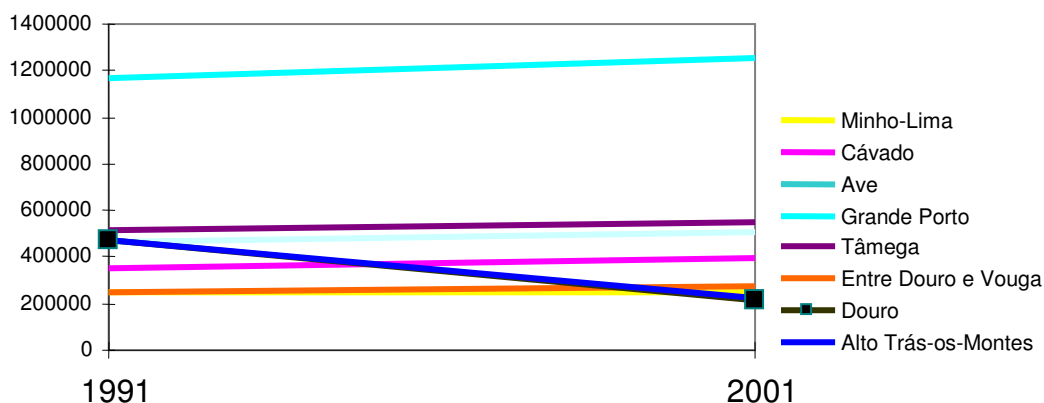
Figura VI - 2: Variação da população em Portugal Continental, 1991 – 2001.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 1991-2001.

Esta diferenciação é visível, não só a nível nacional mas também a nível regional e local. Na região Norte, por exemplo, existe uma tendência para o acentuar de uma dualidade territorial, onde espaços geográficos urbanos e litorais assistem a um aumento assinalável de população, como é o caso de Entre Douro e Vouga e do Grande Porto. Simultaneamente, regiões com predominância rural, situadas no interior, como as do Douro e do Alto Trás-os-Montes, apresentam progressiva diminuição da sua população (Figura VI - 2).

Gráfico VI - 1: Evolução da população residente na Região Norte, entre 1991 e 2001.

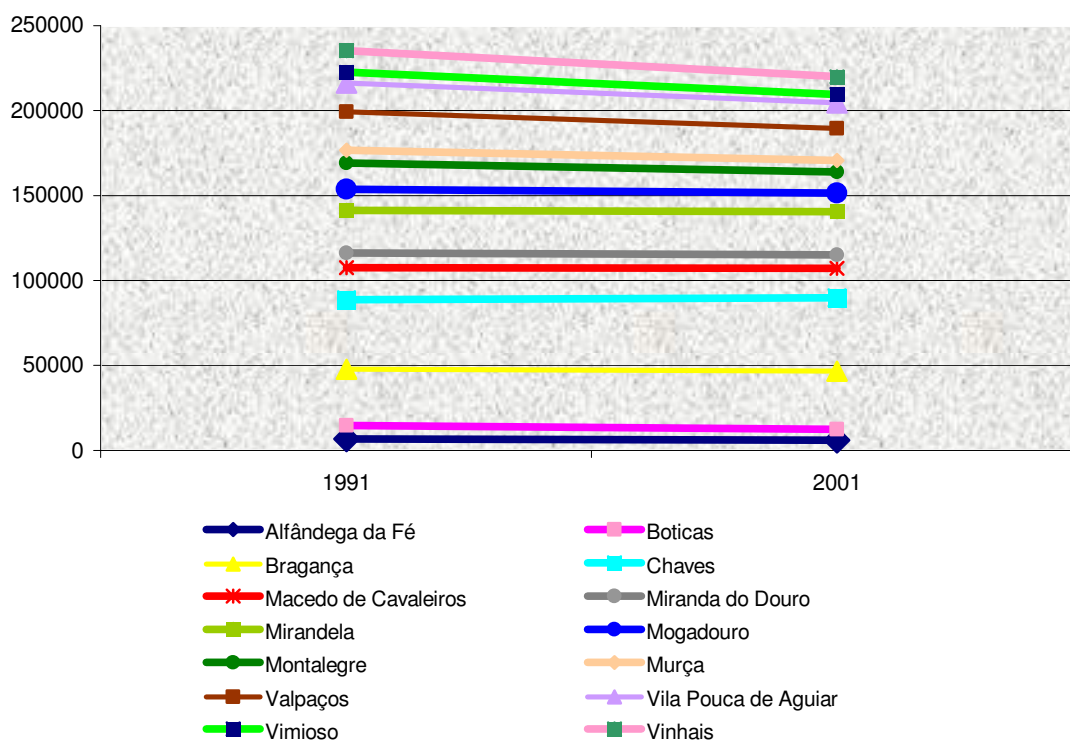


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 1991 e 2001; Barreto, (2001:527-531). (Elaboração própria).

A população não é um dado imutável, como o exemplificam as alterações demográficas que os diferentes espaços têm vindo a registar. Para estas alterações, contribuem os factores directos - crescimento natural e migratório - e os factores indirectos – atracção exercida pela diversidade de funções das áreas centrais das regiões metropolitanas -, ou as próprias características físicas e culturais dos diferentes lugares, realçando-se a situação geográfica, a paisagem e o tipo de clima. Quanto a estas últimas variáveis, a Região Norte surge como uma das regiões mais diferenciadas internamente.

Em 10 anos (1991-2001), a Região Norte sofreu uma diminuição da sua população de 6.5 pontos percentuais (- 15 338 habitantes). Concelhos como o de Chaves, Bragança e Mirandela, aumentaram ligeiramente a sua população no período em causa; contudo, os concelhos de Boticas e Montalegre perderam cerca de 19% da sua população (Anexo I).

Gráfico VI - 2: Evolução da População do Alto Trás-os-Montes entre 1991 e 2001.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 1991 e 2001; Barreto, (2001:527-531). (Elaboração própria).

O concelho em estudo, entre 1991 e 2001, sofreu um decréscimo populacional de 19,1% (-1519 habitantes), registando uma das maiores perdas populacionais de toda a Região Norte. É de salientar que, em quatro décadas, no concelho de Boticas o decréscimo populacional foi de 55,7%, correspondendo a uma perda de 8064 habitantes, diminuindo o grupo de idade-jovem (0-14 anos) praticamente o mesmo que ganhou o grupo de idade-idosa (> 65 anos) (Anexo II). Trata-se de uma região com forte e longa tradição migratória. Segundo Manuel Ribeiro (1991:55) «os movimentos migratórios apresentam duas etapas claramente diferenciadas tanto do ponto de vista formal, como em termos de conteúdo e de resultados, etapas cujo marco temporal diferenciador se situa na viragem da década de 50 para 60.»

Ainda segundo o mesmo autor, «no geral, até àquela data, as formas mais usuais de emigração eram as de horizonte temporal curto ou sazonais, e as de horizonte temporal dilatado, a tender para definitivo» (idem:55) para o outro lado do oceano com destaque

para o Brasil, E.U. A. e Canadá. A partir da década de 60, assistiu-se a um fortíssimo e contínuo fluxo de emigração, principalmente clandestina⁵³, para a Europa Ocidental, particularmente para França, Espanha e Alemanha. Consultamos os passaportes dos emigrantes do concelho de Boticas registados em 450 livros⁵⁴ no Arquivo Distrital de Vila Real, desde 1960 até 1988⁵⁵ inclusive, assim como os dados publicados pela Secretaria de Estado da Emigração nos seus boletins anuais⁵⁶ a fim de procedermos à análise da emigração legal⁵⁷ neste concelho, no que diz respeito ao número de casos de emigração por ano de emigração, ao número de casos de emigrantes por freguesia de naturalidade e ao ano de emigração / idade de emigração (Anexo IV).

Relativamente ao número de casos de emigração por ano de emigração, encontramos dois momentos de particular relevo quanto ao movimento migratório legal concelhio. O período que decorre entre 1980 e 1985 é especialmente pertinente, uma vez que concentra 42,2% dos actos de emigração legal. Alguns anos antes, entre 1968 e 1973, já se verificara um surto migratório relevante, muito embora se tivesse revestido de menores dimensões⁵⁸ do que aquele a que se assistiu posteriormente, no início dos anos 80. Ainda assim, a passagem dos anos 60 para os anos 70 representou um período de emigração legal para 27,7% de indivíduos. Por outro lado, deparamo-nos com uma visível diminuição da emigração, quer no início do período em estudo (os anos anteriores a 1968 são apontados como anos de partida para o estrangeiro por apenas 9,7% dos indivíduos), quer no final desse mesmo período (sendo que somente 8,9% da população em análise indica como ano de emigração uma data posterior a 1985).

Os anos mais fortes em termos de saída do país foram, também eles, intercalados por uma fase de quebra do movimento, registando-se uma percentagem de emigração legal de apenas 5,4% entre 1974 e 1976 e outra de 6,1% entre 1977 e 1979.

No que concerne ao número de emigrantes por freguesia de naturalidade da população em estudo, verifica-se que é possível encontrar uma percentagem

⁵³ “A nível nacional as partidas clandestinas aumentaram desmesuradamente a partir de 1962, chegando a ultrapassar mesmo, em mais de metade (61%) as partidas legais” (Rocha – Trindade, 1995:153).

⁵⁴ As referências bibliográficas encontram-se em anexo (Anexo III).

⁵⁵ A partir de 1988 não existem dados relativos à emigração, devido ao Decreto-Lei nº 433/88 que anula a obrigação de os emigrantes terem passaporte, em consequência da entrada de Portugal na U.E. e das condições que regem a circulação de pessoas no seio da U.E. passando os Portugueses a serem considerados cidadãos europeus comunitários.

⁵⁶ Em razão da grande discrepância entre os elementos fornecidos pelas duas últimas fontes referidas, não foi possível compará-los.

⁵⁷ A emigração legal dá-nos apenas uma visão parcial da amplitude da emigração no período em apreço.

⁵⁸ Relembramos que os dados em análise são respeitantes apenas à emigração legal. De facto, a década de sessenta constituiu a maior sangria emigratória concelhia, embora com carácter clandestino por motivos não só económicos mas também de ordem política (regime salazarista e guerra colonial em África).

ligeiramente superior de indivíduos naturais da freguesia de Beça (13,6%). Por outro lado, as freguesias de Covas do Barroso (9,8%), Boticas (9,5%) e Sapiãos (9,1%) são também as mais representativas. Com valores sensivelmente inferiores mas, ainda assim, significativos, emergem igualmente as freguesias de Alturas de Barroso (7,9%), Pinho (7,5%) e Dornelas (7,3%). Contrariamente a estas, nas restantes freguesias já não se observam valores tão relevantes, sendo que em nenhuma delas se ultrapassa a centena de indivíduos aí nascidos.

Detectamos também uma forte correlação entre a idade de emigração legal do indivíduo e o ano em que esta se processou⁵⁹. Assim, verifica-se que, antes do 25 de Abril de 1974, a emigração apresentava-se como solução, primordialmente, para indivíduos em idade adulta.

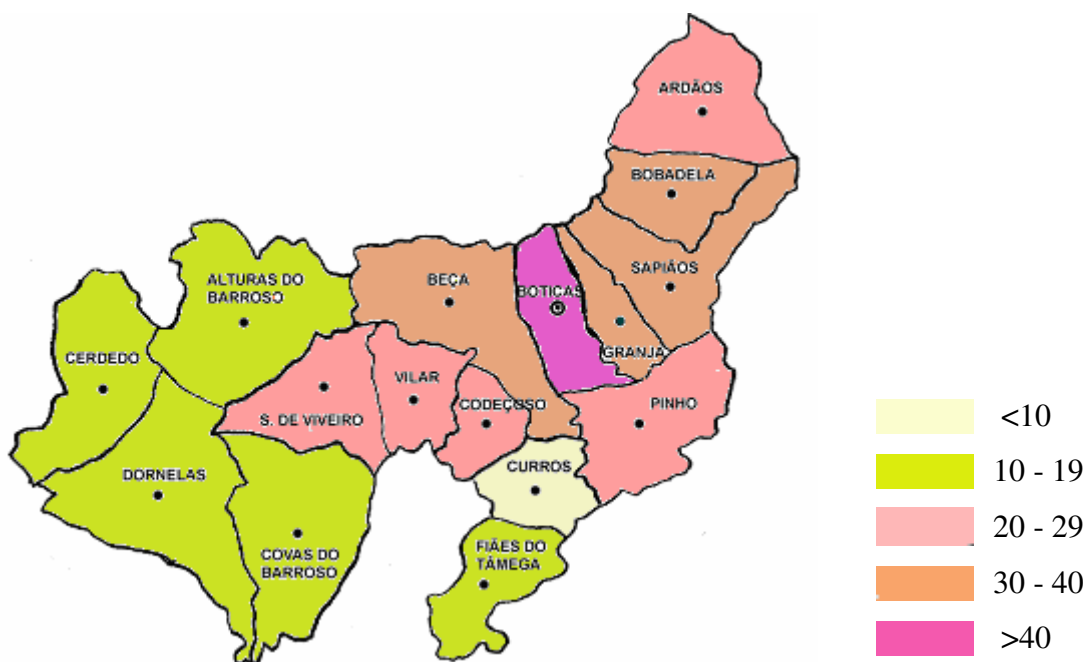
De uma forma mais concreta, podemos afirmar que, antes de 1968 e desde aí até 1973, a emigração legal estava mais concentrada em indivíduos com idades compreendidas entre os 32 e os 52 anos (integrando, assim, três escalões etários: o dos 32 aos 38 anos, o dos 39 aos 45 e o dos 46 aos 52). Neste período, emigraram 51,6% de indivíduos com idades compreendidas entre os 32 e os 38 anos, 57,8% com idades entre 39 e 45 anos, e 54,4% com idades entre os 46 e os 52 anos. Deve-se, porém, salientar que, no mesmo período, também os escalões etários dos 25 aos 31 anos (42%) e dos 53 aos 59 anos (42,7%) apresentam níveis de emigração legal elevados. O abrandamento da emigração legal entre 1974 e 1979 faz com que não se revele, nesta fase, muito expressivo o factor idade na emigração. Ainda assim, neste período, os que têm entre os 25 e os 31 anos (16% destes), entre os 32 e os 38 (19,3%) e entre os 39 e os 45 (15,8%) foram os que mais emigraram legalmente do concelho de Boticas.

Com a entrada nos anos de 1980, assistiu-se a uma completa inversão da tendência verificada. Desta forma, são os mais jovens (85,9% dos que têm menos de 18 anos e 71,6% dos que têm entre 18 e 24 anos) e os mais idosos (62,1% dos que têm mais de 59 anos), aqueles que mais emigram. Realce-se uma vez mais, neste período temporal, a posição intermédia dos escalões etários que compreendem idades entre os 25 e os 31 anos (42% destes) e entre os 53 e 59 anos (48%).

⁵⁹ Foi usado um teste One-Way ANOVA de comparação de médias com um nível de confiança de 95%, para medir a associação entre estas variáveis.

Analisando a população do território geográfico em estudo no decénio de 1991-2001, verificamos que, em 1991, o concelho de Boticas apresentava 7936 habitantes, com uma densidade populacional de 25hab/km² ⁽⁶⁰⁾, sendo a menor densidade populacional na freguesia de Curros (9hab/km²), e a maior densidade na freguesia de Boticas (77hab/km²) (Anexo V).

Figura VI - 3: Densidade populacional das freguesias do concelho de Boticas em 1991



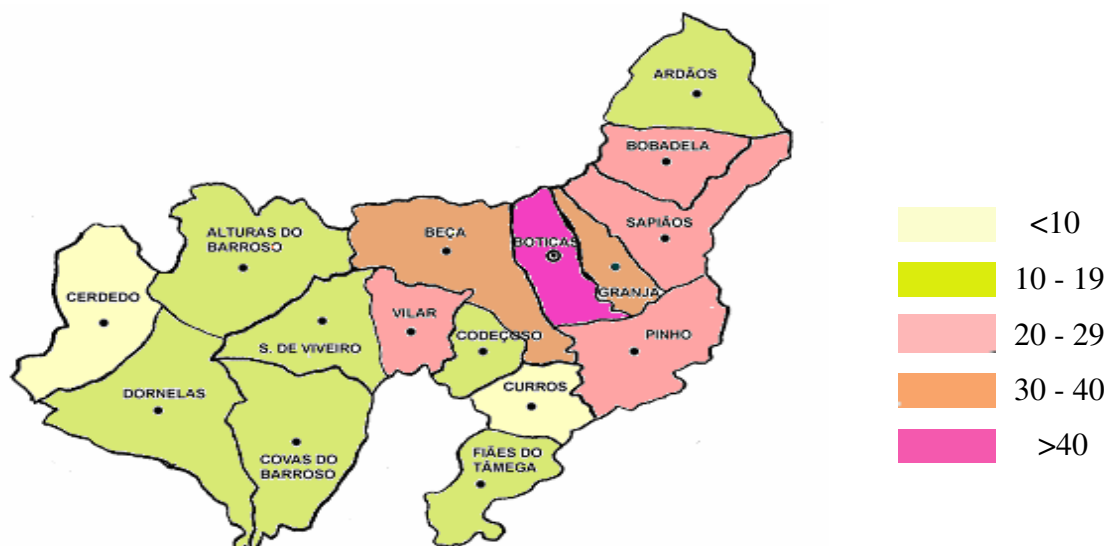
Fonte: INE, Recenseamento da População, Região Norte, 1991.(Elaboração própria).

Em 2001, com apenas 6417 habitantes, o concelho de Boticas apresentava uma densidade populacional de 19,2 hab/km². Fazendo a análise a nível de freguesia e no respeitante a 2001, verificamos que as freguesias de Curros e Cerdedo são as que apresentam a menor densidade populacional, com 7 hab/Km², enquanto que a freguesia sede de concelho continua a apresentar a densidade de 77 hab/Km². Grande parte das freguesias (Alturas do Barroso, Dornelas, S. Salvador de Viveiro, Covas do Barroso, Codessoso, Fiães do Tâmega e Ardãos) apresenta uma densidade populacional situada entre os 10 e os 19 hab/Km². As freguesias de Vilar, Pinho, Sapiãos e Bobadela possuem uma densidade populacional situada entre os 20 e os 29 hab/Km². As

⁶⁰ BARRETO, A. (2000:497).

freguesias de Beça e Granja, contíguas à sede de concelho, apresentam uma densidade populacional situada entre os 30 e os 40 hab/km², constatando-se a existência de diferenças internas e a desertificação de alguns espaços do concelho em estudo.

Figura VI - 4: Densidade populacional das freguesias do concelho de Boticas em 2001.



Fonte: INE, Recenseamento da População, Região Norte, 2001.(Elaboração própria).

Esta distribuição pouco uniforme dos “recursos” demográficos pelo concelho em estudo, sendo o resultado da diferente actuação dos vários componentes do crescimento natural e migratório, acaba por criar diferentes tipos de espaços rurais⁶¹: «os campos profundos, os espaços intermédios e os espaços urbanos»⁶², em que os primeiros perdem grande parte da sua população e os últimos, através da ocupação multifuncional do solo e da diversificação das actividades da população, conseguem atrair população, tentando compensar aquela que é perdida internamente.

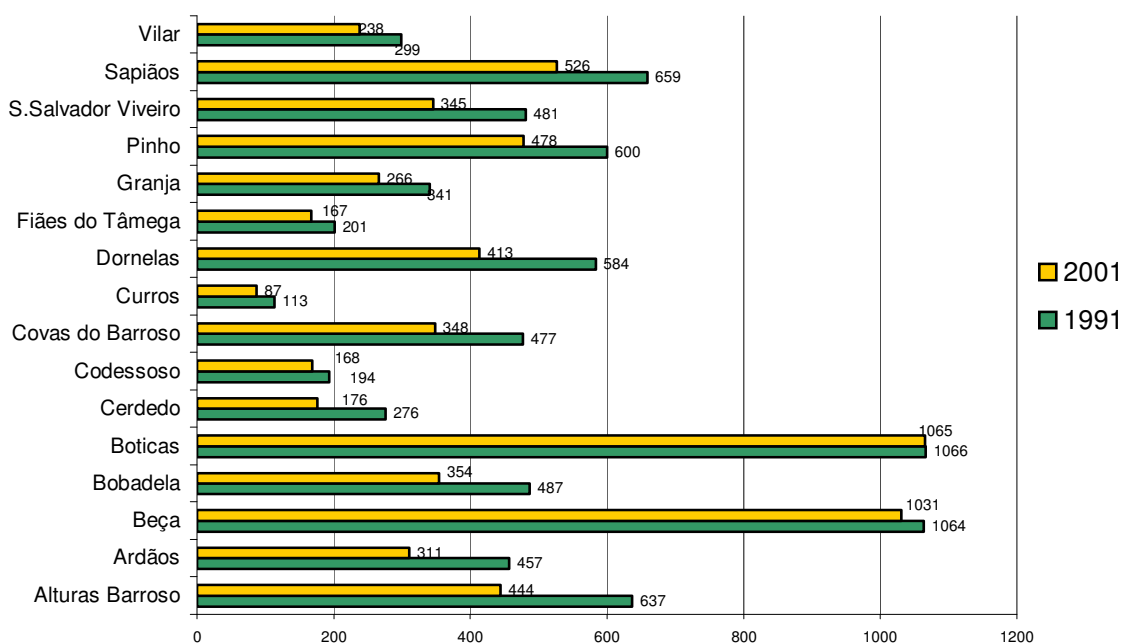
Analisando-se a evolução da população residente, por freguesia, entre 1991 e 2001, constatamos que todas as freguesias perderam população, registando apenas a sede de

⁶¹ Utilizando o critério da OCDE, podemos considerar como “rurais” as áreas que têm densidades inferiores a 150 hab/km² e “rural profundo” as áreas com densidades abaixo de 25 hab/km². O conceito “rural” é utilizado para designar «partes do território nacional que se caracterizam por um número de habitantes ou uma densidade relativamente fraca, ou ainda por outras particularidades sócio-económicas» (Medeiros, 1996:288).

⁶² Cavaco, 1996; Comissão Europeia, 1995; Costa, 1999.

concelho uma diminuição residual (-1 indivíduo). O somatório das perdas de população de Alturas do Barrosos, Ardãos, Dornelas e S. Salvador de Viveiro, é de 646 habitantes, correspondente a 42,5% da diminuição da população do concelho, no período em análise (Anexo VI).

Gráfico VI - 3: População residente, por freguesia, no concelho de Boticas em 1991 e 2001.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001.(Elaboração própria).

Por outro lado, Curros e Cerdedo, embora não tendo um peso muito significativo a nível concelhio, assistem à redução da sua população em cerca de 23% e 36,2%, respectivamente, sentindo, de forma muito acentuada, os efeitos do envelhecimento demográfico e da desertificação.⁶³

Para explicar a evolução da população no último período inter-censitário, recorreu-se ao saldo fisiológico (diferença entre nascimentos e óbitos), com o qual se pode calcular o indicador de atracção ou repulsão da população de cada território. Este, por sua vez, é calculado pela diferença entre a variação da população no território e o saldo fisiológico. Quando é positivo, traduz o número de pessoas que entram para o território;

⁶³ A desertificação é um neologismo que significa “fazer deserto”. Inclui necessariamente aspectos biofísicos e aspectos socio-económicos.

quando é negativo, traduz o número de indivíduos que saem do território. Com este indicador, foi possível encontrarmos os *índices de atractividade*⁶⁴ de cada freguesia do concelho de Boticas, com base em 1991 (Ia – 91) e 2001 (Ia- 01).

Fazendo a análise das estatísticas demográficas do concelho, rapidamente concluímos que a perda de população resulta da tendência para o crescimento natural ser cada vez mais negativo, em razão essencialmente do declínio da fecundidade. Em 1991, verificam-se 75 nados-vivos no concelho e, em 2001, apenas 33, resultando uma quebra populacional de 56%. As freguesias de Beça e de Boticas foram as que mais contribuíram para esta diminuição, registando respectivamente, em 1991, 18 e 17 nados-vivos e, em 2001, somente 5 e 7. Bobadela e Covas do Barroso foram as únicas freguesias que registaram, no decénio em estudo, um ligeiro aumento da natalidade, respectivamente 5 e 2 indivíduos (Quadro VI - 1).

O número de óbitos sofreu uma quebra de 12,2%, sendo, por isso, pouco significativa para a drástica diminuição do crescimento natural das freguesias deste concelho.

⁶⁴ Este é calculado pelo quociente entre a migração verificada em cada freguesia (reflectida no indicador de atracção/repulsão) entre o período 1991-2001 e a população residente, respectivamente, em 1991 e 2001.

Quadro VI - 1: Crescimento natural em 1991 e 2001 nas freguesias do concelho de Boticas.

Valores Absolutos	1991			2001		
	Nados Vivos	Óbitos	Crescimento Natural	Nados Vivos	Óbitos	Crescimento Natural
Alturas Barroso	4	11	-7	1	6	-5
Ardãos	4	4	0	3	7	-4
Beça	18	17	1	5	15	-10
Bobadela	2	14	-12	5	5	0
Boticas	17	12	5	7	16	-9
Cerdedo	4	4	0	0	2	-2
Codessoso	1	0	1	1	1	0
Covas do Barroso	1	5	-4	2	10	-8
Curros	0	3	-3	0	2	-2
Dornelas	3	10	-7	0	8	-8
Fiães do Tâmega	3	1	2	1	1	0
Granja	1	3	-2	0	4	-4
Pinho	3	13	-10	3	12	-9
S. Salvador Viveiro	6	9	-3	1	5	-4
Sapiãos	6	5	1	4	4	0
Vilar	2	4	-2	0	3	-3
Total	75	115	-40	33	101	-68

Fonte: INE, Recenseamento Geral da população, 1991 e 2001. (Elaboração própria).

Desta forma, o declínio da fecundidade marca o início do processo de envelhecimento populacional na base. Por outro lado, a diminuição da mortalidade, embora que muito reduzida, surge a determinar o envelhecimento no topo. Apesar da importância da diminuição do crescimento natural, o Quadro VI - 2 demonstra claramente que é a dinâmica migratória que constituiu o principal factor responsável pelas divergências demográficas registadas no espaço rural em estudo. A emigração contribuiu para acentuar pela negativa a variável endógena-crescimento natural. Tem incrementado «... a ausência de uma parte substantiva das classes etárias em idade fértil, acrescentando-se o desenvolvimento de uma postura mais «malthusiana» (Gonçalves, 1996:75), impulsionando o concelho de Boticas para um espaço deprimido.

No decénio em estudo, o concelho sofreu uma perda populacional de 19,14%, contrariando a tendência geral do país, que apresentou um acréscimo populacional de 4,96%. Grande parte desta perda resultou da tendência para o *índice de atractividade* das diversas freguesias em estudo ser cada vez mais negativo.

No decénio em estudo, Codessoso, Curro, Fiães do Tâmega, Granja, Pinho, Vilar e Sapiãos assistem a uma quebra no seu *índice de atractividade*, situada entre os 2% e os

7%, enquanto que, Alturas do Barroso, Ardãos, Bobadela, Cerdedo, Covas do Barroso, Dornelas e S. Salvador de Viveiro registaram uma quebra de mais de 9%.

Quadro VI - 2: População e atractividade do concelho de Boticas.

	1991	2001	Variação % 2001/1991	Saldo ⁽¹⁾ Fisiológico	Atracção / Repulsão	Rácios	
						Ia - 91	Ia - 01
Alturas do Barroso	637	444	-30,30	2	-195	-30,6	-43,9
Ardãos	457	311	-31,95	-4	-142	-31,1	-45,7
Beça	1.064	1.031	-3,10	-11	-22	-2,1	-2,1
Bobadela	487	354	-27,31	12	-145	-29,8	-41,0
Boticas	1.066	1.065	-0,09	-14	13	1,2	1,2
Cerdedo	276	176	-36,23	-2	-98	-35,5	-55,7
Codessoso	194	168	-13,40	-1	-25	-12,9	-14,9
Covas do Barroso	477	348	-27,04	-4	-125	-26,2	-35,9
Curros	113	87	-23,01	1	-27	-23,9	-31,0
Dornelas	584	413	-29,28	-1	-170	-29,1	-41,2
Fiães do Tâmega	201	167	-16,92	-2	-32	-15,9	-19,2
Granja	341	266	-21,99	-2	-73	-21,4	-27,4
Pinho	600	478	-20,33	1	-123	-20,5	-25,7
S. Salvador Viveiro	481	345	-28,27	-1	-135	-28,1	-39,1
Sapiãos	659	526	-20,18	-1	-132	-20,0	-25,1
Vilar	299	238	-20,40	-1	-60	-20,1	-25,2
Total do Concelho	7.936	6.417	-19,14	-28	-1491	-18,8	-23,2
País	9.867.147	10.356.117	4,96	88.770	400.200	4,1	3,9

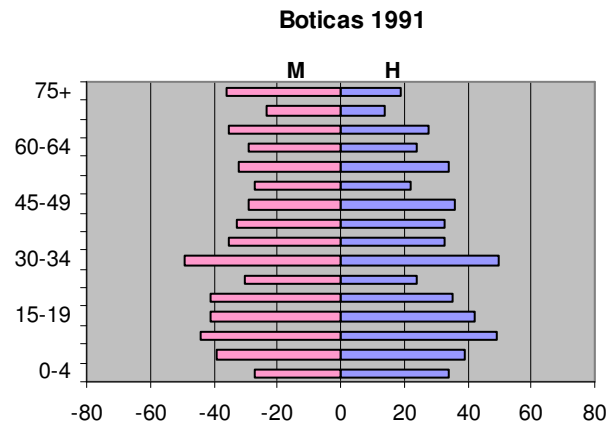
(1) Evolução do Saldo Fisiológico entre 1991 e 2001.

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 1991 e 2001. (Elaboração própria).

Além disso, comparando freguesias como Boticas e Alturas do Barroso, constatamos que, apesar desta última apresentar uma ligeira evolução no seu crescimento natural, a variação da sua população é de -30,3%, ao contrário de Boticas que, apesar de diminuir drasticamente o seu crescimento natural, é a única freguesia do concelho que apresenta uma variação perto dos 0% (0,09%), facto este explicado pela sua capacidade de atracção, registada pelo crescimento migratório, permitindo-lhe repor os níveis de população perdidos internamente e manter uma pirâmide etária que, embora tenda para o envelhecimento, não apresenta a situação crítica da maior parte das restantes freguesias do concelho (Anexo VII). Esta capacidade de atracção da sede concelhia explica-se efectivamente pelo crescimento e concentração de serviços, com destaque para os serviços de proximidade⁶⁵.

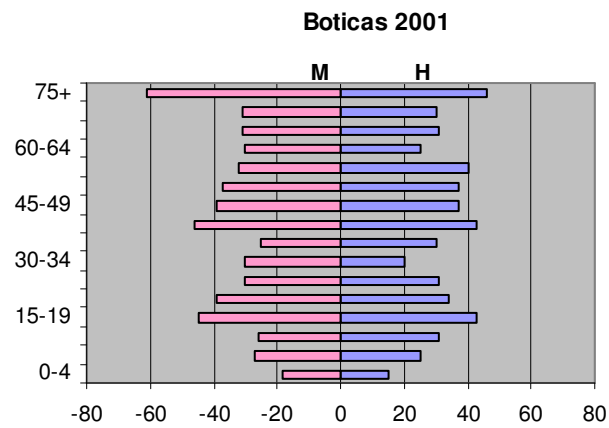
⁶⁵ Os serviços de proximidade, cruzam necessidades tradicionais (serviços de apoio pessoal e social) e necessidades de outro tipo (serviços ao domicílio, serviços de natureza doméstica prestados no exterior, etc), mantendo uma experiência de proximidade relacional entre prestador e utente (Feio, 2000:4).

Gráfico VI - 4: Pirâmide etária da freguesia de Boticas de 1991.



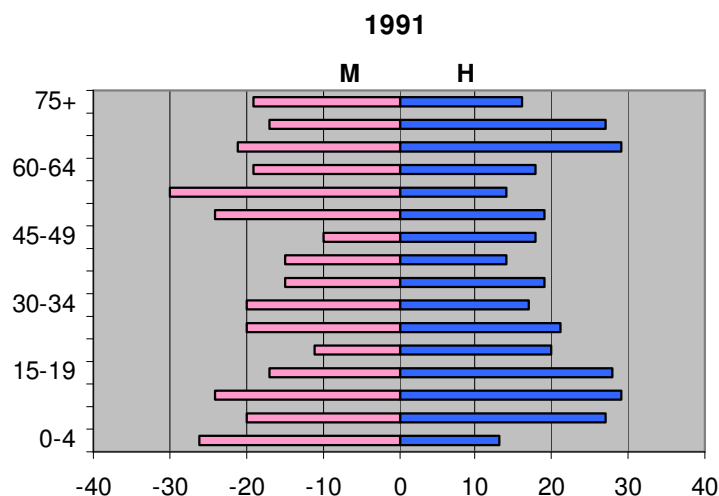
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001. (Elaboração própria).

Gráfico VI - 5: Pirâmide etária da freguesia de Boticas de 2001.



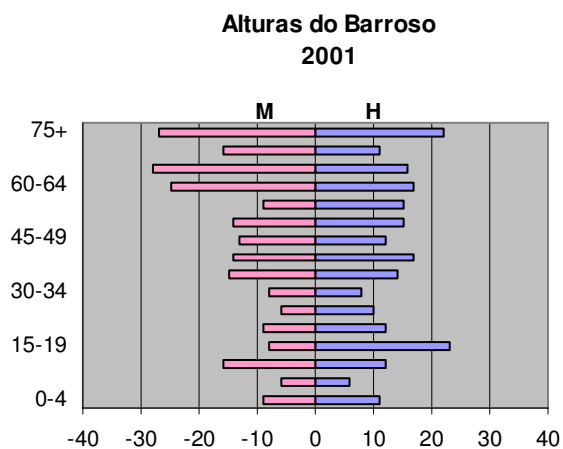
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001. (Elaboração própria).

Gráfico VI - 6: Pirâmide etária da freguesia de Alturas do Barroso de 1991.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001. (Elaboração própria).

Gráfico VI - 7: Pirâmide etária da freguesia de Alturas do Barroso de 2001.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001. (Elaboração própria).

A mudança na configuração das pirâmides de idades na generalidade das freguesias do concelho de Boticas entre 1991 - 2001 evidencia um duplo envelhecimento, pois se, por um lado, diminui o número de população jovem (com menos de 14 anos), por outro, aumenta o número de população mais idosa (com mais de 65 anos). Esta evolução etária explica-se pela existência de fluxos emigratórios e sua influência directa no índice de fecundidade, atingindo os grupos etários com maior potencial de fertilidade. O aumento

da população, na faixa etária da população com mais de 65 anos, deriva das melhores condições de vida que se repercutem na maior longevidade. Em 2001, acentua-se o cenário de recessão e desvitalização demográfica.

O duplo envelhecimento demográfico da população portuguesa⁶⁶ é um processo que, embora não possa ser considerado como singular, afecta todas as regiões do país, continuando-se a manter contudo as assimetrias regionais. O envelhecimento na base (diminuição da percentagem dos jovens) possui assimetrias entre o Norte e o Sul, e o envelhecimento no topo (aumento da percentagem de idosos) possui assimetrias entre o Litoral e o Interior⁶⁷. Constatamos que a nível nacional, o envelhecimento deve-se principalmente ao aumento do número das pessoas com mais de 65 anos (envelhecimento no topo), enquanto que, no concelho em estudo, resulta essencialmente da diminuição da população jovem (envelhecimento na base), sendo esta particularmente acentuada (-47,4%) quando comparada com a diminuição nacional (-16,0%) (Quadro VI - 3).

Quadro VI - 3: Variação da população jovem e idosa em Portugal e c. Boticas entre 1991 e 2001.

Pop. (0 – 14 anos)	1991		2001		Variação (1991- 2001) H	Variação (1991- 2001) M	Variação Média (1991- 2001)
	H	M	H	M			
País	1008636	963767	847553	809049	-16,0	-16,1	-16,0
C.Boticas	838	723	418	403	-50,1	-44,3	-47,4
Pop. (65 e mais anos)							
País	557573	785171	708218	985275	27,0	25,4	26,1
C.Boticas	718	798	783	948	9,1	18,8	14,2

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001. (Elaboração própria).

Focando a análise no índice de envelhecimento da região Norte, encontramos grandes disparidades internas. Em 2001, por exemplo, confrontamo-nos com grandes

⁶⁶ O estudo da Direcção - Geral do Emprego e das Relações do Trabalho, do Ministério da Segurança Social e do Trabalho (2003:19) mostra que, em 2000, Portugal era o 11.º país “mais velho” do mundo, com 15,4% da população com mais de 60 anos (23,8% da população total) e a diminuição da população com menos de 20 anos (22,4%).

⁶⁷ Nazareth (1988:143) e Barreto (2001:461).

divergências quando comparamos os índices de envelhecimento⁶⁸ com a média da região em estudo, e/ou com a média nacional (Quadro VI - 4).

Quadro VI - 4: Índice de envelhecimento em 2001.

Região Norte	
Portugal	104,2
Região Norte	82,2
Minho-Lima	135,9
Cávado	62,5
Ave	63,0
Grande Porto	83,1
Tâmega	58,2
Entre Douro e Vouga	74,8
Douro	130,0
Alto Trás-os-Montes	170,7
Boticas	217,1

Fonte: INE, Estimativas de População Residente e índices – NUTS III em 31.XII.2001.

O índice de envelhecimento da Região Norte é substancialmente inferior ao índice de envelhecimento do país. Na Região Norte, encontramos sub-regiões, como Tâmega, Ave, Cavado e entre Douro e Vouga, cujos índices de envelhecimento evidenciam claramente a existência de uma população jovem. Por outro lado, sub-regiões, como Minho-Lima e Alto Trás-os-Montes, registam índices de envelhecimento muito elevados, superando a média nacional. Com um índice de 217,1 «Boticas é um dos concelhos mais envelhecidos do Alto Trás-os-Montes» (Municípios da Região Norte, 2002:174). Trata-se de um território muito envelhecido inserido numa região jovem. O carácter cumulativo de recessão demográfica atribuí ao Concelho de Boticas a denominação de “espaço rural profundo”. Partilha deste destino o Concelho de Montalegre, os quais em conjunto, definem uma unidade territorial a que se deu o nome de “Terras de Barroso”

⁶⁸ Índice de envelhecimento é a relação entre a população idosa (com 65 e mais anos) e a população jovem (dos zero aos 14 anos) por cada 100 indivíduos.

Quadro VI - 5: Índice de envelhecimento das freguesias do concelho de Boticas, em 1991 e 2001 e respectiva variação.

Freguesias	1991	2001	Variação
Alturas Barroso	92,8	200	107,2
Ardãos	78,4	261,0	182,6
Beça	73,7	155,6	81,9
Bobadela	89,3	222,5	133,2
Boticas	66,8	162,0	95,2
Cerdedo	88,3	118,2	29,8
Codessoso	179,3	226,3	47,0
Covas do Barroso	149,3	445,2	295,8
Curros	100,0	355,6	255,6
Dornelas	119,2	400,0	280,8
Fiães do Tâmega	69,8	124,1	54,4
Granja	93,8	136,8	43,0
Pinho	97,5	238,9	141,4
S.Salvador Viveiro	133,3	231,8	98,5
Sapiãos	115,8	241,3	125,5
Vilar	195,7	258,6	63,0

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001. (Elaboração própria).

Entre 1991 e 2001, todas as freguesias do concelho em estudo sofreram um agravamento substancial do seu índice de envelhecimento, persistindo contudo algumas diferenciações espaciais (Quadro VI - 5). Covas do Barroso, Dornelas e Curros, apresentam respectivamente uma variação positiva de 295,8, de 280,8 e de 255,6, enquanto que surgem as freguesias de Boticas, Granja e Codessos com uma variação positiva no índice de envelhecimento de apenas 29,8, de 43,0 e de 47,0.

A Figura VI - 5 demonstra claramente que a freguesia mais envelhecida é Covas do Barroso, cujo índice de envelhecimento ultrapassa os 445,2 valores percentuais, seguindo-se Dornelas (400,0%) e Curros (355,6%), prevendo de imediato os diversos constrangimentos que terão de enfrentar, já que o aumento da população mais velha é uma evidência que parece continuar a acentuar-se nos próximos anos.

Figura VI - 5: Índice de envelhecimento no concelho de Boticas, em 2001.



Fonte: INE, Recenseamento da População, Região Norte, 2001. (Elaboração própria).

Acrescentamos que o envelhecimento não é neutro quanto ao género. Na população jovem, a diminuição mais acentuada regista-se nos homens, enquanto que, na população com mais de 65 anos, deu-se um significativo aumento no respeitante às mulheres. Intensificando-se, assim, o processo de feminização do envelhecimento, traduzido num envelhecimento da população caracterizado pelo aumento substancial do número de mulheres em relação ao número de homens (Quadro VI - 6).

Quadro VI - 6: Variação da população jovem e idosa em Portugal e c.Boticas entre 1991 e 2001.

Pop. (0 – 14 anos)	1991		2001		Variação (1991-2001) H	Variação (1991-2001) M	Variação Média (1991-2001)
	H	M	H	M			
País	1008636	963767	847553	809049	-16,0	-16,1	-16,0
C.Boticas	838	723	418	403	-50,1	-44,3	-47,4
Pop. (65 e mais anos)							
País	557573	785171	708218	985275	27,0	25,4	26,1
C.Boticas	718	798	783	948	9,1	18,8	14,2

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001. (Elaboração própria).

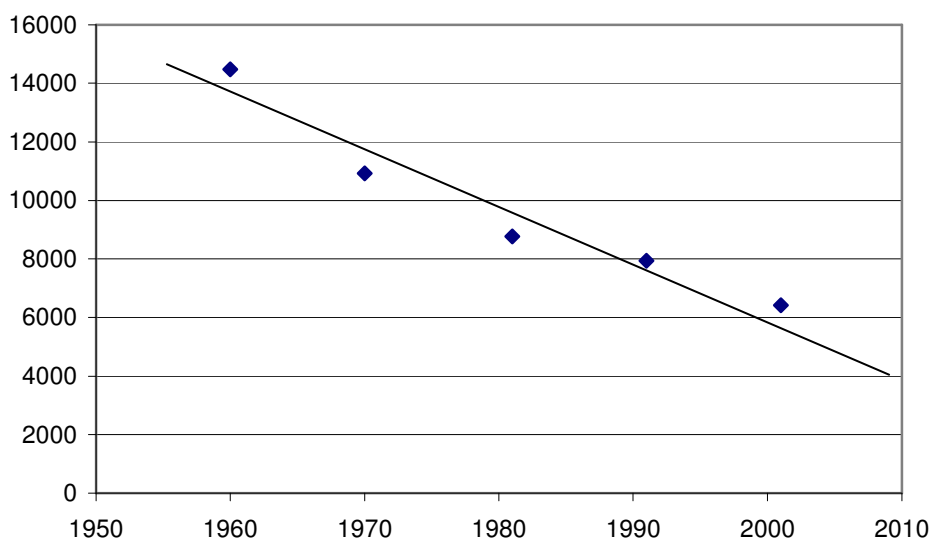
Boticas, apesar de localizado na «Região Norte de Portugal, a qual apresenta como sua maior riqueza a população, uma das mais jovens da Europa»⁶⁹, terá de conceber políticas e intervenções territorializadas de desenvolvimento particulares. As transformações ocorridas neste espaço rural exigem definição de novas metodologias de análise, para identificação dos seus problemas prementes. Estas têm sido de tal modo significativas que a situação tem sido caracterizada como de crise, onde factores de declínio e dificuldades diversas se têm sobreposto à valorização das alterações de carácter positivo. É necessário encontrar/aplicar soluções consistentes, viáveis e inovadoras, que garantam a sua recuperação, revitalização económica e social, fazendo-o evoluir para novos patamares de qualidade e sustentabilidade: - Criar condições propiciadoras da envolvente económica que cativem o investimento quer da população autóctone quer de outras que a ele se dirijam, implantando, por exemplo, actividades industriais, desde que a existência de factores locativos consigam atrair investimento; -

⁶⁹ Roca et al. (2001:1).

Definir uma política de retorno eficaz, que permita inserir e integrar o emigrante regressado na economia local e adoptar no concelho mecanismos que respondam às solicitações dos emigrantes dispersos na diáspora. « (...) la prise en compte des potentialités du retour et la réussite de la réintégration dépend du succès des politiques, nationales et régionales, du développement sócio-économique des pays de l'emigration.» (Ramos, 1990:875).

As políticas e programas de desenvolvimento local deverão passar pela valorização dos idosos, das mulheres em idade activa, pela fixação dos jovens⁷⁰ e ainda pelos residentes temporários que, no fundo, no seu conjunto, formam a reserva de recursos demográficos subexplorados do concelho e que funcionam como a chave para inverter ou, pelo menos, atenuar as estimativas, nada animadoras, que apontam a contínua redução da população neste concelho, podendo mesmo, em 2010, atingir os cerca de 4000 habitantes.

Gráfico VI - 8: Projecção da população do concelho de Boticas para 2010.



Fonte: Barreto (2001:527). (Elaboração própria).

⁷⁰Para que a parte puramente endógena de pressão que tem levado a população a emigrar cesse os seus efeitos, é necessário postular uma melhoria substantiva da situação de oferta de emprego, sobretudo em sectores «atractivos» da actividade profissional, um aumento da capacidade de poupanças e simultaneamente das correspondentes oportunidades de investimento⁷⁰ INE, (2002:34).

As políticas e programas de desenvolvimento sustentável, procurando a participação das populações visadas, deverão incentivar os idosos a operarem activamente como transmissores da cultura e dos saberes tradicionais, ligados, por exemplo, ao carácter multifuncional da agricultura e da floresta, ao mesmo tempo que criarão oportunidades de emprego para os mais jovens, contrariando a tendência para o abandono da actividade agrícola e o despovoamento.

Relativamente à população feminina, que aparece cada vez mais como uma «mais valia no desenvolvimento e revitalização da actividade económica, como o artesanato e o agroturismo, de grande importância para a diversificação da base das economias locais»⁷¹, as orientações poderiam estar voltadas não só para o incentivo da manutenção das suas actividades actuais, transformando-as em produtoras e gestoras qualificadas com recurso a programas de financiamento de formação comunitários, como também para a exploração de actividades tendencialmente mais afectas ao sexo masculino. As potencialidades deste espaço rural, nomeadamente os recursos naturais, a tradição e herança cultural, o meio ambiente e recursos ligados à qualidade de vida, poderão ser valorizados no mercado constituindo bases de vantagem competitiva da economia local.

«Estes recursos, aliados às tendências de mercado identificadas, abrem um grande mercado de *bens de especialidade*⁷² ou produtos de nicho para os espaços rurais» (Dinis, 2004:194).

⁷¹ Roca et al. (2001:11).

⁷² Bens de especialidade são, segundo Kotler (2000: 419), citado por Dinis, (2004:192) "bens com características singulares ou identificação de marca pelos quais um número suficiente de compradores está disposto a fazer um esforço extra de compra."

Quadro VI - 7: Matriz dos bens e serviços de especialidade das áreas rurais.

		Recursos		
		<i>Recursos naturais</i>	<i>Tradição e cultura</i>	<i>Ambiente e qualidade de vida</i>
Nicho	Bens	<p>Bens produzidos utilizando recursos naturais, incluindo a produção e transformação de produtos provenientes da agricultura, de rios, florestas ou produtos minerais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Frutas e vegetais de alta qualidade, queijos tradicionais; produtos Orgânicos/biológicos; plantas medicinais; águas minerais; frutas secas, etc... 	<p>Bens produzidos e comercializados utilizando a cultura histórica, as capacidades e práticas tradicionais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Artesanato, tal como cerâmica, joalheria, tecelagem, bonecos tradicionais e trapos ou de madeira, vestidos tradicionais, bordados, etc... 	<p>Bens produzidos pela alta qualidade do meio ambiente.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Paisagem atractiva, bom clima e ar puro que podem atrair centros de investigação e empresas de alta tecnologia.
	Serviços	<p>Serviços que exijam especificamente recursos naturais rurais incluindo formas especializadas de turismo e de lazer.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Carpinteiros, guias, para caça e pesca, hotéis e pousadas, restaurantes que servem, especialidades locais, quintas de turismo, museus ecológicos e parques naturais. 	<p>Serviços baseados na tradição e cultura rural.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Monumentos históricos, arquitectura tradicional, museus locais, festivais e folclore local, restaurantes que servem comida tradicional. 	<p>Serviços que tomem o ambiente rural e as suas características para produzir produtos comercializáveis.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aldeias de férias e casas de retiro ou repouso, estâncias de saúde e bem-estar, centro de conferências e de formação equipados com alojamento.

Fonte: Lane e Yoshinaga (1994: 16), citado por (Dinis, 2004:195).

A manufactura de produtos genuínos combinando qualidade com raridade, que normalmente «constituem a economia "invisível" das áreas rurais e está implícita ao próprio sistema social» (Dinis, 2004:195). Por exemplo no caso de Boticas o fumeiro e o mel Barrosão, o pão de centeio caseiro, a gastronomia tradicional, os bordados e tecelagem elaborados no tempo livre entre a agricultura e o trabalho doméstico, poderão trazer rendimentos e criar emprego, se for seguida uma estratégia de marketing de nicho⁷³.

⁷³ Dinis, (2004:196) sublinha as oportunidades de negócio que algumas actividades/produtos podem ter nos espaços rurais e define

As medidas devem seguir uma lógica “*bottom-up*”, onde primeiro se procura conhecer as características da população visada, as suas potencialidades e constrangimentos, oferecendo maiores garantias de um desenvolvimento integrado e endógeno.

2.2 População activa

Um outro campo de reflexão, que surge no seguimento da problematização do envelhecimento demográfico, encontra-se nonexo existente entre o declínio do crescimento demográfico e o desenvolvimento económico e social, em especial no que diz respeito à problemática da inovação, da produtividade e da progressão profissional. Normalmente, as sociedades mantêm a sua vitalidade, crucial para a sua sobrevivência, através da população activa, e, neste sentido, torna-se urgente contornar o problema do envelhecimento populacional.

A baixa taxa de emprego dos trabalhadores mais velhos representa um desperdício de oportunidades individuais e de potencialidades sociais. Esta perda torna-se cada vez mais insustentável à medida que a esperança de vida continua a aumentar e que o envelhecimento da geração do «baby-boom» provoca um enorme aumento da proporção das pessoas de 55-64 anos na população total⁷⁴.

Existem muitas perspectivas de análise sobre a problemática do envelhecimento. Uma delas é a de Sauvy⁷⁵ que associa o envelhecimento demográfico ao envelhecimento psicológico que impede a progressão das ideias. Uma outra está ligada ao facto de o envelhecimento da mão-de-obra diminuir a adaptação às novas profissões e aos novos métodos de trabalho. Além disso, encontramos ainda argumentos que associam o envelhecimento dos empresários à diminuição de iniciativa, do gosto pelo risco e à diminuição da preocupação pelo aperfeiçoamento.

nicho citando o conceito de Kotler, (2000:279), «Um *nicho* é um grupo definido mais estritamente, um mercado pequeno cujas necessidades não estão a ser totalmente satisfeitas. As empresas que praticam um marketing de nicho entendem tão bem as necessidades dos seus clientes que eles concordam em pagar um preço premium. Um nicho atraente tem as seguintes características: os clientes têm um conjunto de necessidades distintas; os clientes concordam em pagar um preço mais alto à empresa que melhor suprir essas necessidades; o nicho não costuma atrair outros concorrentes e o nicho gera receitas por meio da especialização e tem potencial para crescer e gerar lucros maiores».

⁷⁴ Estima-se que, “em 2050, a Europa, disporá apenas de duas pessoas em idade de trabalhar por cada pessoa idosa, em vez da actual relação de quatro por um” (JP, 13 de Fevereiro de 2006:5).

⁷⁵ Sauvy, (s.d :31).

Segundo Roussel (1990:11) uma das transformações que caracterizam a evolução das sociedades contemporâneas é a já convencionalizada “aceleração da história”. Neste sentido, os idosos sentem-se ultrapassados pelas grandes mudanças ocorridas no seu meio ambiente e as suas experiências acabam por perder toda a importância, pois tornam-se ultrapassadas e sem sentido. Desta “aceleração da história” identificamos facilmente alguns aspectos que contribuíram para aprofundar drasticamente o fosso entre a capacidade/conhecimento dos mais velhos e dos mais novos. Falamos, por exemplo, da evolução tecnológica, a qual dificulta bastante a adaptação dos mais velhos às novas formas de trabalho e que abdica dos conhecimentos e experiências reproduzidos pelos mesmos, pois deixa de os considerar como trabalhadores com experiência e conhecimentos acrescidos e passa a vê-los como incapazes, lentos na execução de tarefas e portadores de faculdades diminuídas.

O prolongamento contínuo da longevidade oferece maiores oportunidades de realização pessoal durante um período de vida mais longo. Será importante contrariar uma «cultura de saída» precoce do mercado de trabalho. As empresas não necessitam de «pessoas novas» mas sim de «pessoas competentes», pelo que os empresários devem ser sensibilizados para o facto de que o *know-how* dos trabalhadores mais velhos constitui um recurso inestimável. Todavia, o mercado de trabalho deve oferecer condições essenciais para incentivar o prolongamento da vida activa, nomeadamente:

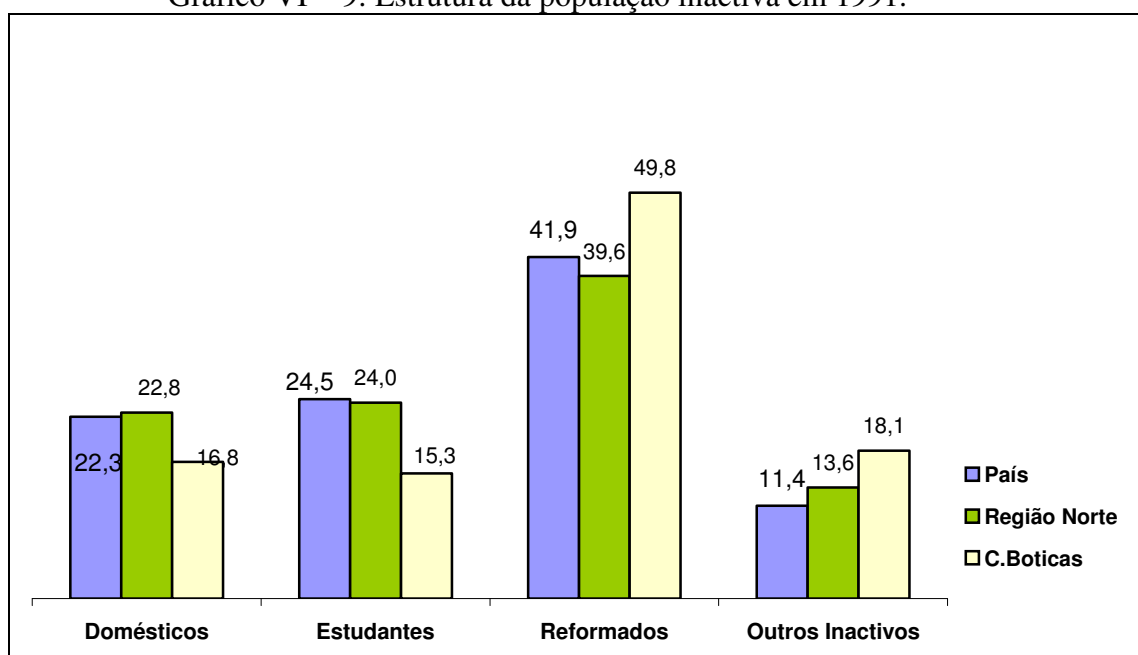
- Boas condições de saúde e segurança no trabalho;
- Formas flexíveis de organização do trabalho, como por exemplo, processo progressivo de passagem à reforma, ocupação de postos de trabalho adaptados às capacidades físicas e intelectuais dos trabalhadores mais velhos;
- Incentivos financeiros adequados, de modo que seja financeiramente vantajoso permanecer no mercado de trabalho;
- Acesso permanente à formação, permitindo que os trabalhadores mais velhos actualizem e desenvolvam as suas competências, nomeadamente no respeitante às tecnologias de informação e comunicação;
- Incentivar a formação e aprendizagem ao longo da vida, garantindo às futuras gerações de trabalhadores as competências necessárias para se adaptarem às mutações do mercado de trabalho.

- Políticas activas de mercado de trabalho: os trabalhadores mais velhos correm o risco de desemprego em caso de reestruturação ou redução do número de efectivos das empresas. Torna-se necessário o apoio à contratação de pessoas mais velhas em situação de desemprego e a disponibilização de serviços de orientação que incentivem a transição para outro emprego ou para o trabalho por conta própria. Por outro lado, é também necessário, aumentar a taxa de emprego das mulheres de 55 a 64 anos, com a consequente redução das disparidades salariais entre os géneros.

Tenta-se adoptar novas políticas que permitam às pessoas permanecer no emprego durante mais tempo, possibilitando-lhes adaptação às novas exigências do mercado. E, de facto, os números falam por si, já que em apenas uma década, o nosso país assistiu ao decréscimo de inactivos reformados de 41,9% para 29,1%. Simultaneamente, deparamos com um aumento significativo de inactivos estudantes e de outro tipo de inactivos, como os incapacitados para o trabalho.

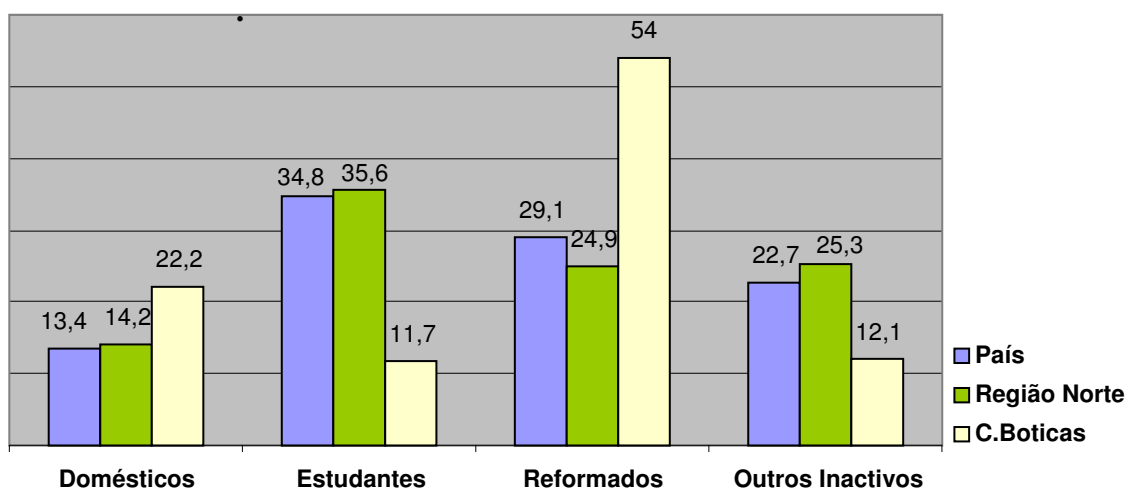
A Região Norte apresenta um panorama muito idêntico à evolução nacional, diminuindo, entre 1991 e 2001, a percentagem de inactivos reformados e domésticos. Em 2001, conta apenas cerca de 24,9% de reformados (sentindo um pouco menos o peso da população mais idosa) e 14,2% de domésticos. Quanto aos estudantes, estes surgem como o primeiro grande grupo de população inactiva, mas é nesta região que este peso ganha mais importância, porque, e como já foi referido anteriormente, é na Região Norte que encontramos o mais baixo índice de envelhecimento populacional e, naturalmente, um número mais elevado de jovens estudantes (Gráficos VI - 9 e VI - 10).

Gráfico VI - 9: Estrutura da população inactiva em 1991.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da população, 1991. (Elaboração própria).

Gráfico VI - 10: Estrutura da população inactiva em 2001



Fonte: INE, Recenseamento da População, Região Norte, 2001. (Elaboração própria).

No entanto, o concelho em estudo, entre 1991 e 2001, assiste ao aumento do peso dos idosos e dos domésticos no grupo da população inactiva. Este facto, juntamente com a diminuição do número de estudantes e de outros inactivos, corrobora o elevado

grau do envelhecimento da população local e poderá ser também indicativo da diminuição da oferta de emprego⁷⁶ e contínuo surto emigratório.

Através dos quadros seguintes, podemos constatar que, nos três espaços geográficos analisados, é o sexo feminino que apresenta uma maior percentagem de população inactiva. Contudo, se no país e na Região Norte a tendência é para a diminuição desta diferença, o mesmo não acontece no concelho de Boticas, em que, no período em análise, a população inactiva feminina aumentou 2% em relação aos homens, o que poderá traduzir, como vimos anteriormente, o facto de o envelhecimento ser mais notório nas mulheres (Quadros VI - 8 e VI - 9).

Quadro VI - 8: Estrutura da população inactiva por categoria e sexo em 1991.

Categoria do inactivo	Sexo	Portugal		Região Norte		C. Boticas	
		Média anual	% Média anual	Média anual	% Média anual	Média anual	% Média anual
População Inactiva	HM	3 980 981	100	1 309 733	100	3 589	100
	H	1 410 518	35,4	459 992	35,1	1 447	40,3
	M	2 570 463	64,6	849 741	64,9	2 142	59,7
Domésticos	HM	887 540	22,3	298 676	22,8	602	16,8
	H	8 862	0,2	4 021	0,3	6	0,2
	M	878 678	22,1	294 655	22,5	596	16,6
Estudantes	HM	973 386	24,5	314 397	24,0	550	15,3
	H	470 351	11,8	153 693	11,7	271	7,6
	M	503 035	12,6	160 704	12,3	279	7,8
Reformados	HM	1 666 579	41,9	518 297	39,6	1 786	49,8
	H	717 254	18,0	216 208	16,5	854	23,8
	M	949 325	23,8	302 089	23,1	932	26,0
Outros Inactivos	HM	453 476	11,4	178 363	13,6	651	18,1
	H	214 051	5,4	86 070	6,6	316	8,8
	M	239 425	6,0	92 293	7,0	335	9,3

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991. (Elaboração Própria).

⁷⁶ Existindo menos oferta de emprego é natural aumentar o nº de domésticos, neste caso mulheres que se dedicam aos serviços domésticos abdicando de uma carreira profissional.

Quadro VI - 9: Estrutura da população inactiva por categoria e sexo em 2001.

Categoria do inactivo	Sexo	Portugal		Região Norte		C. Boticas	
		Média anual	% Média Annual	Média anual	% Média anual	Média anual	% Média anual
População Inactiva	HM	4.849,5	100	1.727,1	100	3.343	100
	H	2.010,9	41,5	716,3	41,5	1.280	38,3
	M	2.838,6	58,5	1.010,8	58,5	2.063	61,7
Domésticos	HM	652,2	13,4	245,2	14,2	741	22,2
Estudantes	HM	1.685,6	34,8	615,2	35,6	392	11,7
	H	817,8	16,9	300,2	17,4	185	5,5
	M	867,8	17,9	314,9	18,2	207	6,2
Reformados	HM	1.410,8	29,1	430,2	24,9	1.806	54,0
	H	631,6	13,0	186,8	10,8	818	24,5
	M	779,2	16,1	243,4	14,1	988	29,6
Outros Inactivos	HM	1.101,0	22,7	436,5	25,3	404	12,1
	H	559,1	11,5	228,2	13,2	264	7,9
	M	541,9	11,2	208,3	12,1	140	4,2

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2001. (Elaboração própria).

Quanto à taxa de actividade (relação entre população activa com 15 ou mais anos e a população total), e no atinente a 1991 e 2001, a tendência é para o seu aumento, tanto no País como na Região Norte (Quadro VI - 10). Contrariamente a esta tendência, no concelho de Boticas observou-se uma ligeira diminuição, reflectindo a debilidade do tecido produtivo local na assimilação do mercado de trabalho, particularmente no respeitante ao emprego feminino que, embora tradicionalmente detentor de taxas de actividade inferiores às do sexo masculino, atinge, na última década, aproximadamente menos 8%. «Se os novos modelos familiares, pautados pelo abandono de uma sociedade patriarcal, e as necessidades económicas permitiram/exigiram à mulher o ingresso no mercado de trabalho, a especificidade do tecido produtivo e a manutenção de um cenário sociológico, no qual a mulher assume na comunidade um papel de subordinada ao marido, não permitiram tal emancipação» (Calheiros, 1993:145). A existência de contingentes relativamente importantes de emprego “oculto”, principalmente no caso das mulheres, poderá também ser justificativo da diminuição da taxa de actividade concelhia⁷⁷.

⁷⁷ Contemplando a presente análise apenas indicadores disponíveis nos Recenseamentos Gerais da População.

Quadro VI - 10: Taxa de actividade por sexo, 1991 e 2001.

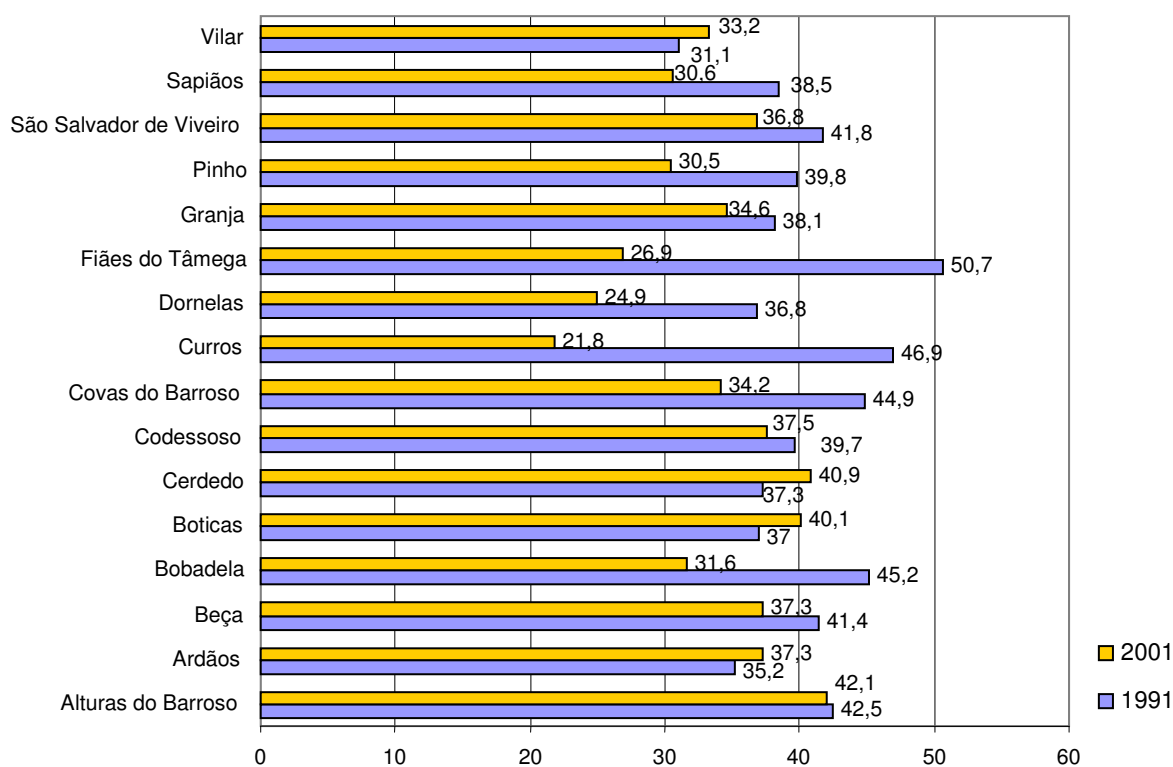
	País 1991		País 2001		R. Norte 1991		R. Norte 2001		C. Boticas 1991		C. Boticas 2001	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
H/M	4395401	44,6	4990208	48,2	1580247	45,5	1775015	51,4	3167	39,9	2253	35,1
H	2583016	54,3	2742035	54,8	919125	54,8	986855	58,5	1922	48	1472	46,4
M	1812385	35,5	2248173	42,0	661122	36,8	788160	44,7	1245	31,6	781	24,1

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 1991 e 2001. (Elaboração própria).

A evolução da taxa de actividade espelha claramente a forte mobilidade da população do espaço em estudo. Encontramos no contínuo surto emigratório a principal explicação para a diminuição da sua população activa e para o envelhecimento acentuado da população residente e consequente desertificação. Curros, Fiães do Tâmega, Bobadela, Dornelas e Covas do Barroso, sofrendo uma quebra de população activa superior a 10% entre 1991 e 2001, constituem-se como os espaços que mais contribuíram para a diminuição desta a nível concelhio. Curros, em 1991, apresentava cerca de 46,9% de população activa e, em 2001, apenas 21,8%. Com uma queda inferior a 10%, surge Pinho, Sapiãos, S. Salvador de Viveiro, Beça, Granja, Codessoso e Alturas do Barroso.

Por outro lado, freguesias como Cerdedo, Boticas, Vilar e Ardãos apresentam uma variação positiva, situada entre os 3,6% e os 2,1%, passando Cerdedo dos 37,3% de população activa em 1991, para os 40,9% em 2001 (Gráfico VI - 11).

Gráfico VI - 11: Taxa de actividade de 1991 e 2001 nas freguesias do concelho de Boticas.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001. (Elaboração própria).

As assimetrias, por género, da participação no mercado de trabalho por freguesia são evidentes, apresentando o sexo feminino variações negativas maiores. Constatamos que, do total das 16 freguesias, apenas Boticas, Beça, Sapiãos e Granja registaram uma evolução mais positiva quando comparada com o sexo masculino (Quadro VI - 11).

Relativamente à variação da taxa de actividade do sexo masculino, esta apresenta-se com valores situados entre os -14,4% e os 7,8%, correspondendo o valor mais baixo à freguesia de Curros e o mais elevado à freguesia de Bobadela. No atinente à variação da taxa de actividade do sexo feminino, os valores estão compreendidos entre os -48,9% e os 9,3%, sendo o valor mais baixo correspondente à freguesia de Fiães do Tâmega e o mais elevado à freguesia sede do concelho, traduzindo esta última um processo já presente nos vários países da Europa que é a feminização do trabalho.

Quadro VI - 11: Variação da taxa de actividade nas freguesias do concelho de Boticas entre 1991 e 2001.

Freguesias	Variação Total	Variação Homens	Variação Mulheres
Alturas do Barroso	-0,4	1,2	-1,7
Ardãos	2,1	3,5	0
Beça	-4,1	-4,7	-3,5
Bobadela	-13,6	7,8	-34,6
Boticas	3,1	-3,4	9,3
Cerdedo	3,6	5,1	3,3
Codessoso	-2,2	1,6	-3,9
Covas do Barroso	-10,7	-1	-18,5
Curros	-25,1	-14,4	-35,5
Dornelas	-11,9	-6,4	-16,4
Fiães do Tâmega	-23,8	-1,4	-48,9
Granja	-3,5	-4,3	-2,9
Pinho	-9,3	4	-22,8
São Salvador de Viveiro	-5	-2,2	-7,8
Sapiãos	-7,9	-9,5	-6
Vilar	2,1	5,8	-0,5
Concelho Boticas	-4,8	-1,6	-7,5

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001. (Elaboração própria).

2.3 Escolaridade

A crescente economia globalizada no mundo contemporâneo é um facto incontestável. Contudo, nem todas as culturas estão adaptadas a esta nova situação.

O mundo globalizado está a ser transformado, pelo menos em parte, por uma nova revolução científico-tecnológica com o conseqüente aumento da automatização. Em tal ambiente, para ser economicamente bem sucedido, o indivíduo necessita de elevadas qualificações. O mercado de trabalho contemporâneo precisa e valoriza especialistas altamente treinados e qualificados.

Sem uma educação adequada, é extremamente difícil obter um salário ou até mesmo arranjar um emprego e, cada vez mais, aquela constitui um meio de mobilidade social.

Para que haja equidade na educação, é necessário o acesso, sem restrições, aos diferentes níveis de ensino. É, no entanto, responsabilidade do Estado promover essa democratização, garantindo o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.

Independentemente da localização geográfica, do estatuto económico, social ou cultural e tendo em vista a coesão social do território português de forma a garantir o seu desenvolvimento⁷⁸, o grande objectivo geral da política de educação deverá ser habilitar os cidadãos com uma educação/formação adaptada às necessidades actuais do mercado de trabalho, reduzindo as disparidades e as injustiças entre indivíduos ou grupos, criando iguais oportunidades.

Portugal está integrado num espaço económico e social, onde todos os outros cidadãos europeus revelam melhores resultados a nível dos indicadores de carácter educativo, o que é gerador de grande falta de competitividade da nossa economia, com as consequências sociais que daí poderão surgir, a curto/médio prazo, num contexto de total liberalização de circulação do factor trabalho. Resultam daí certamente graves problemas de desemprego a nível da população activa portuguesa menos qualificada. A diversidade de políticas, de sistemas e de estruturas europeias reflectem as identidades dos países e das diferentes regiões, mas os objectivos e os resultados que pretendemos atingir muito semelhantes com base nos conhecimentos e capazes de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e com maior inclusão social.⁷⁹

Por outro lado, apesar dos progressos, o sistema educativo português⁸⁰ não tem contribuído para esbater/contrariar as desigualdades socio-económicas, quer a nível de classes sociais, quer a nível de regiões entre as duas zonas do país - litoral e interior -, reflectindo o índice de educação notória dicotomia. Assim, e segundo as estatísticas do Ministério da Educação (2001), a taxa de escolaridade da população com 15 ou mais anos, quer a nível de concelhos quer a nível de NUTSIII⁸¹, regista fortes assimetrias, com especial incidência quanto à escolaridade da população com 15 ou mais anos. Constatamos também que, quer em 1991 quer em 2001, as taxas de abandono escolar são mais elevadas à medida que se tomam em consideração as idades mais altas (14 e

⁷⁸ O desenvolvimento deve ser encarado como um processo de natureza multidimensional, tendo sempre como preocupação fundamental a melhoria das condições de vida material das populações assim como o acesso aos meios que garantam a sua qualidade de vida (saúde, habitação, educação, etc.), o aumento da igualdade de oportunidades e a protecção do ambiente. Sem erradicação da pobreza nunca alcançaremos desenvolvimento. Todavia, cada território reúne caracteres, ocorrências e recursos muito variados, tornando-se urgente o conhecimento aprofundado de cada complexidade.

⁷⁹ Comparando o nosso país com a média dos quinze da UE, EUROSTAT (2002), constatamos que aos 12% de indivíduos com formação superior, em Portugal, a UE “contrapõe” a média de 24% e enquanto Portugal regista 73% de indivíduos com escolaridade até ao 9ºano, a média comunitária é, nessa faixa, de apenas 26%. Acresce ainda o elevado índice de escolaridade alcançado por alguns dos dez países que entraram ultimamente na UE.

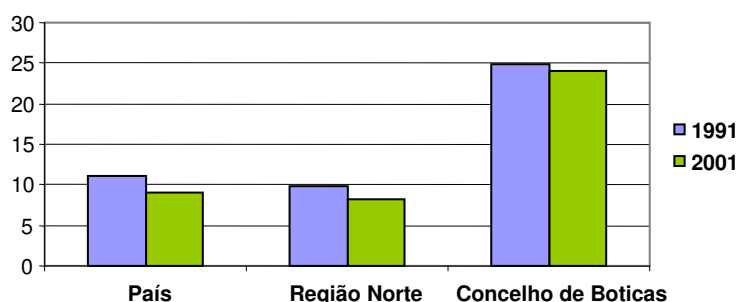
⁸⁰ “ (...)o processo migratório demonstrou a incapacidade do país em dar resposta às aspirações das populações, inclusivamente as políticas prosseguidas, ostensivamente condenaram muitas áreas do país ao ostracismo e ao isolamento, colocando o acesso à informação e à instrução como prioridades secundárias” (Martins, 2003:29).

⁸¹ NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos, Níveis I, II e III (Dec. Lei nº 46/89, de 15 de Fevereiro).

15 anos), reflectindo o fenómeno do insucesso escolar e consequentemente o trabalho infantil. A comprovar esta lógica, está o facto de, não obstante a forte queda registada na taxa de abandono entre 1991 e 2001 de 12,5% para 2,7% (ainda assim grave, por se tratar do ensino obrigatório), se verificarem grandes assimetrias regionais, com a Região Norte a ter as taxas mais elevadas de abandono a nível do Continente Português.

Para a análise do desenvolvimento económico e social de uma área, como já supra referido, é necessário ter em atenção o grau de escolaridade da população residente num determinado espaço e, neste sentido, não só o país e a Região Norte, mas também o concelho em estudo, evoluem positivamente, mantendo no entanto este, em 2001, uma taxa de analfabetismo⁸² (24%), muito superior à média do País (9%) e da Região Norte (8,3%).

Gráfico VI - 12: Taxa de analfabetismo em 1991 e 2001

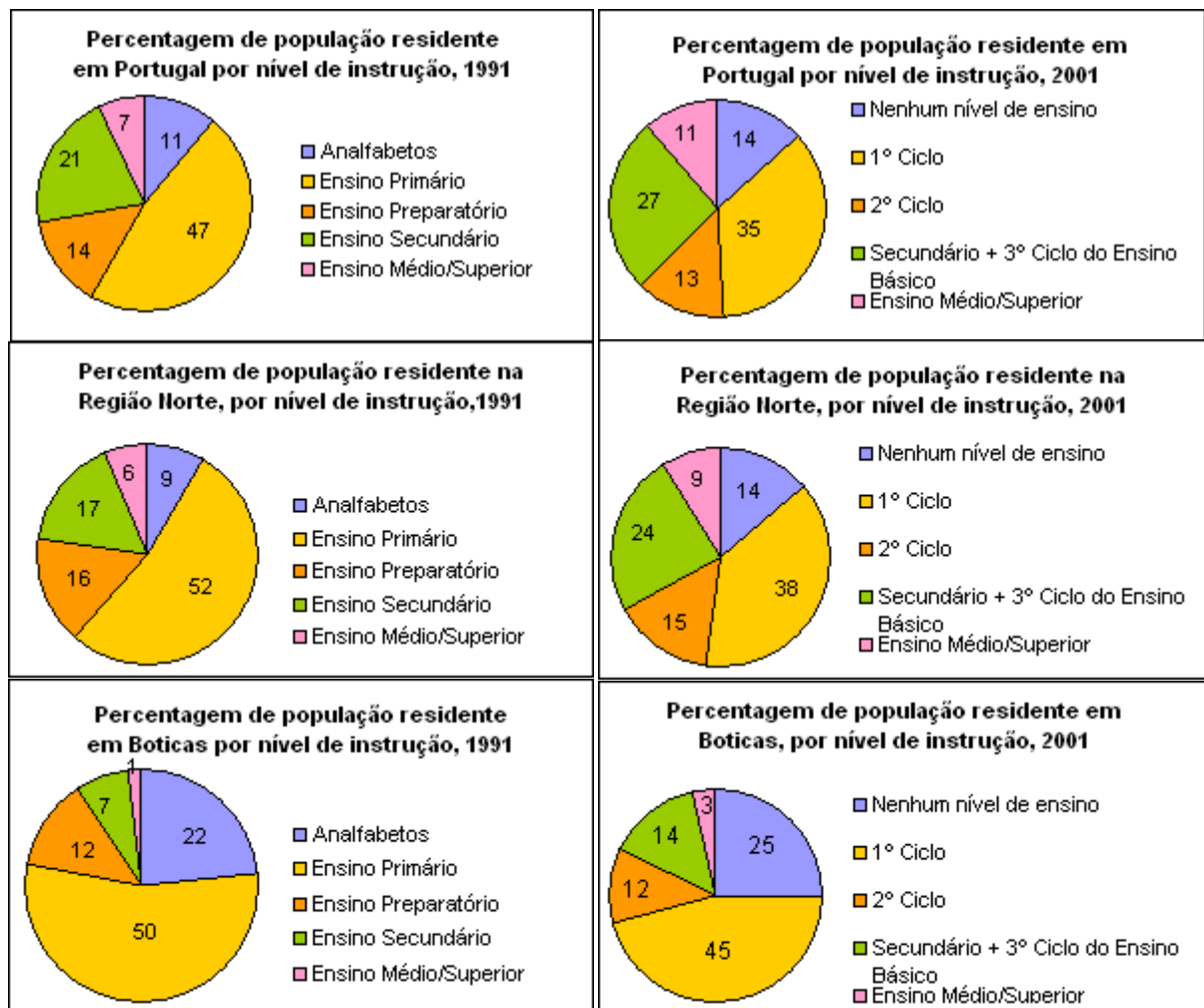


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001. (Elaboração própria).

Se observarmos a Figura VI - 6, acrescentamos à evolução anterior o aumento do nível de escolaridade. Concomitantemente à diminuição da população com apenas o Ensino Primário, assistimos ao aumento significativo de indivíduos com o ensino Secundário e com o ensino Médio/Superior.

⁸² Relação entre a população com 10 ou mais anos que não sabe ler e escrever e a população com 10 ou mais anos.

Figura VI - 6: Percentagem de população por nível de instrução em 1991 e 2001.



Fonte: <http://gcivilbraganca.cidadevirtual.pt/Amado/cap06.htm> e Recenseamento Geral da População, 1999, 2001. (Elaboração própria).

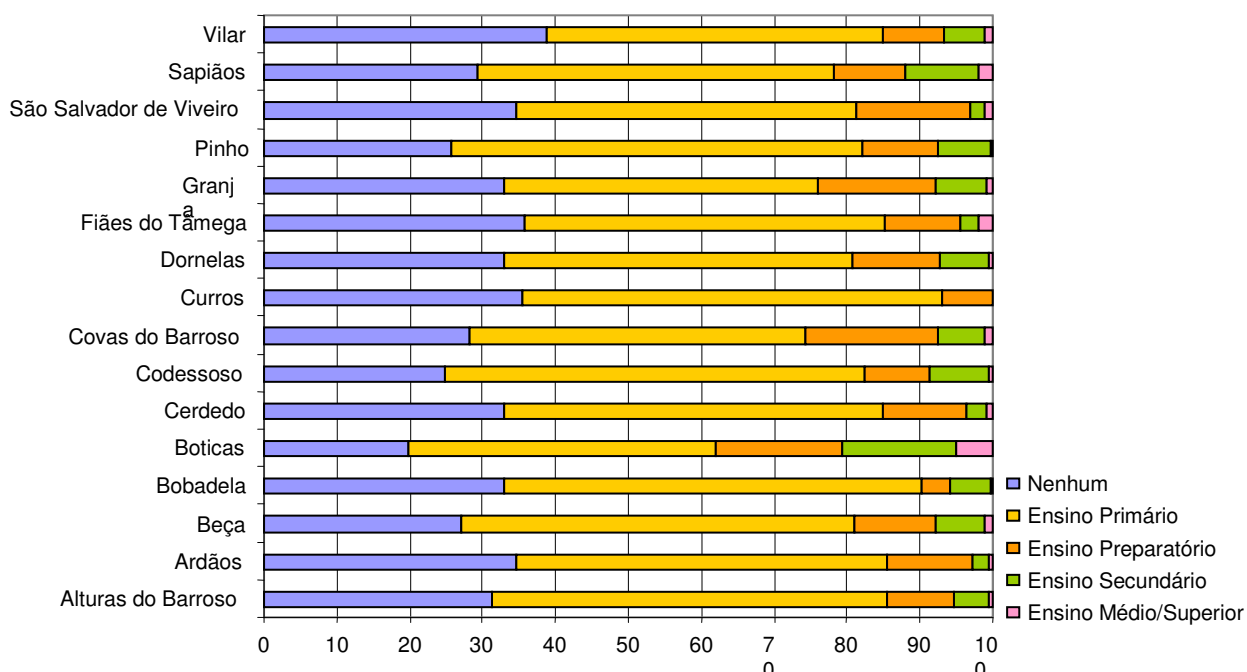
No período em apreço, o país assiste a uma redução de 12% de indivíduos com o Ensino Primário, registando simultaneamente um aumento de 6% e de 4% de indivíduos com o Ensino Secundário e com o Ensino Médio/Superior, respectivamente. Na Região Norte, a diminuição da percentagem de indivíduos com o Ensino Primário é de 14%, e o aumento de indivíduos com o Ensino Secundário e Médio/Superior é de 7% e de 3%. O concelho de Boticas, apesar de apresentar evolução idêntica a estes espaços geográficos, em 2001 quase metade da população (45%) apresenta como habilitações o 1º Ciclo. No entanto, a percentagem de indivíduos com o Ensino Secundário duplica relativamente a

1991, com tendência para as mulheres, perderem peso neste nível de ensino e ganharem mais no nível Médio/Superior (Anexo VIII).

Curros, Ardãos e Vilar são as freguesias que mais contribuem para o baixo nível de ensino no concelho, verificando-se que, em 2001, mais de 85% da sua população não ultrapassa o 1º Ciclo. Seguidamente, encontramos S. Salvador de Viveiro, Vilar; Pinho, Dornelas, Alturas do Barroso, Fiães do Tâmega, Bobadela, Covas do Barroso, Codessoso e Cerdedo, com mais de 70% da população com apenas o 1º Ciclo.

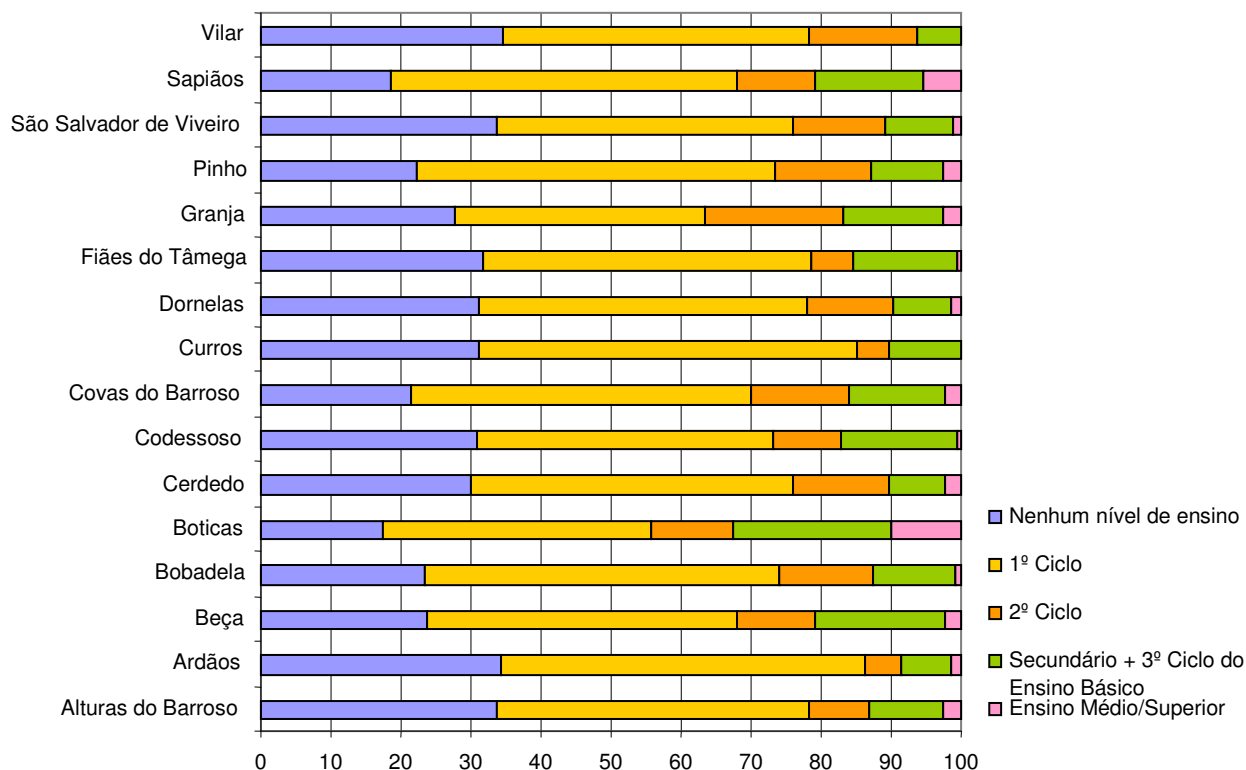
Com um melhor nível de escolaridade surge a freguesia sede de concelho e duas freguesias contíguas, Beça e Sapiãos, já que, para além de a população que não atinge mais do que o 1º Ciclo não ultrapassar os 70%, têm também mais de 20% da população com o ensino secundário ou mais (Gráficos VI - 13 e VI - 14).

Gráfico VI - 13: Distribuição da população das freguesias do concelho de Boticas por nível de instrução, 1991, em percentagem.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991. (Elaboração própria).

Gráfico VI - 14: Distribuição da população das freguesias do concelho de Boticas, por nível de instrução, 2001, em percentagem.

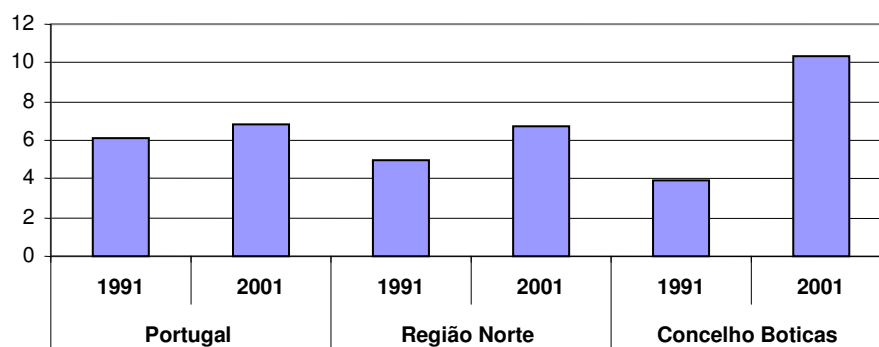


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001. (Elaboração própria).

2.4 Desemprego

O aumento da taxa de actividade verificada no país e na Região Norte, entre 1991 e 2001, não traduz necessariamente um aumento de pessoas a exercer uma actividade económica. Neste período, a taxa de desemprego (relação entre a população desempregada e a população com 15 ou mais anos) do país passou de 6,1% para 6,8%. Na Região Norte, passou de 5% para 6,7%. O concelho de Boticas, a adicionar à diminuição da sua taxa de actividade, assiste a um aumento muito significativo da taxa de desemprego, passando de 3,9%, em 1991, para 10,3%, em 2001 (Gráfico VI - 15). O desemprego afectou essencialmente (ao contrário da tendência geral do país) o grupo das mulheres, que em 1991 registava uma taxa de 6%, passando em 2001 para 16,4 (Anexo IX). Constata-se claramente a incapacidade da oferta de emprego local para integrar/manter as mulheres no mercado de trabalho.

Gráfico VI - 15: Taxa de desemprego em 1991 e 2001



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001. (Elaboração própria).

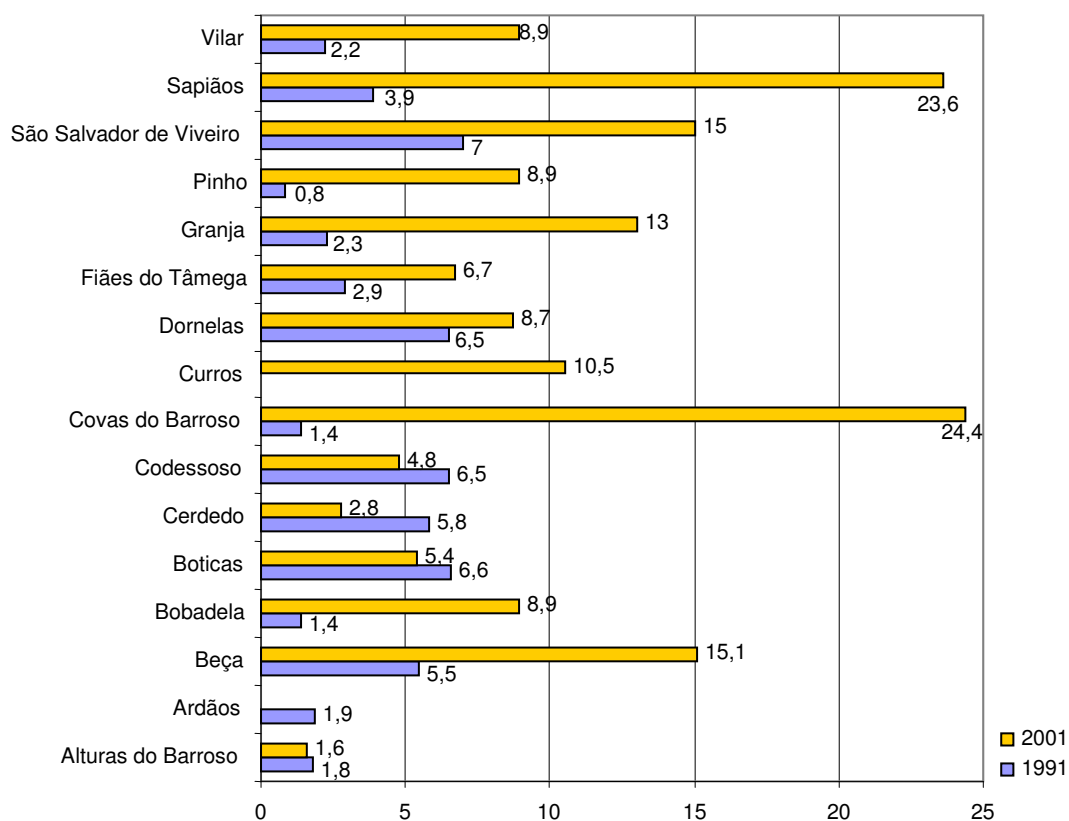
Esta evolução parece denunciar fragilidades que podem ser reportadas ao modelo de especialização seguido na região (em termos de indústria e do nível de qualificações)⁸³. Muito deste desemprego encontra nexos com o fenómeno de temporalidade. Por outro lado, esta fase de redução do emprego e de aumento significativo de desemprego, essencialmente de desemprego feminino, poderá ser também um indício de um maior efeito *trabalhador desencorajado* na região⁸⁴.

Neste sentido, as freguesias que sofrem mais deste efeito são Covas do Barroso, Sapiãos e Granja registando, em apenas um decénio, um aumento de mais de 10% da taxa de desemprego (Gráfico VI - 16)

⁸³ Gonzalez (1999:51-60).

⁸⁴ «Efeito que exprime o seguinte comportamento: perante uma conjuntura recessiva, os trabalhadores (neste caso as mulheres trabalhadoras), convencidos de que não arranjarão emprego, permanecem inactivos aguardando conjuntura mais favorável para ingressarem no mercado de trabalho» (idem:54).

Gráfico VI - 16: Taxa de desemprego das freguesias do concelho de Boticas em 1991 e 2001.



*Ausência de dados.

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001. (Elaboração própria).

Das 16 freguesias que integram o concelho, somente Boticas, Codessoso, Alturas do Barroso e Cerdedo registaram uma diminuição da taxa de desemprego, apresentando este último o valor mais favorável, não ultrapassando porém 3% de redução (Gráfico VI - 16).

Quadro VI - 12: Variação da taxa de desemprego, entre 1991 e 2001, nas freguesias do concelho de Boticas.

Freguesias	Variação Total	Variação Homens	Variação Mulheres
Alturas do Barroso	-0,2	0,2	*
Ardãos	*	*	*
Beça	9,6	6,2	15,4
Bobadela	7,5	4,8	*
Boticas	-1,2	1,9	-7,1
Cerdedo	-3	-2,3	-4,5
Codessoso	-1,7	-1,7	-1,7
Covas do Barroso	23	17,7	34,6
Curros	*	*	*
Dornelas	2,2	2,1	8
Fiães do Tâmega	3,8	4,1	*
Granja	10,7	7,4	16,5
Pinho	8,1	8,4	*
São Salvador de Viveiro	8	6,5	12,4
Sapiãos	19,7	4,7	47
Vilar	6,7	*	5,2

* Dados não disponíveis. (Quadro XIX em apêndice).

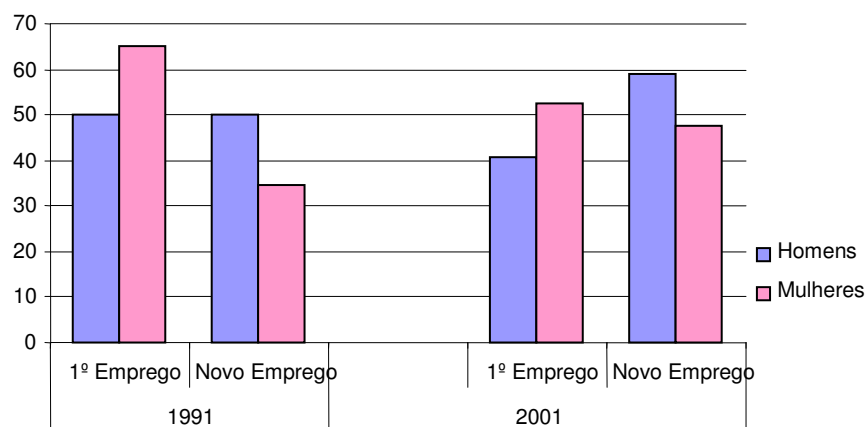
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001. (Elaboração própria).

Relativamente ao aumento significativo da taxa de desemprego feminina, e atendendo aos dados disponíveis, encontramos Sapiãos, Covas do Barroso, Granja e Beça, como as principais freguesias causadoras do desnível entre os sexos. A freguesia de Sapiãos é responsável pelo aumento de 47% da taxa de desemprego feminino e apenas 4,7% da taxa de desemprego masculino. Tal facto traduz, por um lado, uma tendência mais sexista quando se pretende elaborar ou rescindir um contrato de trabalho e, por outro lado, o abandono de actividades que empregavam essencialmente mão-de-obra feminina. Contrariamente, surgem as freguesias de Boticas e de Cerdedo que, para além de reduzirem a taxa de desemprego, essa redução é mais significativa no grupo das mulheres.

Ainda em relação ao desemprego e à semelhança do país e da Região Norte, no concelho de Boticas, por um lado, a percentagem de pessoas que está à procura do primeiro emprego diminuiu entre 1991 e 2001 (onde, tendencialmente é o grupo das mulheres que têm mais dificuldade em encontrar o primeiro emprego) e por outro, assistimos a um aumento de pessoas que está à procura de novo emprego (Anexo X).

Sendo o peso do sexo masculino maior, é, no entanto, o menos afectado por este aumento, com 9,2% no sexo masculino e 13% no sexo feminino (Gráfico VI - 17).

Gráfico VI - 17: Percentagem da população desempregada, segundo a condição de procura de emprego e sexo, no concelho de Boticas.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001. (Elaboração própria).

As freguesias que mais contribuíram para esta alteração na distribuição das pessoas desempregadas, perante a sua condição de procura de emprego, foram essencialmente Boticas, Codessoso e de S. Salvador de Viveiro, assistindo à diminuição do número de residentes numa situação de procura de 1º emprego e ao aumento do número de residentes numa situação de procura de novo emprego. Além disso, constatamos também que Ardãos e Cerdedo contribuíram para a diminuição de residentes a procurarem o 1º emprego e, por outro lado, Vilar, Sapiãos, Pinho, Granja, Covas do Barroso, Bobadela e Beça contribuíram para o aumento do número de residentes numa situação de procura de novo emprego (Anexo XI). A evolução da população activa concelhia, no decénio 1991 – 2001, acentuou a importância dos trabalhadores por conta doutrem e dos patrões e diminuiu o número dos trabalhadores por conta própria. O aumento da importância dos empregadores e a diminuição dos trabalhadores por conta própria é mais relevante nos homens, enquanto que o aumento dos trabalhadores por

conta doutrem se faz sentir com maior intensidade nas mulheres, sendo o peso de homens nesta situação cada vez menor.

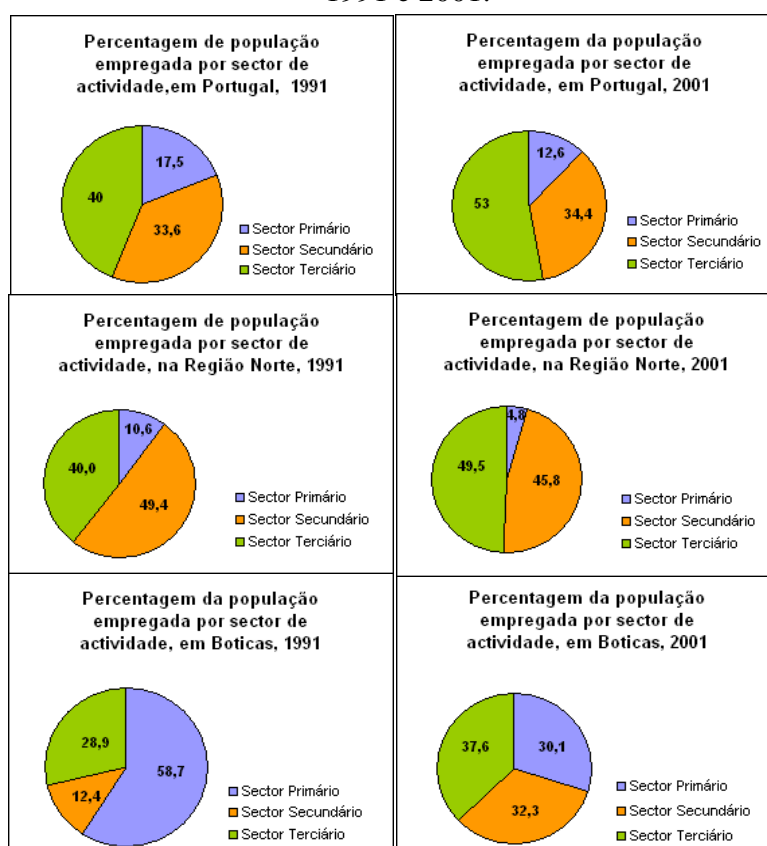
Quadro VI - 13: População residente empregada, segundo a situação na profissão e o sexo, no concelho de Boticas.

Ano s	Total		Empregador		Trabalhador por conta própria		Trabalhador familiar não remunerado		Trabalhador por conta doutrem		Membro activo de coop.		Outra situação	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	H	M	H
1991	3044	1874	292	204	1480	858	415	219	819	572	4	3	34	18
2001	2022	1369	349	276	382	304	163	78	1118	706	3	2	7	3

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001). (Elaboração própria).

Esta problemática encontra explicação na proliferação de unidades económicas no concelho e consequente transferência da população activa do sector primário para os sectores secundário e terciário. Seguindo uma tendência semelhante à do país, o concelho de Boticas assiste, de facto, à perda efectiva de população no sector primário, expandindo-se o sector secundário e terciário (Figura VI - 7).

Figura VI - 7: População residente empregada, por sector de actividade económica, em 1991 e 2001.



Fonte: INE, Informação disponível não publicada, 1991 e 2001. (Elaboração própria).

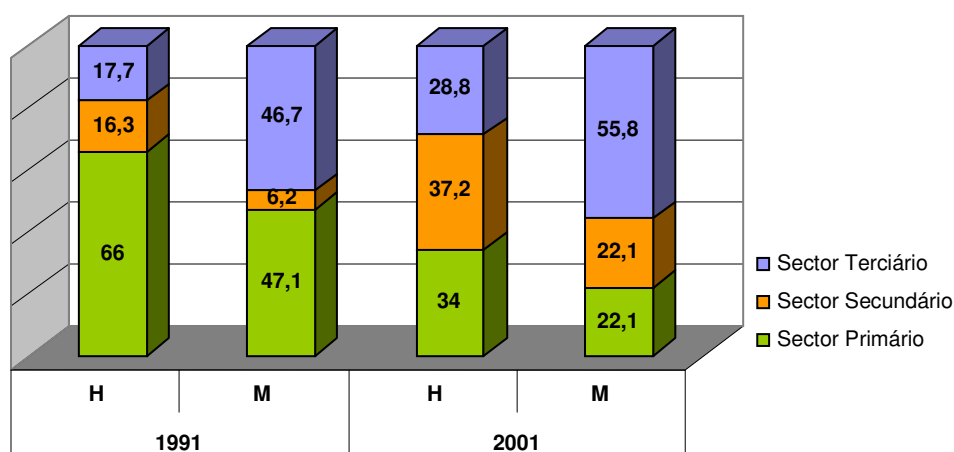
No país e na região Norte, as alterações verificadas na distribuição sectorial devem-se à transferência da população activa do sector primário para o terciário (processo de terciarização), registando um aumento de 13%, entre 1991 e 2001.

No concelho de Boticas, as alterações mais significativas verificam-se nos sectores primário e secundário. O sector secundário registou um aumento de 19,9% de activos, com o sexo masculino a registar um aumento de 20,9% e o sexo feminino 15,9%. O sector primário, assumindo, em 1991, ainda um papel preponderante na ocupação da mão-de-obra da comunidade em estudo, registou em 2001, uma perda de 28,6% de activos, sendo esta, mais significativa no sexo masculino (-32%) do que no sexo feminino (-25%).

O sector terciário aumenta os seus activos em cerca de 8,7%, onde, apesar de existir mais mão-de-obra feminina, é o sexo masculino que sofre aumento mais significativo.

Os sectores primário e secundário são tendencialmente sectores que abrangem mais mão-de-obra masculina. Contudo, o primeiro mostra uma tendência para uma maior homogeneização, enquanto que o segundo tem tendência para abranger cada vez mais activos masculinos. O sector terciário, por sua vez, está mais relacionado com o sexo feminino, com tendência para uma maior homogeneização (Gráfico VI - 18).

Gráfico VI - 18: Percentagem da população activa por sector de actividade económica e sexo, concelho de Boticas.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001. (Elaboração própria).

Relativamente às freguesias do concelho de Boticas, apenas a freguesia sede de concelho integrava, em 1991, o sector terciário como principal actividade económica da sua população. Em todo o restante espaço rural em estudo, predominava o sector primário. Curros e Fiães do Tâmega não apresentavam activos no sector secundário (Anexo XII).

Em 2001, a freguesia de Granja junta-se à de Boticas, com a principal actividade económica da sua população pertencente ao sector terciário (Anexo XIII). O sector secundário passa a ser o maior empregador em Alturas do Barroso, Beça, Bobadela, Pinho e Vilar, liderando o sector primário ainda em mais de 50% das freguesias do Concelho, nomeadamente, Ardãos, Cerdedo, Codessoso, Covas do Barroso, Curros, Dornelas, Fiães do Tâmega, S. Salvador de Viveiro e Sapiãos.

Note-se no entanto, que em apenas 10 anos, o sector primário perdeu activos em todas as freguesias, com as freguesias de Alturas do Barroso, Beça, Bobadela, Covas do Barroso e Pinho, a perderem mais de 100 activos, enquanto que o sector secundário tem uma variação de activos positiva em 13 das 16 freguesias em estudo (Quadro VI - 14).

Quadro VI - 14: Variação da população nos diferentes sectores de actividade económica, das freguesias do concelho de Boticas, entre 1991 e 2001.

	Sector Primário	Sector Secundário	Sector Terciário
Alturas do Barroso	-170	102	-14
Ardãos	-34	1	-9
Beça	-145	41	15
Bobadela	-122	40	-33
Boticas	-46	26	56
Cerdedo	-11	-2	-14
Codessoso	-31	8	11
Covas do Barroso	-122	-4	5
Curros	-16	1	-21
Dornelas	-64	7	-50
Fiães do Tâmega	-44	10	-23
Granja	-57	4	6
Pinho	-102	39	-41
São Salvador de Viveiro	-94	10	5
Sapiãos	-77	-21	-23
Vilar	-44	14	11

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001. (Elaboração própria).

O sector primário assenta numa estrutura fundiária muito compartimentada e os mecanismos de financiamento comunitários têm privilegiado as explorações de grande dimensão, em detrimento da pequena agricultura familiar. A mão-de-obra familiar carece de apoio à inovação quanto às culturas e aos processos produtivos, cuja ausência se reflecte no baixo rendimento do agregado familiar. O camponês, na maior parte idoso, olha com desconfiança toda a inovação e fecha-se nas concepções estreitas de uma agricultura tradicional. A maioria das famílias em estudo não depende da agricultura, embora esta contribua para os orçamentos de algumas delas e a terra continue a desempenhar um lugar de destaque no sistema de valores dos Barrosões.

2.5 Agricultura local

«O espaço rural de barroso oferece como cenário majestoso a montanha que, para além da sua sumptuosidade, constituiu por muitos anos difícil obstáculo à comunicação entre as populações das aldeias entre si e com a região envolvente» (Silva, 1991:30).

Até à década de sessenta, o concelho de Boticas foi um espaço rural cuja agricultura era a actividade fundamental, como afirmam os autores que tentaram retratar as condições socio-económicas desta região, por exemplo, Vergílio Taborde (1932/1987). A partir da década de sessenta, começa a ser notório o despovoamento, o abandono de determinadas actividades relacionadas com a agricultura e a agro-pastorícia. A Lei dos Baldios de 1932, ao torná-los propriedade do Estado, perpetuou o atraso agrícola nacional, com fortes repercussões nas regiões rurais do interior, fomentando a emigração. Os baldios, tradicionalmente usados pelos rurais para o pastoreio dos seus animais, foram convertidos em espaços florestais, obrigando os rurais a deslocarem os seus rebanhos para terras antes destinadas à agricultura ou simplesmente a prescindirem da criação de gado.

Desde finais do século XX até a actualidade, a área em estudo (com estrutura agrícola minifundiária, fragmentada e dispersa), pode classificar-se como um espaço rural periférico, onde a agricultura deixa de assumir significado económico.

No entanto, o abandono da actividade agrícola põe em risco o património ambiental, levando a uma perda da biodiversidade e a um aumento da erosão do solo. «A agricultura é um dos eixos estruturantes da vida económica e social e um factor-chave da conservação/qualificação ambiental» (Cordovil, 1997:6). Devemos procurar com

persistência o ponto de equilíbrio entre a agricultura de produção e a agricultura de protecção, num quadro de ordenamento de território.

O concelho de Boticas apresenta um total de 1 339 explorações, que se estendem por 12 837 ha, de área cuja maior percentagem (tal como acontece no país e na Região Norte), corresponde à superfície agrícola utilizada (SAU) (Quadro VI - 15).

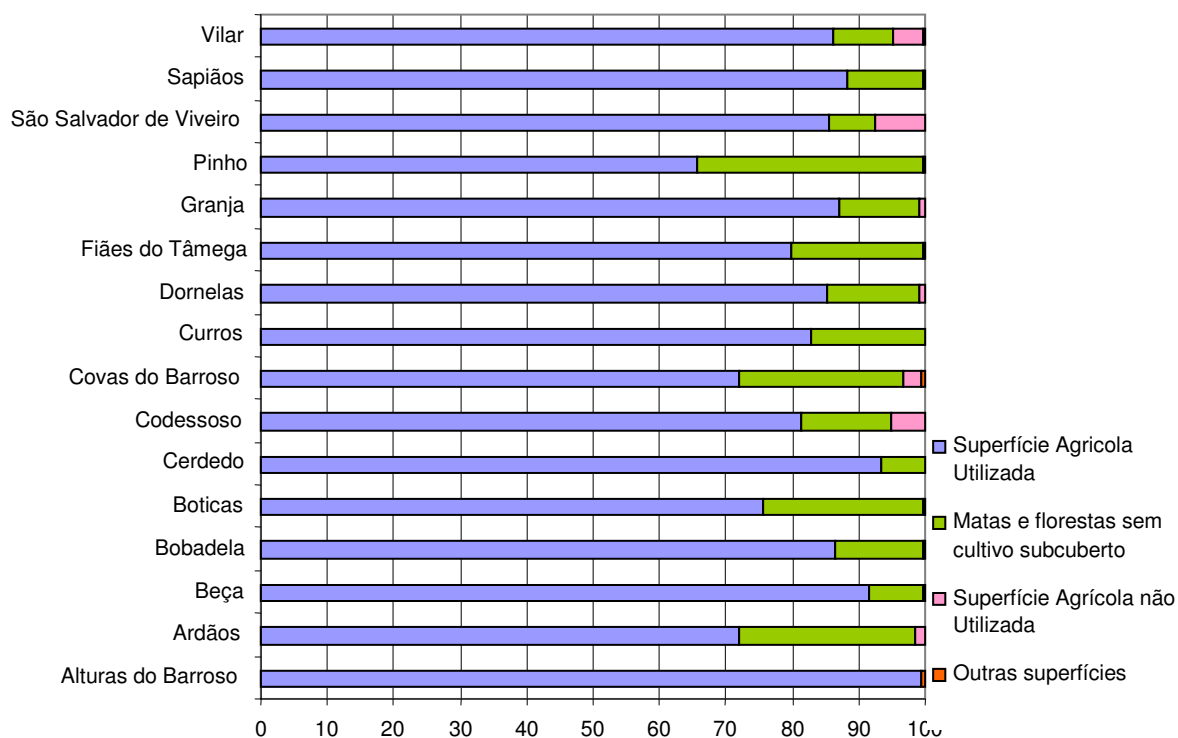
Quadro VI - 15: Percentagem da superfície das explorações agrícolas, segundo a utilização das terras.

Unidade Geográfica	Superfície Agrícola Utilizada	Matas e florestas sem cultivo subcoberto	Superfície Agrícola não Utilizada	Outras superfícies
Portugal	74,4	19,4	3,9	2,2
Região Norte	67	23	7	3,3
C. Boticas	85,9	12,3	1,6	0,2

Fonte: INE, Recenseamento Geral Agrícola, 1999. (Elaboração própria).

Do total da superfície das explorações agrícolas, o concelho em estudo utiliza cerca de 85,9%, ultrapassando a percentagem do país e da Região Norte, tornando-se evidente a importância que este sector ainda tem na vida dos seus habitantes. As freguesias que mais contribuem para esta percentagem são as freguesias de Alturas do Barroso, Beça e Cerdedo, apresentando-se com percentagem superior a 90%, seguindo-se Bobadela, Codessoso, Curros, Dornelas, Granja, S. Salvador de Viveiro, Sapiãos e Vilar com percentagens superiores a 80% (Gráfico VI - 19).

Gráfico VI - 19: Percentagem das explorações agrícolas, segundo a utilização das terras por freguesia



Fonte: INE, Recenseamento Geral Agrícola, 1999. (Elaboração própria).

Neste concelho, não é vulgar encontrarem-se Superfícies Agrícolas não Utilizadas. Apenas em S. Salvador de Viveiro, Codessoso, Vilar, Ardãos, Dornelas e Covas do Barroso se observam alguns valores muito reduzidos, não ultrapassando os 7,5%.

A população agrícola do concelho é constituída, em 1999, por 3 972 indivíduos, correspondendo a 61,9% da população residente (6417). A freguesia com mais elevada percentagem de população agrícola é S. Salvador de Viveiro (90,4%) seguindo-se Alturas do Barroso, Codessoso, Cerdedo, Dornelas, Vilar, Curros, Bobadela e Ardãos, onde mais de 70% da sua população é agrícola. Por outro lado, a freguesia sede de concelho conta apenas com 18% da sua população a trabalhar na agricultura (Quadro VI - 16).

Quadro VI - 16: População agrícola das diferentes freguesias do concelho de Boticas.

Freguesias	População residente	População agrícola	% de população agrícola
Alturas do Barroso	444	381	85,8
Ardãos	311	219	70,4
Beça	1031	634	61,5
Bobadela	354	260	73,4
Boticas	1065	192	18,0
Cerdedo	176	145	82,4
Codessoso	168	144	85,7
Covas do Barroso	348	241	69,3
Curros	87	66	75,9
Dornelas	413	330	79,9
Fiães do Tâmega	167	104	62,3
Granja	266	134	50,4
Pinho	478	317	66,3
São Salvador de Viveiro	345	312	90,4
Sapiãos	526	309	58,7
Vilar	238	184	77,3
Total	6417	3972	

Fonte: INE, Recenseamento Geral Agrícola, 1999. (Elaboração própria).

A diversidade que caracteriza a cobertura vegetal do país ou de uma região é, em grande parte, responsável pelo importante património genético que lhe está associado. Também os inúmeros habitats a que dá origem – agrícolas, florestais, agro-silvícolas, seminaturais – representam uma riqueza cuja conservação importa assegurar.

Considerando-se que cada sistema produtivo corresponde a um habitat, o peso da área de cada cultura na SAU pode ser um indicador da diversidade e importância dos mesmos.

Relativamente ao país, a cobertura vegetal e florestal do solo, apresentada no quadro seguinte, ilustram os principais habitats existentes.

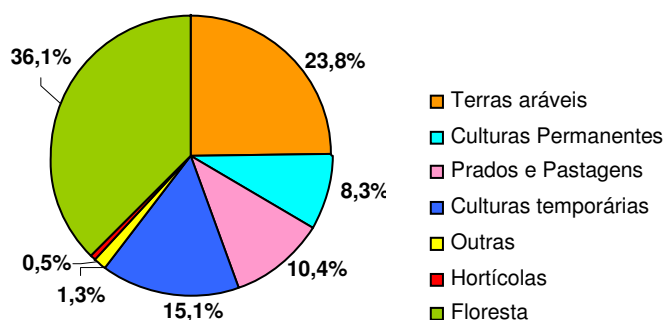
Quadro VI - 17: Utilização das terras das explorações agrícolas em Portugal, 1999.

1.Superfície total (ha)	5040
2.Superfície florestal (nas Explorações Agrícolas)	1927
2.1 Sem terra arável ou pastagens sob coberto	997
2.2 Com terra arável ou pastagens sob coberto	930
3. SAU	3736
3.1 Terras aráveis: total	1747
3.1.1 Em terra limpa	1496
3.1.2 Sob coberto floresta	251
3.2 Culturas permanentes	705
3.3 Prados e pastagens permanentes	1284
3.3.1 Em terra limpa	606
3.3.2 Sob coberto floresta	678
4.Outras áreas de exploração (inclui superfície agrícola não utilizada)	306

Fonte: <http://www.gppaa.min-agricultura.pt/pbl/Princ.Indic-02.pdf>.

Em 1999, cerca de um terço (3,2 milhões de hectares) da superfície total de Portugal estava ocupada com floresta, o que corresponde a 36,1% da ocupação do solo. Surgem as terras aráveis com cerca de 23,8%; as culturas temporárias (15,1%) e os prados e pastagens (10,4%). Com menos importância encontram-se as culturas permanentes, a ocuparem 8,3% do solo agrícola, e os produtos hortícolas com ocupação de apenas 0,5%.

Gráfico VI - 20: Ocupação do solo agrícola e florestal em Portugal Continental, 1999.



Fonte: <http://www.iambiente.pt/rea99/rea99-43-4310.htm>, MADRP, 1999.

A floresta, recurso natural e renovável, é hoje uma das nossas principais fontes de riqueza e desenvolvimento, uma vez que Portugal não só tem um clima e solos adequados à produção florestal, como soube desenvolver a jusante, ao longo dos anos, uma indústria altamente competitiva e com uma forte presença internacional.

A área florestal em Portugal ocupa 3.349.000 hectares (38% do território), emprega 160 mil trabalhadores (3,3% da população activa) e apresenta um valor acrescentado de 3,1 mil milhões de euros (Pinto, 2003).

Os sectores ligados à fileira florestal, além do valor que geram para o país, representando um pilar importante da actividade económica nacional, contribuem consideravelmente para a afirmação de Portugal e da sua imagem de marca nos mercados internacionais, em virtude da reconhecida qualidade e competitividade dos seus produtos.

A floresta tem funções multifacetadas, tais como a produção de madeira e de produtos não lenhosos, funções sociais, religiosas, culturais e recreativas, funções no domínio do emprego e da obtenção do rendimento, da produção de energia e de alimentos. A silvicultura constitui uma nova oportunidade económica, sobretudo para as terras marginais contribuindo para a criação de emprego⁸⁵, juntando-se à vasta gama de actividades nas zonas rurais. Além de proporcionar benefícios económicos, proporciona também importantes benefícios sociais às comunidades locais e nacionais e ao ambiente, numa escala planetária.

Assim, a floresta tem importantes funções produtivas nomeadamente o armazenamento da energia na forma utilizável pela fitomassa, auto-regulação e processo regenerador da madeira, cortiça, produção de químicos: resinas, alcalóide, óleo, produtos farmacêuticos, etc. As florestas impedem o aluimento dos terrenos, protegem os solos contra a erosão, filtrando as águas. Têm também um interesse global, por exemplo, no que se refere à fixação de carbono, podendo contribuir tanto para intensificar como para atenuar as alterações climáticas.

Prestam ainda outros serviços ambientais, tais como a conservação da biodiversidade, a renovação do ciclo de nutrientes e protecção de microclimas.

⁸⁵ Exemplo de subsectores associados à indústria florestal geradores de emprego: corte e comercialização da madeira, resinagem, alugadores e empreiteiros florestais, transporte de produtos florestais da floresta até à fábrica, viveiristas florestais, serração e carpintaria, fabricação e restauro de mobiliário de madeira, artesanato de madeira e do vime, produtos resinosos, fábricas de pasta, fábricas de papel, cartão e embalagem e indústrias do pinhão.

Acrescentamos, ainda, os seus valores existenciais e um significado cultural profundo para as populações rurais, sendo, com frequência, de importância vital para a subsistência de muitas comunidades rurais. As florestas interessam a um vasto leque de intervenientes. Os órgãos políticos, os grupos de pressão do sector agrícola, as populações locais, a indústria, todos têm interesses directos ou indirectamente ligados ao sector florestal. Todas estas funções podem ser manejadas pelo Homem a fim de elevar ao máximo os benefícios do seu uso, fazendo da floresta um instrumento capaz de impulsionar o desenvolvimento local.

A Lei de Bases da Política Florestal – Lei nº 33/96, de 17 de Agosto – consagra, no seu artigo 2º, os princípios gerais a que deve obedecer a política florestal nacional, nomeadamente: multifuncionalidade dos espaços florestais numa perspectiva integrada, valorização económica dos bens e serviços proporcionados pelos espaços florestais, optimização da utilização dos espaços florestais, gestão florestal sustentada, eficiência e racionalização da capacidade produtiva do sector e responsabilização pelos espaços florestais, sendo todos os cidadãos responsabilizados pela conservação e protecção dos espaços florestais.

Os Planos Regionais de Ordenamento Florestal são um dos principais instrumentos da política florestal.

De facto, os princípios orientadores da política supracitada, nomeadamente os relativos aos aumentos da produção florestal e à conservação da floresta e dos recursos naturais associados, implicam, entre outras medidas de política, a adopção de planos regionais de ordenamento florestal (PROF) e de planos de gestão florestal (PGF), que estabeleçam normas específicas de intervenção sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais, promovendo, assim, a produção sustentada de bens e serviços por eles fornecidos e definindo zonas de intervenção prioritárias para os diversos agentes públicos e privados. Todavia, a inexistência de tais instrumentos de ordenamento e gestão florestal em algumas regiões do nosso país, assim como a indefinição de uma política florestal⁸⁶ que conduza a uma aposta decisiva em sectores de elevada rentabilidade, tem contribuído para a situação desfavorável do ponto de vista de desenvolvimento e preservação da floresta.

⁸⁶ A propriedade e a posse das árvores e das florestas não estão, por vezes, convenientemente definidas e o acesso à floresta não está assegurado. O regime de propriedade do solo e das árvores, aplicável à floresta, nem sempre é bem definido, o que cria problemas de usufruto e afectação de recursos.

Os incêndios florestais⁸⁷ que todos os anos destroem uma parte significativa da floresta portuguesa, são um bom exemplo das consequências que decorrem da ausência de ordenamento florestal, pese embora o avultado investimento, da ordem dos 55 milhões de euros, que serviços públicos e empresas privadas realizam todos os anos para prevenção e combate.

Um dos principais factores a considerar no âmbito da política florestal é o impacto dos subsídios a sectores afins que podem construir um incentivo à desflorestação.

As políticas no domínio da concepção da exploração florestal e dos preços da madeira criam incentivos fortes a uma gestão insustentável da floresta. Estas práticas (abate ilegal, abate dos exemplares de menor dimensão), a curto prazo, são mais lucrativas para os empresários e os concessionários do sector privado.

A falta de informação adequada e transparente sobre o estado e a utilização dos recursos florestais pode também contribuir para obstar à prática de uma gestão florestal sustentável.

A informação sobre a floresta é frequentemente incompleta, e as estatísticas tendem a centrar-se nos produtos, mais do que no estado e na preservação dos recursos florestais.

Os resultados da investigação científica não têm sido suficientemente explorados para criar condições objectivas que permitam aumentar os benefícios através do recurso à dinâmica dos ecossistemas e a tecnologias de obtenção de novos produtos.

Urge, assim, tomar medidas concretas que façam face às insuficiências e aos estrangulamentos detectados na fileira florestal portuguesa, que conduzam a uma crescente perda de viabilidade da economia e que, porventura, resultarão no colapso futuro deste recurso crucial, numa perspectiva económica, ambiental e social.

É necessário promover políticas de uso dos solos e de ordenamento do território, de afectação dos solos, de protecção dos direitos dos utentes e de propriedade fundiária, fomentando a agro-silvicultura e outras formas sustentáveis e socialmente equitativas de uso dos solos que tenham um impacto positivo nas florestas, permitindo, assim, que a silvicultura constitua uma alternativa viável para as populações locais.

⁸⁷ A comunidade trata das questões da protecção das florestas contra a poluição atmosférica e contra os incêndios, através do Regulamento (CEE) n° 3528/86 e (CEE) n° 2158/92 que chegou a seu termo de vigência em 31 de Dezembro de 2002. A UE pretende continuar a desenvolver o acompanhamento das florestas através da integração desses regulamentos num novo mecanismo designado Forest Focus. Este mecanismo foi aplicado em 1 de Janeiro de 2003 por um período que se prolongará até 31 de Dezembro de 2008.

Segundo o regulamento (CE) nº 1257/1999 do Conselho de 17 de Maio de 1999, relativo ao apoio do Fundo Europeu de Orientação e Garantia (FEOGA) ao desenvolvimento rural e que altera e revoga determinados regulamentos [Jornal Oficial L 160 de 26.06.1999], rectificado no Jornal Oficial L 302 de 01.12.2000, no âmbito dos compromissos da comunidade e dos Estados Membros, contraídos no plano internacional, bem como dos programas florestais dos Estados Membros, pode ser concedido apoio aos particulares ou aos municípios proprietários de florestas, para gestão e desenvolvimento sustentável destas, que permita manter as funções económicas, ecológicas desses espaços nas zonas rurais, isto é, a sua multifuncionalidade. As ajudas podem visar o melhoramento dos solos não agrícolas – compreendendo essas medidas a arborização, os investimentos destinados a acrescentar o valor das florestas e a melhorar a colheita, a transformação e a comercialização dos produtos silvícolas, e a abertura de mercados para os mesmos, a promoção das actividades associativas entre silvicultores e a recuperação da produção silvícola, na sequência de catástrofes naturais ou de incêndios; a arborização dos solos agrícolas - pode conceder-se ajuda destinada a cobrir os custos de plantação e manutenção e a compensar as perdas de rendimento sofridas pelos empresários.

O objectivo geral da cooperação para o desenvolvimento florestal da Comunidade Europeia é manter uma cobertura florestal adequada e melhorar a gestão florestal, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, definimos os objectivos do sector das florestas a realizar com o auxílio dos programas comunitários Agros e Agris, diminuindo assim a desflorestação descontrolada e a degradação da floresta, aumentando a extensão das áreas sob gestão sustentável, aumentando as receitas provenientes dos produtos florestais e tornando mais equitativa a sua repartição, preservando os recursos genéticos e a biodiversidade e desenvolvendo a investigação, a fim de aumentar os conhecimentos no contexto florestal.

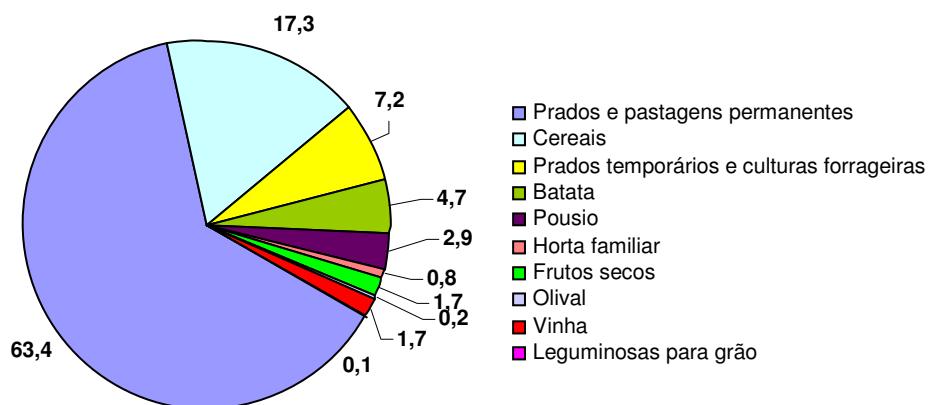
A certificação da gestão florestal pode desempenhar um importante papel de desenvolvimento do sector, através do fomento duma gestão activa num país onde mais de 85% da área florestal é privada e predomina o regime de minifúndio. A viabilidade técnica e financeira desta iniciativa pressupõe, particularmente em áreas de grande fragmentação da propriedade florestal, uma organização apropriada dos proprietários,

permitindo criar escala passível de ser gerida e, simultaneamente reduzir os encargos com a certificação.

No concelho de Boticas, os subsectores agrário e florestal desempenham um importante papel na economia local. Há, no entanto, graves problemas estruturais que dificultam o incremento da produtividade. O reduzido tamanho das explorações, a persistência de técnicas obsoletas com elevados custos, um escasso investimento na melhoria técnica dos processos de cultivo, a falta de formação profissional dos agricultores e sérios problemas de mercado, são apenas alguns dos mais evidentes.

A economia agrícola da região em estudo tem por base a criação de gado, os pastos e pastagens permanentes, a cultura cerealífera (centeio e milho) e batata, entre outros, revelando um predomínio de culturas tradicionais – cereais para grão (17,3%), batata (4,7%) e prados e pastagens permanentes (63,5%).

Gráfico VI - 21: Percentagem da superfície ocupada pelas principais culturas, no concelho de Boticas, 1999.

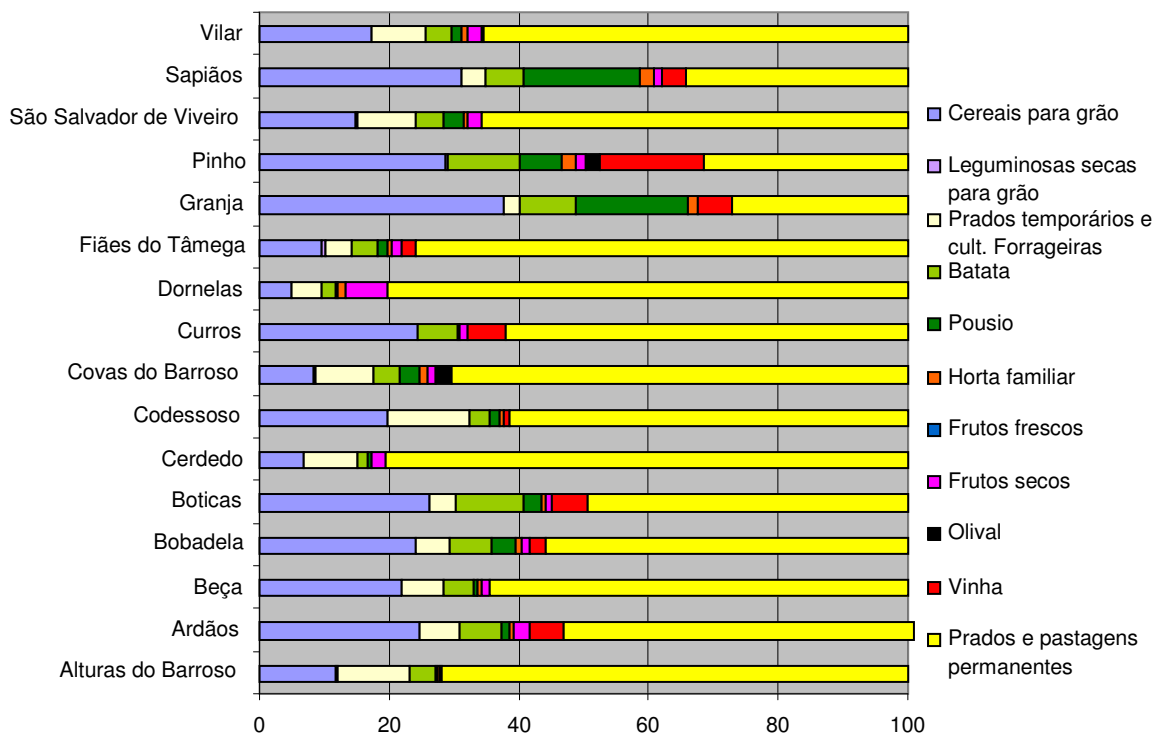


Fonte: INE, RGA, 1999. (Elaboração própria).

O fenómeno agrícola do concelho de Boticas é bastante uniforme e monótono. Exceptuando a freguesia de Granja, em todas as restantes a maior percentagem da SAU é ocupada com prados e pastagens permanentes. Com percentagens de ocupação

superiores a 80% surge Cerdedo e Dornelas, seguindo-se, com uma taxa de ocupação superior a 60%, Fiães do Tâmega, Alturas do Barroso, Covas do Barroso, S. Salvador de Viveiro, Vilar, Beça, Curros e Codessoso. Por último, e com percentagens inferiores a 40%, encontramos Sapiãos, Pinho e Granja (Gráfico VI - 22).

Gráfico VI - 22: Percentagem da superfície ocupada com as principais culturas nas freguesias de c. Boticas.



Fonte: INE, RGA, 1999. (Elaboração própria).

A abundância de prados naturais e pastagens permanentes que cobrem uma parte importante do território em estudo constituem um excelente alimento para o gado.

Uma das “fatias” de rendimento dos Barrosões provém da pecuária e, como a alimentação é assegurada essencialmente pelas pastagens e lameiros, estes assumem um papel de relevo. Segundo Vergílio Taborda (1932/1987:92), as condições naturais são a razão desta importância. Estamos «na região mais húmida e pluviosa de Trás-os-Montes, onde o solo, predominantemente granítico, armazena a água, o clima rigoroso exclui certas culturas limitando a importância das ocupações agrícolas; o isolamento

impele o camponês de preferência para a exploração do gado (...), tudo se combina para fazer do Barroso a primeira região pecuária transmontana».

A cultura de centeio geralmente segue-se à da batata ou milho, sendo praticada, quer em terrenos de sequeiro, quer em terrenos de regadio, numa rotação bianual. Efectua-se também em terrenos marginais, muito pobres, com pouco fundo de fertilidade, os quais ficarão, de seguida, em pousio durante um, dois e três anos (Bernardo, 1998).

Uma outra cultura tradicional que se mantém é a cultura do vinho, incluindo-se neste o conhecido «vinho dos mortos»⁸⁸.

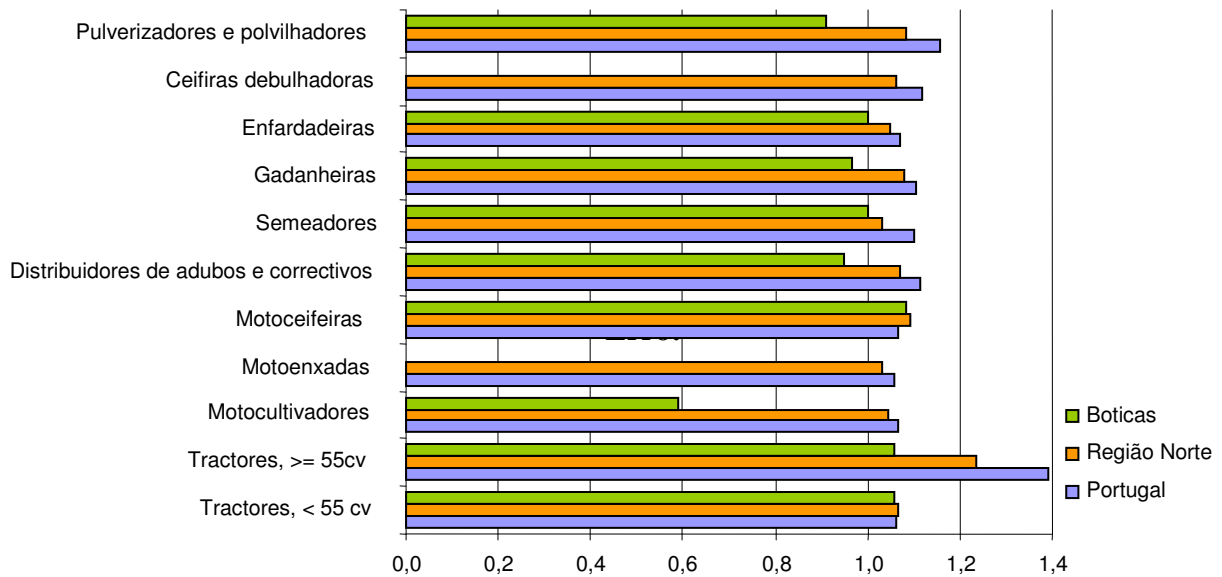
A horticultura representa um traço absolutamente secundário. A horta – forma cultural inseparável de toda a casa agrícola – é o tracto de terreno de pequena superfície quase sempre próximo das habitações, junto de água, onde o agricultor gosta de consumir os seus ócios, mas cuja produção não vai além do consumo da família.

A sua existência é visível em todas as freguesias, mas com um peso muito insignificante, onde a percentagem de ocupação da SAU apenas se situa entre os 0,1% e os 2,2%.

Para o trabalho agrícola, a utilização de equipamentos adequados torna-se fundamental. O concelho de Boticas, onde a agricultura ainda está muito presente na vida dos seus habitantes, para além de a média de equipamentos por exploração apresentar-se com valores inferiores relativamente ao País e à Região Norte, regista débil mecanização (Gráfico VI - 23).

⁸⁸ O vinho dos mortos – Aquando das invasões Napoleónicas (Sec. XIX), os agricultores para esconderem os seus vinhos da pilhagem dos franceses enterravam-no (há quem diga nos cemitérios). Quando as tropas invasoras abandonaram a região, os agricultores verificaram que o vinho então escondido era muito melhor. No entanto, aquele que foi o ex-libris do concelho, já poucos agricultores o produzem. A Cooperativa Agrícola de Boticas (CAPOLIB), com o apoio da Autarquia Local, está a desenvolver um plano que passa pela recuperação e preservação do vinho. Farão parte desta micro-região vinhateira as freguesias de Boticas, Granja, Bessa e Pinho.

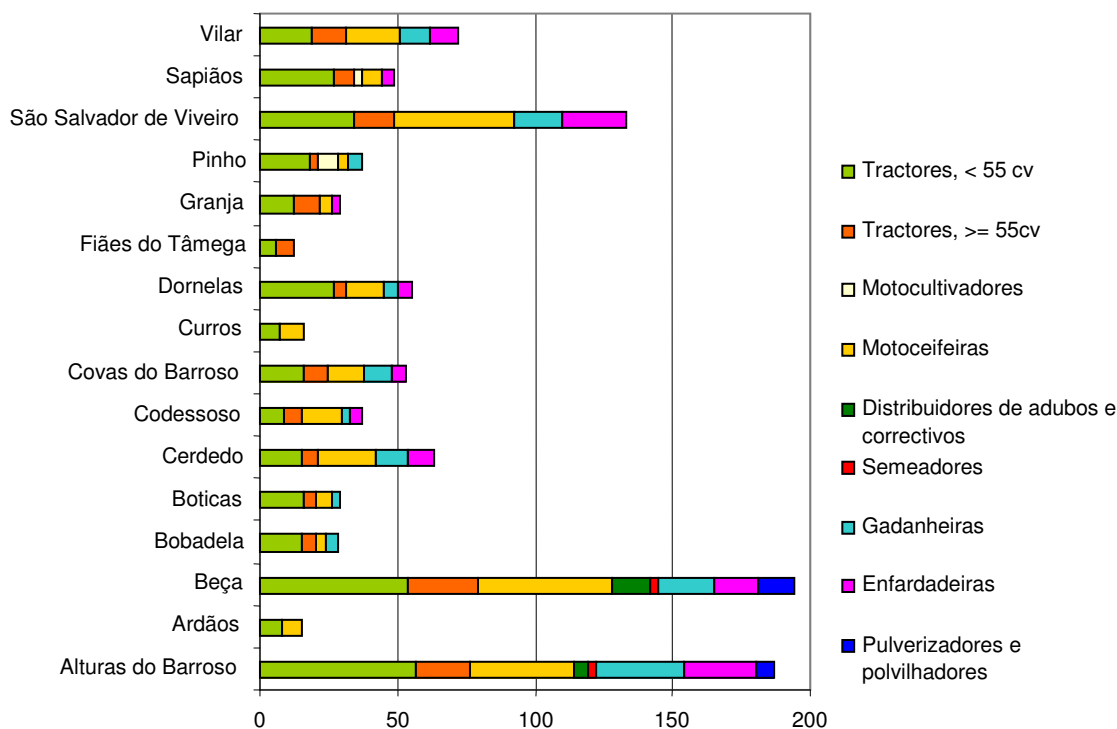
Gráfico VI - 23: Média de equipamentos agrícolas por exploração.



Fonte: INE, RGA, 1999. (Elaboração própria).

No concelho, o recurso aos tractores (essencialmente os que têm menos de 55 cv) e às moto- ceiferas é o mais recorrente. Aliás, em Fiães do Tâmega, encontramos apenas a utilização de tractores. Em Curros e Ardãos, o trabalho agrícola recorre aos tractores (de baixa cilindrada) e às moto-ceiferas. Por outro lado, as freguesias que utilizam maior diversidade de equipamentos são Beça e Alturas do Barroso (Gráfico VI - 24).

Gráfico VI - 24: Total de máquinas agrícolas existentes nas freguesias do concelho de Boticas.

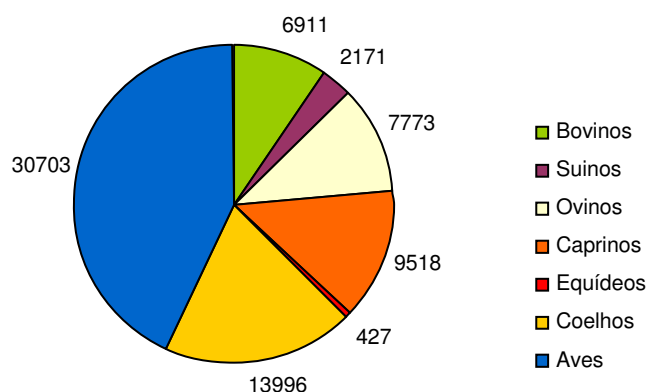


Fonte: INE, RGA, 1999. (Elaboração própria).

Um outro aspecto tradutor da pouca mecanização da agricultura do concelho, é o recurso frequente ao apoio de equídeos, pois, como constatamos, existe em todas as freguesias cerca de um equídeo por exploração (Quadro 18).

Simultaneamente com a agricultura, subsiste também, no mesmo concelho, a criação de animais, assumindo as aves, coelhos e caprinos a maior expressão. Segue-se a criação de ovinos e bovinos e por último a criação de suínos e equídeos (Gráfico VI - 25).

Gráfico VI - 25: Número de animais nas diversas explorações do concelho de Boticas.



Fonte: INE, RGA, 1999. (Elaboração própria).

Contudo, também no respeitante ao animal efectivo nas diversas explorações por freguesia, encontramos uma grande homogeneidade. Salvo raras excepções, para além de subsistir a criação dos mesmos animais, estas explorações são de pequena dimensão em praticamente todas as freguesias (Quadro VI - 18).

Quadro VI - 18: Média de animais por exploração, no concelho de Boticas.

Freguesias	Bovinos	Suínos	Ovinos	Caprinos	Equídeos	Coelhos	Aves
Alturas do Barroso	23	10	27	113	1	15	19
Ardãos	6	2	84	58	1	12	16
Beça	20	10	112	101	1	16	44
Bobadela	7	6	126	41	1	11	25
Boticas	12	3	41	0	1	22	52
Cerdedo	23	3	42	182	1	9	22
Codessoso	10	2	24	15	1	6	26
Covas do Barroso	18	4	77	75	1	7	33
Curros	15	3	0	12	1	10	34
Dornelas	13	4	87	122	1	342	30
Fiães do Tâmega	7	3	10	38	1	7	31
Granja	3	3	0	0	1	15	56
Pinho	7	2	9	8	1	8	26
S. Salvador de Viveiro	23	6	49	151	1	13	27
Sapiãos	8	3	127	54	1	19	35
Vilar	15	5	57	34	1	11	25

Fonte: INE, RGA, 1999. (Elaboração própria).

O Quadro VI - 18 destaca a importância de Dornelas quanto às explorações relativas à criação de coelhos, apresentando estas, uma média de cerca de 342 animais por exploração, contribuindo, assim, para o predomínio destes animais no concelho. Nas restantes freguesias, longe da lógica empresarial, estas explorações assumem, muitas vezes, uma função de complementaridade de outras actividades, pois o seu peso é tão reduzido (com médias de animais por exploração situadas entre os 7 e os 22), que podemos considerar que estas são apenas de auto-subsistência.

A criação de caprinos encontra-se mais generalizada por todas as freguesias, mas é em Cerdedo, S. Salvador de Viveiro, Alturas do Barroso, Dornelas e Beça que encontramos as maiores explorações do concelho, cujas médias de animais por exploração ascendem os 100%.

Relativamente aos animais de grande porte, os bovinos são de grande importância para a região. Em todas as freguesias, existem explorações com estes animais, mas é em Cerdedo, Alturas do Barroso, S. Salvador de Viveiro e Beça que encontramos em média mais de 20 animais por exploração.

A alimentação do gado é assegurada essencialmente por abundantes pastagens e lameiros. Constituem pastagens os montes e os terrenos de pousio e toda a imensa extensão de incultos, a qual dá relva grosseira e pouco abundante. Aí tem o gado miúdo o seu pascigo permanente.

Como a produção pratense é deficitária, há necessidade de coutar os lameiros. A pastagem é a de montanha, os lameiros são, na designação popular, os campos do monte. Por vezes, as ervas não chegam para sustentar o gado, recorrendo o Barrosão, por isso, a forragens subsidiárias.

Os bovinos presentes na região são raças de montanha, como a Barrosã e a Maronesa, animais de pequena corpulência, mas também as de raça Galega e Mirandesa, produtores de carne e trabalho.

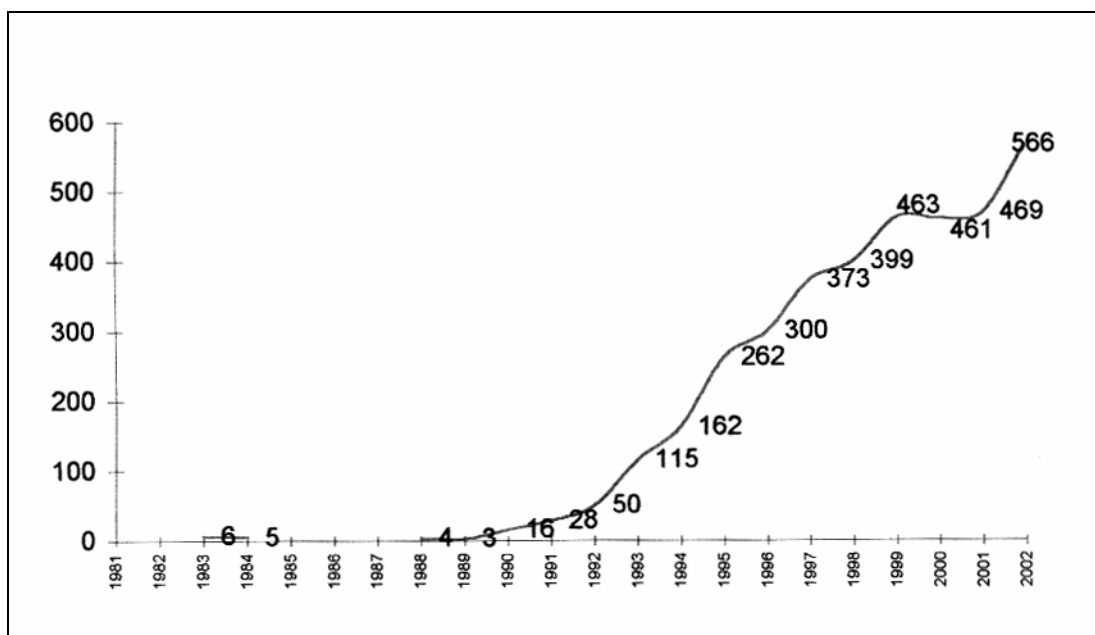
«A raça barrosã tem o seu solar nos planaltos e montanhas do Barroso, da fronteira da Galiza ao Tâmega e da Ribeira de Terva às serras do Gerês e da Cabreira. O boi barrosão é meão de estatura sóbria e rústico (...)» (Taborda, 1932/1987: 96).

A origem da carne barrosã confunde-se com o que de mais nobre a região de Barroso e as terras do Minho possuíram e possuem. (...) após algumas tentativas para integrar

este produto nos circuitos comerciais da carne, só com a atribuição da Denominação de Origem Protegida (DOP) esta possibilidade foi realidade (Álvares, 2001: 90).

Apesar do despovoamento presente no Concelho de Boticas, o projecto de carne Barrosã encontra-se em plena expansão.

Gráfico VI - 26: Vitelos de “Raça Barrosã” nascidos no concelho de Boticas.



Fonte: AMIBA (Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Barrosã), 2003

«(...) na realidade certas valências – textura e suculência dão à “Carne Barrosã” uma qualidade impar, cuja fama se prolongou por gerações, não se esfumando com as polémicas à volta da carne de bovino que com excessiva e desajustada mediatização tanto tem perturbado os consumidores» (Martins, 2001: 87).

Podemos concluir que a produção pecuária (bovinicultura, ovinicultura, caprinicultura e suinicultura) que suporta os produtos DOP, em Boticas, acaba por perder importância face às culturas permanentes que, aparentemente, têm resistido ao abandono. Por isso, as DOP do concelho apresentam uma importância social e económica limitada e a sua sustentabilidade, tal como a preservação dos sistemas agrícolas tradicionais, não estão asseguradas. De uma forma geral, a produção neste sector apresenta um fraco desenvolvimento (volumes de produção, agentes envolvidos, técnicas utilizadas) e enfrenta obstáculos que passam pelo fraco envolvimento dos

agentes na génese e na gestão das protecções, pela insuficiente capacidade organizativa e falta de dinâmica empresarial de alguns agrupamentos de produtores, pela pouca flexibilidade dos processos, pela pequena escala dos produtos e circuitos tradicionais de comercialização enraizados e ainda pela ausência de uma política regional sustentável de protecção e valorização das produções agrícolas tradicionais.

Uma agricultura de alta qualidade para nichos de mercado será uma óptima oportunidade de desenvolvimento local. Por exemplo, no caso da agricultura biológica⁸⁹, no Barroso, não há cargas poluentes sobre o meio ambiente; o tempo de espera, por segurança, é nulo, podendo verificar-se investimento e produção quase imediatos. Na Europa mais desenvolvida, a espera é de três a quatro anos, sem qualquer produção, para libertar os terrenos poluídos.

Segundo António Covas (2001:20), «diversidade de agriculturas, multifuncionalidade de prestações e diversificação⁹⁰ de actividades constituem o triângulo mágico do desenvolvimento em meio rural. Em conjunto, determinam o surgimento da pluriactividade e do plurirendimento, retendo a população, criando novas oportunidades de negócio, novos agentes de desenvolvimento».

Combinando a agricultura e criação de gado com sistemas silvo-pastoris e florestais, apicultura, produtos caseiros e artesanais, com turismo em espaço rural, renovação das aldeias, transportes colectivos, entre outros, criam-se alternativas de emprego em meio rural e contribuindo, assim, para o seu desenvolvimento integrado.

2.5.1 Os Produtores

A agricultura desempenhou, através dos tempos, crucial importância para o concelho. Contudo, como já foi referido anteriormente, esta é hoje uma actividade em declínio e que não poderá deixar de ser referenciada como o elemento mais marcante das transformações do espaço rural do concelho de Boticas.

À semelhança do que aconteceu por todo o país, o número de explorações agrícolas sofreu um acentuado decréscimo e simultaneamente também a população agrícola

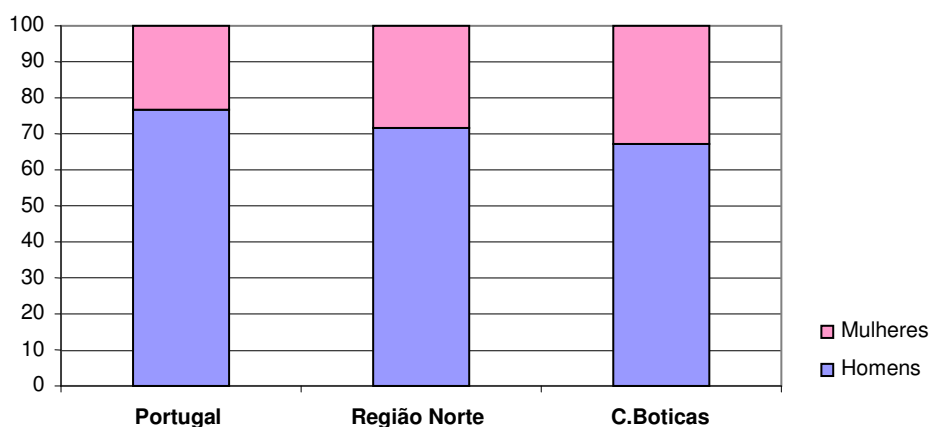
⁸⁹ Agricultura Biológica – Modo de preparação agrícola, sustentável, baseado na actividade biológica do solo, alimentada pela incorporação de matéria orgânica, que constitui a base da fertilização, evitando o recurso a produtos químicos de síntese, respeitando o bem estar animal e os encabeçamentos adequados, privilegiando estratégias preventivas na sanidade vegetal e animal. Procura-se, desta forma a obtenção de alimentos de qualidade, a sustentabilidade do ambiente, a valorização dos recursos locais e a dignificação da actividade agrícola. Regulamento (CEE), nº2092/91 de 24-06-91.

⁹⁰ Diversificação constitui uma opção estratégica fulcral na política de desenvolvimento rural, em particular dos territórios rurais mais afectados pelo declínio da actividade agrícola, consagrada tanto no plano dos princípios e das orientações, como no plano regulador da aplicação dos Fundos Estruturais do QCA III 2000-2006.

diminuiu e envelheceu. Durante séculos, o trabalho agrícola foi efectuado pelos braços de toda a família. A terra tinha o importante papel de fixar e manter as pessoas localmente. Com a redução do número de explorações, com a modernização da agricultura, com a redução da importância económica e social deste tipo de actividade e consequente emigração, deu-se o decréscimo do número total de famílias agrícolas.

O último recenseamento geral da agricultura (1999) indica, para o concelho de Boticas, cerca de 1 324 produtores, sendo, à semelhança da região norte, e do país, a grande maioria do sexo masculino, registando-se maior percentagem de mulheres a trabalhar nesta actividade no concelho em estudo do que no país e na região norte (Gráfico VI - 27).

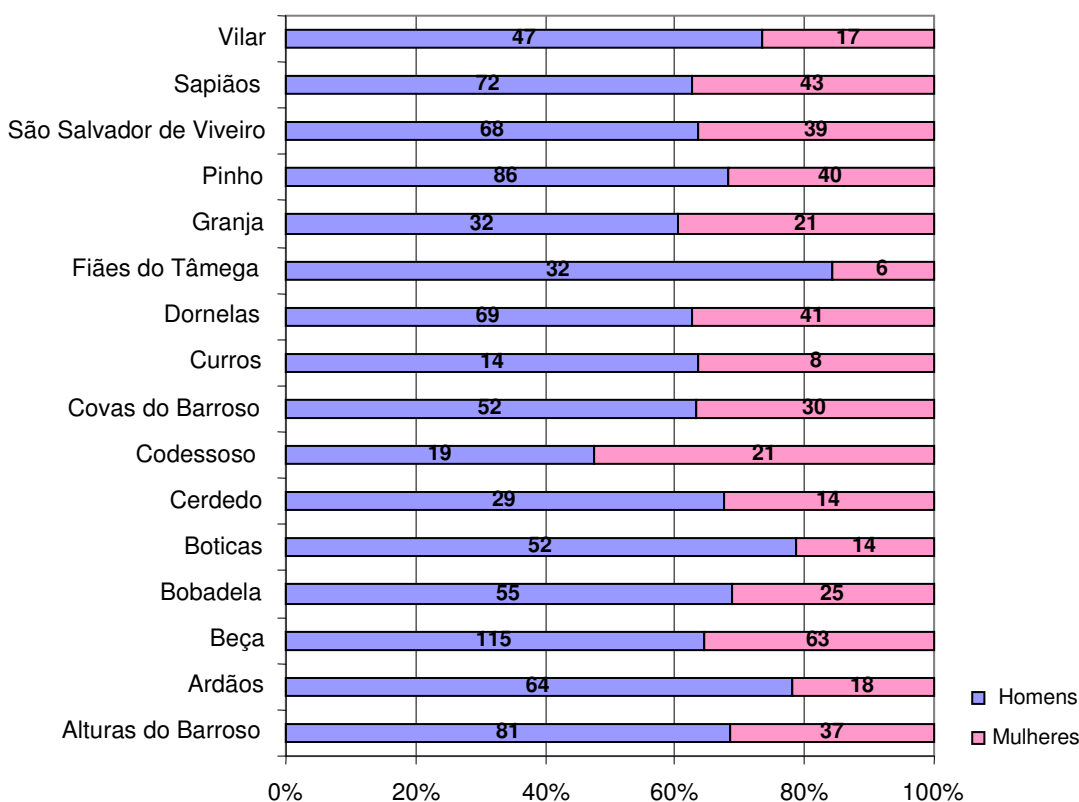
Gráfico VI - 27: Percentagem de produtores agrícolas, segundo o sexo



Fonte: INE, RGA, 1999. (Elaboração própria).

Codeçoso apresenta população agrícola composta maioritariamente por mulheres. Seguem-se Granja, Sapiãos, S. Salvador de Viveiro, Dornelas, Curros, Covas do Barroso e Beça com percentagens de mão-de-obra feminina a rondarem os 25% e os 40%. As freguesias que menos contribuem com mão-de-obra feminina para a agricultura são Fiães do Tâmega, Boticas, Ardãos e Vilar, onde mais de $\frac{3}{4}$ da população agrícola é masculina (Gráfico VI - 28).

Gráfico VI - 28: Distribuição dos produtores agrícolas das freguesias do concelho de Boticas, segundo o sexo.

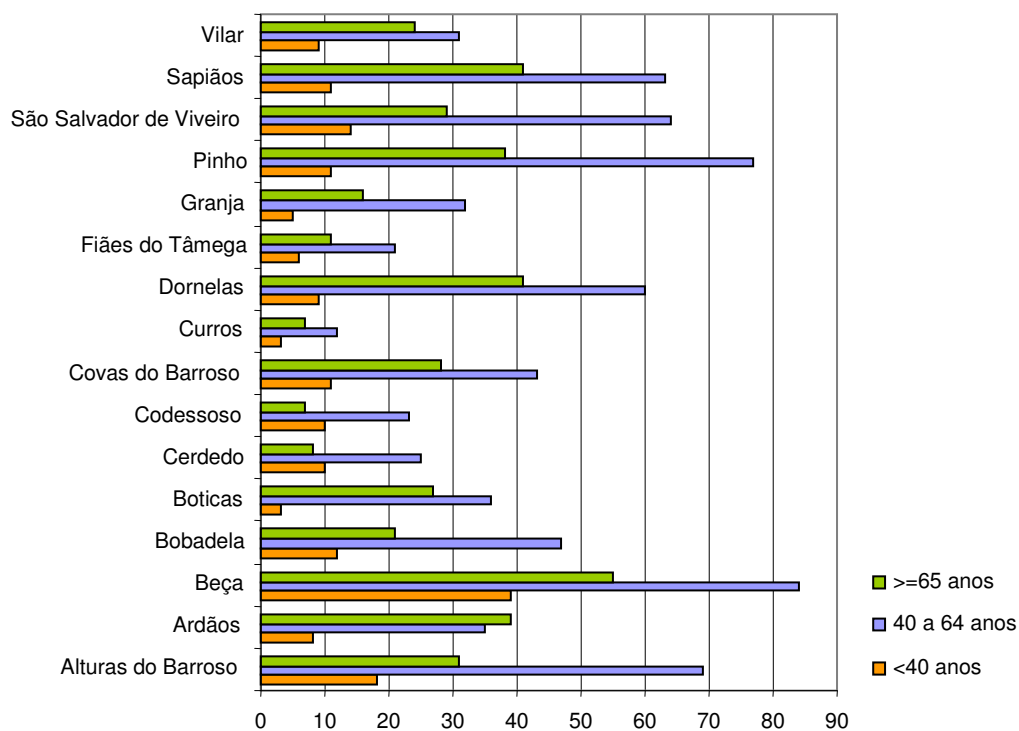


Fonte: INE, RGA, 1999. (Elaboração própria).

À semelhança do país e da região norte, a grande maioria dos produtores pertence aos grupos etários dos 55 aos 64 anos e 65 e mais anos, reflectindo o forte envelhecimento dos produtores agrícolas. Este envelhecimento acaba por ser mais notório no país e na região norte do que propriamente no concelho de Boticas, o que traduz o desinteresse, por esta actividade ocorrer mais recentemente (Anexo XIV).

Comparando a distribuição dos produtores por idades nas dezasseis freguesias, deparamos com grande homogeneidade, exceptuando a freguesia de Ardãos em que a maior parte dos seus produtores tem mais de 65 anos; nas restantes freguesias os produtores têm idades compreendidas entre os 40 e os 60 anos. Além disso, os produtores com menos de 40 anos estão presentes em menor quantidade em todas as freguesias do concelho, reforçando a tendência para o envelhecimento do concelho neste sector de actividade (Gráfico VI - 29).

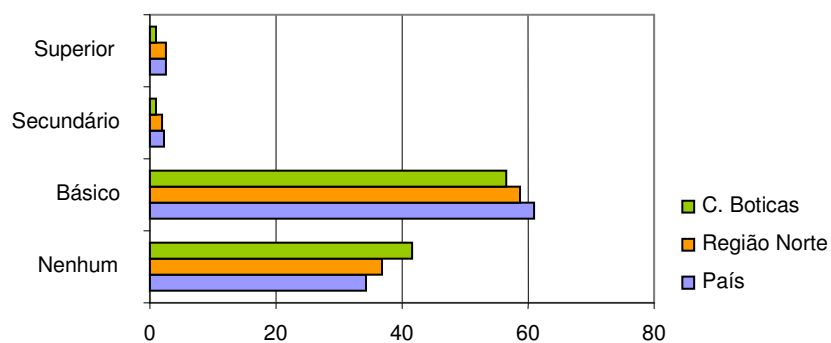
Gráfico VI - 29: Distribuição dos produtores agrícolas das freguesias do concelho de Boticas, por idade.



Fonte: INE, RGA, 1999. (Elaboração própria).

À semelhança do que acontece na generalidade do país, e especificamente na região norte, também no concelho de Boticas a maior parte dos produtores agrícolas tem um baixo nível de instrução (Gráfico VI - 30).

Gráfico VI - 30: Percentagem dos produtores agrícolas, por nível de instrução.

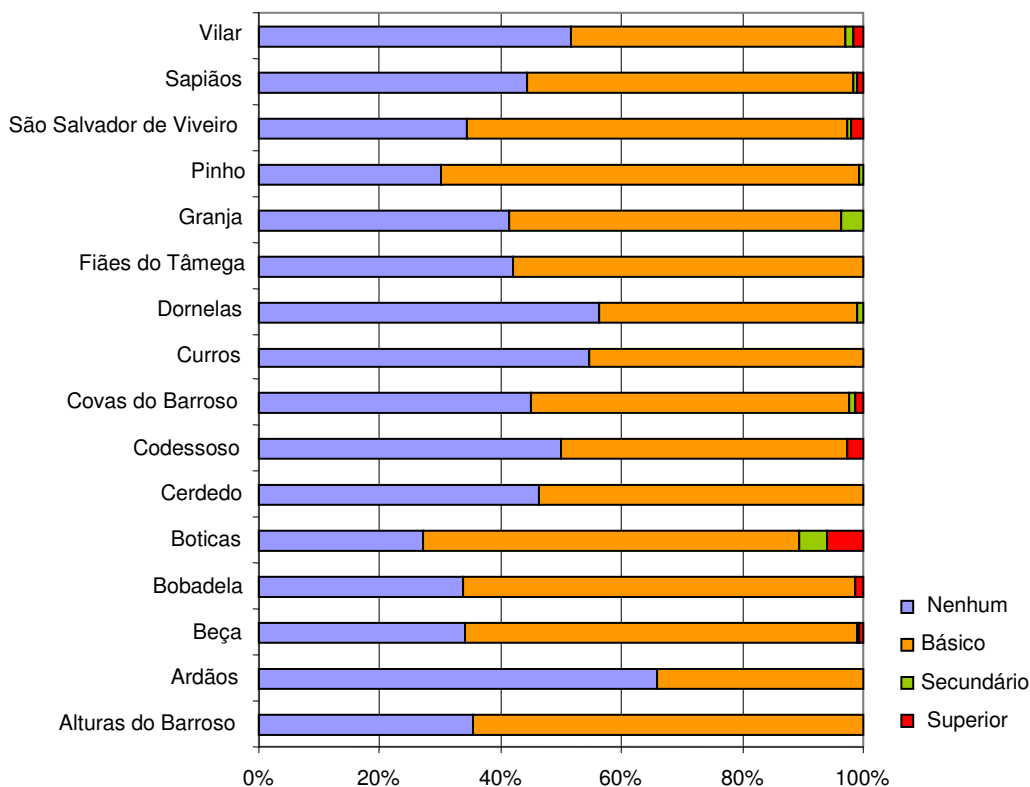


Fonte: INE, RGA, 1999. (Elaboração própria).

Com maior percentagem, surgem os produtores com apenas o Ensino Básico, seguindo-se os produtores sem qualquer nível de instrução. No entanto, a situação do concelho de Boticas é mais grave, comparativamente ao país e à região norte, assumindo-se com percentagem mais reduzida de produtores com o Ensino Básico, Médio e Superior e percentagem mais elevada de produtores sem qualquer nível de instrução.

No concelho, as freguesias em estudo que mais contribuem para este baixo nível de instrução, são Ardãos, Dornelas, Curros, Vilar e Codessoso, com mais de 50% de produtores sem qualquer nível de instrução. Mais de 60% dos produtores possuem o Ensino Básico, nas freguesias de Boticas, Pinho, Beça, Bobadela, S. Salvador de Viveiro e Alturas do Barroso (Gráfico VI - 31).

Gráfico VI - 31: Percentagem de produtores agrícolas, das freguesias do concelho de Boticas, por nível de instrução.



Fonte: INE, RGA, 1999. (Elaboração própria).

Relativamente ao Ensino Médio e Superior, o valor é residual, não existindo produtores agrícolas com estes níveis de instrução nas freguesias de Alturas do Barroso, Ardãos, Cerdedo, Curros e Fiães do Tâmega. Encontramos, porém, mais de 10% dos produtores possuidores de um destes níveis de ensino na freguesia sede de concelho.

No que concerne ao tempo ocupado na produção agrícola, verificamos que apesar dos produtores do concelho ocuparem mais tempo nas actividades agrícolas do que os do país em geral e os da região norte, a grande maioria não o faz a 100%. Apenas 4% destes produtores o fazem a tempo completo, enquanto que no país a percentagem destes produtores ronda os 16,4% e na região norte os 21,5% (Quadro VI - 19).

Quadro VI - 19: Produtor, segundo o tempo de actividade na exploração.

Concelho de Boticas	Produtor						
	>0 e <50%	>50% a <100%	Tempo completo	Actividade exterior remunerada Principal		Actividade exterior remunerada secundária	
	%	%	%	Nº	%	Nº	%
País	50,3	33,3	16,4	115890	28,3	7825	1,9
Região Norte	41,6	37,0	21,5	29790	22,0	3214	2,4
C. Boticas	26,7	69,3	4,0	149	11,3	16	1,2

Fonte: INE, RGA, 1999. (Elaboração própria).

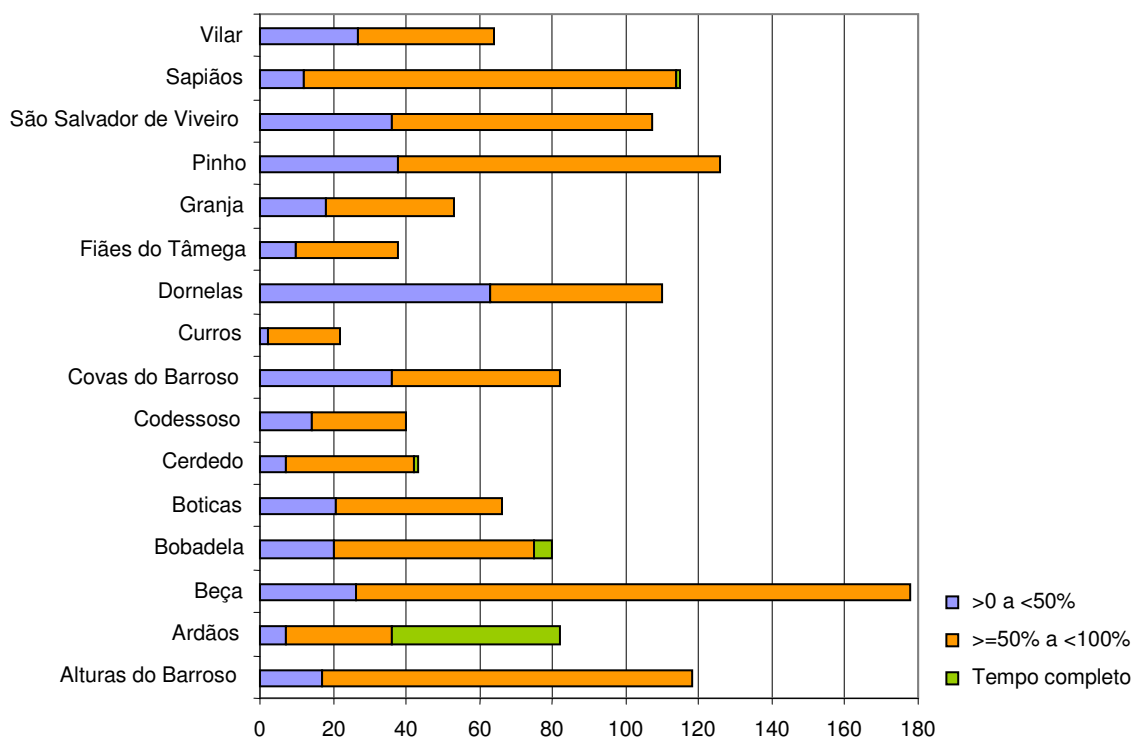
Um outro aspecto, tradutor da importância desta actividade na vida dos barrosões, está ligada ao facto de apenas 11,3% destes produtores terem uma actividade exterior remunerada principal e 1,2% terem uma actividade exterior remunerada secundária, ao passo que no país (28,3% e 1,9%, respectivamente) e na região norte (22% e 2,4%, respectivamente), estas percentagem são mais significativas.

Usa-se o termo agricultura a tempo parcial como fazendo alusão àquelas explorações cujos trabalhadores combinam as suas actividades agrárias com trabalhos fora da exploração. A agricultura a tempo parcial resulta da presença de situações de dupla actividade no conjunto dos membros do grupo doméstico, combinando de modo particular e definindo tipos ou modalidades de pluriactividade e de plurirendimento familiar.

As transformações na organização social e nas estruturas de produção a nível global puseram em crise as pequenas explorações familiares. O agricultor que pretenda manter a sua actividade e como forma de sobrevivência é forçado a ter uma segunda actividade.

No concelho de Boticas encontramos produtores a trabalharem a tempo inteiro na agricultura em Ardãos, Bobadela, Cerdedo e Sapiãos. Contudo, apenas em Ardãos a maior parte dos produtores integram esta modalidade. Nas restantes freguesias, o número é muito reduzido. Na maioria das freguesias, os produtores associam a actividade agrícola com uma actividade exterior, onde predomina uma actividade exterior principal (Anexo XV).

Gráfico VI - 32: Distribuição dos produtores agrícolas, das freguesias do concelho de Boticas, segundo o tempo de actividade na exploração.



Fonte: INE, RGA, 1999. (Elaboração própria).

Os condicionalismos de ordem natural e estrutural justificam a fraca produtividade e o baixo rendimento agrário da região em estudo, constituindo-se a pluriactividade uma questão de sobrevivência à alternativa emigratória.

Segundo Carminda Cavaco (1994:36), a pluriactividade constitui uma relevante estratégia com vista à inversão das tendências de desertificação humana dos campos. É constituída pela combinação, quer da actividade agrícola por conta própria com o trabalho jornalheiro, quer da actividade agrícola com o trabalho na pequena indústria ou no comércio e serviços, assegurando a reprodução de padrões tradicionais da família e a melhoria do seu bem-estar material, constituindo-se como necessários ao desenvolvimento de estratégias de acumulação do património fundiário familiar.

A esmagadora maioria da superfície agrícola utilizada no Concelho é por conta própria (Quadro VI - 20). Consequência da sucessiva divisão da propriedade através das

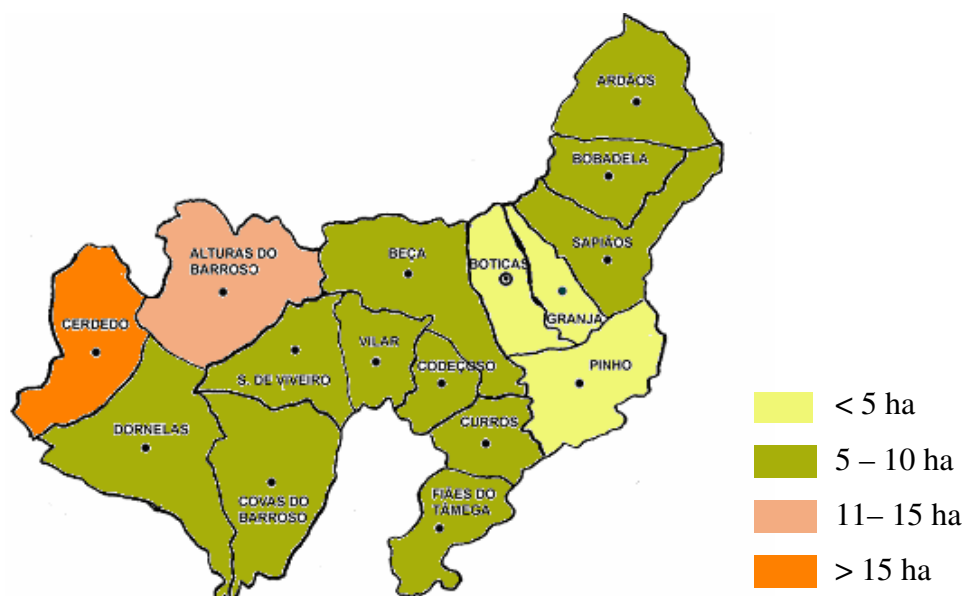
gerações, o concelho tem hoje propriedades agrícolas com reduzida dimensão média que dificilmente permitem ir além da agricultura de subsistência (Figura VI - 8).

Quadro VI - 20: Explorações com SAU, segundo a forma de exploração.

Unidade Geográfica	Total explorações			Conta própria			Arrendamento			Outras formas		
	Exp.	SAU		Exp.	SAU		Exp.	SAU		Exp.	SAU	
	N.º	Ha	%	N.º	Ha	%	N.º	Ha	%	N.º	Ha	%
País	412612	3863094	100	387661	2797208	72,4	64311	897627	23,2	34399	168259	4,4
Região Norte	137192	673555	100	127144	584951	86,8	23508	72107	10,7	10368	16497	2,4
C. Boticas	1478	11031	100	1327	10334	93,7	137	400	3,6	14	297	2,7

Fonte: INE, RGA, 1999. (Elaboração própria).

Figura VI - 8: Média de hectares por exploração agrícola, no concelho de Boticas.



Fonte: INE, RGA, 1999. (Elaboração própria).

A forma de exploração da SAU constitui a forma jurídica pela qual o produtor dispõe da terra. Pretende-se, através deste indicador, averiguar a relação existente entre os proprietários das superfícies da exploração e o responsável económico e jurídico da exploração (o produtor) que tem delas a fruição, dirigindo-se a ele próprio (se for simultaneamente dirigente da exploração) ou confiando parcial ou totalmente a um

dirigente da exploração a sua direcção (feitor, caseiro, administrador, etc.)⁹¹. A caracterização da forma de exploração coloca-se somente em relação às terras que constituem a superfície agrícola utilizada (SAU). No caso de Boticas, cerca de 93,7% da SAU são propriedade do produtor, assumindo um valor superior à Região Norte e ao país, corroborando o carácter familiar da maioria das explorações, pouco rentáveis e geridas essencialmente para auto-consumo, onde a pluriactividade, como vimos anteriormente, se torna fundamental como complemento de rendimentos (Quadro VI - 20). A agricultura assume uma função claramente económica e social, contribuindo directa e indirectamente para a economia familiar. Reveste também uma função de previdência, na medida em que constitui um recurso "seguro" contra a aleatoriedade do mercado de emprego, cada vez mais precário e incerto.

2.6 Estrutura empresarial

Ainda em termos económicos, o quadro seguinte mostra que tanto o volume de emprego⁹² como o de negócios⁹³, no país, na Região Norte e no concelho de Boticas, tiveram uma variação muito positiva entre 1996 e 2000⁹⁴. Relativamente ao volume de emprego verificamos que o aumento maior corresponde ao concelho de Boticas (31,8%), apresentando praticamente o dobro do valor do País (16,7%). O aumento do volume de negócios, é claramente significativo, sendo, no entanto, o concelho em estudo o que apresenta a variação inferior (Quadro VI - 21).

Além disso, se consideramos que a disparidade entre o aumento do volume de emprego e do volume de negócios poderá ter a ver com o aumento da mecanização do trabalho, então, significa que, neste sentido, o concelho em estudo, quando comparado com o país e com a Região Norte é o que apresenta uma modernização do trabalho menos significativa.

⁹¹ INE, (1999).

⁹² Volume de Emprego corresponde ao nº de pessoas (tanto trabalhadores por conta de outrem como trabalhadores por conta própria) que exercem uma actividade produtiva abrangida pela definição de produção dada pelo sistema Regulamento (CEE), nº2223/96 do Conselho de 25-07-96.

⁹³ Volume de Negócios, quantia líquida das vendas e prestações de serviços (abrangendo as indemnizações compensatórias) respeitantes às actividades normais das entidades consequentemente após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado, nem outros impostos directamente relacionados com as vendas e prestações de serviços. Na prática corresponde ao somatório das contas 71 e 72 do Plano Oficial de Contabilidade. DRII série, nº 112, de 15-05-98.

⁹⁴ Contudo, não se torna possível distribuir estes valores pelas respectivas empresas e sociedades, já que, quando analisamos os dados referentes ao concelho de Boticas, deparamo-nos com situações onde, por um lado, as empresas e sociedades (mesmo estando em plena actividade) preferiram não divulgar os seus valores ou, por outro lado, por estarmos a falar de um espaço geográfico muito reduzido, as empresas e sociedades pedirem confidencialidade ao INE.

Quadro VI - 21: Volume de emprego, volume de negócios e respectiva variação entre 1996 e 2000.

Região	Volume de Emprego			Volume de Negócios		
	1996	2000	Variação (%)	1996	2000	Variação (%)
País	2.282.066	2.662.344	16,7	37.617.372.086	277.104.797.520	636,6
R. Norte	811.562	908.878	12,0	10.087.461.056	72.726.158.552	621,0
C. Boticas	233	307	31,8	2.411.914	17.311.134	617,7

Fonte: INE, Serviço de Ficheiros de Unidades Estatísticas, 1996 e 2000. (Elaboração própria).

No que concerne a um dos motores impulsionadores do aumento do nível de vida da população, - as sociedades⁹⁵ -, encontramos no país em 1997 cerca de 241 399, das quais 70 425 estavam sediadas na Região Norte e apenas 18 no concelho de Boticas (Anexo XVI). O comércio por grosso e a retalho, - reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico -, têm a maior importância tanto a nível do país (35,5%) como da Região Norte (35,1%) e do concelho de Boticas (22,2%). De seguida, com maior importância surgem, no país e na Região Norte, as actividades ligadas às Indústrias transformadoras, com 16,1% e 24,8%, respectivamente. No concelho em estudo as actividades que surgem de seguida com maior importância estão relacionadas com a Agricultura, produção animal, caça e silvicultura e ainda com actividades ligadas à Construção representando, estas actividades, cerca de 16,7% do total das sociedades sediadas no concelho.

Com menor importância, encontramos no país e na Região Norte as actividades relacionadas com a produção e a distribuição de electricidade, de gás e de água (0,1%) e as Indústrias extractivas (0,4% e 0,5%, respectivamente). No concelho de Boticas, a situação é um pouco diferente, pois a par da produção e distribuição de electricidade, de gás e de água, o concelho apresenta também fortes carências no respeitante a actividades ligadas aos Transportes, armazenagem e comunicações, bem como às Actividades financeiras.

⁹⁵ Sociedade, subsector que integra as unidades com a forma jurídica de empresas com estatuto de empresa pública, com origem em empresas criadas ou nacionalizadas pelo Estado e nas quais a totalidade do capital social é detido pelas administrações públicas. Este subsector reúne, ainda o conjunto das sociedades participadas maioritariamente pelo sector público. Regulamento (CEE), nº 2223/96 do conselho de 25-07-96.

Quadro VI - 22: Percentagem das sociedades com sede na região, segundo a CAE, rev 2, 1997 e 2001.

Actividades	País		R. Norte		C. Boticas	
	1997	2001	1997	2001	1997	2001
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca.	3,0	2,4	1,6	1,3	16,7	10,5
Indústrias extractives.	0,4	0,3	0,5	0,3	11,1	5,3
Indústrias transformadoras.	16,1	13,8	24,8	21,7	11,1	13,2
Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água.	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0
Construção.	9,5	12,7	9,0	13,3	16,7	26,3
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico.	35,5	31,5	35,1	31,0	22,2	28,9
Alojamento e restauração (restaurantes e similares).	10,0	9,3	8,1	7,2	5,6	7,9
Transportes, armazenagem e comunicações.	4,5	6,2	3,9	5,0	0,0	2,6
Actividades financeiras.	0,8	0,7	0,6	0,5	0,0	0,0
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas.	14,1	15,9	11,1	13,3	11,1	2,6
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória. Educação. Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais. Actividades das famílias com empregados domésticos e actividades de produção das famílias para uso próprio. Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.	6,2	7,1	5,3	6,2	5,6	2,6

Fonte: INE, Serviço de Ficheiros de Unidades Estatísticas, 1997 e 2001. (Elaboração própria).

No ano de 2001, o número de sociedades existentes é substancialmente superior. No país existiam 312 000 sociedades sediadas e na Região Norte cerca de 95 885. No concelho de Boticas, encontramos 38 sociedades que se tornam fundamentais para a organização e dinâmica da exploração das actividades económicas (Anexo XVI)⁹⁶.

Em 2001, também a maior percentagem de sociedades está concentrada nas actividades relacionadas com o comércio (Anexo XVI). No entanto, quando analisamos o caso de Boticas, constatamos que, apesar deste concelho ser ainda um espaço rural, as sociedades relacionadas com a agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pescas, perdem lugar para as actividades ligadas ao comércio, construção e indústrias transformadoras.

Em relação ao país e à Região Norte, o concelho em estudo apresenta uma percentagem francamente superior de sociedades sediadas ligadas à construção (26,3%),

⁹⁶ Aliás, tendo por base o Anexo XVII, podemos ver que tanto em 1996 como em 2001, registaram-se no país e na região Norte um grande número de sociedades que se dissolveram nas diferentes actividades económicas, realçando-se aqui, as actividades ligadas ao Comércio, às Indústrias Transformadoras e às actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços prestados às empresas. No entanto no concelho em estudo não se regista qualquer dissolvença.

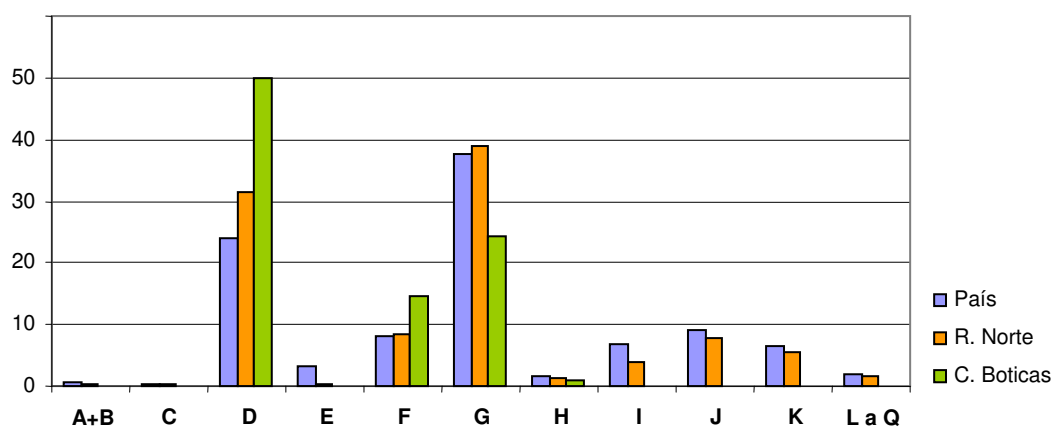
à agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca (10,5%) e às indústrias extractivas (5,3%). Por sua vez, o peso das sociedades relacionadas com as indústrias transformadoras na estrutura empresarial do concelho (13,2%) é muito semelhante ao peso registado no país (13,8%), mas consideravelmente inferior ao registado na Região Norte (21,7%).

No sector da produção e distribuição de electricidade, de gás e de água, o número de sociedades é muito reduzido, registando o país e a região Norte 0,1%, enquanto que o concelho de Boticas não apresenta qualquer sociedade com sede na região. Mas, a par desta actividade, o concelho não integra também sociedades ligadas a actividades financeiras.

Em termos económicos, os Gráficos VI - 33 e VI - 34 evidenciam a importância das diferentes sociedades na dinâmica da economia das respectivas zonas geográficas no ano de 2001. No país e na Região Norte, a maior percentagem do volume de vendas e de pessoal ao serviço está relacionada com o comércio e com as indústrias transformadoras, que, aliás, são também as actividades com maior percentagem de sociedades com sede na região. No entanto, no concelho de Boticas encontramos uma certa disparidade, pois, se é o comércio que detém maior percentagem de sociedades, é a indústria transformadora que contribui com praticamente 50% do total das vendas efectuadas pelas sociedades com sede na região e que integra cerca de 45,6% do pessoal ao serviço. O comércio contribui apenas com cerca de 24,3% do volume de vendas e integra apenas cerca 17,3% do pessoal ao serviço. A construção, por seu lado, surge com uma contribuição de 14,5% no volume de vendas, mas integrando uma percentagem de pessoal ao serviço na ordem dos 20%.

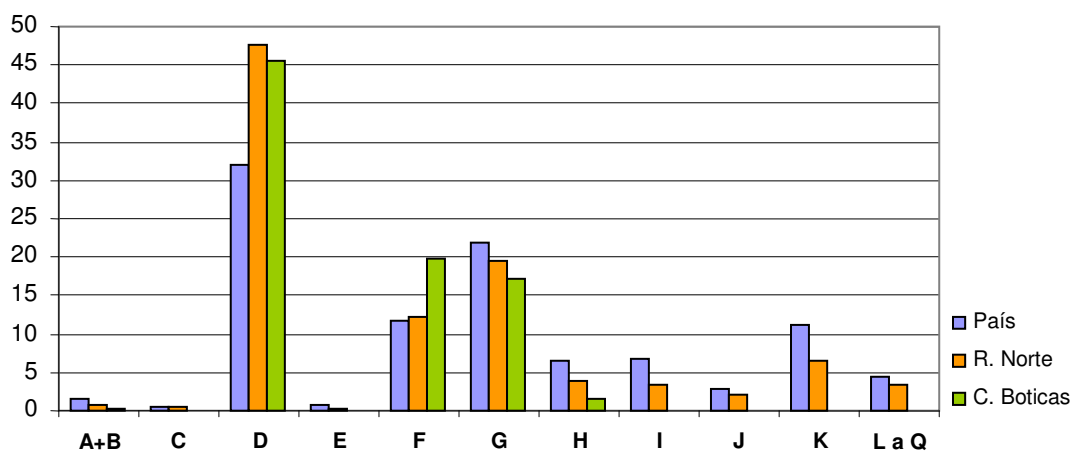
No que concerne à agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pescas que apresentavam uma percentagem de 10,5% de sociedades com sede na região, aquelas contribuem com apenas 0,1% para o total do volume de vendas existente no concelho, e com 0,3% do pessoal ao serviço, reforçando mais uma vez o carácter familiar e de previdência, que envolve estas actividades no concelho, bem como o conteúdo simbólico da relação com a propriedade fundiária dentro do sistema de relações sociais e de transmissão intergeracional da terra.

Gráfico VI - 33: Percentagem do volume de vendas das sociedades com sede na região, segundo a CAE, rev 2, 2001.



Fonte: INE, Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE), 2001. (Elaboração própria).

Gráfico VI - 34: Percentagem do pessoal ao serviço nas sociedades com sede na região, segundo a CAE, rev 2, 2001.



Fonte: INE, Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE), 2001. (Elaboração própria).

Legenda: Actividades económicas, segundo a CAE, em 2001.

A	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura
B	Pesca
C	Indústrias extractivas
D	Indústrias transformadoras
E	Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água
F	Construção
G	Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico.
H	Alojamento e restauração (restaurantes e similares)
I	Transportes, armazenagem e comunicações
J	Actividades financeiras
K	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
L	Administração pública, defesa e segurança social obrigatória
M	Educação
N	Saúde e Acção Social
O	Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais
P	Actividades das famílias com empregados domésticos e actividades de produção das famílias para uso próprio
Q	Organismos internacionais e outras instituições extra - territoriais

Fonte: INE, Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE), 2001.

Na estrutura económica, as empresas encontram um lugar de destaque. Em 1997, Portugal contava com cerca de 799 521 empresas⁹⁷ sediadas, a Região Norte com cerca de 246 427 e o concelho de Boticas com cerca de 560 empresas (Anexo XVI). A distribuição indica uma maior percentagem das actividades ligadas ao comércio por grosso e a retalho, no caso do país (35%) e da Região Norte (36%). No concelho de Boticas, a maior percentagem de empresas (37%) está relacionada com a agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca (Quadro VI - 23).

Em 1997, as três zonas geográficas em causa mantinham situações idênticas relativamente às actividades menos desenvolvidas que, neste caso, estavam relacionadas com as indústrias extractivas (com 0,2% cada) e com as indústrias de produção e distribuição de electricidade, de gás e de água (onde não se verificava qualquer percentagem), bem como, a actividades relacionadas com o alojamento e restauração, apresentando valores de 7,7%; a Região Norte, 8,1% e o concelho de Boticas 8,0%.

⁹⁷Empresa, entidade jurídica (pessoa singular ou colectiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia, de decisão nomeadamente quanto à afectação dos seus recursos recorrentes, Regulamento (CEE), nº696/93, de 15-03-93; <http://conceitos.ine.pt>.

Quadro VI - 23: Percentagem de Empresas com sede na região, segundo a CAE em 1997 e 2001.

Actividades	País		R. Norte		C. Boticas	
	1997	2001	1997	2001	1997	2001
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca.	10,6	10,1	8,1	7,9	39,1	38,1
Indústrias extractives.	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	0,0
Indústrias transformadoras.	9,6	9,1	13,7	13,3	6,1	5,0
Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Construção.	17,6	18,8	13,9	15,2	8,8	10,0
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico.	37,0	35,7	39,5	37,8	29,1	29,1
Alojamento e restauração (restaurantes e similares).	7,7	8,6	8,1	9,2	8,0	9,2
Transportes, armazenagem e comunicações.	1,8	1,6	1,7	1,6	3,0	3,1
Actividades financeiras.	4,2	4,5	4,2	4,6	1,3	1,1
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas.	7,2	7,3	6,5	6,5	2,7	2,5
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória. Educação. Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais. Actividades das famílias com empregados domésticos e actividades de produção das famílias para uso próprio. Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.	4,2	4,2	4,2	4,0	1,8	1,9

Fonte: INE, Serviço de Ficheiros de Unidades Estatísticas, 1997 e 2001. (Elaboração própria).

Contrariamente ao que acontece com as sociedades, observa-se, em 2001, uma diminuição do número de empresas. No país há apenas 773 004 empresas sediadas, sendo cerca de 239 031, na Região Norte, o que traduz, uma quebra de 3,3% e 3,0%, respectivamente. No concelho de Boticas, a diminuição é bem mais acentuada, verificando-se uma diminuição de 6,8%, registando, em 2001, apenas 522 empresas.

A distribuição das empresas sediadas segundo a CAE é idêntica à observada em 1997. De salientar apenas que as actividades que sofreram uma quebra maior no país e na região Norte foram as actividades relacionadas com o comércio, enquanto que, no concelho de Boticas, a maior quebra verifica-se nas actividades relacionadas com a agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca e actividades relacionadas com as indústrias transformadoras, apresentando estas, em 2001, menos um ponto percentual.

No entanto, a economia do concelho de Boticas, para além da agricultura, conta também com a presença de empresas relacionadas com as actividades industriais, de comércio e serviços.

As empresas sediadas no Concelho em estudo são de reduzida dimensão, empregando, na sua maioria, menos de 5 pessoas, com excepção da fábrica de cordas e da empresa das águas de Carvalhelhos.

A região apresenta uma estrutura industrial muito especializada, fundamentalmente ligada ao aproveitamento de recursos naturais locais e com um pequeno grau de abertura ao exterior.

Continua a prevalecer uma especialização em sectores produtivos, em gamas de produtos e em fases de processo produtivo, com uma produtividade aparente, relativamente limitada, não requerendo níveis de qualificação elevados e, consequentemente, tornando inviável o pagamento de salários elevados.

Tal facto leva a que o emprego na indústria, como já foi referido, seja exercido, muitas vezes, em complementaridade com a agricultura.

Porém, a implantação de algumas indústrias nesta área tem concorrido para uma certa mudança da estrutura económica e social. A construção civil tem-se apresentado como um sector de relevo na economia concelhia, intimamente ligada à construção de habitações. No entanto, o desenvolvimento desta tendência poderá estar comprometida, perante a regressão demográfica e a diminuição das remessas dos emigrantes. Só os investimentos em infra-estruturas e instalações produtivas poderão, no futuro, amenizar o problema.

O comércio e os serviços têm ganho destaque na região. No entanto, é de assinalar que a expansão deste sector (Terciário) reflecte-se no crescimento do emprego e não em significativa modernização das formas de prestação de funções, mantendo-se o domínio de actividades com baixo nível de produção.

A maior parte dos estabelecimentos de comércio e serviços situam-se na sede concelhia. No restante espaço envolvente, existe um número reduzido de estabelecimentos comerciais, (mercearias e cafés, quase sempre), e como estratégia de sobrevivência, associando-se estas duas funções e acumulando, nalguns casos, com a venda de outros produtos (Anexo XVIII).

As freguesias que apresentam menos estabelecimentos de comércio e serviços são as freguesias de Cerdedo, Ardãos, Codessoso, S. Salvador de Viveiro, e Fiães do Tâmega que oferecem essencialmente pequenos cafés e minimercados. Outras freguesias, como Beça, Sapiãos, Dornelas e Pinho oferecem um leque variado de estabelecimentos comerciais e de serviços, como, por exemplo, oficinas, casas de aluguer de máquinas, comércio de roupa, restaurantes, apoio domiciliário, venda de materiais de construção, entre outros, sofrendo, no entanto, a concorrência de estabelecimentos de maior dimensão situados na sede de Concelho e a forte presença do comércio ambulante.

O Concelho em estudo, tipificado como rural profundo, debate-se com alguns problemas graves que passam pela regressão populacional, pelo baixo poder de compra e pela iniciativa empresarial que teima em escassear. «...ou se inventa uma nova função (económica e social) para as aldeias ou será inevitável o seu abandono e o despovoamento rural» (Baptista, 1999:2).

A criação de uma cultura de iniciativa estimulando o espírito empresarial e empreendedor nas camadas mais jovens da população constituiria elemento fulcral do desenvolvimento local sólido, tendo como alavanca actividades económicas e investimento público indutor de desenvolvimento. A indústria, como âncora do desenvolvimento rural, por exemplo, move a montante e a jusante importantes sinergias, nomeadamente o aparecimento de outras indústrias complementares ou não no processo de transformação industrial, valorização de recursos locais, aparecimento de serviços financeiros, administrativos, telecomunicações e ensino e, inclusive, melhorias das infra-estruturas viárias, energia e saneamento básico.

Niittykangas e Nenonen (1994) reconhecem que as oportunidades para estabelecer uma empresa são maiores nas áreas rurais industrializadas e próximas de centros populacionais que oferecem mercado para escoamento dos seus produtos a um tecido económico suficientemente dinâmico. A diminuição da população em geral e o envelhecimento limitam a criação de empresas no mercado local devido ao declínio da procura e à falta de diversificação. Reveste-se de notória importância articular, no plano socio-económico e territorial, actividades tradicionais locais com actividades não convencionais mas indutoras de emprego. O fomento de actividades pode ser feito, de forma directa, através de incentivos à fixação de empresas e, de forma indirecta, através de condições que aumentem a competitividade e a atractividade local, atraindo uma

nova geração de empresários e profissionais que contribuam para o rejuvenescimento e qualificação da população residente. Formação profissional adaptada às necessidades da região pode ser decisivo para a manutenção/renovação de actividades económicas ganhando um novo dinamismo com melhores acessibilidades tendo em vista uma melhor integração na economia global, contrariando a periferização. O desenvolvimento do sistema urbano nacional deve conduzir a uma distribuição/complementaridade espacial fortemente baseada em cidades de média dimensão. Estas cidades constituem a âncora do desenvolvimento socio-económico e político dos espaços rurais envolventes contribuindo para um modelo nacional equilibrado de desenvolvimento.

2.7 Poder de compra

O desenvolvimento da actividade industrial, de comércio e serviços, surge paralelamente à actividade agrícola como forma de melhorar substancialmente o nível de vida das pessoas. Neste sentido, se atendermos a variáveis económicas, como o indicador per Capita (Ipc), e à Percentagem de Poder de Compra (PPC), verificamos que a tendência é para um aumento gradual dos seus valores⁹⁸ (Gráfico VI - 35 e VI - 36).

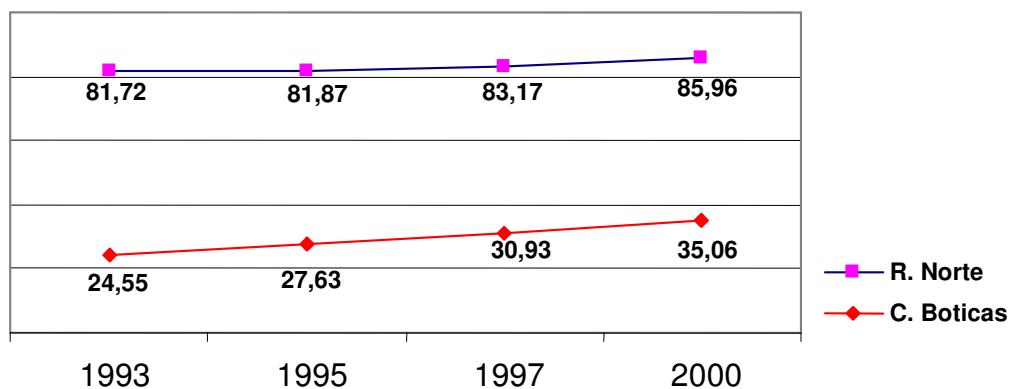
O Indicador per Capita (Ipc) do poder de compra indica o nível de poder de compra médio de cada indivíduo localizado num dado território, tendo como base o nível médio geral da população do país. Os resultados obtidos revelam que tanto a Região Norte como o concelho em estudo assistem a um aumento gradual do seu poder de compra. Em 1993, a Região Norte apresentava um valor situado nos 81,72% e em 2000 registava um valor de 85,96%. Ainda muito aquém da média nacional, esta região assiste neste período, a uma variação positiva situada nos 4,24%.

Relativamente ao concelho de Boticas, o seu índice é significativamente inferior à média nacional. No entanto, entre 1993 e 2000, regista um aumento substancial situado nos 10,51%, apresentando, em 1993, valores a rondar os 24,55 e, em 2000, 35,06 pontos percentuais, demonstrando, inclusive, a tendência para superar outros concelhos pertencentes à Região Norte⁹⁹.

⁹⁸ O INE tem vindo a produzir, desde 1993, indicadores relativos ao poder de compra que permitem analisar o poder de compra relativo de cada território, tendo como base o nível nacional. Estes indicadores são o “índice de poder de compra per capita” e a “percentagem de poder de compra”.

⁹⁹ Verifica-se uma evolução similar até 2005 (Anexo XIX).

Gráfico VI - 35: Evolução do indicador per capita do poder de compra da R. Norte e do concelho de Boticas, entre 1993 e 2000.



Fonte: INE, Estudo do Poder de Compra Concelhio, Serviços de Estatísticas Territoriais, Departamento de Estatísticas Sociais, 1993-2000.

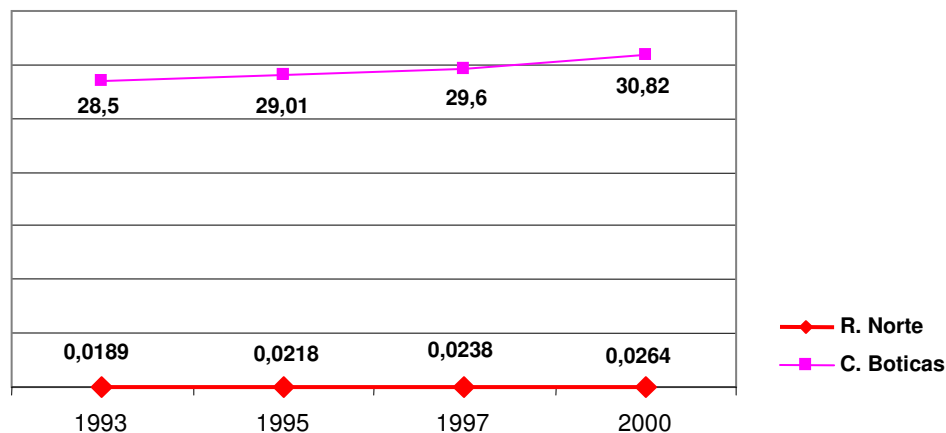
A Percentagem de Poder de Compra (PPC) indica qual a percentagem que o poder de compra da população de um dado território representa na totalidade do poder de compra da população total do país. Reflecte portanto não só a distribuição do poder de compra pelo país, mas também, e concomitantemente, a repartição da população.

Tanto a Região Norte como o concelho de Boticas (Gráfico VI - 36) ficam muito aquém do índice 100 (padrão que representa a média nacional daquele índice), sendo que, em relação ao concelho em estudo, os valores são, de facto, muito reduzidos não chegando sequer a atingir, em 2000, o índice de 0,03. Além disso, vendo ainda a evolução registada pelo gráfico, verificamos que, ao contrário do que acontecia com Ipc, neste intervalo de tempo, a PPC regista um aumento substancialmente inferior (0,0075) quando comparado com a Região Norte (2,32).

Este número particularmente reduzido não deve contudo causar surpresa, já que a média do país é ponderada pelo peso demográfico dos concelhos, e os concelhos com maior percentagem de poder de compra são também, quase sempre, os mais populosos.

Por isso, a perda de população do concelho de Boticas contribui para aqueles reduzidos valores.

Gráfico VI - 36: Evolução da percentagem do poder de compra da R. Norte e do concelho Boticas, entre 1993 e 2000.



Fonte: INE, Estudo de Poder de Compra Concelhio Serviços de Estatísticas Territoriais, Departamento de Estatísticas Sociais, 1993-2000.

3. Acessibilidades

As acessibilidades exercem papel preponderante na percepção do fenómeno de desertificação humana (despovoamento) e enformam as propostas mais prioritárias para a resolução dos problemas. Facilitam a coesão interna e internacional potenciando a capacidade atractiva e competitiva dos diferentes lugares, indispensáveis ao êxito num processo de crescente globalização. A Rede Nacional Rodoviária (Rede Fundamental, Complementar e Estradas e Caminhos Municipais) cobre todo o território nacional. Porém, se atendermos à hierarquia da rede nacional, encontramos disparidades a nível regional entre o Litoral e o Interior e o Norte e o Sul, reduzindo a acção polarizadora dos centros de menor dimensão. Estes contrastes territoriais serão em parte atenuados quando as redes fundamentais e complementares estiverem concluídas. A rede ferroviária principal e a localização dos aeroportos acentuam a litoralização do país.

3.1 Infra-estruturas rodoviárias

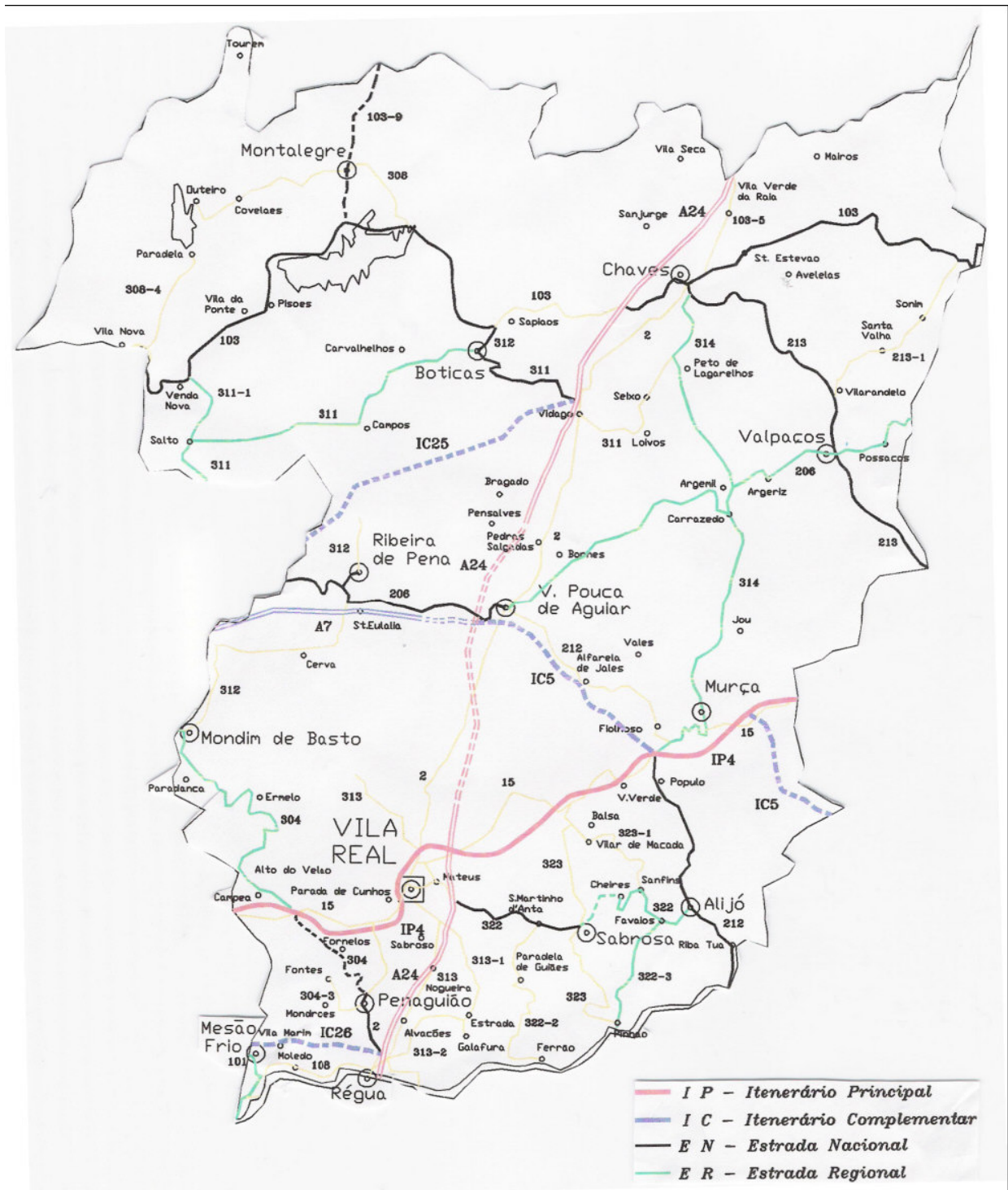
Quanto a acessibilidades, o concelho de Boticas, tem beneficiado, na última década, de crescentes melhorias a nível de estradas nacionais, regionais e municipais. No entanto, a distância, em horas, aos centros de decisão mais próximos mantêm-se ainda elevada, o que se traduz em avultados prejuízos económicos. O melhoramento das condições de inter relação e acessibilidades constitui o mote “...para promoção de um crescimento equilibrado e o desenvolvimento de um modelo de difusão e descentralização espacial do desenvolvimento económico” (Calheiros, 2005:168). O Concelho em estudo beneficia agora com a proximidade da A24, A7 e A25.

A A24 – Auto-estrada Viseu/Chaves, que liga Trás-os-Montes à Beira Interior, irá fazer a ligação entre o IP5 (em Viseu) e Chaves (fronteira com Espanha), possibilitando ainda o acesso ao IP4, futura A4, em Vila Real, e à A7 / IC5 (próximo de Vila Pouca de Aguiar). O traçado, numa extensão total de 155 kms, inclui 37 viadutos e 21 nós de ligação.

A A7 – Auto-estrada Póvoa de Varzim/Vila Pouca de Aguiar - foi concluída em 2005. Inicia-se na Póvoa de Varzim, passando por Vila Nova de Famalicão, Guimarães, Fafe, Cabeceiras de Basto e Vila Pouca de Aguiar, e terminando no nó com a A24. Com uma extensão total de 112 km, a A3 faz a ligação principal entre a 2ª maior cidade de Portugal, o Porto, com a fronteira espanhola (em Valença). A A3 pertence à concessionária Brisa e passa pelos distritos do Porto, Braga e Viana do Castelo. Concluída em 1998, é o eixo fundamental de ligação ao norte de Espanha, numa extensão de 105 Km. Esta auto-estrada inicia-se na Via de Cintura Interna, em plena cidade do Porto, e, depois de deixar a A4, a nascente, em Águas Santas, cruza a fértil região de Santo Tirso e Famalicão, aproximando-se da cidade dos Arcebispos. De Braga a A3 segue para a senhorial Ponte de Lima e, aqui, inicia uma magnífica travessia da Serra de Arga, rumo ao Vale do Minho, em Valença, onde se encontra com a Galiza.

A A25 – Auto-estrada Aveiro/Vilar Formoso - é uma auto-estrada actualmente em regime de SCUT. Atravessa os distritos de Aveiro, Viseu e Guarda, ligando o porto de Aveiro a Espanha, em Vilar Formoso. A A25o IP5 substituir, o qual não se mostrou seguro no seu traçado (com uma elevada sinistralidade rodoviária), nem eficaz na capacidade de suporte de tráfego. Espera-se que a auto-estrada A25 venha diminuir o número de acidentes do antigo IP5, diminuindo igualmente os tempos de viagem.

Figura VI - 9: Acessos ao concelho de Boticas.

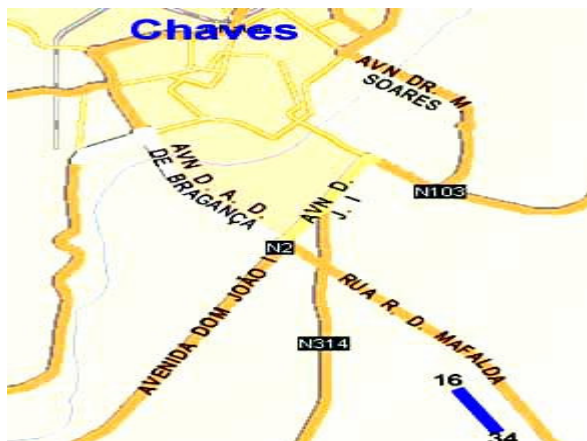


Fonte: Direcção de Estradas de Vila Real, 2007.

3.2 Infra-estruturas aéreas

Ao nível das infra-estruturas aéreas, encontramos, próximo do concelho em estudo, o Aeródromo Municipal de Chaves, situado na zona limítrofe da cidade, cobrindo uma área desprovida deste tipo de meio de transportes.

Figura VI - 10: Aeródromo Municipal de Chaves.



Fonte: http://www.pelicano.com.pt/zpistas_in1.html

Há ainda, na região, outras pistas secundárias, tais como:

Pista de Cabeceiras de Basto – Situada a 4 km N de Cabeceiras de Basto, em Marmorais, na Cumeada do Outeiro das Moças, entre Abadim e Travesso.

Figura VI - 11: Pista de secundária de Aviação de Cabeceiras de Basto.



Fonte: http://www.pelicano.com.pt/zpistas_in1.html

Pista Municipal de Minhéu, situado em Cabanas (perto do topo da serra), a 5Km NNW de Vila Pouca de Aguiar.

Figura VI - 12: Pista Municipal de Aviação de Minhéu .



Fonte: http://www.pelicano.com.pt/zpistas_in1.html

3.3 Infra-estruturas ferroviárias

No atinente ao plano ferroviário, verificamos que o interior, a norte de Vila Real, se encontra sem ligações. Há apenas a Linha do Tua que efectua ligação até Mirandela, como podemos observar na figura.

Figura VI - 13: Ligação ferroviária do Tua a Mirandela.



Fonte: www.cp.pt

As acessibilidades são um elemento fulcral de competitividade de forma a combater o sentimento de desterro de que sofrem muitas regiões do interior e de que o concelho de Boticas constitui exemplo.

Torna-se necessário a concretização de eixos viários que assegurem uma ligação aos grandes centros urbanos, ao litoral e à Europa, nomeadamente a criação na região de uma rede de infra-estruturas aeroportuárias vocacionadas para suportar voos comerciais.

O concelho de Boticas conheceu, nas últimas décadas, significativa evolução económica e social, a qual se mostra claramente insuficiente para contrariar o fluxo emigratório e conseqüente envelhecimento populacional e despovoamento.

CAPÍTULO VII – CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DO EMIGRANTE REGRESSADO AO CONCELHO DE BOTICAS

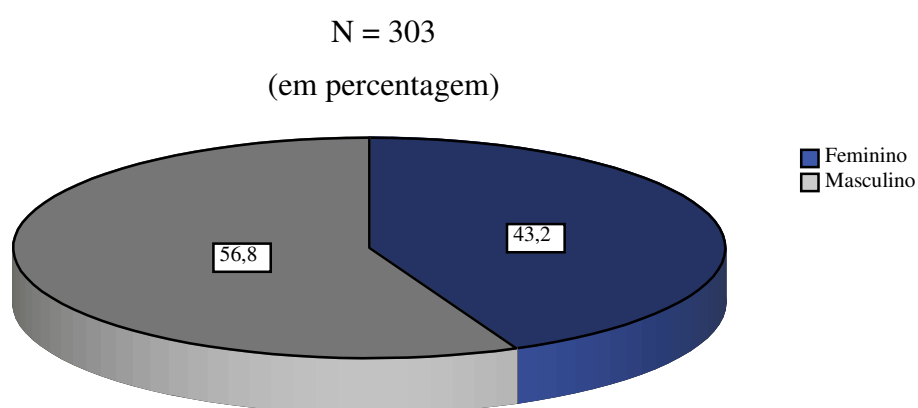
O potencial regresso de emigrantes oriundos de meios pequenos e rurais e com elevadas taxas de emigração, poderá ser considerado como um factor potencialmente vantajoso para as áreas geográficas de origem. Questiona-se se os emigrantes regressados ao concelho de Boticas têm capacidade de inovação e espírito empreendedor e se aplicam estas capacidades no investimento e no desenvolvimento da sua terra natal, baseando-nos na análise dos dados de um inquérito por questionário feito a 51% dos emigrantes regressados ao concelho em estudo (303 indivíduos).

1. Caracterização da Amostra

1.1 Género

Das respostas ao inquérito 56,8% são homens (172 inquiridos) e 43,2% (131) são mulheres (Gráfico VII - 1).

Gráfico VII - 1: Género dos emigrantes regressados.



1.2 Idade

Dos inquiridos regressados ao território de origem, 52,4% (153 inquiridos) têm mais de 60 anos de idade, seguindo-se a faixa etária, (dos 50 aos 59 anos), que atinge os 27,4% (80 inquiridos). A percentagem de jovens até aos 30 anos, que já viveu a experiência de emigrante é escassa, correspondendo a apenas 2,4% (Quadro VII - 1).

Quadro VII - 1: Idade actual.

N = 292

(em número e percentagem)

Idade actual	N	%
Até aos 30 anos	7	2,4
Dos 30 aos 39 anos	19	6,5
Dos 40 aos 49 anos	33	11,3
Dos 50 aos 59 anos	80	27,4
Mais de 60 anos	153	52,4
Total	292	100,0

Cruzando o género dos emigrantes regressados originários do concelho de Boticas com a sua idade actual, verifica-se uma certa homogeneidade de género. A maior discrepância encontra-se no intervalo etário dos 30 -39 anos, no qual o género feminino predomina (Quadro VII - 2).

Quadro VII - 2: Idade actual, segundo o género.

N = 292

(em número e percentagem)

Idade actual	Género			
	Masculino		Feminino	
	n	%	n	%
Até aos 30 anos	4	2,4	3	2,4
Dos 30 aos 39 anos	8	4,8	11	8,9
Dos 40 aos 49 anos	17	10,1	16	12,9
Dos 50 aos 59 anos	42	25,0	38	30,6
Mais de 60 anos	97	57,7	56	45,2
Total	168	100,0	124	100,0

Nas faixas etárias mais jovens (até aos 30 anos), denota-se uma tendência para a proximidade de género, reflexo da feminização crescente dos fluxos migratórios.

1.3 Escolaridade

Do total de 292 inquiridos, 128 (ou seja, 43,8% da amostra) concluíram a escola primária. No entanto, 21,2% (62 indivíduos) não sabe ler nem escrever e 23,3% (68 indivíduos) sabe ler e escrever, mas não têm grau escolar. É residual, apenas 4 inquiridos, o número de indivíduos emigrantes com estudos superiores (Quadro VII - 3). Este facto não causa admiração, já que a lei portuguesa só a partir de 1956 tornou obrigatória a escolarização até à 4ª classe para os homens e, em 1960, para as mulheres. Dado que a maior parte dos inquiridos emigraram na década de 60 e 70, ainda não tinham sido abrangidos por aquela lei. Os níveis de escolaridade são mais elevados nas camadas mais jovens de emigrantes regressados, devido à cada vez maior aposta na instrução, através da escolaridade mínima obrigatória, associada também a uma cada vez mais tardia inserção no mercado de trabalho.

Quadro VII - 3: Nível de escolaridade dos emigrantes regressados.

N = 292

(em número e percentagem)

Nível de escolaridade	n	
	n	%
Não sabe ler nem escrever	62	21,2
Sabe ler e escrever sem grau escolar	68	23,3
Concluiu a escola primária	128	43,8
Concluiu a escola preparatória	15	5,1
Frequentou a escola secundária	15	5,1
Frequentou a universidade	4	1,4
Total	292	100,0

O nível de escolaridade entre os géneros é algo díspar, nos primeiros níveis de ensino, sobretudo no caso dos indivíduos que sabem ler e escrever sem grau escolar, sendo 64,5% do sexo masculino e 35,3% do sexo feminino. A tendência para a homogeneidade acontece nos níveis de escolaridade mais avançados. Dois indivíduos ex-emigrantes de ambos os géneros frequentaram a universidade (Quadro VII - 4- 0).

Quadro VII - 4- 0: Nível de escolaridade dos emigrantes regressados, segundo o género.

N = 292

(em número e percentagem)

Nível de escolaridade	Género			
	Masculino		Feminino	
	n	%	n	%
Não sabe ler nem escrever	35	56,5	27	43,5
Sabe ler e escrever sem grau escolar	44	64,7	24	35,3
Concluiu a escola primária	70	54,7	58	45,3
Concluiu a escola preparatória	8	53,3	7	46,7
Frequentou a escola secundária	8	53,3	7	46,7
Frequentou a universidade	2	50,0	2	50,0
Total	167	57,2	125	42,8

Fazendo uma correlação entre o nível de escolaridade e a idade actual dos emigrantes regressados ao concelho de Boticas, é visível a acentuada taxa de analfabetismo associada à população mais envelhecida, à semelhança da tendência verificada na sociedade portuguesa (Quadro VII – 4- 1).

Quadro VII -4- 1: Nível de escolaridade dos emigrantes regressados, segundo a idade actual.

N = 284

(em número e percentagem)

Nível de escolaridade	Até 30 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		Mais de 60 anos	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Não sabe ler nem escrever	-	-	4	22,2	5	15,6	9	11,4	39	26,4
Sabe ler e escrever sem grau escolar	-	-	1	5,6	4	12,5	17	21,5	44	29,7
Concluiu a escola primária	-	-	6	33,3	16	50,0	49	62,0	56	37,8
Concluiu a escola preparatória	3	42,9	3	16,7	4	12,5	2	2,5	3	2,0
Frequentou a escola secundária	2	28,6	4	22,2	3	9,4	2	2,5	4	2,7
Frequentou a universidade	2	28,6	-	-	-	-	-	-	2	1,4
Total	7	100,0	18	100,0	32	100,0	79	100,0	148	100,0

2. Círculo Migratório

2.1 Destinos da emigração

“A emigração portuguesa é conotada com frequência como uma situação de diáspora, quer pela proliferação das comunidades de portugueses pelos “quatro cantos” quer pelo seu carácter de continuidade” (Garcia, 2000:56). No entanto, tendo em conta um balanço de resultados empíricos da bibliografia nacional entre emigração portuguesa e respectivo destino (J. Guerreiro, 1981; J. Arroteia e M. B. Trindade 1984; Ramos 1990; N. Anido e R. Freire 1978; Gonçalves, 2003; Ferreira e Rato, 2000), os autores apontaram a França como o principal país de destino da emigração portuguesa da

segunda metade do Séc.XX.¹⁰⁰ Esta emigração europeia, ao contrário da emigração transoceânica, tinha um carácter essencialmente temporário, apresentando maiores dificuldades de integração, atingindo o seu volume máximo nos anos 60/70. A emigração do concelho de Boticas corrobora a tendência nacional, tendo a França acolhido 244 indivíduos, o que corresponde a 81,6% da nossa amostra. A Alemanha aparece como o 2.º país europeu nos destinos dos inquiridos, com 4,3% (13 inquiridos). No caso da emigração transoceânica¹⁰¹, talvez em razão do seu carácter mais definitivo, apenas 7% dos emigrantes (21 inquiridos) escolheram os EUA como o seu primeiro país de imigração, 2,3% (7 inquiridos) optaram pelo Brasil e 0,7% (2 inquiridos) pelo Canadá (Quadro VII - 5). No que concerne ao segundo país de imigração, a França continua a liderar os países que receberam os emigrantes do concelho de Boticas, com 36,4% (Quadro VII - 6).

Correlacionando o primeiro país de imigração (por género) segundo a idade no momento da emigração, observamos que a França se mantém como o país que acolhe mais imigrantes, independentemente da diferenciação por género e idade (Quadro VII - 7).

2.2 Década de emigração

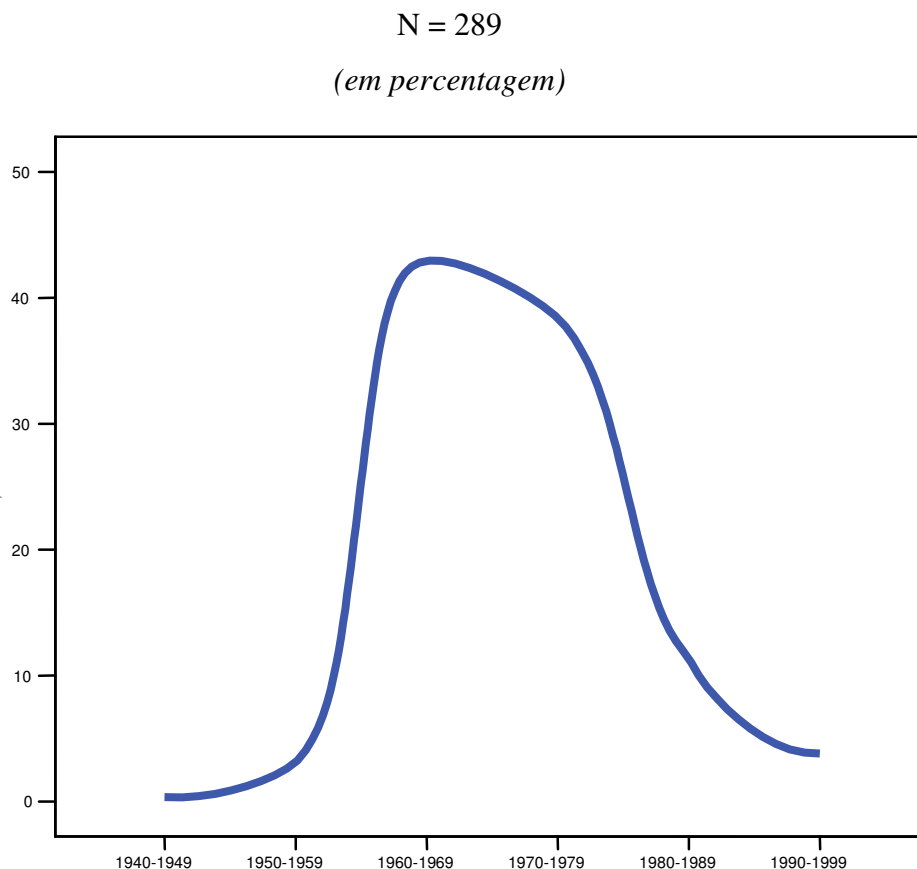
Tal como foi referido anteriormente, a emigração portuguesa atingiu o seu apogeu nas décadas de 1960 e 70 e o concelho de Boticas, apesar do seu reduzido espaço geográfico, não foi excepção. As décadas de 40 e 50 do século XX apresentam baixas taxas de emigração, sendo apenas de aproximadamente 4% (10 inquiridos).

Nos anos 60 observamos o valor percentual de 42,9% (124 inquiridos), seguindo-se os anos 70 com 38,4% (111 inquiridos) (Gráfico VII - 2).

¹⁰⁰ Historicamente, considera-se que a emigração portuguesa para França começou depois da 1ª guerra mundial, devido a laços estabelecidos entre alguns elementos do corpo expedicionário português e cidadãos franceses. Segundo dados dos censos demográficos franceses, em 1921 havia 11000 portugueses residentes em França correspondente a 0,7% da população estrangeira nesse país. Em 1982, residiam neste país 768925 portugueses, valor correspondente a 20,8% da sua população estrangeira (Ferreira, e Rato, 2000: 197, 198). As redes sociais afectaram certamente a direcção da corrente migratória portuguesa (Ramos, 1990).

¹⁰¹“A emigração transoceânica distingue-se da corrente europeia pela preponderância de um fraco movimento de retorno” (Garcia, 2000: 59).

Gráfico VII - 2: Década de emigração do emigrante regressado.



Nas décadas mais recentes, assistiu-se à redução da saída dos inquiridos. Nos anos 80 e 90 a proporção de saída é de apenas 15,2%, configurando-se estes mais como décadas de regresso do que propriamente de fluxo emigratório, em razão da conjuntura económica internacional, que levou os países de acolhimento na segunda metade da década de setenta a adoptarem políticas que impulsionaram o regresso dos emigrantes através da concessão de subsídios de ajuda ao regresso e impondo restrições à livre circulação de trabalhadores no espaço comunitário¹⁰², “...de úteis e produtivos, os imigrantes passaram a ser olhados como dispensáveis e excedentários, ...até então considerados como países de acolhimento, passam... a ser designados como países receptores” (Rocha-Trindade, 1995:154).

¹⁰² No entanto, e como mais tarde foi provado, pelo menos em alguns países, como no caso de Portugal, as medidas de incentivo ao regresso, impostas pela França e pela então República Federal Alemã, não tiveram “(...) um grande impacto, em termos estatísticos, tendo beneficiado sobretudo os emigrantes que já tinham intenção de retornar (...)” (Silva, M. *et al*, 1984: 20). Contudo, ainda foi significativo o acréscimo do número de regressos.

Em 1 de Janeiro de 1986, com a integração de Portugal na Comunidade Europeia, aquela situação foi alterada, podendo os portugueses beneficiar da livre circulação a partir de 1 de Janeiro de 1992. Assim, e contrariando o objectivo acima referido, alguns portugueses, após terem beneficiado do subsídio de regresso, não conseguindo (re) integrar-se no país de origem, voltaram a emigrar. Assim, no que concerne à nossa amostra no respeitante ao segundo país de imigração e como já foi referido anteriormente, a França continua a liderar os países que receberam os emigrantes do concelho de Boticas, com 36,4% dos inquiridos (Quadro VII - 6). Alguma pesquisa sobre a migração de regresso mostra que aqueles que regressam, geralmente re-emigram, o que levou Margolis (1995), baseado na sua pesquisa entre imigrantes Brasileiros na Cidade de Nova York, a formular o conceito de “migração yo-yo”. Regularmente migram “para trás e para adiante”, entre o país de origem e o país de acolhimento, sem intenção de permanecer definitivamente em qualquer deles. Na amostra em estudo, do cruzamento da variável género com a do ano de emigração, constatamos que a década de 60 foi essencialmente uma década de emigração masculina, mas no período compreendido entre 1970 e 1989, predomina a emigração feminina (48,4%, entre 1970-1979 e com 17,2% entre 1980 e 1989), confirmando-se, neste período, o reagrupamento familiar e a procura de mão-de-obra feminina nos países de acolhimento (Quadro VII – 8). Apesar de o reagrupamento familiar se encontrar mais limitado a partir de 1974 e pelas razões supra referidas “(...) as coisas começaram a complicar-se, passando-se apenas a períodos especiais de legalização, mas, nem por isso, os portugueses deixaram de partir para França para aí exercerem uma actividade profissional” (Leandro, 1995: 227).

Tendo em conta a idade no momento da emigração segundo a década de emigração, constatamos que a maioria dos inquiridos concentrados no intervalo dos 20 aos 49 anos emigraram entre os anos de 60 e 89, com preponderância para o intervalo etário do 30-39 anos, o qual apresenta uma taxa de emigração mais elevada – 60 inquiridos na década de 60-69 e 47 inquiridos na década de 70-79 (Quadro VII - 9).

2.2.1 Décadas de emigração do emigrante regressado segundo o primeiro país de imigração

Em todas as décadas, com excepção da década de 40, a grande percentagem de emigrantes dirigiu-se para a França que foi, aliás, o principal país de acolhimento dos emigrantes provenientes do concelho de Boticas, como observamos anteriormente.

Atente-se, ainda, que, na década de 50, 44,4% dos emigrantes escolheram como país de destino a França, mas também é significativo o número de emigrantes que partiram para o Brasil, (33,3%) (Quadro VII - 10).

Já na década de 90, apesar de o principal destino ser a França, também a Alemanha, os EUA e Andorra foram países escolhidos. De destacar que, na década de 90, se começou a assistir a fluxos de emigração sazonal, fruto da instabilidade económica vivida em Portugal, fenómeno este com contornos diferentes da emigração registada em décadas anteriores.

Só a partir da década de 60 é que surge um segundo país de imigração para os habitantes do concelho de Boticas. Entre 1960-1969, 66,7% dos emigrantes (2) partiram para França e 33,3% (1 indivíduo) para Angola. Já na década de 70, os destinos de 4 indivíduos, repartiram-se pelos EUA, Suíça, Canadá e Luxemburgo. Na década seguinte, a emigração dirigiu-se exclusivamente para o Canadá. Nos anos 90, os dois países de destino para 2 indivíduos foram os EUA e a França (Quadro VII - 11).

A principal razão que conduziu à opção de emigrar é uma razão económica (87,5%, 252 inquiridos) (Quadro 38). Os inquiridos, independentemente do género e/ou da idade, emigraram, sobretudo, por questões financeiras (Quadro 39). O panorama das razões de emigração apontadas pelos inquiridos, “(...) corresponde, de algum modo, à imagem que se tem da emigração portuguesa, originada fundamentalmente em motivos de ordem económica” (Silva, 1984:99). Nas “leis de Migração de Ravestein” ou na “Teoria da Migração” de Lee (1969), a migração sempre foi encarada como a resultante de um cálculo microeconómico entre as perspectivas oferecidas na sociedade de destino frente às condições prevalecentes na sociedade de origem (Patarra e Cunha, 1987; Salim, 1992; Pacheco e Patarra, 1997). Neste balanço microeconómico, pobreza, ausência de emprego e meios de produção constituem-se como factores de expulsão.

Por outro lado, as oportunidades de emprego e melhores salários contrariam esta tendência. Mas não é exclusivamente o factor económico a razão da emigração dos inquiridos em estudo; as razões familiares, nomeadamente o facto de o cônjuge ser já emigrante, são justificações de saída para onze indivíduos da amostra em estudo. As razões políticas e a fuga ao serviço militar obrigatório aparecem de forma escassa e apenas nas décadas de 60 e 70 (Quadro VII - 12).

Quadro VII - 5: Primeiro país de imigração.

N = 299

(em número e percentagem)

País		
	n	%
Alemanha	13	4,3
França	244	81,6
EUA	21	7,0
Canadá	2	0,7
Andorra	1	0,3
Suiça	4	1,3
Brasil	7	2,3
Angola	3	1,0
Índia	1	0,3
Moçambique	1	0,3
Luxemburgo	1	0,3
Guiné	1	0,3
Total	299	100,0

Quadro VII - 6: Segundo país de imigração.

N = 11 (em frequências)

2.º País de imigração		
	n	%
EUA	2	18,2
Suiça	1	9,1
Angola	1	9,1
Canadá	2	18,2
França	4	36,4
Luxemburgo	1	9,1
Total	11	100,0

Quadro VII - 7: Primeiro país de imigração, por género, segundo a idade no momento da emigração.

N = 282 (em percentagem)

	1.º País de imigração	Idade no momento da emigração												
		10-19 anos		20-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		> 60 anos		
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Género	Masculino	Alemanha	-	-	-	-	6	6,9	-	-	1	9,1	-	-
		França	-	-	18	81,8	69	79,3	40	90,9	9	81,9	-	-
		EUA	-	-	1	4,5	6	6,9	3	6,8	-	-	-	-
		Andorra	-	-	1	4,5	-	-	-	-	-	-	-	-
		Brasil	-	-	1	4,5	3	3,4	1	2,3	-	-	-	-
		Angola	-	-	1	4,5	1	1,1	-	-	-	-	-	-
		Índia	-	-	-	-	1	1,1	-	-	-	-	-	-
		Moçambique	-	-	-	-	-	-	-	-	1	9,1	-	-
		Luxemburgo	-	-	-	-	1	1,1	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	22	100	87	100	44	100	11	100	-	-	
	Feminino	Alemanha	-	-	2	8,3	1	2,2	3	7,7	-	-	-	-
		França	1	100	16	66,7	41	89,1	28	71,8	7	100	-	-
		EUA	-	-	3	12,5	1	2,2	5	12,8	-	-	1	100
		Canadá	-	-	-	-	1	2,2	-	-	-	-	-	-
		Suíça	-	-	3	12,5	-	-	1	2,6	-	-	-	-
Brasil		-	-	-	-	1	2,2	1	2,6	-	-	-	-	
Angola		-	-	-	-	1	2,2	-	-	-	-	-	-	
Moçambique		-	-	-	-	-	-	1	2,6	-	-	-	-	
Total	1	100,0	24	100,0	46	100,0	39	100,0	7	100,0	1	100,0		

Quadro VII - 8: Década de emigração, segundo o género.

N = 289

(em percentagem)

Década de emigração	Género			
	Masculino		Feminino	
	N	%	n	%
1940-1949	1	0,6	-	-
1950-1959	5	3,0	4	3,3
1960-1969	90	53,9	34	27,9
1970-1979	52	31,1	59	48,4
1980-1989	12	7,2	21	17,2
1990-1999	7	4,2	4	3,3
Total	167	100,0	122	100,0

Quadro VII - 9: Idade no momento da emigração, segundo a década de emigração.

N = 276

(em percentagem)

Idade no momento da emigração	Década de emigração											
	1940-1949		1950-1959		1960-1969		1970-1979		1980-1989		1990-1999	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Dos 10 aos 19 anos	-	-	-	-	1	0,8	-	-	-	-	-	-
Dos 20 aos 29 anos	-	-	1	11,1	20	16,4	15	14,4	7	23,3	3	30,0
Dos 30 aos 39 anos	-	-	4	44,4	60	49,2	47	45,2	15	50,0	4	40,0
Dos 40 aos 49 anos	-	-	3	33,3	33	27,0	35	33,7	5	16,7	3	30,0
Dos 50 aos 59 anos	-	-	1	11,1	8	6,6	7	6,7	2	6,7	-	-
Mais de 60 anos	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	3,3	-	-
Total	1	100,0	9	100,0	122	100,0	104	100,0	30	100,0	10	100,0

Quadro VII - 10: 1º país de imigração, segundo a década de emigração.

N = 287

(em percentagem)

1.º País de emigração	Década de emigração											
	1940-1949		1950-1959		1960-1969		1970-1979		1980-1989		1990-1999	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Alemanha	1	100,0	-	-	3	2,4	7	6,4	-	-	1	9,1
França	-	-	4	44,4	103	83,7	94	85,5	24	72,7	8	72,7
EUA	-	-	1	11,1	10	8,1	6	5,5	3	9,1	1	9,1
Canadá	-	-	1	11,1	-	-	-	-	1	3,0	-	-
Andorra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	9,1
Suíça	-	-	-	-	-	-	-	-	4	12,1	-	-
Brasil	-	-	3	33,3	4	3,3	-	-	-	-	-	-
Angola	-	-	-	-	1	0,8	2	1,8	-	-	-	-
Índia	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,0	-	-
Moçambique	-	-	-	-	1	0,8	-	-	-	-	-	-
Luxemburgo	-	-	-	-	-	-	1	0,9	-	-	-	-
Guiné	-	-	-	-	1	0,8	-	-	-	-	-	-
Total	1	100,0	9	100,0	123	100,0	110	100,0	33	100,0	11	100,0

Quadro VII - 11: 2º país de imigração, segundo a década de emigração.

N = 11

(em percentagem)

2.º País de imigração	1940-1949		1950-1959		1960-1969		1970-1979		1980-1989		1990-1999	
	n	%	n	%	n	%	N	%	n	%	n	%
EUA	-	-	-	-	-	-	1	25,0	-	-	1	50,0
Suíça	-	-	-	-	-	-	1	25,0	-	-	-	-
Angola	-	-	-	-	1	33,3	-	-	-	-	-	-
Canadá	-	-	-	-	-	-	1	25,0	1	100,0	-	-
França	-	-	1	-	2	66,7	-	-	-	-	1	50,0
Luxemburgo	-	-	-	100,0	-	-	1	25,0	-	-	-	-
Total	-	-	1	100,0	3	100,0	4	100,0	1	100,0	2	100,0

Quadro VII - 12: Razões da emigração.

N = 288

(em percentagem)

Razões da emigração	n	
	n	%
Razões económicas	252	87,5
Por efeito da emigração (redes)	11	3,8
Fuga ao serviço militar obrigatório	3	1,1
Razões políticas	2	0,7
Outras razões	20	6,9
Total	288	100,0

Quadro VII - 13: Razões de emigração, por género,, segundo a idade no momento da emigração.

N = 288

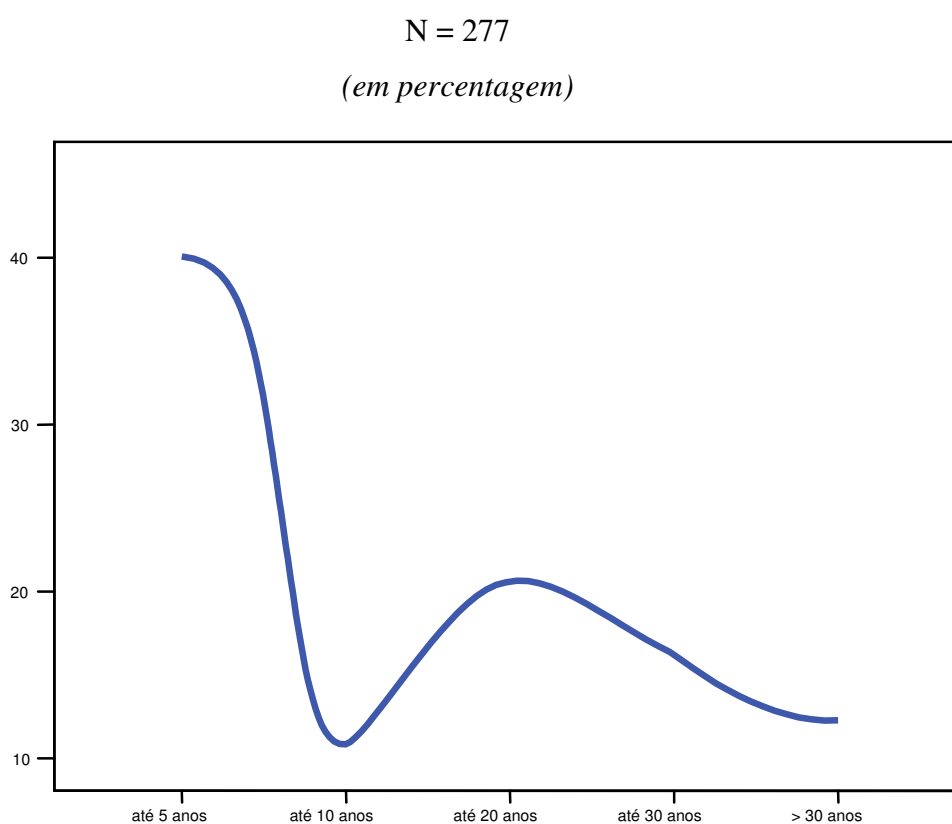
(em percentagem)

Género	Razões de emigração	Idade no momento de emigração											
		10-19 anos		20-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		> 60 anos	
		n	%	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Masculino	Razões económicas	1	100	19	86,4	42	93,3	34	97,1	7	90,0	1	100
	Por efeito da emigração (redes)	-	-	3	14,3	2	2,5	2	2,9	-	-	-	-
	Fuga ao serviço militar obrigatório	-	-	-	-	3	7,0	-	-	-	-	-	-
	Razões políticas	-	-	1	4,8	-	-	-	-	1	10,0	-	-
	Outras razões	-	-	-	-	5	6,3	-	-	-	-	-	-
	Total	1	100,0	23	100	52	100	36	100	8	100	1	100
Feminino	Razões económicas	-	-	17	81,0	76	93,8	38	97,4	9	88,0	-	-
	Por efeito da emigração (redes)	-	-	2	9,1	1	2,2	-	-	-	-	1	100
	Fuga ao serviço militar obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Razões políticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras razões	-	-	1	4,5	5	11,4	4	11,4	1	12,5	-	-
	Total	-	-	20	100	82	100	40	100	10	100	1	100

2.3 Tempo de estadia no país de imigração e ano de regresso

Dos inquiridos, 40,1%, (111) esteve ausente do país de origem até 5 anos. Estiveram ausentes até 10 anos (10,8%), 30 indivíduos. Até 20 anos, encontramos 57 inquiridos (20,6%), 45 inquiridos (16,2%) estiveram emigrados até 30 anos. Apenas 34 inquiridos (12,3%) estiveram mais de 30 anos emigrados. Em média, os inquiridos estiveram emigrados cerca de 17 anos no país de acolhimento (Gráfico VII - 3).

Gráfico VII - 3: Tempo de estadia do emigrante regressado no país de imigração.



Existe consenso entre os investigadores no campo da emigração, segundo o qual emigrantes procuram regressar somente depois de terem conseguido atingir os objectivos económicos propostos à partida.

Analisando o tempo de estadia no país de imigração, por género, segundo a idade de regresso, conclui-se, naturalmente que, quanto maior é o tempo de emigração, maior é a idade no regresso. Observamos uma ligeira predominância de indivíduos do género

masculino a emigrar durante períodos mais longos, o que indicia tempos de estadias superiores. Não obstante, o tempo de estadia até 5 anos mantém-se como predominante em ambos os géneros (Quadros VII – 14- 0 e VII – 14- 1).

Em relação ao tempo de estadia segundo o primeiro país de imigração, verificamos que a França abarca, de forma decisiva, os maiores períodos de permanência no país de acolhimento. De salientar os 12 inquiridos na faixa dos 5 anos de emigração no Brasil. Os restantes países apresentam valores residuais, ofuscados claramente pelo peso esmagador do fluxo emigratório para a França, independentemente do tempo de estadia (Quadro VII - 15). Constatamos que os inquiridos regressaram essencialmente entre 1975 e 1996, correspondendo 38,9% à década de 1975-1985 e 30,7% ao período entre 1986 e 1996 (Quadro VII - 16). Tal impulso de regresso encontra a sua explicação na instauração de medidas e políticas de imigração impostas pelos governos dos principais países de acolhimento e já por nós referidas, tendo, inclusive, coincidido com a mudança do regime político português. O regresso dos emigrantes continua embora em menor proporção, constituindo 23,0% da amostra em estudo entre 1997-2003. Quanto ao ano de regresso, também não foram encontradas diferenças significativas de género (Quadro VII - 17).

2.3.1 Motivos de regresso e quadro familiar do ex-emigrante

Em diferentes partes do Mundo, vários investigadores têm estudado a emigração de regresso (Brettell 1979; Gmelch 1980, 1983, 1987, 1992; Guarnizo 1997; Kenney 1976; Lockwood 1990; Rhoades 1978^a; Stack 1996; Taylor 1976; Thomas-Hope 1985; Ramos 1990, 2005); e prestado atenção a tipologias da migração de regresso. Uma distinção básica encontra-se entre os emigrantes, que tencionam que a sua partida seja permanente, e aqueles que tencionam que seja temporária. Gmelch (1980) refere que a maior parte dos estudos indicam que os fortes laços familiares, em vez dos factores económicos, são o maior incentivo para o regresso.

De facto, a família desempenha um papel muito importante no indivíduo emigrante. Esta é o seu grande suporte e as ligações familiares parecem solidificar-se aquando da emigração. Assim, encontramos os motivos familiares, nomeadamente a garantia da unidade familiar, como a principal razão do regresso do emigrante por nós estudado

(23,3%, 63 inquiridos). As saudades e o amor à terra natal surgem em segundo lugar, com 11,9%, (32 inquiridos), o que é revelador da ânsia de regresso às raízes.

Quase sem relevância surgem as razões políticas (1,9%, 5 inquiridos) e a falta de condições de acolhimento no país de imigração (0,4%, 1 inquirido) (Quadro VII - 18).

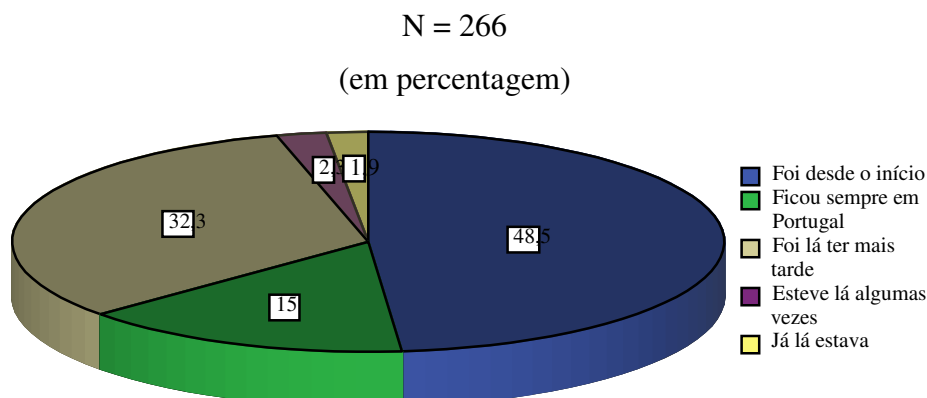
Stack (1996:15), estudando os africanos na América do Norte, chega às mesmas conclusões quanto aos motivos de regresso dos emigrantes, “(...) o resolver regressar a casa não é primeiramente uma decisão económica mas uma mistura poderosa de motivos. As pessoas sentem uma obrigação de ajudar os seus parentes, ...”

No entanto, outras causas explicativas do regresso dos emigrantes ao seu país de origem têm sido apontadas por vários especialistas no campo das migrações. Por exemplo, a migração de regresso pode ser relacionada com experiências de racismo e de discriminação (Taylor 1976) ou até com incentivos financeiros oferecidos pelo país acolhedor, encorajando os imigrantes ao regresso, como aconteceu, após 1973, na Europa Ocidental. O regresso pode ser também parte da estratégia de migração inicial, frequentemente adiada. Assim, o conceito de “hóspede” tem sido introduzido como um tipo de migrante distinto. Por exemplo, Margolis (1995:31) nota que os Brasileiros nos Estados Unidos vêem-se a eles próprios como “hóspedes”, ganhadores-alvo que são motivados “pelo desejo de guardarem dinheiro para voltarem ao país de origem – comprar uma casa, um carro ou outros bens, começar um negócio,...”.

No caso Português (Brettell 1979), esta ideologia está ligada ao conceito, culturalmente intrínseco, de *saudade* – nostalgia pela terra natal. Feldman-Bianco (1992:145) afirma que *saudade* “é uma construção cultural que define a identidade Portuguesa no contexto de múltiplas camadas de espaço e tempo (passado).”

No nosso estudo, 48,5% dos inquiridos emigraram na companhia do cônjuge. Este facto revela a importância da família para os inquiridos à data da emigração. Importante também é a percentagem de cônjuges (32,0%) que emigraram mais tarde. Isto leva a concluir que o indivíduo procurou, em primeiro lugar, criar boas condições de vida para, num momento posterior, poder receber o cônjuge. Residual (2,0%) é a percentagem de inquiridos cujo cônjuge “já lá estava” (Gráfico VII - 4).

Gráfico VII - 4: Companhia do cônjuge durante o período de imigração.



A obra “Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal”, de Manuela Silva et al. (1984), revela a tendência dos inquiridos já casados de levarem as esposas consigo para o país de acolhimento, sedimentando o núcleo familiar, (Silva 1984:76-78). Castro – Almeida (1979), atesta que “(...) a presença de familiares na emigração portuguesa acabou por reforçar a estratégia de regresso, garantindo ao núcleo familiar maior rendimento (Almeida, 1979:11).

Dos emigrantes regressados em estudo, 81%, têm 1 a 3 filhos, os restantes 19% dispersam-se pelas famílias com 4 a 9 filhos. Os dados revelam a tendência para as famílias nucleares, cujo agregado é composto por 2 filhos (Quadro VII - 19). No entanto, não podemos ignorar o conceito de família alargada que foi sendo visível nas gerações mais idosas, e cujo elevado número de filhos permitia assegurar a continuidade do trabalho agrícola nos meios rurais, com um precoce abandono dos sistemas de ensino, mas também uma precoce emancipação do lar e da família de origem.

Dos ex-emigrantes inquiridos, 83,7% tiveram um ou dois filhos nascidos no país de destino, enquanto que 16,3% tiveram 3 a 5 filhos no país para onde emigraram (Quadro VII - 20).

A grande maioria dos inquiridos tem um ou dois filhos a trabalhar, totalizando 69,9% da amostra. A esmagadora maioria dos inquiridos tem um filho a estudar, 96,6%. Dos inquiridos, 76,9% têm um filho que não trabalha nem estuda; 11,5% tem dois e 11,5% têm 5 nesta situação (Quadro VII - 21). Cruzando a idade de regresso dos inquiridos segundo o número de filhos que trabalham, estudam ou que não trabalham nem

estudam, observamos que todos eles se concentram entre os 20-49 anos, para 1 ou 2 filhos no máximo (Quadros VII – 22, VII – 23 e VII -24).

Dos inquiridos, 43,8% indicaram a permanência dos seus filhos no país de imigração (Quadro VII - 25). É compreensível que os filhos mais jovens tenham acompanhado os seus progenitores no seu regresso, mas os filhos já em idade activa encontraram razões para se manterem no país que os acolheu. As melhores condições de vida (64,1%, 91 inquiridos) e salários mais elevados (29,6%, 42 inquiridos), são os principais motivos apresentados pelos ex-emigrantes para justificar a permanência dos seus descendentes no país de imigração. Afirmam 4,2% (6 inquiridos) que os filhos permaneceram no país de imigração devido aos estudos e 2,1% (3 inquiridos) indicam outras razões (Quadro VII - 26).

Quadro VII - 14- 0: Tempo de estadia no país de imigração, segundo o género.

N = 277

(em número e percentagem)

Tempo de estadia	Género			
	Masculino		Feminino	
	n	%	n	%
Até 5 anos	65	40,4	47	40,2
Até 10 anos	10	6,2	20	17,1
Até 20 anos	36	22,4	21	17,9
Até 30 anos	26	16,1	18	16,2
Mais de 30 anos	24	14,9	10	8,5
Total	161	100,0	116	100,0

Quadro VII - 14- 1: Tempo de estadia no país de imigração, por género, segundo a idade no regresso.

N = 262

(em número e percentagem)

	Tempo de estadia	Idade no regresso										
		20-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		> 60 anos		
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Género	Masculino	Até 5 anos	17	94,4	18	47,4	16	36,4	8	22,2	3	15,8
		Até 10 anos	-	-	4	10,5	6	13,6	-	-	-	-
		Até 20 anos	-	-	12	31,6	13	29,5	11	30,6	-	-
		Até 30 anos	-	-	4	10,5	7	15,9	8	22,2	6	31,6
		Mais de 30 anos	1	5,6	-	-	2	4,5	9	25,0	10	52,6
		Total	18	100,0	38	100,0	44	100,0	36	100,0	19	100,0
Feminino	Até 5 anos	15	78,9	15	51,7	6	23,1	3	15,0	3	23,1	
	Até 10 anos	4	21,1	8	27,6	5	19,2	1	5,0	-	-	
	Até 20 anos	-	-	6	20,7	7	26,9	7	35,0	1	7,7	
	Até 30 anos	-	-	-	-	8	30,8	6	30,0	4	30,8	
	Mais de 30 anos	-	-	-	-	-	-	3	15,0	5	38,5	
	Total	19	100,0	29	100,0	26	100,0	20	100,0	13	100,0	

Quadro VII - 15: Tempo de estadia no país de imigração, segundo o primeiro país de imigração.

N = 276

(em número e percentagem)

Tempo de estadia	Primeiro país de Imigração																					
	Alemanha		França		EUA		Canadá		Suíça		Brasil		Angola		Índia		Moçambique		Luxemburgo		África	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Até 5 anos	6	50,0	84	37,7	12	57,1	1	50,0	2	50,0	1	14,3	2	66,7	1	100,0	1	100,0	1	100,0	-	-
Até 10 anos	-	-	28	12,6	2	9,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Até 20 anos	2	16,7	51	22,9	-	-	1	50,0	1	25,0	1	14,3	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0
Até 30 anos	3	25,0	36	16,1	3	14,3	-	-	1	25,0	2	28,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
> 30 anos	1	8,3	24	10,8	4	19,0	-	-	-	-	3	42,9	1	33,3	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	12	100,0	223	100,0	21	100,0	2	100,0	4	100,0	7	100,0	3	100,0	1	100,0	1	100,0	1	100,0	1	100,0

Quadro VII - 16: Ano de regresso.

N = 283

(em número e percentagem)

Ano de regresso		
	n	%
Até 1974	21	7,4
1975-1985	110	38,9
1986-1996	87	30,7
1997-2003	65	23,0
Total	283	100,0

Quadro VII - 17: Ano de regresso, segundo o género.

N = 283

(em número e percentagem)

Ano de regresso	Género			
	Masculino		Feminino	
	n	%	n	%
Até 1974	14	8,5	7	5,9
1975-1985	64	39,0	46	38,7
1986-1996	47	28,7	40	33,6
1997-2003	39	23,8	26	21,8
Total	164	100,0	119	100,0

Quadro VII - 18: Razões do regresso.

N = 270

(em números e percentagem)

Razões do regresso		
	n	%
Situação económica estável	15	5,6
Aposentação / Reforma	26	9,6
Para ajudar os pais e os sogros	29	10,7
Para ajudar a filha menor	11	4,1
Amor à terra natal	32	11,9
Dificuldade em arranjar trabalho no país de emigração	16	5,9
Não compensava viver actualmente em França	6	2,2
Inadaptação ao país de emigração	15	5,6
Casar	2	0,7
Encaminhar o negócio que tinha	10	3,7
Viver dos rendimentos	14	5,2
Por razões de saúde	25	9,3
Garantir a unidade familiar / Razões familiares	63	23,3
Razões políticas / Independência	5	1,9
Falta de alojamento	1	0,4
Total	270	100,0

Quadro VII - 19: Número de filhos dos emigrantes regressados.

N = 262
(em percentagem)

Número de filhos	n	%
1	56	21,4
2	110	42,0
3	46	17,6
4	24	9,2
5	10	3,8
7	8	3,1
8	5	1,9
9	3	1,1
Total	262	100,0

Quadro VII - 20: Número de filhos nascidos no estrangeiro.

N = 135
(em percentagem)

Número de filhos	n	%
1	65	48,1
2	48	35,6
3	10	7,4
4	7	5,2
5	5	3,7
Total	135	100,0

Quadro VII - 21: Número de filhos que trabalham, estudam, não trabalham nem estudam.

(em percentagem)

Número de filhos	Trabalham		Estudam		Não trabalham nem estudam	
	n	%	n	%	n	%
1	75	34,7	58	96,6	20	76,9
2	76	35,2	9	13,4	3	11,5
3	29	13,4	-	-	-	-
4	20	9,3	-	-	-	-
5	4	1,9	-	-	3	11,5
7	8	3,7	-	-	-	-
8	4	1,9	-	-	-	-
Total	216	100,0	67	100,0	26	100,0

Quadro VII - 22: Idade de regresso, segundo o número de filhos que trabalham.

N = 196

(em percentagem)

Idade de regresso	Número de filhos que trabalham													
	1		2		3		4		5		7		8	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Dos 20 aos 29 anos	14	21,2	6	8,8	-	-	-	-	-	-	1	12,5	-	-
Dos 30 aos 39 anos	20	30,3	16	23,5	7	24,1	1	5,9	1	25,0	1	12,5	1	25,0
Dos 40 aos 49 anos	17	25,8	22	32,4	10	34,5	7	41,2	1	25,0	-	-	1	25,0
Dos 50 aos 59 anos	9	13,6	16	23,5	8	27,6	5	29,4	-	-	6	75,0	2	50,0
Mais de 60 anos	6	9,1	8	11,8	4	13,8	4	23,5	2	50,0	-	-	-	-
Total	66	100,0	68	100,0	29	100,0	17	100,0	4	100,0	8	100,0	4	100,0

Quadro VII - 23: Idade de regresso segundo o número de filhos que estudam.

N = 59
(em percentagem)

Idade de regresso	Número de filhos que estudam			
	1		2	
	n	%	n	%
Dos 20 aos 29 anos	12	24,0	2	22,2
Dos 30 aos 39 anos	21	42,0	4	44,4
Dos 40 aos 49 anos	9	18,0	1	11,1
Dos 50 aos 59 anos	6	12,0	-	-
Mais de 60 anos	2	4,0	2	22,2
Total	50	100,0	9	100,0

Quadro VII - 24: Idade de regresso, segundo o número de filhos que não estudam nem trabalham.

N = 16
(em percentagem)

Idade de regresso	Número de filhos que não estudam nem trabalham					
	1		2		5	
	n	%	n	%	n	%
Dos 20 aos 29 anos	1	7,7	-	-	-	-
Dos 30 aos 39 anos	5	38,5	1	50,0	-	-
Dos 40 aos 49 anos	5	38,5	1	50,0	-	-
Dos 50 aos 59 anos	2	15,4	-	-	-	-
Mais de 60 anos	-	-	-	-	1	100,0
Total	13	100,0	2	100,0	1	100,0

Quadro VII - 25: Permanência dos filhos no país de imigração.

N = 251
(em percentagem)

Permanência		
	n	%
Sim	110	43,8
Não	141	56,2
Total	251	100,0

Quadro VII - 26: Motivos da permanência dos filhos no país de imigração.

N = 109
(em percentagem)

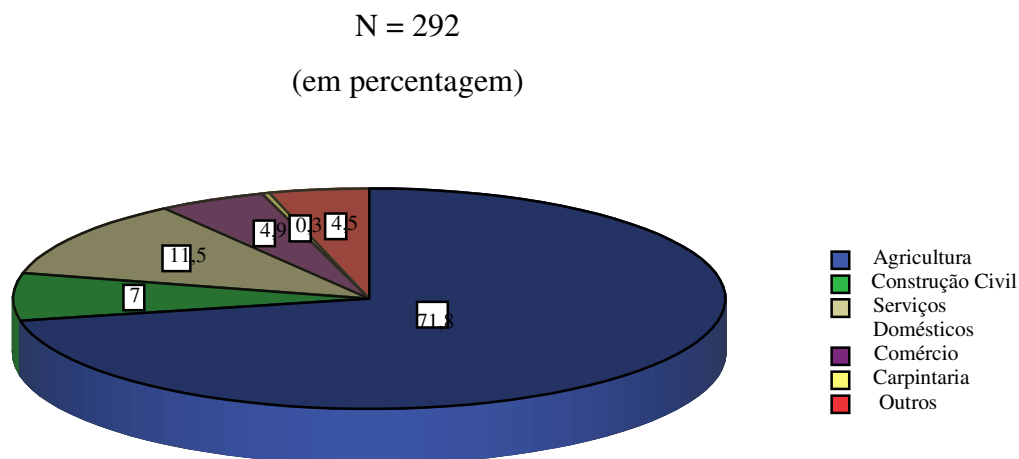
Motivos de permanência		
	n	%
Ordenados mais elevados	42	29,6
Ficaram a estudar	6	4,2
Têm melhores condições de vida	91	64,1
Outras razões	3	2,1
Total	109	100,0

3. Emigração – Regresso e Mobilidade

3.1 Mobilidade sócio-ocupacional

Analisando o perfil socio-económico do emigrante no momento da partida, verificamos que 76,7% dos inquiridos eram trabalhadores familiares antes de emigrarem (Quadro VII - 27), dos quais 71,8% integravam o sector agrícola como principal ocupação, 11,5% os serviços domésticos e 7% a construção civil (Gráfico VII - 5).

Gráfico VII - 5: Ocupação profissional antes da emigração.



A baixa percentagem de patrões que resolveram emigrar deve-se ao facto de a situação destes permitir melhores condições económicas e mais estabilidade, o que reduz a necessidade de aposta na emigração. No grande conjunto de trabalhadores familiares, os homens concentram-se entre os 20 e os 49 anos, com destaque para o grupo etário dos 30-39 anos, no género feminino a distribuição é transversal a quase todas as idades (Quadro VII - 28).

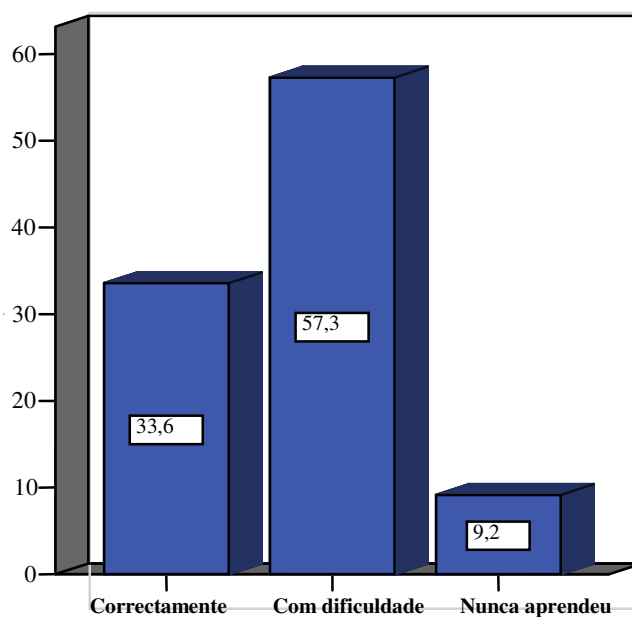
Os emigrantes chegados ao país de destino, devido à pouca experiência, aos critérios selectivos usados pelos empregadores, à escassa formação profissional¹⁰³ adquirida no

¹⁰³ Apenas 26 inquiridos obtiveram formação profissional no país de imigração (Anexo I). Observamos que são os homens e os mais jovens que mais obtêm algum tipo de preparação profissional no país de acolhimento e essencialmente no âmbito da construção civil, gravura, óptica, e ligada ao ramo automóvel. Por seu lado, as mulheres receberam formação no âmbito do secretariado (Anexo II). Ainda assim, é necessário realçar que, independentemente do género ou da idade, a preparação e o tipo de preparação profissional apresentam valores pouco significativos no conjunto da amostra. A não necessidade de preparação profissional deve-se

país receptor, ao desconhecimento dos mecanismos de funcionamento do mercado de trabalho urbano, às próprias referências anteriores de sobrevivência bastante precárias no local de origem, considerando inclusive as ocupações urbanas dotadas de mais elevado status, acabam inserindo-se nas profissões de baixa qualificação da construção civil e dos serviços, normalmente sujeitos a processos contratuais precários (Alberts, 1997; Martine, 1997 e 1980^a). O deficiente domínio da língua estrangeira e a baixa escolaridade dos inquiridos constitui também um obstáculo ao desempenho das funções exigidas (Gráfico VII - 6).

Gráfico VII - 6: Como falavam a língua no país de imigração.
N = 295

(em percentagem)



Dos inquiridos 57,3% aprendeu com dificuldade a língua no país de acolhimento e 9,2% nunca aprendeu a língua. Os baixos níveis de escolaridade denotados pela amostra, sobretudo pelos mais idosos, também contribuem para uma maior dificuldade na aprendizagem de uma segunda língua. A baixa escolaridade dos inquiridos não nos

ao facto de estes emigrantes ocuparem tarefas pouco qualificadas, não exigindo aprofundada formação profissional para o seu desempenho; por outro lado, a baixa escolaridade, insuficiente domínio da língua do país de imigração e grande cansaço pós-laboral contribuem para a não adesão a cursos de formação profissional.

suscitou qualquer tipo de estranheza, tendo em conta que, em Portugal, “em 1970 a taxa de alfabetização era ainda de 71%, contra por exemplo, 78%, 96% e 86% de países denominados de terceiro mundo, como o Sri Lanka, a Tailândia e a Jamaica, respectivamente” (E. Todd, 1994, citado por Leandro, 1995:218), sendo nas regiões rurais e do interior de Portugal (origem geográfica dos inquiridos) onde a baixa escolaridade mais se faz sentir. Tendo em atenção que o principal destino migratório dos inquiridos é a França, importa reflectir nos estudos que revelam que “(...) a França regista percentagens de emigrantes analfabetos e sem grau escolares superiores, o que parece estar de alguma forma de acordo com a ideia generalizada de que a emigração para esse país é menos qualificada que a restante emigração, facto que teria a ver com o forte peso da corrente migratória clandestina (...)” (Seruya L. M. *et al*, 1984:79), assumindo a França o fenómeno emigratório clandestino de maiores proporções, isto já não aconteceu noutros países como, por exemplo, na Alemanha, com diferentes critérios de selecção no recrutamento de mão-de-obra imigrante.

As dificuldades demonstradas em falar a língua do país de acolhimento são notórias em todos os intervalos etários, e não apresentam uma correlação significativa com a idade no momento da emigração. Com o avançar da idade, as dificuldades em falar a língua do país de acolhimento aumentam (Quadro VII - 29). Dos inquiridos, somente 33,6% afirmaram ter aprendido correctamente a língua do país de imigração (Gráfico VII - 6). Estes resultados, têm no entanto, a ver com a maior capacidade de aprendizagem/escolarização dos escalões etários mais jovens.

As características supra mencionadas relativas aos inquiridos reflectem-se nas profissões ocupadas no país de acolhimento. Do total de inquiridos, 32,9% (96 inquiridos), foram para o estrangeiro trabalhar na construção civil e 21,6% (63 inquiridos) ocuparam-se em serviços domésticos. Em terceiro lugar surge a agricultura com 12,0% (35 inquiridos), percebendo-se que esta actividade sofre um acentuado decréscimo. O sector do comércio (5,5%, -16 inquiridos), dos transportes e comunicações (2,1%, -6 inquiridos) e da restauração (2,7%, -8 inquiridos) reúnem baixas percentagens (Quadro VII - 30).

A ocupação profissional com maior preponderância para o género masculino é a construção civil, concentrando-se os inquiridos entre os 20 e os 49 anos. Nas mulheres,

é claramente o sector dos serviços domésticos a englobar o maior número de emigrantes, também nas faixas etárias dos 20 aos 49 anos (Quadro VII - 31).

A diferença nas ocupações profissionais no primeiro e no último emprego, no país de imigração, não são significativas. O sector da construção civil, para os homens, mantém a liderança, aproximadamente com o mesmo peso no conjunto da amostra, assim como os serviços domésticos, para as mulheres.

A ligeira excepção a este cenário vai para o sector da jardinagem, que sofreu um ligeiro decréscimo do primeiro para o último emprego no país de imigração, assim como para o ramo da restauração que registou um leve aumento percentual (Quadro VII - 32). Tendo em conta as ocupações profissionais dos inquiridos antes de emigrarem e as integradas no país de acolhimento, encontramos apenas mobilidade estrutural (...), ou seja, de um sector profissional para outro” (Leandro, 1995: 210). Concluimos que, se para alguns emigrantes a mobilidade geográfica se constitui como uma inevitável estratégia de sobrevivência básica para garantir a sua posição na estrutura social, para outros porém proporcionou-lhes uma melhor inserção socioeconómica. Quando questionados os emigrantes regressados sobre o seu poder de compra e nível de vida no país de imigração em comparação com a respectiva situação antes de emigrarem, encontramos visíveis melhorias (Gráficos VII – 7 e VII - 8).

Gráfico VII - 7: Poder de compra e nível de vida antes da emigração.

N = 214

(em percentagem)

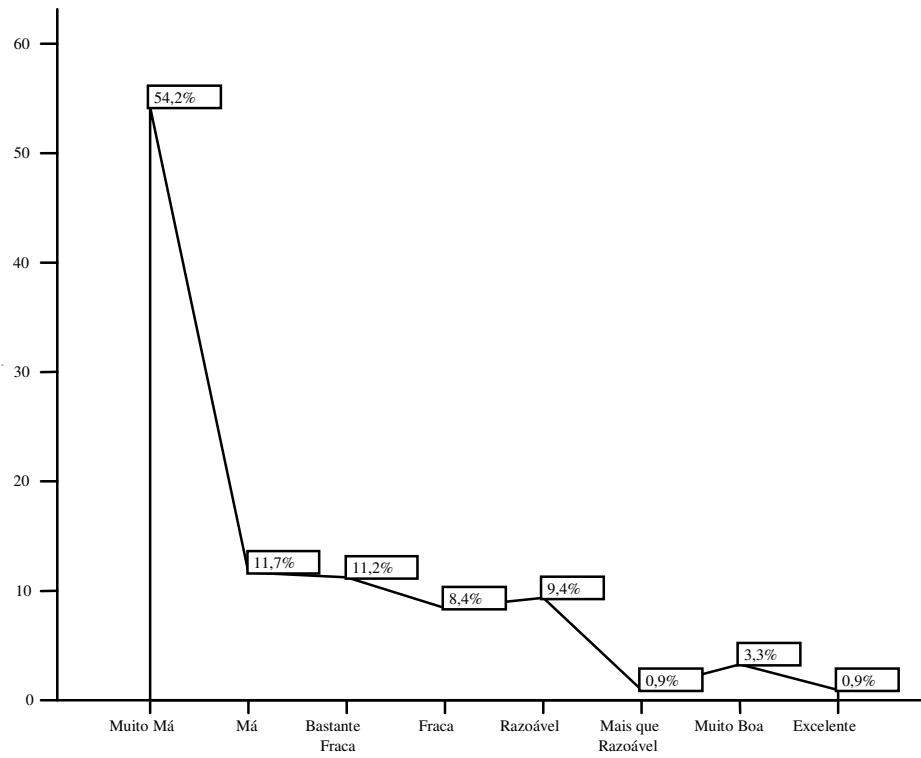
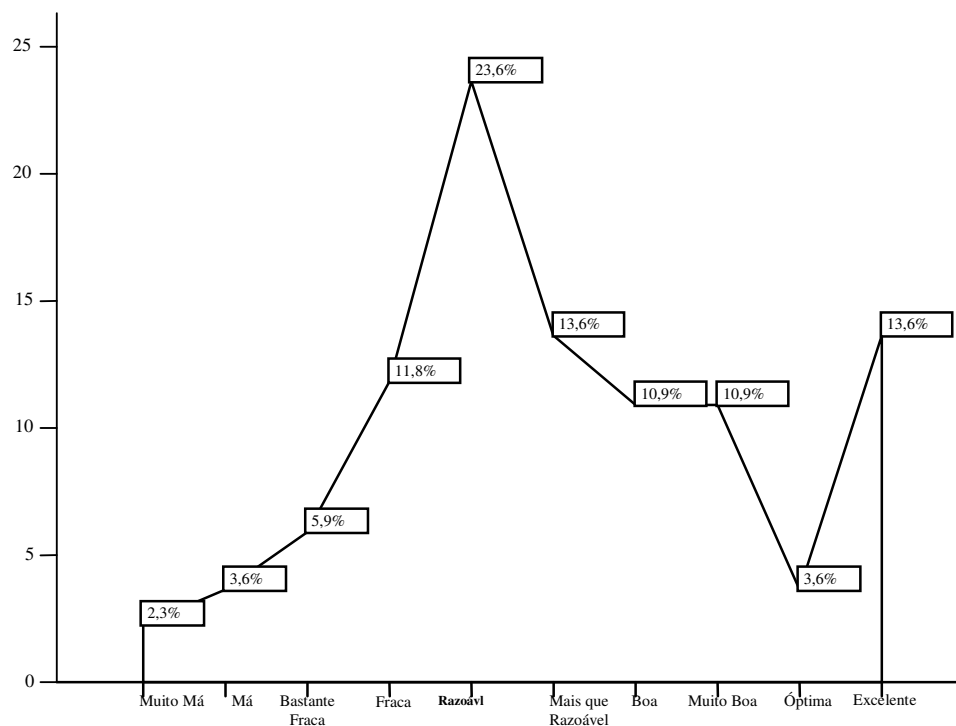


Gráfico VII - 8: Poder de compra e nível de vida no país de imigração.

N = 220
(em percentagem)



Verificamos que 54,2% dos inquiridos alegaram ter “muito mau” poder de compra, no início, melhorando-o com a emigração. No país de imigração, 37,2% dos inquiridos referem ter uma situação “razoável” (23,6%) e “mais que razoável” (13,6%), indicando 17,2% dos indivíduos uma situação “boa” e “excelente”.

Analisando as mudanças ocupacionais, do emigrante regressado, ao longo da sua trajectória migratória (emigração-regresso), verifica-se que estes estiveram sujeitos a níveis crescentes de mobilidade, para ocupações mais acima ou mais abaixo na escala sócio-ocupacional, mas também em direcção à inactividade e desocupação. Recordamos que, antes da emigração, a maior parte dos inquiridos eram trabalhadores familiares, não existindo ninguém a viver de rendimentos. Após o regresso, muitos vivem na situação de reformado, enquanto que outros vivem dos rendimentos auferidos no país de acolhimento ou se tornam patrões, sendo este estatuto, relativamente à situação na

profissão, a mudança mais significativa encontrada, com as consequentes implicações económico-sociais daí resultantes. Apresentando valores residuais, encontramos situações de desemprego após o regresso (Quadro VII – 33- 0). Acerca da situação na profissão dos emigrantes regressados segundo o género, aprez dizer que, em ambos os géneros, predomina a situação de reformado. Esta situação justifica-se pelo facto de os emigrantes regressarem na última fase da vida activa e/ou depois de terem beneficiado da reforma antecipada. Segue-se a situação de patrão no caso dos homens e a de doméstica no caso das mulheres (Quadro VII – 33- 1). Este razoável número de domésticas “(...) evidencia uma clara tendência para a reocupação, por parte destas, do seu papel de “donas de casa”, mesmo depois de terem exercido alguma profissão no estrangeiro” (Seruya, L. M. et al, 1985: 84). O facto de as mulheres poderem ficar em casa sem terem necessidade de trabalhar, após o regresso, poderá significar que a emigração foi bem sucedida, bem como o poder viver dos rendimentos no regresso.

Com excepção da situação de doméstica que obviamente abarca mais indivíduos do sexo feminino, as situações de patrão, trabalhador por conta de outrem e reformado, independentemente do género, são as que recolhem mais respostas por parte dos inquiridos. Assim, e relativamente ao país de acolhimento, confirmamos a existência de mobilidade social ascendente, em virtude da mudança de estatuto e de *situs* no quadro das classificações sociais, com melhorias sócio-económicas significativas. “... estatuto e *situs* constituem, de algum modo, as linhas de força dum meio sócio-profissional no espaço social” (Leandro, 1995:2119). Inserindo na análise a idade de regresso, é possível observar que, das duas situações mais indicadas, a de patrão se encontra nas faixas etárias dos 20 aos 49 anos, e a de reformado começa a apresentar valores relevantes a partir dos 40 anos. De realçar ainda o número considerável de inquiridos, no intervalo dos 20-39 anos, a trabalhar por conta de outrem, o que vem reforçar o facto de muitos dos inquiridos terem regressado ainda em plena idade activa (Quadro VII – 33- 1). O trabalho de Rocha Trindade e outros (1988), intitulado “O fenómeno Migratório na Região Centro”, denota preocupação em conhecer com fundamento o regresso dos emigrantes na diocese de Coimbra, e observa que, “...o maior número de regressos (cerca de 40%), se verifica entre os 40 e os 49 anos de idade, ...com transferências sectoriais pouco significativas” (Rocha-Trindade, 1988: 68,77).

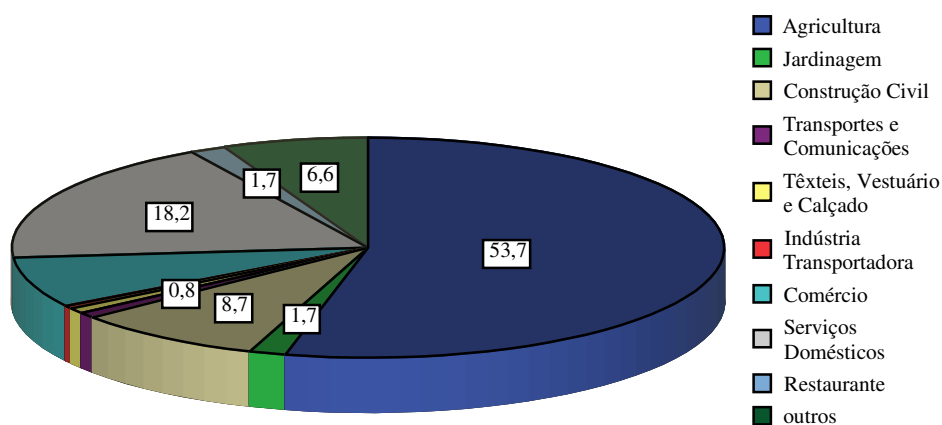
Considerando a situação na profissão após o regresso segundo o nível de escolaridade dos inquiridos, constatamos que as situações de patrão e de trabalhador por conta de outrem se concentram nos inquiridos com a escola primária (47 inquiridos), seguindo-se o grupo com a escola primária ou menos – não sabe ler nem escrever ou sabe ler e escrever sem grau escolar – 122 inquiridos (Quadro VII - 34).

A ocupação profissional dos ex-emigrantes, após o regresso, é claramente a agricultura (53,7%) (Gráfico VII - 9).

Gráfico VII - 9: A ocupação profissional após o regresso.

N = 242

(em percentagem)



Este elevado valor é justificado pelo facto de muitos emigrantes trabalharem na agricultura antes de emigrarem e, por isso, após o regresso, sentirem apego à terra, sendo mais fácil a sua re (integração). Importa também não esquecer que muitos dos emigrantes regressados voltam já numa idade avançada, difícil para ingressarem noutras empregos, e a agricultura, no âmbito de uma economia doméstica, torna-se a actividade complementar do pecúlio guardado no seu percurso migratório. Os serviços domésticos surgem em segundo lugar com 18,2%. O sector da construção civil atinge os 8,7%, sendo uma actividade habitualmente associada ao trajecto do emigrante no país de acolhimento. O comércio aparece com 7,4%, actividade esta que permite uma certa mobilidade ascendente, autonomia e prestígio social. Os transportes e comunicações, os têxteis, vestuário e calçado surgem com 8,0%. Verifica-se uma certa mobilidade intersectorial do ex-emigrante, relativamente às ocupações exercidas antes de emigrarem.

O impacto do retorno sobre a dinâmica económica concelhia vê-se diminuído não só pela idade do emigrante aquando do regresso, mas também pela sua baixa escolaridade e pela forte inclusão no sector primário. À medida que a idade vai avançando, a opção pela agricultura vai também aumentando, enquanto que a construção civil vai diminuindo, perceptível pelo facto de esta ser uma actividade com inerentes exigências físicas. O comércio, sector de actividade que proporciona alguma autonomia e prestígio social - vai também decrescendo consoante o aumento da idade, associado a um menor espírito empreendedor (Quadro VII - 35).

Pode concluir-se que, embora agente de poupança, o emigrante não o é tanto de investimento quando regressa (Gonçalves, 2003:180). Há uma clara preocupação em viver do aforro/reforma conseguidos na emigração e menor apetência pelo investimento.

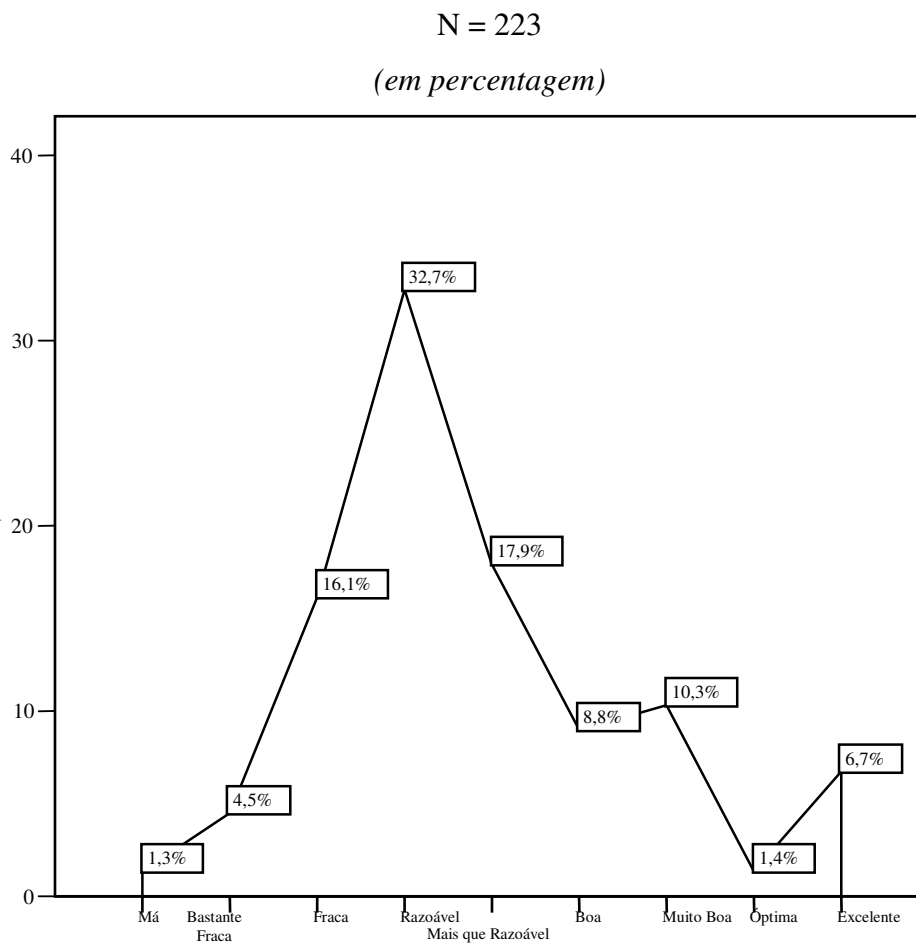
A agricultura não só é o principal sector de actividade dos emigrantes regressados, é também o sector privilegiado pelos dois géneros. Desta forma, enquanto os homens têm a agricultura como principal actividade, distanciando-se da construção civil, as mulheres dividem-se entre a agricultura e os serviços domésticos (Quadro VII - 35).

Da análise do sector de actividade (por género) segundo a situação na profissão após o regresso, vemos que o sector da agricultura (dominado pelos homens) concentra, destacadamente, 40 inquiridos na situação de reformado e 18 na situação de patrão. No

caso do género feminino, que lidera o sector dos serviços domésticos, também este sector concentra um grande número de inquiridas na situação de reforma. No conjunto da análise, é de destacar, tal como vimos anteriormente aquando a análise da situação na profissão após o regresso, a situação de patrão que revela um investimento na criação do próprio negócio, após o regresso ao local de origem, fruto de maior segurança e estabilidade económica (Quadro VII - 36).

Os ex - emigrantes inquiridos foram questionados sobre a sua percepção sobre o como seu poder de compra e o nível de vida após a chegada, actualmente e por um período de 5 anos. Verificamos que, após o regresso ao local de origem e após um período de emigração em que procuraram alcançar melhores condições de vida, a grande maioria dos inquiridos indica como razoáveis o seu poder de compra e nível de vida – 32,7%, (73 inquiridos). Apenas 27 inquiridos indicam como má ou bastante fraca a sua qualidade de vida após o regresso. Também assumem valores relevantes os 44 inquiridos que afirmam ter um poder de compra e nível de vida entre bom e excelente (Gráfico VII - 10).

Gráfico VII - 10: Poder de compra e nível de vida após o regresso.

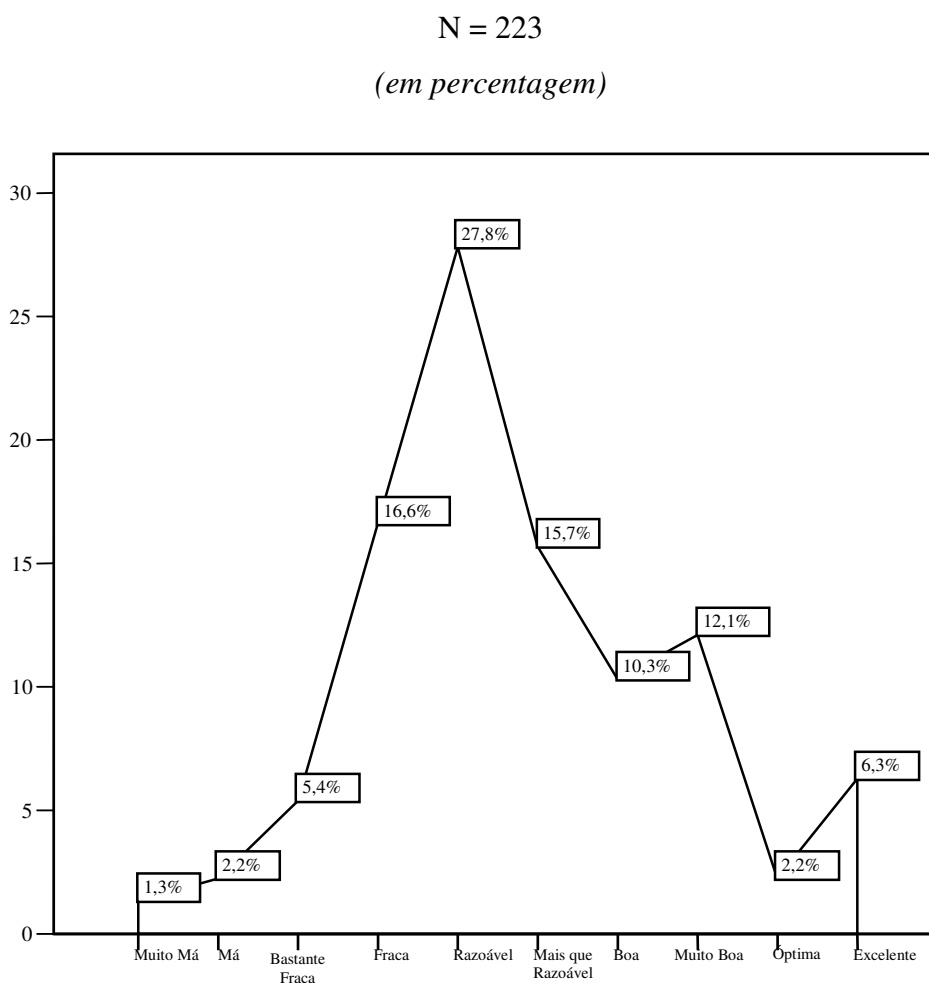


É possível observar que, independentemente do tempo de estadia no país de acolhimento, a maioria dos inquiridos indica o seu poder de compra e nível de vida após o regresso como razoáveis, não se verificando qualquer relação entre ambas as variáveis (Quadro VII - 37). No entanto, os níveis mais altos de poder de compra e do nível de vida, assim como o “bastante fraco” e “fraco”, concentram-se respectivamente nos intervalos até 5 anos e a partir dos 10 anos de emigração. Constatamos que os ex-emigrantes com menor tempo de estadia no país de imigração demonstraram maior satisfação relativa ao seu poder de compra e nível de vida aquando do regresso ao país de origem.

Actualmente, o poder de compra e o nível de vida mantém-se em patamares semelhantes aos indicados pelos inquiridos após o fim do período de emigração, sem variações percentuais relevantes. Continuamos a constatar que a maioria dos inquiridos indica que o seu poder de compra e nível de vida como sendo razoáveis. De salientar a

continuidade e consistência destes valores, igualmente nos patamares mais altos (bom a excelente), daí poder-se concluir que este item demonstra claramente que o objectivo principal da emigração (melhores condições económicas) foi cumprido, tendo aliás proporcionado ao conjunto de inquiridos a manutenção desse nível de poder de compra e de nível de vida (Gráfico VII - 11).

Gráfico VII - 11: Poder de compra e nível de vida actualmente.

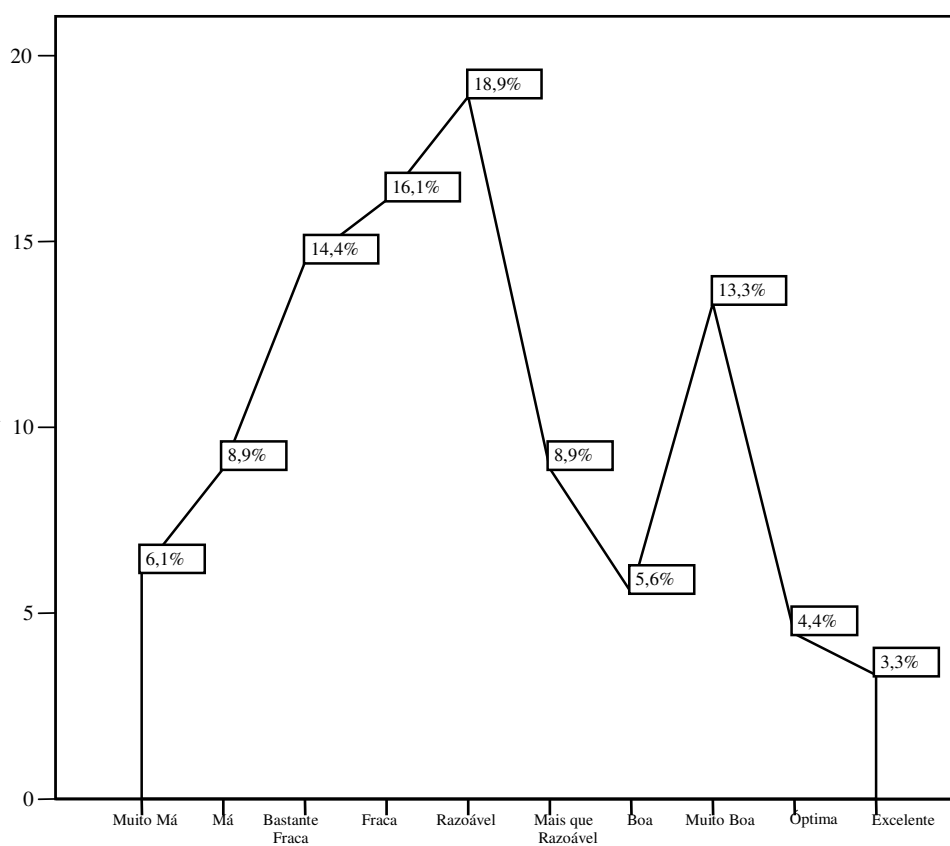


Quando questionados acerca do seu poder de compra e nível de vida dentro de 5 anos, observamos que os patamares indicados após o regresso e actualmente sofrem uma retracção bastante visível. Talvez fruto da actual conjuntura económica nacional, com perspectivas de desenvolvimento a nível local algo limitadas. Os inquiridos concentram as suas respostas entre muito mau e razoável poder de compra e nível de

vida – 116 inquiridos. Um dado que não pode nem deve ser ignorado nesta questão, provavelmente consequência da instabilidade e imprevisibilidade económica actual do país, é que 40,6% dos indivíduos (123 inquiridos) não responderam a esta questão (Gráfico VII - 12).

Gráfico VII - 12: Poder de compra e nível de vida dentro de um período de cinco anos

N = 223
(em percentagem)



Quadro VII - 27: Situação na profissão antes da emigração.

N = 292

(em números e percentagem)

Situação na profissão	n	
	n	%
Patrão	16	5,5
Trabalhador por conta de outrem	28	9,6
Trabalhador familiar	224	76,7
Outra situação	24	8,2
Total	292	100,0

Quadro VII - 28: Situação na profissão antes da emigração, por género, segundo a idade no momento da emigração.

N = 280

(em percentagem)

Género	Situação na profissão antes da emigração	Idade no momento da emigração											
		Até 20 anos		20-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		Mais 60 anos	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Masculino	A trabalhar como Patrão	-	-	-	-	7	8,0	3	6,8	2	18,2	-	-
	A trabalhar por conta de outrem	-	-	3	13,6	12	13,8	5	11,3	-	-	-	-
	Trabalhador familiar	-	-	16	72,7	61	70,1	35	79,5	9	81,8	-	-
	Outra situação	-	-	3	13,6	7	8,0	1	2,3	-	-	-	-
	Total	-	-	22	100	87	100	44	100	11	100	-	-
Feminino	A trabalhar como Patrão	-	-	-	-	2	4,3	1	2,6	1	12,5	-	-
	A trabalhar por conta de outrem	-	-	2	9,1	3	6,5	3	7,9	-	-	-	-
	Trabalhador familiar	1	100	18	81,8	38	82,6	34	89,5	7	87,5	1	100
	Outra situação	-	-	2	9,1	3	6,5	-	-	-	-	-	-
	Total	1	100	22	100	46	100	38	100	8	100,0	1	100

Quadro VII - 29: Como falavam a língua no país de imigração, segundo a idade no momento de emigração.

N = 279

(em percentagem)

Como falavam a língua no país de emigração	Idade no momento de emigração											
	10-19 anos		20-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		> 60 anos	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Correctamente	-	-	19	41,3	38	28,8	22	27,2	7	38,9	-	-
Com dificuldade	-	-	27	58,7	80	60,6	52	64,2	8	44,4	-	-
Nunca aprendeu	1	100,0	-	-	14	10,6	7	8,6	3	16,7	1	100,0
Total	1	100,0	46	100,0	132	100,0	81	100,0	18	100,0	1	100,0

Quadro VII - 30: Ocupação profissional exercida no primeiro país de imigração.

N = 292

(em percentagem)

Ocupação		
	n	%
Agricultura	35	12,0
Jardinagem	12	4,1
Construção Civil	96	32,9
Transportes e Comunicações	6	2,1
Têxteis, Vestuário e Calçado	19	6,5
Indústria Transportadora	19	6,5
Comércio	16	5,5
Serviços Domésticos	63	21,6
Restaurante	8	2,7
Outros	18	6,2
Total	292	100,0

Quadro VII - 31: Ocupação profissional do inquirido no 1.º país de imigração, por género, segundo a idade no momento de emigração.

N = 279

(em percentagem)

	Sector de actividade	Idade no momento de emigração												
		10-19 anos		20-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		> 60 anos		
		N	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Género	Masculino	Agricultura	-	-	1	4,5	14	16,9	3	7,9	3	27,3	-	-
		Jardinagem	-	-	1	4,5	-	-	3	7,9	-	-	-	-
		Construção Civil	-	-	13	59,1	43	51,8	25	66,2	6	54,5	-	-
		Transportes e Comunicação	-	-	1	4,5	5	6,0	2	5,3	-	-	-	-
		Têxteis, Vestuário e Calçado	-	-	1	4,5	1	1,2	1	2,6	-	-	-	-
		Indústria transportadora	-	-	1	4,5	9	10,8	-	-	1	9,1	-	-
		Comércio	-	-	-	-	3	3,6	3	7,9	-	-	-	-
		Serviços domésticos	-	-	1	4,5	1	1,2	2	5,3	-	-	-	-
		Restaurante	-	-	2	9,1	2	2,4	1	2,6	1	9,1	-	-
		Outros	-	-	3	13,6	5	6,0	1	2,6	-	-	-	-
	Total	-	-	24	100	83	100	41	100	11	100	-	-	
	Feminino	Agricultura	-	-	3	13,6	4	9,1	3	8,3	1	12,5	-	-
		Jardinagem	-	-	1	4,5	1	2,3	1	2,8	-	-	-	-
		Construção Civil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Têxteis, Vestuário e Calçado	-	-	-	-	4	9,1	6	16,7	-	-	-	-
		Indústria transportadora	-	-	2	9,1	5	11,4	1	2,8	-	-	-	-
		Comércio	-	-	1	4,5	1	2,3	3	8,3	1	12,5	-	-
		Serviços domésticos	1	100	11	50,0	25	56,8	17	47,2	5	62,5	1	100
		Restaurante	-	-	2	9,1	2	4,5	1	2,8	-	-	-	-
Outros		-	-	-	-	2	4,5	1	2,8	1	12,5	-	-	
Total		1	100,0	20	100,0	44	100,0	33	100,0	8	100,0	1	100,0	

Quadro VII - 32: Ocupação profissional no último emprego no país de imigração, por género, segundo a idade no momento da emigração.

N = 266

(em percentagem)

Género	Ocupação	Idade no momento da emigração											
		10-19 anos		20-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		> 60 anos	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Masculino	Agricultura	-	-	1	4,5	14	16,9	3	7,9	3	27,3	-	-
	Jardinagem	-	-	1	4,5	-	-	3	7,9	-	-	-	-
	Construção Civil	-	-	13	50,0	43	51,8	25	57,9	6	54,5	-	-
	Transportes e Comunicação	-	-	1	4,5	5	6,0	2	5,3	-	-	-	-
	Têxteis, Vestuário e Calçado	-	-	1	4,5	1	1,2	1	2,6	-	-	-	-
	Indústria transportadora	-	-	1	4,5	9	10,8	-	-	1	9,1	-	-
	Comércio	-	-	-	-	3	3,6	3	7,9	-	-	-	-
	Serviços domésticos	-	-	1	4,5	1	1,2	2	5,3	-	-	-	-
	Restaurante	-	-	2	9,1	2	2,4	1	2,6	1	9,1	-	-
	Outros	-	-	3	13,6	5	6,0	1	2,6	-	-	-	-
	Total	-	-	24	100,0	83	100,0	41	100,0	11	100,0	-	-
Feminino	Agricultura	-	-	3	13,6	4	9,1	3	8,3	1	12,5	-	-
	Jardinagem	-	-	1	4,5	1	2,3	1	2,8	-	-	-	-
	Construção Civil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transportes e Comunicação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Têxteis, Vestuário e Calçado	-	-	-	-	4	9,1	6	16,7	-	-	-	-
	Indústria transportadora	-	-	2	9,1	11	5,4	1	2,8	-	-	-	-
	Comércio	-	-	1	4,5	1	2,3	3	8,3	1	12,5	-	-
	Serviços domésticos	1	100,0	11	59,2	25	56,8	17	42,7	5	62,5	1	100,0
	Restaurante	-	-	2	9,1	2	4,5	1	2,8	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-	2	4,5	1	2,8	1	12,5	-	-
	Total	1	100,0	20	100,0	50	100,0	33	100,0	8	100,0	1	100,0

Quadro VII - 33- 0: Situação na profissão após o regresso.

N = 284

(em percentagem)

Situação na profissão	n	
	n	%
A trabalhar como Patrão	51	18,0
A trabalhar por conta de outrem	40	14,1
Desempregado	8	2,8
Doméstica	31	10,9
Reformado	123	43,3
Vive dos rendimentos	28	9,9
Outra situação	3	1,1
Total	284	100,0

Quadro VII - 33- 1: Situação na profissão após o regresso, por género, segundo a idade no regresso.

N = 250

(em percentagem)

	Situação na profissão após o regresso	Idade no regresso										
		20-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		> 60 anos		
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Género	Masculino	A trabalhar como Patrão	1	6,7	12	32,4	6	14,3	5	14,7	3	15,8
		A trabalhar por conta de outrem	5	33,3	9	24,3	4	9,5	1	2,9	2	10,5
		Desempregado	2	13,3	-	-	2	4,8	-	-	-	-
		Doméstica	-	-	-	-	1	2,4	-	-	-	-
		Reformado	5	33,3	11	29,7	24	57,1	24	70,6	11	57,9
		Vive dos rendimentos	2	13,3	5	13,5	4	9,5	3	8,8	3	15,8
		Outra situação	-	-	-	-	1	2,4	1	2,9	-	-
		Total	15	100,0	37	100,0	42	100,0	34	100,0	19	100,0
Género	Feminino	A trabalhar como Patrão	5	26,3	3	11,1	4	16,7	2	10,0	1	7,7
		A trabalhar por conta de outrem	2	10,5	7	25,9	-	-	1	5,0	-	-
		Desempregado	2	10,5	-	-	-	-	-	-	-	-
		Doméstica	7	36,8	12	44,4	8	33,3	1	5,0	1	7,7
		Reformado	2	10,5	5	18,5	8	33,3	14	70,0	10	76,9
		Vive dos rendimentos	1	5,3	-	-	4	16,7	2	10,0	1	7,7
		Outra situação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Total	19	100,0	27	100,0	24	100,0	20	100,0	13	100,0

Quadro VII - 34: Situação na profissão após o regresso, segundo o nível de escolaridade.

N = 275

(em percentagem)

Situação na profissão	Nível de escolaridade											
	Não sabe ler nem escrever		Sabe ler e escrever		Concluiu a escola primária		Concluiu a escola preparatória		Frequentou a escola secundária		Frequentou a universidade	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
A trabalhar como Patrão	8	13,8	7	10,9	28	23,1	4	28,6	3	20,0	1	33,3
A trabalhar por conta de outrem	4	6,9	5	7,8	19	15,7	3	21,4	5	33,3	1	33,3
Desempregado	4	6,9	2	3,1	1	0,8	1	7,1	-	-	-	-
Doméstica	4	6,9	8	12,5	14	11,6	4	28,6	1	6,7	-	-
Reformado	34	58,6	32	50,0	49	40,5	1	7,1	1	6,7	1	33,3
Vive dos rendimentos	4	6,9	10	15,6	9	7,4	1	7,1	3	20,0	-	-
Outra situação	-	-	-	-	1	0,3	-	-	2	13,3	-	-
Total	58	100,0	64	100,0	121	100,0	14	100,0	15	100,0	3	100,0

Quadro VII - 35: Ocupação profissional após o regresso, por género, segundo a idade no regresso.

N = 215

(em percentagem)

Ocupação profissional	Idade no regresso										
	20-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		> 60 anos		
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Masculino	Agricultura	9	64,3	21	61,8	26	68,4	18	66,7	11	73,3
	Jardinagem	1	7,1	-	-	-	-	2	7,4	-	-
	Construção civil	5	28,6	5	14,7	2	5,3	4	14,8	2	13,3
	Transportes e Comunicação	-	-	1	2,9	1	2,6	-	-	-	-
	Têxteis, Vestuário e Calçado	-	-	-	-	-	-	-	-	1	6,7
	Indústria transportadora	-	-	-	-	1	2,6	-	-	-	-
	Comércio	-	-	3	8,8	3	7,9	1	3,7	-	-
	Serviços domésticos	-	-	2	5,9	-	-	-	-	1	6,7
	Restaurante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros	-	-	2	5,9	5	13,2	2	7,4	-	-
	Total	15	100,0	34	100,0	38	100,0	27	100,0	15	100,0
Feminino	Agricultura	10	70,2	12	52,0	12	54,5	2	12,5	1	16,7
	Jardinagem	-	-	-	-	-	-	1	6,3	-	-
	Construção Civil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transportes e Comunicação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Têxteis, Vestuário e Calçado	-	-	1	4,0	-	-	-	-	-	-
	Indústria transportadora	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Comércio	1	5,6	-	-	-	-	3	18,8	-	-
	Serviços domésticos	5	27,8	11	44,0	8	36,4	8	50,0	4	66,7
	Restaurante	-	-	-	-	2	9,1	-	-	1	16,7
	Outros	1	5,6	-	-	-	-	2	12,5	-	-
	Total	17	100,0	24	100,0	22	100,0	16	100,0	6	100,0

Quadro VII - 36: Sector de actividade após o regresso, por género, segundo a situação na profissão após o regresso.

N = 232

(em percentagem)

	Sector de actividade	Situação na profissão após o regresso														
		A trabalhar como patrão		A trabalhar por conta de outrem		Desempregado		Doméstica		Reformado		Vive dos rendimentos		Outra situação		
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Género	Masculino	Agricultura	18	60,0	9	37,5	3	100	1	100	40	66,7	13	92,9	1	100
	Jardinagem	-	-	1	4,2	-	-	-	-	2	3,3	-	-	-	-	
	Construção civil	7	20,0	9	33,3	-	-	-	-	5	8,3	-	-	-	-	
	Transportes e Comunicação	1	3,3	1	4,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Têxteis, Vestuário e Calçado	-	-	1	4,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Indústria transportadora	-	-	1	4,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Comércio	4	13,3	2	8,3	-	-	-	-	3	5,0	1	7,1	-	-	
	Serviços domésticos	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3,3	-	-	-	-	
	Restaurante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Outros	1	3,3	1	4,2	-	-	-	-	8	13,3	-	-	-	-	
	Total	31	100	25	100	3	100	1	100	60	100	14	100	1	100	
Feminino	Agricultura	8	47,4	5	42,8	1	100,0	7	25,0	9	33,3	6	66,7	-	-	
	Jardinagem	1	5,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Construção civil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Transportes e Comunicação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Têxteis, Vestuário e Calçado	-	-	1	7,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Indústria transportadora	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Comércio	3	15,8	4	28,1	-	-	-	-	2	7,4	-	-	-	-	
	Serviços domésticos	3	15,8	1	7,1	-	-	21	75,0	12	44,4	3	33,3	-	-	
	Restaurante	3	15,8	-	-	-	-	-	-	1	3,7	-	-	-	-	
	Outros	-	-	2	14,3	-	-	-	-	3	11,1	-	-	1	100	
	Total	18	100	13	100	1	100	28	100	27	100	9	100	1	100	

Quadro VII - 37: Poder de compra e nível de vida após o regresso, segundo o tempo de estadia.

N = 205

(em percentagem)

Poder de compra e nível de vida	Até 5 anos		Até 10 anos		Até 20 anos		Até 30 anos		Mais de 30 anos	
	n	%	n	%	N	%	n	%	n	%
Muito má	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Má	3	3,5	-	-	-	-	-	-	-	-
Bastante fraca	1	1,2	2	9,1	1	2,4	4	12,5	1	4,0
Fraca	12	14,1	2	9,1	8	19,5	6	18,8	4	16,0
Razoável	24	28,2	6	27,3	17	41,5	12	37,5	10	40,0
Mais que razoável	19	22,4	5	22,7	7	17,1	3	9,4	3	12,0
Boa	10	11,8	2	9,1	-	-	3	9,4	4	16,0
Muito boa	12	14,1	2	9,1	4	9,8	1	3,1	2	8,0
Óptima	-	-	-	-	-	-	1	3,1	-	-
Excelente	4	4,7	3	13,6	4	9,8	2	6,3	1	4,0
Total	85	100,0	22	100,0	41	100,0	32	100,0	25	100,0

3.2 Mobilidade geográfica

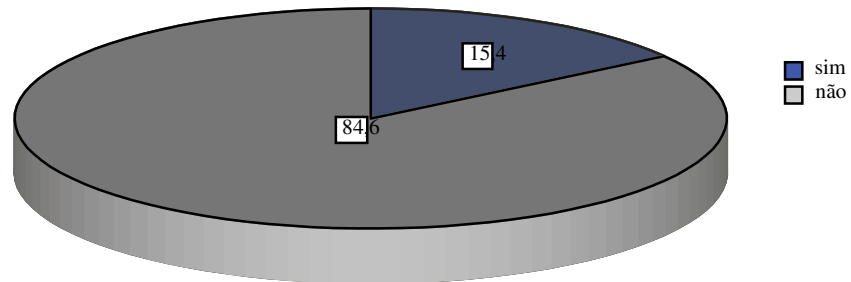
Antes de emigrarem, os inquiridos residiam¹⁰⁴, na sua maioria, em cinco freguesias do concelho de Boticas: Couto de Dornelas (24,6%, -72 inquiridos), seguindo-se Ardãos (13%, -38 inquiridos), Alturas do Barroso (8,9%, -26 inquiridos), Sapiãos (8,2%, -24 inquiridos) e Cerdedo (7,8%, -23 inquiridos) (Quadro VII - 38).

A quase esmagadora maioria dos inquiridos (84,6%) nunca tinha mudado de residência no país antes de emigrar. Apenas 15,4% viveram algumas situações de mobilidade geográfica interna, essencialmente, por razões profissionais, seguindo-se motivos familiares independentemente do género (Gráfico VII - 13 e Quadro VII - 39).

¹⁰⁴ Tal facto deve-se ao carácter da amostra.

Gráfico VII - 13: Mobilidade geográfica antes da emigração.

N = 292
(em percentagem)

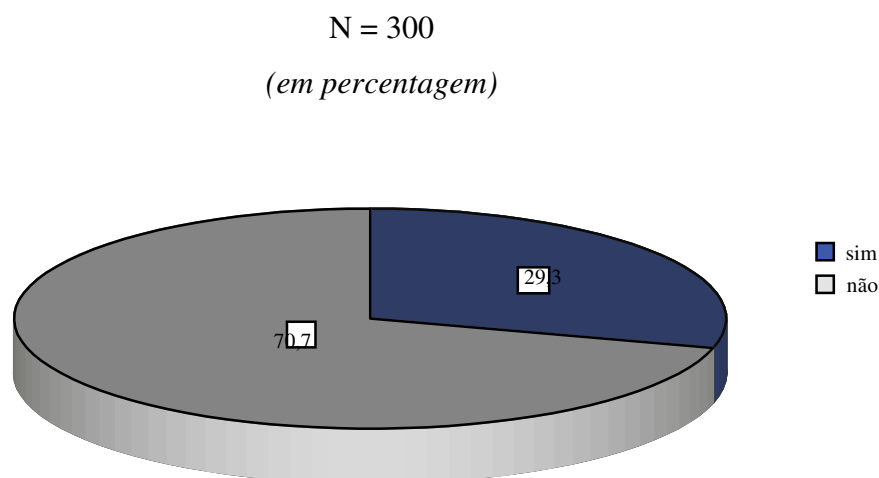


Constatamos que os emigrantes regressam aos locais de origem.¹⁰⁵ No presente estudo, apenas 16 inquiridos não regressaram à freguesia de onde partiram no momento da emigração (Quadro VII - 40). Segundo J. Gaspar, 1982:102, “(...) a característica mais notável da territorialidade dos portugueses é o localismo”. O regresso às “origens” poderá imputar-se à possibilidade de conseguirem obter um maior apoio dos familiares e, inclusive, usufruírem de um importante suporte nos domínios relacional, cultural e afectivo.

Após o regresso 70,7% dos ex-emigrantes inquiridos não visita o país de acolhimento e somente 29,3% visita o país de acolhimento regularmente (Gráfico VII - 14).

¹⁰⁵ Vide Boura et al., 1984; R. Roque Amaro, 1984; Gonçalves, 2003; Silva *et al.*, 1984; Rocha-Trindade, 1988.

Gráfico VII - 14: Visita ao país de imigração



Razões de trabalho (1,2%, -1 inquirido), de reforma (12,9, -11 inquiridos) e de saúde (1,2%, -1 inquirido) estão na origem das visitas ao país de imigração; contudo a razão principal desta visita são questões familiares, que atingem os 84,8%, ou seja, 72 inquiridos (Quadro VII - 41). A interdependência entre as regiões de origem e de destino (facilitadas pelos baixos custos e rapidez de deslocação), têm-se intensificado, constituindo-se, segundo Eduardo Lourenço (1994), “espaços de relação, espaços de mobilidade ou circulação em duplo sentido”

Procedendo à análise segundo a idade actual, verificamos que os inquiridos maiores de 50 anos são os que continuam a visitar, com maior regularidade, o país onde estiveram imigrados. É importante lembrar que quase metade dos inquiridos afirmam que os seus filhos nasceram e permanecem no país de imigração, donde facilmente se percebe que os emigrantes regressados visitem o país de acolhimento, por motivos familiares (Quadros VII – 42 e VII - 43).

Quanto à regularidade de visita, 78,8%, (-67 inquiridos), fazem-no uma vez por ano, 12,9% várias vezes por ano e apenas 8,2% duas vezes (Quadro VII - 44).

É nos escalões etários mais avançados que se situa o maior número de inquiridos que visita o país de imigração pelo menos uma vez por ano. A visita duas ou mais vezes apresenta valores residuais (Quadro VII - 45), sendo razões familiares e de reforma as

que induzem os inquiridos a visitarem o país de imigração uma vez por ano. Os motivos de saúde levam a visitar o país de acolhimento várias vezes por ano (Quadro VII - 46).

Quadro VII - 38: Freguesia de residência antes da emigração.

N = 293

(em percentagem)

Freguesia de residência		
	n	%
Beça	16	5,5
Bobadela	18	6,1
Ardãos	38	13,0
S. Salvador de Viveiros	10	3,4
Sapiãos	24	8,2
Vilar	7	2,4
Boticas	7	2,4
Couto de Dornelas	72	24,6
Pinho	1	0,3
Granja	14	4,8
Cerdedo	23	7,8
Curros	8	2,7
Alturas do Barroso	26	8,9
Covas do Barroso	15	5,1
Vilarelho da Raiva (Chaves)	1	0,3
Nesta	2	0,7
Carvalhais	2	0,7
Loures	3	1,0
S. João da Madeira	1	0,3
Fiães do Tâmega	2	0,7
Felgueiras	1	0,3
Montalegre	1	0,3
Sintra	1	0,3
Total	293	100,0

Quadro VII - 39: Motivos por que mudaram de freguesia antes da emigração, segundo o género.

N = 39

(em percentagem)

Motivos de mudança de residência	Género			
	Masculino		Feminino	
	n	%	n	%
Familiares	6	28,6	4	22,2
Profissionais	13	61,9	13	72,2
Outros motivos	2	9,5	1	5,6
Total	21	100,0	18	100,0

Quadro VII - 40: Freguesia de residência antes da emigração, segundo o regresso à mesma freguesia.

N = 293

(em percentagem)

Freguesia de residência antes da emigração	Regresso há mesma freguesia			
	Sim		Não	
	n	%	n	%
Beça	16	5,8	-	-
Bobadela	18	6,5	-	-
Ardãos	38	13,7	-	-
S. Salvador de Viveiros	9	3,2	1	6,3
Sapiãos	24	8,7	-	-
Vilar	6	2,2	1	6,3
Boticas	7	2,5	-	-
Couto de Dornelas	68	24,5	4	25,0
Pinho	-	-	1	6,3
Granja	14	5,1	-	-
Cerdedo	22	7,9	1	6,3
Curros	8	2,9	-	-
Alturas do Barroso	26	9,4	-	-
Covas do Barroso	15	5,4	-	-
Vilarelho da Raiva (Chaves)	-	-	1	6,3
Nesta	2	0,7	-	-
Carvalhais	-	-	2	12,5
Loures	1	0,4	2	12,5
S. João da Madeira	-	-	1	6,3
Fiães do Tâmega	2	0,7	-	-
Felgueiras	-	-	1	6,3
Montalegre	-	-	1	6,3
Sintra	1	0,4	-	-
Total	277	100,0	16	100,0

Quadro VII - 41: Razões de visita ao país de imigração.

N = 85

(em percentagem)

Razões de visita		
	n	%
Familiares	72	84,8
Saúde	1	1,2
Reforma	11	12,9
Continuar a trabalhar	1	1,2
Total	85	100,0

Quadro VII - 42: Visita ao país de imigração, segundo a idade actual.

N = 292

(em percentagem)

Visita ao país de emigração	Idade actual									
	Até 30 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		> 60 anos	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Sim	2	28,6	6	31,6	8	24,2	18	22,5	50	32,7
Não	5	71,4	13	68,4	25	75,8	62	77,5	103	67,3
Total	7	100,0	19	100,0	33	100,0	80	100,0	153	100,0

Quadro VII - 43: Razões de visita ao país de imigração, segundo a idade actual.

N = 85

(em percentagem)

Razões da visita	Idade actual									
	Até 30 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		> 60 anos	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Familiares	2	100,0	5	83,3	10	100,0	15	77,8	41	85,5
Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,1
Reforma	-	-	1	16,7	-	-	4	22,2	6	12,5
Continuar a trabalhar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2	100,0	6	100,0	10	100,0	19	100,0	48	100,0

Quadro VII - 44: Regularidade de visita ao país de imigração.

N = 85

(em percentagem)

Regularidade de visita		
	n	%
Uma vez por ano	67	78,8
Duas vezes por ano	7	8,2
Várias vezes por ano	11	12,9
Total	85	100,0

Quadro VII - 45: Regularidade de visita ao país de imigração, segundo a idade actual.

N = 81

(em percentagem)

Regularidade de visita	Idade actual									
	Até 30 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		> 60 anos	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Uma vez por ano	2	100,0	4	66,7	8	75,0	15	81,3	38	77,6
Duas vezes por ano	-	-	1	16,7	1	12,5	1	6,3	4	8,2
Várias vezes por ano	-	-	1	16,7	1	12,5	2	12,5	7	14,3
Total	2	100,0	6	100,0	10	100,0	18	100,0	49	100,0

Quadro VII - 46: Regularidade com que visita o país de imigração, segundo as razões de visita.

N = 82

(em percentagem)

Regularidade de visita	Razões de visita									
	Familiares		Saúde		Reforma		Continuar a trabalhar		Familiares e de saúde	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Uma vez por ano	57	85,1	-	-	8	72,7	-	-	2	100,0
Duas vezes por ano	6	9,0	-	-	1	9,1	-	-	-	-
Várias vezes por ano	4	6,0	1	100,0	2	18,2	1	100,0	-	-
Total	67	100,0	1	100,0	11	100,0	1	100,0	2	100,0

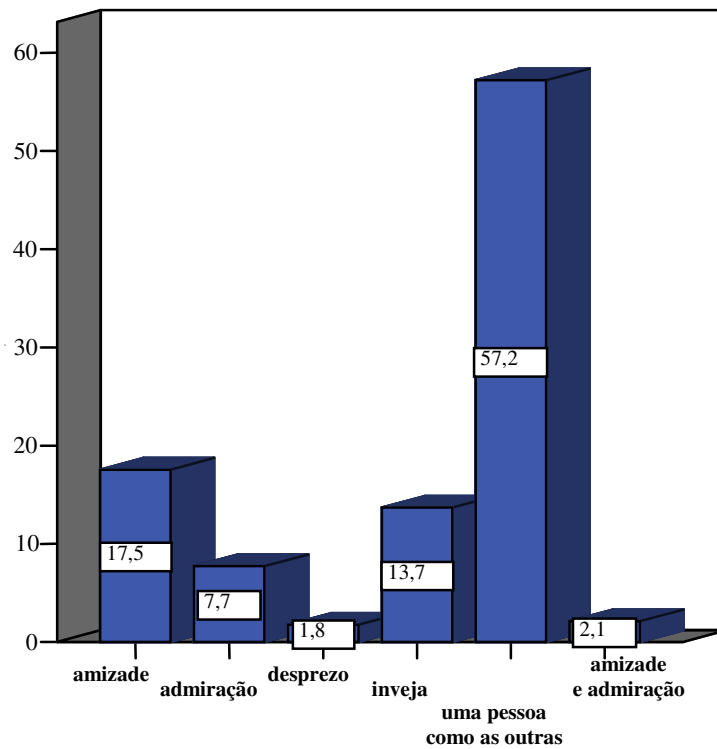
3.3 Re (integração) social no local de regresso

De acordo com a opinião dos inquiridos quanto à forma como o emigrante é recebido na sua terra, parece não haver qualquer tipo de problemas ao nível das relações interpessoais e reinserção local. Em 57,2% dos casos, a resposta à questão “Como pensa que é visto o emigrante regressado?” Foi a de que “é encarado como uma pessoa igual às outras”. A resposta à receptividade do emigrante com amizade obteve 17,5%, com inveja 13,7% e com desprezo apenas 1,8% (Gráfico VII - 15).

Gráfico VII - 15: Recepção do ex - emigrante.

N = 285

(em percentagem)



Os valores não apresentam grandes disparidades em relação ao género, sendo de realçar o maior número de homens a responder que “os emigrantes são vistos no regresso como uma pessoa igual às outras” (Quadro VII - 47).

A tese de Albino Gonçalves (1996) versa o tema das representações e práticas sociais observadas pelos residentes acerca dos emigrantes referindo “Tratar-se de uma presença que perturba e gera polémica, que não passa indiferente”. O mesmo autor, a este respeito, acrescenta, “(...) os emigrantes, as suas propriedades e comportamentos, parecem formar um alvo de privilegiada eleição para os julgamentos dos seus conterrâneos” (Gonçalves, 1996: 16-17).

Concluimos que não é de estranhar que alguns emigrantes, particularmente aqueles que denotam um aumento significativo do seu nível de vida, se sintam invejados e até desprezados por alguns residentes, sobretudo pelo facto de se tratar de um meio pequeno, onde quase todos se conhecem. Mas, tratando-se de um meio rural, também

facilita a adaptação. O que é certo é que estamos perante uma posição neutra quanto à maneira como o emigrante é recebido na sua terra natal. Isto revela que, sendo Boticas um concelho de tradição emigratória, os habitantes compreendem este fenómeno de emigração e recebem com naturalidade as pessoas que haviam partido, não havendo problemas de integração social. A comprová-lo, o estudo de Manuela Silva (1985) refere que “os emigrantes regressados a residir em concelhos rurais sentiram menos dificuldades na adaptação à vida local do que os que residem em concelhos suburbanos, possivelmente porque a vida nestes últimos é mais impessoal e também porque são estes os que mais mudaram geograficamente no seu regresso” (Silva, 1985: 153).

Quando questionados os emigrantes regressados sobre os problemas que encontraram a nível da reinserção local, encontramos o predomínio de problemas relacionados com a assistência médica, o que parece óbvio, já que 81,6% dos emigrantes escolheram a França como primeiro país de imigração e este país possui um sistema de saúde bem mais avançado do que o português, o que suscita inevitáveis comparações e críticas, além de estarmos perante uma população mais envelhecida, a necessitar de cuidados médicos. « (...) l'on ne peut parler de retour massif sans que le contexte social et économique étant à l'origine de l'exode de tant d'hommes et de familles, n'ait été changé par des réformes de structures concernant l'emploi, le logement, l'éducation et la santé.» (Ramos, 1990:876).

O problema de reinserção mencionado em 2º lugar e o da inadaptação à vida actual (9,5%, 23 inquiridos). Apesar de os inquiridos não sentirem grandes dificuldades de integração social, o facto de partirem para um meio urbano e regressarem para um meio rural e para um estilo de vida muito diferente do estilo citadino do país de acolhimento, causa algumas dificuldades de (re)adaptação.

« (...) la prise en compte des potentialités du retour et la réussite de la réintégration dépend du succès des politiques, nationales et régionales, du développement socio-économique des pays de l'emigration.» (Ramos, 1990:875).

Por fim, um terceiro problema de reinserção no concelho de Boticas é a falta de emprego (8,3%, 20 inquiridos), o que preocupa sobretudo aqueles indivíduos com filhos estudantes ou ainda em idade activa e que encontram, no regresso poucas oportunidades de inserção económica num concelho claramente rural. Dos indivíduos 16,9%, não

encontraram problemas de reinserção no espaço geográfico que escolheram para o seu regresso (Quadro VII - 48).

Considerando os problemas apontados segundo a idade de regresso ao país de origem, observamos valores díspares entre as diversas faixas etárias; contudo é de realçar o valor relativo à inadaptação à vida actual na faixa etária dos 40-49 anos assume num total de 13 inquiridos (Quadro VII - 49). Bianche (1983:75), no seu livro “Mobilidade, estratégia de sobrevivência”, refere que existe “um consenso em termos de visualizar-se a mudança para o emprego urbano como uma promoção para o indivíduo, enquanto a perspectiva de tornar a residir em meio rural ou trabalhar no sector agrícola, representa um retrocesso inadmissível”. Rocha-Trindade (1988) refere que o ciclo migratório não se fecha com o regresso ao país de origem “...mas sim quando se possa considerar como finalizado e ultrapassado o processo de reinserção” (Rocha - Trindade, 1988:116). Será desejável um reforço de informação e divulgação, junto dos agentes económicos e do público em geral, das possibilidades existentes de enquadramento das medidas, instrumentos e programas institucionais, económicos e financeiros que contribuam para reforçar e incentivar formas e acções de inserção local do ex-emigrante.

Quadro VII - 47: Recepção do emigrante, segundo o género.

N = 285

(em percentagem)

Recepção do emigante	Género			
	Masculino		Feminino	
	n	%	n	%
Com amizade	30	18,6	20	16,1
Com admiração	12	7,5	10	8,1
Com desprezo	2	1,2	3	2,4
Com inveja	22	13,7	17	13,7
Uma pessoa como as outras	89	55,3	74	59,7
Com amizade e admiração	6	3,7	-	-
Total	161	100,0	124	100,0

Quadro VII - 48: Problemas de reinserção no concelho de Boticas.

N = 242

(em percentagem)

Problemas de reinserção	n	%
Inexistência de infraestruturas básicas	13	5,4
Relação com as pessoas	9	3,7
Falta de escoamento dos produtos agrícolas	13	5,4
Maus acessos entre as pequenas e as grandes cidades	10	4,1
Falta de apoio médico	24	9,9
Maus acessos e falta da Segurança Social	3	1,2
Falta de casa, maus acessos e fraca assistência social	8	3,3
Diferentes modos de vida	13	5,4
Inadaptação ao País e à nova mentalidade das pessoas	2	0,8
Profissão e ritmo de vida muito diferentes	1	0,4
Falta de incentivo à produção e escoamento dos produtos agrícolas	5	2,1
Ocupação dos tempos livres	1	0,4
Falta de emprego e salários baixos	14	5,8
Falta de emprego	20	8,3
Voltar a praticar hábitos antigos	3	1,2
Inadaptação à vida actual	23	9,5
Falta de informação	2	0,8
Adaptar-se ao mundo do trabalho e ganhar a confiança dos habitantes	1	0,4
Falta: imaginação / Espírito empreendedor / Formação e medo do insucesso	3	1,2
Isolamento	4	1,7
Fraco poder de compra	6	2,5
Começar tudo de novo	8	3,3
Inexistência de prestação de serviços	1	0,4
Burocracia	2	0,8
Falta de incentivos para a criação de empresas	4	1,7
Falta de apoio	7	2,9
Inadaptação ao clima	1	0,4
Nenhuns / Não encontrou problemas	41	16,9
Total	242	100,0

Quadro VII - 49: Problemas de reinserção no concelho de Boticas, segundo a idade no regresso.

N = 210

(em percentagem)

Problemas de reinserção	Idade no regresso									
	20-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		> 60 anos	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Inexistência de infraestruturas básicas	2	7,1	1	1,7	6	10,2	2	5,1	1	3,8
Relação com as pessoas	-	-	3	5,2	2	3,4	2	5,1	2	7,7
Falta de escoamento dos produtos agrícolas	2	7,1	4	6,9	4	6,8	2	5,1	-	-
Maus acessos entre as pequenas e as grandes cidades	-	-	2	3,4	4	6,8	2	5,1	1	3,8
Falta de apoio médico	-	-	2	3,4	5	8,5	7	17,9	4	15,4
Maus acessos e falta da Segurança Social	-	-	2	3,4	1	1,7	-	-	-	-
Falta de casa, maus acessos e fraca assistência social	-	-	3	5,2	2	3,4	3	7,7	-	-
Diferentes modos de vida	3	10,7	6	10,3	1	1,7	2	5,1	-	-
Inadaptação ao País e à nova mentalidade das pessoas	1	3,6	-	-	1	1,7	-	-	-	-
Profissão e ritmo de vida muito diferentes	1	3,6	-	-	-	-	-	-	-	-
Falta de incentivo à produção e escoamento dos produtos agrícolas	-	-	2	3,4	1	1,7	-	-	2	7,7
Ocupação dos tempos livres	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,8
Falta de emprego e salários baixos	2	7,1	2	3,4	4	6,8	2	5,1	3	11,5
Falta de emprego	2	7,1	6	10,3	6	10,2	1	2,6	1	3,8
Voltar a praticar hábitos antigos	-	-	2	3,4	1	1,7	-	-	-	-
Inadaptação à vida actual	-	-	4	6,9	13	8,5	2	5,1	4	15,4
Falta de informação	-	-	-	-	1	1,7	1	2,6	-	-
Adaptar-se ao mundo do trabalho e ganhar a confiança dos habitantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Falta: imaginação / Espírito empreendedor / Formação e medo do insucesso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Isolamento	-	-	1	1,7	-	-	3	7,7	-	-
Fraco poder de compra	1	3,6	2	3,4	1	1,7	1	2,6	1	3,8
Começar tudo de novo	2	7,1	-	-	3	5,1	1	2,6	-	-
Inexistência de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	1	2,6	-	-
Burocracia	-	-	1	1,7	1	1,7	-	-	-	-
Falta de incentivos para a criação de empresas	1	3,6	2	3,4	-	-	1	2,6	-	-
Falta de apoio	1	3,6	3	5,2	2	3,4	1	2,6	-	-
Inadaptação ao clima	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,8
Nenhuns / Não encontrou problemas	10	35,7	10	17,2	8	13,6	5	12,8	5	19,2
Total	28	100,0	60	100,0	83	100,0	39	100,0	25	100,0

4. Impacto Local do Ex-emigrante

4.1 Impacto económico

Ao nível do investimento das poupanças antes da emigração, verifica-se que 67% dos inquiridos, independentemente do género, indicaram não ter qualquer tipo de poupanças que lhes permitissem investir (Quadro VII - 50). Os pequenos investimentos que efectuaram dispersaram-se pela agricultura, construção ou compra de casa própria e educação dos filhos, áreas estas de investimento sem diferenças de género (Quadro VII - 51).

Após o regresso, o ex-emigrante continua a revelar baixa propensão para investir na indústria e no comércio. O principal investimento das poupanças, após o regresso, é a construção de casa própria, seguido da agricultura e de algum comércio local. O depósito no banco e a educação dos filhos seguem-se, mas com valores percentuais menos significativos, no conjunto da amostra (Quadro VII - 52). Contudo, numa visão global, todos estes valores levam-nos a crer que o emigrante procura estabilidade à chegada e realizar investimentos sem risco, assegurando o futuro da família. Donnan e Werbner 1991; Gardner 1995; Gmelch 1980; Gregory e Cazorla 1987; Ramos 1990; Rhoades 1978; Thomas-Hope 1985, nos seus estudos sobre as remessas dos emigrantes e a migração de regresso, são unânimes em considerar que as poupanças dos migrantes são frequentemente gastas em itens de consumo, em vez de investimento económico, acrescentando inclusive que as qualificações aprendidas no estrangeiro não podem ser facilmente aplicadas ao contexto rural de origem.

Analisando o investimento auferido pelos inquiridos da nossa amostra segundo a idade de regresso, observamos que são os homens, no intervalo dos 30 anos a 59 anos, quem mais afirmam que o investimento passa pela construção ou compra de casa própria. Por seu lado, as mulheres manifestam a mesma vontade mas em idades mais baixas, entre os 20 e os 39 anos. As restantes intenções de investimento das poupanças distribuem-se equitativamente entre homens e mulheres, independentemente dos intervalos etários, não se verificando nenhum valor percentual de relevo no conjunto da análise (Quadro VII - 53). A inexistência de políticas integradas de desenvolvimento rural com destaque para o investimento em infra-estruturas locais, de criação de parques industriais em colaboração com o Município, assim como a escassez de centros de

formação profissional tem levando os ex-emigrantes a depositar as suas poupanças no banco, não sendo assim potenciada a capacidade de mobilização/investimento destes, inibindo-os de se constituírem como agentes de desenvolvimento local.

Assim, quando questionados sobre a aplicação de investimentos futuros, e independentemente do género, a maior parte dos inquiridos alega não ter poupança. Os emigrantes geralmente são pouco vocacionados para actividades de risco.¹⁰⁶ Dos inquiridos, 57,4% não pensam investir devido à idade avançada, 19,6% devido à falta de incentivos e apoios, tendo 15,2% referido a falta de mercado (Quadro VII - 54). Quando integrados na análise dos intervalos etários, observamos que a grande maioria afirma não ter poupança, sendo transversal a todas as faixas etárias, ainda que com maior incidência entre os 30 e os 49 anos. Os emigrantes regressados, com idade avançada e com melhores condições económicas após a emigração, centram a preocupação no futuro dos filhos (Quadro VII - 55).

Quando questionados sobre as inovações introduzidas após o regresso à origem, indicam que a principal se prende com a habitação, que é, aliás, o seu grande investimento à chegada. Seguem-se os hábitos alimentares, as formas de vestir, as relações pessoais e, por fim, os tempos livres. Apesar de haver uma readaptação ao estilo de vida antes da emigração, há, claramente, uma introdução de novos hábitos por parte dos emigrantes regressados, introduzindo uma certa urbanidade local. Quer a nível de género quer a nível de idades, não se verificam diferenças relativamente às inovações introduzidas. Tanto os homens como as mulheres consideram que a maior inovação introduzida após o regresso no país de origem se prende com a habitação. Torna-se aqui necessário ter em conta que a construção de casa própria se afigura como um dos principais investimentos dos emigrantes regressados, o que não poderá ser dissociado do facto de afirmarem ser no campo da habitação que maiores inovações introduzem, após o regresso ao país de origem (Quadro VII - 56).

A principal inovação introduzida pelo emigrante na agricultura foi a aposta em equipamentos novos, com 51 inquiridos, seguindo-se os novos processos de trabalho, com 39 inquiridos e as novas formas de produção, com 31 inquiridos, e em último lugar, as novas matérias-primas, com 6 inquiridos (Quadro VII - 57).

Vide, Ferreira (1985).

Não se notam diferenças significativas de género, ao nível das inovações introduzidas na agricultura. Analisando estas inovações, segundo a idade de regresso, observamos que a introdução de novos equipamentos é indicada pelos inquiridos com idades compreendidas entre os 30 e os 49 anos; a inovação de processos de trabalho pela faixa etária dos 40-49 anos; e as novas formas de produção e cultivo pelos inquiridos entre os 30 e os 49 anos (Quadro VII - 58).

4.2 Impacto cívico

Independentemente dos motivos que tenham levado os indivíduos à emigração-regresso ao local de origem, a integração nas estruturas sociais pré-existentes do local de chegada pressupõe um ajustamento às regras e valores vigentes. Perante a dificuldade individual de integração, os indivíduos congregam esforços e iniciativas com vista ao alcance de objectivos comuns, agrupando-se em estruturas formais de âmbito mais alargado – as associações de migrantes. O associativismo constitui uma atitude contrária ao individualismo já que o indivíduo, em vez de se isolar, descobre “o outro”, descobre a acção conjunta e a capacidade de organizar-se e de agir em grupo, tornando-se um actor social unido por um ideal comum. “A condição de imigrado conduz em boa parte a uma certa indiferença ou até ao isolamento social e são em boa parte as associações de carácter sócio cultural que abrem o caminho para uma reformulação das relações entre os imigrados mas também para uma mais fácil inserção na sociedade de acolhimento” (Ferreira e Rato, 2000:211). O associativismo de migrantes constitui uma forma institucionalizada de reforço do grupo perante ameaças exteriores, assim como de intervenção/manifestação perante a sociedade receptora e respectivas instituições públicas. “Não há nada que a vontade humana desista de alcançar pela acção livre do poder colectivo dos indivíduos unidos numa adesão pública de um certo número de indivíduos a estas ou aquelas doutrinas ou interesses e no compromisso que assumem em contribuir de alguma forma para que elas prevaleçam” (Tocqueville, 2001:236).

Na abordagem da problemática do associativismo dos ex-emigrantes no país de acolhimento e após o regresso ao país de origem, a nossa amostra contempla, ainda que de um modo transversal, algumas questões que se prendem com a natureza e com as

motivações dos movimentos migratórios. Constatamos que o nível de participação associativa dos emigrantes no país de acolhimento tem pouca expressão. No entanto, 40 inquiridos indicaram ter algum tipo de participação associativa. O associativismo suscita maior interesse ao nível cultural, com 21 inquiridos a indicarem esse tipo de participação, talvez em razão da necessidade de aproximação a associações que promovam o intercâmbio de culturas entre o país de origem e o país de acolhimento, com a criação de espaços para as comunidades portuguesas (Quadro VII - 59).

Já ao nível desportivo, - um tipo de associação que geralmente agrega um grande número de intervenientes -, na nossa amostra, apenas 5 inquiridos se associaram nesta modalidade de participação associativa, e apenas 1 inquirido disse fazer parte de uma associação política. Observa-se uma maior participação dos homens, não se vislumbrando, contudo, diferenças significativas quanto ao género, em termos de participação associativa. São sobretudo os inquiridos que concluíram a escola primária, e independentemente do género, que revelam uma maior aptidão para participar em associações sobretudo do tipo cultural (Quadro VII - 60).

Quanto à participação associativa após o regresso, 51 inquiridos revelam ser, actualmente, membros de alguma associação local, predominando as de âmbito cultural, o que reflecte claramente a continuidade da experiência vivida na emigração, na qual o contacto com as associações de portugueses sempre teve um papel importante na vida dos emigrantes, servindo de elo de ligação quanto à língua, informações, costumes, informações, enlances matrimoniais, constituindo-se como meio de reviver a terra natal (Quadro VII - 61).

Analisando a participação associativa após o regresso segundo o género, verificamos que não se denota também diferenças significativas em termos de participação, sendo as associações culturais e desportivas a colher os valores percentuais mais significativos, quer no género masculino e feminino. Curiosamente, ainda que sem grande significado, a participação associativa em associações de cariz desportivo é superior no género feminino que no masculino. Também, em função dos níveis de escolaridade, não se denotam forças de correlação positivas ou negativas quanto à participação associativa. A participação associativa de cariz cultural concentra-se no nível de escolaridade do 1.º ciclo do ensino básico (escola primária), quer no género masculino, quer no feminino (Quadro VII - 62).

No que concerne à participação política, 20,9% (58) dos inquiridos estão inscritos num partido político. Dos inquiridos, 13,0% (36) ocupam um cargo político (Quadros VII - 63 e VII - 64).

Relativamente à inscrição num partido político (por género), segundo o nível de escolaridade, verificamos que a inscrição não se correlaciona com o nível de escolaridade, quer para os homens quer para as mulheres. Em ambos os géneros, a inscrição num partido político concentra-se nos baixos níveis de escolaridade (Quadro VII - 65).

Neste contexto, observamos envolvimento dos ex-emigrantes na vida política local.¹⁰⁷ Dos 36 inquiridos (Quadro VII - 66) que ocupam cargos políticos, 30 pertencem à Junta de Freguesia, 2 ocuparam o cargo da Presidência da Autarquia Local, 4 ocuparam outros cargos junto do poder local, verificando-se um certo empenho dos emigrantes regressados na vida política local (Quadro VII - 67).

Correlacionando a ocupação de um cargo político (por género) com o nível de escolaridade, observamos não existir uma correlação positiva entre as variáveis. O valor mais significativo concentra-se ao nível da ocupação de cargo na Junta de Freguesia, em que 14 inquiridos do género masculino com a escola primária indicam ter ocupado um cargo na Junta de Freguesia.

A ocupação de cargos políticos demonstra claramente que são os homens a terem uma intervenção mais clara do que as mulheres. Apenas 7 mulheres já ocuparam cargos políticos, contra 29 homens. Destes, o cargo mais mencionado foi no âmbito da Junta de Freguesia, sendo que, dos 30 inquiridos que já ocuparem cargos ao nível da Junta de Freguesia, 27 são homens e apenas 3 são mulheres (Quadro VII - 68). Giddens 1984; Scott 1985; Moore 1994; Ortner 1995, confirmam noções largamente aceites no sentido

¹⁰⁷ No âmbito do projecto “Uma migração de sucesso: a emigração portuguesa para França”, com base no protocolo celebrado entre a Secretaria de Estado da Segurança Social e das Relações laborais e Universidade Autónoma de Lisboa, CEDEP, no âmbito do questionário dirigido às Câmaras Municipais no respeitante à participação política e autárquica dos emigrantes regressados, conclui que há “(...)um envolvimento dos emigrantes na vida política e partidária. Isto, na medida em que os mesmos fazem parte das listas eleitorais (...), e são ainda alvo de uma atenção particularizada por parte da maior parte dos partidos durante as campanhas eleitorais. No entanto, a imagem transmitida pelas câmaras aponta para um envolvimento fraco na vida destas entidades (...), terem peso reduzido no corpo de eleitores (...), não serem eleitos, embora seja afirmado que integram as listas eleitorais (citado por Ferreira e Rato, 2000: 134).

de que constrangimentos culturais impossibilitam as mulheres imigrantes de se ocuparem em actividades políticas e de liderança dentro das suas comunidades.

Quadro VII - 50: Investimento das poupanças antes da emigração.

N = 291

(em percentagem)

Investimento das poupanças		
	n	%
Agricultura	33	11,3
Indústria	-	-
Restaurantes, cafés ou hotéis	-	-
Televisão e electrodomésticos	5	1,7
Automóvel	6	2,1
Ouro e jóias	-	-
Construção ou compra de casa própria	26	8,9
Depósito no banco	8	2,7
Educação dos filhos	18	6,2
Não tinham poupanças	195	67,0
Total	291	100,0

Quadro VII - 51: Investimento das poupanças antes da emigração, segundo o género.

N = 251

(em percentagem)

Investimento das poupanças	Género			
	Masculino		Feminino	
	n	%	n	%
Agricultura	19	13,7	14	12,5
Indústria	-	-	-	-
Restaurantes, cafés ou hotéis	-	-	-	-
Televisão e electrodomésticos	3	2,2	2	1,8
Automóvel	4	2,9	2	1,8
Ouro e jóias	-	-	-	-
Construção ou compra de casa própria	16	11,8	10	8,9
Depósito no banco	5	3,6	3	2,7
Educação dos filhos	14	10,4	4	3,9
Não tinham poupanças	108	69,2	87	72,5
Total	169	100,0	122	100,0

Quadro VII - 52: Investimento das poupanças após o regresso.

N = 294

(em percentagem)

Investimento das poupanças	n	%
	Agricultura	49
Indústria	6	1,2
Restaurantes, cafés ou hotéis	16	3,1
Compra de televisão ou electrodomésticos	53	10,3
Compra de automóvel	35	6,8
Compra de ouro e jóias	9	1,7
Construção ou compra de casa própria	143	27,7
Depósito no banco	74	14,3
Educação dos filhos	73	14,1
Não há poupança	59	11,4
Total	294	100,0

Quadro VII - 53: Investimento das poupanças, por género, segundo a idade no regresso.

N = 143

(em percentagem)

Género	Investimento das poupanças	Idade no regresso									
		20-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		> 60 anos	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Masculino	Agricultura	2	14,3	8	22,2	12	27,9	2	6,9	1	5,6
	Indústria	1	7,1	2	5,6	-	-	-	-	1	5,6
	Restaurantes, cafés ou hotéis	-	-	1	2,8	1	2,3	2	6,9	1	5,6
	Compra de televisão ou electrodomésticos	3	21,4	5	13,9	9	20,9	3	10,3	4	22,2
	Compra de automóvel	2	14,3	4	11,1	5	11,6	1	3,4	3	16,7
	Compra de ouro e jóias	-	-	1	2,9	1	2,4	-	-	2	11,1
	Construção ou compra de casa própria	8	57,1	18	50,0	25	58,1	14	48,3	7	38,9
	Depósito no banco	2	14,3	11	30,6	9	20,9	8	26,7	8	44,4
	Educação dos filhos	6	31,6	6	20,7	3	12,0	1	5,9	4	33,3
	Não há poupança	4	25,0	5	13,5	4	9,5	12	36,4	5	33,3
	Total	28	100,0	61	100,0	69	100,0	43	100,0	37	100,0
Feminino	Agricultura	3	15,8	8	27,6	5	20,0	3	15,8	2	16,7
	Indústria	1	5,3	1	3,4	-	-	-	-	-	-
	Restaurantes, cafés ou hotéis	-	-	1	3,4	5	20,0	-	-	-	-
	Compra de televisão ou electrodomésticos	5	36,3	5	17,2	3	12,0	4	21,1	2	16,7
	Compra de automóvel	2	10,5	2	6,9	3	12,0	1	5,3	3	25,0
	Compra de ouro e jóias	-	-	1	3,4	-	-	-	-	1	8,3
	Construção ou compra de casa própria	12	63,2	14	48,3	9	36,0	8	42,1	7	58,3
	Depósito no banco	2	10,5	4	13,8	5	19,2	7	38,9	7	58,3
	Educação dos filhos	6	31,6	6	20,7	3	12,0	1	5,9	4	23,5
	Não há poupança	5	26,3	5	17,2	6	24,0	6	35,3	-	-
	Total	36	100,0	47	100,0	39	100,0	30	100,0	26	100,0

Quadro VII - 54: Motivos pelos quais não pensam investir as suas poupanças.

N = 257

(em percentagem)

Motivos pelos quais não pensam investir	n	%
Idade avançada	170	57,4
Falta de incentivos e apoios	58	19,6
Falta de mercado	45	15,2
Falta de infra-estruturas	13	4,4
Outras razões	8	2,7
Total	257	100,0

Quadro VII - 55: Futuros investimentos, por género, segundo a idade no regresso.

N = 223

(em percentagem)

	Futuros investimentos	Idade no regresso										
		20-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		> 60 anos		
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Género	Masculino	Agricultura	3	21,4	7	21,2	7	18,4	3	11,1	1	5,9
		Indústria	2	14,3	2	6,1	-	-	1	3,7	-	-
		Restaurantes, cafés ou hotéis	-	-	-	-	2	5,3	3	11,1	1	5,9
		Compra de televisão ou electrodomésticos	-	-	2	6,1	-	-	1	3,7	-	-
		Compra de automóvel	1	7,1	1	3,0	2	5,3	-	-	-	-
		Compra de ouro e jóias	1	7,1	-	-	-	-	1	3,7	-	-
		Construção ou compra de casa própria	-	-	4	12,1	5	13,2	1	3,7	1	5,9
		Depósito no banco	1	7,1	8	24,2	8	21,1	8	28,6	7	38,9
		Educação dos filhos	4	28,6	7	21,2	5	13,2	1	3,7	2	11,8
		Não há poupança	5	33,3	6	18,2	15	37,5	12	44,4	7	43,8
		Total	17	100,0	37	100,0	44	100,0	31	100,0	19	100,0
Género	Feminino	Agricultura	2	11,8	3	12,0	6	24,0	1	5,9	1	10,0
		Indústria	1	5,9	-	-	1	4,0	-	-	-	-
		Restaurantes, cafés ou hotéis	-	-	-	-	3	12,0	1	5,9	-	-
		Compra de televisão ou electrodomésticos	1	5,9	-	-	-	-	-	-	-	-
		Compra de automóvel	1	5,9	-	-	-	-	-	-	-	-
		Compra de ouro e jóias	1	5,9	-	-	-	-	-	-	-	-
		Construção ou compra de casa própria	1	5,9	2	8,0	4	15,4	2	11,1	2	20,0
		Depósito no banco	1	5,9	5	20,0	6	24,0	4	23,5	4	40,0
		Educação dos filhos	5	29,4	4	16,0	3	12,0	2	11,8	-	-
		Não há poupança	7	41,2	12	44,4	6	24,0	8	47,1	3	30,0
		Total	20	100,0	26	100,0	29	100,0	18	100,0	10	100,0

Quadro VII - 56: Inovações introduzidas, por género, segundo a idade no regresso.

N = 244

(em percentagem)

		Idade no regresso										
		Futuros investimentos	20-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		> 60 anos	
			n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Género	Masculino	Habitação	9	64,3	29	82,9	31	75,6	27	81,8	15	83,3
		Formas de vestir	4	22,2	8	27,6	8	30,8	11	61,1	9	75,0
		Tempos livres	3	21,4	11	31,4	14	34,1	13	39,4	7	38,9
		Hábitos alimentares	4	28,6	14	40,0	15	36,6	16	48,5	6	33,3
		Relações pessoais	6	42,9	18	51,4	20	48,8	18	54,5	10	55,6
	Total		26	100,0	80	100,0	88	100,0	85	100,0	47	100,0
	Feminino	Habitação	13	72,2	19	65,5	19	73,1	11	61,1	9	75,0
		Formas de vestir	6	42,9	14	40,0	20	48,8	18	54,5	7	38,9
		Tempos livres	8	44,4	6	20,7	6	23,1	7	38,9	7	58,3
		Hábitos alimentares	4	22,2	10	34,5	8	30,8	8	44,4	5	41,7
Relações pessoais		8	44,4	9	31,0	8	30,8	8	44,4	8	66,7	
Total		39	100,0	58	100,0	61	100,0	52	100,0	36	100,0	

Quadro VII - 57: Inovações introduzidas pelos emigrantes na agricultura.

N = 115

(em percentagem)

Inovações introduzidas		
	n	%
Equipamento novo	51	44,3
Adaptou equipamento existente	17	14,8
Inovou processos de trabalho	39	33,9
Introduziu novas matérias-primas	6	5,2
Introduziu novos métodos de cultivo	21	18,3
Introduziu novas formas de produção	31	27,0
Outras inovações	-	-
Total	115	100,0

Quadro VII - 58: Inovações introduzidas na agricultura , por género, segundo a idade no regresso.

N = 210

(em percentagem)

	Inovações introduzidas na agricultura	Idade no regresso										
		20-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		> 60 anos		
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Género	Masculino	Equipamento novo	2	16,7	12	41,4	7	18,9	4	19,2	1	5,9
		Adaptou equipamento existente	3	27,3	1	3,4	3	8,1	1	3,2	1	5,9
		Inovou processos de trabalho	1	9,1	4	13,8	10	27,0	4	12,9	1	5,9
		Introduziu novas matérias-primas	-	-	1	3,3	1	2,7	-	-	1	5,9
		Introduziu novos métodos de cultivo	-	-	4	14,8	4	10,8	2	6,5	3	17,6
		Introduziu novas formas de produção	4	36,4	3	10,3	3	8,1	4	12,9	2	11,8
		Outras inovações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	10	100,0	25	100,0	28	100,0	15	100,0	9	100,0	
	Feminino	Equipamento novo	5	35,7	6	25,0	4	17,4	1	7,1	3	33,3
		Adaptou equipamento existente	1	7,1	2	8,3	3	13,0	2	14,3	-	-
		Inovou processos de trabalho	2	14,3	3	12,5	4	17,4	-	-	2	22,2
		Introduziu novas matérias-primas	1	7,1	1	4,2	-	-	-	-	1	11,1
		Introduziu novos métodos de cultivo	-	-	1	4,2	2	8,7	-	-	2	22,2
		Introduziu novas formas de produção	-	-	5	20,8	3	13,0	1	7,1	3	33,3
Outras inovações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total	9	100,0	18	100,0	16	100,0	4	100,0	11	100,0		

Quadro VII - 59: Participação associativa no país de imigração.

N = 40

(em percentagem)

Tipo de participação	n	
	n	%
Associações culturais	21	48,8
Associações desportivas	5	11,6
Associações políticas	1	2,3
Outras associações	16	37,2
Total	40	100,0

Quadro VII - 60: Participação associativa no país de imigração, por género, segundo o nível de escolaridade.

N = 40

(em percentagem)

Participação associativa no país de emigração	Nível de escolaridade												
	Não sabe ler nem escrever		Sabe ler e escrever sem grau escolar		Concluiu a Escola primária		Concluiu a Escola preparatória		Frequentou a Escola secundária		Frequentou a Universidade		
	n	%	N	%	n	%	N	%	n	%	n	%	
M	Associação cultural	1	33,3	2	28,6	6	54,5	-	-	1	33,3	-	-
	Associação desportiva	-	-	1	8,5	1	3,3	-	-	1	33,3	-	-
	Associação política	1	33,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras associações	1	33,3	6	62,9	3	42,2	-	-	1	33,3	-	-
	Total	3	100,0	9	100,0	10	100,0	-	-	3	100,0	-	-
F	Associação cultural	1	33,3	1	50,0	6	57,1	2	100,0	1	50,0	-	-
	Associação desportiva	1	33,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Associação política	1	33,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras associações	-	-	1	50,0	1	49,8	-	-	1	50,0	-	-
	Total	3	100,0	2	100,0	7	100,0	2	100,0	2	100,0	-	-

Quadro VII - 61: Tipo de participação associativa após o regresso.

N = 51
(em percentagem)

Tipo de participação	n	
	n	%
Associação cultural	30	77,2
Associação desportiva	10	10,9
Associação política	4	4,3
Outras associações	7	7,6
Total	51	100,0

Quadro VII - 62: Participação associativa após o regresso, por género, segundo o nível de escolaridade.

N = 51
(em percentagem)

	Participação associativa após o regresso	Nível de escolaridade											
		Não sabe ler nem escrever		Sabe ler e escrever sem grau escolar		Concluiu a Escola primária		Concluiu a Escola preparatória		Frequentou a Escola secundária		Frequentou a Universidade	
		n	%	N	%	n	%	N	%	n	%	n	%
Masculino	Associação cultural	2	75,0	3	33,3	10	52,6	1	100,0	2	50,0	-	-
	Associação desportiva	1	25,0	1	11,1	2	10,5	-	-	-	-	-	-
	Associação política	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25,0	-	-
	Outras associações	-	-	4	44,4	2	10,5	-	-	1	25,0	-	-
	Total	3	100,0	8	100,0	14	100,0	1	100,0	4	100,0	-	-
Feminino	Associação cultural	-	-	3	100,0	9	65,0	-	-	2	66,7	-	-
	Associação desportiva	-	-	-	-	3	25,0	-	-	2	33,3	-	-
	Associação política	-	-	-	-	1	8,3	-	-	1	33,3	-	-
	Outras associações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	3	100,0	13	100,0	-	-	5	100,0	-	-

Quadro VII - 63: Inscrição em partido político.

N = 277

(em percentagem)

Inscrição em partido político	Inscrição em partido político	
	n	%
Sim	58	20,9
Não	219	79,1
Total	277	100,0

Quadro VII - 64: Ocupação de um cargo político.

N = 276

(em percentagem)

Ocupação de um cargo político	Ocupação de um cargo político	
	n	%
Sim	36	13,0
Não	240	87,0
Total	276	100,0

Quadro VII - 65: Inscrição em partido político, por género, segundo o nível de escolaridade.

N = 277

(em percentagem)

	Inscrição em partido político	Nível de escolaridade											
		Não sabe ler nem escrever		Sabe ler e escrever sem grau escolar		Concluiu a Escola primária		Concluiu a Escola preparatória		Frequentou a Escola secundária		Frequentou a Universidade	
		n	%	N	%	n	%	N	%	n	%	n	%
M	Sim	6	18,8	7	17,1	18	28,1	2	33,3	4	50,0	-	-
	Não	26	81,3	34	82,9	46	71,9	4	66,7	4	50,0	2	100,0
	Total	32	100,0	41	100,0	64	100,0	6	100,0	8	100,0	2	100,0
F	Sim	5	20,8	2	9,5	9	17,0	-	-	2	28,6	1	50,0
	Não	19	79,2	19	90,5	44	83,0	7	100,0	5	71,4	1	50,0
	Total	24	100,0	21	100,0	53	100,0	7	100,0	7	100,0	2	100,0

Quadro VII - 66: Ocupação de um cargo político.

N = 276

(em percentagem)

Ocupação de um cargo político	Nível de escolaridade	
	n	%
Sim	36	13,0
Não	240	87,0
Total	276	100,0

Quadro VII - 67: Cargo político ocupado no poder local.

N = 36

(em percentagem)

Cargo político	Nível de escolaridade	
	n	%
Presidente da Câmara	2	5,6
Junta de Freguesia	30	83,3
Outro cargo	4	11,1
Total	36	100,0

Quadro VII - 68: Cargo político ocupado no poder local, por género, segundo o nível de escolaridade.

N = 33

(em percentagem)

	Cargo político ocupado	Nível de escolaridade											
		Não sabe ler nem escrever		Sabe ler e escrever sem grau escolar		Concluiu a Escola primária		Concluiu a Escola preparatória		Frequentou a Escola secundária		Frequentou a Universidade	
		n	%	N	%	n	%	N	%	n	%	n	%
M	Presidente da Câmara	-	-	-	-	1	6,7	-	-	-	-	-	-
	Junta de Freguesia	3	100,0	6	100,0	14	93,3	1	50,0	1	100,0	-	-
	Outro cargo	-	-	-	-	-	-	1	50,0	-	-	-	-
	Total	3	100,0	6	100,0	15	100,0	2	100,0	1	100,0	-	-
F	Presidente da Câmara	-	-	-	-	1	50,0	-	-	-	-	-	-
	Junta de Freguesia	-	-	2	100,0	-	-	-	-	-	-	1	100,0
	Outro cargo	-	-	-	-	1	50,0	-	-	1	100,0	-	-
	Total	-	-	2	100,0	2	100,0	-	-	1	100,0	1	100,0

5. Percepção das Carências Locais por parte do Ex-emigrante

Para 50% dos inquiridos, as perspectivas de desenvolvimento do local de origem são “pequenas”. Apenas um indivíduo indicou grandes expectativas de desenvolvimento do local para onde regressou. Os dados são reveladores de um certo conformismo dos ex-emigrantes e alguma descrença na evolução da sua freguesia de residência (Quadro VII - 69).

Avaliando a relação entre a opinião sobre as possibilidades de desenvolvimento local em função do género e idade, não se observa a existência de correlação significativa. A concentração do maior número de respostas verifica-se ao nível das “pequenas” perspectivas de desenvolvimento local, e, dentro destas, os homens assumem maior peso percentual (Quadro VII - 70).

No atinente à pergunta do inquérito “que tipo de ajudas gostaria de obter?” Os inquiridos indicaram como prioritária a assistência médica. Seguem-se por ordem decrescente de importância, os subsídios, facilidades na conclusão dos estudos dos filhos, facilidades administrativas, empréstimos a juros bonificados, apoio técnico e informação sobre aplicação das poupanças (Quadro VII - 71).

Avaliando segundo o género, a distribuição apresenta-se equitativa nas três principais ajudas indicadas. De salientar apenas que os homens denotam maiores preocupações em relação a questões relacionadas com empréstimos e com facilidades administrativas. Estes valores poderão estar relacionados com o facto de serem geralmente os homens a gerir estas questões com mais regularidade. Os inquiridos integrados no escalão etário dos 30 aos 49 anos são os que solicitam mais ajudas (Quadro VII - 72).

Dos inquiridos, 80 sugerem, como medidas a implementar para melhorar a agricultura na região, mais subsídios/ajuda financeira, 33,6%, enquanto que 19,3% apelam para que se garanta ao agricultor o escoamento dos produtos. Mas não é despidendo que 44 inquiridos (18,5%) não sabem ou não respondem a esta questão (Quadro VII - 73). Na opinião de 39 inquiridos, a implementação de qualquer tipo de indústrias, seria importante para o concelho de Boticas. Dos inquiridos, 23 nomeiam as fábricas de produtos agrícolas, 19 a produção de fumeiro e 17 o turismo rural/agricultura biológica (Quadro VII - 74).

Quando questionados ex-emigrantes sobre as medidas a implementar, por ordem de prioridade, para desenvolvimento do Concelho em estudo, 40,7% indicaram como sua grande preocupação o emprego para fixar os jovens aos seus locais de origem, (Quadro VII - 75). “A exiguidade dos mercados de trabalho a nível local e a incapacidade de absorção profissional, por falta de emprego nas áreas de origem, têm sido os principais entraves à efectivação de um regresso mais intenso ao país, por parte dos emigrantes portugueses” (Rocha-Trindade, 1988: 77).

Procedendo à mesma análise segundo o género, as novas oportunidades de emprego recolhem os valores percentuais mais elevados quer para o género masculino quer para o feminino, transversalmente a todos os grupos etários (Quadro VII - 76).

Apenas 106 inquiridos indicaram uma segunda medida a implementar no concelho: a melhoria dos acessos, com 10,4%, que independentemente do género se concentra na faixa etária dos 20/29 anos. As restantes medidas indicadas apresentam valores residuais (Quadro VII - 77). Não são de realçar outros valores percentuais, já que os mesmos são residuais, encontrando-se igualmente distribuídos por todas as faixas etárias, tanto de homens como de mulheres (Quadro VII - 78).

Como terceira medida a implementar, dos 55 inquiridos que responderam a esta questão, 14,5% (8 inquiridos) indicaram que facilidades bancárias dariam um novo impulso às condições económicas dos habitantes da região (Quadro VII - 79).

Esta terceira medida é indicada maioritariamente por mulheres da faixa etária dos 40-49 anos. Não são de realçar outros valores residuais, de igual modo distribuídos por todas as faixas etárias, tanto de homens como de mulheres (Quadro VII - 80).

Quadro VII - 69: Perspectivas de desenvolvimento no concelho de Boticas.

N = 279

(em percentagem)

Perspectivas de desenvolvimento	n	
	n	%
Nenhumas	56	20,1
Pequenas	140	50,2
Médias	82	29,4
Grandes	1	0,4
Total	279	100,0

Quadro VII - 70: Perspectivas de desenvolvimento local, por género, segundo a idade no regresso.

N = 244

(em percentagem)

	Perspectivas de desenvolvimento local	Idade no regresso										
		20-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		> 60 anos		
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Género	Masculino	Nenhumas	2	14,3	7	20,0	7	16,7	9	26,5	2	11,1
		Pequenas	10	71,4	20	57,1	23	54,8	15	44,1	9	50,0
		Médias	2	14,3	8	22,8	12	28,6	10	29,4	7	38,9
		Grandes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Total	14	100,0	35	100,0	42	100,0	34	100,0	18	100,0
	Feminino	Nenhumas	3	17,6	4	13,8	4	15,4	5	27,8	3	27,3
		Pequenas	10	58,8	14	48,3	11	42,3	7	38,9	4	36,4
		Médias	4	23,5	11	37,9	10	38,5	6	33,3	4	36,4
		Grandes	-	-	-	-	3	3,8	-	-	-	-
Total	17	100,0	29	100,0	28	100,0	20	100,0	3	100,0		

Quadro VII - 71: Tipo de ajudas pretendidas pelos emigrantes regressados.

N = 255
(em percentagem)

Tipo de ajudas pretendidas		
	n	%
Subsídios	109	29,0
Empréstimos a juros bonificados	20	5,3
Facilidades administrativas	24	6,4
Apoios técnicos	15	4,0
Assistência médica	127	33,8
Facilidades na conclusão dos estudos dos filhos	51	13,6
Informação sobre aplicação nas poupanças	12	3,2
Outras informações	18	4,8
Total	255	100,0

Quadro VII - 72: Tipo de ajudas pretendidas após o regresso, por género, segundo a idade no regresso.

N = 228

(em percentagem)

	Tipo de ajudas pretendidas	Idade no regresso										
		20-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		> 60 anos		
		N	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Género	Masculino	Subsídios	8	53,3	17	48,6	15	37,5	4	13,3	7	41,2
		Empréstimos a juros bonificados	4	26,7	4	11,4	3	7,5	1	3,3	-	-
		Facilidades administrativas	1	7,7	4	11,4	3	7,5	2	6,7	1	5,9
		Apoios técnicos	-	-	-	-	4	10,0	1	3,3	-	-
		Assistência médica	2	13,3	14	40,0	18	45,0	15	50,0	11	64,7
		Facilidades na conclusão dos estudos dos filhos	4	26,7	10	28,6	5	12,5	2	6,7	2	11,8
		Informação sobre aplicação das poupanças	1	7,7	1	2,9	3	7,5	1	3,3	-	-
		Outras informações	1	7,7	4	11,4	3	7,5	2	6,9	2	11,8
	Total	21	100,0	54	100,0	54	100,0	28	100,0	23	100,0	
	Feminino	Subsídios	8	53,3	15	62,5	12	54,5	5	26,3	4	36,4
		Empréstimos a juros bonificados	3	20,0	1	4,2	-	-	1	5,3	-	-
		Facilidades administrativas	2	13,3	2	8,3	1	4,5	-	-	1	9,1
		Apoios técnicos	1	6,7	1	4,2	-	-	1	5,3	1	9,1
		Assistência médica	5	33,3	9	37,5	11	50,0	13	68,4	9	81,8
		Facilidades na conclusão dos estudos dos filhos	7	46,7	6	25,0	6	27,3	1	5,3	-	-
Informação sobre aplicação das poupanças		1	6,7	1	4,2	-	-	1	5,3	-	-	
Outras informações		2	13,3	-	-	1	4,5	1	5,3	-	-	
Total	29	100,0	34	100,0	31	100,0	23	100,0	15	100,0		

Quadro VII - 73: Medidas a implementar para melhorar a agricultura na região.

N = 238
(em percentagem)

Medidas a implementar	n	%
Nenhumas, porque não há nada a fazer	5	2,1
Mais subsídios / Ajuda financeira	80	33,6
Garantir ao agricultor o escoamento do produto	46	19,3
Emparcelamento	13	5,5
Acabar com os intermediários agrícolas	5	2,1
Melhores acessos e apoios aos agricultores	3	1,3
Mais subsídios e emparcelamentos	1	0,4
Agricultura mais mecanizada	8	3,4
Certificação dos produtos	8	3,4
Rever o PDM	3	1,3
Formação profissional	8	3,4
Nenhumas porque está tudo bem assim	2	0,8
Emparcelamento / Novas técnicas de cultivo / Explorar outros recursos	3	1,3
Mais apoios financeiros / Emparcelamento / Formação Profissional	4	1,7
Apoio aos jovens	4	1,7
Desenvolver a produção de mel	1	0,4
NS/NR	44	18,5
Total	238	100,0

Quadro VII - 74: Tipo de indústria a implementar no concelho de Boticas.

N = 166

(em percentagem)

Tipo de indústria a implementar	n	%
Nenhuma	2	1,2
Indústria animal	10	6,0
Fabricas de produtos agrícolas (Castanha e a Beterraba)	23	13,9
Implementar todo o tipo de fábricas	39	23,5
Fábrica de batata frita	1	0,6
Fábrica de Papel / Vestuário/Calçado	5	3,0
Indústria têxtil	4	2,4
Indústria da madeira	3	1,8
Tecelagem	12	7,2
Pedreiras	1	0,6
Fábrica de embalagem de legumes	1	0,6
Produção de fumeiro	19	11,4
Apoios financeiros à Indústria	1	0,6
Turismo rural / Agricultura biológica	17	10,2
Fábrica de cerveja e de chocolates	4	2,4
Fábrica de lentes / Produção de Caracóis	1	0,6
Apicultura	1	0,6
Parques Eólicos	3	1,8
NS/NR	19	11,4
Total	166	100,0

Quadro VII - 75: Primeira medida a implementar no concelho de Boticas.

N = 177
(em percentagem)

1.ª Medida a implementar		
	n	%
Infra-estruturas básicas	8	4,5
Novas oportunidades de emprego para fixar os jovens à terra	72	40,7
Implantar indústrias	4	2,3
Aumentar significativamente as pensões de reforma	15	8,5
Melhor escoamento dos produtos agrícolas	5	2,8
Subsídios à produção	8	4,5
Melhores acessos	9	5,1
Emparcelamentos agrícolas	5	2,8
Melhor organização das Câmara em relação à Freguesia	1	0,6
Maior investimento na agricultura	15	8,5
Maior investimento comunitário	1	0,6
Montagem de fábricas de madeiras	1	0,6
Investir na Indústria Têxtil	1	0,6
Investir nas pedreiras	1	0,6
Investir no turismo rural	2	1,1
Rever o PDM	3	1,7
Construir infra-estruturas para o desporto e lazer	3	1,7
Pomares de frutos tropicais	2	1,1
Fábrica de calçado	4	2,3
Produção / Embalagem / Venda de cogumelos	2	1,1
Reconstruir as casas	1	0,6
Mais apoios aos idosos / Construção de lares	5	2,8
Aproveitar melhor a floresta / Limpeza das matas	1	0,6
NS/NR	8	4,5
Total	177	100,0

Quadro VII - 76: Primeira medida a implementar no concelho de Boticas, por género, segundo a idade no regresso.

N = 152

	2.ª Medida a implementar	Idade no regresso									
		20-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		> 60 anos	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Masculino	Infra-estruturas básicas	-	-	-	-	2	8,3	-	-	1	7,7
	Novas oportunidades de emprego para fixar os jovens à freguesia	4	40,0	12	48,0	6	25,0	7	30,4	6	46,2
	Implantar indústrias	-	-	-	-	-	-	2	8,7	1	7,7
	Aumentar significativamente as pensões de reforma	1	10,0	4	16,0	2	8,3	7	30,4	-	-
	Melhor escoamento dos produtos agrícolas	-	-	-	-	3	12,5	1	4,3	-	-
	Subsídios à produção	-	-	-	-	1	4,2	1	4,3	-	-
	Melhores acessos	2	20,0	4	16,0	2	8,3	-	-	-	-
	Emparcelamentos agrícolas	1	10,0	-	-	1	4,2	-	-	-	-
	Melhor organização das Câmara em relação à Freguesia	-	-	-	-	1	4,2	-	-	-	-
	Maior investimento na agricultura	1	10,0	1	4,0	3	12,5	2	8,7	2	15,4
	Montagem de fábricas de madeiras	-	-	1	4,0	-	-	-	-	-	-
	Investir no turismo rural	-	-	-	-	1	4,2	-	-	-	-
	Rever o PDM	-	-	-	-	-	-	1	4,3	-	-
	Construir infra-estruturas para o desporto e lazer	-	-	1	4,0	-	-	1	4,3	-	-
	Pomares de frutos tropicais	-	-	1	4,0	-	-	-	-	-	-
	Fábrica de calçado	-	-	1	4,0	1	4,2	-	-	-	-
	Reconstruir as casas	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7,7
	Mais apoios aos idosos / Construção de lares	1	10,0	-	-	-	-	-	-	1	7,7
	Aproveitar melhor a floresta / Limpeza das matas	-	-	-	-	1	4,2	-	-	-	-
	NS/NR	-	-	-	-	-	-	1	4,3	1	7,7
	Total	10	100,0	25	100,0	24	100,0	23	100,0	13	100,0
Feminino	Infra-estruturas básicas	-	-	-	-	2	13,3	1	10,0	-	-
	Novas oportunidades de emprego para fixar os jovens à terra	7	58,3	10	71,4	3	20,0	2	20,0	3	50,0
	Implantar indústrias	-	-	1	7,1	-	-	-	-	-	-
	Aumentar significativamente as pensões de reforma	-	-	-	-	-	-	-	-	1	16,7
	Subsídios à produção	2	16,7	-	-	1	6,7	-	-	1	16,7
	Melhores acessos	1	8,3	-	-	-	-	-	-	-	-
	Emparcelamentos agrícolas	-	-	-	-	2	13,3	-	-	-	-
	Maior investimento na agricultura	-	-	-	-	2	13,3	1	10,0	-	-
	Maior investimento comunitário	-	-	-	-	-	-	-	-	1	16,7
	Investir na indústria têxtil	-	-	1	7,1	-	-	-	-	-	-
	Rever o PDM	-	-	-	-	1	6,7	-	-	-	-
	Construir infra-estruturas para o desporto e lazer	-	-	-	-	1	6,7	-	-	-	-
	Pomares de frutos tropicais	1	8,3	-	-	-	-	-	-	-	-
	Fábrica de calçado	1	8,3	1	7,1	-	-	-	-	-	-
	Produção, Embalagem e Venda de cogumelos	-	-	-	-	1	6,7	1	10,0	-	-
Mais apoios aos idosos / Construção de lares	-	-	-	-	-	-	3	30,0	-	-	
	Total	12	100,0	13	100,0	13	100,0	8	100,0	6	100,0

Quadro VII - 77: Segunda medida a implementar no concelho de Boticas.

N = 106
(em percentagem)

2. ^a Medida a implementar		
	n	%
Criar postos de trabalho	9	8,5
Melhor assistência médica	9	8,5
Promover a formação dos agricultores	5	4,7
Melhores acessos	11	10,4
Mais apoios aos idosos / Construção de lares	5	4,7
Acabar com os intermediários agrícolas	1	0,9
Apostar no turismo	7	6,6
Investir na agricultura	9	8,5
Investir na construção civil	1	0,9
Industrializar a região	2	1,9
Criar postos de vendas de produtos locais	3	2,8
Aproveitar melhor a floresta / Limpeza das matas	4	3,8
Infra-estruturas básicas	5	4,7
Menos impostos	5	4,7
Fábrica de tecidos	4	3,8
Fábrica de cerâmica	2	1,9
Agricultura Biológica	4	3,8
Baixar os preços da electricidade e do telefone	4	3,8
Apoios à fixação da população	2	1,9
Justiça social	6	5,7
Apoios à fixação da população	2	1,9
Formação profissional	4	3,8
NS/NR	2	1,9
Total	106	100,0

Quadro VII - 78: Segunda medida a implementar no concelho de Boticas, por género, segundo a idade no regresso.

N = 106
(em percentagem)

	2.ª Medida a implementar	Idade no regresso									
		20-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		> 60 anos	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Masculino	Criar postos de trabalho	-	-	2	15,4	3	16,7	2	14,3	2	28,6
	Melhor assistência médica	1	11,1	1	7,7	-	-	5	35,7	-	-
	Promover a formação dos agricultores	-	-	-	-	3	16,7	1	7,1	-	-
	Melhores acessos	3	33,3	1	7,7	1	5,6	1	7,1	-	-
	Mais apoios aos idosos / Construção de lares	-	-	2	15,4	-	-	-	-	1	14,3
	Acabar com os intermediários agrícolas	-	-	-	-	1	5,6	-	-	-	-
	Apostar no turismo	1	11,1	-	-	2	11,1	1	7,1	1	14,3
	Investir na agricultura	-	-	-	-	3	16,7	2	14,3	1	14,3
	Investir na construção civil	1	11,1	-	-	-	-	-	-	-	-
	Industrializar a região	1	11,1	-	-	-	-	-	-	-	-
	Aproveitar melhor a floresta / Limpeza das matas	-	-	-	-	1	5,6	-	-	-	-
	Infra-estruturas básicas	-	-	2	15,4	-	-	1	7,1	-	-
	Fábrica de tecidos	-	-	1	7,7	1	5,6	-	-	-	-
	Fábrica de cerâmica	-	-	-	-	1	5,6	-	-	-	-
	Agricultura Biológica	1	11,1	-	-	1	5,6	-	-	-	-
	Baixar os preços da electricidade e do telefone	-	-	1	7,7	-	-	-	-	-	-
	Apoios à fixação da população	-	-	1	7,7	-	-	1	7,1	-	-
	Justiça social	1	11,1	-	-	1	5,6	-	-	2	28,6
	Formação profissional	1	11,1	2	15,4	-	-	-	-	-	-
		Total	10	100,0	13	100,0	18	100,0	14	100,0	7
Feminino	Melhorar assistência médica	-	-	-	-	1	8,3	-	-	-	-
	Melhores acesos	1	24,5	-	-	1	8,3	-	-	1	100,0
	Mais apoios aos idosos / Construção de lares	1	25,5	-	-	1	8,3	-	-	-	-
	Apostar no turismo	-	-	-	-	1	8,3	-	-	-	-
	Investir na agricultura	-	-	-	-	2	16,7	-	-	-	-
	Investir na construção civil	-	-	1	16,7	-	-	-	-	-	-
	Criar postos de vendas de produtos locais	-	-	-	-	1	8,3	1	16,7	-	-
	Aproveitar melhor a floresta / Limpeza das matas	-	-	1	16,7	-	-	2	33,3	-	-
	Infra-estruturas básicas	1	25,0	-	-	1	8,3	-	-	-	-
	Menos impostos	-	-	-	-	1	8,3	1	16,7	-	-
	Fábrica de tecidos	1	25,0	1	16,7	-	-	-	-	-	-
	Fábrica de cerâmica	-	-	-	-	1	8,3	-	-	-	-
	Agricultura biológica	-	-	2	33,3	-	-	-	-	-	-
	Baixar os preços da electricidade e do telefone	-	-	-	-	-	-	1	16,7	-	-
	Justiça social	-	-	-	-	-	-	1	16,7	-	-
	Apoios à fixação da população	-	-	1	16,7	-	-	-	-	-	-
NS /NR	-	-	-	-	2	16,7	-	-	-	-	
	Total	4	100,0	6	100,0	12	100,0	6	100,0	1	100,0

Quadro VII - 79: Terceira medida a implementar no concelho de Boticas.

N = 55
(em percentagem)

3. ^a Medida a implementar		
	n	%
Facilidades bancárias	8	14,5
Apoio técnico ao agricultor	5	9,1
Criação de postos de trabalho	4	7,3
Ajudas aos idosos	5	9,1
Promover os produtos utilizando os <i>media</i>	2	3,6
Melhores acessos	3	5,5
Promover o turismo rural	6	10,9
Implementação de indústrias	5	9,1
Apostar na riqueza natural da região	3	5,5
Criar poder de compra	1	1,8
Apostar na Agricultura biológica	3	5,5
Fábrica de lacticínios	4	7,3
Melhor assistência médica	3	5,5
Tratamento das florestas	1	1,8
NS/NR	2	3,6
Total	55	100,0

Quadro VII - 80: Terceira medida a implementar no concelho de Boticas, por género, segundo a idade no regresso.

N = 106

(em percentagem)

	3.ª Medida a implementar	Idade no regresso									
		20-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		> 60 anos	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Masculino	Facilidades bancárias	-	-	-	-	1	14,3	2	28,6	2	66,7
	Apoio técnico ao agricultor	-	-	-	-	1	14,3	1	14,3	-	-
	Criação de postos de trabalho	-	-	1	16,7	-	-	1	14,3	-	-
	Ajudas aos idosos	-	-	2	33,3	1	14,3	-	-	-	-
	Promover os produtos utilizando os <i>media</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Melhores acessos	-	-	1	16,7	-	-	1	14,3	-	-
	Promover o turismo rural	-	-	-	-	3	42,9	-	-	1	33,3
	Implementação de indústrias	1	25,0	-	-	-	-	-	-	-	-
	Apostar na riqueza natural da região	1	25,0	-	-	-	-	-	-	-	-
	Criar poder de compra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Apostar na Agricultura biológica	-	-	-	-	-	-	1	14,3	-	-
	Fábrica de lacticínios	-	-	1	16,7	1	14,3	-	-	-	-
	Melhor assistência médica	1	25,0	1	16,7	-	-	-	-	-	-
	Tratamento das florestas	1	25,0	-	-	-	-	-	-	-	-
NS / NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Total	4	100,0	6	100,0	7	100,0	6	100,0	3	100,0
Feminino	Facilidades bancárias	-	-	-	-	1	11,1	1	33,3	-	-
	Apoio técnico ao agricultor	-	-	-	-	1	11,1	-	-	1	100,0
	Criação de postos de trabalho	-	-	-	-	2	22,2	-	-	-	-
	Ajudas aos idosos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Promover os produtos utilizando os <i>media</i>	1	25,0	-	-	1	11,1	-	-	-	-
	Melhores acessos	-	-	-	-	1	11,1	-	-	-	-
	Promover o turismo rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Implementação de indústrias	1	25,0	2	66,7	-	-	-	-	-	-
	Apostar na riqueza natural da região	-	-	-	-	1	11,1	2	66,7	-	-
	Criar poder de compra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Apostar na Agricultura biológica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Fábrica de lacticínios	1	25,0	1	33,3	-	-	-	-	-	-
	Melhor assistência médica	1	25,0	-	-	-	-	-	-	-	-
	Tratamento das florestas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS / NR	-	-	-	-	2	22,2	-	-	-	-	
	Total	4	100,0	3	100,0	9	100,0	3	100,0	1	100,0

6. Iniciativas Empresariais dos Emigrantes Regressados – Estratégias e Perspectivas de Desenvolvimento Local.

O incentivo à iniciativa empresarial tem sido usado por alguns países como uma forma de combater a exclusão e permitir a mobilidade social.

O dinamismo empresarial de alguns emigrantes regressados, no território em estudo, tem feito renascer alguns mercados locais, gerando inclusive o aparecimento de novas actividades. Tendo como objectivo um aprofundamento daquele, apresentamos seguidamente os resultados de seis inquéritos por entrevista feitos por nós a emigrantes regressados. Segundo Ruquoy (em Albarello et al 1997) “as entrevistas permitem uma compreensão rara e matizada das situações que se relacionam com a forma de ver o mundo, as intenções e crenças dos indivíduos...” (Albarello et al: 1997:84). Esta análise integra quatro eixos de caracterização: (1) Identificação do empresário – Características demográficas e socioculturais e história de vida (mobilidade geográfica, percurso académico e profissional, motivações pessoais e constituição familiar); (2) Identificação, caracterização e evolução da empresa; (3) Apoio institucional e perspectivas de desenvolvimento concelhio; (4) Avaliação global da empresa (grau de satisfação, factores de in(sucesso) e impacto da empresa a nível local).

6.1 Análise dos casos

6.1.1. Características demográficas, socioculturais e percursos de vida.

Identificação dos Empresários	Indicadores	Caracterização sociográfica
(A)	Idade	49 anos
	Género	Masculino
	Estado civil	Casado
	Naturalidade	Freguesia de Beça do concelho de Boticas
	Nacionalidade	Portuguesa
	Residência	Freguesia de Beça do concelho de Boticas
(B)	Idade	45 anos
	Género	Feminino
	Estado civil	Casada
	Naturalidade	Freguesia de Alturas do concelho de Boticas
	Nacionalidade	Portuguesa
	Residência	Freguesia de Alturas do concelho de Boticas
(C)	Idade	49 anos
	Género	Feminino
	Estado civil	Casada

(D)	Naturalidade	Lisboa
	Nacionalidade	Dupla nacionalidade: Portuguesa e Canadiana
	Residência	Boticas
	Idade	57 anos
	Género	Masculino
	Estado civil	Casado
	Naturalidade	Freguesia de Beça do concelho de Boticas
(E)	Nacionalidade	Portuguesa
	Residência	Freguesia de Beça do concelho de Boticas
	Idade	47 anos
	Género	Masculino
	Estado civil	Solteiro
	Naturalidade	Valpaços
	Nacionalidade	Portuguesa
Residência	Freguesia de Alturas do concelho de Boticas	

(F)	Idade	39 anos
	Género	Masculino
	Estado civil	Divorciado
	Naturalidade	Lisboa
	Nacionalidade	Portuguesa
	Residência	Boticas

Características socioculturais	Indicadores	Caracterização sociográfica
(A)	Habilitações literárias	Actual 6º ano de escolaridade
	Formação	Sim: Hotelaria
	Associativismo	Pertence: associação hoteleira (UNISLAR)
	Profissão dos pais	Agricultores
	Mobilidade (ascendente, neutra, descendente)	Ascendente
	Integração comunitária	Não refere
	País(es) de imigração	França, Irlanda e Suíça
(B)	Habilitações literárias	12º ano de escolaridade
	Formação	Sim: Inglês; Higiene e Segurança no Trabalho e de jovens agricultores
	Associativismo	Pertenceu: Associação Cultural e Recreativa de Atilho
	Profissão dos pais	Agricultores
	Mobilidade (ascendente, neutra, descendente)	Ascendente
	Integração comunitária	Bem aceite
	País(es) de imigração	França

(C)	Habilitações literárias	Curso particular de secretariado
	Formação	Sim: Florista, bancária, bolsa de valores (entre outras)
	Associativismo	Pertence: Associação Cultural e Recreativa de Atilhó
	Profissão dos pais	Pai: foi taxista Mãe: teve vários ofícios por conta de outrem
	Mobilidade (ascendente, neutra, descendente)	Ascendente
	Integração comunitária	Bem aceite
	País(es) de imigração	Canadá
(D)	Habilitações literárias	4º ano de escolaridade
	Formação	Sim: Hotelaria
	Associativismo	Não pertence
	Profissão dos pais	Agricultores
	Mobilidade (ascendente, neutra, descendente)	Ascendente
	Integração comunitária	Bem aceite
	País(es) de imigração	Alemanha

(E)	Habilitações literárias	4º ano de escolaridade
	Formação	Sim: Hotelaria
	Associativismo	Não pertence, mas a esposa pertence à Associação Cultural e Recreativa de Atilhó
	Profissão dos pais	Agricultores
	Mobilidade (ascendente, neutra, descendente)	Ascendente
	Integração comunitária	Mal aceite
	País(es) de imigração	França
(F)	Habilitações literárias	9º ano de escolaridade
	Formação	Sim: monitor de tiro
	Associativismo	Não pertence
	Profissão dos pais	Caseiros e posteriormente empresários
	Mobilidade (ascendente, neutra, descendente)	Neutra
	Integração comunitária	Mal aceite
	País(es) de imigração	França

História de vida	Análise temática	Análise interpretativa	Excertos da entrevista
(A)	Mobilidade geográfica Percurso académico e profissional Motivações pessoais Constituição familiar	<p>O entrevistado partiu para a França aos 22 anos de idade, num tipo de emigração pendular, em que ia e vinha, uma vez que não tinha autorização de permanência no país de acolhimento.</p> <p>Trabalhou nas vindimas, na agricultura e numa casa burguesa.</p> <p>Casou em 1982, em Portugal, e voltou mais quatro anos para França. Tem duas filhas, a primeira licenciada e a segunda com o 12º ano, uma nascida em França e outra em Portugal, mas ambas trabalham no nosso país.</p>	<p><i>“Estive em França, depois voltei, só assim aos 2, 3 meses, que eu não podia lá estar, não tinha autorização de permanência em França. Portanto, andei lá a fazer vindimas e coisas assim do género e voltava. Depois em, em... 82 casei e estive aqui mais um ano. Depois voltei para França, que foi quando estive lá 4 anos, desde 82 até 86. (...) Trabalhei em agricultura e depois mais tarde numa casa burguesa, mais ligada à hotelaria.”</i></p> <p><i>“...2 filhas. (...) Uma nasceu e França.”</i></p>
(B)	Mobilidade geográfica Percurso académico e profissional Motivações pessoais Constituição familiar	<p>A entrevistada saíu de Boticas para ir para Lisboa durante 7 anos, onde trabalhou numa empresa de confeções. Em 1988, foi para França trabalhar nas limpezas, regressando 7 anos depois.</p> <p>Construíram a sua habitação em Boticas e em seguida fez prospecção de mercado para averiguar qual o tipo de empresa em que deveria apostar. Tem 2 filhos estudantes.</p>	<p><i>“7 anos a viver em Lisboa.”</i></p> <p><i>“Fui para França em 1988, 1988. (...) E voltei e, 1995.”</i></p> <p><i>“Primeiro fizemos a nossa casa. Estivemos a fazer, fizemos uma prospecção, prospecção de negócio. Ver realmente, ver em que é que nos devíamos instalar aqui na nossa zona. Tudo o que tinha a ver com a nossa região. Pensamos em várias coisas (...) uma fábrica de</i></p>

(C)			<p><i>confecções, como eu tinha trabalhado em confecções gostava de fazer isso aqui. Transformação de algodão, linho, uma coisa assim (...) Mas foi muito complicado a nível burocrático.”</i></p>
	<p>Mobilidade geográfica</p> <p>Percurso académico e profissional</p> <p>Motivações pessoais</p> <p>Constituição familiar</p>	<p>A entrevistada nasceu em Lisboa, mas emigrou para o Canadá, ainda jovem. Fez os seus estudos nesse país, conheceu o seu marido (natural de Boticas, mas também emigrante no Canadá) e foi bancária nesse país de emigração, enquanto que o seu marido teve vários ofícios, até regressarem em 1982.</p> <p>A inadaptação de uma lisboeta a Boticas fez com que a entrevistada, após pouco mais de um ano neste concelho, convencesse o marido a regressarem ao Canadá. Aí, voltou a trabalhar num banco, enquanto o cônjuge trabalhava numa fábrica de produtos químicos e depois em jardinagem. Antes de regressarem, em 1995, a empresária fez formação na área floral. Têm um filho que é operário</p>	<p><i>“Fui muito novinha para o Canadá. (...) E lá ainda fui estudar. (...) E lá fiquei, no banco, praticamente os 20 e tal anos que estive lá.”</i></p> <p><i>“Encontrei lá, encontrei-me lá com o meu esposo (...) Ele foi com 25 anos para lá. Pouco depois de sair da tropa.”</i></p> <p><i>“Trabalhei no banco sempre. E ele trabalhou em fábricas, era carpintaria, era, trabalhou a carpinteiro, ehh, construção civil. Teve várias profissões, vários trabalhos.”</i></p> <p><i>“Ora bem, nós voltamos a primeira vez em 1982, viemos para cá, experimentar. O meu esposo gostava de montar aí uma carpintaria, claro começou com a serração, carpintaria e tal. E depois eu não gostava de estar aqui, porque era muito novinha, não</i></p>

(D)		fabril.	<p><i>tinha nada que fazer, nada que me entreter. E então voltamos outra vez para lá (...) não era o meu meio. Era rapariga da cidade e não me adaptava muito bem, nessa altura, aqui.”</i></p> <p><i>“Voltamos em 1995 para cá. (...) Fiz lá formação de 2 anos. (...) E como era uma coisa que gostava e como planeávamos voltar, para viver para cá, então resolvi tirar esse curso [artes florais] e estou contente porque gosto muito.”</i></p> <p><i>“Tenho um filho que está a trabalhar na fábrica das cordas, trabalha toda a noite e não ganha sequer 500€ por mês.”</i></p>
	<p>Mobilidade geográfica</p> <p>Percurso académico e profissional</p> <p>Motivações pessoais</p> <p>Constituição familiar</p>	<p>O entrevistado nasceu na freguesia de Beça, em Boticas. A primeira emigração foi interna, uma vez que foi para Lisboa, com 12 anos de idade, e até cumprir o serviço militar. Aqui adquiriu todo o saber técnico em hotelaria. Depois partiu para a Alemanha, onde foi operário fabril em várias empresas. Decorridos 2 anos de estada na Alemanha, a esposa juntou-se-lhe neste</p>	<p><i>12 anos. Estive lá até, até aos 19. Aos 19 quiseram-me na tropa, porque naquela altura iam grandes e pequenos.”</i></p> <p><i>“E depois então é que emigrei para a Alemanha. (...) Lá, lá trabalhava numa fábrica... de, de papel. E numa fábrica de metal. E noutra fábrica que fazia malas para viagem.”</i></p> <p><i>“A esposa foi 2 anos mais tarde.”</i></p>

(E)	Mobilidade geográfica	país, indo também trabalhar em fábricas. Ao fim de 10 anos de permanência na Alemanha regressaram, em 1984. O casal tem 3 filhos, sendo um deles nascido na Alemanha. Dois dos filhos trabalham no concelho de Boticas e a filha está fora do concelho.	<i>“Ehh, o meu filho nasceu na Alemanha. (...) Ehh, não. Dois trabalham cá no concelho.”</i>
	Percurso académico e profissional	O entrevistado nasceu em Valpaços e a sua esposa em Boticas. Emigraram para a França onde o inquirido foi empresário da construção civil, regressando quase 30 anos depois, em 1993.	<i>“Viemos em 93. (...) Construção civil. Eu era empresário. (...) Sim. Eu já sou empresário há 18 anos. (...) O filho nasceu lá.”</i>
	Motivações pessoais	O saber técnico em hotelaria foi adquirido em Lisboa, tendo sido a sua primeira formação.	<i>[saber técnico] “Não. Adquiri-o em Portugal, foi a minha primeira formação. (...) Fiz em Lisboa.”</i>
	Constituição familiar	Têm um filho que nasceu e estudou em França, cumprindo a escolaridade obrigatória, tendo regressado a Boticas com os pais.	
(F)	Mobilidade geográfica	Nascido em Lisboa, mas filho de residentes em Boticas, este	<i>“Nasci em Lisboa.”</i>
	Percurso académico e profissional	empresário partiu para França aos 7 anos de idade, onde permaneceu durante 30 anos, trabalhando na área das armas. Voltou, há 2 anos, para Portugal (Boticas), mas deixou os seus 3 filhos em França.	<i>“Estive lá [em França] 30 anos.”</i>
	Motivações pessoais		<i>“Tenho 3 [filhos] em França.”</i>
	Constituição familiar		

Sintetizamos o seguinte:

- A idade média dos indivíduos em estudo é de 47,6 anos;
- Os empresários são autóctones ou ligados ao concelho em estudo por laços familiares;
- Somente um dos entrevistados apresenta dupla nacionalidade;
- As habilitações literárias variam desde a 4ª classe até ao 12º ano;
- Apresentam formação diversificada adquirida no país de imigração;
- Constata-se que a maior parte dos empresários em estudo estão ligados a alguns tipos de associações;
- Registam mobilidade profissional ascendente;
- Foram imigrantes predominantemente em França;
- Identificam-se como cidadãos europeus com excepção de um dos entrevistados;
- Apresentam elevada mobilidade geográfica anterior ao regresso ao concelho em estudo.

6.1.2 Identificação, caracterização e evolução das empresas

Identificação, caracterização e evolução das empresas	Análise temática	Análise interpretativa	Excertos da entrevista
(A)	<p>Localização</p> <p>Ramo de Actividade</p> <p>Ano de fundação</p> <p>Caracterização dos funcionários</p> <p>Forma jurídica</p> <p>Caracterização dos sócios</p> <p>Volume de vendas</p>	<p>A empresa deste entrevistado é um hotel, inaugurado em 2000, e está situado na freguesia de Beça, no concelho de Boticas. Tem 6 trabalhadores ao serviço, num escalão etário dos 20 aos 40 anos de idade, e todos com formação profissional na área hoteleira e com origem geográfica no concelho de Boticas. A forma jurídica é a de uma empresa em nome individual, sem qualquer sócio. A questão do volume de vendas não foi mencionada.</p>	<p><i>“Ehhh foi inaugurado, portanto, em 2000.”</i></p> <p><i>“Todos eles [funcionários] têm formação profissional.”</i></p> <p><i>“Nome individual.”</i></p>

	<p>Origem do capital social</p> <p>Dificuldades iniciais</p> <p>Crescimento</p> <p>Projectos de futuro</p> <p>Reacção da comunidade</p> <p>Identificação de programas e iniciativas comunitárias de apoio ao desenvolvimento local</p> <p>Produto / Serviço</p>	<p>O empresário refere que o crédito bancário e a poupança estão na origem do capital social da sua empresa. Ainda tentou recorrer a fundos comunitários, mas não lhe foram concedidos por se tratar de uma obra de raiz e não de um projecto de restauro.</p> <p>Todavia, diz não ter sentido dificuldades; apenas alguma descrença e cepticismo da comunidade, que não acreditava muito naquele projecto hoteleiro. Considera mesmo que a sua actividade está em crescimento e prevê novas vias de comunicação no concelho que possam facilitar o desenvolvimento do seu hotel.</p> <p>Conhece os programas e iniciativas comunitárias, mas não foi apoiado.</p> <p>O seu serviço é, portanto, um hotel e o restaurante que o complementa.</p>	<p><i>“Eu e a Caixa Geral de Depósitos (ri-se), que me emprestou dinheiro. (...) Crédito bancário. (...) Claro, poupança própria e empréstimos.”</i></p> <p><i>“Recorri, [aos fundos comunitários]mas não, não havia... (...)Não, que isto era uma obra de raiz. E segundo eles, só para restauro.”</i></p> <p><i>“Ora bem, dificuldades encontram-se sempre, mas assim, não encontrei... (...) Pronto, isto é... Isto nos meios pequenos há sempre aquela curiosidade. “Isto aqui não resulta”, outros “era isto que fazia falta”. Mas pronto, isso não... nunca ligamos muito a isso.”</i></p> <p><i>“Ora, eu creio que sim. Não em termos práticos, digamos, porque abri também numa altura que começou uma crise, que, que ainda hoje existe e não sabemos quando é que vai ter fim, não é? Portanto, não temos vindo a perder, portanto, eu acho que é um progresso (...) Não há decadência, portanto, considero que há crescimento.”</i></p>
--	--	--	--

			<p><i>“Para projectos futuros, digamos que somos sempre um concelho do interior, temos que ter essa noção das coisas. E temos já desde a construção. É um concelho pobre.</i></p> <p><i>De qualquer das forma, com os novos meios de comunicação, que acabam de aparecer, como agora a ligação da auto-estrada de Chaves Porto e Chaves Figueira da Foz, penso que será mais fácil das pessoas cá chegarem. Embora, as auto-estradas tenham 2 vias, uma para cá levar e outra para trazer, uma para trazer, outra para levar, não é? (...) Mas penso que vai ser mais benéfico.”</i></p>
	Clientes e mercado	O hotel serve o mercado local e regional, nomeadamente o	<i>“Sim, sempre tive conhecimento...”</i>
	Fornecedores	norte litoral mais industrializado. Os	
	Canais de distribuição e divulgação do produto	fornecedores são também locais e regionais. A promoção e divulgação do hotel são feitos através de uma página na internet.	<i>“Nós temos, portanto, de âmbito local, é evidente. É a clientela de todos os dias. Mas nós, sobretudo, a nossa clientela é uma clientela que se desloca do litoral, ou seja, Guimarães, Porto, Braga, Maia. Todas estas zonas, todo este norte mais industrial...”</i>
	Concorrentes	Quanto à concorrência, o entrevistado considera que não existe, mas nem se importaria, caso esta fosse saudável. Assume mesmo	
	Evolução	alguma evolução nos lucros. O grande investimento foi a	
	Investimentos realizados		<i>“São locais, os fornecedores...”</i>

(B)		ampliação do hotel com a construção de um pavilhão para a realização de festas.	<p>[divulgação] “Tem sido os clientes que divulgam uns com os outros. (...) Temos uma página na Internet.”</p> <p>“A concorrência desleal é que não, porque se fosse uma concorrência igual a nós até era bom, era saudável.”</p> <p>[lucros] “Positivos.”</p> <p>“ Fizemos um pavilhão novo para as festas.”</p>
	Localização	Duas sapatarias são as empresas desta entrevistada,	“É comércio. Sapataria.”
	Ramo de Actividade	localizadas em Boticas e em Montalegre, inaugurado 2000.	“Temos uma empregada.”
	Ano de fundação	Tem uma funcionária ao serviço, de 20 anos de idade,	“Nome individual.”
	Caracterização dos funcionários	o 9º ano de escolaridade e residente no concelho de Boticas.	[volume de vendas] “Médio.”
	Forma jurídica	A empresa está em nome individual, não tem qualquer	
	Caracterização dos sócios	sócio e o seu volume de vendas é médio.	
	Volume de vendas		
	Origem do capital social	A origem do capital social resulta da poupança e do crédito bancário. Não	“Foi mais poupança e (...) Crédito bancário.”
	Dificuldades iniciais	encontrou grandes dificuldades iniciais, a não ser	“ Fizemos um prospecção aqui, em Montalegre, e achamos que em Montalegre era mais

	<p>Crescimento</p> <p>Projectos de futuro</p> <p>Reacção da comunidade</p> <p>Identificação de programas e iniciativas comunitárias de apoio ao desenvolvimento local</p> <p>Produto / Serviço</p>	<p>nos contactos para encontrar o local adequado para a instalação da empresa. Aliás, a entrevistada considera que a sua empresa tem vindo a crescer bastante nos últimos anos. Como projectos de futuro acalenta a esperança de poder ser fabricante de calçado, para além da comercialização. Para isso, precisa do apoio de outras empresas para dar formação ao nível do fabrico e é essa batalha que a entrevistada tem estado a travar.</p> <p>A vantagem é que esta empresa tem sido muito bem aceite pela comunidade e continua a ser uma empresa muito bem reputada na localidade.</p> <p>Em termos de programas de apoio ao desenvolvimento local, a entrevistada conhece vagamente o PROCOM, mas não viu nenhuma compensação em aderir.</p>	<p><i>viável. Não encontramos assim grandes dificuldades, portanto, foi só mais aqueles contactos de arranjar o sítio, o espaço, ver e não sei quê. Não encontramos assim grandes dificuldades.”</i></p> <p><i>“Estávamos a pensar em fazer o nosso fabrico próprio. (...) O nosso fabrico próprio. Só que há muitas coisas a definir, nas peles, na confecção, na, na, portanto, formação das pessoas, estamos numa zona muito isolada. Já tivemos vários contactos...”</i></p> <p><i>“ Fizemos muitos clientes num instante. E continuamos a ter. Continuamos a ser uma casa muito reputada pelo nosso atendimento, pela qualidade das nossas coisas e...”</i></p> <p><i>“PROCOM. Sim, mas eu não aderi a isso porque achei que não me compensava em nada aderir. Portanto, nós não temos nenhum, o nosso negócio, no nosso negócio não temos nenhum apoio comunitário.”</i></p> <p><i>“Um pouco de tudo, um pouco de tudo. São locais sim senhor, muitas delas, a maior parte, mas temos pessoas de outras,</i></p>
--	---	--	--

(C)	Clientes e mercado	<p>Os clientes são locais, mas estes complementam-se com alguns turistas portugueses e emigrantes que também compram calçado nesta empresa.</p> <p>Já os fornecedores são regionais e internacionais.</p> <p>A divulgação da sapataria é feita através do “site” na Internet e da rádio local, uma necessidade face à excessiva concorrência, que também obriga a uma constante evolução e a investimentos, nomeadamente ao nível da ampliação do espaço.</p> <p>A empresa da entrevistada situa-se em Boticas. É florista. A fundação desta empresa data de 1996. Nela trabalham apenas a entrevistada e o seu cônjuge,</p>	<p><i>de outros concelhos. Do Algarve e não sei quê, que vêm passar férias, que já conhecem a nossa casa e vêm propositadamente comprar aqui, uma, duas vezes por anos. Quando podem, quando vêm de férias. E internacionais também, os nossos emigrantes, quando vêm cá.”</i></p>
	Fornecedores		<p><i>[fornecedores] “São de Fafe, Minho e de Espanha.”</i></p>
	Canais de distribuição e divulgação do produto		<p><i>“Fazendo publicidade, na rádio, na rádio local (...) temos um site, só nosso na Internet.”</i></p>
	Concorrentes		<p><i>[concorrência] “...abriram mais 4. Para esta localidade é demais.”</i></p>
	Evolução		<p><i>“Muita concorrência.”</i></p>
	Investimentos realizados		<p><i>[investimentos] “Ampliação, quase todos os anos fazemos uma coisa diferente nas lojas.”</i></p>
	Localização		<p><i>[número de trabalhadores ao serviço] “Sou eu e o meu marido, portanto, não temos mais ninguém.”</i></p>
	Ramo de Actividade		<p><i>“Nome individual.”</i></p>
	Ano de fundação		

	<p>Caracterização dos funcionários</p> <p>Forma jurídica</p> <p>Caracterização dos sócios</p> <p>Volume de vendas</p> <p>Origem do capital social</p> <p>Dificuldades iniciais</p> <p>Crescimento</p> <p>Projectos de futuro</p> <p>Reacção da comunidade</p> <p>Identificação de programas e iniciativas comunitárias de apoio ao desenvolvimento local</p> <p>Produto / Serviço</p>	<p>uma vez que não sentiram necessidade de contratar colaboradores. O escalão etário dos proprietários oscila entre os 50 e os 60 anos, possuindo um o curso de secretariado e o outro detém o 9º ano de escolaridade. Esta florista encontra-se em nome individual e não tem sócios</p> <p>O capital social provém exclusivamente da poupança. Inicialmente, a maior dificuldade sentida foi o facto de a empresa se ter instalado num meio muito pequeno e também, à data de fundação, 1996, não havia, naquele meio, muito o hábito da compra de flores naturais e e havia outra florista concorrente.</p> <p>Logo, a entrevistada diz ter sentido, inicialmente, que a procura era pequena para a oferta de duas empresas do mesmo ramo. Foi um percurso lento de habituação dos clientes à sua loja, mas as dificuldades iniciais acabaram por se desvanecer e hoje crê que a comunidade se “adaptou” à sua empresa. Hoje, também, vai</p>	<p><i>“Portanto, ehh, a loja é minha. (...) É tudo meu (...) Foi tudo começado do zero por mim.”</i></p> <p><i>“Ora bem, ehh, dificuldades talvez seriam pelo meio ser muito pequeno. Muitas das pessoas, principalmente naquela altura não estavam ainda viradas a comprar flores para oferecer nem nada. Ehh, viravam-se todos mais para o género do artificial, para as campas e coisas assim, portanto, não havia desenvolvimento nesse aspecto. E depois também, sendo um meio pequeno, havia cá já outra florista, ehh, portanto, demorou um bocadinho às pessoas se habituarem a mim, gostarem do meu trabalho e começarem a vir. Foi uma escalada um bocadinho vagarosa, mas...”</i></p>
--	--	---	--

	<p>idealizando o aumento das instalações para poder diversificar os produtos, e apostando noutros que lhe poderiam trazer maior rendimento e projecção. Sobre os programas e iniciativas comunitárias de apoio ao desenvolvimento local, refere ter conhecimento mas não sentiu necessidade de os procurar, apesar de também ter conhecimento de que o seu concelho foi dos que mais usufruiu destas programas.</p>	<p><i>[projectos de futuro]</i> “Gostava muito de ter uma loja maior. (...) Gostava de ter produtos para jardinagem, vasos e decorações para jardinagem, e essas coisas, não tenho espaço.”</p> <p><i>[reação da comunidade]</i> “Não estavam adaptados. Agora estão, pronto, (...) Ehh, todas as pessoas aqui, praticamente gostam, só temos um pequeno problema que é depois da outra senhora, que era a florista na altura ter ido embora e fechado a loja, houve outra pessoa que tomou conta desse negócio, e como essa senhora é, digamos, filha da terra. Praticamente muitas pessoas são ligadas a ela, através de laços familiares ou amizade, ehh, sentem-se talvez mais na obrigação de ir a ela nesse aspecto. Mas de resto, a comunidade toda me aceita e...”</p> <p><i>[programas e iniciativas comunitárias]</i> “Tenho conhecimento, mas (...) nunca fui procurar, nem tenho tido necessidade de ir procurar nada desses programas para nada.”</p> <p><i>[clientes]</i> “É para o concelho de Boticas, portanto, não é só</p>
--	---	---

(D)	Cientes e mercado	Os clientes desta florista são os habitantes do concelho de Boticas. Já os fornecedores são de toda a região porque a entrevistada diz não haver fornecedores daqueles produtos a nível local. Neste momento, a divulgação dos seus produtos é feita através do jornal “Ecos de Boticas”, mas já teve uma página na internet tendo desistido de a actualizar, porque se tornava dispendioso.	<i>para a vila em si.”</i> <i>[fornecedores] “...são regionais, vêm do Porto, a maioria, vem dos lados de Amarante, Porto, por ali fora, Vila Real. Aqui local não há ninguém.”</i>
	Fornecedores		
	Canais de distribuição e divulgação do produto		<i>“...faço a publicidade no Ecos de Boticas. (...) Que é um jornal regional. (...) Bem, venho na lista telefónica, é claro, e na, tive uma altura que estive na internet.”</i>
	Concorrentes	Concorrentes diz ter dois e a evolução da sua empresa tem passado e continuará a passar por investimentos, modernização e ampliação da actividade.	<i>[concorrentes] “Mais dois.”</i> <i>[aumentar, modernizar e ampliar] “Exacto.”</i>
	Evolução		
	Investimentos realizados		
	Localização	Localizada em Boticas, a empresa deste entrevistado é um restaurante, inaugurado em 1989.	<i>“Tenho uma menina connosco a trabalhar há já, já uns anos.”</i> <i>“É individual.”</i>
	Ramo de Actividade		
	Ano de fundação	Além da esposa, o proprietário tem a trabalhar neste restaurante há já alguns anos, uma funcionária de 20 anos de idade, o 12º ano de escolaridade, e também originária do concelho.	
	Forma jurídica	Sem qualquer sócio, a	
	Caracterização dos		

	sócios	constituição jurídica desta empresa encontra-se em nome individual.	
	Volume de vendas		<i>“Isto foi, foi reconstruído, quer dizer de início não, mas depois tive um projectozinho que adquiri uns fundos perdidos para a ajuda da renovação.”</i>
	Origem do capital social	O capital social resulta da poupança própria e, posteriormente, do recurso a fundos comunitários aquando da renovação do restaurante.	<i>“Dificuldades houve sempre. Houve sempre dificuldades neste ramo, porque há uma somos muitos... ehh, com este modo de negócio, com este ramo neste concelho. O concelho não é muito turístico, não temos muita gente que faça turismo aqui. (...) E por isso o negócio nunca é um negócio muito vantajado. Por isso dificuldades há sempre. Mas vamos indo e vamos vivendo.”</i>
	Dificuldades iniciais	Este empresário foi sentindo dificuldades ao longo do tempo, as quais se prendem no facto de o concelho de Boticas não ser muito turístico, logo não contribui para a rentabilidade de uma empresa cuja percentagem significativa de clientes provém do turismo. Salienta que nunca é vantajoso para um restaurante ser frequentado apenas por pessoas do concelho. A captação de turistas trar-lhe-ia mais clientes e maior divulgação.	
	Crescimento		
	Projectos de futuro		
	Reacção da comunidade		
	Identificação de programas e iniciativas comunitárias de apoio ao desenvolvimento local		<i>“Eu acho que, pois, cresceu, modernizou-se...”</i>
	Produto / Serviço	Uma outra dificuldade referida é a elevada concorrência que se verifica neste ramo de actividade. De qualquer forma, o entrevistado não está pessimista e acredita que o seu negócio cresceu e foi-se modernizando. Por isso mesmo, e a juntar a idade já	<i>[clientes e mercado] “A</i>

(E)	Clientes e mercado	avanzada para laborar, não faz projectos de futuro, prefere a estabilidade.	<i>maioria é, é da zona, pessoas rurais, ehh, pronto há mais do que o turismo, que eu já disse que não temos.”</i>
	Fornecedores	Como já foi referido, e com lamento do entrevistado, os clientes do seu restaurante resumem-se a pessoas do seu concelho. Os seus fornecedores são da zona de Chaves, pessoas com quem	<i>“Os meus fornecedores é tudo mais ou menos chegado, aqui da zona de Chaves. Somos fornecidos aqui nesta zona.”</i>
	Canais de distribuição e divulgação do produto	diz manter uma relação próxima. A divulgação de seu restaurante é feita através de	<i>“Internet, sim.”</i> <i>“Fiz investimento...”</i>
	Concorrentes	uma página na internet, uma forma de promover a sua	
	Evolução	empresa e de fazer face à concorrência que diz existir neste ramo.	
	Investimentos realizados	A evolução passou pela remodelação e modernização do seu estabelecimento que conta já com 17 anos de abertura ao público.	
	Localização	A empresa deste entrevistado é um restaurante situado em	<i>“Sim, temos o agregado familiar e dois empregados fixos.”</i>
	Ramo de Actividade	Boticas. É uma empresa recente, uma vez que foi inaugurada no início do ano	<i>“A 4.ª classe é a cozinheira e a empregada o 9.º ano, se não me engano.”</i>
	Ano de fundação	2005. Para além do agregado familiar a trabalhar neste	
	Caracterização dos funcionários	restaurante (o casal e um filho), existem dois	<i>“Uma sim, outra não. (...) É de fora. (...) Veio do Ribatejo.”</i>
	Forma jurídica	funcionários, uma cozinheira e uma empregada, com idades	

	<p>Caracterização dos sócios</p>	<p>compreendias entre os 20 e os 45 anos de idade, uma é originária do concelho de Boticas e a outra do Ribatejo.</p>	<p><i>“Nome individual.”</i></p>
<p>Volume de vendas</p>	<p>A cozinheira tem a antiga 4ª classe e a outra funcionária tem o 9º ano de escolaridade.</p>	<p><i>[clientela] “Pouca.”</i></p>	
<p>Origem do capital social</p>	<p>A origem do capital social deste restaurante provém exclusivamente da poupança,</p>	<p><i>“Tudo nosso. Economias próprias.”</i></p>	
<p>Dificuldades iniciais</p>	<p>uma vez que o entrevistado chega a referir que é contra a adesão aos fundos comunitários, apesar de ter sido informado da sua existência e propósito.</p>	<p><i>[fundos comunitários] “Não, não aderi porque não era esse o meu objectivo. (...) Não. Sou contra isso.”</i></p>	
<p>Crescimento</p>	<p>E, apesar de dizer que sentiu dificuldades iniciais, este empresário considera que tem havido crescimento e melhoria das condições empresariais, a ponto do seu grande projecto ser a abertura de mais uma empresa, ou seja, mais um restaurante no concelho de Boticas.</p>	<p><i>[dificuldades iniciais] “Bastantes.”</i></p>	
<p>Reacção da comunidade</p>	<p>Quanto aos programas e iniciativas comunitárias de apoio ao desenvolvimento local</p>	<p><i>“Houve crescimento, houve crescimento. (...) As condições, portanto, vão melhorando.”</i></p>	
<p>Identificação de programas e iniciativas comunitárias de apoio ao desenvolvimento local</p>	<p>Quanto aos programas e iniciativas comunitárias de apoio ao desenvolvimento local, acha que não tem apoio, em razão de ter sido emigrante.</p>	<p><i>“Vou abrir mais um restaurante. (...) Aqui no concelho de Boticas. (...) Fora da vila.”</i></p>	
<p>Produto / Serviço</p>		<p><i>“Não. E quando a gente bate à porta para alguma coisa ao nosso nível, é negativo, é negativo. A nível de vantagens... administrativo, é negativo.”</i></p>	

		<p>Sobre a reacção da comunidade, este entrevistado afirma que o facto de ter sido emigrante faz com que seja visto de forma nem sempre positiva. Na sua opinião, os emigrantes regressados continuam a sentir-se como estranhos, como alguém de fora. O entrevistado diz mesmo sentir-se emigrante lá no país que o acolheu, e cá na sua terra de origem.</p> <p>O mercado que este restaurante serve é local e os seus fornecedores são locais, regionais e internacionais (espanhóis). Há uma aposta no mercado regional porque diz ser de maior qualidade mas também no mercado espanhol que se tem revelado mais barato.</p> <p>Aquando da abertura do restaurante, o proprietário promoveu o seu restaurante na rádio, mas neste momento não faz qualquer tipo de divulgação.</p> <p>Sobre a concorrência, acha-a saudável e sobre a evolução do seu negócio, refere a estabilidade e não fala em investimentos.</p>	<p><i>“Nós somos vistos de outra maneira. (...) Somos vistos diferente. Não somos vistos como alguém de fora, quer dizer nós somos emigrantes duas vezes.”</i></p> <p><i>[clientes] “Só a nível local.”</i></p> <p><i>[fornecedores] “Há de tudo. Há de fora, há regionais, há... pronto, há de tudo. (...) Há vários. (...) Não, talvez até dizia mais a nível de fora. (...) A nível vizinho, espanhol. (...) ...tento trabalhar sempre, mesmo sendo mais caro com o regional, por causa da qualidade, não é? (...) Mas o comércio, o comércio, portanto, lucrativo é internacional.”</i></p> <p><i>“Fiz, fiz uma promoçãozinha ao princípio, portanto, na rádio local, não é? Uma carta de visita, não é? (ri-se)”</i></p> <p><i>“Sim, há concorrência, ainda bem, ainda bem que há concorrência. (ri-se)”</i></p>
--	--	--	---

(F)			<i>[modernização]</i> “Não, não. É estável.”
	Localização	A empresa deste entrevistado é uma loja de peças para automóveis, situada em Boticas e fundada em finais de 2004.	“Casa de peças de automóveis. (...) 2004, fins de 2004.”
	Ramo de Actividade		“Individual.”
	Ano de fundação	O proprietário é o único trabalhador, uma vez que não tem funcionários ao serviço.	“Não há nenhum [sócio].”
	Caracterização dos funcionários		<i>[volume de vendas]</i> “Baixo.”
	Forma jurídica	Trata-se, então, de uma empresa em nome individual e sem qualquer sócio.	
	Caracterização dos sócios		
	Volume de vendas	O volume de vendas é considerado baixo.	
	Origem do capital social	A origem do capital social resulta exclusivamente da poupança, uma vez que não recorreu a outros meios, tais como o crédito bancário ou os fundos comunitários.	“Poupança própria.”
	Dificuldades iniciais	Como dificuldade inicial, aponta toda a burocracia que se gera à volta da abertura de uma empresa e também a má receptividade da comunidade, sentindo dificuldades de integração e mesmo de	“A nível de tudo o que é papéis. Ehh... (...) Muito lento, muito, lento, caro. Tudo, pronto...”
	Projectos de futuro		“E era a única coisa que não havia cá em Boticas. (...) Por isso é que eu me dirigi para essa área, também.”
Reacção da comunidade			
Identificação de		“Frio [mal recebido].”	

	<p>programas e iniciativas comunitárias de apoio ao desenvolvimento local</p> <p>Produto / Serviço</p> <p>Clientes e mercado</p> <p>Fornecedores</p> <p>Canais de distribuição e divulgação do produto</p> <p>Concorrentes</p> <p>Evolução</p> <p>Investimentos realizados</p>	<p>comunicação, em razão de ter sido emigrante.</p> <p>Contudo, considera que a sua empresa se está a desenvolver agora, também por ser a única do género em Boticas, e, se esta tendência se mantiver, tenciona meter-se em alguns projectos, só não sabe ainda quais.</p> <p>Conhece programas e iniciativas comunitárias de apoio ao desenvolvimento local, aos quais tentou recorrer, mas foi informado de que para a sua área não seriam viáveis.</p> <p>Os seus produtos dirigem-se, essencialmente, ao mercado local e regional, já os seus fornecedores são regionais porque a nível local não existem. Como não projecta os seus produtos para além do âmbito regional, este empresário não sente a necessidade de arranjar canais de distribuição.</p> <p>A divulgação da sua empresa foi feita através de folhetos, mas pondera divulgá-la também através da internet.</p> <p>Concorrentes directos não tem e, por isso, a nível de lucros, vendas e investimentos tem sentido uma ligeira melhoria.</p>	<p><i>[projectos de futuro]</i> “Se continuar assim, pode-se fazer alguns. (...) Não vale a pena ser maior do que o que é.”</p> <p><i>[programas de sectoriais e regionais de iniciativas comunitárias de apoio ao desenvolvimento]</i> “Tentamos mas não, disseram-nos que na nossa área não...”</p> <p><i>[clientes]</i> “Essencialmente local e regional...”</p> <p><i>[fornecedores]</i> “Regionais.”</p> <p><i>[canais de distribuição]</i> “Eu distribuir, não distribuo.”</p> <p><i>[divulgação]</i> “Já fiz uma tentativa, mas, pronto.... Os meios são poucos para isso e... (...) Uns panfletos. Não...”</p> <p>“Uma pequena melhoria. (...) Hum, a nível de material com os serviços que faço, fiz alguns, alguns.”</p>
--	--	---	--

Sistematizamos alguns aspectos:

- O ramo de actividade das empresas analisadas é diversificado;
- As empresas localizam-se na sede de concelho, exceptuando o Hotel com localização na freguesia de Beça;
- As empresas são de pequena dimensão e de baixo volume de vendas, apresentando na generalidade evolução positiva;
- Todas as empresas apresentam forma jurídica em nome individual e estrutura familiar em termos de capital social e quanto à composição dos recursos humanos;
- O Capital social provem essencialmente da poupança, embora também sejam referidos o crédito bancário e fundos comunitários, respectivamente por dois e um inquiridos;
- As empresas apresentam boas perspectivas de crescimento e projectos futuros;
- As empresas são direccionadas para o mercado local/regional.
- A reacção da comunidade à implementação das empresas em estudo segue uma perspectiva determinista, face ao contexto territorial;
- A promoção da imagem das empresas é feita essencialmente pela rádio e pela Internet.

6.1.3. Avaliação global da empresa

Avaliação global das empresas	Análise temática	Análise interpretativa	Excertos da entrevista
(A)	<p>Grau de satisfação</p> <p>Factores de (in)sucesso</p> <p>Impacto da empresa no concelho</p>	<p>Sente-se satisfeito com o seu hotel, e diz sentir algum sucesso, uma vez que o impacte da sua empresa no concelho foi positivo. Isto reflecte-se a nível da criação de emprego, de riqueza, de sinergias e de grandes investimentos.</p>	<p>[satisfação] “Sim. (...) Temos tido alguns, como eu já disse, temos que ter em conta a região em que estamos. Mas acho que, que tem tido algum sucesso.”</p>
(B)	<p>Grau de satisfação</p> <p>Factores de (in)sucesso</p>	<p>Esta questão não foi abordada.</p>	

(C)	Impacte da empresa no concelho		
	Grau de satisfação	Sobre a sua empresa, a entrevistada diz-se satisfeita e aponta, como factor de sucesso, a sua habilidade para os arranjos florais que parece agradarem às pessoas.	<i>[factores de sucesso] “...e minha habilidade, as pessoas gostam do meu trabalho.”</i>
	Factores de (in)sucesso	Apesar de considerar que a sua empresa não tem grande impacte no concelho por ser de pequenas dimensões, refere que é a florista de referência para a Câmara Municipal e para outras entidades associadas.	<i>[impacto] “Não, nisso não tenho nada porque eu simplesmente, o tipo de negócio que faço é só este pequeno (...) mas agora eu sinto que a Câmara está satisfeita porque muitas vezes quando há outras entidades a procurarem (...) eles dão a minha referência.”</i>
(D)	Impacto da empresa no concelho		
	Grau de satisfação	Não foram colocadas ao entrevistado questões directas sobre este tema, mas o discurso do empresário, ao longo de toda a entrevista, deixa perceber que não está plenamente satisfeito, mas também não se sente insatisfeito com o seu restaurante. Revela um certo conformismo com uma actividade que diz dar para viver e não vê grande impacte do seu restaurante no concelho, uma vez que há mais empresas do mesmo ramo e uma forte concorrência.	
	Factores de (in)sucesso		

(E)	<p>Grau de satisfação</p> <p>Factores de (in)sucesso</p> <p>Impacto da empresa no concelho</p>	<p>O empresário está satisfeito com o seu restaurante porque é uma actividade que lhe dá prazer. Por isso, a razão de sucesso é gostar do que faz. Acredita que o seu restaurante tem impacto positivo no concelho porque gerou postos de trabalho e efectuou investimentos.</p>	<p><i>“Estou porque faço o que gosto. (...) É um prazer, não é? (...) Criou emprego. (...) Foi positivo para o concelho.”</i></p>
(F)	<p>Grau de satisfação</p> <p>Factores de (in)sucesso</p> <p>Impacto da empresa no concelho</p>	<p>Relativamente à avaliação global da sua empresa, este empresário responde que o seu grau de satisfação é baixo e aponta como factor de insucesso o facto de a sua loja ainda não ter sido devidamente publicitada e dada a conhecer à população. Ainda assim, acredita que a sua empresa teve algum impacto no concelho porque as pessoas que vão sabendo da sua existência dizem que uma loja assim fazia falta em Boticas, na medida em que não há mais nenhuma daquele género. Por isso, o que está a faltar para dar maior visibilidade a esta empresa é uma boa estratégia de marketing.</p>	<p><i>[grau de satisfação] “Baixo, por enquanto. (...) Não posso dizer que estou satisfeito.”</i></p> <p><i>“O facto de eu ainda não ser conhecido e a casa também ainda não ter desenvolvido publicidade e coisas assim.”</i></p> <p><i>“Há uma coisa que eu posso dizer, que toda a gente me diz, que eu fazia cá falta. (...) Mas que nem sabiam que eu estava ali. Só a nível de divulgação do, da loja... (...) Tenho que fazer mais marketing.”</i></p>

Relativamente à avaliação global da empresa, salientamos:

- Os empresários encontram-se geralmente satisfeitos com as suas empresas;
- O impacto das empresas a nível concelhio é positivo e reflecte-se na criação de: emprego, riqueza, sinergias e investimentos.

6.1.4. Apoio institucional e perspectivas de desenvolvimento local

Apoio institucional	Análise temática	Análise interpretativa	Excertos da entrevista
(A)	<p>Conhecimentos / Fontes de informação</p> <p>Apoios solicitados / recebidos e avaliação do impacto</p> <p>Conhecimento de fundos estruturais aplicados na freguesia e/ou concelho e avaliação do impacto</p>	<p>Quanto ao apoio institucional, o empresário não tem grande conhecimento e também não solicitou apoio.</p>	<p><i>“Não, também não solicitamos nenhum, não.”</i></p>
(B)	<p>Conhecimentos / Fontes de informação</p> <p>Apoios solicitados / recebidos e avaliação do impacto</p> <p>Conhecimento de fundos estruturais aplicados na freguesia e/ou concelho e avaliação do impacto</p>	<p>Nunca usufruiu de apoio institucional nem solicitou. Tem conhecimento de fundos estruturais, mas desconhece onde é que estes foram aplicados porque não vê grandes alterações, a não ser ao nível do saneamento. Desta forma, também não consegue avaliar o impacto.</p>	<p><i>[apoio institucional] “Não sei muito bem dizer. Porque eu como não usufruí nada disso, não sei, sinceramente não sei.”</i></p> <p><i>“...porque não se vê assim grande coisa feita.” P.9</i></p> <p><i>[avaliação do impacto] “Não, não posso porque não fui informada e tive por dentro, não.”</i></p>
(C)	<p>Conhecimentos / Fontes de informação</p> <p>Apoios solicitados / recebidos e avaliação do impacto</p>	<p>A empresária tem conhecimento de fundos estruturais, que lhe foram dados a conhecer enquanto frequentou acções de</p>	<p><i>“Na altura e há uns tempos atrás, eu (...) fazia uns cursozinhos à noite. Depois deram-nos (...) umas certas indicações para projectos e não sei que mais e eu até fui</i></p>

	<p>impacto</p> <p>Conhecimento de fundos estruturais aplicados na freguesia e/ou concelho e avaliação do impacto</p>	<p>formação. No entanto, quando se tentou informar, percebeu que os fundos comunitários para apoiar a construção de um armazém (que era o que pretendia, na altura) eram insignificantes.</p> <p>Sobre os fundos estruturais aplicados na sua freguesia, a entrevistada conhece apenas o plano de renovação das fachadas das lojas e das habitações que diz ser de louvar e avalia o impacto como sendo de sucesso.</p>	<p><i>saber se havia projectos naquilo que estava interessada em fazer uma espécie de armazém (...) mas, os fundos comunitários eram tão poucos, eu tinha que pôr tanto da minha parte que achei que não valia a pena...”</i></p> <p><i>“Mas houve uma, uma renovação dos pequenos comércios, eles deram um certo dinheiro a fundo perdido para renovar a fachada, as lojas e as coisas, e pronto, além de modernizar também quis manter à mesma o aspecto de... mais característico (...) Daqui da zona.”</i></p>
(D)	<p>Conhecimentos / Fontes de informação</p> <p>Apoios solicitados / recebidos e avaliação do impacto</p> <p>Conhecimento de fundos estruturais aplicados na freguesia e/ou concelho e avaliação do impacto</p>	<p>O empresário teve conhecimento de alguns fundos comunitários e chegou mesmo a recorrer a um dos programas de apoio ao desenvolvimento local: o PROCOM.</p>	<p><i>“Foi o PROCOM, foi.”</i></p>
(E)	<p>Conhecimentos / Fontes de informação</p>	<p>A questão do apoio institucional não é do</p>	<p><i>“Não, negativo.”</i></p>

(F)	Apoios solicitados / recebidos e avaliação do impacto	conhecimento do entrevistado. Não teve apoios e também não conhece qualquer tipo de fundo estrutural aplicado na freguesia ou no concelho. Por essa razão, também não sabe avaliar o impacte causado por estes fundos estruturais.	<i>“Não posso avaliar, porque não sei.”</i>
	Conhecimento de fundos estruturais aplicados na freguesia e/ou concelho e avaliação do impacto		
	Conhecimentos / Fontes de informação	Procurou apoio institucional, mas não o obteve.	<i>“Procuramos.”</i>
	Apoios solicitados / recebidos e avaliação do impacto	Tem conhecimento de fundos estruturais aplicados, julga que foram bem sucedidos, mas não sabe dizer se foram aplicados mais ao nível concelhio ou das freguesias em particular.	<i>“Isso não sei dizer.”</i>
	Conhecimento de fundos estruturais aplicados na freguesia e/ou concelho e avaliação do impacto		

Perspectivas de desenvolvimento concelhio	Análise temática	Análise interpretativa	Excertos da entrevista
(A)	Entraves ao desenvolvimento Oportunidades de desenvolvimento para as empresas locais Estratégias de dinamização	Como problemas do desenvolvimento concelhio, o entrevistado salienta a falta de vias de comunicação, a desertificação, a fraca captação de turismo e os poucos incentivos à captação de população e de empresas.	<i>“...somos um concelho que estamos um bocado escondidos no interior. Não tínhamos acesso, que começam agora a chegar...” p.8</i> <i>“De forma, também não era fácil qualquer empresário vir</i>

	<p>da economia local (empresas a desenvolver)</p> <p>Fundos estruturais (impacte e (in)sucesso)</p>	<p>Em termos de potencialidades, destaca a proximidade fronteiriça, o ambiente natural e os incentivos fiscais e refere, como empresas mais viáveis para o concelho, as indústrias de horticultura, a produção de carnes regionais, a indústria da madeira e o fomento do turismo.</p> <p>O entrevistado não conhece os fundos estruturais aplicados no concelho e, por isso, não consegue avaliar o seu impacto.</p>	<p><i>instalar-se aqui. (...) ...alguma coisa tem se feito no concelho, mas certamente se podia fazer muito mais. Sobretudo do ponto de vista turístico, até porque é um concelho bastante bonito. Eu penso que o grande problema aí, também as autarquias, mas sobretudo as regiões de turismo, que nada têm feito para que... (...) Capte uma clientela vinda do exterior, não é?"</i></p> <p><i>"É quase impensável vir construir algo em Boticas sem ter acessos, porque demoraria mais vir do Porto a Boticas, do que dar a volta ao resto do país, não é? (...) Era um bocado difícil, penso que isso era o maior travão da, do crescimento desta região."</i></p> <p><i>"Eu penso que neste momento se podiam desenvolver bastantes indústrias ligadas à terra, porque era o tradicional da região. Ehh, indústrias de horticultura que não existem, de produção de carnes regionais e certificadas e, e, e pouco mais que isso."</i></p> <p><i>"Porque penso que podia ser um concelho bastante rico em turismo, porque tem de facto potencialidades, tem rio, tem</i></p>
--	---	---	--

(B)	<p style="text-align: center;">Entraves ao desenvolvimento</p> <p style="text-align: center;">Oportunidades de desenvolvimento para as empresas locais</p>	<p>Como entraves ao desenvolvimento, entrevistada salienta a falta de mão-de-obra especializada, as más acessibilidades, a desertificação e a falta de infra-estruturas.</p>	<p><i>floresta.”</i></p> <p><i>“Inclusive galináceos e todas essas coisas podiam ser produzidos.”</i></p> <p><i>[fundos estruturais] “Não, não procurei também.”.</i></p> <p><i>“Não sei avaliar muito o impacto...”</i></p> <p><i>“Ainda as más acessibilidades e a falta das gentes, não é? A desertificação.”</i></p>
	<p style="text-align: center;">Estratégias de dinamização da economia local (empresas a desenvolver)</p> <p style="text-align: center;">Fundos estruturais (impacte e (in)sucesso)</p>	<p>A empresária mostra-se descrente quanto às oportunidades de desenvolvimento para as empresas locais e refere a falta de incentivos locais, a burocracia, a falta de equipamentos de apoio à constituição de empresas, as más acessibilidades, o preço elevado dos terrenos e a dimensão reduzida do mercado a nível concelhio. Dá conta ainda do reduzido poder de compra da população e da falta de divulgação dos serviços. Ainda assim, como oportunidades de desenvolvimento das empresas, salienta a mão-de-</p>	<p><i>“A acessibilidade é muito fraca”.</i></p> <p><i>“...o terreno é muito caro”.</i></p> <p><i>“...porque a maior parte das pessoas daqui vivem à base da agricultura, não é? E então, não têm praticamente poder de compra”.</i></p> <p><i>“E às vezes as coisas saem e não são divulgadas. As pessoas não sabem. Quando sabem já é tarde, não houve possibilidade de fazer, porque ninguém soube!”</i></p> <p><i>[proximidade fronteira]</i></p> <p><i>“Está próximo e é mais</i></p>

(C)	<p>Entraves ao desenvolvimento</p>	<p>obra barata e a proximidade fronteiriça.</p> <p>O turismo rural, a floresta e a captação de energia eólica serão os tipos de empresa mais viáveis para o concelho, na opinião da entrevistada. Mas sobre a captação de energia eólica, vê vantagens (é compensador e cria postos de emprego) e desvantagens (altera a paisagem).</p>	<p><i>barato.</i></p> <p><i>“...eu via uma paisagem muito bonita da minha janela, eu olhava e via aquela serra toda bonita. E de repente deparei-me com aquilo, sem saber...”</i></p> <p><i>“Mas por outro lado, pronto, é compensador, porque, agora vamos ver se vai ser bem aplicado (...) Criar emprego, fazer um investimento, então aquilo dá dinheiro...”</i></p>
	<p>Oportunidades de desenvolvimento para as empresas locais</p> <p>Estratégias de dinamização da economia local (empresas a desenvolver)</p> <p>Fundos estruturais (impacte e (in)sucesso)</p>	<p>Como entraves ao desenvolvimento, são apontados a falta de população e o seu envelhecimento e ainda os baixos salários que não conseguem cativar a população mais jovem a ficar no concelho porque não lhes são asseguradas boas condições de vida.</p> <p>Por outro lado, os baixos salários praticados no concelho acabam por ser uma mais-valia para a instalação de empresas naquela zona, a par dos baixos custos de instalação e ainda dos incentivos fiscais.</p> <p>Na sua opinião, as empresas que mais se poderiam desenvolver no concelho seriam a indústria da madeira,</p>	<p><i>“Falta de população (...) aqui a população a maioria dela é envelhecida, não é? Os jovens que existem tiram os cursos e depois também não querem meter-se numa fábrica a fazer uma coisa qualquer, não é? (...) E os salários também são tão baixos que eles acham que é melhor irem para fora.”</i></p> <p><i>“...eu acho que se paga muito pouco, em comparação com muitos lugares...”</i></p> <p><i>“...entidades locais que dão uns certos incentivos para eles se implementarem aqui.”</i></p> <p><i>[empresas] “...transformação de madeiras, qualquer tipo de fábrica de madeiras (...) recuperação da floresta (...)</i></p>

(D)		<p>a recuperação das florestas e o turismo rural.</p> <p>A nível do impacto da aplicação de fundos estruturais, a entrevistada refere algumas infra-estruturas que foram criadas e que aumentaram a quantidade e qualidade da oferta e que, por isso, foram bem sucedidas.</p>	<p><i>limpeza das matas. Há tanta coisa...</i></p> <p><i>“Conheço uma pessoa que até que está tentando abrir uma, uma casa turística, por isso, se não achasse que não valia a pena não fazia, não é?”</i></p> <p><i>“Eles montaram aí parque de campismo, eles têm, acho que vão montar um mini-golfe, o campo da bola, aquele pavilhão multiusos que traz muitos eventos para ali, ehh, mesmo a vila em si está bem, está bem bonita para se passear nela (...) ficou lindíssimo, antigamente era muito feio. Todas essas coisas foi dinheiro utilizado bem, do Estado.”</i></p>
	<p style="text-align: center;">Entraves ao desenvolvimento</p> <p style="text-align: center;">Oportunidades de desenvolvimento para as empresas locais</p> <p style="text-align: center;">Estratégias de dinamização da economia local (empresas a desenvolver)</p> <p style="text-align: center;">Fundos estruturais (impacto e (in)sucesso)</p>	<p>Sobre as perspectivas de desenvolvimento concelhio, o empresário defende a criação de uma cooperativa agrícola que facilite o escoamento dos produtos e a indústria de transformação de madeira. O desenvolvimento do turismo rural só seria rentável caso não se mantivesse a tendência para a desertificação. Seriam indústrias benéficas, uma vez que há condições para a sua implementação, tais como a</p>	<p><i>“A nível da área florestal... eu acho que a área florestal está, está um bocadinho fraca (...) que não haja tantos incêndios e tanto, e destrua tanto a nossa a área verde, que tem sido tudo consumido. Eu acho que...”</i></p> <p><i>“Ehh... é. É, só que lá está, a gente é pouca para dar assistência a esses turismos rurais. Porque nós temos aí paisagens bonitas e tudo (...) Quando é a altura de florir,</i></p>

(E)		<p>mão-de-obra barata e os fundos estruturais, cujo impacto foi positivo, conduzindo ao desenvolvimento e modernização do concelho.</p>	<p><i>essas florestas e tudo, paisagens bonitas. Só que está muito pouco explorado.”</i></p> <p><i>“Agora só que construir muito e a gente é pouca, lá está o problema. Não é benéfico. Digo eu, construir-se aí um hotel de turismo, se calhar... pronto, como está agora a vida, se calhar não é benéfico para andarem a investir porque, pronto, fazia falta era trazer gente para cá.”</i></p>
	Entraves ao desenvolvimento	<p>Relativamente aos problemas que impedem o desenvolvimento do tecido empresarial do concelho de</p>	<p><i>“Eu acho que todas [as freguesias], que todas foram melhoradas nesse sentido.”</i></p>
	Oportunidades de desenvolvimento para as empresas locais	<p>Boticas, são apontadas a desertificação e a falta de emprego (associada também aos baixos salários) que é uma das causas para a “fuga” da população para outros pontos do país e mesmo para o estrangeiro, em busca de melhores condições de vida.</p>	<p><i>“Falta de povo. (...) Falta de pessoas. (...) Não têm emprego.”</i></p>
	Estratégias de dinamização da economia local (empresas a desenvolver)	<p>Como oportunidades de desenvolvimento de empresas locais, aponta as boas acessibilidades do concelho, a mão-de-obra barata e o bom ambiente natural.</p>	<p><i>[mão-de-obra] “É uma questão sem resposta. É barata. (...) Pode ser um factor também negativo. (...) Se a mão-de-obra é barata, portanto, pode ser negativo em que as pessoas, como a mão-de-obra é barata, preferem sair portanto da região, para outra região.”</i></p>
Fundos estruturais (impacte e (in)sucesso)	<p>Já as estratégias de dinamização da economia local deveriam passar, na sua opinião, pela revitalização da</p>	<p><i>“Temos um ambiente natural óptimo, temos uma região que é lindíssima, temos um ar que é bom, temos coisas que são,</i></p>	

(F)		<p>floresta e do turismo rural e não tanto pela agricultura e pelos produtos regionais.</p> <p>Sobre o impacte e sucesso dos fundos estruturais são questões que desconhece.</p>	<p><i>portanto, encantadoras, temos barragens, temos florestas, temos... (...) Turismo, talvez.”</i></p> <p><i>[fundos estruturais] “Eu não respondo, porque não tenho conhecimento da realidade.”</i></p>
	Entraves ao desenvolvimento	<p>Como entraves ao desenvolvimento, o entrevistado aponta a</p>	<p><i>“Porque há falta de, de gente, de viver aqui no sítio. É o que eu acho.”</i></p>
	Oportunidades de desenvolvimento para as empresas locais	<p>desertificação populacional que se tem vindo a fazer sentir. A falta de população transforma-se num problema para a implementação de empresas, pois não encontram neste concelho mão-de-obra que facilite o seu desenvolvimento.</p>	<p><i>[oportunidades de desenvolvimento] “Acho que se o faz, não o faz no bom sentido. Mas agora...”</i></p> <p><i>“Podem fazer, desenvolver o turismo, muita coisa.”</i></p>
	Estratégias de dinamização da economia local (empresas a desenvolver)	<p>que facilite o seu desenvolvimento.</p>	<p><i>[a agricultura] “Também se podia desenvolver. (...) Vê-se muitos terrenos por trabalhar. Cada vez mais.”</i></p>
	Fundos estruturais (impacte e (in)sucesso)	<p>Ainda assim, apesar das baixas oportunidades de desenvolvimento de empresas locais, o empresário acha que se poderiam desenvolver a agricultura, a indústria de transformação de madeira e o turismo.</p> <p>Quanto aos fundos estruturais, crê que, muitas vezes, estes são aplicados sem critérios e só beneficiam alguns.</p>	<p><i>“Olhe aqui há pouca gente que queira agora trabalhar...”</i></p> <p><i>[fundos estruturais] “O pessoal que sabe disso não divulga!”</i></p>

Salientamos o seguinte:

- As empresas em análise revelam escasso apoio institucional. Os empresários geralmente desconhecem as vantagens/impactes dos fundos estruturais; consideram inclusive a desadequação das exigências dos programas às realidades locais;
- O impacto das empresas a nível local é geralmente positivo, reflectindo criação de emprego, de riqueza e sinergias locais;
- Os entraves ao desenvolvimento resumem-se em falta de vias de comunicação, despovoamento, débil marketing territorial, falta de infra-estruturas, escassa mão-de-obra especializada, escasso emprego, forte envelhecimento populacional e salários baixos, burocracia, baixo poder de compra;
- As oportunidades de desenvolvimento para as empresas baseiam-se essencialmente em: incentivos fiscais, proximidade fronteira, ambiente natural, mão-de-obra barata;
- As estratégias de dinamização da economia local passam pela implementação de pequenas e médias indústrias ligadas à horticultura, à madeira, à produção de carnes regionais, criação de uma cooperativa agrícola para escoamento dos produtos locais, pelo fomento do turismo e revitalização da floresta e pela captação da energia eólica.

Face ao exposto, consideramos oportuno potenciar (facilitando/apoiando) as forças (recursos) do espaço rural em estudo, valorizando inclusive as capacidades, o *Know-how* e as mudanças sociais, económicas e culturais que os emigrantes regressados induzem de forma directa ou indirecta na comunidade local.

CAPÍTULO VIII – EMIGRAÇÃO PRESENTE OU RECENTE NO CONCELHO DE BOTICAS

O contínuo abandono do espaço rural é indicativo da incapacidade das sociedades rurais fornecerem condições de vida atractivas ou aceitáveis. Partindo da premissa de que os emigrantes podem ser agentes de desenvolvimento das regiões de origem deve-se potencializar a sua acção, fomentando através de redes ou canais formais ou informais, conhecimentos, remessas e tecnologia para as suas regiões de origem.

Foram elaborados 300 inquéritos e validados 276, realizados no concelho de Boticas, tendo como premissa essencial a análise da população com percurso emigratório presente ou recente. Tornou-se essencial delinear as características demográficas e sociais da população inquirida, tentando conhecer o contínuo fluxo emigratório presente ou recente do mesmo concelho, principalmente a nível de destinos, motivações, expectativas, e atitudes comportamentais nas vertentes social, económica e financeira. O emigrante actual é analisado numa perspectiva transnacional, com múltiplas relações (familiares, económicas, sociais e políticas) que ampliam as fronteiras, colocando em inter-contacto o local e o global.

1. Análise Sócio-demográfica da Amostra

1.1 Género/idade

A análise demográfica engloba o inquirido e o seu agregado familiar. Foram validados 276 inquéritos, sendo 68,4% de sujeitos do sexo masculino (188 casos) e 31,6% do sexo feminino (87 casos)¹⁰⁸ (Quadro VIII - 1). Foi inquirido um subconjunto específico diferenciado da restante população, os lusodescendentes. Estes representam 25 indivíduos, ou seja, cerca de 9,1% da totalidade da amostra, situando-se a maioria no escalão de menos de 25 anos (13 casos, 54,2%). A média etária dos lusodescendentes é

¹⁰⁸A obtenção de um maior número de homens, foi por mera coincidência.

de 25,5 anos, com um desvio padrão de 5,2 anos, sendo a idade mais baixa considerada 19 anos (Anexo I).

A amostra na totalidade apresenta uma média etária de 41,1 anos, obtida num intervalo de 53 anos, com valor mínimo de 19 anos e, máximo de 72 (desvio padrão de 13,7 anos). A sua distribuição é, assim, de alguma forma homogênea pelos vários grupos etários, com percentagens que variam entre os 15,7% (43 casos), para os inquiridos de menos de 25 anos, e os 26,3% (72 casos), para o grupo etário dos 26 aos 35 anos. É de referir igualmente que a maioria dos inquiridos (80,3%) se enquadra na população activa, contra apenas 19,7% de sujeitos com idades superiores a 56 anos (Quadro VIII - 2).

Quadro VIII - 1: Sexo do inquirido.

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Masculino	188	68,4	68,4
Feminino	87	31,6	100,0
Total	275	100,0	

Quadro VIII - 2: Idade do inquirido (grupos etários).

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Menos de 25 anos	43	15,7	15,7
De 26 a 35 anos	72	26,3	42,0
De 36 a 45 anos	49	17,9	59,9
De 46 a 55 anos	56	20,4	80,3
De 56 a 65 anos	52	19,0	99,3
Mais de 65 anos	2	,7	100,0
Total	274	100,0	

1.2 Estado civil

A situação familiar também representa um interesse específico nas trajectórias emigratórias dos indivíduos, podendo mesmo ser o fundamento ou a consequência de determinadas situações verificadas para este tipo de população e para a sua mobilidade. A maioria de sujeitos apresenta como estado civil “casado”, com 59,6% do total de inquiridos (164 casos). Notamos que 46,5% da totalidade dos sujeitos que contraíram matrimónio o fizeram com cidadãos portugueses, contra 13,1% com cidadãos estrangeiros. O segundo estado civil mais observado é o *Solteiro*, com 31,6% (87 casos) da totalidade da amostra. O estado de solteiro não exclui totalmente situações de vida conjugal, pois aí, se inserem as uniões de facto ou outras situações não consideradas no presente estudo (Quadro VIII - 3).

Quadro VIII - 3: Estado civil do inquirido

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Solteiro	87	31,6	31,6
Casado P	128	46,5	78,2
Casado E	36	13,1	91,3
Divorciado	10	3,6	94,9
Viúvo	14	5,1	100,0
Total	275	100,0	

1.3 Naturalidade

As trajectórias emigratórias dos inquiridos requerem uma especial atenção relativa quer ao percurso geográfico realizado, quer às nacionalidades que adquiriram ou perderam durante o mesmo. O primeiro elemento de análise é a naturalidade dos sujeitos. Assim, podemos observar que, com adequação às premissas traçadas para o estudo, a grande maioria dos indivíduos é natural do concelho de Boticas, com 90,8% (247 casos) dos inquiridos (Quadro VIII - 4). Os restantes indivíduos são originários de outros países (países europeus - 6,3%, e fora do espaço comunitário actual - 2,9%), mas não saem da lógica migratória pois representam emigrantes de segunda geração, ou seja, lusodescendentes (Anexo II).

No que diz respeito ao concelho de Boticas mais especificamente, podemos determinar, por freguesia, a naturalidade dos sujeitos inquiridos. Assim, a freguesia de Boticas com 16,9%, a freguesia de Cerdedo com 11,8%, a freguesia de Beça com 10,3% e a freguesia de Altura do Barroso com 9,9%, surgem com maior expressão, pois 48,9% dos inquiridos são oriundos de uma destas quatro freguesias, tendo as restantes percentagens inferiores a 9% (Quadro VIII - 5)¹⁰⁹.

Quadro VIII - 4: Naturalidade dos inquiridos por região

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Concelho de Boticas	247	90,8	90,8
Outro país europeu	17	6,3	97,1
Outro país	8	2,9	100,0
Total	272	100,0	

¹⁰⁹ Tal facto ocorreu por mero acaso.

Quadro VIII - 5: Naturalidade do inquirido (Freguesia)

	Frequências	Percentagens (%)
Alturas do Barroso	27	9,9
Ardãos	9	3,3
Beça	28	10,3
Bobadela	20	7,4
Boticas	46	16,9
Brasil	2	,7
Canadá	2	,7
Cerdedo	32	11,8
Codeçoso	4	1,5
Covas do Barroso	3	1,1
Curros	3	1,1
Dornelas	8	2,9
E.U.A	3	1,1
Fiães do Tâmega	3	1,1
França	14	5,1
Granja	6	2,2
Inglaterra	2	,7
Itália	1	,4
Pinho	14	5,1
São Salvador do Viveiro	13	4,8
Sapiãos	22	8,1
Suiça	1	,4
Vilar	9	3,3
Total	272	100,0

1.4 Nacionalidade

Os valores apresentados, quanto à naturalidade, acabam por ter reflexo nas respectivas nacionalidades referidas (primeira nacionalidade), exceptuando o caso dos lusodescendentes. A nacionalidade portuguesa aparece com a percentagem de 92,4% (255 casos), surgindo em segundo lugar, e apenas como referência, a nacionalidade francesa, com 4,3% (12 casos, dos quais 6 são lusodescendentes) (Quadro VIII - 6). Dos 25 lusodescendentes inquiridos, 14 apresentam como 1ª nacionalidade a portuguesa (Anexo III). Constata-se que emigração de segunda geração não obtém ou adopta necessariamente a nacionalidade do país de acolhimento/naturalidade.

Em apenas 49 casos, podemos observar uma segunda cidadania, embora não se possa confundir esta com o estatuto específico da dupla-cidadania pois, nem sempre as situações observadas correspondem legalmente a esta denominação, como no caso dos Estados Unidos da América (Quadros VIII - 7 e VIII - 8). Emergem assim a “dupla” nacionalidade francesa em 32,7% (16 casos, com 6 lusodescendentes incluídos, (Anexo IV) e a brasileira com 14,3% (7 casos) dos sujeitos inquiridos.

Quadro VIII - 6: Nacionalidade do inquirido

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Americana	3	1,1	1,1
Brasileira	2	,7	1,8
Francesa	12	4,3	6,2
Inglesa	2	,7	6,9
Italiana	1	,4	7,2
Luxemburguesa	1	,4	7,6
Portuguesa	255	92,4	100,0
Total	276	100,0	

Quadro VIII - 7: Nacionalidade 2 do inquirido

	Frequências	Percentagens (%)
Alemã	1	2,0
Americana	4	8,2
Angolana	1	2,0
Australiana	1	2,0
Belga	1	2,0
Brasileira	7	14,3
Canadiana	5	10,2
Colombiana	1	2,0
Espanhola	4	8,2
Francesa	16	32,7
Inglesa	2	4,1
Italiana	2	4,1
Portuguesa	3	6,1
Suíça	1	2,0
Total	49	100,0

Quadro VIII - 8: Estatuto de dupla cidadania do inquirido

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Mono	227	82,2	82,2
Duplo	49	17,8	100,0
Total	276	100,0	

1.5 Residência

Como foi referido anteriormente, a população-alvo deste estudo implica que os sujeitos tenham realizado um percurso emigratório presente ou recente. Esta premissa encontra-se confirmada nas residências actuais referidas pelos inquiridos. Em 272 casos os inquiridos residem num país estrangeiro (apenas em 4 casos a residência actual é localizada em Portugal). Destacam-se a França -49,6%, a Suíça -9,2%, os E.U.A -7,7%, a Inglaterra -7,4% e o Brasil também com 7,4%. A emigração para um país da UE representa 70,2% (191 dos 272 casos contabilizados nesta variável) (Quadro VIII - 9).

Quadro VIII - 9: Residência actual do inquirido (País Estrangeiro)

	Frequências	Percentagens (%)
Alemanha	11	4,0
Andorra	4	1,5
Angola	1	,4
Austrália	3	1,1
Bélgica	1	,4
Brasil	20	7,4
Canadá	6	2,2
Colômbia	1	,4
E.U.A	21	7,7
Espanha	13	4,8
França	135	49,6
Holanda	1	,4
Inglaterra	20	7,4
Itália	4	1,5
Luxemburgo	5	1,8
Mónaco	1	,4
Suiça	25	9,2
Total	272	100,0

1.6 Habilitação literárias

No âmbito deste estudo procurou determinar-se igualmente o nível de habilitações literárias de forma a conseguir um entendimento mais abrangente das condições socioprofissionais dos inquiridos. Os dados recolhidos permitem, num primeiro momento, evidenciar que os sujeitos não possuem mais do que a escolaridade coincidente com os graus obrigatórios de ensino, ou seja, 74,2% (201 casos) com o 3º Ciclo do ensino básico. É de referir que, destes, a grande maioria - 42,8% - apenas concluiu o 1º grau de ensino. Por sua vez, o ensino médio/superior apenas representa 5,9% do total da amostra, demonstrando o fraco índice escolar apresentado pela população inquirida (Quadro VIII - 10). É de salientar igualmente que a inclusão de lusodescendentes¹¹⁰ no estudo representa forte influência nos valores percentuais dos graus mais elevados da amostra (principalmente nos licenciados).

Quadro VIII - 10: Habilitações literárias do inquirido

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Não Sabe ler nem escrever	3	1,1	1,1
Sabe ler e escrever sem grau de ensino	13	4,8	5,9
1º Ciclo	116	42,8	48,7
2º Ciclo	20	7,4	56,1
3º Ciclo	49	18,1	74,2
Ensino Secundário	54	19,9	94,1
Curso Médio	3	1,1	95,2
Curso Superior	13	4,8	100,0
Total	271	100,0	

2. Quadro Familiar

2.1 Cônjuges

2.1.1 Género/idade

Em complementaridade com os dados analisados dos próprios inquiridos, verificamos que 76,7% (115 casos sobre os 150 cônjuges contabilizados) são do sexo feminino (Quadro VIII - 11). As suas idades variam entre os 20 e 70 anos, com uma média de 43,1 anos (desvio-padrão de 12,3 anos). Esta distribuição de idades acaba por ter a mesma homogeneidade estatística encontrada para os inquiridos, embora os grupos etários e o seu peso proporcional sejam algo divergente. Tal como já aconteceu com os inquiridos, os grupos menos representados são os de menos de 25 anos e os de mais de 56 anos. Encontramos também uma grande concentração nas idades características da população activa, ou seja, entre os 26 e 55 anos de idades, representando cerca de 75,0% da totalidade de casos (111 dos 150 casos nesta variável) (Quadro VIII - 12). A complementaridade de dados entre os inquiridos e respectivos cônjuges reflecte-se naturalmente no estado civil apresentado por estes últimos. Por isso, se explica a quase

¹¹⁰ Em termos de habilitações literárias observamos uma diferença significativa com a totalidade dos inquiridos, nos casos dos lusodescendentes o ensino secundário representa 58,3% dos casos (14 para o total de 24 considerados), a proporção mais divergente é a do ensino superior com 8 casos (33,3% dos lusodescendentes) representado o grupo mais importante deste escalão de ensino quando considerada a amostra na sua totalidade (foram contabilizados apenas 13 casos de inquiridos com ensino superior, dos quais se integram os 8 aqui analisados) (Anexo V).

totalidade dos cônjuges com o estado civil de casado, sendo residuais os outros estados como o de solteiro ou divorciado (97,3%, 146 dos 150 casos) (Quadro VIII - 13).

2.1.2 Nacionalidade

Quanto à nacionalidade, evidencia-se uma menor hegemonia da cidadania portuguesa, pois esta representa 74,7% dos casos como primeira nacionalidade (dos 150 casos) (Quadro VIII – 14). A segunda nacionalidade mais frequente é brasileira -8,0%, seguida da francesa com apenas 6%. Por outro lado, observamos que a amplitude de uma segunda nacionalidade também acaba por ser menor do que no caso dos inquiridos, contabilizável em 9,3% dos casos.

2.1.3 Naturalidade

O percurso emigratório duradouro favorece igualmente a constituição da vida familiar fora do território português. Os casamentos e outras formas de união com indivíduos naturais de outros países representam 23,7% (35 casos). Como vimos anteriormente, a naturalidade francesa e a brasileira, com 5,4 e 6,8%, respectivamente, surgem como as mais frequentes fora do território português. Os outros casos são naturais de Portugal e mais precisamente do concelho de Boticas em 66,9% (99 casos) ou de outros concelhos do norte do país como Guimarães, Braga ou Chaves que podemos referir como exemplos (Quadro VIII - 15).

2.1.4 Residência

Outra componente estudada respeitante aos cônjuges é a sua residência actual. Salvo raras excepções, os cônjuges residem no mesmo local (país) do que os inquiridos. As únicas diferenças estatísticas verificadas referem-se ao número de casos e não propriamente a proporções, pois existe nestas uma coincidência com as percentagens encontradas para a mesma variável referente aos inquiridos (Quadro VIII - 16).

2.1.5 Habilitações literárias

As semelhanças não se restringem só aos dados relativos à nacionalidade ou à residência, mas também podem ser encontradas nos níveis de escolaridade observados nos cônjuges. Assim, verificamos uma percentagem semelhante de casos (77,8% contra

os 74,2% dos inquiridos), com a escolaridade igual ou inferior à obrigatória, ou seja, o 3º Ciclo do Ensino Básico. Estas semelhanças também estão patentes nas percentagens de casos com o 1º Ciclo (47,9% contra 42,8% dos inquiridos) e, no caso dos licenciados ou portadores de um grau de ensino superior, (6,3% contra 5,9% dos inquiridos) (Quadro VIII - 17).

Quadro VIII - 11: Sexo do cônjuge

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Masculino	35	23,3	23,3
Feminino	115	76,7	100,0
Total	150	100,0	

Quadro VIII - 12: Idade do cônjuge (grupos etários)

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Menos de 25 anos	11	7,4	7,4
De 26 a 35 anos	40	27,0	34,5
De 36 a 45 anos	25	16,9	51,4
De 46 a 55 anos	46	31,1	82,4
De 56 a 65 anos	25	16,9	99,3
Mais de 65 anos	1	,7	100,0
Total	148	100,0	

Quadro VIII - 13: Estado civil do cônjuge

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Solteiro	3	2,0	2,0
Casado P	141	94,0	96,0
Casado E	5	3,3	99,3
Divorciado	1	,7	100,0
Total	150	100,0	

Quadro VIII - 14: Nacionalidade do cônjuge

	Frequências	Percentagens (%)
Alemã	3	2,0
Americana	1	,7
Belga	1	,7
Brasileira	12	8,0
Colombiana	1	,7
Espanhola	1	,7
Francesa	9	6,0
Inglesa	4	2,7
Italiana	2	1,3
Paquistanesa	1	,7
Peruana	1	,7
Portuguesa	112	74,7
Suiça	2	1,3
Total	150	100,0

Quadro VIII - 15: Naturalidade dos cônjuges por região

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Concelho de Boticas	99	66,9	66,9
Outro concelho de Portugal	14	9,5	76,4
Outro país europeu	21	14,2	90,5
Outro país	14	9,5	100,0
Total	148	100,0	

Quadro VIII - 16: Residência actual do cônjuge (País Estrangeiro)

	Frequências	Percentagens (%)
Alemanha	8	5,5
Andorra	1	,7
Angola	1	,7
Austrália	1	,7
Bélgica	1	,7
Brasil	11	7,6
Canadá	3	2,1
Colômbia	1	5,5
E.U.A	11	7,6
Espanha	4	2,8
França	72	49,7
Holanda	1	,7
Inglaterra	9	6,2
Itália	2	1,4
Luxemburgo	4	2,8
Mónaco	1	,7
Portuguesa	2	1,4
Suiça	12	8,2
Total	145	100,0

Quadro VIII - 17: Habilitações literárias do cônjuge

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Não Sabe ler nem escrever	6	4,2	4,2
Sabe ler e escrever sem grau de ensino	6	4,2	8,3
1º Ciclo	69	47,9	56,3
2º Ciclo	11	7,6	63,9
3º Ciclo	20	13,9	77,8
Ensino Secundário	23	16,0	93,8
Curso Médio	2	1,4	95,1
Curso Superior	7	4,9	100,0
Total	144	100,0	

2.2 Filhos dos inquiridos

2.2.1 Número de filhos

Para completar a caracterização familiar dos inquiridos, torna-se necessário estudar os restantes membros que compõem um agregado completo, ou seja, os filhos. Em primeiro lugar, salientamos o número de filhos por agregado familiar sobre os quais obtivemos informação. Observamos, que na maioria dos casos, os inquiridos não têm filhos (57,6%, 159 casos) e que o número de filhos varia entre 1 e 7, com uma média de 0,84 filhos por agregado (desvio padrão de 1,3 filhos). Dos inquiridos, 38% têm entre 1 e 3 filhos e apenas 4,0% dos agregados familiares podem ser considerados de grande dimensão, com 4 filhos ou mais (Quadro VIII - 18).

A vida familiar, nos casos estudados, é uma realidade para 79,5% (120 casos), pois só nestes é que os agregados se encontram reunidos; nos restantes casos, os filhos não vivem com os inquiridos, quer em razão de idade (filhos com idades mais elevadas e, por isso, já independentes do agregado de origem) quer porque o inquirido não efectuou o reagrupamento familiar depois da emigração (esta situação parece ser evidente para 6 casos, 5,6%) (Quadros VIII - 19 e VIII - 20).

2.2.2 Género/idade

Foram considerados individualmente os filhos de agregados com 1 até 3 filhos, uma vez que as outras situações eram residuais e não apresentavam interesse analítico. Enumerámos 101 casos para o 1º filho, 50 para o 2º e apenas 17 para o 3º com dados suficientes para serem analisados (as não respostas acabaram por reduzir de alguma forma os valores observados no número de filhos). O 1º filho apresenta 52,0% de indivíduos do sexo feminino, contra 62,7% para o 2º e 64,7% para o 3º, (Quadros VIII - 21, VIII - 22 e VIII - 23). As médias das suas idades acabam por ser igualmente próximas, com 19,9 anos para o 1º, 19,0 para o 2º e 18,9 para o 3º, as idades variam entre os 1 e 40, 1 e 36, e 1 e 30 respectivamente (Quadros VIII - 24, VIII - 25 e VIII - 26). O desvio das médias (padrão) é de 10 anos para o 1º e de cerca de 8 para os restantes. Os grupos etários com maior representatividade são dos 21 aos 25 anos e com mais de 26 anos, concentrando 46,6% para o 1º filho, 54,0 para o 2º e 47,1% para o 3º.

Estes dados permitem-nos entender a relação das idades dos inquiridos e dos seus filhos (proximidade geracional entre os 40 anos de média dos inquiridos e os 19 anos para qualquer um dos filhos). Naturalmente, devido ao baixo número de agregados familiares grandes, os dados para o 3º filhos são menos fiáveis do que para os outros filhos (apenas 17 casos). É, igualmente, de grande interesse entender até que ponto a emigração representou um percurso apenas para inquiridos individualmente ou para a totalidade do seu agregado familiar. É por isso que a naturalidade dos filhos pode complementar o entendimento sobre as formas de emigração com que nos deparamos neste estudo.

2.2.3 Naturalidade

Notamos quanto ao 1º filho, que as origens mais frequentes são a França e Portugal, com 33,3 e 21,0% respectivamente; a terceira origem mais significativa é o Brasil, com apenas 11,4% dos casos (total de 105 casos). Para o segundo filho, os dados revelam que, tal como para o primeiro filho, a França aparece como a origem mais frequente, com 52,0%, e que a naturalidade portuguesa apenas representa 15,4%, apesar de ser a segunda mais representativa (para um total de 52 casos). Finalmente, a origem do terceiro filho confirma a mesma tendência, pois a França surge em 1º lugar com 52,6% dos casos, o Brasil em 2º com 21,1%, sendo residual a origem portuguesa, apenas com 2 casos no total de 19 contabilizados (Quadros VIII - 27, VIII - 28 e VIII - 29). Estes valores estão directamente relacionados com a residência actual dos inquiridos e dos destinos privilegiados da emigração, tal como foi observado anteriormente.

2.2.4 Nacionalidade

A nacionalidade dos filhos também é o reflexo dos percursos migratórios dos pais, da sua naturalidade e da origem dos cônjuges. Referente ao primeiro filho, é possível observar que a nacionalidade mais representada é a portuguesa, com 44,3% (47 de 106 casos), ou seja, um valor superior ao das origens (Quadro VIII - 30). Tal, porém, não significa que os descendentes dos inquiridos se identifiquem com a nacionalidade portuguesa¹¹¹. Os dados parecem indicar que, apesar de o nascimento do primeiro filho acontecer fora do território português, estes mantêm primeiramente a nacionalidade dos

¹¹¹ A este respeito, Rudder (1997:75), refere: «Français, mais par effraction, sur le papier, les jeunes issus de l'immigration n'appartiennent pas entièrement à la nation : ils ont une origine et sinon une identité, du moins une identification, qui disqualifient leur intégration nationale »

país. Estes dados podem ser reforçados pela análise do número total de duplos cidadãos referente ao primeiro filho, que não ultrapassa os 22 casos, ou seja, uma percentagem de 20,8% (a dupla cidadania sempre inclui a nacionalidade portuguesa, no binómio) (Quadro VIII - 31). Digamos que a família constitui-se de primordial importância nos laços de ligação entre os seus descendentes e a sua terra natal.... “L’enfant n’émigre pas seul, et il devient le reflet de l’immigration de toute sa famille....., Un enfant seul n’est pas référence à sa culture, il le devient par sa famille” (Mesmim, 1993:285). A segunda nacionalidade observada é a francesa, com 23 casos (21,7%) e a terceira a brasileira, com 10 casos (9,4%). A dupla cidadania mais observada é a francesa, com 13 dos 22 casos observados (59,1%); as restantes nacionalidades são residuais, associadas a apenas 1 caso (Quadro VIII - 32).

Para o segundo filho, verificamos a mesma distribuição, sendo a nacionalidade portuguesa a mais frequente com 27 casos (total de 52, 52,0%), segue-se a francesa com 14 casos (27,0%) e a brasileira, com apenas 5 casos (9,6%) (Quadro VIII - 33). Comparando com o primeiro filho, a proporção da dupla-cidadania do 2º é ligeiramente superior, com 32,1% (17 casos), não havendo, no entanto, a sobreposição de valores absolutos observados no primeiro filho (Quadro VIII - 34). A dupla cidadania mais frequente é a francesa, tal como acontece com o primeiro filho, com 58,8%. Também aqui os restantes binómios são muito residuais, carecendo de validade estatística (Quadro VIII - 35).

Finalmente, as nacionalidades do terceiro filho apresentam números absolutos muito baixos (19 casos), o que torna de certo modo irrelevante a utilização de frequências relativas. No entanto, podemos observar que, como tal nos exemplos anteriores, a nacionalidade portuguesa é a mais representada, (com 7 casos), aparecendo em segundo lugar a cidadania francesa, com 6 casos (Quadro VIII -36). No total, são recenseados apenas 5 casos de dupla-cidadania, dos quais 2 com a nacionalidade francesa (Quadro VIII - 37).

2.2.5 Residência dos filhos

Os dados obtidos sobre o acompanhamento dos filhos na trajectória emigratória têm grande reflexo sobre a sua residência actual. Constatamos que apenas 7,6% dos primeiros filhos têm residência em Portugal (10 casos no total de 130). Esta percentagem tende a baixar para os 6,3% em relação ao segundo filho e para os 4,5% em relação ao terceiro (4 casos para o segundo e apenas 1 para o terceiro). A residência no estrangeiro representa o traço principal e preponderante para os filhos dos emigrantes inquiridos. Os países que se evidenciam na residência dos filhos, coincidem naturalmente com aqueles que mais se tinham destacado na residência dos inquiridos e dos cônjuges. Uma vez mais surge à frente a França, como residência para 51,7% (62 casos) do primeiro filho, 63,3% (38 casos) do segundo filho e 66,7% (14 casos) do terceiro. Os outros países têm uma representatividade muito menor, sendo de realçar apenas o Brasil, com 7,6% (9 casos) do primeiro, 8,3% do segundo (5 casos) e 14,3% do terceiro (3 casos), e os E.U.A em relação ao primeiro filho, com 10,1% (12 casos). Os restantes países apenas englobam 10 casos, e sempre com percentagens inferiores a 10, destacando-se neste caso a Suíça, a Alemanha ou o Luxemburgo (Quadros VIII – 38, VIII – 39 e VIII - 40).

2.2.6 Habilitações literárias

Outra componente de análise, que foi incluída neste estudo, diz respeito à escolarização obtida conseguida pelos filhos dos inquiridos e sobretudo onde foi obtida a mesma (Portugal ou país de acolhimento/nascimento). Os dados revelam que, apesar de estas questões suscitarem um maior número de não respostas, de acordo com a residência, os filhos dos inquiridos foram prioritariamente escolarizados no país onde se

encontravam a viver. Esta situação corresponde plenamente aos percursos de emigração de longa duração, o que analisaremos mais em pormenor mais adiante. Para o primeiro filho, 11 casos, em 77, realizaram uma parte da sua escolaridade em Portugal (14,3%). Destes cerca de 45,5% completaram o 1º ciclo do ensino básico e 18,2% um curso superior. No caso dos primeiros filhos dos inquiridos que estudaram no país de acolhimento, 66,7% (44 casos) concluíram pelo menos o Ensino Secundário, dos quais 33,4% (22 casos) obtiveram um grau de ensino superior ou equivalente (Quadros VIII – 41 e VIII - 42).

No caso do segundo filho, apenas 3 casos concluíram um grau de escolaridade em Portugal (o ensino secundário), representando apenas 6,7% do total de respostas obtidas nesta variável. Os restantes sujeitos realizaram os seus estudos no país de residência, dos quais 33,3% completaram o Ensino Secundário (14 casos para um total de 42) e 28,6% o ensino superior (12 casos). É de referir igualmente que, nesta variável, não foram contabilizadas respostas significativas para o terceiro filho (Quadros VIII – 43 e VIII - 44).

2.2.7 Frequência dos filhos em cursos de língua portuguesa

Outro ponto de interesse, nesta temática, é a análise da possibilidade de acesso, que os filhos dos emigrantes possam ter tido, à língua e cultura portuguesas, nos respectivos países de acolhimento. Observamos que, na grande maioria, os filhos dos inquiridos não frequentaram qualquer tipo de ensino da língua portuguesa, isto para 80,6% (100 casos num total de 124 respostas) dos primeiros filhos, 69,4% (43 casos num total de 62 respostas) dos segundos e 77,3% (17 casos num total de 22 respostas) dos terceiros (Quadros VIII – 45, VIII – 46 e VIII - 47). Como refere Monteiro (1994 : 48), “Os efeitos conjugados da auto-avaliação dos pais, em situação de imigração, a fraca hostilidade ambiente em relação aos portugueses (valorizados relativamente aos “maus Árabes”), e a pressão para a assimilação, contarão para muitos destes jovens a favor do abandono da identidade portuguesa. Portes, (2006) sustenta que “em vez de procurar apenas extrair ganhos a curto prazo dos seus expatriados, as nações emissoras deveriam também considerar formas de promover a sua boa adaptação a longo prazo. Entre elas nenhuma é mais do que o auxílio prestado aos progenitores para manter os seus filhos

na escola e melhorarem o seu desempenho educativo. Programas de bolsas, prémios para incentivar a progressão académica, viagens pagas ao país de origem, tudo isto são formas de motivar a segunda geração de apoiar uma boa imagem de si próprios e de prestar o apoio e a orientação moral necessários ao sucesso num ambiente competitivo (Portes, 2006:198).

Para aqueles que tiveram acesso a este tipo de ensino, este foi ministrado por várias instituições das quais se destacam o Ensino privado e particular, com 50,0% (9 casos) para o primeiro filho, 61,5% (8 casos) para o segundo e 2 casos para o terceiro (Quadros VIII – 48, VIII – 49 e VIII - 50). No nosso estudo, no que diz respeito ao primeiro filho, surgem, igualmente, com 16,7% cada, o ensino em estabelecimento portugueses e escolas públicas locais, proporção muito semelhante às apresentadas para o segundo filho. Portes & Rumbaut, (2001:cap.6), no estudo intitulado “The Story of The Immigrant Second Generation”, citado por Portes, (2006) refere que “...os estudos disponíveis sobre a segunda geração imigrante nos E.U.A. apontam para um processo de aculturação¹¹² muito rápido, incluindo a perda generalizada das línguas de origem dos progenitores” (Portes, 2006:216). Este autor considera que nos E.U.A. “convencionalmente, o processo de assimilação tem sido descrito como a progressiva aprendizagem e adopção da língua, da cultura e dos padrões de comportamento da sociedade receptora e o correspondente abandono dos mesmos traços relativos ao país de origem” (Portes, 2006:215), dos seus progenitores.

¹¹² Segundo Félix Neto (1993:89), emprega-se o termo aculturação para focalizar os diversos *contactos ou interações entre culturas de um modo contínuo e directo*. Este autor, distingue quatro modos de aculturação: assimilação, integração, separação e marginalização. A assimilação acontece no caso em que se abandona *a própria identidade cultural em favor da comunidade dominante*; Integração, *implica a manutenção parcial da identidade cultural do grupo étnico juntamente com uma participação cada vez mais acentuada no seio da nova sociedade*. O emigrante conservando a sua identidade e outras características culturais por exemplo, as festas, hábitos alimentares, língua, etc, participa também nas estruturas económicas, jurídicas e políticas com os outros grupos étnicos no país de acolhimento. No caso da Separação, o indivíduo *não procura estabelecer relações com a comunidade dominante, guardando a sua identidade cultural*. A Marginalização ocorre quando *o grupo não dominante perdeu a sua identidade cultural e não tem o direito de participar no funcionamento das instituições nem na vida do grupo dominante por causa de práticas discriminatórias*.

Quadro VIII - 18: Número de filhos do inquirido

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
0	159	57,6	57,6
1	52	18,8	76,4
2	35	12,7	89,1
3	19	6,9	96,0
4	5	1,8	97,8
5	4	1,4	99,3
6	1	,4	99,6
7	1	,4	100,0
Total	276	100,0	

Quadro VIII - 19: Vive com os filhos

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Sim	120	79,5	79,5
Não	31	20,5	100,0
Total	151	100,0	

Quadro VIII - 20: Duração da vivência com os filhos

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Desde sempre	101	94,4	94,4
Só há algum tempo	6	5,6	100,0
Total	107	100,0	

Quadro VIII - 21: Sexo do filho (1º)

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Masculino	49	48,0	48,0
Feminino	53	52,0	100,0
Total	102	100,0	

Quadro VIII - 22: Sexo do filho (2º)

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Masculino	19	37,3	37,3
Feminino	32	62,7	100,0
Total	51	100,0	

Quadro VIII - 23: Sexo do filho (3º)

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Masculino	6	35,3	35,3
Feminino	11	64,7	100,0
Total	17	100,0	

Quadro VIII - 24: Idade do primeiro filho (grupos etários)

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Menos de 5 anos	10	9,9	9,9
De 6 a 10 anos	13	12,9	22,8
De 11 a 15 anos	13	12,9	35,6
De 16 a 20 anos	18	17,8	53,5
De 21 a 25 anos	14	13,9	67,3
Mais de 26 anos	33	32,7	100,0
Total	101	100,0	

Quadro VIII - 25: Idade do segundo filho (grupos etários)

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Menos de 5 anos	5	10,0	10,0
De 6 a 10 anos	8	16,0	26,0
De 11 a 15 anos	3	6,0	32,0
De 16 a 20 anos	7	14,0	46,0
De 21 a 25 anos	15	30,0	76,0
Mais de 26 anos	12	24,0	100,0
Total	50	100,0	

Quadro VIII - 26: Idade do terceiro filho (grupos etários)

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Menos de 5 anos	3	17,6	17,6
De 11 a 15 anos	1	5,9	23,5
De 16 a 20 anos	5	29,4	52,9
De 21 a 25 anos	2	11,8	64,7
Mais de 26 anos	6	35,3	100,0
Total	17	100,0	

Quadro VIII - 27: Naturalidade do filho (1º)

	Frequências	Percentagens (%)
Alemanha	5	4,8
Alturas do Barroso	4	3,8
Angola	1	1,0
Ardãos	2	1,9
Bélgica	1	1,0
Bobadela	1	1,0
Boticas	4	3,8
Brasil	12	11,4
Canadá	3	2,9
Cerdedo	3	2,9
Chaves	1	1,0
E.U.A	10	9,5
Fiães do Tâmega	1	1,0
França	35	33,3
Inglaterra	1	1,0
Itália	1	1,0
Lisboa	1	1,0
Luxemburgo	3	2,9
Mónaco	1	1,0
Pinho	2	1,9
Porto	1	1,0
Sapiãos	2	1,9
Suiça	10	9,5
Total	105	100,0

Quadro VIII - 28: Naturalidade do filho (2º)

	Frequências	Percentagens (%)
Alemanha	1	1,9
Alturas do Barroso	1	1,9
Boticas	3	5,8
Brasil	6	11,5
Cerdedo	2	3,8
E.U.A	1	1,9
Fiães do Tâmega	1	1,9
França	27	51,9
Inglaterra	1	1,9
Luxemburgo	3	5,8
Sapiãos	1	1,9
Suiça	5	9,6
Total	52	100,0

Quadro VIII - 29: Naturalidade do filho (3º)

	Frequências	Percentagens (%)
Boticas	1	5,3
Brasil	4	21,1
Cerdedo	1	5,3
França	10	52,6
Luxemburgo	1	5,3
Suiça	2	10,5
Total	19	100,0

Quadro VIII - 30: 1ª Nacionalidade do filho (1º)

	Frequências	Percentagens (%)
Alemã	5	4,7
Americana	9	8,5
Belga	1	,9
Brasileira	10	9,4
Canadiana	2	1,9
Francesa	23	21,7
Inglesa	1	,9
Luxemburguesa	1	,9
Portuguesa	47	44,3
Suiça	7	6,6
Total	106	100,0

Quadro VIII - 31: Estatuto de cidadania do filho (1º)

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Mono	84	79,2	79,2
Duplo	22	20,8	100,0
Total	106	100,0	

Quadro VIII - 32: 2ª Nacionalidade do filho (1º)

	Frequências	Percentagens (%)
Alemã	1	4,5
Americana	1	4,5
Brasileira	2	9,1
Canadiana	1	4,5
Francesa	13	59,1
Italiana	1	4,5
Luxemburguesa	1	4,5
Portuguesa	1	4,5
Suiça	1	4,5
Total	22	100,0

Quadro VIII - 33: 1ª Nacionalidade do filho (2º)

	Frequências	Percentagens (%)
Alemã	1	1,9
Americana	1	1,9
Brasileira	5	9,4
Francesa	14	26,4
Inglesa	1	1,9
Luxemburguesa	1	1,9
Portuguesa	27	50,9
Suiça	3	1,1
Total	53	100,0

Quadro VIII - 34: Estatuto de cidadania do filho (2º)

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Mono	36	67,9	67,9
Duplo	17	32,1	100,0
Total	53	100,0	

Quadro VIII - 35: 2ª Nacionalidade do filho (2º)

	Frequências	Percentagens (%)
Alemã	1	5,9
Brasileira	3	17,6
Francesa	10	58,8
Luxemburguesa	1	5,9
Portuguesa	1	5,9
Suiça	1	5,9
Total	17	100,0

Quadro VIII - 36: 1ª Nacionalidade do filho (3º)

	Frequências	Percentagens (%)
Brasileira	4	21,1
Francesa	6	31,6
Portuguesa	7	36,8
Suiça	2	10,5
Total	19	100,0

Quadro VIII - 37: 2ª Nacionalidade do filho (3º)

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Brasileira	1	20,0	20,0
Francesa	2	40,0	60,0
Luxemburguesa	1	20,0	80,0
Portuguesa	1	20,0	100,0
Total	5	100,0	

Quadro VIII - 38: Residência no país de acolhimento do primeiro filho

	Frequências	Percentagens (%)
Alemanha	8	6,7
Andorra	1	,8
Austrália	2	1,7
Bélgica	1	,8
Brasil	9	7,5
Canadá	3	2,5
E.U.A	12	10,0
Espanha	1	,8
França	62	51,7
Holanda	1	,8
Inglaterra	3	2,5
Itália	2	1,7
Luxemburgo	4	3,3
Pinho	1	,8
Suiça	10	8,3
Total	120	100,0

Quadro VIII - 39: Residência no país de acolhimento do segundo filho (país)

	Frequências	Percentagens (%)
Alemanha	2	3,3
Austrália	2	3,3
Brasil	5	8,3
E.U.A	2	3,3
França	38	63,3
Inglaterra	2	3,3
Itália	1	1,7
Luxemburgo	4	6,7
Suiça	4	6,7
Total	60	100,0

Quadro VIII - 40: Residência no país de acolhimento do terceiro filho (país)

	Frequências	Percentagens (%)
Alemanha	1	4,8
Brasil	3	14,3
França	14	66,7
Luxemburgo	1	4,8
Suiça	2	9,5
Total	21	100,0

Quadro VIII - 41: Habilitações literárias adquiridas em Portugal (1º filho)

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
1º Ciclo	5	45,5	45,5
2º Ciclo	2	18,2	63,6
3º Ciclo	1	9,1	72,7
Ensino Secundário	1	9,1	81,8
Curso Superior	2	18,2	100,0
Total	11	100,0	

Quadro VIII - 42: Habilitações literárias adquiridas no estrangeiro (1º filho)

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
1º Ciclo	10	15,2	15,2
2º Ciclo	1	1,5	16,7
3º Ciclo	10	15,2	31,8
Ensino Secundário	23	34,8	66,7
Curso Médio	4	6,1	72,7
Curso Superior	18	27,3	100,0
Total	66	100,0	

Quadro VIII - 43: Habilitações literárias adquiridas em Portugal (2º filho)

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Ensino Secundário	3	100,0	100,0

Quadro VIII - 44: Habilitações literárias adquiridas no estrangeiro (3º filho)

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
1º Ciclo	2	16,7	16,7
3º Ciclo	3	25,0	41,7
Ensino Secundário	4	33,3	75,0
Curso Médio	1	8,3	83,3
Curso Superior	2	16,7	100,0
Total	12	100,0	

Quadro VIII - 45: Frequência de curso de língua e cultura portuguesa (1º filho)

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Sim	24	19,4	19,4
Não	100	80,6	100,0
Total	124	100,0	

Quadro VIII - 46: Frequência de curso de língua e cultura portuguesa (2º filho)

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Sim	19	30,6	30,6
Não	43	69,4	100,0
Total	62	100,0	

Quadro VIII - 47: Frequência de curso de língua e cultura portuguesa (3º filho)

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Sim	5	22,7	22,7
Não	17	77,3	100,0
Total	22	100,0	

Quadro VIII - 48: Instituição organizadora dos cursos de língua e cultura portuguesa (1º filho)

	Frequências	Percentagens (%)
Associação de Portugueses	1	5,6
CNED	1	5,6
Escola Portuguesa	3	16,7
Escola Privada	9	50,0
Escola Pública	3	16,7
Instituto	1	5,6
Total	18	100,0

Quadro VIII - 49: Instituição organizadora dos cursos de língua e cultura portuguesa (2º filho)

	Frequências	Percentagens (%)
Associação de Portugueses	1	7,1
Escola Portuguesa	2	14,3
Escola Privada	8	57,1
Escola Pública	2	14,3
Total	14	100,0

Quadro VIII - 50: Instituição organizadora dos cursos de língua e cultura portuguesa (3º filho)

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Associação de Portugueses	1	25,0	25,0
Escola Privada	2	50,0	75,0
Escola Pública	1	25,0	100,0
Total	4	100,0	

2.3 Reagrupamento familiar

O reagrupamento familiar é outro ponto fulcral de análise mas que já se encontra explorado, de alguma forma, na análise demográfica dos sujeitos e das suas famílias. No entanto, é possível acrescentar alguns dados importantes para mais profunda compreensão. Neste caso, interessa observar se as trajectórias emigratórias foram individuais ou se, desde logo implicaram o resto do núcleo familiar. Observamos que na maioria o cônjuge acompanhou desde o início o percurso emigratório do inquirido (55,7% dos casos), e apenas em 37 casos (22,2%) este realizou o processo mais tarde. Só em casos pontuais não se observou a emigração do cônjuge, tendo este permanecido em Portugal (Quadro VIII - 51). O reagrupamento familiar, nos casos em que ocorreu, realizou-se em média 5,6 anos depois da emigração do inquirido (desvio padrão elevado de 4,9), embora constata-se que, para 66,7%, este se concretiza em 5 anos ou menos (para 36,4%, em 2 anos ou menos) (Quadro VIII - 52).

Quadro VIII - 51: Acompanhamento do cônjuge na emigração

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Já se encontrava no país de acolhimento	26	15,6	15,6
Desde o início	93	55,7	71,3
Ficou sempre em Portugal	5	3,0	74,3
Foi lá ter mais tarde	37	22,2	96,4
Esteve lá algumas vezes	2	1,2	97,6
Outra situação	4	2,4	100,0
Total	167	100,0	

Quadro VIII - 52: Número de anos para o reagrupamento familiar

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
1	4	12,1	12,1
2	8	24,2	36,4
4	5	15,2	51,5
5	5	15,2	66,7
6	2	6,1	72,7
7	1	3,0	75,8
9	2	6,1	81,8
10	2	6,1	87,9
11	1	3,0	90,9
13	1	3,0	93,9
20	2	6,1	100,0
Total	33	100,0	

3. Situação Profissional – Passado e Presente

Um dos objectivos deste estudo é entender a progressão profissional e o percurso laboral dos inquiridos, dos emigrantes numa perspectiva transnacional. Estas componentes da vida dos sujeitos são muitas vezes o ponto de ancoragem sobre que se apoiam os seus projectos, as suas aspirações sociais ou mesmo a simples prossecução das condições económicas mínimas para a sua sobrevivência e das famílias. No sentido de conseguirmos um quadro dinâmico de análise, observaremos o primeiro ponto de interesse que é a situação profissional dos inquiridos (situação na profissão e sector de actividade), antes de iniciarem o percurso emigratório. As profissões desempenhadas pelos inquiridos antes de emigrarem encontram-se ordenadas por sectores de actividade. Dois pontos essenciais sobressaem desta análise: em primeiro lugar, quase a maioria dos inquiridos, 49,8% (110 casos), exercia uma profissão directamente ligada à agricultura; em segundo lugar, a proporção de indivíduos que se encontravam inactivos era de 25,3% (56 casos). Estes últimos encontravam-se divididos em 3 situações distintas: 2 desempregados, 38 ainda inseridos no contexto escolar e 16 com trabalho doméstico. Outro sector que detém alguma importância é o da construção civil e obras públicas com 15,4% dos casos. Os restantes sectores juntos não representam mais de 10% da amostra total, e, por isso, não têm a mesma representação do que os supra referidos (Quadro VIII - 53). A origem dos rendimentos dos inquiridos também surge como vector fundamental para o entendimento da evolução das suas vidas profissionais. É possível verificar que, contrariamente ao quadro de profissões traçado anteriormente, a agricultura representava um ponto essencial de sobrevivência. Verificamos que, para 144 casos (72,0%), era ainda o trabalho agrícola a fonte principal de rendimentos, contra apenas 56 casos (28,0%) nas outras actividades (Quadro VIII - 54). Tentando distinguir a heterogeneidade interna que está subjacente ao trabalho agrícola, verificamos que 53,8% (71 casos) dos inquiridos que tinham esta actividade como fonte de rendimento, a desenvolviam por conta de outrem, inserindo-se no trabalho assalariado e dependente. A segunda forma mais frequente do trabalho agrícola realizava-se em terras próprias, em 39,4% (52 casos), e apenas 6,8% (9 casos) o faziam em terras alugadas (Quadro VIII - 55). No que diz respeito a outras situações,

destacamos o trabalho dependente, 82,1% dos casos (de um total de 56) (Quadro VIII - 56).

As condições de trabalho no momento anterior à emigração permite-nos analisar o efeito do trajecto dos inquiridos nas suas carreiras profissionais, ajudando-nos a entender até que ponto a integração no mercado de trabalho do país de acolhimento se fundamenta no tecido do país de origem.

A primeira profissão dos inquiridos, nos respectivos sectores de actividades no país de imigração, distribui-se, de forma diferenciada, em relação à desempenhada no país de origem. No primeiro emprego no país de acolhimento, apenas 14,2% (39 casos) permaneceram ligados à actividade agrícola, contra os 49,8% referidos anteriormente. Os restantes sectores mais aglutinadores são a construção civil, com 29,9% (82 casos) e o comércio e hotelaria, com 17,9% (49 casos) (Quadro VIII - 57). É possível evidenciar que o percurso migratório teve repercussões importantes nas profissões exercidas pelos inquiridos, registando-se mobilidade social horizontal, uma vez que estes, maioritariamente ligados à agricultura em Portugal, integraram principalmente funções de assalariados dependentes na construção civil, comércio e hotelaria, no seu primeiro contacto com o mercado de trabalho do país de destino. Esta tendência assume especial consistência no momento em que se analisa a situação laboral actual dos indivíduos. Estes, proporcionalmente, continuam a exercer uma profissão ligada à construção civil¹¹³(26,8%), ao comércio e hotelaria (19,7%) e aos transportes e comunicações em (16,0%) num total de 269 casos considerados. Por outro lado, o sector agrícola perde ainda mais representatividade, com apenas 7,1% contra os cerca de 40% em Portugal. As outras situações, com 18,2%, acabam por englobar as situações de inactividade (reformados, desempregados ou outros) (Quadro VIII - 58). Os imigrantes incorporam profissões estigmatizadas resultantes da resistência, culturalmente condicionada, dos trabalhadores motivados em aceitar trabalhos servis, (Piore, 1979; Sassen, 1989). Estes dados em análise podem ser complementados com a análise da situação actual da profissão dos inquiridos, em que podemos observar que 70,1% trabalham como

¹¹³ Embora esta questão não tenha sido contemplada no inquérito ao emigrante, em diálogo com os inquiridos averiguamos que alguns emigrantes do concelho de Boticas, portadores de capital económico e de iniciativa empresarial, tornaram-se no país de acolhimento patrões de empresas no ramo da construção civil. "...Tenho uma grande empresa no ramo da construção civil na região de Nice. Os meus empregados são todos portugueses com excepção da contabilista que é francesa. Faço recrutamento de mão-de-obra portuguesa conforme as necessidades. Antes de iniciarem o trabalho os empregados são submetidos a formação facultada por mim. Existem nas proximidades outras empresas portuguesas ligadas também à construção civil que funcionam da mesma forma." (Português de 44 anos). Portes (1981), a este respeito refere-se aos *enclaves económicos*, permitindo estes, aos imigrantes importantes vantagens de integração económica.

assalariados por conta de outrem (190 casos) e apenas 15,5% desempenham uma actividade económica por conta própria¹¹⁴ (Quadro VIII - 59). “As oportunidades empresariais nem sempre estão disponíveis e transparentes para todos os imigrantes” (Kloostreman, 2000:93), Segundo Light e Gold (2000), “a classe social do imigrante pode determinar o acesso desigual a oportunidades comunitárias”. As oportunidades não estão igualmente distribuídas. O emigrante urbano de classe mais alta, em particular aquele que traz consigo uma mais elevada herança de capital cultural, é mais provável que tenha sucesso na hierarquia social do que o de classe mais baixa. “O capital físico (recursos naturais) e o capital humano (competências educacionais e profissionais) representam a principal fonte das explicações avançadas pelos economistas para as diferenças no sucesso e no fracasso dos imigrantes” (Chiswich, 1970; Borjas, 1987; Reiners, 1985) citado por Portes (1999:8). Tal como referimos, as situações de inactividade correspondem a 13,7% do total das situações levantadas, neste estudo. Alguns estudos têm provado que os nossos emigrantes, tentando passar de uma estratégia de regresso para uma estratégia de promoção social, impõem-se no país de acolhimento com algum empreendedorismo, constituindo pequenas empresas de carácter artesanal (Almeida, 1989; Ramos, 1990,1999; Arroiteia, 1992; Maurin, cit. in Peixoto, 1993:292-293). Por outro lado, a instabilidade /baixas remunerações dos empregos, a nível do terciário, podem também ajudar, de certa forma, e encorajar os imigrantes a alternativas autónomas.

Estas mudanças de situação profissional levantam naturalmente questões sobre a existência de formação no país de acolhimento, o que poderia ajudar a explicar a mobilidade profissional observada. No entanto, os inquiridos apenas em 17,7% dos casos afirmaram terem recebido formação profissional. A grande maioria diz não ter recebido qualquer tipo de formação (com 68,3% -170 casos) e apenas 10,4% teve formação que visava a aprendizagem da língua do país de acolhimento (Quadro VIII - 60). Para aqueles que obtiveram algum tipo de formação, esta teve a duração média de 17,1 meses (desvio padrão elevado, 13,0 meses, que explica a fraca coerência da média apresentada), embora em 55,8% esta tivesse tido a duração máxima de 12 meses (Quadro VIII - 61). A preferência pela vivência do presente, optando geralmente por

¹¹⁴ O subconjunto da nossa amostra (lusodescendentes inquiridos) e no que diz respeito à situação profissional, constatamos que a maioria são activos por conta de outrem, 17 casos (73,9%) sendo residuais as restantes categorias situacionais. Em termos de ramos de actividade categorização parece não ser tão evidente, pois a maioria dos sujeitos considerados enquadra-se em “outros” 12 casos, 52, 2%. A segunda categoria mais representada é o comércio com apenas 4 casos, 17,4%, (Anexo VI).

ordenados elevados em detrimento do investimento na sua valorização profissional, ou seja, preferirem benefícios imediatos a benefícios futuros poderá ser indicativo do projecto de regresso ao país num futuro próximo (Rowland, 1998).

Quadro VIII - 53: Sector de actividade do inquirido antes de emigrar

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Agricultura, silvicultura, pecuária	110	49,8	49,8
Indústria	5	2,3	52,0
Construção Civil, Obras públicas	34	15,4	67,4
Comércio, hotelaria	9	4,1	71,5
Transportes, Comunicações	3	1,4	72,9
Bancos, Seguros e outros Serviços	4	1,8	74,7
Inactivos	56	25,3	100,0
Total	221	100,0	

Quadro VIII - 54: Origem dos rendimentos (antes da migração)

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Trabalho na agricultura	144	72,0	72,0
Outra actividade	56	28,0	100,0
Total	200	100,0	

Quadro VIII - 55: Tipo de trabalho na agricultura

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Cultivo de terra própria	52	39,4	39,4
Cultivo de terra alugada	9	6,8	46,2
Por conta de outras pessoas	71	53,8	100,0
Total	132	100,0	

Quadro VIII - 56: Tipo de outra actividade

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Por contra própria	10	17,9	17,9
Trabalho dependente	46	82,1	100,0
Total	56	100,0	

Quadro VIII - 57: Ramo de actividade no país de imigração (1º emprego)

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Agricultura, silvicultura, pecuária	39	14,2	14,2
Indústria	11	4,0	18,2
Construção Civil, Obras públicas	82	29,9	48,2
Comércio, hotelaria	49	17,9	66,1
Transportes, Comunicações	34	12,4	78,5
Bancos, Seguros e outros Serviços	30	10,9	89,4
Outras situações	29	10,6	100,0
Total	274	100,0	

Quadro VIII - 58: Ramo de actividade no país de imigração (actualmente)

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Agricultura, silvicultura, pecuária	19	7,1	7,1
Indústria	10	3,7	10,8
Construção Civil, Obras públicas	72	26,8	37,5
Comércio, hotelaria	53	19,7	57,2
Transportes, Comunicações	43	16,0	73,2
Bancos, Seguros e outros Serviços	23	8,6	81,8
Outras situações	49	18,2	100,0
Total	269	100,0	

Quadro VIII - 59: Situação profissional actual

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Activo por conta de outrem	190	70,1	70,1
Activo por conta própria	42	15,5	85,6
Desempregado	7	2,6	88,2
Doméstica	8	3,0	91,1
Reformado	9	3,3	94,5
Vive dos rendimentos	13	4,8	99,3
Outra	2	,7	100,0
Total	271	100,0	

Quadro VIII - 60: Tipo de formação obtida no país de imigração

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Língua Estrangeira	26	10,4	10,4
Profissional	44	17,7	28,1
Nenhuma	170	68,3	96,4
Outra	9	3,6	100,0
Total	249	100,0	

Quadro VIII - 61: Duração da formação (meses)

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
1	3	7,0	7,0
2	2	4,7	11,6
3	2	4,7	16,3
4	2	4,7	20,9
6	7	16,3	37,2
11	1	2,3	39,5
12	7	16,3	55,8
18	1	2,3	58,1
24	6	14,0	72,1
30	3	7,0	79,1
36	9	20,9	100,0
Total	43	100,0	

4. Migração – Trajectórias e Representações

4.1 Mobilidade geográfica

A situação profissional aparece como primordial no percurso emigratório dos sujeitos. Convém, no entanto, analisar com mais pormenor as circunstâncias da sua trajectória, assim como quais foram as principais motivações e os maiores obstáculos problemas encontrados.

Primeiramente a nossa atenção centra-se no ano da primeira emigração, seu destino e duração. Verificamos que existe uma certa homogeneidade na distribuição dos casos pelos diversos períodos temporais que construímos. As emigrações que ocorreram entre 1976 e 1985 representam cerca de 26,0% dos casos, - proporção mais elevada. No entanto, tal como referimos, os períodos entre 1966 e 1975 e entre 1986 e 1995, entre 1966 e 1975, mesmo depois de 1996, apresentam valores acima dos 20%, sendo por isso muito próximas do primeiro período referido e indicativo do contínuo surto emigratório concelhio. Por razões demográficas óbvias, as migrações que ocorreram antes de 1965 são as menos representadas, com apenas 6,3%. Outro factor a ter em consideração, de forma a complementar a análise anterior, é a duração desta primeira migração (Quadro VIII - 62- 0). Na generalidade dos casos, a 1ª emigração assume duração elevada - superior a 16 anos, com 57,4% dos casos. As primeiras migrações de menos de 5 anos representam apenas 16,1% dos casos, abrangendo as populações mais jovens ou com um percurso multinacional (Quadro VIII – 62- 1). Apenas em 21 casos observamos uma segunda ou terceira emigração não ultrapassando os 7,5% do total da população da nossa amostra. Os primeiros destinos escolhidos foram a França com 48,0% (122 casos), seguida da Suíça com 9,8%, dos E.U.A com 7,9% e do Brasil e da Inglaterra, ambos com 7,5%. Os restantes destinos apresentam valores residuais (Quadro VIII - 63). Podemos referir, inclusive, que, se consideramos todos os destinos possíveis, a França representaria por si só mais de 50% das escolhas dos inquiridos.

Segundo Rocha – Trindade (1982), a preferência pela França como destino da emigração portuguesa, e de que os inquiridos em estudo não são excepção, tem sido uma constante desde a década de 60 e deveu-se a três principais factores: (...), a não exigência de qualquer tipo de qualificações ou experiência anterior por parte dos empregadores franceses; a aceitação pelas autoridades daquele país de entradas em

situação de total clandestinidade; a relativa facilidade de legalização de situações de estadia e de trabalho por parte das autoridades francesas e subsequentemente portuguesas” (Rocha-Trindade, 1982, 11-12).

Segundo Ramos (1995:129), (...) factores estruturais continuam a incitar a emigração (desigualdades de remuneração e de protecção social entre Portugal e outros Estados membros), questionando as estratégias de desenvolvimento na criação de empregos, a dinâmica local do mercado de trabalho, a qualificação dos recursos humanos, o aparelho de formação. Os motivos que foram apontados para o surgimento da necessidade do início de um percurso emigratório pela maioria dos inquiridos 60,3% (158 casos), prendem-se com razões económicas (desemprego, remunerações ou outro). A emigração apresenta-se como “...um padrão legitimado de esperança de melhoria” (Goldey, 1982:539). Segue-se no nosso estudo, a presença de familiares no país de imigração 21,8% (57 casos). A família imigrada é uma das consequências do reagrupamento familiar, ou mesmo da sua constituição durante a imigração. Estes dois aspectos representam, de alguma forma, os principais vectores de escolha para a saída do país de origem, com especial destaque para o primeiro (Quadro VIII - 64). “O Estado Português ... necessitando da exportação de mão-de-obra e da importação de divisas, o objectivo da política Portuguesa da emigração, parece ter sido, não o estancamento do fluxo emigratório, mas a selecção do elemento emigrante e a promoção da dispersão familiar entre a população emigrante necessária à manutenção de um fluxo regular de remessas” (Monteiro, 1994:8,9). É de referir que não existe emigração directa para 25 casos (9,5% da amostra) pois representam os sujeitos que se englobam na emigração de 2ª geração (lusodescendentes).

O emigrante não é apenas aquele que parte para outro país, é também aquele que de alguma forma se mantém ligado ao país de origem (Monteiro, 1994). Dos inquiridos, 71,4% (192 casos), manifestando uma forte ligação sentimental às suas origens, visitam Portugal pelo menos uma vez por ano e 12,6% (34 casos) fazem-no com uma frequência bianual (Quadro VIII - 65).¹¹⁵ Os dois motivos mais referenciados para justificar a vinda a Portugal, por parte dos inquiridos, são a visita ou apoio a familiares que residem em Portugal - 66,0% (159 casos) e a passagem de férias - 33,2% (80 casos). Os restantes

¹¹⁵ A regularidade de férias passadas em Portugal, mostram a ligação do emigrante a Portugal (Ramos 1989,1990; Peixoto,1993;Cordeiro,1993;Lacerda e Cordeiro, 1986).

resultados não aglutinam mais de 6% das respostas (Quadro VIII - 66). A época do ano para a vinda a Portugal coincide com o período de férias estivais (80,7% 125 casos) (Quadro VIII - 67). Os motivos apresentados reflectem-se na ocupação do tempo por parte dos sujeitos, pois estes afirmaram, em 60,5% (150 casos), conviver com os seus familiares e amigos, e dedicar-se a actividades lúdicas e de lazer 45,2% (112 casos) como, por exemplo, as festas estivais, as actividades balneares ou o turismo (Quadro VIII - 68). Actualmente verificamos que são grandes as interdependências entre os países emissores e os países de destino, baseadas essencialmente em três movimentos: o “vaivém” dos portugueses, uma economia de trocas, baseada em pequenas iniciativas. O resultado destas interdependências é a formação de espaços supranacionais integrados, ligando regiões concretas (Lourenço, 1994:14), mobilizadas pelas crescentes inovações tecnológicas nos transportes e nas comunicações.

Os inquiridos também foram questionados sobre o tipo de problemas com que se depararam no seu percurso emigratório, distinguindo entre pioneiros, ou primeiras gerações, e novas gerações. Geralmente, os migrantes moram nas capitais de regiões desenvolvidas e trabalham nas indústrias e serviços. Estas minorias têm dificuldades em encontrar empregos qualificados e os seus salários são mais baixos do que os das populações nativas. Geralmente trabalham em empregos precários que requerem apenas períodos curtos de aprendizagem. Estão expostos à discriminação. Tal situação implica que o racismo tornou-se um factor ideológico importante que acompanha os processos de imigração nos países mais ricos. Nas cidades capitais, pode ser encontrada uma estratificação étnica, com grupos de migrantes, dependendo da sua origem. Com o envelhecimento da população em muitos dos países do norte, os imigrantes estão na agenda política. Mas os governos continuam a ter dificuldades em aceitar imigrantes face às elevadas taxas de desemprego entre os grupos nativos. Contudo, as organizações NU, tais como a Organização Internacional de Migração, tentam mudar a opinião pública (Schuerkens, 2005).

A situação socio-económica em França, marcada pela crise a partir de 1974, teve os seus reflexos a nível cultural, de identidade, de valores e do mercado de trabalho, questionando-se a partir desta data, a presença e a legitimidade dos imigrantes em França, com ameaças consecutivas de manifestações xenófobas (Dubet e Lapeyronie, 1992).

Por meados da década de 80, a migração laboral temporária tinha sido substituída pela fixação definitiva, e os países da Europa Ocidental viram-se confrontados com mudanças inesperadas na sua composição étnica e com desafios à identidade nacional, que darão origem em muitos lugares, ao racismo e ao conflito (Castles, et al., 1984), citado por (Portes, 2005:11).

No respeitante às primeiras gerações, os inquiridos em estudo, elegeram a língua, o emprego e a integração como os principais problemas sentidos no país de acolhimento com 31,0%, 19,6% e 18,7% respectivamente. É de referir que esta questão foi colocada por resposta múltipla explicando as percentagens acumuladas (Quadro VIII - 69). Na avaliação das novas gerações, surgem novos problemas, como o racismo - 20,0% e a escola - 13,7%. O emprego mantém de alguma forma as atenções dos inquiridos, uma vez que, em 21,0% dos casos, os problemas relacionados com esta questão permanecem mesmo para os novos emigrantes (Quadro VIII - 70). É de notar que o número de resposta é muito superior no primeiro ponto, corroborando, de alguma forma, a percepção de que os problemas são sempre mais evidentes e identificados para as primeiras gerações que realizaram um percurso migratório específico.

Quadro VIII - 62- 0: Ano da primeira emigração

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Antes de 1965	16	6,3	6,3
De 1966 a 1975	60	23,6	29,9
De 1976 a 1985	66	26,0	55,9
De 1986 a 1995	61	24,0	79,9
Depois de 1996	51	20,1	100,0
Total	254	100,0	

Quadro VIII - 62 - 1: Duração da emigração no 1º País

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Menos de 5 anos	40	16,1	16,1
De 6 a 15 anos	66	26,5	42,6
De 16 a 25 anos	60	24,1	66,7
Mais de 26 anos	83	33,3	100,0
Total	249	100,0	

Quadro VIII - 63: Primeiro país de imigração do inquirido

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Alemanha	12	4,7	12,3
Andorra	4	1,6	13,8
Angola	1	,4	14,1
Austrália	3	1,2	15,2
Bélgica	1	,4	15,6
Brasil	19	7,5	22,5
Canadá	5	2,0	24,3
E.U.A	20	7,9	31,5
Espanha	13	5,1	36,2
França	122	48,0	80,4
Holanda	1	,4	80,8
Inglaterra	19	7,5	87,7
Itália	3	1,2	88,8
Luxemburgo	3	1,2	89,9
Marrocos	1	,4	90,2
Portugal	2	1,2	90,9
Suiça	25	9,8	100,0
Total	254	100,0	

Quadro VIII - 64: Origem da ideia de emigrar

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Não emigrei pois já nasci lá	25	9,5	9,5
Já tinha lá família	57	21,8	31,3
Por razões económicas	158	60,3	91,6
Por razões políticas	3	1,1	92,7
Para não fazer o serviço militar	1	,4	93,1
Outras Razões	18	6,9	100,0
Total	262	100,0	

Quadro VIII - 65: Frequência de visita a Portugal

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Todos os anos	157	58,4	58,4
De dois em dois anos	34	12,6	71,0
Mais do que uma vez por ano	35	13,0	84,0
Outro	43	16,0	100,0
Total	269	100,0	

Quadro VIII - 66: Motivos da vinda a Portugal

	Respostas		Percentagem de casos
	Frequências	Percentagem	
Férias	80	29,5%	33,2%
Casar	1	,4%	,4%
Apoio / Visita familiares	159	58,7%	66,0%
Divertimento	13	4,8%	5,4%
Falta de emprego	4	1,5%	1,7%
Casa (construção/visita)	14	5,2%	5,8%
Total	271	100,0%	112,4%

Quadro VIII - 67: Época do ano da visita

	Frequências	Percentagens (%)
Inverno	2	1,3
Verão	125	80,1
Verão e Inverno	28	17,9
Verão ou Inverno	1	,6
Total	156	100,0

Quadro VIII - 68: Ocupação do tempo quando visita Portugal

	Respostas		Percentagem de casos
	Frequências	Percentagem	
Trabalha	7	2,1%	2,8%
Convívio com amigos ou familiares	150	45,6%	60,5%
Trabalho na construção da casa ou em emp	24	7,3%	9,7%
Divertimento/festas/actividades lúdicas	112	34,0%	45,2%
Descanso	36	10,9%	14,5%
Total	329	100,0%	132,7%

Quadro VIII - 69: Problemas encontrados no país de imigração (Primeiras gerações)

	Respostas		Percentagem de casos
	Frequências	Percentagem	
Discriminação	18	3,5%	8,3%
Emprego	100	19,6%	45,9%
Habitação	74	14,5%	33,9%
Integração	95	18,7%	43,6%
Racismo	51	10,0%	23,4%
Língua	158	31,0%	72,5%
Outros	13	2,6%	6,0%
Total	509	100,0%	233,5%

Quadro VIII - 70: Problemas encontrados no país de imigração (novas gerações)

	Respostas		Percentagem de casos
	Frequências	Percentagem	
Escola	37	13,7%	24,0%
Emprego	58	21,5%	37,7%
Habitação	16	5,9%	10,4%
Integração	26	9,6%	16,9%
Racismo	54	20,0%	35,1%
Língua	34	12,6%	22,1%
Mentalidade dos pais	25	9,3%	16,2%
Outros	20	7,4%	13,0%
Total	270	100,0%	175,3%

4.2 Envio de dinheiro para Portugal

Outro ponto essencial de interesse é a continuidade da relação dos inquiridos com o país de origem e de que forma esta se constrói e desenvolve. Se quisermos compreender o carácter dinâmico das migrações transnacionais e as suas influências nas transformações sociais nos países de origem, temos de ter em conta as transferências de dinheiro enviado pelos migrantes para os seus países de origem. Em primeiro lugar, foi possível observarmos que os sujeitos contribuía para a economia portuguesa, através nomeadamente do envio de divisas ou outros meios económicos adquiridos no estrangeiro. Notamos que 40,8% (111 casos), admitiram enviar dinheiro para Portugal (Quadro VIII - 71). E que esta remessa era destinada em 33,9% (37 casos) exclusivamente para financiar as férias anuais em Portugal, gastos nas viagens e no turismo. No entanto, a maior proporção dirige-se para o investimento imobiliário, destacando-se a construção ou manutenção de habitação própria em Portugal, com 35,8% (39 casos). Os sujeitos mantêm muitas vezes a habitação que possuíam antes de iniciar o percurso emigratório (casas de famílias ou heranças) ou compram-nas depois de conseguir no estrangeiro os meios necessários que lhes eram inacessíveis antes de emigrarem. As transferências são, na sua maioria, realizadas através de depósitos bancários - 62,0% (67 casos) ou através de familiares residentes em Portugal - 21,3% (23 casos) (Quadros VIII - 72 e VIII - 73).

O envio de dinheiro para Portugal representa uma realidade para os sujeitos que são naturais de Boticas (Portugal), com uma percentagem de 43,1%, por oposição aos 16,7% e 6,3% dos naturais de outros países (europeus e outros). A ligação à origem e os consequentes laços, quer afectivos, quer familiares ou outros, tem um peso relativo na decisão de utilizar, para os diversos fins, os rendimentos obtidos no percurso migratório. É de notar que, como já foi analisado anteriormente, para um grande parte dos casos, verificou-se que estas remessas também visavam gastos para as férias, limitando de alguma forma a amplitude ou a regularidade de um investimento no sentido económico (Quadro VIII - 74).

Verificamos que os indivíduos mais jovens, entre 18 e 35 anos, têm pretensões de envio de dinheiro para Portugal inferior aos mais velhos. Isto é patente nas proporções de jovens, entre 10,3% e 31,9%, que enviam capitais para o país de origem. Por oposição a este comportamento, temos os sujeitos com idades compreendidas entre os 36 e 65 anos que apresentam uma percentagem que varia entre os 50% e os 61,2% de casos (Quadro VIII - 75).

Verificamos que quanto mais tempo os sujeitos permaneceram numa situação de emigração, com durações que podem atingir mais de 26 anos, maior é a proporção dos que admitem contribuir economicamente para o país de origem. Observamos que apenas 23,7% daqueles que vivem a migração há menos de 5 anos tiveram uma resposta positiva, contra os 54,2% dos que estão no estrangeiro há 26 anos ou mais (Quadro VIII - 76). Numa análise mais minuciosa, notamos que, estatisticamente, esta relação entre as duas variáveis em estudo é significativa, embora com fraca intensidade, resultando igualmente da diferença relativa observada entre a emigração de longa e de curta duração (valor de Qui quadrado de Pearson de 10.1, significância inferior a 0,05 de 0,018, como valor adicional observamos uma significância do Phi e do Goodman And Kruskal tau de 0,018 associada a um valor de 0.202 o que, numa escala de 0 a 1, é relativamente de fraca dependência). Parece por isso que, nos momentos iniciais da migração, os indivíduos têm uma compreensível menor possibilidade ou desejo de enviar capitais para Portugal, mas que, com o aumento da permanência destes no estrangeiro, aumenta também a sua contribuição no país de origem (Quadro VIII - 76).

Os sujeitos com o primeiro ciclo do ensino básico, no máximo, são também os que contribuem em maior proporção para a vida económica do país de origem, com valores

ligeiramente superiores a 50%. As contribuições diminuem à medida que sobem as habilitações literárias, passando dos 45,0% no 2º Ciclo aos 15,4% dos que possuem um grau de ensino superior (Quadro VIII - 77).

O estatuto de dupla cidadania parece influir no envio de capitais para Portugal, por parte dos inquiridos. Dos mono-cidadãos, 43,4% afirma ter esta prática, contra apenas 28,3% dos duplo-cidadãos. Numa primeira abordagem, parece que o facto de existir um forte vínculo entre os cidadãos e o seu país de origem tem alguma influência na sua participação na vida económica do seu país. Apesar de existir esta diferenciação descritiva, os dados correlacionais obtidos demonstram que esta diferença, apesar de expressiva, não é significativa estatisticamente. Pois, apesar da diferença de proporções, as tendências gerais ainda colocam a não participação como regra em ambos os casos (valor de Qui quadrado de Pearson de 3,6 uma significância superior a 0,05 de 0,057, como valor adicional observamos uma significância do Phi e do Goodman And Kruskal tau de 0,058) (Quadro VIII - 78).

Quadro VIII - 71: Envio de dinheiro para Portugal

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Sim	111	40,8	40,8
Não	161	59,2	100,0
Total	272	100,0	

Quadro VIII - 72: Tipo de utilidades para o dinheiro enviado

	Frequência:	Percentagen: (%)	Percentagens Acumuladas
Apenas para férias	37	33,9	33,9
Regularmente uma parte importante do salário	8	7,3	41,3
Pouco porque os juros já não compensam	13	11,9	53,2
Nada porque prefiro investir no país de imigração	2	1,8	55,0
De vez em quando para construir a minha casa	39	35,8	90,8
Outra	10	9,2	100,0
Total	109	100,0	

Quadro VIII - 73: Destino do dinheiro enviado

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Familiares	23	21,3	21,3
Depósito bancário	67	62,0	83,3
Investimento	8	7,4	90,7
Outro	10	9,3	100,0
Total	108	100,0	

Quadro VIII - 74: Envio de dinheiro para Portugal pela naturalidade dos inquiridos por região

		Naturalidade dos inquiridos por região				Total
		Concelho de Boticas	Outro país europeu	Outro país		
Envio de dinheiro para Portugal	Sim	Frequências	106	1	1	108
		Percentagens	43,1%	6,3%	16,7%	40,3%
	Não	Frequências	140	15	5	160
		Percentagens	56,9%	93,8%	83,3%	59,7%
Total	Frequências	246	16	6	268	
	Percentagens	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Quadro VIII - 75: Envio de dinheiro para Portugal pela idade do inquirido (grupos etários)

		Idade do Inquirido (grupos etários)						Total	
		Menos de							
		25 anos	De 26 a 35 anos	De 36 a 45 anos	De 46 a 55 anos	De 56 a 65 anos	Mais de 65 anos		
Envio de dinheiro para Portugal	Sim	Frequências	4	23	30	28	26	0	111
		Percentagens	10,3%	31,9%	61,2%	50,0%	50,0%	,0%	41,1%
	Não	Frequências	35	49	19	28	26	2	159
		Percentagens	89,7%	68,1%	38,8%	50,0%	50,0%	100,0%	58,9%
Total	Frequências	39	72	49	56	52	2	270	
	Percentagens	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Quadro VIII - 76: Envio de dinheiro para Portugal pela duração da migração no primeiro país

		Duração da migração no primeiro país				Total	
		Menos de 5 anos	De 6 a 15 anos	De 16 a 25 anos	Mais de 26 anos		
Envio de dinheiro para Portugal	Sim	Frequências	9	28	25	45	107
		Percentagens	23,7%	42,4%	41,7%	54,2%	43,3%
	Não	Frequências	29	38	35	38	140
		Percentagens	76,3%	57,6%	58,3%	45,8%	56,7%
Total	Frequências	38	66	60	83	247	
	Percentagens	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Quadro VIII - 77: Envio de dinheiro para Portugal pelas habilitações literárias do inquirido

		Habilitações Literárias do Inquirido								Total	
		Não Sabe ler nem escrever	Sabe ler e escrever sem grau de ensino	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário	Curso Médico	Curso Superior		
Envio de dinheiro para Portugal	Sim	Frequências	0	7	63	9	17	9	3	2	110
		Percentagens	,0%	53,8%	54,3%	45,0%	35,4%	17,6%	100,0%	15,4%	41,2%
	Não	Frequências	3	6	53	11	31	42	0	11	157
		Percentagens	100,0%	46,2%	45,7%	55,0%	64,6%	82,4%	,0%	84,6%	58,8%
Total	Frequências	3	13	116	20	48	51	3	13	267	
	Percentagens	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Quadro VIII - 78: Envio de dinheiro para Portugal pelo estatuto de dupla cidadania do inquirido

		Estatuto de dupla cidadania do Inquirido			
		Mono	Duplo	Total	
Envio de dinheiro para Portugal	Sim	Frequências	98	13	111
		Percentagens	43,4%	28,3%	40,8%
	Não	Frequências	128	33	161
		Percentagens	56,6%	71,7%	59,2%
Total	Frequências	226	46	272	
	Percentagens	100,0%	100,0%	100,0%	

4.3 Lealdade ou pertença

Os percursos emigratórios também levantam questões em volta de temas como a lealdade ou a pertença, uma vez que os emigrantes acabam por ter uma vivência prolongada no país de acolhimento mas com frequentes visitas a Portugal. E, quando colocada a questão aos inquiridos, estes afirmaram, em 62,0% (163 casos), se sentirem mais ligados ao país de origem, apresentando como justificação principalmente possuírem sentimentos de patriotismo, de afecto e de identificação com Portugal. Por outro lado em 38,0% dos casos a lealdade recaiu sobre o país de imigração, com uma motivação relacionada com aspectos práticos da vida e do quotidiano, tais como, melhores condições de vida ou de trabalho, para 24,2% (57 casos), e duração da estadia para 14,8% (35 casos) (Quadros VIII - 79 e VIII - 80). Ruiz, (1995:6) refere-se à *vivência dividida* por que passam os imigrantes, reflectindo uma situação ambivalente entre duas culturas - a do país de origem e a do país acolhedor. No presente estudo, apesar de existir uma maioria de sujeitos com uma ligação ainda focalizada nas origens, a inclusão de outros factores, tais como a duração da migração ou a integração familiar e profissional nos países de acolhimento, parece alterar a lógica de pertença e de lealdade dos emigrantes. Para o subconjunto diferenciado da nossa amostra - os lusodescendentes (15 das 19 respostas obtidas) apresentam maior lealdade para com o país de acolhimento / origem (Quadro VIII - 81).

Os lusodescendentes servem-se da terra dos seus pais, apenas quer como "...local de recreio quer como suporte simbólico à sua identidade" (Leandro, 1995:227). Schnapper (1993:299-301), e no que diz respeito aos lusodescendentes, afirma que se pode falar de uma dupla *referência identitária*¹¹⁶ mas nunca de uma *dupla pertença*, através da família, os lusodescendentes mantêm laços com o país de origem dos seus progenitores, podendo falar-se, no entender de Schnapper de uma *dupla referência*, "...la participation à la vie collective n'a pas les même sens que les séjours de vacances,ou les relations de nature sentimentale qu'ils continuent souvent à entretenir avec les pays d'origine de leurs parents" (Schnapper, 1993:78). No nosso estudo, verificamos que o sentimento de pertença a Portugal, por parte dos lusodescendentes inquiridos, é uma realidade para apenas 4 casos, 21,1%. Como motivos apresentados para justificar este sentimento de

¹¹⁶ "A identidadetrata-se de um processo adaptativo que estabelece uma certa estabilidade, coerência, uma permanência na vida cognitiva e afectiva do indivíduo e, correlativamente, permite a adaptação deste à mudança", (Neto, 1986b:283).

pertença, sobressai o nascimento e a origem como vector principal de ligação ao país escolhido, com 15 respostas, - 78,9%. É de salientar igualmente que o segundo motivo, com 21,1% das respostas, é a duração da estadia e a vivência no país de origem (Quadro VIII - 82).

Esta relação de pertença está claramente representada quando a análise se cruza com a naturalidade dos sujeitos. O sentimento de ligação focaliza-se em Portugal por parte dos inquiridos oriundos do concelho de Boticas (65,6%), contra apenas um conjunto de 3 casos para as restantes origens. Estas apresentam um sentimento de pertença ao país de acolhimento ou de origem, no caso dos lusodescendentes, em percentagens superiores a 75% (Quadro VIII - 83).

O sentimento de pertença do inquirido varia também sensivelmente com a duração da emigração. Uma proporção relativamente superior dos sujeitos que mais tempo estiveram fora do país de origem, revela ter um maior sentimento de ligação ao país de acolhimento (39,5% e 46,6% para os que estiveram mais de 16 anos fora do país, contra 21,6% e 22,7% para aqueles com menos de 15 anos de percurso migratório). Esta ligeira diferença é confirmada pelos testes estatísticos aplicados (valor de Qui quadrado de Pearson de 14.4, significância inferior a 0,05 de 0,010, como valor adicional observamos uma significância do Phi e do Goodman And Kruskal tau que varia entre 0.010 e 0.009, associada a valores de 0.038 e 0.047, o que, numa escala de 0 a 1, é de extremamente fraca dependência). Desde logo concluimos, apesar de existir esta relação entre a duração da emigração e o sentimento de ligação, que esta não é o sinónimo de uma regra sólida e obrigatória, sendo apenas uma ligeira variação sem alterar o sentido ou a força da ligação dos sujeitos ao seu país de origem (Quadro VIII - 84).

É de referir, e no que concerne o sentimento de ligação do inquirido tendo em atenção as respectivas habilitações literárias, que, tal como já foi observado em análise anteriores, a maioria dos indivíduos com um curso superior são de facto lusodescendentes e, desde logo, com um outro tipo de relação com o país de origem dos pais (8 dos 13 casos de sujeitos com um curso superior são lusodescendentes). Estas considerações são também válidas no que diz respeito ao sentimento de ligação dos indivíduos, as quais, tal como se verificou no caso da naturalidade, explicam a divergência de opiniões encontradas para os sujeitos com um curso superior que dizem ter uma maior sentimento de pertença ao país de acolhimento/origem, 76,9% destes

casos. Já, nos outros níveis de escolaridade, sobressai a ligação a Portugal, a qual varia entre os 22,9% e os 38,3% (Quadro VIII - 85).

No caso do sentimento de ligação dos inquiridos, verifica-se que não existe qualquer diferenciação significativa em razão do ano da primeira migração. É de registar que a percentagem de inquiridos que afirmam sentirem-se ligados a Portugal é sempre superior a 50%, e que nos sujeitos que realizaram o seu percurso migratório depois de 1996 (emigração mais recente) praticamente não existe sentimento de pertença ao país de acolhimento, 91,8% dos casos (Quadro VIII - 86).

Quadro VIII - 79: Sentimento de ligação do inquirido

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Portugal	163	62,0	62,0
País de acolhimento	100	38,0	100,0
Total	263	100,0	

Quadro VIII - 80: Justificações para os sentimentos de ligação / lealdade

	Respostas		Percentagem de casos
	Frequências	Percentagem	
Melhores condições de vida	57	21,3%	24,2%
Gosta de ambos os países	12	4,5%	5,1%
Por nascimento / Origem	155	58,1%	65,7%
Duração da estadia/vivência	35	13,1%	14,8%
Proprietário de uma casa	8	3,0%	3,4%
Total	267	100,0%	113,1%

Quadro VIII - 81: Sentimento de ligação do lusodescendente inquirido

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Portugal	4	21,1	21,1
País de acolhimento	15	78,9	100,0
Total	19	100,0	

Quadro VIII - 82: Justificações para os sentimentos de ligação / lealdade

	Respostas		
	Frequências	Percentagens (%)	Percentagem de Casos
Melhores condições de vida	3	13,0%	15,8%
Gosta de ambos os países	1	4,3%	5,3%
Por nascimento / Origem	15	65,2%	78,9%
Duração da estadia/vivência	4	17,4%	21,1%
Total	23	100,0%	121,1%

Quadro VIII - 83: Sentimento de ligação do inquirido pela naturalidade dos inquiridos por região

		Naturalidade dos inquiridos por região				
		Concelho de Boticas	Outro país europeu	Outro país	Total	
Sentimento de ligação do inquirido	Portugal	Frequências	158	2	1	161
		Percentagens	65,6%	14,3%	25,0%	62,2%
	País de acolhimento	Frequências	83	12	3	98
		Percentagens	34,4%	85,7%	75,0%	37,8%
Total	Frequências	241	14	4	259	
	Percentagens	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Quadro VIII - 84: Sentimento de ligação do inquirido pela duração da migração no primeiro país

		Duração da migração no primeiro país				Total	
		Menos de 5 anos	De 6 a 15 anos	De 16 a 25 anos	Mais de 26 anos		
Sentimento de ligação do inquirido	Portugal	Frequências	29	51	31	49	160
		Percentagens	78,4%	77,3%	53,4%	60,5%	66,1%
	País de acolhimento	Frequências	8	15	27	32	82
		Percentagens	21,6%	22,7%	46,6%	39,5%	33,9%
Total	Frequências	37	66	58	81	242	
	Percentagens	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Quadro VIII - 85: Sentimento de ligação do inquirido pelas habilitações literárias do inquirido

		Habilitações Literárias do Inquirido								Total	
		Não Sabe ler nem escrever	Sabe ler e escrever sem grau de ensino	Enseino			Curso Superior				
1º Ciclo	2º Ciclo			3º Ciclo	Secundário	Curso Médio	Curso Superior				
Sentimento de ligação do inquirido	Portugal	Frequências	0	5	75	12	37	29	0	3	161
		Percentagens	,0%	38,5%	67,0%	63,2%	77,1%	61,7%	,0%	23,1%	62,4%
	País de acolhimento	Frequências	3	8	37	7	11	18	3	10	97
		Percentagens	100,0%	61,5%	33,0%	36,8%	22,9%	38,3%	100,0%	76,9%	37,6%
Total	Frequências	3	13	112	19	48	47	3	13	258	
	Percentagens	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Quadro VIII - 86: Sentimento de ligação do inquirido pelo ano da primeira migração (grupos)

		Ano da primeira migração (grupos)					Total	
		Antes de 1965	De 1966 a 1975	De 1976 a 1985		Depois de 1986		
De 1986 a 1995	Depois de 1996							
Sentimento de ligação do inquirido	Portugal	Frequências	9	34	36	37	45	161
		Percentagens	60,0%	58,6%	54,5%	62,7%	91,8%	65,2%
	País de acolhimento	Frequências	6	24	30	22	4	86
		Percentagens	40,0%	41,4%	45,5%	37,3%	8,2%	34,8%
Total	Frequências	15	58	66	59	49	247	
	Percentagens	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

4.4 Desejo de um eventual regresso

Observamos que, de forma muito próxima aos valores apresentados relativamente à lealdade, 61,0% (164 casos) dos sujeitos declararam a intenção de regressar (Quadro VIII - 87). No entanto, nem todos foram capazes de projectar em que circunstâncias ou em que ano se realizaria este regresso definitivo, pois observamos apenas em 37 casos a identificação de uma possível data para a sua execução. Estes casos apontaram, em 54,1%, que este regresso aconteceria até ao ano de 2012, sendo que o ano médio é de 2016 (embora esta estatística seja condicionada por um desvio padrão de mais 11 anos). O local de regresso é também muito expressivo da ideia de regresso real às origens, uma vez que o local referido para que este aconteça é o Concelho de Boticas para 93,2% (137 casos) dos inquiridos (Quadros VIII - 88 e VIII - 89).

Assim o desejo de regresso a Portugal está, de alguma forma, dependente da origem dos sujeitos. Os indivíduos naturais de Boticas expressam claramente um maior desejo de concluir o percurso emigratório com o regresso definitivo ao país de origem, embora este esteja condicionado por elevado grau de incerteza (poucos são os sujeitos que já tem a noção das condições em que este se vai realizar). Uma significativa maioria de inquiridos, 64,9%, expressa este desejo, contra apenas 17,6 e 14,3% dos naturais de outros países do espaço comunitário e de outros países. Uma vez mais a origem condiciona as trajectórias de vida dos sujeitos e sobretudo os objectivos que estes esperam concretizar (Quadro VIII - 90). Tal como foi demonstrado por Rocha Trindade (1988) "... sobre a problemática conjunta das motivações associadas à totalidade do ciclo migratório (partida/estadia/regresso) desenha-se uma situação geral de indefinição: se a partida é em geral determinada por razões de dominante económica, não lhe está associado um plano, um programa e um objectivo bem determinados, cujo cumprimento conduzisse a uma decisão univocamente formulada de regressar; antes, as situações vão-se enformando, as ideias acabam por precisar-se e o regresso surge com alguma naturalidade, mas também com uma forte aparência de hesitação", Rocha Trindade *et al.* (1988:61).

Para os indivíduos mais velhos é mais elevada a proporção dos que manifestam o desejo de regressar a Portugal, mas esta variação não se verifica em termos de oposição, pois o regresso aparece como uma realidade para qualquer escalão etário considerado. Os mais jovens apresentam percentagens equitativas entre as respostas positivas e

negativas (48,8% em cada categoria), enquanto que nos mais velhos a proporção daqueles que desejam regressar é superior (entre 62,5% e 70,6%) (Quadro VIII - 91).

Nota-se que a influência do grau de ensino alcançado pelos inquiridos não parece ser tão evidente no que diz respeito ao desejo do regresso a Portugal. Na maioria dos graus de ensino, o desejo de regresso compreende cerca 60% dos casos; que não seguem esta tendência os sujeitos com o ensino secundário e um curso superior e, em especial para este último que agrega apenas 16,7% dos casos de desejo de regresso. É de referir, no entanto, que, tal como já tinha sido observado em análises anteriores, a maioria dos indivíduos com um curso superior são lusodescendentes e, desde logo, com um outro tipo de relação com o país de origem dos pais (8 dos 13 casos de sujeitos com um curso superior são lusodescendentes) (Quadro VIII - 92).

O desejo de regresso a Portugal também é relativamente maior para os monocidadãos do que para os duplos, ou seja, 64,7% dos primeiros declaram a intenção de regressar a Portugal contra 43,5% dos restantes. Esta distribuição pelo estatuto da cidadania parece explicar a trajectória de vida dos inquiridos e da aquisição de uma outra cidadania como um vector de grande importância para a fixação dos sujeitos num país de acolhimento. A nacionalidade e os aspectos associados a esta são um dos factores a ter em conta na integração duradoura e permanente dos indivíduos nas suas trajectórias migratórias. (Os valores de estatísticas de correlação apresentam uma associação entre o estatuto da cidadania e o desejo de regresso, Qui quadrado de 8,0 com uma significância de 0,018, como valor adicional observamos uma significância do Phi e do Goodman And Kruskal tau de 0,018, associada ao valor de 0,173 que demonstram uma relação evidente mas fraca) (Quadro VIII - 93).

Quadro VIII - 87: Desejo de regresso a Portugal

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Sim	164	61,0	61,0
Não	100	37,2	98,1
Talvez	5	1,9	100,0
Total	269	100,0	

Quadro VIII - 88: Ano do regresso definitivo

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
2003	1	2,7	2,7
2005	1	2,7	5,4
2006	5	13,5	18,9
2007	2	5,4	24,3
2008	5	13,5	37,8
2009	1	2,7	40,5
2010	3	8,1	48,6
2012	2	5,4	54,1
2015	3	8,1	62,2
2018	2	5,4	67,6
2020	2	5,4	73,0
2021	1	2,7	75,7
2025	3	8,1	83,8
2030	1	2,7	86,5
2035	3	8,1	94,6
2040	1	2,7	97,3
2045	1	2,7	100,0
Total	37	100,0	

Quadro VIII - 89: Concelho de regresso

	Frequências	Percentagens (%)
Boticas	137	93,2
Braga	3	2,0
Chaves	1	,7
Lisboa	1	,7
Montalegre	3	2,0
Vila Nova de Cerveira	1	,7
Vila Real	1	,7
Total	147	100,0

Quadro VIII - 90: Desejo de regresso a Portugal pela naturalidade dos inquiridos por região

		Naturalidade dos inquiridos por região				
		Concelho de Boticas	Outro país europeu	Outro país	Total	
Desejo de regresso a Portugal	Sim	Frequências	157	3	1	161
		Percentagens	64,9%	17,6%	14,3%	60,5%
	Não	Frequências	81	13	6	100
		Percentagens	33,5%	76,5%	85,7%	37,6%
	Talvez	Frequências	4	1	0	5
		Percentagens	1,7%	5,9%	,0%	1,9%
Total	Frequências	242	17	7	266	
	Percentagens	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Quadro VIII - 91: Desejo de regresso a Portugal pela idade do inquirido (grupos etários)

		Idade do inquirido						Total	
		Menos de 25 anos	De 26 a 35 anos	De 36 a 45 anos	De 46 a 55 anos	De 56 a 65 anos	Mais de 65 anos		
Desejo de regresso a Portugal	Sim	Frequências	20	42	30	33	36	1	162
		Percentagens	48,8%	59,2%	62,5%	61,1%	70,6%	50,0%	60,7%
	Não	Frequências	20	29	16	19	15	1	100
		Percentagens	48,8%	40,8%	33,3%	35,2%	29,4%	50,0%	37,5%
	Talvez	Frequências	1	0	2	2	0	0	5
		Percentagens	2,4%	,0%	4,2%	3,7%	,0%	,0%	1,9%
Total	Frequências	41	71	48	54	51	2	267	
	Percentagens	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Quadro VIII - 92: Desejo de regresso a Portugal pelas habilitações literárias do inquirido

		Habilitações literárias do inquirido								Total	
		Não Sabe ler nem escrever	Sabe ler e escrever sem grau de ensino	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário	Curso Médio	Curso Superior		
Desejo de regresso a Portugal	Sim	Frequências	2	8	76	13	36	24	2	2	163
		Percentagens	66,7%	61,5%	67,3%	65,0%	75,0%	44,4%	66,7%	16,7%	61,3%
	Não	Frequências	1	5	34	7	11	29	1	10	98
		Percentagens	33,3%	38,5%	30,1%	35,0%	22,9%	53,7%	33,3%	83,3%	36,8%
	Talvez	Frequências	0	0	3	0	1	1	0	0	5
		Percentagens	,0%	,0%	2,7%	,0%	2,1%	1,9%	,0%	,0%	1,9%
Total	Frequências	3	13	113	20	48	54	3	12	266	
	Percentagens	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Quadro VIII - 93: Desejo de regresso a Portugal pelo estatuto de dupla cidadania do inquirido

		Estatuto de dupla cidadania do Inquirido			
		Mono	Duplo	Total	
Desejo de regresso a Portugal	Sim	Frequências	143	21	164
		Percentagens	64,7%	43,8%	61,0%
	Não	Frequências	75	25	100
		Percentagens	33,9%	52,1%	37,2%
	Talvez	Frequências	3	2	5
		Percentagens	1,4%	4,2%	1,9%
Total	Frequências	221	48	269	
	Percentagens	100,0%	100,0%	100,0%	

4.5 Problemas perspectivados pelos inquiridos quanto ao seu eventual regresso

Vários problemas no momento do regresso são perspectivados pelos inquiridos. Identificamos os meios económicos como o maior obstáculo ao regresso, quer seja pelos custos do regresso ou da instalação em Portugal, quer pela obtenção de uma situação profissional favorável ou equivalente àquela que detêm no estrangeiro, representando 50,9% dos sujeitos (82 casos). Num segundo plano, surge a inexistência de qualquer tipo de problemas para 24,2% (39 casos) dos inquiridos, sendo ainda de notar, como área problemática, a falta de assistência médica julgada como suficiente ou de qualidade comparável à dos países de acolhimento (exemplo frequente para emigrante em França, por exemplo) com 11,2% dos casos (Quadro VIII - 94).

Quando a questão dos problemas é extrapolada a todos os emigrantes, e não somente ao próprio inquirido, aqueles identificam como áreas mais problemáticas, para o regresso a Portugal, a integração na sociedade portuguesa, com 44,6% (45 casos), o emprego, com 25,7% (26 casos) e a assistência médica, com 11,9% (12 casos). Os problemas encontrados para a generalidade dos emigrantes reflectem, de alguma forma, aqueles que os inquiridos tinham identificado para si próprios (Quadro VIII - 95).

Torna-se necessário fomentar actividades económicas e o investimento público, indutores de desenvolvimento local. O desenvolvimento de actividades económicas estimula a fixação da população. São áreas a considerar: turismo nas suas várias modalidades; o fomento de actividades terciárias através do incentivo à fixação de empresas; a credibilização do ensino profissionalizante, dirigido às necessidades locais,

orientado para o mercado de trabalho local, assim como a infra-estruturação e disponibilidade de serviços públicos nas proximidades dos pequenos centros rurais de que a implementação de Universidades ou Politécnicos constituem também exemplo expressivo. Melhorar as acessibilidades e as tecnologias de informação são também factores de competitividade das regiões.

Quadro VIII - 94: Problemas encontrados face a um eventual regresso a Portugal

	Respostas		Percentagem de casos
	Frequências	Percentagem	
Não existem problemas	39	22,3%	24,2%
Meios económicos	82	46,9%	50,9%
Integração dos Filhos	9	5,1%	5,6%
Questões políticas	6	3,4%	3,7%
Racismo	9	5,1%	5,6%
Assistência Médica	18	10,3%	11,2%
Condições das Infra-estruturas	12	6,9%	7,5%
Total	175	100,0%	108,7%

Quadro VIII - 95: Problemas encontrados face a um eventual regresso a Portugal (emigrantes na generalidade)

	Respostas		Percentagem de casos
	Frequências	Percentagem	
Assistência Médica	12	10,7%	11,9%
Integração	45	40,2%	44,6%
Emprego	26	23,2%	25,7%
Impostos	4	3,6%	4,0%
Nada	15	13,4%	14,9%
Não sabe	10	8,9%	9,9%
Total	112	100,0%	110,9%

4.6 Desejo de manter uma actividade laboral no regresso

Outro problema do regresso dos emigrantes está relacionado com a capacidade de abraçar uma actividade profissional em Portugal ou o facto representar uma fonte de investimento no país. Dos inquiridos, 73,0%, na hipótese de um possível regresso, não pensa manter qualquer tipo de actividade profissional em Portugal (197 casos) (Quadro VIII - 96). Para aqueles que exprimem o desejo oposto, as actividades mais referidas são o comércio, a actividade agrícola e o trabalho por conta própria, com 34,2%, 23,3% e 26,0% respectivamente (total de 73 casos)¹¹⁷ (Quadro VIII - 97). As perspectivas de investimento são ligeiramente mais negativas, admitindo apenas 23,7% (64 casos) dos inquiridos investir após o regresso¹¹⁸ (Quadro VIII - 98).

As áreas de investimento mais expressivas são o comércio e as actividades por conta própria, com 39,1% e 25,0%, respectivamente. De alguma forma, existindo o desejo por parte dos sujeitos de exercer uma actividade profissional em Portugal com um carácter de independência, como nos casos do comércio ou outras actividades por conta própria, estas acabam por exigir algum tipo de investimento (Quadro VIII - 99). As intenções de investimento dos inquiridos estão directamente ligadas ao desejo expresso em permanecer na vida activa depois do regresso a Portugal. Quando questionados sobre a aplicação de medidas de auxílio ao regresso dos emigrantes, os inquiridos afirmaram que o Estado deverá ser a fonte de tais medidas, em 57,4% dos casos, surgindo as Câmaras com 13,9% das referências e ambas as instituições com 8,2% (total de 122 respostas consideradas). É de notar igualmente que o desconhecimento dos inquiridos sobre esta temática alcança os 20,5% dos casos, o que é revelador do desconhecimento da fonte ou da matéria que estas medidas deveriam englobar (Quadro VIII - 100).

Os indivíduos com percurso emigratório mais curto apresentam uma percentagem de 43,2% de sujeitos com o desejo de manter uma actividade profissional em Portugal, contra valores de menos de 28% para as restantes durações. Esta diferença é ligeiramente menor no investimento, com uma percentagem de 35,1% com o desejo de investir contra cerca de 25% para as restantes durações (esta apreciação é apenas descritiva pois, estatisticamente, a diferença não é significativa). O facto de estarem, há

¹¹⁷ Na questão do desejo de manter uma actividade profissional em Portugal, os inquiridos não se verificam qualquer diferenciação significativa por influência das idades dos sujeitos (variação entre 66,7 e 83,9%) Anexo VII.

¹¹⁸ As tendências baixas verificadas para estas variáveis, quando analisada a população total da amostra, mantêm-se para os lusodescendentes sem diferenças significativas, não se encontrando apenas nas origens ou nas veiculação com o país os motores do desejo de investimento no país de origem (Anexo VIII).

relativamente pouco tempo, numa lógica emigratória fortalece o desejo de regresso. Este parece fazer ainda parte dos objectivos de vida que traçaram (Quadros VIII – 101 e VIII - 102).

Quadro VIII - 96: Desejo de manter actividade laboral no regresso a Portugal

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Sim	73	27,0	27,0
Não	197	73,0	100,0
Total	270	100,0	

Quadro VIII - 97: Sector de actividade no regresso

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Agricultura, Pecuária	17	23,3	23,3
Indústria	2	2,7	26,0
Construção Civil	6	8,2	34,2
Comércio	25	34,2	68,5
Por conta própria	19	26,0	94,5
Por conta de outrem	2	2,7	97,3
Outro	2	2,7	100,0
Total	73	100,0	

Quadro VIII - 98: Desejo de investir em Portugal

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Sim	64	23,7	23,7
Não	206	76,3	100,0
Total	270	100,0	

Quadro VIII - 99: Sector de actividade onde pretende investir

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Agricultura, Pecuária	9	14,1	14,1
Indústria	3	4,7	18,8
Construção Civil	10	15,6	34,4
Comércio	25	39,1	73,4
Por conta própria	16	25,0	98,4
Outro	1	1,6	100,0
Total	64	100,0	

Quadro VIII - 100: Medidas esperadas para ajudar no regresso

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Estado	70	57,4	57,4
Câmara	17	13,9	71,3
Ambos	10	8,2	79,5
Não sabe	25	20,5	100,0
Total	122	100,0	

Quadro VIII - 101: Desejo de manter actividade laboral no regresso a Portugal pela duração da migração no primeiro país

		Duração da migração no primeiro país				Total	
		Menos de 5 anos	De 6 a 15 anos	De 16 a 25 anos	Mais de 26 anos		
Desejo de manter actividade laboral no regresso a Portugal	Sim	Frequências	16	18	17	15	66
		Percentagens	43,2%	27,3%	28,8%	18,1%	26,9%
	Não	Frequências	21	48	42	68	179
		Percentagens	56,8%	72,7%	71,2%	81,9%	73,1%
Total	Frequências	37	66	59	83	245	
	Percentagens	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Quadro VIII - 102: Desejo de investir em Portugal pela duração da migração no primeiro país

		Duração da migração no primeiro país				Total	
		Menos de 5 anos	De 6 a 15 anos	De 16 a 25 anos	Mais de 26 anos		
Desejo de investir em Portugal	Sim	Frequências	13	16	15	14	58
		Percentagens	35,1%	24,2%	25,4%	16,9%	23,7%
	Não	Frequências	24	50	44	69	187
		Percentagens	64,9%	75,8%	74,6%	83,1%	76,3%
Total	Frequências	37	66	59	83	245	
	Percentagens	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

5. Participação e Integração

Finalmente é necessário estudar os níveis de participação e de integração destes indivíduos quer no país de acolhimento, quer no país de origem. O conceito de integração¹¹⁹ designa “...les divers processus par lesquels les immigrés comme l’ensemble de la population réunie dans une entité nationale participant à la vie sociale” (Schnapper, 1993:99). O problema da integração está implícito na sequência do processo migratório. “Na origem, porque são os processos de desintegração, tanto no plano social como sistémico, que favorecem a constituição do fluxo; no destino, porque a estabilização da presença dos imigrantes, requer reconstrução, pelos imigrantes, dos modos da sua inclusão na ordem interactiva local, e compatibilização, desses modos de inclusão com as características das sociedades de destino enquanto estados-nação” (Pires:2003:4). Qualquer “meio, tem formas de organização e de relação sócio-culturais peculiares. Ao imigrante está subjacente um trabalho de adaptação ao novo meio que o recebeu, tendo as redes sociais como principal alavanca da adaptação. Quanto mais baixas forem as competências formais e os recursos instrumentais disponíveis pela população imigrada maior é a probabilidade de esta recorrer, à construção da integração, às redes que suportaram a sua deslocação, prolongando a sua existência no destino. Portes (1999:3) constata que “o processo de adaptação não culmina necessariamente na assimilação à cultura e sociedade receptoras, pode antes orientar-se em direcções fundamentalmente distintas que incluem: (a) o regresso ao país de origem; (b) o surgimento voluntário de enclaves étnicos; (c) a segregação racial dos imigrantes por parte da sociedade receptora e o seu confinamento involuntário a um

¹¹⁹ Integração significa tag, tocar, donde deriva integer, intactus. *Integrare*, significa renovar ou tornar inteiro, recomeçar.

sistemas de castas”. Neste nosso estudo, foi possível avaliar o grau de conhecimento dos inquiridos acerca de instituições públicas da sua região de origem. Notamos que, em 58,4% dos casos, os inquiridos têm algum conhecimento de instituições de Portugal e do seu concelho de origem. As autarquias são as instituições que os sujeitos inquiridos mais bem conhecem, sendo por eles apontadas, em 75,7% dos casos. Por outro lado as associações empresariais, por si só, apenas foram referidas 4 vezes (3,9%), mas, em referência conjunta com as anteriores, congrega 20,4% dos casos (21 respostas plurais) (Quadro VIII - 103).

Outro índice expressivo da participação dos inquiridos é o desempenho de algum cargo político ou de responsabilidade a nível local, sendo pelo menos aquele que mais propicia actividades públicas para os emigrantes (sobretudo para aqueles que emigraram para um país da União Europeia).”Para os governos dos países emissores, os seus emigrantes tornam-se cada vez mais importantes, ... como fonte de remessas, de investimentos e de contribuições políticas...” (Ostergaard – Nielsen 2001; Levitt 2001b; Itzigsohn et al. 1999, cit. Portes: 2006:219). No nosso estudo constatamos que a esmagadora maioria dos inquiridos não exerceu qualquer tipo de cargo político, em Portugal, com 97,1% (266 casos) e apenas este aspecto representa uma realidade apenas para 8 inquiridos (Quadro VIII - 104). Destes, metade desempenha esta função na Junta de Freguesia da sua área de residência; os restantes noutros organismos não especificados (Quadro VIII - 105). Estas proporções são praticamente iguais no que concerne os cargos desempenhados no país de imigração, com 96,7% (igualmente 266 casos) (Quadro VIII - 106). Os restantes desempenharam uma função nas Juntas de Freguesias do país de acolhimento - 3 casos (37,5%) e 8 (62,5%) noutras instituições, revelando-se a participação directa dos inquiridos extremamente baixa em qualquer um dos países considerados (Quadro VIII - 107).

Os dados obtidos são menos reveladores da não participação quando é considerada a filiação em associações ou cooperativas. No país de acolhimento, 33,8% dos inquiridos são membros de uma associação (Quadro VIII - 108). Os tipos de associação são de cariz desportivo em 48,9%, sendo as associações culturais o segundo tipo mais representado, de pertenças com 35,1% dos casos (Quadro VIII - 109). As associações têm um papel decisivo na afirmação dos imigrantes na sociedade que os acolhe, quebrando, de algum modo, a situação de exílio (Almeida, 1975). Ainda segundo

Almeida (1987)”... o emigrante tenta reproduzir no lugar onde passa a viver tudo aquilo que pode do mundo que deixou” (Almeida, 1987:250). Através das associações, os emigrantes reproduzem costumes, festividades e outras tradições típicas do seu local de origem, funcionando como fonte dos laços afectivos a Portugal, (Rocha-Trindade, 1981). A participação em associações é menos importante nos países de origem do que nos países de imigração. Em Portugal apenas 13,5% dos inquiridos pertencem a uma associação (Quadro VIII - 110). No entanto, os tipos de associações diferem pouco das apresentadas anteriormente. As associações desportivas surgem com 54,1% dos casos e as associações culturais com 32,4%, (total de 37 casos considerados) (Quadro VIII - 111). Podemos concluir que a residência acaba por ter importância no associativismo activo dos emigrantes; a presença e a participação determinam de, alguma forma, as expressões e os contextos em que este se desenvolve.

Quadro VIII - 103: Tipo de instituições conhecidas

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Autarquias	78	75,7	75,7
Associações empresariais	4	3,9	79,6
Ambas	21	20,4	100,0
Total	103	100,0	

Quadro VIII - 104: Ocupação de um cargo no poder local

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Sim	8	2,9	2,9
Não	266	97,1	100,0
Total	274	100,0	

Quadro VIII - 105: Tipo de cargo ocupado pelo inquirido

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Junta de Freguesia	4	50,0	50,0
Outro	4	50,0	100,0
Total	8	100,0	

Quadro VIII - 106: Ocupação de um cargo no poder local no país de acolhimento

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Sim	9	3,3	3,3
Não	266	96,7	100,0
Total	275	100,0	

Quadro VIII - 107: Tipo de cargo ocupado pelo inquirido no país de acolhimento

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Junta de Freguesia	3	37,5	37,5
Outro	5	62,5	100,0
Total	8	100,0	

Quadro VIII - 108: Participação numa associação local no país de acolhimento

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Sim	93	33,8	33,8
Não	182	66,2	100,0
Total	275	100,0	

Quadro VIII - 109: Tipo de associação local no país de acolhimento

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Cultural	33	35,1	35,1
Desportiva	46	48,9	84,0
Política	2	2,1	86,2
Outra	13	13,8	100,0
Total	94	100,0	

Quadro VIII - 110: Participação numa associação local no país de origem

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Sim	37	13,5	13,5
Não	238	86,5	100,0
Total	275	100,0	

Quadro VIII - 111: Tipo de associação local no país de origem

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Cultural	12	32,4	32,4
Desportiva	20	54,1	86,5
Política	2	5,4	91,9
Outra	3	8,1	100,0
Total	37	100,0	

5.1 Participação cívica e política

A militância num partido político constitui um indicador relevante na participação cívica dos emigrantes. Os inquiridos apresentam percentagens de adesão partidária extremamente baixas (inferiores a 7%) quer no país de imigração, quer em Portugal (6,9% - 19 inquiridos, em ambos os casos) (Quadros VIII - 112 e VIII - 113). Os índices

do exercício de voto são também reveladores de uma fraca participação política. No país de origem, 32,4% dos inquiridos já exerceu o direito de voto, proporção praticamente idêntica àquela que observamos no país de acolhimento, que é de 32,7% (a diferença absoluta entre os dois casos é de apenas 1 caso) (Quadros VIII – 114 e VIII - 115). Uma vez mais, no tocante à participação política a residência, não se assume de uma importância semelhante à que verificamos na participação associativa, pelo menos no âmbito da amostra conseguida para este estudo. Os tipos de eleições em que os inquiridos participam apresentam, em ambos os países considerados, distribuições muito semelhantes. Nas eleições autárquicas, 67,5% dos casos votam em Portugal, e 63,2% fazem-no para estas eleições no estrangeiro. As eleições menos participadas são as eleições legislativas, com cerca de 50% dos casos em ambas as referências territoriais. Finalmente, é de sublinhar que as diferenças mais relevantes ocorrem nas eleições presidenciais nas quais, em Portugal, observamos uma participação de 69,9% dos casos, contra 56,3% no país de residência e imigração (Quadros VIII - 116 e VIII - 117).

No que concerne ao exercício do direito de voto, em Portugal, por parte dos inquiridos, verificamos que, no escalão etário mais baixo (menos de 25 anos), os sujeitos tem uma participação política inferior aos restantes escalões etários observados. Apenas 11,6% dos mais jovens já exerceram o seu direito de voto em Portugal, contra uma proporção, variável entre os 30 e 40%, para os restantes escalões (com exceção no estrato mais alto dos mais de 65 anos, por razões já enunciadas anteriormente) (Quadro VIII - 118).

No respeitante ao exercício do direito de voto, quer no país de origem, quer no país de acolhimento, verifica-se a não existência de qualquer diferenciação significativa em razão do ano de primeira migração dos inquiridos (o “não” recolhe sempre mais de 60% em Portugal e mais de 57,6% no país de acolhimento). É ainda de referir que os inquiridos que emigraram antes de 1965 não exercem o direito de voto numa proporção superior a 80% em ambas situações (Quadros VIII - 119 e VIII - 120).

No entanto, o exercício do direito de voto em Portugal aparece como ponto onde o estatuto de dupla cidadania tem alguma influência. Verificamos assim que os mono-cidadãos exerceram os seus direitos no país de origem com um pouco mais de frequência do que os duplos. Dos mono-cidadãos, 35,4% já votaram em Portugal, contra

apenas 18,4% dos detentores de múltiplas cidadanias. Esta diferença, apesar de não muito expressiva, é significativa do ponto de vista estatístico (Qui quadrado de 5,336 com uma significância de 0,021, como valor adicional observamos uma significância do Phi e do Goodman And Kruskal tau de 0,021, associada ao valor de 0,139, que demonstram uma relação evidente mas fraca). Uma vez mais, o estatuto de dupla cidadania afasta um pouco mais a relação dos sujeitos com o seu país de origem, pelo menos quanto ao exercício do voto, pois esta diferenciação não existe noutras formas de participação, sendo fraca tanto para os monos como para os duplos (Quadro VIII - 121).

No caso do exercício de voto no país de acolhimento, verifica-se que não existe qualquer diferenciação significativa por influência do estatuto de dupla cidadania dos inquiridos (varia entre 31.9 e 36.7%) (Quadro VIII - 122).

Consideramos que os efeitos positivos causados pela emigração geram valor acrescentado sendo necessário potenciar as oportunidades de desenvolvimento local a longo prazo.

Quadro VIII - 112: Militante inscrito em algum partido político em Portugal

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Sim	19	6,9	6,9
Não	256	93,1	100,0
Total	275	100,0	

Quadro VIII - 113: Militante inscrito em algum partido político em país de imigração

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Sim	19	6,9	6,9
Não	256	93,1	100,0
Total	275	100,0	

Quadro VIII - 114: Direito de voto em Portugal

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Sim	89	32,4	32,4
Não	186	67,6	100,0
Total	275	100,0	

Quadro VIII - 115: Direito de voto no país de imigração

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Sim	90	32,7	32,7
Não	185	67,3	100,0
Total	275	100,0	

Quadro VIII - 116: Tipos de eleição participadas em Portugal

	Respostas		Percentagem de casos
	Frequências	Percentagem	
Eleições Autárquicas	56	35,9%	67,5%
Eleições Legislativas	42	26,9%	50,6%
Eleições Presidenciais	58	37,2%	69,9%
Total	156	100,0%	188,0%

Quadro VIII - 117: Tipos de eleição participadas no país de acolhimento

	Respostas		Percentagem de casos
	Frequências	Percentagem	
Eleições Autárquicas	55	36,9%	63,2%
Eleições Legislativas	45	30,2%	51,7%
Eleições Presidenciais	49	32,9%	56,3%
Total	149	100,0%	205,7%

Quadro VIII - 118: Direito de voto em Portugal pela idade do inquirido (grupos etários)

		Idade do Inquirido (grupos etários)						Total	
		Menos de 25 anos	De 26 a 35 anos	De 36 a 45 anos	De 46 a 55 anos	De 56 a 65 anos	Mais de 65 anos		
Direito de voto em Portugal	Sim	Frequências	5	24	20	22	16	2	89
		Percentagens	11,6%	33,8%	40,8%	39,3%	30,8%	100,0%	32,6%
	Não	Frequências	38	47	29	34	36	0	184
		Percentagens	88,4%	66,2%	59,2%	60,7%	69,2%	,0%	67,4%
Total	Frequências	43	71	49	56	52	2	273	
	Percentagens	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Quadro VIII - 119: Direito de voto em Portugal pelo ano da primeira migração (grupos)

		Ano da primeira migração (grupos)					Total	
		Antes de 1965	De 1966 a 1975	De 1976 a 1985	De 1986 a 1995	Depois de 1996		
Direito de voto em Portugal	Sim	Frequências	3	24	22	22	18	89
		Percentagens	18,8%	40,0%	33,3%	36,1%	35,3%	35,0%
	Não	Frequências	13	36	44	39	33	165
		Percentagens	81,3%	60,0%	66,7%	63,9%	64,7%	65,0%
Total	Frequências	16	60	66	61	51	254	
	Percentagens	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Quadro VIII - 120: Direito de voto no país de imigração pelo ano da primeira migração (grupos)

		Ano da primeira migração (grupos)					Total	
		Antes de 1965	De 1966 a 1975	De 1976 a 1985	De 1986 a 1995	Depois de 1996		
Direito de voto no país de imigração	Sim	Frequências	3	19	28	20	11	81
		Percentagens	18,8%	31,7%	42,4%	32,8%	21,6%	31,9%
	Não	Frequências	13	41	38	41	40	173
		Percentagens	81,3%	68,3%	57,6%	67,2%	78,4%	68,1%
Total	Frequências	16	60	66	61	51	254	
	Percentagens	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Quadro VIII - 121: Direito de voto em Portugal pelo estatuto de dupla cidadania do inquirido

		Estatuto de dupla cidadania do Inquirido			
		Mono	Duplo	Total	
Direito de voto em Portugal	Sim	Frequências	80	9	89
		Percentagens	35,4%	18,4%	32,4%
	Não	Frequências	146	40	186
		Percentagens	64,6%	81,6%	67,6%
Total	Frequências	226	49	275	
	Percentagens	100,0%	100,0%	100,0%	

Quadro VIII - 122: Direito de voto no país de imigração pelo estatuto de dupla cidadania do inquirido

		Estatuto de dupla cidadania do Inquirido			
		Mono	Duplo	Total	
Direito de voto no país de imigração	Sim	Frequências	72	18	90
		Percentagens	31,9%	36,7%	32,7%
	Não	Frequências	154	31	185
		Percentagens	68,1%	63,3%	67,3%
Total	Frequências	226	49	275	
	Percentagens	100,0%	100,0%	100,0%	

CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES DO ESTUDO E FUTURAS INVESTIGAÇÕES

A revalorização do espaço rural periférico é um dos mais importantes fenómenos demográficos, sociais e culturais do terceiro milénio. Visto como base física da produção agrícola, dificilmente escapa à trajectória do esvaziamento social, económico, político e cultural. Mas, se o meio rural for encarado não como a simples sustentação geográfica de um único sector (agricultura) mas como base de um conjunto diversificado de actividades e de mercados potenciais, os seus horizontes serão obviamente ampliados.

Embora existam traços comuns de ruralidade, o meio rural caracteriza-se por uma imensa diversidade. Estabelecer tipologias capazes de captar esta diversidade é uma das mais importantes missões das pesquisas contemporâneas voltadas para a dimensão espacial do desenvolvimento. A fim de contribuirmos para esta missão e conscientes da amplitude deste trabalho, procuramos, ao longo do mesmo, responder à seguinte questão: quais as implicações da dinâmica da emigração/regresso no desenvolvimento do território rural em estudo? Para tal, aplicou-se um perfil de investigação de natureza quantitativa e qualitativa, desenvolvida de forma interactiva entre teoria e prática e integrando pressupostos das perspectivas objectivistas e subjectivistas da investigação. Com base numa extensa revisão bibliográfica, integramos na investigação, dados estatísticos sobre o território em estudo, técnicas documentais e de inquirição. A conjugação de diferentes procedimentos de recolha e tratamento da informação apurada conduziu à concretização de objectivos pré-definidos.

Como já foi referido na introdução, corroboramos que a presente investigação é inovadora, não só porque versa sobre um espaço rural periférico, nunca antes abordado sobre a temática em questão, e que carece de intervenção/promoção numa perspectiva de desenvolvimento integrado, mas também porque contribui para uma melhor adequação das estruturas de apoio ao desenvolvimento rural e integra a questão da cidadania dual no estudo da emigração presente/recente, considerando o emigrante actual numa perspectiva transnacional, com múltiplas relações (familiares, económicas, sociais e políticas), colocando em inter-contacto o local e o global, em termos de desenvolvimento.

Esta investigação foi dividida em três partes:

Na primeira parte, e tendo subjacente a revisão da literatura, apresentamos um enquadramento teórico coerente, de acordo com a problemática em estudo, reunindo contribuições de diferentes áreas disciplinares. Como elo de ligação e sustentabilidade entre a primeira e terceira partes, expõem-se na segunda parte os procedimentos metodológicos adoptados para a consecução dos objectivos da pesquisa.

Na terceira parte, apresentam-se os principais resultados empíricos da investigação. Apesar de a análise ter sido apresentada em pontos separados, é notória a interdependência de todos os elementos considerados, sendo estes analisados e interpretados à luz das diversas abordagens teóricas identificadas na primeira parte do presente trabalho.

1.1 Os Resultados da Investigação

1.1.1 Alterações demográficas, económicas e sociais no concelho em estudo no decénio de 1991-2001, por freguesia

O concelho de Boticas integra-se na NUTE III – Alto Trás-os-Montes e constitui um espaço sub-regional que enfrenta problemas e desafios singulares em matéria de desenvolvimento territorial. No que concerne aos aspectos demográficos, o concelho em estudo, entre 1991 e 2001, sofreu um decréscimo populacional de 19,1% registando uma das maiores perdas populacionais de toda a região Norte, contrariando a tendência geral do país que apresentou um acréscimo populacional de 4,96%.

Apesar da importância da diminuição do crescimento natural, comprovamos que é a dinâmica migratória que constitui o principal factor responsável pelas divergências demográficas registadas no espaço rural estudado. A emigração contribui para acentuar, pela negativa, a variável endógena – crescimento natural, registando-se, no período em análise, um índice de atractividade por freguesia negativo.

O concelho de Boticas apresenta-se como um dos concelhos mais envelhecidos da Região Norte.

No que concerne à taxa de actividade e no atinente a 1991 e 2001, verificou-se, na Região Norte e a nível nacional, uma tendência para o seu aumento. Contrariamente a esta tendência, no concelho de Boticas observou-se uma ligeira diminuição, reflectindo a debilidade do tecido produtivo local na assimilação do mercado de

trabalho, particularmente no respeitante ao emprego feminino. Curros, Fiães do Tâmega, Bobadela, Dornelas e Covas de Barroso constituem-se como os espaços que mais contribuíram para a diminuição da população activa a nível concelhio. As assimetrias, por género, da participação no mercado de trabalho, por freguesia, são evidentes, apresentando o sexo feminino maiores variações negativas. Confirmando o estudo de Kearney (1986), constatou-se que a perda de população através dos fluxos migratórios enfraquece a economia da região emissora.

O concelho em estudo apresentou, em 2001, uma taxa de analfabetismo (24%) muito superior à média do País (9%) e da Região Norte (8,3%). No período em apreço, e no que concerne aos três espaços geográficos, concomitantemente à diminuição da população com apenas o Ensino Primário, assistimos ao aumento significativo de indivíduos com o Ensino Secundário e com o Ensino Médio/Superior. O concelho de Boticas, apesar de apresentar evolução idêntica à região Norte e ao País, em 2001 quase metade da população apresenta como habilitações o 1º Ciclo. No entanto, a percentagem de indivíduos com o Ensino Secundário duplicou relativamente a 1991, com tendência para as mulheres perderem peso neste nível de ensino e ganharem mais no nível Médio/Superior. Curros, Ardãos e Vilar são as freguesias que mais contribuem para o baixo nível de ensino do concelho. À luz da teoria de Romer e Weil (1992), salientamos que o capital humano determina a capacidade de produção *per capita*. Na revisão da literatura constatámos também que as regiões mais pobres, mas com elevada qualificação de mão-de-obra, apresentam taxas mais elevadas de crescimento, evidência que costuma ser vinculada à maior capacidade de absorção tecnológica. Neste sentido, são urgentes intervenções territorializadas que partam da leitura das necessidades locais, elevando o nível de qualidade do sistema educativo do concelho em estudo evitando o insucesso/abandono escolares e gerando aptidões/competências de base, necessárias na sociedade da informação. As actividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) são um instrumento fundamental para que a região acompanhe o mundo globalizado e dinâmico e possa criar as suas próprias oportunidades de desenvolvimento.

No decénio em estudo, o concelho de Boticas, a adicionar à diminuição da sua taxa de actividade, assiste ao aumento muito significativo da taxa de desemprego. Este

afectou essencialmente o grupo das mulheres, constatando-se claramente a incapacidade da oferta de emprego local para integrar/manter as mulheres no mercado de trabalho.

Esta evolução denuncia fragilidades que são reportadas ao modelo de especialização seguido na região (em termos de indústria e do nível de qualificação). Muito deste desemprego encontra nexos com o fenómeno de *temporalidade*. Por outro lado, esta fase de redução de emprego e de aumento significativo de desemprego, essencialmente desemprego feminino, é também um indício de maior efeito *trabalhador desencorajado* na região. É necessário que os órgãos políticos locais estimulem o crescimento do microempreendedorismo proporcionem financiamentos, prestem serviços de assistência técnica, marketing ou comercialização, procedam a construção das infra-estruturas necessárias, promovam a mudança da mentalidade da população local e motivem os potenciais empresários para criarem a sua própria empresa. O meio rural em estudo necessita de um processo de produção empreendedor e inovador, cabendo também ao empresário identificar as oportunidades locais. Numa óptica Shumpteriana torna-se necessário inovar e capitalizar a proximidade de actores sob a forma de aptidão e comportamentos orientados à produção dos recursos existentes e à transmissão e acumulação de saberes e conhecimentos vinculados à actividade económica. O sucesso de algumas economias baseadas nas pequenas empresas que surgiram naturalmente em outros países (Cap. III), alertou-nos para a importância das redes e para o facto de que as pequenas empresas necessitam de redes de negócios e de informação que suplementem as vantagens de serem de pequena dimensão, nomeadamente a sua flexibilidade e capacidade de resposta rápida. No atinente à ligação entre os recursos rurais e o mercado global assumem crucial importância as estratégias de marketing territorial.

A evolução da população activa concelhia, no decénio em análise, acentuou a importância dos trabalhadores por conta de outrem e dos patrões e diminuiu o número de trabalhadores por conta própria. Esta problemática encontra explicação na proliferação de unidades económicas no concelho e consequente transferência da população activa do sector primário para os sectores secundário e terciário. No que diz respeito à análise por freguesia, verificamos que, em 1991, apenas a freguesia sede de concelho integrava o sector terciário como principal actividade económica da sua população. Em todo o restante espaço rural em estudo, predominava o sector primário. Em 2001, a freguesia

de Granja junta-se à de Boticas, com a principal actividade económica da sua população integrada no sector terciário. O sector secundário passa a ser o maior empregador em Alturas do Barroso, Beça, Bobadela, Pinho e Vilar, liderando o sector primário ainda em mais de 50% das freguesias do concelho. Tal como William (1985), constatou-se que os elementos de tradição local, nomeadamente a dominância dos valores agrários, a rigidez da estrutura social, a pouca responsabilidade social, a mentalidade e o comportamento conformista, têm-se constituído também como entrave ao progresso.

A agricultura desempenhou, através dos tempos, crucial importância para o concelho, constituindo actualmente uma actividade em declínio. A mão-de-obra familiar carece de apoio à inovação quanto às culturas e aos processos produtivos, cuja falta se reflecte no baixo rendimento do agregado familiar e, por conseguinte, no constante recurso à emigração. A maioria das famílias residentes não depende da agricultura, embora esta contribua para os orçamentos de algumas delas e a “terra” continua a desempenhar um lugar de destaque no sistema de valores dos Barrosões. Uma das “fatias” de rendimento dos Barrosões provém, assim, da pecuária. A produção pecuária apresenta um débil desenvolvimento (volumes de produção, agentes envolvidos, técnicas utilizadas) e enfrenta obstáculos que reflectem o fraco envolvimento dos agentes na génese e na gestão das produções, a insuficiente capacidade organizativa e a falta de dinâmica empresarial de alguns agrupamentos de produtores, a pouca flexibilidade dos processos, a reduzida escala de produtos e circuitos tradicionais de comercialização enraizados e ainda a ausência de uma política regional sustentável de protecção e valorização das produções agrícolas tradicionais.

Com a redução do número de explorações e com a diminuição da importância económica e social deste tipo de actividade e consequentemente/constante emigração, deu-se o decréscimo do número total de famílias agrícolas. Como referido na I parte deste trabalho, a política de desenvolvimento rural foi considerada o segundo pilar da Política Agrícola Comum (PAC). No entanto, tanto a PAC como a reforma da PAC ou Agenda 2000 (a reforma da reforma da PAC) acentuam a tendência para as regiões portuguesas, se transformarem num espaço não produtivo, vivendo da assistência económica e social da UE, sem travar a dependência alimentar e a emigração das regiões desfavorecidas e de que o concelho em estudo constitui exemplo. À semelhança do país e da Região Norte, a grande maioria dos produtores integra-se nos grupos

etários dos 55 aos 64 e 65 e mais anos. Este envelhecimento é mais notório no país e na Região Norte do que propriamente no concelho de Boticas, o que traduz o desinteresse, por esta actividade ocorrer mais recentemente. A maior parte dos produtores agrícolas têm um baixo nível de instrução. O agricultor que pretende manter a sua actividade, e como forma de sobrevivência, é obrigado a ter pelo menos uma segunda actividade. Nas freguesias de Ardãos, Bobadela, Cerdedo e Sapiãos encontramos ainda produtores a trabalhar, a tempo inteiro, na agricultura. Na maioria das freguesias, os produtores associam a actividade agrícola como uma actividade exterior, onde predomina uma actividade exterior principal.

Ainda em termos económicos, e mais precisamente no que diz respeito à estrutura empresarial, verificamos que tanto o volume de emprego como o volume de negócios, no concelho de Boticas e no período em apreço, registaram uma variação positiva. Comparativamente à Região Norte e ao Nacional, constatamos que o maior aumento corresponde ao concelho de Boticas, apresentando praticamente o dobro do valor do País. O aumento do volume de negócios é claramente significativo, sendo, no entanto, o concelho em estudo o que apresenta a variação inferior. Considerando que as disparidades entre o aumento do volume de emprego e do volume de negócios poderá ter a ver com o aumento da mecanização do trabalho, significa que, neste sentido, o concelho em estudo, comparativamente à Região Norte e ao país é o que apresenta uma modernização do trabalho menos significativa, reflectindo o estado de desenvolvimento actual. O plano regional de ordenamento do território, posto em prática com eficiência, poderá traduzir os grandes objectivos do desenvolvimento sustentável para o espaço em estudo, ao equacionar medidas tendentes à atenuação das assimetrias de desenvolvimento intra-regional.

Em 2001, constatamos que, apesar de este concelho ser ainda um espaço rural, as sociedades relacionadas com o sector primário cedem lugar às actividades ligadas aos sectores secundário e terciário, respectivamente, actividades ligadas a indústrias transformadoras, construção civil e comércio. Contrariamente ao que acontece com as sociedades, observa-se, em 2001, uma diminuição do número de empresas, a nível do país, da Região Norte e do concelho em estudo. Salientamos que as actividades que sofreram uma quebra mais acentuada no país e na região Norte foram as actividades

relacionadas com o comércio, enquanto que no concelho de Boticas a maior quebra verifica-se nas actividades relacionadas com a agricultura, produção animal, silvicultura e pesca. As empresas sedeadas no concelho de Boticas são de reduzida dimensão, empregando, na sua maioria, menos de 5 pessoas. Continua a permanecer uma especialização em sectores produtivos que não requerem níveis de qualificação elevados, o que torna inviável o pagamento de salários elevados. Tal facto explica o recurso frequente à pluriactividade como complemento de rendimentos.

O fomento de actividades empresariais pode ser feito de forma directa, através de incentivos à fixação de empresas, e de forma indirecta, através de condições que aumentem a competitividade e atractividade local, atraindo uma nova geração de empresários e profissionais que contribuam para o rejuvenescimento e qualificação da população residente. Formação profissional, adaptada às necessidades da região, pode ser decisiva para a manutenção/renovação de actividades económicas, facilitando uma melhor integração na economia global e contrariando a periferização.

O desenvolvimento das actividades industrial, de comércio e serviços surge, paralelamente à actividade agrícola, como forma de melhorar substancialmente o nível de vida das pessoas. Neste sentido e atendendo a variáveis económicas, como o Indicador Per Capita (IPC) de poder de compra e a Percentagem de Poder de Compra (PPC), verificamos que a tendência concelhia tem registado um aumento gradual destes valores. À luz da teoria constatamos que a resposta para os problemas induzidos pelo ajustamento da agricultura nas áreas rurais da periferia em geral, e das áreas mais remotas do sul da Europa em particular, onde obviamente está incluído o concelho de Boticas será a criação de pequenas e médias empresas (PME) nos sectores Secundário e Terciário. Neste sentido torna-se prioritário articular e divulgar as diferentes políticas sectoriais com incidência espacial, com destaque para as pequenas e médias empresas, para a agricultura, turismo rural e para as acessibilidades e ambiente, promovendo a afirmação das especificidades locais e a diversificação da base económica numa perspectiva de valorização das actividades inerentes ao meio rural.

Quanto às acessibilidades, o concelho em estudo tem beneficiado, na última década, de crescentes melhorias a nível de estradas nacionais, regionais e municipais.

No entanto, a distância, em horas, aos centros de decisão mais próximos mantém-se ainda elevada, o que se traduz em avultados prejuízos económicos e, por conseguinte, constituem entrave ao desenvolvimento. A rede ferroviária principal e a localização dos aeroportos acentuam a litorização do país, aprofundando a interioridade à qual o concelho em estudo não escapa.

No concelho em estudo, é visível uma melhoria da qualidade de vida da população e de um relativo dinamismo de alguns sectores de actividade. Mas, o ainda baixo nível de desenvolvimento social e económico local, ilustrado pelos indicadores estatísticos por nós referidos, revelam que este espaço rural continua a debater-se com um conjunto de problemas estruturais que condicionam fortemente o seu processo de desenvolvimento, contrariando as perspectivas da teoria da modernização baseadas na convergência das sociedades globais. Desta forma, o contínuo surto emigratório concelhio valida a teoria de Lee (1966), que considera os fluxos de trabalho como o resultado da pobreza e do atraso nas regiões de partida.

1.1.2 Estratégias de inserção económica e social do emigrante regressado e o seu impacto enquanto agente de inovação e de desenvolvimento local

A maior parte dos inquiridos, no momento da emigração, eram trabalhadores familiares e integravam o sector agrícola como principal ocupação, seguido dos serviços domésticos e da construção civil. No país de acolhimento os inquiridos orientam-se para o segmento secundário do mercado de trabalho. Assim a ocupação profissional com maior preponderância no género masculino é a construção civil, concentrando-se os inquiridos entre os 20 e os 49 anos. Quanto às mulheres, é claramente o sector dos serviços domésticos a englobar maior número, correspondendo estas também predominantemente às faixas etárias dos 20 aos 49 anos.

Os inquiridos revelaram visíveis melhorias no que concerne ao seu poder de compra e nível de vida no país de acolhimento, em comparação com a respectiva situação antes de emigrarem.

Após o regresso, muitos inquiridos, de ambos os géneros, vivem na situação de reformado (123 indivíduos), enquanto outros vivem dos rendimentos auferidos no país de acolhimento, trabalham por conta de outrem ou tornaram - se patrões, sendo este

último estatuto, relativamente à situação na profissão, a mudança mais significativa encontrada, com as consequentes implicações económico-sociais. Apresentando valores residuais, encontramos situações de desemprego após o regresso.

Assim e relativamente ao país de acolhimento, confirmamos a existência de mobilidade social ascendente, em virtude da mudança de estatuto e de *situs* no quadro das classificações sociais, com melhorias socio-económicas significativas.

Inserindo na análise a idade do regresso, concluímos que a situação de patrão se encontra nas faixas etárias dos 20 aos 49 anos, e a de reformado começa a apresentar valores relevantes a partir dos 40 anos. Realça-se ainda o número considerável de inquiridos, no intervalo dos 20-39 anos, a trabalhar por conta própria.

A ocupação profissional do ex-emigrante, após o regresso, é claramente a agricultura, seguindo-se os serviços domésticos, o sector da construção civil e o comércio, tornando-se evidente uma certa mobilidade intersectorial do ex-emigrante, relativamente às ocupações exercidas antes de emigrarem. O impacto do retorno sobre a dinâmica económica concelhia diminui em razão da idade avançada de uma grande parte dos emigrantes aquando do regresso, da baixa escolaridade e, principalmente, da inclusão no sector primário, o que reflecte, na generalidade dos inquiridos, baixo investimento em capital humano no país de acolhimento.

O ex-emigrante revela uma clara preocupação em viver do aforro/reforma conseguidos na emigração e menor apetência pelo investimento. À medida que a idade vai avançando, a opção pela agricultura vai também aumentando, enquanto que a construção civil vai diminuindo. O comércio, sector de actividade que proporciona alguma autonomia e prestígio social e maior segurança e estabilidade económica, aumenta na proporção inversa da idade, associado a maior espírito empreendedor. Os ex-emigrantes inquiridos incorporam não só as remessas económicas, mas também as sociais, nas suas terras de origem, impulsionando estas alguma mudança.

A maioria dos emigrantes regressados, após a chegada e actualmente, considera “razoáveis” o seu poder de compra e nível de vida, seguindo-se (com valores ainda bastante relevantes) os inquiridos que afirmaram ter um poder de compra e nível de vida entre bom e excelente. Este item demonstra claramente que o objectivo principal da emigração (melhores condições económicas) foi cumprido.

Após o regresso, a maioria dos inquiridos não visita o país de acolhimento. Os que o visitam integram o escalão etário superior a 50 anos e fazem-no, pelo menos uma vez por ano, por motivos familiares, assistência médica e reforma.

Sendo Boticas um concelho de tradição migratória, os residentes habituais (re)integram com naturalidade as pessoas que haviam partido.

Os ex-emigrantes, relativamente à sua reinserção local, referem o predomínio de problemas relacionados com a assistência médica, alguma dificuldade de (re)adaptação ao mundo rural e a falta de emprego. Apenas um número residual de inquiridos não encontraram problemas de reinserção no espaço geográfico que escolheram para o seu regresso.

A integração nas estruturas sociais pré-existentes do local de chegada pressupõe um ajustamento às regras e valores vigentes. Observamos um certo envolvimento/empenho dos ex-emigrantes na vida política local. A ocupação de cargos políticos demonstra claramente que os homens apresentam uma maior intervenção no poder local do que as mulheres.

A inexistência prática de políticas integradas de desenvolvimento rural, com destaque para a falta de investimento em infra-estruturas locais, de criação de parques industriais em colaboração com o Município, assim como a escassez de centros de formação profissional, tem levado os ex-emigrantes a depositar as suas poupanças no banco, não sendo potenciada a capacidade de mobilização/investimentos destes, inibindo-os de se constituírem como agentes de desenvolvimento local. Assim e à semelhança dos resultados obtidos por Massey et al. (1994), os emigrantes de regresso, quando questionados sobre a aplicação de investimentos futuros, na sua maior parte e independentemente do género, referem não ter poupanças. Dos inquiridos, a maioria não pensa investir devido à idade avançada, outros devido à falta de incentivos e apoios, tendo alguns referido a falta de mercado.

Há, claramente, uma introdução de novos hábitos por parte dos emigrantes regressados, introduzindo uma certa urbanidade local.

As principais inovações introduzidas a nível local pelos ex-emigrantes, após o regresso e independentemente do género, prendem-se com a habitação, hábitos alimentares, formas de vestir, relações pessoais e tempos livres e, quanto à agricultura,

a introdução de equipamentos novos, novos processos de trabalho, novas formas de produção e novas matérias-primas. Os inquiridos de faixas etárias mais jovens revelam um maior espírito inovador/empreendedor.

Quanto às perspectivas de desenvolvimento do local de origem dos emigrantes regressados, estes, independentemente do género e/ou idade revelam um certo conformismo e alguma descrença.

Os emigrantes regressados indicaram a existência de grandes carências locais, solicitando, por ordem prioritária, as seguintes ajudas: assistência médica, subsídios, facilidades para a conclusão dos estudos dos filhos, facilidades administrativas, empréstimos a taxas bonificadas, apoio técnico e informação sobre a aplicação de algumas poupanças e escoamento dos produtos agrícolas. Na opinião dos inquiridos, a implementação/desenvolvimento de qualquer tipo de empresas, seriam de grande importância para fixar/atrair a população do concelho, destacando as empresas ligadas a produtos agrícolas, produção do fumeiro, turismo rural e agricultura biológica. Consideram, por ordem de prioridade, que a criação de emprego, a melhoria dos acessos viários e facilidades bancárias, dariam um novo impulso às condições económicas de todos os habitantes do território em estudo.

Através das entrevistas por nós ministradas aos empresários emigrantes regressados, concluímos que o dinamismo empresarial tem feito renascer alguns mercados locais, gerando, inclusive, o aparecimento de outras actividades. Estes empresários apresentam formação diversificada adquirida no país de imigração, confirmando-se o estudo de Schurkens (2000) ao considerar que os emigrantes com melhores níveis de educação apresentam maior grau de empreendedorismo, aquando do regresso à sua terra natal.

As empresas apresentam forma jurídica em nome individual, estrutura familiar em termos de capital social e quanto à composição dos recursos humanos. As empresas são de pequena dimensão, com baixo volume de vendas mas, na generalidade, com evolução positiva. As empresas revelam escasso apoio institucional. A origem do capital-social provém essencialmente da poupança. Os empresários em geral desconhecem as vantagens e o impacto que os fundos estruturais têm tido no concelho em estudo. Segundo os empresários inquiridos, o impacto das suas empresas a nível

local é geralmente positivo, reflectindo alguma criação de emprego, de riqueza e de sinergias locais. Consideram, como entraves ao desenvolvimento local, o constante despovoamento, a escassa rede viária, o débil marketing territorial, a falta de mão-de-obra especializada e de emprego, os baixos salários praticados, a burocracia, a insuficiente informação quanto ao acesso ao financiamento através dos fundos comunitários.

Segundo os inquiridos, as potenciais oportunidades de desenvolvimento para as empresas locais baseiam-se essencialmente em incentivos fiscais, proximidade fronteira, ambiente natural e mão-de-obra barata. As estratégias de dinamização da economia local passará pela implementação de pequenas e médias indústrias ligadas à horticultura, à madeira, à produção de carnes regionais, pela criação de uma cooperativa agrícola para escoamento de produtos locais, pelo fomento do turismo, revitalização da floresta e pela captação da energia eólica.

1.1.3. O emigrante presente/recente, enquanto actor do desenvolvimento

A residência em França representa o traço principal e preponderante para os filhos dos emigrantes inquiridos. Os países que se evidenciaram na residência dos filhos coincidem naturalmente com aqueles que mais se destacaram na residência dos inquiridos. A maior parte dos filhos dos inquiridos obtém a escolaridade no país de acolhimento/nascimento, concluindo predominantemente níveis de ensino secundário e superior. Constatamos que, na grande maioria, os filhos dos inquiridos não frequentaram qualquer tipo de ensino de língua portuguesa. Para aqueles que tiveram acesso a este tipo de ensino, este foi ministrado por várias instituições, das quais se destaca o Ensino Privado e Particular.

A progressão profissional e o percurso laboral dos emigrantes são geralmente o ponto de ancoragem sobre o qual se apoiam os seus projectos, as suas aspirações sociais ou mesmo a simples prossecução das condições económicas mínimas para a sua sobrevivência e das famílias. Evidenciamos que o percurso migratório teve repercussões importantes nas profissões exercidas pelos inquiridos, registando-se mobilidade social horizontal, uma vez que estes, maioritariamente ligados à agricultura por conta de outrem em Portugal, integram no país de acolhimento principalmente funções de assalariados dependentes na construção civil, no comércio e na hotelaria.

No entanto e corroborando o estudo de Portes (1999), no respeitante ao enclaves étnicos, alguns inquiridos impõem-se no país de acolhimento, com algum empreendedorismo, exercendo actividades por conta própria, constituindo o auto-emprego uma alternativa ao mercado de trabalho secundário, promovendo este a incorporação do emigrante no país de acolhimento e a mobilidade social, com fortes benefícios para os seus descendentes.

Constatamos a preferência pela vivência do presente, optando geralmente por ordenados elevados em detrimento do investimento na sua valorização profissional.

O conhecimento da realidade do país de acolhimento por parte dos primeiros migrantes tem conduzido a vagas migratórias posteriores. Confirmam-se os resultados teóricos de que as redes migratórias, uma vez iniciadas, auto-sustentam-se. As razões da emigração são económicas (desemprego, remuneração ou outros), seguidas da presença de familiares no país de imigração. Mobilizados pelas crescentes inovações tecnológicas nos transportes e comunicações, são grandes as interdependências entre os países de origem e os de acolhimento. A maior parte dos inquiridos, manifestando uma forte ligação sentimental às suas origens, visitam Portugal pelo menos uma vez por ano, a fim de conviverem com os seus familiares e amigos e dedicarem-se a actividades lúdicas e de lazer. Os emigrantes têm aprendido a gerir, com a ajuda das redes sociais, o espaço transnacional como uma forma de contornar os obstáculos. Refutamos a perspectiva tradicionalista da teoria das migrações, quanto aos modos de incorporação dos imigrantes, ao defender a assimilação destes no país de acolhimento, cortando os laços de ligação à sua terra natal. Constatamos que os inquiridos fornecem remessas para a sociedade de origem e um fluxo de capital humano para a sociedade acolhedora. Quase metade dos inquiridos admitiram enviar dinheiro para Portugal, essencialmente para investimento imobiliário e para itens de consumos (férias, viagens, turismo). Os indivíduos que revelaram maior pretensão ao envio de dinheiro para Portugal são os do escalão etário superior a 36 anos, os sujeitos que permanecem há mais tempo na situação de emigrantes e os com o primeiro Ciclo do Ensino Básico, diminuindo as remessas à medida que aumentam as habilitações literárias. A ligação à origem e os

consequentes laços, quer afectivos, quer familiares ou outros, têm um peso relativo na decisão de utilizar, para fins diversos, os rendimentos obtidos no percurso migratório.

O estatuto da dupla cidadania parece influir negativamente no envio de capitais para Portugal. Dos mono-cidadãos, 43,4% afirmam ter já esta prática, contra apenas 28,3% dos duplos cidadãos.

Os percursos emigratórios também levantam questões referentes a temas como a lealdade ou a pertença, uma vez que os emigrantes acabam por ter uma vivência prolongada no país de acolhimento, mas com frequentes visitas a Portugal. Dos inquiridos, 62% sentem-se mais ligados ao país de origem, apresentando, como justificação, o patriotismo, o afecto e a identificação com Portugal. Por outro lado, em 38% dos casos, a lealdade recai sobre o país de imigração, com uma motivação relacionada com aspectos práticos da vida e do quotidiano, tais como, melhores condições de vida ou de trabalho e ainda a duração de estadia. Para o subconjunto diferenciado da nossa amostra, os lusodescendentes apresentam maior lealdade para com o país de acolhimento/origem, servindo a terra dos seus progenitores como suporte simbólico à sua identidade e local de lazer para férias. Para justificar o sentimento de pertença, sobressai o nascimento e a origem como vector principal de ligação ao país escolhido, seguindo-se a duração de estadia e a vivência no país de origem.

Do total dos inquiridos, a maior parte declarou a intenção de regressar às origens, provavelmente até ao ano de 2012.

O desejo de regresso a Portugal também é relativamente maior para os mono-cidadãos do que para os duplos. Esta distribuição pelo estatuto da cidadania parece explicar a trajectória de vida dos inquiridos e da aquisição de uma outra cidadania como um vector de grande importância para a fixação dos sujeitos no país de acolhimento. A nacionalidade e os aspectos associados a esta são factores a ter em conta na integração duradoura e permanente dos indivíduos nas suas trajectórias migratórias.

Os inquiridos, na sua maior parte, perspectivaram os meios económicos como o maior obstáculo ao regresso, quer em razão dos custos do regresso ou da instalação em Portugal, quer da obtenção de uma situação profissional favorável ou equivalente àquela que detém no estrangeiro.

Torna-se necessário fomentar, no concelho em estudo, actividades económicas e o investimento público, indutores de desenvolvimento local. O desenvolvimento de actividades económicas estimula a fixação da população. São áreas a considerar: turismo - nas suas várias modalidades; o fomento de actividades terciárias, através do incentivo à fixação de empresas; a credibilização do ensino profissionalizante, dirigido às necessidades locais e orientado para o mercado de trabalho local; a infra-estruturação e a disponibilidade de serviços públicos nas proximidades, sendo que a implementação/ligação a Universidades ou Politécnicos constituem exemplos expressivos; melhorar as acessibilidades e as tecnologias de informação, como importantes factores de competitividade para a região.

Na hipótese de um eventual regresso, a maior parte dos inquiridos não pretende manter qualquer tipo de actividade profissional. Para aqueles que o pretendem, as actividades mais relevantes são o comércio e a actividade agrícola, desenvolvidos por conta própria. As intenções de investimento manifestadas, estão directamente ligadas ao desejo expresso em permanecer na vida activa após o regresso. Quando questionados sobre a aplicação de medidas de auxílio no regresso, os inquiridos afirmaram que o Estado e a Câmara deverão ser a fonte de tais medidas, sendo que uma parte significativa dos inquiridos revela desconhecimento da fonte ou da matéria que estas medidas deveriam englobar.

O problema da integração do emigrante está implícito na sequência do processo migratório: na origem, porque são os processos de desintegração, tanto no plano social como sistémico, que favoreceram o fluxo emigratório; no destino, está subjacente um trabalho de adaptação ao novo meio que os recebeu, sendo as redes que suportaram a sua deslocação a principal alavanca da adaptação, prolongando a sua existência no destino. Os emigrantes em estudo movem-se no espaço inter-fronteiras internacionais e entre culturas e sistemas sociais, adoptando estratégias de vida com reconhecimento de múltiplas afiliações e identidades. Envolvem-se na construção da nação de mais que um Estado.

Dos inquiridos, alguns já exerceram cargo político em Portugal. Os emigrantes inquiridos são membros de uma associação tanto no país de origem como no país de acolhimento, com destaque para as associações de cariz desportivo, sendo as associações culturais o segundo tipo mais representado. Verificamos uma menor participação dos inquiridos em associações no país de origem. Concluimos assim que a residência acaba por ter importância no associativismo activo dos emigrantes e que a presença e a participação determinam, de alguma forma, as expressões e os contextos em que este se desenvolve. Porém, a pertença dos emigrantes a associações na sua terra natal, para além de ajudarem a manter laços de ligação transnacional, assumem geralmente o papel de motores de desenvolvimento, tornando-se os emigrantes transmissores de conhecimentos, investidores e garantes de bem-estar no local de origem.

A filiação partidária dos inquiridos é extremamente baixa, quer no país de acolhimento quer em Portugal. O tipo de eleições em que os inquiridos participam apresenta também, em ambos os países considerados, distribuições muito semelhantes. As eleições mais participadas são as autárquicas e as menos as legislativas. No que concerne ao exercício do direito de voto em Portugal, por parte dos inquiridos, concluimos que, no escalão etário mais baixo, os sujeitos tem uma participação política inferior aos restantes escalões etários observados. A nacionalidade dual mantém a presença dos emigrantes em estudo no exterior, mas com ligação à sua terra natal. Os mono-cidadãos exercem o direito de voto no país de origem com mais frequência que os duplos. O estatuto de dupla cidadania afasta um pouco a relação dos sujeitos, com o seu país de origem no atinente ao exercício de voto, pois esta diferenciação não existe noutras formas de participação, sendo fraca tanto para os mono como para os duplos. No caso do exercício de voto no país de acolhimento, verifica-se que não existe qualquer diferenciação significativa do estatuto de dupla cidadania dos inquiridos.

1.2. Status quo da intervenção territorial local

O despovoamento dos pequenos aglomerados rurais em estudo, devido essencialmente ao contínuo fluxo emigratório e à lenta mas progressiva concentração de população na sede concelhia, traduz uma significativa transformação das formas de

ocupação e estruturação do território no período em apreço. Como já referido, observamos o dinamismo de alguns sectores de actividade e uma melhoria da qualidade de vida da população residente. Importa, no entanto, relevar os principais problemas estruturais locais que se constituem como a causa e o efeito da incapacidade de atrair/fixar população e de valorizar eficazmente os recursos e as actividades económicas locais – fortes condicionantes do processo de desenvolvimento -, a fim de ajustar-se a intervenção pública. Os principais problemas estruturais locais são os seguintes:

- Acentuado declínio demográfico e um rápido envelhecimento populacional;
- Fracas acessibilidades inter-regionais e intra-regionais;
- Insuficiente capacidade de inovação/empreendedorismo;
- Mão-de-obra pouco qualificada;
- Desemprego e deficiente formação profissional;
- Contínuo surto emigratório.

Torna-se necessária a intervenção de políticas territorializadas, com a inclusão da informação sobre o que se fez ou se tem feito noutros territórios, objectivando o progresso económico e social. Estas políticas territorializadas não se devem direccionar para o “localismo” ou isolamento autocentrado e/ou auto-suficiente, mas, ao contrário, devem basear-se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas, criando condições sociais e económicas para a produção e atracção de novas actividades, numa perspectiva de economia aberta, através da cooperação entre os seus actores. A aplicação de soluções passa pela cooperação entre as instituições, por parcerias com os agentes de desenvolvimento económico e social e pelo envolvimento activo do tecido empresarial e da população em geral. Posto em prática e com eficiência, o Programa de Desenvolvimento Rural para 2007-2013 (definido pela Comissão Europeia para os 25 Estados Membros - a nível nacional a cargo do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Cap. IV), poderá certamente corrigir a exclusão que o território em estudo tem sofrido, bem como os desequilíbrios ecológicos provocados pelas sucessivas transformações da vida económica e social.

Torna-se necessária ainda uma maior eficiência da administração pública (escolas, centros de saúde, institutos públicos) a nível das freguesias que integram o espaço em estudo, bem como de todos os serviços de proximidade.

Corroboramos a questão inicial de que a dinâmica emigração/regresso tem-se constituído como importante fonte de desenvolvimento económico-social local. Constituem também agentes de desenvolvimento local, cuja acção, no cômputo geral, carece de intervenção territorial: 1) A Câmara Municipal (porque dotada de autonomia administrativa e financeira); 2) as Juntas de Freguesia (devido ao conhecimento mais real do território onde estão inseridos e das próprias necessidades da população); 3) as Associações de Desenvolvimento Rural (Associações de Municípios), Associações Industriais, a ProBarroso - Agência de Desenvolvimento Local,(potencial meio de promoção de acções de formação e apoio à concepção de candidaturas a projectos financiados pela U.E., da troca de experiências entre agentes e do *Know-how* e de eficiente enquadramento de tecnologias de informação e comunicação (TIC)), e as 4) Associações Locais de Produtores, reunindo interesses privados quanto a produções específicas (certificação de produtos).

Cabe em particular aos órgãos políticos locais: (a) Potenciar o papel dos ex-emigrantes e dos emigrantes actuais, enquanto agentes para o desenvolvimento, promovendo o seu envolvimento nos projectos de financiamento e de execução transnacional, e favorecendo um ambiente inovador; (b) Dotar a população das prerrogativas necessárias ao desenvolvimento (informação, acesso ao crédito e ao microcrédito, melhorar a eficiência do sistema educativo e/ou formação profissional direccionada para oportunidades locais – importantes factores a montante da inovação); (c) Fomentar o espírito empreendedor local, o sentido do risco e a criatividade, enquanto instrumentos de desenvolvimento e consequentes incentivos ao regresso dos emigrantes.

Torna-se necessário que os órgãos políticos locais: estimulem o crescimento do microempreendedorismo, capitalizando a proximidade de actores em forma de aptidão e comportamentos ao desenvolvimento de recursos existentes, a transmissão e a acumulação de saberes e de conhecimentos vinculados à actividade económica;

proporcionem financiamento (principalmente para o *start-up*), prestem serviços de assistência técnica, marketing ou comercialização; construam as infra-estruturas necessárias; motivem os potenciais empresários para a criação da sua própria empresa, através de campanhas específicas; melhorem a oferta e a qualidade da informação sobre as oportunidades/diversificação de mercado existentes, os serviços disponíveis e o apoio financeiro.

O financiamento das iniciativas locais e empresariais, de carácter público ou privado, constituirá obviamente um dos pontos centrais da estratégia de desenvolvimento e uma prioridade para que os projectos possam ser realizados. A potencial associação e cooperação entre os agentes públicos e privados facilitará o surgimento de sinergias, favorecerá a coordenação de iniciativas competitivas e o contacto entre agentes interessados no desenvolvimento local, reduzirá os conflitos, aumentará a participação nos custos e, principalmente, promoverá o aumento dos recursos financeiros.

Os acordos de cooperação quanto à distribuição do produto constituem uma estratégia organizativa, ampliando e diversificando o acesso aos mercados, constituindo-se, inclusive, como forma, a internacionalização das pequenas e médias empresas, com redução de custos e uma política de preços que devem complementar-se com outros acordos, numa visão estratégica global. Os acordos para o desenvolvimento de produção conjunta e de pesquisa são também formas de organização inovadoras.

1.3 Limitações do estudo e futuras investigações

Como todos os estudos, esta investigação apresenta algumas limitações. Desde logo centra-se no facto de que a realidade social em estudo é de tal forma complexa que seria impossível, ou pelo menos inatingível, abordar, no período de tempo disponível para esta investigação, todos os aspectos que a caracterizam. Por outro lado, as opções metodológicas assumidas acarretaram tanto potencialidades como riscos, não nos parecendo, contudo, ter prejudicado a pertinência e importância dos objectivos principais. Apesar da validade das conclusões alcançadas e relacionadas, acima de tudo, com a robustez dos princípios teóricos produzidos e com a sua lógica e coerência internas, a aplicabilidade deste trabalho a outras regiões rurais periféricas está condicionada à presença de um conjunto de circunstâncias idênticas ao contexto aqui

estudado. Uma forma de ultrapassar esta dificuldade, em futuras investigações, é proceder-se a mais estudos de caso e à respectiva comparação com territórios rurais dinâmicos, contribuindo assim para o conhecimento de novas dimensões de ruralidade.

Podem-se levantar as seguintes questões:

- 1 – Quais as razões que explicam o dinamismo de certas regiões rurais e o declínio de outras?
- 2 – Em que medida se assemelham ou diferem?
- 3 – Quais as estratégias seguidas e que tipo de inovações promovem?
- 4 – Qual a sua relação e *status quo* no contexto local e global?
- 5 – Qual o papel /impacto dos centros urbanos na dinamização das regiões rurais?
- 4 -Qual a acção das Universidades na formação de redes territoriais de desenvolvimento?

Como etapa, a presente investigação chega naturalmente ao seu termo. Porém, como algo de vivo, o seu conteúdo deverá ser continuamente acrescentado, alterado e debatido. Possa ser essa uma das suas finalidades. Seria, por certo, a prova exacta da sua força e da sua pertinência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acheson, Julianna (1993) “Le retour au pays: Vision ethnographique en milieu rural dans le Nord-Est du Portugal“, in *Vers un ailleurs prometteur... L’émigration, une réponse universelle à une situation de crise ?*. Paris, Cahiers de L’Institut Universitaire D’Études du Development, Presses Universitaires de France, pp. 335-347.

Adams, W. A. (1995) – "Green development theory: Environmentalism and sustainable development", In J. Crush, Editor, *Power of development*, Routledge, London.

Albarello, L., Digneffe, F. Hiernaux, J. P. Maroy, C. Ruquoy, D. e Saint-Georges P. (1997) *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.

Alberts, J. (1977) *Migración hacia áreas metropolitanas de América latina: un estudio Comparativo*, Santiago, CELADE.

Almeida, C., **Barreto**, A. (1976) *Capitalismo e emigração em Portugal*, Lisboa, Prelo Editora.

Barreto, António (coord), (2000) *A Situação Social em Portugal 1960-1999 – indicadores sociais em Portugal e na União Europeia*, vol. II, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Almeida, J. (1999) *Agricultura nos processos de desenvolvimento*. Debates. Perspectivas de Desenvolvimento do interior, Lisboa, INCM, pp.23-30.

Almeida, Onésimo Teotónio (1987) *L (USA)lândia: a décima ilha, Angra do Heroísmo*, Direcção de Serviços de Emigração.

Amaro, R. Roque (1984) “Reintegração em Portugal do ex-emigrante“ (Cap. 4), in SILVA, M.; [et al.] (1984) *Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal*, Lisboa, IED, pp. 111-162.

Amaro, R. Roque (1984b) “Retorno, emigração e desenvolvimento regional” (Cap. 5), in SILVA M. [et al.] (1984); *Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal*. Lisboa, IED, pp. 163-234.

Amaro, R. Roque (1985) – “Reestruturas demográficas, económicas e socioculturais em curso na sociedade portuguesa: O caso dos emigrantes regressados”, in *Análise social*, Vol. XXI (87-88-89), 3º, 4º, 5º, pp. 605-677.

Anido, Nayade e F., Ruben (1978) *l'Émigration Portugaise. Présent et Avenir*, Paris, Presses Universitaires de France.

Appleyard, R. (2001) “International Migration Policies: 1950-2000”, *International Migration Quarterly Review*, vol. 39, nº 6, Special Issue, 2/2001, pp. 7-20.

Armstrong, H. W. (1995) “Na Appraisal of the Evidence from Cross-Sectorial Analysis of the Regional Growth, Process Within the European Union”, in H. W. Armstrong e R. W. Vickerman (eds.), *Convergence and Divergence, among European Regions*, London, Pion.

Armstrong, Harvey e Taylor, Jim (2000) *Regional Economics and Policy*, 3ª edição, Blachweel Publishers, Oxford, pp. 252-302.

Arroteia, J. Carvalho (1983) *A emigração portuguesa. Suas origens e distribuição*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Arroteia, J. Carvalho (1985) “Aspectos recentes da emigração portuguesa” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 15/16/17, Maio.

Arroteia, J. Carvalho (1993) *A emigração portuguesa – suas origens e distribuição*, Lisboa, Livraria Bertrand, col. Biblioteca Breve, vol. 79.

Arzent, A. Esposti, R. et al. (2002) “European Policy Experiences with Rural Development”, Associazione Alessandro Bartola, *European Association of Agricultural Economists*, wissenschaftsverlag Vauk Kiel K. G.

Basch, Linda et al. (1994) *Nations unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments, and Deterritorialized Nation States*, Utrecht, Gordon and Breach Publishers.

Badshah e Jha (2002) “Taking the expansive view: from access to outcomes”, Retrieved from <http://www.digitalpartners.org>.

Baganha, M.I. (1994) “As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional”, in *Análise social*, Vol. XXIX (128), 4º, pp. 950-980.

Baganha, M. Ioannis e Peixoto, J. (1996) “O Estudo das Migrações Nacionais” in J.M. Carvalho Ferreira, Rafael Marques, João Peixoto e Rita Raposo (orgs.), *Entre a economia e a sociologia*, Oeiras, Celta Editora, pp. 233 – 239.

Baily, A., Mailiat, D. (1986) *Le Secteur Tertiaire en Question – Activités de Services, Développement Economique et Spatial*, Paris, Éditions Anthropos.

Bailly and Gattrel, (1995) *Spatial Data Analysis by Example*, London, Longman.

Baptista, A. (1999) *Políticas para o desenvolvimento do interior: um contributo para o PNDES 2000-2006*, Coimbra, Estudos Regionais 2, CCRC.

Bardin, L. (1986) *L'analyse du contenu*, 8ª Edition, Paris, Presses Universitaires de France.

Barou, Jaques (1996) “Portugais d’Auvergne: D’une identité villageoise à l’autre“, *Revue d’Auvergne*, 3, pp. 147-59.

Barro, R. J. et al. (1996) “International Measures of Schooling Years and Schooling Quality”, *American Economic Review*, 86 (2), pp. 218-223.

Barro, Robert J. and Xavier Sala – i – Martin (1995) *Economic Growth*, New York, Mcgram-Hill.

Barros, Vítor Coelho, (2003) *Desenvolvimento Rural – Intervenção Pública, 1996 – 2002*, Terramar.

Bailey, Thomas e Waldinger, Roger, (1991) – “The Changing Ethnic/Racial Division of Labor” in Mollenkopf, J. e Castells, M. (eds.), *Dual City, Restructuring*, Nova Iorque, Russell Sage Foundation, pp.43-78.

Batouxas, Mariana, (sd) *O Turismo Ambiente e Desenvolvimento Regional*, Lisboa, 1º Congresso de Estudos Rurais Ambiente e Usos do Território.

Bauböck, R., (ed.), (1994) *From Aliens to Citizens: Redefining the Status of Immigrants in Europe*, Avebury, Aldershot.

Bebbington and Gray, (2001) “An account of sustainability: Failure, success and a reconceptualization”, *Critical Perspectives on Accounting*, 12, pp. 557–587.

Becker, Gary S. (1983), *Human Capital. Theoretical and Empirical Analysis, with special Reference to Education*, 2ª Ed., Chicago, The University of Chicago Press (1964).

Becker, B.K. (1986) “ A crise do Estado e a região: a estratégia da descentralização em questão”. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, vol. 48, n.1, pp. 43-62, Jan./Março.

Becker, B.K. e EGLER, (1994) *Uma nova potência regional na economia-mundo*, 2ª ed., Lisboa, Bertrand.

Becue, M. (1997) *Diseño de Cuestionários – Concepción*, Bruxelles, Universidad de Concepción, Universite libre de Bruxelles.

Bell, J. (1997) *Como realizar um Projecto de Investigação*, Colecção Trajectos, 1ª edição, Gradiva.

Benko, G.(1999) *A Ciência Regional*, Oeiras, Celta Editora.

Benko, G.; Lipietz, A. (1994) *As regiões ganhadoras. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia económica*, Oeiras, Celta Editora.

Benko, G. (2000) “La recomposicion de los espacios“, *Geographicalia*, 38, pp. 5-12.

Benko, G. (2001) "Développement durable et systèmes productifs locaux" in *Réseaux d'entreprises. Regards sur les systèmes productifs locaux*, Paris, Datar - La Documentation Française.

Bennet, Robert e Payne, Diane (2000) *Local and Regional Economic Development: renegotiating power under labour*, Ashgat Aldershot.

Berger, P. L. e Luckman, T. (1996) *The Social Construction of Reality*, Doubleday, New York.

Beriss, David (1990) “Scarves Schools and Segregation: The Foulard Affair”, *French Politics and Society*, 8, pp. 1-13.

Bhatnager Schwarese (2000), (Eds.) *Information and Communication techniques in development: cases from india*, New Delhi: Sage Publications.

Bianchi, A. M. (1983) *Mobilidade estratégia de sobrevivência*, S. Paulo, FIPE.

Bohman, M., Cooper, J., Mullarkey, D., Normile, M., Skully, D., Vogel, S., & Young, E. (1999). *The use and abuse of multifunctionality*, Washington, DC: US Department of Agriculture, Economic Research Service.

Böhning, W. R. (1983) “Elements of Theory of International Economic Migration to Industrial Nation States”, in M. Kritiz e C. Keely (eds.) *Global Trends in Migration: Theory and research on International Population Movements*, , New York, Center for Migration Studies (Cap. 3).

Böhning, R. (1991) “The ILO and the new UN Convention on Migrant Workers: the past and the future”, *International Migration Review* 25(4), pp. 698–709.

Bonanno, A. (1990) “Social and economic consequences of the EC agricultural policy” in A. Bonanno (Ed.), *Agrarian policies and agricultural systems*, Boulder, Westview Press.

Borjas, G. (1987) “Self-selection and the Earning of Immigrants”, *American Economic Review*, 77, pp. 531-533.

Borjas, G. J. (1990) *Friends or Strangers: The Impact of Immigrants on the U.S. Economy*, New York, Basic Books.

Borjas, G.J. (1996), “Labour Mobility”, in Borjas, G.J. *Labor Economics*, McGraw-Hill, Cap. 9, pp. 279-287.

Borjas, G. (1999) “The Economics Analysis of immigration”, in O. Ashenfelter e D. Card (ed.), *Handbook of Labor Economics*, North-Holland.

Borjas, G. (2000) “Economics of Migration, International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences”, *Section n° 34, Article n° 38*.

Bote Gomes, Venancio (1988) *Turismo en espacio rurale: Rehabilitation del Patrimonio Sociocultural y de la Economia local*, Madrid, Editorial Popular S. A..

Bottazi, L. e Peri, G. (2003) "Innovation and spillovers in regions: Evidence from European patent data", *European Economic Review*, 47, pp. 687-710.

Boura, Isabel et al. (1984) "The Economic Impact of Returned Emigrants: Evidence from Leiria, Mangualde and Sabugal", in *Emigração e Retorno na Região Centro*, Coimbra, CCRC, pp. 63-116.

Braga, D. Afonso (1993) *Industrialização e Desenvolvimento em Meios Rurais*, Lisboa, S.M.

Brettel, Caroline B. (1979) "Emigrar para voltar: A portuguese Ideology of Return Migration" papers in *Anthropology*, 20, pp. 1-20.

Brubaker, Rogers (1992) *Citizenship and Nationhood*, in France and Germany, Cambridge, Mass, Harvard University Press.

Bruyne, Paul; Herman, Jacques; Schoutheete, Marc (1974) *Dynamique de la recherche en sciences sociales: les pôles de la pratique méthodologique*, Vendôme, Presses Universitaires de France.

Burgess, Robert G. (1997) *A pesquisa de terreno: uma introdução*, 2ª ed. Oeiras, Celta Editora.

Buttel, F. (1994) "Agricultural change, rural society and the state in the late twentieth century — some theoretical observations" in D. Symes e A. Jensen (Eds.), *Agricultural restructuring and rural change in Europe*. Wageningen, Agricultural University.

Butterworth, Douglas (1962) - "A Study of the Urbanization among Mixtec Migrants from Tilaltongo in Mexico City", *America Indígena*, 22, pp. 257-74.

Cabral, A. (1997) “A comunicação intercultural nos imigrantes portugueses em França e seus descendentes, tese de doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela, CD-ROM.

Caldas, João Castro e Portela, João (orgs.) (2003) , *Portugal chão*, Oeiras, Celta Editora.

Calheiros, A. (2005) *Globalização e desenvolvimento local. Que futuro para os territórios desfavorecidos?*, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Católica Portuguesa, Braga, Centro Regional de Braga.

Carminda, Cavaco, (1994) *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local*, Programa das Artes e Ofícios tradicionais, D. G. D. R.

Cárter, R. and H. Van Auken, (1990) “Personal Equity Investments and Small Business Financial Difficulties” *Entrepreneurship Theory and Practice*, 14, pp. 51-60.

Carvalho, L. (2000) *Políticas de desenvolvimento em regiões desfavorecidas – o caso de Portalegre*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Carrilho, Maria José (1993) “O Processo de Envelhecimento em Portugal: Que Perspectivas...?”, *Revista Estudos Demográficos* nº 31, Lisboa, INE, pp.24-36.

Carrilho, Maria José (2002), *Evolução Demográficos no período intercensitário 1991-2001*, Portugal, INE.

Castles, Stephen (1989) *Migrant and transportation of western societies*, Cornell University, Occasional Paper nº 22.

Castles, Stephen, (1993) “Migrations and Minorities in Europe, Perspectives for the 1990s: Eleven Hypotheses”, in John Wrench and John Solomos, eds., *Racism and Migration in Western Europe*, Oxford, Berg Publishers, pp. 17-34.

Castles, Stephen, (1999) *A Sociedade em Rede*, São Paulo, Paz e Terra.

Castles, Stephen (2005) *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios dos Trabalhadores Convidados às Migrações Globais*, Lisboa, Edições Fim de Século.

Castles, S. e Miller, M. J. (1998) *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*, Londres, Macmillan.

Castles, S. e Davidson, A. (2000) *Citizenship and Migration: Globalisation and the Politics of Belonging*, Londres, Macmillan.

Castro – Almeida, C. (1989) – “L’immigration et espaces de mobilité en Europe: le cas de l’immigration portugaise en France”, *Espaces et Sociétés*, nº 54-55, pp.85-115.

Cavaco, Carminda (coord.) (1988) *O Futuro do Mundo Rural*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, (Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas, 1988 – resumo introdutório).

Cavaco, Carminda (coord.) (1999) *Desenvolvimento Rural Desafio e Utopia*, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, (Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas, 1988 – resumo introdutório).

Cepeda, F. J. (1991) *Emigrantes regressados e desenvolvimento no nordeste interior português*, Série Estudos (17), Bragança, Edição do Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior Agrária.

Chevallier, P. (2001) “Dynamiques tertiaires de l’espace rural”, tese de doutoramento referenciada em *Revue d’Économie Régionale et Urbaine*, 3, pp. 510-514.

Chiswick, Barry R. (1978) – “The Effect of Americanizations on the Earnings of foreign – Born Men”, *Journal of Political Economy*, 86, pp. 897-921.

Chriswick, B. (2000) “Are Immigrants Favorably Self-Selected?”, in C. Brettal e J. Hollifield (ed.), *Migration Theory – Talking across Disciplines*, London, Routledge.

Cohen, R. (1997) *Global Diásporas – An Introduction*, London, UCL Press.

Cohen, R. (1997b) *Theories of Migration*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing Limited.

Comissão de Coordenação da Região Norte (1991) *A gestão do Território e do Ambiente: a Intervenção das comissões de coordenação regionais*, Porto, Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

Comissão Europeia (1997) *Agenda 2000: Para uma União Reforçada e Alargada*, Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.

Comissão Europeia (1997b) “Introduction and approach” in *The EU Compendium of Spatial planning systems and policies: Regional Development studies*, SPOCE, regional policy and cohesion, Luxembourg.

Comissão Europeia (2000) *Sexto Relatório Periódico Relativo às Regiões*, Luxemburgo, OPOCE, pp. 19-33.

Comissão Europeia (CE) (2000b) *Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu relativa a uma Política da Comunidade em Matéria de Imigração*, COM (2000), Bruxelas, 757 final.

Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu (2002) *Revisão Intercalar da PAC*, Bruxelas.

Comissão Europeia (CE) (2004b), *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões:*

Primeiro Relatório Anual em Matéria de Migração e de Integração, COM (2004), Bruxelas, 508, final.

Condesso, Fernando dos Reis (2004) *Ordenamento do Território – Administração e Políticas Públicas Direito Administrativo e Desenvolvimento Rural*, Lisboa, ISCSP.

Conim, C. (1984a) “Emigrantes portugueses: O regresso 1960-1984”, in *Revista do Centro de Estudos Demográficos* (26). INE pp 77-125.

Conim, C. (1984b) “Caracterização do fluxo de retornos, 1960-70” (Cap. 1). in SILVA, M. [et al.] – *Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal*. Lisboa, IED, pp 27-61.

Considini, M. (2005) "Partnerships, relationships and networks: understanding local collaboration strategies in different countries" in *OECD Local governance and the drivers of growth*, Paris, OECD.

Cordeiro, Albano (1993) “La communauté portugaise de France”, in Nizza da Silva, Baganha, Maranhão e Pereira (orgs.), *Emigração/imigração em Portugal: Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX e XX)*, Lisboa, Fragmentos.

Cordovil, Francisco (1997) *Desenvolvimento Rural e Conservação do campo*, Centro de Estudos sobre mudanças sócio-económica, Vila-Real, UTAD.

Cornelius, Wayne A. (1998) “The Structural Embeddedness of Demand for Mexican Immigration Labor: New Evidence from California”, in Marcelo M. Suárez – Orozco, ed., *Crossings: Mexican Immigration in Interdisciplinary Perspectives*, Cambridge, Mass, Harvard University Press.

Covas, António (2003) *Ajustamento, diversidade e desenvolvimento*, D.G.D.R., colecção de estudos e análises.

Covas, António (2004) *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural*, Lisboa, Edições Colibri.

Costa, Manuel da Silva e Neves, José Pinheiro (coord.) (1999) *Autarquias Locais e Desenvolvimento*, Porto, Ed. Afrontamento.

Cummins, P. (1990) “Restructuring agriculture in advanced societies: Transformation, crisis and responses” in T. Marsden, P. Lowe, e S. Whatmore (Eds.), *Rural restructuring: Global processes and their responses*. London, David Fulton Publishers.

Cristóvão, Artur (1999) “Para a valorização dos recursos naturais do Vale do Douro”, in *Douro, Estudos e Documentos* Vol. IV (8), p. 22.

Davidson, A. e Weekley, K. (eds.) (1999) *Globalization and Citizenship in the Asia – Pacific*, Londres, Macmillan.

Davidsson, P. et al. (2003) “The Role of Social and Human Capital Among Nascent Entrepreneurs”, *Journal of Business Venturing* 18, pp. 301-331.

Deverre, C., (1995) “Social implications of agro-environmental policy in France and Europe”, *Sociologia Ruralis* 35 (2), pp. 227–247.

Dimara, E., Petrou, A. e Shuras, D. (2003) “The sócio-economics of niche market creation – A social ecology paradigm for the adoption of organic cultivation in Greece”, *International Journal of Social Economies*, 2003, 30, 3, pp. 219-235.

Dinis, L. Anabela (2004) *Empresarialidade em Meios Rurais e Periféricos*, tese de doutoramento, Univ. da Beira Interior.

Diniz, Francisco (2006) *Crescimento e Desenvolvimento Económico – modelos e agentes de processo*, Lisboa, Edições Sílabo.

Domar, Evsey D. (1957) *Essays in the Theory of Economic Growth*, Oxford, Oxford University Press.

Doloreux, D (2004) "Regional innovation systems in Canada: a comparative study", *Regional Studies*, 38(5), pp. 479-492.

Domingues, A. (1998) *O Desenvolvimento do Interior – Debates. Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*, Lisboa INCM, pp. 69-74.

Domingues, A. (2001) "A Paisagem Revisitada", *Revista Finisterra XXXVI,7* , pp.55-66.

Donckels, R. and J. Lambrecht, (1995) "Networks and Small Business Growth: An Explanatory Model", *Small Business Economics* 7, pp. 273-289.

Donella H. Meadows, (1972) *Os limites do crescimento*, Lisboa, Ed. Dom Quixote.

Donnan Hastings and Pnina Werbner, eds. (1991) *Economy and Culture in Pakistan: Migrant and Cities in a Muslim Society*, New York, St. Martin's Press.

Dosi, G. (1984) *Technical Change and industrial transformation*, Londres, Mcmillan.

Dubet, F. e Lapeyronnie, D. (1992) *Les quartiers d'exil*, Paris, Seuil.

Dubini, P. and H. E. Aldrich (1991) "Personal and Extended Networks are Central to the Entrepreneurial Process", *Journal of Business Venturing* 6, pp. 305-313.

Dubresson, A. ; Fauré, Y.-A. (2005) "Décentralisation et développement local: un lien à repenser", *Revue Tiers Monde*, t. XLVI, n° 181, janvier-mars, pp. 7-20.

Durkheim, Emile (1964) *The Division of Labor in Society*, New York, Free Press.

Easton, Geoffrey (1995) – “Metodology and Industrial Networks“, em Moller, Kristian e Wilson, David (ed.), *Business Marketing: An interaction and Network Perspective*, London, Kluwer Academic Publishers.

Esteves, M. do Céu (Org.) (1991) *Portugal, país de imigração*, Caderno nº 22, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

European Commission (1997) *7th Annual Report on the Structural Funds 1995*, Brussels.

Everett and Neu, (2000) “Ecological modernization and the limits of environmental accounting?”, *Accounting Forum* 24, (1), pp. 5–29.

Fagerberg, J. (1994) “Technology and international differences in growth rates”. *Journal of Economic Literature*, v. 32, nº 3.

Faissol, S., et al. (1978) *Tendências actuais na Geografia Regional: teorização e quantificação*, Rio de Janeiro, IBGE.

Feio, P. Areosa (coord.) (2000) *Serviços de proximidade. Caracterização e perspectivas de evolução*, Lisboa, IEFEP.

Feldman – Bianco, Bela (1992) “Multiple Layers of Time and Space: The Construction of Class, Ethnicity and Nationalism among Portuguese Immigrants”, in Nina Glick Schiller, Linda Basch and Cristina Blanc Szanton, eds., *Towards a Transnational Perspective on Migration: Race, Class, Ethnicity and Nationalism Reconsidered*, Vol. 645, New York, Annals of the New York Academy of Sciences, 34.

Fernandes, António José (1995) *Métodos e Regras para a Elaboração de Trabalhos Académicos e Científicos*, Porto, Porto Editora.

Rato, Helena e Ferreira, Eduardo (2000) *Uma Migração de Sucesso: Os Portugueses em França*, Lisboa, CEDEP.

Carmo Hermano e Ferreira, Malheiro (1998) *Metodologia da Investigação*, Lisboa, Universidade Aberta.

Ferreira, V. (1985) *Contra-Corrente*, 4ª Ed., Lisboa, Livraria Bertrand.

Figueiredo, A. M. (2002) "As políticas e o planeamento do desenvolvimento regional", Costa, J. Silva (Coord.) *Compêndio de Economia Regional*, Coleção APDR, Coimbra, pp. 477-506.

Figueiredo, Elisabete (2003) *Um Rural para Viver Outro para Visitar : O Ambiente nas Estratégias de Desenvolvimento para as Áreas Rurais*, tese de doutoramento, Universidade de Aveiro.

Figueiredo, Kleber (2005) *Gestão da Capacidade e da demanda em Serviços Logísticos*, Disponível em: <http://www.cel.coppead.ufrj.br/fr-gestao2.htm>.

Fine, J. (1997) *Metodologia de la encuesta*, Concepción, Bruxelles, Universite Libre de Bruxelles.

Fischer, André (2000) "Problemas da integração especial na Europa". *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, AGB, nº 22, pp. 193-199.

Fisher, Peter A. Et al. (1997) "Interdependencies between Development and Migration", in Tomas Hammar et al. (eds.), *International Migration – Immobility and Development: Multidisciplinary Perspectives*, Oxford and New York: Berg, pp. 91-132.

Fjellman, Stephen M. and Hugh Gladwin (1985) "Haitian Family Patterns of Migration to South Florida", *Human Organization* 44, pp.301-12.

Fontana, A. e Frey, J. H. (1994) “Interviewing – The Art of Science”, in Denzin and Lincoln, Y. (Eds.) *Handbook of Qualitative Methodology*, Sage, Thousand Oaks, pp. 516-529.

Fragata, A. e J. Portela (2000) “Agricultores idosos de Trás-os-Montes: exclusão e reconhecimento”, *Análise Social*, XXXV (156), pp. 721-737.

Freeman, Gary P. (1986) “Migration and the Political Economy of the Welfare State”, *The Annals* 485/May, pp. 51-63.

Freeman C. (1994) “The Economics of Technical Chang: critical survey”, Cambridge, *J. Economic*, vol. 18, p. 463-514.

Freeman, Gary P. (1995) “Modes of Immigration Politics in Liberal Democratic States”, *International Migration Review* 29/04, pp. 881-902.

Fuchs, Lawrence H. (1990) *The American Kaleidoscope: Race, Ethnicity and the Civic Culture*, Hanover, N. H., Wesleyan University, New England and University Press of New England.

Garcia, José Luís et al.(2000) *Portugal Migrante*, Oeiras, Celta Editora.

Gardner, Katy (1995) *Global Migrants, Local Lives: Travel and Transformation in Rural Bangladesh*, Oxford, Clarendon Press.

Gaspar, Jorge (1982) *Regionalização: uma perspectiva sócio-geográfica*, Lisboa, Sociedade de Geografia.

Geddes, A. (2003) *The Politics of Migration and Immigration in Europe*, London, Sage Publications.

Gerry Chris e Diniz Francisco (2002) “A problemática do desenvolvimento rural”, in J. S. Costa (Coord.), *Compêndio de Economia Regional*, APDR, Coimbra, pp. 535-567.

Giddens, Anthony (1984) *Capitalismo e a Moderna Teoria Social*, Lisboa, Presença.

Giddens, Anthony (1992) “Jürgen Habermas”, in R. Skinner (dir.), *As Ciências Humanas e os seus Grandes Fundadores*, Lisboa, D. Quixote.

Giddens, Anthony (1994) *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.

Giddens, Anthony (2004) *Sociologia*, 3ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Glick Schiller, Nina (1977) “Ethnic Groups are Made, Not Born: The Haitian Immigrant and American Politics”, in George Hicks and Philip Leis, eds., *Ethnic encounters: Identities and Contexts*, Belmont, Calif, Wadsworth, pp. 23-35.

Glick Schiller, Nina, Linda Basch, and Christina Szanton Blanc (1992) “Transnationalism: A New Analytical Framework for understanding Migration”, in Nina Glick Schiller, Linda Basch, and Christina Szanton Blanc, eds., *Towards a Transnational Perspective on Migration: Race, Class, Ethnicity, and Nationalism Reconsidered*, vol. 645, New York, *Annals of the New York Academy of Sciences*, pp. 1-24.

Glytsos, N. (2002) “The Role of Migrant Remittances” in *Development: Evidence from Mediterranean Countries*, *International Migration Quarterly Review*, Vol. 40, nº 1 – 2002, pp. 5-25.

Gmelch, George (1980) “Return Migration”. *Annual Review of Anthropology* nº 9, pp. 135-59.

Gmelch, George (1983) “Who Returns and Why: Return: Migration Behavior” in *Two Atlantic Societies*, Human Organization, 42, pp. 46-54.

Gmelch, George (1987) “Work, Innovation an Investment: The Impact of Return Migration”, in *Barbados*, Human Organization, 46, pp. 131-41.

Gmelch, George (1992) *Double Passage: The lives of Caribbean Migrants Abroad and Back Home*, Ann Arbor, University of Michigan Press.

Godard, O. et al. (1987) “Desarrollo endógeno y diferenciacion de espacios de desarrollo: un esquema de analisis para el desarrollo local”, in *Estudos Territoriais*, Madrid, nº 24.

Goldey P. (1982) “Emigrantes e Camponeses : uma análise da literatura Sociológica”, *Análise Sociológica*, vol. XVIII (71), 2º, pp.533-553.

Goldon, M. (1964) *Assimilation in American Life: The Role of Race, Religion and National Origins*, Nova Iorque, Oxford University Press.

Gonçalves, Albertino (1996) *Imagens e Clivagens, os Residentes face aos Emigrantes*, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento.

Gonçalves, M. Ortelinda B. (2001) *Aprender com Sucesso*, Coimbra, Edições Almedina.

Gonçalves, M. Ortelinda B. (2003) *Emigração, Retorno e Desenvolvimento Sustentável no Barroso*, Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, Porto, Universidade Aberta.

Gonçalves, M. Ortelinda B. (2004) “Emigração/Retorno no Barroso”, in *Actas do V Congresso da Geografia Portuguesa – Portugal: Territórios e Protagonistas*, Universidade do Minho, Guimarães, 15-17 de Outubro, pp.1-20.

Gonçalves, M. Ortelinda B. (2006) “Comunicação *ou* Extensão” in *Revista da Associação de Professores de Geografia*, APOGEO nº 31, pp.4-14.

Gonçalves, M. Ortelinda B. (2006) “Educação: Unidade ou Diversidade Regional em Portugal” in *Actas do Seminário Internacional, Educação, Cultura e Arte*, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Natal – Brasil, (no prelo).

Gonçalves, M. Ortelinda B. (2006) “Envelhecimento e Desenvolvimento Local em Portugal” in *Actas do Congresso Internacional, Mudanças no Mundo do Trabalho e da Protecção Social no Brasil, em Portugal e no Canadá*, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Aplicadas, Natal – Brasil, (no Prelo).

Gonçalves, M. Ortelinda B. et al. (2007) *Dupla Cidadania, Educação e Governação: Desafios Europeus Globais e Multidisciplinares*, (coord.), Ramos, M. Conceição, Porto, Edições Afrontamento, (aceite para publicação).

Gonzalez, Nancie L. Solien (1989) “Conflict, Migration, and the Expression of Ethnicity: Introduction », in Nancie Gonzalez and Carolyn S. McCommon, eds., *Conflict, Migration and the Expression of Ethnicity*, Boulder, Colo, Westview Press, pp. 1-9.

Gonzalez, P. Maria e Castro, Alberto (1999) “Mercado de Trabalho da Região Norte: Estabilidade e Evolução”, in Luís Delfim Santos e Daniel Bessa (orgs), *Região Norte de Portugal*, Edições Afrontamento, Porto, pp. 51 – 60.

Gordon, Milton (1994) *Assimilation in American Life*, New York, Oxford University Press.

Grawitz, M. (1996) *Méthodes des Sciences sociales*, Paris Edition Dalloz.

Gray et al., (2001) “Social and environmental disclosure and corporate characteristics: A research note and extension”, *Journal of Business Finance and Accounting* 28, (3–4), pp. 327–356.

Gray, R. (2002) “Of messiness, systems and sustainability: Towards a more social and environmental finance and accounting,” *British Accounting Review* 34, pp. 357–386.

Grefe, Xavier (2002) *Le Développement Local*, Paris, Éditions de l’Aube/DATAR.

Grefe, X. (2005) "The instruments of good governance", in OECD *Local governance and drives of growth*, Paris, OECD.

Grieco, Margaret (1995) “Transported Lives: Urban Social Networks and Labour Circulation”, in Alisdair Rogers and Steven Vertovec, eds., *The Urban Context: Ethnicity, Social Networks and Situational Analysis*, Oxford-Berg, pp.189-212.

Guarnizo, Luís Machado (1997) “The Emegence of a Transnacional Social Formation and the Mirage of Return Migration among Dominican Transmigrants”, *Identities*, 4, pp. 281-322.

Guerra, João et al. (2005) *Autarquias e Desenvolvimento Sustentável – Agenda 21 local e novas estratégias ambientais*, Porto, Fronteira do caos Editores.

Guerreiro, José (1981) “Análise tendencial da Emigração Portuguesa nos últimos anos”, *Cadernos da Revista da História Económica e Social*, Lisboa, (1-2), pp. 31-69.

Guia de Regulamentação Comunitário (2001) *Agricultura Biológica*, Comissão Europeia, D.G.A, Doc. polic.

Guilmoto, Christophe Z. et Sandron, Frédéric (2003) *Migration et Developpement*, Paris, La Documentation Française.

Gumuncia Dragon (2001) *Making Waves stories of participatory communication for social change*, Rockefeller Foundation, New York.

Hadjimichalis (2001) “Imagining rurality in the new Europe an Dilemmas for spatial policy”, in *Desenvolvimento e ruralidades na Europa*, Actas da VIII Reunião Nacional da APDR, Coimbra, Colecção APDR, pp. 37-48.

Hall, Robert E. and Jones, Charles I. (1997) “Levels of Economic Activity Across Countries”, *American Economic Review*, vol. 87 (2), pp. 173-177.

Hamilton, R. and M. Fox (1998) “The Financing Preferences of Small Firm Owners”, *International Journal of Entrepreneurial Behaviour and Research* 4, pp. 239-248.

Harrod, Roy F. (1939) “An Essay in Dinamic Theory”, *Economic Journal*, Vol.49, pp.14-33.

Hartshorne, Richard (1969, 1978) *Propósitos e Natureza da Geografia*, Trad. Thomaz N. Neto. 2ª edição, São Paulo, Edusp – Hucitec.

Harvey, D. (1969) *Explanation in Geography*, New York, St. Martin’s Press.

Harvey, D. (1988) *Social Justice and the city*, Oxford, Blackwell.

Harvey, D. (1989) *The Condition of Postmodernity*, London, Brasil Blacwell.

Hatton, T.; Williamson, J. G. (2002) *What Fundamentals Drive World Migration?*, CEPR DP.3559, London.

Hébert, Michell Lessard et al. (1994) *Investigação qualitativa. Fundamentos e práticas*, Lisboa, Instituto Piaget.

Heckman, J. (2000) “Policies to Foster Human Capital” *Research in Economics* 54, pp. 3-56.

Heisler, Barbara (1992) “The future of immigrant incorporation: which models? Which concepts?”, *International Migration Review*, 26(2), pp.623-645.

Hollifield, James F. (1992a) *Immigrants, Markets and States: The Political Economy of Postwar Europe*, Cambridge, Mass, Harvard University Press.

Hollifield, James F. (1994) “Immigration and Republicanism in France: The Hidden Consensus”, in Wayne A. Cornelius, Philip L. Martin, and James F. Hollifield, eds., *Controlling Immigration: A Global Perspective*, Stanford, Calif., Stanford University Press.

Hollifield, James F. (1998) “Migration, Trade and The Nation-State: The Myth of Globalization”, UCLA, *Journal of International Law and Foreign Affairs* 3/2, pp. 595-363.

Hollifield, James F., and Gary Zuck (1998) “Immigrants, Markets and rights”, in Hermann Kurthen, Jürgen Fijalkowski, and Gert G. Wagner, eds., *Immigration, Citizenship and the Welfare State in Germany and the United States*, Stanford, Conn, JAI Press.

Hollifield, James F. (1999) “Ideas, Institutions and Civil Society”: On *The Limits of Immigration Control in Liberal Democracies*, IMIS – Beiträge 10 (January) pp. 57-90.

Huntington, Samuel P. (1996) “The West: Unique, Not Universal”, *Foreign Affairs* 75/6, pp. 28-46.

Illeris, Sven (1966) *The service economy: a geographical approach*, Denmark, John Wiley e Sons, pp.10-50.

INE (1960, 1970, 1981, 1991, 2001) *Recenseamento Geral da População e da Habitação*, Lisboa, INE.

INE (1999) *Recenseamento Geral Agrícola*, Lisboa, INE.

INE (2002) *Municípios da Região Norte*, Direcção Regional do Norte.

J.O. n° C 139 de 18/05/2000

J.O. n° L 160 de 26/06/99

J.O. n° L 222 de 24/8/99

J.O. n° L 242 10/9/2002

J.O. n° L 302 de 1/12/2000

J.O. n° L 48 19/2/2000

Jackson, John A. (org.) (1991) *Migration*, Cambridge, Cambridge University Press.

Jacobson, Davis (1996) *Rights across Borders: Immigration and the Decline of Citizenship*, Baltimore, Md., Johns Hopkins University Press.

Jacobson, Mathew (1995) “Special Sorrows: The Diasporic Imagination”, of Irish, Polish and Jewish immigrants in the United States, Cambridge, Mass, Harvard University Press.

Jasen, Clifford (1969) “Some Sociological aspects of migration”, em John A. Jackson (org.), *Migration*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 60-73.

Jones, Maldwyn Allen (1992) *American Immigration*, Chicago, University of Chicago Press.

Karl Marx, (1849) *Manifesto do Partido Comunista*, Londres, progress Publishers.

Karl Marx, (1845) *Das Kapital*, Londres, Progress Publishers.

Karl Marx, (1975) *Contribuição à Crítica da Economia Política*, 4ª ed., Lisboa, ed. Estampa.

Kearney, Michael (1986) “From the Invisible Hand to Visible Freet: Anthropological Studies of Migration and Development”, *Annual Review of Anthropology* 15, pp. 331-404.

Kearney, Michael, and Carole Nagengast (1989) *Anthropological Perspectives on Transnational Communities in Rural California*, Davis: California Institute for Rural Studies.

Keely, C. (2000) “Demography and International Migration”, in C. Brettel e J. Hollifield (ed.) *Migration Theory – Talking across Disciplines*, London: Rontledge, pp.56-84.

Kemper, Robert V. (1977) *Migration and Adaptation: Tzintzuntzan Peasants in Mexico City*, Beverly Hills, Calif. : Sage Publications.

Kessler, Alan E. (1998) “Distributional Coalitions, Trade and the Politics of Postwar American Immigration” *Paper prepared for the American Political Science Association*, Boston, Mass.

Ketele, Jean-Marie de; Roegiers, Xavier (1999) *Metodologia da Recolha de Dados: Fundamentos dos métodos de observação, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos*, Lisboa, Piaget.

Keynes, j. M. (1971) *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, Vol. I a XXX, Cambridge, The Roy al Economic Society.

Kollock, Peter (1999) “The Economies of online cooperation gifts and public goods” in *eyberspace* in Smith, Maré e Kollock, Peter, *Communities in eyberspace*, London, Routledge.

Koosterman, R. (2000) “Immigrant Entrepreneurship an Institutional Context: a Theoretical exploration“, in J. Rath (ed.), *Immigrant Businesses*, The economic political environment, Londres, Macmillan Press, pp. 90-160.

Kotler, P. (2000) *Administração de Marketing*, São Paulo, Prentice Hall, 10ª Edição.

Krikorian, Mark (1999) “Here to Stay: There’s Nothing as Permanent as a Temporary Refugee”, *Center of Immigration Studies*, Washington, D.C., August.

Lacerda, Daniel, Cordeiro, Albano et al. (1986) *Enfermement et ouvertures: les associations portugaises en France*, Paris, CEDEP.

Lane, B. e Yoshinaga, K. (1994) *Niche Markets for the Rural Word*, The OECD Observer, N°190 October/ November.

Leandro, M. E. (1994) “Au – delá des frontières. Familles et immigration. Contradictions et enjeux“, in *Accueillir*, n° 199, Paris, pp. 24-35.

Leandro, M. E. (1995) *Au – delá des apparences. Les portugais face à l’insertion sociale*, Paris, L’HARMATTAN.

Lee, Everett (1962) “A Theory of Migration”, in *Demography*, 3, pp. 47-67, (Cap. 3).

Lee, Everett (1969) “A Theory of Migration”, in *Migration*, J. Jackson (ed), Cambridge, Cambridge University Press, pp. 282-283, (Cap. 3).

Lee, E. (1996) “A Theory of Migration, in R. Cohen (ed.), *Theories of Migration*”, Cheltenham, Edward Elgar Publishing Limited.

Lee, Raymond (2003) *Métodos Não-Interferentes em Pesquisa Social*, Lisboa, Gradiva.

Leland, H. and D. Pyle, (1977) “Information Asymmetries Financial Structure and Financial Intermediation”, *Journal of Finance*, 32, pp. 371-387.

Levine, Ross and David Renelt (1992) “A Sensitivity Analysis of Cross-country growth Regressions”, *American Economic Review*, vol. 82 (4), pp. 942-963.

Levit, Peggy (1998) “Local-Level Global Religion: The Case of U.S. – Dominican Migration”, *Journal for the Scientific Study of Religion* 37, pp. 74-89.

Light, I. e Gold, S. (2000) *Ethnic Economies*, San Diego e Londres, Academic Press.

Lockwood, Victoria S. (1990) “Development and Return Migration to Rural French Polynésia”, *International Migration Review*, 24, pp. 347-71.

Lopes, A. Simões (1999) "Emprego e Desenvolvimento Regional – um ponto de situação da problemática do desenvolvimento", *Regiões e Cidades na União Europeia. Que futuro?*, Actas do VI Encontro Nacional da APDR, vol. 2, Coimbra, APDR, pp. 53-57.

Lopes, R. (2001) *Competitividade, Inovação e Território*, Oeiras, Celta Editora.

Losch, A. (1940) *The Economics of Location*, New Haven, Yale, University Press.

Losche A. (1995) *The economics of location*, Trad. William H. Woglom, New Haven, Yale University.

Lourenço, Eduardo (1994) *Nós e a Europa. Uma ou duas razões*, Lisboa, Imprensa Casa da Moeda.

Lourenço, Filipa Maria (sd.) *1º Congresso de Estudos Rurais, Mundo Rural e Património*, Lisboa, ISCTE.

Lourenço, Joaquim (1997) *Política de desenvolvimento rural e políticas europeias*, Lisboa, Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural do Instituto Superior de Agronomia.

Lowe, P. e Ward, N. (1998) "A Second pillar" for the CAP? The European rural development regulation and its implications for the UK". *Center for Rural Economy Working Paper* No 36, University of Newcastle upon Tyne.

Lowe, P. e Ward, N. (1999) "A second pillar" for the CAP? The European rural development regulation and its implications for the UK",. *Center for Rural Economy Working Paper* No 36. University of Newcastle upon Tyne.

Lowe, P., Buller, H. and Ward, N., (2002) "Setting the next agenda? British and French approaches to the second pillar of the Common Agricultural Policy", *Journal of Rural Studies* 18(1), pp. 1–17.

Kritz, M. M., Lin, L. L. E Zlotnik, H. (eds), (1992) *International Migration Systems: A Global Approach*, Oxford, Clarendon Press.

Maillat, Denis (1995) "Meios inovadores e as Novas gerações de Políticas Regionais", in *Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local*, Lisboa, ISC.

Maillat, Denis; Quévit, Michel e Senn, Lampranco (eds.) (1993) *Réseaux d'innovation et Milieux Innovateurs: un Pari pour le Développement Regional*, Nenchâtel, Greni – Edes.

Malhotra, M. K. (1996) *Marketing Research: An Aplied Orientation*, Prentice-Hall, 2ª Edição, Nova Jersey.

Ferreira, M. Malheiro (2006) "Sustainable Urban Development: The Role Of Citizens" in Purnell K; Lidstone J. e Hodgson S. (ed.) *Changes in Geographical Education: Past, Present and Future*, Proceedings of the International Geographical Union Commission on Geographical Education Symposium, Brisbane, Australia.

Manas, J. Piñar (2002) *Desarrollo Sostenible – Proteccion del Médio Ambiente*, Madrid, AKAL.

Mangalan, Joseph (1968) *Human Migration*, Lexington, University Kentuck Press.

Mankiw, N. Gregory (1995) “The grow of Nations”, *Brokkings Papers on Economic Activity*, nº 1, pp. 275-326.

Marconi, Maria de Andrade e Lakatos, Eva Maria, (2006) *Fundamentos da Metodologia Científica*, 6ª Edição, S. Paulo, Editora Atlas S.A.

Margolis, Maxine (1995) “Transnationalism and Popular Cultura: The Case of Barzilian Immigrants in the United States”, *Journal of Popular Culture*, 29, pp. 29-41.

Marques, José M. Mella (2004) “Evolución doctriional de la ciência regional: una síntesis”, in *Economia y Política Regional en Espanã Ante la Europa del Sieglo XXI*, Madrid, AKAL.

Marshall, A. (1982) *Princípios de Economia: Tratado introdutório*, S. Paulo, Abril Cultural, vol. 1.

Marshall, A. (1996) – “no Préface” in Moran, Pierre, *L’Analyse Spatiale en Science Économique*, Paris, Cujas.

Martin, S.J. et al (1990) “Rural Development Programmes in Theory and Practice”, *Regional Studies*, Vol. 24, nº3.

Martin, Philip L. (1994b) “Germany: Reluctant Land of Immigration”, in Wayne A. Cornelius, Philip L. Martin, and James F. Hollifield, eds., *Controlling Immigration: A global Perspective*, Stanford, Calif., Stanford University Press.

Martine, G. (ed.) (1997) “Migrações Internas”, in Simpósio Sobre o Progresso da Pesquisa Demográfica, Rio de Janeiro, 1976, *Anais...*, Rio de Janeiro, G. (ed.), (1980^a) – “Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes”, in Moura, H. (coord), *Migração interna: textos seleccionados*, Fortaleza, BNB – ETENE, pp. 949-974.

Martins, Cortês Luís (2001), in *Raça Barrosã*, AMIBA, p.87.

Massey, D. S. (1987) “Understanding Mexican Migration to the United States” in *American Journal of Sociology*,92, pp. 1372-1403.

Massey, D. S. (1990) “Social Structure household strategies, and the cumulative causation of migration”, *Population Index* 56 (1), pp. 3-26.

Massey, Douglas S., et al.(1993) “Theories of International Migration: A Review and Appraisal”, *Population and Development Review* 19, pp. 431-66.

Massey, Douglas S., et al.(1994) “An Evaluation of International Migration Theory: The North American Case”, *Population and Development Review*, 20, pp. 699-751.

Massey, D. S. et al. (1998) *Worlds in Motion, Understanding International Migration at the end of the Millenium*, Oxford, Clarendon Prees.

Malthus, Thomas (1798) *Na Essay on the Príncipe of Population*, London, Pickering.

MCOTA (2004) *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável*, Lisboa, Ministério das Cidades, do Ordenamento do Território e Ambiente.

Meadowcroft, J. (2000) “Sustainable development: A new(ish) idea for a new century?”, *Political Studies* 48 pp. 370–387.

Medeiros João, (1996) “Das estratégias de desenvolvimento para o meio rural, às iniciativas locais: algumas experiências na região centro”, *Dinamismos sócio-económicos e (re) organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação*

produtiva, Instituto de Estudos Geográficos, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Melo, J. P. (2002) “A problemática e as políticas de desenvolvimento local”, in Costa, J. S. (Coord.), *Compêndio de Economia Regional*, Coleção APDR. Coimbra, pp. 516-532.

Mendes, Américo M.S. Carvalho (2006) *Que Políticas de Futuro para o Norte Rural*, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Vairão, 19 de Outubro.

Mendes, Luís Carlos Abreu (2006) “Visitando o Terceiro Sector (ou parte dele)”, Disponível na Internet via URL: <http://www.ipea.gov.br>.

Mendoça, J. P. (2000) *Desenvolvimento Rural na Zona Agrária de Lamego: Estruturas Produtivas e Organização Social*, Santiago de Compostela, Tese de Doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela.

Mesmim, C.(1993) *Les enfants de migrants à l'école* , Aubenas, La Pensée Sauvage.

Messina, Anthony M. (1996) “The Not So Silent Revolution: Postwar Migration to Western Europe”, *World Politics*, 49/1, pp. 130-54.

Meyer, Philip (1961) “Townsmen or Tribesmen”, Cape Town, Oxford, University Press.

Meyers, Eytan (1995) *The Political Economy of International Migration Policy*, unpublished Ph. D. dissertation, Chicago, University of Chicago.

Milles, Matthew B; Huberman, Michael (1994) *Qualitative Data Analysis*, 2ª edição , Califórnia, Sage Publications.

Mincer, Jacob (1978) "Family Migration Decisions", *Journal of Political Economy* 86, pp. 749-773.

Mitchell, J. Clyde (1969) "Structural Plurality Urbanization and Labour Circulation" in Southern Rhodesia, in J. A. Jackson, ed., *Migration Cambridge* Cambridge, University Press, pp. 156-80.

Monteiro, Paulo Filipe (1994) *Emigração – O Eterno Mito do Retorno*, Oeiras, Celta Editora.

Moore, Henriquetta, (1988) *Feminism and Anthropology*, Minneapolis, University of Minnesota Press.

Moreira, Carlos Diogo (1994) *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, Lisboa, ISCSP.

Morgan, K. (2004) "The exaggerated death of geography: learning, proximity and territorial innovation systems", *Journal of Economic Geography*, 4(1), pp. 3-21.

Morse, J. M. (1994) "Designing Funded Qualitative Research", in Denzin, N. K. e Lincoln (Eds.). *Handbook of Qualitative Research*, Y. S., Sage, pp. 220-235.

Nazareth, J. Manuel (1988) *Portugal. Os próximos 20 anos. Unidade e diversidade da demografia portuguesa no final do Século XX*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Neary, P. (2001) "Of hype and hyperbolas: introducing the new economic geography", *Journal of Economic Literature*, 39(2), pp. 536-561.

Newman, W. L. (1994) *Social Research Methods: Qualitative and Quantitative Methods. Qualitative and Quantitative Approaches*, Boston, Allyn and Bacon Cop.

Neto, F. (1986a) “A adaptação psico-social e regresso ao país natal dos migrantes portugueses em França”, *Psicologia*, vol.I, pp. 30-55.

Neto, F.(1993) *Psicologia da Migração Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta.

Nobre, Sílvia (1993) *Emigration, retour et agriculture dans un village de Trás-os-Montes (Portugal)*, These presentee en vue de l’obtention de Hautes Études du Centre International de Hautes Études Agronomiques Mediterraneennes, Montpellier, Institut Agronómique Méditerranéen de Montpellier.

Norris, P. (2001) *Digital divide Civic engagement information poverty ant the internet World Wide*, Cambridge University Press, Cambridge.

O’Connor, Mary (1990) “Women’s Networks and the Social Needs of Mexican Immigrants”, *Urban Anthropology* 19, pp. 81-98.

O’Hara, P. (1986) “CAP structural policy—A new approach to an old problem?” in *The changing CAP and its implications*, Dublin, Economics and Rural Welfare Research Centre.

O’Neil, K. (2003) *Using Remittances and circular Migration to Drive Development*, Migration Policy Institute, Migration Information Source.

OCDE (2005a) "Les disparités régionales d'emploi sont-elles persistantes? Le rôle de la mobilité géographique", in *Perspectives de l'emploi de l'OCDE*, Paris, OCDE, pp. 83-139.

OCDE (2005b) *Local governance and the drivers of growth*, Paris, OCDE.

Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2004) “Towards a Fair Deal for Migrant Workers” in the *Global Economy, Report VI for the International Labour Conference, 92nd Session*, Geneva.

Organização Mundial de Turismo (1983) *Draft Secretarial Report the Environmente Aspects of Turism*, Madrid, O.M.T.

Ortner, Sherry (1995) “Resistance and the Problem of Ethnographic Refusal”, *Comparative Studies in Society and History*, 37, pp. 173-93.

Pacheco, C. e **Patarra**, N. (1997) “Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões?” in **Patarra**, N. et al. *Migração, Condições de Vida e Dinâmica Urbana: 1980-1993*. Ed. IE / UNICAMP – FAPESP, pp. 25-54.

Patarra, N. e **Cunha**, J. (1987) *Migração: um tema complexo*, S. Paulo em perspectiva, S. Paulo, 1 (2), pp. 32-35.

Paugam, Serge (1991) *La Disqualification Sociale: Essai La Nouvelle Pauvreté*, Coimbra, Almedina.

Pecqueur, B. (2000) *Le développement local*, Paris, Alternatives Économiques-Syros.

Pecqueur, B.; **Zimmermann**, J. B. (coord.) (2004) *Économie de proximité*, Paris, Hermès-Lavoisier.

Pedroso, Paulo (1998) *Formação e Desenvolvimento Rural*, Oeiras, Celta Editora.

Peixoto, João (1998) *As migrações dos quadros altamente qualificados em Portugal. Fluxos migratórios inter-regionais e internacionais e mobilidade inter-organizacional* Dissertação de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações, Lisboa, Inst. Superior de Economia e Gestão. [Polic.]

Peixoto, João (1993) “Migrações e mobilidade: as novas formas de emigração portuguesa a partir de 1980”, in **Nizza da Silva**, **Baganha**, **Maranhão** e **Pereira** (orgs.), *Emigração/imigração em Portugal: Actas do Colóquio Internacional sobre emigração*

e imigração em Portugal, (Séculos XIX e XX), Lisboa, Editorial Fragmentos, pp. 278-307.

Peretz, Henri (2000) *Métodos em Sociologia*, Lisboa, Temas e Debates.

Pérez – Trejo (1992) *Desertification and land degradation in the European Mediterranean*, Luxembourg, report EUR 14850.

Pestana, Maria Helena; Gageiro, João Nunes (2000) *Análise de dados para as Ciências Sociais*, Lisboa, Sílabo, 2ª Edição.

Petersen, William (1970) “A general typology of migration”, em Clifford Jansen (org.), *Readings in the Sociology of Migration*, Oxford, Pergamon Press, pp. 49-68.

Petras, Elizabeth Melean (1981) “The global labor market in the modern world – economy”, in M. M. Kritz et al. (Ed.) *Global Trends in Migration – Theory and Research on International Population Movements*, Nova Iorque, center for Migration Studies, pp. 44-63.

Pickus, Noah M. J. (1998) *immigration e Citizenship in the 21st Century*, Lanham, Md., Rowman and Littlefield.

Pimenta, Carlos (2004) *Globalização , produção, capital fictício e redistribuição*, Lisboa, Campo de Comunicação.

Piore, Michael J. (1979) *Birds of Passage. Migrant Labor and Industrial Societies*, Cambridge, Cambridge University Press.

Poinard, Michel (1983) “Emigrantes portugueses: O regresso”, in *Análise social*, Vol. XIX (75), 1º, pp. 29-56.

Poinard, Michel (1983b) “Emigrantes retornados de França: A reinserção na sociedade portuguesa”, in *Análise social*, Vol. XIX (76), 2º, pp. 261-296.

Polése, Mario(1999) “ From Regional Development to Local Development: on the life, death and rebirth of regional science as a policy relevant science” in *Emprego e Desenvolvimento Regional*, Actas do V Encontro Nacional da APDR, Coimbra, Coleção APDR, pp. 59-70.

Portela, José (1984) Relatório relativo ao seminário sobre *Projectos de Desenvolvimento Rural Integrado: características e problemas*, Vila-Real, U.T.A.D.

Portela, J. e Nobre, S. (2002) “Entre Pinela e Paris: Emigração e regressos”, in *Análise social*, Vol. XXXVI (161), pp. 1105-1146.

Portes, Alejandro (1981) “Modes of structural incorporation and theories of labor immigration”, in Mary M. Kritz, Charles B. Keely, e Silvano M. Tomasi(orgs.), *Global Trends in Migration, Theory and Research on International Migration Review*, pp. 489-508.

Portes, Alejandro (1999) *Migrações Internacionais – Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta Editora.

Portes, Alejandro (2006) *Estudos sobre as Migrações Contemporâneas – Transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração*, Lisboa, Edições Fim de Século.

Portes, Alejandro e Saskia Sassen (1987) “Making it Underground: Comparative Materials on the Informal Sector in Western Market Economies”, *American Journal of Sociology*, 93, pp. 30-61.

Portes, Alejandro e József Böröcz (1989) “Contemporary Immigration: Theoretical perspectives on its determinants and modes of incorporation”, *International Migration Review*, Vol. 28, n° 3, pp. 606-630.

Portes, Alejandro e Julia Sensenbrenner (1993) “Embeddedness and Immigration: Notes on the Social Determinants of Economic Action”, *American Journal of Sociology*, 98, pp.1320-1350.

Portes, Alejandro, e Rubén G. Rumbaut (1996) *Immigrant America: A Portrait*, Berkeley, University of California Press.

Porto, M. (1977) *Emigration and Regional Development in Portugal*, Coimbra, Comissão de Planeamento da Região Centro, Doc. polic.

Puri, S. and T. Ritzema (1999) “Migrant Worker Remittances”, *Micro-Finance and the Informal Economy: Prospects and Issues, Working Paper n° 21, Social Finance Unit*, Geneva, International Labour Organization.

Putnam, Robert D. (1995) “Bowling alone: america’s declining social” capital, in *Journal of Democracy*, n° 6, 1 de Janeiro.

Putnam, Robert D. (1996) *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

Quivy, Raymond; Campenhoudt, Luc Van (1992) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.

Ramos, M. C. (1990) *Marchés du travail et migrations internationales: croissance, crise et marché unique. Cas du Portugal et de la France*, These pour le Doctorat en Science Economique, Paris, Université de Paris I Phanteon-Sorbonne.

Ramos, M. C. (1995) “Desafios da Mobilidade Internacional do Trabalho em Portugal”, in *Por onde vai a economia portuguesa?* Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, pp. 129-176.

Ramos, M. C.(1995b) “Ciência Económica e Trabalho: repensar a teoria e os métodos”, in Amaral J. Ferreira et al. (org.) *Ensaio de homenagem a Francisco Pereira de Moura*, Lisboa, ISEG/UTL, pp.753-788.

Ramos, M. C. Pereira (1996) "Economia do Trabalho, Sócio-Economia e Migrações Internacionais" in Ferreira, J. M. Carvalho et al. (orgs.) *Entre a Economia e a Sociologia*, Oeiras, Celta Editora, pp. 240-264.

Ramos, M. C. Pereira (1999a) *La diáspora portugaise et la diversité de ses formes d'insertion dans les pays d'accueil*, OCDE, Paris.

Ramos, M. C. Pereira (2000) "Economic integration of Portugal in the European Union: effect on direct investment, migration and employment" in *Globalisation, Migration and Development*, Paris, OECD, pp. 158-179.

Ramos, M. C. Pereira (2003a) "Dinâmicas e estratégias socioeconómicas relativas à emigração portuguesa" in Alves, J. et al., *Porto de Partida - Porto de Chegada. A Emigração Portuguesa*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 57-78.

Ramos, M. C. Pereira (2003b) "Le Portugal, pays relais de la migration en Europe", *Revue Migrations Études*, nO 116, août-sept, Direction de la Population e des Migrations (DPM), Paris, ed.ADRl, pp. 1-16.

Ramos, M. C. Pereira (2004) "Nouvelles dynamiques migratoires au Portugal et processus d'intégration", *Revue Française des affaires sociales*, n° 2, avril-juin, pp.111-144.

Ramos, M. C. (2005a) “Migrações Internacionais, Desenvolvimento e Competitividade em Portugal”, *Actas do I Congresso Nacional dos Economistas*, Porto, 27 a 29 de Outubro, pp.

Ramos, M. C. Pereira (2005b) "Economia social, inclusão e responsabilidade social empresarial", *Revista Investigação e Debate em Serviço Social*, nº 15, nº especial, pp. 133-175.

Ramos, M. C. Pereira (2005c) „Immigration in the Portuguese Demography and Some Impacts of Emigration and Return“ in Daniel Ch.(Hrsg.) *Abwanderung Geburtenrückgang und Regionale Entwicklung*, Wiesbaden, Vs VERLAG, pp.305-323.

Ramos, M. C. Pereira (2005d) "Immigration, Construction Européenne et Globalisation" in *Economie Teoretică și Aplicații*, vol. I, Universitatea Româno Americană, București, Universul Juridic, pp. 363-392.

Ramos M. C. e Gonçalves, M. Ortelinda B. (2005) – “Espaços de cidadania do Local ao Global”. Contributos para a Educação”, in *Actas do II Congresso Ibérico da Geografia – Ensinar Geografia na Sociedade do Conhecimento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 21-23 de Abril, pp.267-276.

Ramos M. C. e Gonçalves, M. Ortelinda B. (2006) ___ "Mobilité Géographique et Développement Local au Portugal” in *Actas do Colloque International, Population et Travail. Dynamiques démographiques et activités*, AIDELF em colaboração com a APD, Aveiro, Universidade de Aveiro, 12p.

Ramos, M. C. Pereira (2006) «Dual citizenship, governance and education : the situation in Portugal» in Kalekin-Fishman, D.; Pitkanen, P. (eds) *Dual citizenship as a challenge to European Nation-States*, Rotterdam, Sense Publishers, pp. 171-211 (com M. Gomes).

Ramos, Natália (2001) “Comunicação, cultura e interculturalidade : para uma comunicação intercultural”, *Revista Portuguesa de Pedagogia*, ano 35, nº2, 2001, pp.155-178.

Ramos, Francisco Martins (2001) “Globalização e Identidade” in revista *Economia e Sociologia*, Évora, Gabinete de investigação e acção social do Instituto Superior Económico e Social de Évora, nº72, pp.61-73.

Ratzel, F. (1888) *Geografia dell'uomo (Anthropogeographie)*, Torino, Fratelli Bocca.

Ratzel, F. (1914) *Las Razas Humanas*, (vol.I), Barcelona, Montaner y Simon.

Ravenstein, E. G. (1885) “The Laws of Migration”, in *Journal of the Statistical Society*, Vol. 48, (Cap. 3).

Regulamento (CE) nº 1804/99

Regulamento (CE) nº 2092/91

Regulamento (CE) nº 331/2000

Regulamento (CEE) nº 1257/1999

Regulamento (CEE) nº 2081/91 do Conselho, de 14 de Julho de 1992, relativo à protecção das indicações geográficas e denominações de origem dos produtos agrícolas e de géneros alimentícios, Jornal Oficial nº208 de 27.7.1992.

Regulamento (CEE) nº 2092/91

Regulamento (CEE) nº 2158/92

Regulamento (CEE) nº 3528/92

Regulamento (CEE) nº2092/91

Regulamento (CEE), nº 2223/96 do conselho de 25-07-96.

Regulamento (CEE), nº2092/91 de 24-06-91.

Regulamento (CEE), nº2223/96 do Conselho de 25-07-96.

Regulamento (CEE), nº696/93, de 15-03-93; <http://conceitos.ine.pt>

Remoaldo, Paula Cristina et al. (2001) “Population and sustainable development – the case of Agra Village” in *the Northwest of Portugal*, in CD-ROM do XXIV General Population.

Rhoades, Robert E. (1978a) “Intra-European Migration and Rural Development: Lessons from the Spanish Case”, *Human Organization*, 37, pp. 136-47.

Ribeiro, Orlando (1970) *Ensaios de Geografia Humana e Regional*, 1º vol. Lisboa, Edições João Sá da Costa.

Ribeiro, Orlando (1987) *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, Lisboa, Edições João Sá da Costa.

Robalo, F. R. Parente (1998) *Turismo em espaço rural: impacto socio-económico no desenvolvimento local e regional*, Tese de Mestrado, Braga, Universidade do Minho.

Roca, M. Nazaré et al (2001) “ Congresso de Geografia Portuguesa, População e Desenvolvimento Sustentável: O caso do Norte de Portugal”, Lisboa, 2 a 4 de Outubro de 2001, pp 1-11.

Rocha-Trindade, M. B. (1981) “Aspectos Humanos e Culturais da Emigração Portuguesa”, *Nova Renascença*, nº6, pp. 169-175.

Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1982) *Da Emigração às Comunidades Portuguesas*, Lisboa, Edições Conhecer.

Rocha-Trindade, Maria Beatriz e Arroteia Jorge (1984) *Bibliografia da Emigração Portuguesa*, Lisboa, Instituto Português de Ensino à Distância.

Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1988) “Espaços de Herança Cultural Portuguesa”, in *Análise Social*, Vol. XXIV (100), pp. 313-351.

Rocha-Trindade, M.B; Jacinto, Rui; Cordeiro, A; Santos A. (1988) *O fenómeno migratório da região centro, regresso e reinserção na diocese de Coimbra*, Coimbra, Caritas Diocesana.

Rocha-Trindade, M. Beatriz (1995) *Sociologia das Migrações*, Lisboa, Universidade Aberta.

Romer, P. (1986) – “Increasing Returns and Long-Run Growth”, *Journal of political Economy*, nº 94 (5), *Endogenous Technical Change*, *Journal of Political Economy*, nº 98, p. 11.

Rosegrant, M. e **Hazel**, P. (2000) *Transforming the rural Asian economy: the unfinished revolution*, New York, Oxford University Press.

Rosenblum, Marc R. (1998) “Abroad at Home: Foreign and Domestic Sources of U. S. Migration Policy”, *paper prepared for the American Political Science Association Meeting*, Boston, Mass.

Rostow, W. W. (1960) *Etapas do Desenvolvimento Económico – um manifesto não comunista*, 6ª edição, Biblioteca de Ciências, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Roussel, Louis (1990) “Les relations inter-générationnelles au moment de la veillesse des parents”, in *Relations Intergénérationnelles, Parenté – Transmission – Mémoires*, Actes du Colloques de Liège, 17 – 18 de Mai, 1990, pp. 11 – 26,

Rudder de, V. (1997) « Désignation et origine : production sociale et production savant de l'éthnique », in *Mots et Migrations, Cahiers de la Méditerranée*, Nice, Centre de la Méditerranée moderne et contemporaine, UFR Lettres Arts et Sciences Humaines, n°54, pp.69-80.

Rudolph, Cristopher W. (1998) “Globalization, sovereignty and Migration: A conceptual Framework”, *UCLA Journal of International Law and Foreign Affairs* 3/2, pp. 325-55.

Ruiz, M. F., Paiva (1995) *Solidão. Satisfação com a vida e outros aspectos sócio-psicológicos em jovens de origem migrante frequentando o sistema de ensino português*, Porto, Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta.

Ruggie, John Gerard (1998) *Constructing the World Polity: Essays on International Institutionalization*, New York, Routledge.

Rumbaut, Rubén G. (1996) “A legacy of war: Refugees from Vietnam, Laos, and Cambodia” in Pedraza, Silvia e Rumbaut, Rubén G.(eds.), *Origins and destinies:Immigration, race,, and ethnicity in America*, Belmont, Califórnia, Wadsworth.

Russell, Sharon Stanton (1992) “Migrant Remittances and Development International Migration”, 30 (3-4), *International Migration Review*, pp. 267-87.

Said, Edward W. (1993) *Culture and Imperialism*, New York, Knopf.

Salim, C. (1992) “Migração: o facto e a controvérsia”, in *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, VIII, Out., 1988, *Anais...*, Brasília, ABEP, vol. 3, pp. 119-143.

Salt, John (1987) “Comparative Trends” in *international migration study*, *International Migration*, 25 (3), pp. 241-250.

Salt, John (1989) “A comparative over view of international trends and types, 1950-80”, *International Migration Review*, Vol. 23, n° 3, pp. 431-456.

Santos, D. (2002) "Teorias de inovação de base territorial", Costa, J. Silva (Coord.) *Compêndio de Economia Regional*, Coleção APDR, Coimbra, pp. 285-313.

Santos, L. (2002a) “Combating Desertification: Water Conservation and Water Saving Issues in Agriculture, Troia, MEDRAP Workshop II Proceedings.

Santos, M. Domingues dos (2005) "Travailleurs magrébins et portugais en France – Le poids de l’origine", *Revue économique*, vol. 56, n°2, mars, pp. 447-464.

Sassen, S. (1988) *The mobility of Labour and Capital*, Cambridge, Cambridge University Press.

Sassen, S. (1989) “New York City’s Informal Economy”, in A. Portes, M. Castells, e L. A. Benton (orgs.), *The Informal Economy: studies in Advanced and Less Developed Countries*, Baltimore, The Johns Hopkins, University Press.

Sassen, S. (1994a) *Cities in a World Economy*, Thousands Oaks, Pierre Forge Press.

Sassen, S. (1996) “Losing Control?” Sovereignty in *an Age of globalization*, New York, Columbia University Press.

Sassen, S. (1998) *As cidades na economia mundial*, S. Paulo, Studio Nobel.

Sauvy, A. (s.d.) *De la rumeur à l’Histoire*, Ed. Dunod, Paris,

Schaeffer, Peter (1985) “Human Capital accumulation and job mobility”, *Journal of Regional Sciences*, vol. 25, nº 1, pp. 103-114.

Schmitter, Barbara E. (1979) “Immigration and Citizenship” in *West Germany and Switzer-land*, unpublished ph. D. dissertation, Chicago, University of Chicago.

Schmitz, H. (1997) “Collective efficiency and increasing returns”, *IDS Working, Paper* 50, March, p.8.

Schnapper, D. (1991) *La France de l'intégration, Sociologie de la Nation en 1990*, Paris, éd. Gallimard.

Schuck, Peter H. (1998) *Citizens, Strangers, and In-Betweens: Essays on Immigration and Citizenship*, Boulder, Colo, Westview Press.

Schuck, Peter H. (2000) *The Limits of Law: Essays on Democratic Governance*, Boulder, Colo, Westview Press.

Schuerkens, Ulrike (2005) “Migrant Africains à Paris: L'integration sociale en tant que problématique interculturelle » in *International Review of Sociology* 10(3), pp. 365-84.

Schumpeter, Joseph A. (1982) *Teoria do Desenvolvimento Económico*, (Tradução de Theorie der Wirtschaftlichen Entwicklung, de 1911), S. Paulo, Abril cultural.

Scott, James (1985) *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven, Conn., Yale University Press.

Sechiller, Nina e Georges Fouron (1997) “Laços de Sangue: os fundamentos raciais do Estado – nação transnacional”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 48, Junho, pp. 33-36.

Seruya, Manuel Pisco L. M. (1984) “O Perfil Sócio-Económico do Emigrante Retornado” in Silva Manuela e tal. *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Lisboa, IED, pp. 65-110.

Shrestha, N. (1987) “Institutional Policies and Migration Behaviour: A Selective Review”, in R. Cohen (ed.) *Theories of Migration*; Cheltenham, Edward Elgar, Publishing Limited.

Silva, Augusto Santos (2000) *Cultura e Desenvolvimento: estudos sobre a relação entre o ser e o agir*, Oeiras, Celta editora.

Silva, João (1993) *Serviços de Desenvolvimento numa Região em mudança*, Coimbra, CCRC.

Silva, João (1996) “Das estratégias de desenvolvimento para o meio rural, às iniciativas locais: algumas experiências na região centro”, *Dinamismos sócio-económicos e (re) organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva*, Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Silva, M. et al. (1984) *Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal*, Caderno nº 8, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Silva, Rosa Fernanda Moreira (1991) “Dois casos exemplificativos da emigração portuguesa desde 1966 à actualidade”, Porto, *Separata da Revista da Faculdade de Letras de Geografia*, 1ª Série, Vol. VIII, pp.5-39.

Simmons, A. B. (1987) *Explaining Migration: Theory at the crossroads*, Louvain, Université Catholic.

Simon, J. (1980) “Les pactes pour l’emploi et le plan avenir jeunes“, Ministère des affaires sociales et d’emploi: *supplément au bulletin mensuel*, Paris: Ministry of Social Affairs.

Singer, P. I. (1975) “Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo”, in Singer P. I. *Economia Política e Urbanização*, Cap. 2, S. Paulo, Editora Brasiliense, pp. 29-60.

Sjaastad, L. A. (1962) “The costs and returns of human migration”, *The Journal of Political Economy*, vol. 70, n° 5, Part 3 (Supplement), pp. 80-93.

Smith, Adam (1776/1987) “Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações”, vol. I e II, Lisboa, 2ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Tradução e Notas de Teodoro Cardoso

Smith, B. and D. Mark (1998) “Ontology and Geographic Kinds”, in *International Symposium on Spatial Data Handling*, Proceedings, Vancouver, Canada, pp. 308-320.

Smith, D. H. (1979) “The identification of problems in cities: applications of social indicators”, in *Social problems and the city: Geographical Perspectives*, Harbert, O e Smith, D. M., (Ed), Oxford. University Press.

Smith, Robert (1997) “Transnational Migration, Assimilation, and Political Community”, in Margaret E. Crahan and Alberto Vourvoulias – Bush, eds. *The city and the world*, New York’s Global Future, New York: Council on Foreign Relations, pp. 110-32.

Solow, Robert (1957) “Technical Change and the Aggregate Production Function”, *Review of Economic and Statistic*, vol. 39, pp. 312-320.

Soysal, Yasemin N. (1994) *Limits of Citizenship: Migrants and Postnational Membership in Europe*, Chicago, University of Chicago Press.

Springett, D. (2003) "Business conceptions of sustainable development: A perception from critical theory", *Business Strategy and the Environment*, 12 , (2), pp. 71–86.

Stack, Carol (1996) *Call to Home: African Americans Reclaim the Rural South*, New York, Basic Books.

Steyaert, C.; Katz, J. (2004) "Reclaiming the space of entrepreneurship in society: geographical, discursive and social dimensions", *Entrepreneurship & Regional Development*, vol. 16, mai.

Storper, Michael (2000) "Territoires, flux et hiérarchies dans l'économie global », *Géographie, Économie, Société*, 2 (1), pp. 3-33.

Straubhaar, Th.; Vãdean, F. P. (2005) "Les transferts de fonds internationaux des émigrés et leur rôle dans le développement", in OCDE, *Migrations, transferts de fonds et développement*, Paris, OCDE, pp. 13-40.

Strauss, A e Corbin, J. (1994) "Grounded Theory Methodology", An Overview, em Denzin, N. e Lincon Y. (eds.) *Handbook of Qualitative Researche*, , Sage Publications.

Swinburn, G., et al. (2004) *Local economic development: a primer developing an implementing local economic development strategies and action plans*, London, The World Bank.

Szanton Blanc, et al. (eds) (1992) *Towards a Transnational Perspective on Migration*, New York, Academy of Sciences.

Taylor, Edward (1976) "The Social Adjustment of Returned Migrants to Jamaica", in Frances Henry, ed., *Ethnicity in the Americas*, The Hagne, Mouton, pp. 213-30.

Taylor, J. E. (1999) "The New Economics of Labour Migration and the Role of remittance in the Migration Process", *International Migration* 37 (1), pp. 63-88.

Thiétart, Raymond – Alain e col. (1999) – *Méthodes de Recherche en Management*, Dunord, Paris.

Thomas-Hope, Elizabeth (1985) “Return Migration and its Implications for Caribbean Development: The Unexplored Connection”, in Robert Pastor, ed., *Migration and Development in the Caribbean: The Unexplored Connection*. Boulder, colo, Westview press.

Thwaites, A. e Alderman, N. (1994) “Mudança Tecnológica e Desenvolvimento económico e Regional” in David Pind (org.) *Europa Ocidental, Desafios e mudanças*, Lisboa, Celta Editora.

Tilly, Charles (1990) “Transplanted Networks”, in V. Yans – Mclaughlin (org.), *immigrant Reconsidered: History, Sociology, and Politics*, Nova York, Oxford University Press, pp 79-95.

Tocqueville, Alexis (2001) *Da Democracia na América*, S. João do Estoril, Principia.

Todd, Emmanuel (1996) *O Destino dos Emigrados: Assimilação e Segregação nas Democracias Ocidentais*, Lisboa, Instituto Piaget.

Tolbert, Charles, et al. (1980) ”The Structure of economic segmentation: a dual economy approach”, *American Journal of Sociology*, 85 (5), pp. 1095-1116.

Tushman, Michael and Nadler, David, (1986) “Organizing for innovation”, *California Management Review*, v. 23, nº 3, Spring, pp. 74-92.

Valles, Miguel, S. (1999) *Técnicas qualitativas de investigação social: reflexión metodológica y práctica profesional*, 2ª edição. Madrid, Ed. Síntesis.

Valquez, Barquero A. (1988) *Desarrollo Local: una estrategia de creacion de empleo*, Madrid, Edição Pirâmide.

Valquez Barquero, A. (1996) “Desarrollos reciente de la Política Regional, La experiência europea”, in *Revista Euro* Santiago de Chile, vol. XXII, nº 65, Jun.

Veiga, José F. Ferragolo, (2005) *Território e Desenvolvimento Local*, Oeiras, celta Editora.

Vermeulen, H. (2001) *Imigração, integração e a dimensão política da cultura*, Lisboa, Socinova.

Vidal de La Blache (1911) *Les genres de vie dans la Géographie Humaine, Paris*, nº20, pp.193-212.

Vidal de La Blache (1921) *Príncipes de Géographie humaine*, 5ªed., Paris, Armando Colin.

Vilar, E. (2001) “Desenvolvimento local depende do turismo rural e da conservação do ambiente”, in *I Bienal de Turismo Rural Atlântico nos Açores*, Jornal Público, 21 Abril.

Von Thunem, J. Heinrich (1826) *The Isolated State*, New York, Pergamon Press.

Waldinger, Roger (1992) *The Marking of an Immigrant Niche*, manuscrito, Departamento de Sociologia, University of California – Los Angeles.

Ward, N., (1993) “The agricultural trademill and the rural environment” in the post-productivist, *Sociologia Ruralis* 33 3/4, pp. 348–364.

Weber, Alfred (1909) *Theory of Location of Industries*, 2ª ed., Chicago, Universty of Chicago Press.

Weiner, Myron (1995) *The Global Migration Crisis: Challenge to Status and to Human Rights*, New York, Harpercollins.

Wilson, Tamar Diana (1994) “What Determines Where Transnational Labor Migrants Go? Modification in Migration Theories”, *Human Organization* 53(3), pp. 269–78.

Werbner, Pnina (1988) “Taking and giving: working women and female bonds in a Pakistani immigrant Neighbourhood”, in *Sallie Westwood and Parminder Blachu*, eds., *Enterprising Women, Ethnicity, Economy, and Gender Relations*, London, Routledge, pp. 177-202.

Werbner, Pnina (1996) “Stamping the Earth with the Name of Allah: Zikr and the Sacralizing of Space among British Muslims”, in Barbara Daly Metcalf, ed. *Making Muslim Space in North America and Europe*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press, pp. 167-85.

Williamson, O. E. (1985) *The Economic Institutions of Capitalism*, New York, Free Press.

Wood, Charles, (1975) “Equilibrium and Historical Structural Perspectives on Migration”, in *International Migration Review*, XVI, (2), 1982; *Shaw, P., Migration Theory and Fact: A review and Bibliography of Current Literature*, Philadelphia, Regional Science Research Institute.

Wood, Charles (1982) “Equilibrium and Historical–Structural Perspectives on Migration,” *International Migration Review*, 16 (2): 297-319.

Yin, R. K. (1998) *Case Study Research: Design and Methods*, Newburg Park, 4th Edition, Sage Publications.

Zolberg, Aristide R. (1999) “Matters of State: Theorizing Immigration Policy” in Douglas Massey, ed., *Becoming American, American Becoming*, New York, Russel Sage.

ANEXOS E APÊNDICES

Anexos ao Capítulo V

Anexo V - 1: Inquérito ao emigrante regressado

O inquérito é estritamente confidencial. Destina-se exclusivamente a um trabalho de investigação intitulado “Desenvolvimento em Meio Rural – Contributos da Emigração e do Regresso – aplicação ao concelho de Boticas na Região Barrosã”. Muito se agradece que responda com verdade às questões formuladas.

Obrigada.

I

1. Sexo

Feminino

Masculino

2. Idade

3. Em que ano emigrou pela 1ª vez?

3.1 Para que país emigrou?

4. Se viveu em mais do que um país indique quanto tempo esteve em cada um:

(1ºPaís) _____ Anos _____

(2ºPaís) _____ Anos _____

(3ºPaís) _____ Anos _____

(outros) _____ Anos _____

5. Vai regularmente ao país onde esteve como emigrante?

Sim

Não

Se sim:

Uma vez por ano

Duas vezes por ano

Várias vezes ao ano

5.1 Porque motivos:

Familiares

Saúde

Reforma

6. Antes de emigrar já tinha mudado de residência no país?

Sim

Não

Se sim, porque motivos:

Familiares

Profissionais

Outros

Quais? _____

7. Em que ano regressou?

8. Antes de emigrar ocupava-se em:

Agricultura

Construção Civil

Serviços Domésticos

Restaurantes

Comércio

Carpintaria

Outros

Quais? _____

9. Quantos filhos tem?

10. Dos seus filhos quantos estão:

a trabalhar

a estudar

nem estudar nem trabalhar

11. Quantos nasceram no estrangeiro?

12. Algum (Alguns) do(s) seu(s) filho(s) ficou(ficaram) no estrangeiro?

Sim

Não

13. Se respondeu sim, à questão anterior, porque não regressou/regressaram?

Ordenados mais elevados

Melhores condições de vida

Ficaram a estudar

Outras razões

Casamento

Quais?

14. A sua esposa/marido acompanhou-o na emigração?

Foi antes

Foi desde o início

Ficou sempre em Portugal

Foi lá ter mais tarde

Esteve lá algumas vezes

15. Antes de emigrar em que freguesia residia?

16. Quando regressou voltou a fixar-se na mesma freguesia?

Sim

Não

17. Se respondeu Sim na questão anterior, porque voltou para aqui?

- Razões familiares
- Razões profissionais
- Razões económicas
- Outras

18. Se respondeu Não, porque escolheu outro local de residência?

- Razões familiares
- Razões profissionais
- Razões económicas
- Reforma
- Outras
- Quais? _____

19. Actualmente, quais são as suas habilitações escolares?

- Concluí a escola primária
- Sei ler e escrever mas não tenho qualquer grau escolar
- Não sei ler, nem escrever
- Concluí a escola preparatória
- Concluí a escola secundária
- Concluí a universidade

20. Obteve formação no estrangeiro?

- Alfabetização
- Língua estrangeira
- Profissional
- Nenhuma
- Qual? _____

21. No País onde esteve emigrado conseguia falar a língua:

- Correctamente
Com dificuldade
Nunca aprendeu

22. Qual a sua situação na profissão antes de emigrar?

- Patrão
Trabalhador por conta de outrem
Trabalhador familiar
Outros

23. Que ramo de actividade exercia no país de emigração:

a) No primeiro emprego:

- Agricultura
Jardinagem
Construção Civil
Transportes e Comunicações
Têxteis, Vestuário e Calçado

- Indústria Transportadora
Comércio
Serviços Domésticos
Restaurante
Outros

Quais? _____

b) No último emprego:

- Agricultura
Jardinagem
Construção Civil
Transportes e Comunicações

- Têxteis, Vestuário e Calçado
- Indústria Transportadora
- Comércio
- Serviços Domésticos
- Restaurante
- Outros
- Quais? _____

c) Actualmente em Portugal

- Agricultura
- Jardinagem
- Construção Civil
- Transportes e Comunicações
- Têxteis, Vestuário e Calçado
- Indústria Transportadora
- Comércio
- Serviços Domésticos
- Restaurante
- Outros
- Quais? _____

24. Actualmente, qual a sua situação na profissão?

- Activo a trabalhar
- Patrão
- Trabalhador por conta de outrem
- Desempregado
- Doméstica
- Reformado
- Vive dos rendimentos
- Outros

25. Ajudas que gostaria de obter:

- | | |
|--|--------------------------|
| Subsídios | <input type="checkbox"/> |
| Empréstimos a juros bonificados | <input type="checkbox"/> |
| Facilidades administrativas | <input type="checkbox"/> |
| Apoio técnico | <input type="checkbox"/> |
| Assistência médica | <input type="checkbox"/> |
| Facilidade na conclusão dos estudos dos filhos | <input type="checkbox"/> |
| Informação sobre aplicação poupanças | <input type="checkbox"/> |
| Outras: _____ | |

26. Como aplicou as suas poupanças:

a) Antes de emigrar:

- | | |
|--|--------------------------|
| Investimento na agricultura | <input type="checkbox"/> |
| Investimento na Indústria | <input type="checkbox"/> |
| Investimento em restaurante, cafés ou hotéis | <input type="checkbox"/> |
| Televisão e electrodomésticos | <input type="checkbox"/> |
| Automóvel | <input type="checkbox"/> |
| Compra de ouro, jóias | <input type="checkbox"/> |
| Construção ou compra de casa própria | <input type="checkbox"/> |
| Depósito no banco | <input type="checkbox"/> |
| Educação dos filhos | <input type="checkbox"/> |
| Não há poupança | <input type="checkbox"/> |

b) Após o regresso:

- | | |
|--|--------------------------|
| Investimento na agricultura | <input type="checkbox"/> |
| Investimento na Indústria | <input type="checkbox"/> |
| Investimento em restaurante, cafés ou hotéis | <input type="checkbox"/> |
| Televisão e electrodomésticos | <input type="checkbox"/> |
| Automóvel | <input type="checkbox"/> |
| Compra de ouro, jóias | <input type="checkbox"/> |
| Construção ou compra de casa própria | <input type="checkbox"/> |
| Depósito no banco | <input type="checkbox"/> |
| Educação dos filhos | <input type="checkbox"/> |
| Não há poupança | <input type="checkbox"/> |

c) E no futuro:

- | | |
|--|--------------------------|
| Investimento na agricultura | <input type="checkbox"/> |
| Investimento na Indústria | <input type="checkbox"/> |
| Investimento em restaurante, cafés ou hotéis | <input type="checkbox"/> |
| Televisão e electrodomésticos | <input type="checkbox"/> |
| Automóvel | <input type="checkbox"/> |
| Compra de ouro, jóias | <input type="checkbox"/> |
| Construção ou compra de casa própria | <input type="checkbox"/> |
| Depósito no banco | <input type="checkbox"/> |
| Educação dos filhos | <input type="checkbox"/> |
| Não há poupança | <input type="checkbox"/> |

27. As oportunidades de aplicação das suas possíveis poupanças na agricultura, indústria, comércio ou outros sectores, nesta região são:

- | | |
|------------|--------------------------|
| Más | <input type="checkbox"/> |
| Razoáveis | <input type="checkbox"/> |
| Boas | <input type="checkbox"/> |
| Muito Boas | <input type="checkbox"/> |

28. Se não faz nem pensa vir a fazer nenhum investimento na agricultura, indústria ou comércio, isso deve-se:

- | | |
|---------------------------|--------------------------|
| Já não ter idade | <input type="checkbox"/> |
| Não ter incentivos/apoios | <input type="checkbox"/> |
| Não haver mercado | <input type="checkbox"/> |
| Não haver infraestruturas | <input type="checkbox"/> |
| Outros | <input type="checkbox"/> |
| Quais? | |
-

29. Acha que o emigrante regressado contribuiu com algo de novo para o espaço onde se insere, no que respeita a:

- | | Sim | Não |
|---------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Casa | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Formas de vestir | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Ocupação de tempos livres | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Hábitos alimentares | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Relações pessoais | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

30. Desde que regressou introduziu alguma coisa de novo em comparação com o que se fazia antes?

Introduziu equipamento novo

Adaptou equipamento existente

Inovou processos de trabalho

Introduziu novas matérias-primas

Métodos novos de cultivo

Novas formas de produção

Outros

Quais? _____

Não introduziu inovação

31. Para si quais são os principais problemas que se colocam ao emigrante quando regressa à sua terra?

32. Após o seu regresso já ocupou algum cargo no poder local?

Sim

Vereador da Câmara

Assembleia da Câmara

Presidente da Câmara

Junta de Freguesia

Outro

Não

33. No estrangeiro era membro de alguma associação?

Cultural

Desportiva

Política

Outra

34. É membro de alguma associação local?

Sim

Não

35. Se respondeu Sim, à questão anterior, de que associação se trata?

Cultural

Desportiva

Política

Outra

36. É militante inscrito em algum partido político?

Sim

Não

37. Indique as razões que o levaram a emigrar:

Políticas

Fuga ao serviço militar obrigatório

Efeito de imigração

Económicas

Outras

Quais?

38. Quando emigrou pela primeira vez foi para o país indicado em (3.1) porque:

Foi à sorte

Tinha lá familiares

Tinha lá amigos

Outros motivos

Quais? _____

39. Porque razão regressou?

40. A partir de uma escala graduada de 1 a 10, em que 1 representa uma situação muito má e 10 representa uma situação excelente, como se situa nesta escala quanto ao seu poder de compra e à sua vida em geral:

- a) Antes de emigrar
- b) Enquanto emigrante
- c) Depois de regressar
- d) Actualmente
- e) Dentro de 5 anos

41. Como pensa que é visto o emigrante regressado?

- Com amizade
- Com admiração
- Com desprezo
- Com inveja
- Uma pessoa como as outras

42. O local para onde regressou tem possibilidades de desenvolvimento?

- Nenhumas
- Pequenas
- Médias
- Grandes

43. Que medidas deveriam ser tomadas para melhorar a agricultura na região?

44. Quais seriam os tipos de indústria que poderiam instalar-se na Região do Barroso com maiores possibilidades de êxito?

45. Indique 3 medidas que tomaria caso tivesse oportunidade, para melhorar substancialmente as condições sócio-económicas da população do Concelho a que pertence.

Anexo V - 2: Inquérito ao emigrante presente/recente

O inquérito é estritamente confidencial. Destina-se exclusivamente a um trabalho de investigação intitulado “Desenvolvimento em Meio Rural – Contributos da Emigração e do Regresso – aplicação ao concelho de Boticas na Região Barrosã”. Muito se agradece que responda com verdade às questões formuladas.

Obrigada.

	NACIONALIDADE(S)	NATURALIDADE	IDADE	SEXO		ESTADO CIVIL			HABILITAÇÕES	RESID. ACTUAL		
				M.	F.	SOLT.	CASADO	DIVOR		VIUVO	PORT. (CONC)	ESTR (PAÍS)
ENTREVISTADO												
CONJUGUE												
FILHOS												

1. Em que ano emigrou pela 1ª vez? _____

1.1 Para que país(es) emigrou?

(1ºPaís) _____ Anos _____

(2ºPaís) _____ Anos _____

(3ºPaís) _____ Anos _____

2. Indique três motivos porque emigrou

3. Antes de emigrar

3.1 Onde residia (Freguesia) _____

3.2 Qual a actividade profissional que desempenhava _____

3.3 Os seus rendimentos donde provinham

- Trabalho na agricultura _____

- Cultivo de terra própria _____

- Cultivo de terra alugada _____

- Por conta de outras pessoas _____

3.3.2 Noutra actividade _____ Qual? _____

4. Qual é actualmente a sua situação profissional?

Activo por conta de outrem ___
Activo por conta própria ___
Desempregado ___
Doméstica ___
Reformado ___
Vive dos rendimentos ___

5. Que ramo de actividade exercia no país de emigração:

a) No primeiro emprego:

Agricultura
Jardinagem
Construção Civil
Transportes e Comunicações
Têxteis, Vestuário e Calçado
Indústria Transportadora
Comércio
Serviços Domésticos
Restaurante
Outros
Quais?

b) No último emprego:

Agricultura
Jardinagem
Construção Civil
Transportes e Comunicações
Têxteis, Vestuário e Calçado
Indústria Transportadora
Comércio

- Serviços Domésticos
- Restaurante
- Outros
- Quais?
-

6. Como tem aplicado, em Portugal, o rendimento do seu trabalho como emigrante?

- | | Sim | Não |
|-----------------------------------|--------------------------------------|---|
| Refez a casa antiga | | |
| Comprou casa | | |
| Construiu casa | | |
| Adquiriu mobiliário e | | |
| Electrodomésticos para a sua casa | | |
| Manda regularmente para a família | | |
| | Sim (na sua zona
de naturalidade) | Não (fora da sua
zona de naturalidade) |

- Faz depósitos a prazo
- Constituiu um negócio
- Se sim, diga qual _____

7. Outras aplicações do seu rendimento

8. E no estrangeiro _____

9. A sua esposa/marido acompanhou-o na emigração?

- Foi antes
- Foi desde o início
- Ficou sempre em Portugal
- Foi lá ter mais tarde
- Esteve lá algumas vezes

10. Obteve formação no estrangeiro?

Alfabetização

Língua estrangeira

Profissional

Qual? _____

Nenhuma

11. Quando aqui chegou, o que mais o impressionou {negativa e favoravelmente) no campo

Económico _____

Social _____

Cultural _____

12. Habilitações literárias – coloque uma cruz nas suas habilitações literárias:

Sabe ler e escrever sem diploma _____

Não sabe ler nem escrever _____

Concluiu o Ensino Primário 4^a classe _____

Concluiu o 2^o ciclo _____

Concluiu o 3^o ciclo _____

Concluiu o Secundário _____

Concluiu o Ensino Superior _____

Outro _____

13. Preencha o quadro relativo às profissões

Em Portugal antes de emigrar _____

No estrangeiro _____

(indicar o País) 1^o emprego _____

No estrangeiro último emprego _____

14. De onde surgiu a ideia de emigrar? _____

15. Como ocupa o seu tempo quando vem a Portugal _____

16. Quanto à sua experiência de vida, de que sente mais falta no concelho de Boticas a nível

Económico

Social

Cultural

17. A que país se sente mais ligado

A Portugal _____

Ao País de acolhimento _____

Porquê? _____

18. Com que frequência costuma vir a Portugal

18.1. Todos os anos —

18.2. De dois, em dois anos _____

18.3. Mais do que uma vez por ano _____

18.4. Outros _____

19. Quais os motivos da vinda a Portugal _____

20. Relativamente aos filhos indique:

Residência actual		Que estudos realizaram		No estrangeiro	
Portugal (Conc.)	Estrangeiro (País)	Em Portugal	No estrangeiro	Frequentam (ram) cursos de Língua e cultura portuguesa	
				Sim; quem os organiza	Não
1.					
2.					
3.					
4.					
5.					
6.					
7.					

21. Tem os seus filhos consigo?

Sim__

Desde sempre _____

Só há algum tempo _____

Não__

Se Não, com quem ficaram? (em que condições)_____

22. Tenciona regressar a Portugal?

Sim

Não

Porque motivo(s)_____

23. Se, Sim

23.1 Em que ano prevê regressar definitivamente_____

23.2 Onde gostaria de se fixar?

Localidade_____

Concelho _____
Porquê? _____

24. Se regressar a Portugal ainda pensa trabalhar?

Se sim ____

- Em que sector _____

Agricultura

Pecuária ____

Industria ____

Construção civil ____

Comércio ____

Por conta própria ____

Por conta de Outrem ____

Outros ____

Quais _____

Não ____

25. Tem conhecimento de instituições na sua região ?

Sim ____ Autarquias ____

Associações empresariais ____

Não ____

26. Neste momento quais os motivos que impedem o seu regresso

27. Que medidas gostava que fossem tomadas para o ajudar no regresso

27.1. Por parte das entidades Portuguesas Estado ____

Câmara ____

27.2. Por parte do País de imigração _____

28. Para si quais são os principais problemas que se colocam ao emigrante quando regressa à sua terra?

29. Após o seu regresso já ocupou algum cargo no poder local?

Sim

Vereador da Câmara

Assembleia da Câmara

Presidente da Câmara

Junta de Freguesia

Outro

Não

30. No estrangeiro era membro de alguma associação?

Cultural

Desportiva

Política

Outra

31. É membro de alguma associação local?

Sim

Não

32. Se respondeu Sim, à questão anterior, de que associação se trata?

Cultural

Desportiva

Política

Outra

33. É militante inscrito em algum partido político?

Sim

Não

Data, ___ / ___ / ___

Entrevistador

Anexo V - 3: Guião das entrevistas aos empresários emigrantes regressados

A entrevista é estritamente confidencial. Destina-se exclusivamente a uma Tese de Doutoramento intitulada *Desenvolvimento Em Meio Rural - Contributos da Emigração e do Regresso. Aplicação ao Concelho de Boticas na Região Barrosã*.

1. Empresário

Identificação

Idade

Sexo

Estado civil

Naturalidade

Cidadania

Residência

Características Sócio-Culturais

Habilitações literárias

Formação

Comportamento associativo (associações a que pertence e em que participa activamente)

Profissão dos pais

2. Empresa

2.1 Identificação

Localização

Actividade

Ano de fundação

Número de trabalhadores ao serviço/ escalão etário/ escolaridade/ origem geográfica (concelho, freguesia, exterior)

Forma jurídica (nome individual, sociedade por quotas, sociedade anónima, outra.)

Número de sócios/ associados e grau de parentesco

Volume de vendas

2.2 Criação/ Desenvolvimento

Origem do capital social: propriedade/ equipamento (poupança própria, herança, doação de quotas, crédito bancário, crédito de organismos estatais, fundos comunitários)

História de vida

Dificuldades encontradas na fase inicial/ desenvolvimento

Forma de crescimento

Projectos de futuro

Reacção da comunidade

Conhecimento/ Identificação de programas (sectoriais, regionais) e de iniciativas comunitárias de apoio ao desenvolvimento local (RIME, PROCOM, PITER, PRODEP, POSI, SIFIT, SIR, POE, PAMAF, POCTI, LEADER, AGRIS, outros)

2.3 Caracterização estratégica e de marketing/ evolução/ desempenho

Produto/Serviço

Tipo de clientes/ mercados a que os produtos/ serviços se destinam (local, regional, nacional, internacional)

Fornecedores (locais, regionais ,próprios, etc.)

Canais de distribuição (como os arranjou)

Divulgação/ promoção do produto

Concorrentes

Evolução: Lucros/ Vendas/ Mercados

Investimentos realizados (últimos anos) e em que áreas (modernização, ampliação, formação, etc.)

3. Apoio institucional

3.1 Conhecimento/ fontes de informação

3.2 Apoios solicitados/ recebidos e avaliação do impacto

3.3 Conhecimento de fundos estruturais aplicados na sua freguesia/ concelho/ impacto local (causas de sucesso, causas de insucesso)

4. Avaliação global da empresa

4.1 Satisfação

4.2 Factores de (in)sucesso

4.3 Impacto da empresa no concelho (criação de emprego/riqueza, gerou sinergias locais, efectuou investimentos nos últimos anos, etc.)

5. Perspectivas de desenvolvimento do concelho

5.1 Problemas que impedem o desenvolvimento do tecido empresarial (falta de infra-estruturas e incentivos locais para a instalação de empresas, reduzida dimensão do mercado, falta de mão-de-obra abundante e qualificada, más acessibilidades, tecido empresarial enfraquecido e pouco diversificado com um sector terciário pouco desenvolvido, más condições de vida, inexistência de estruturas de investigação e desenvolvimento, outros).

5.2 Oportunidades de desenvolvimento para as empresas locais (mão-de-obra barata, ambiente natural agradável, baixos custos de instalação, proximidade fronteiriça, existência de incentivos fiscais às regiões do interior, outros.)

5.3 Estratégia de dinamização da economia local (apostar na área florestal e empresas que transformem os produtos do sector primário, criação de pequenas e médias empresas de âmbito local, criar condições para a captação de investimento externo, fomento do turismo rural, outras).

5.4 Conhecimento de fundos estruturais aplicados na freguesia/ concelho

5.4.1 Avaliação do impacto (mau, medíocre, suficiente, bom, muito bom, excelente)

5.4.2 Causas de sucesso (captação de investimento, modernização dos espaços públicos, modernização dos sectores de actividade, modernização das estruturas físicas e melhor qualidade de oferta, outras).

5.4.3 Causas de insucesso (os investimentos não exploram as potencialidades paisagísticas, o comércio rural não foi contemplado, falta de acesso à informação, incapacidade de gestão das empresas beneficiadas, fundos estruturais aplicados sem critérios e beneficiando apenas alguns, projectos insustentáveis, outros).

Anexos ao Capítulo VI

Anexo VI - 1: Variação da população na Região Norte entre 1991 e 2001.

	1991	2001	Varição 1991 - 2001
Alfândega da Fé	6.734	5.832	-13,4
Boticas	7.936	6.417	-19,1
Bragança	33.055	34.412	4,1
Chaves	40.940	43.270	5,7
Macedo de Cavaleiros	18.930	17.160	-9,4
Miranda do Douro	8.697	7.917	-9,0
Mirandela	25.209	25.425	0,9
Mogadouro	12.188	11.016	-9,6
Montalegre	15.464	12.449	-19,5
Murça	7.371	6.606	-10,4
Valpaços	22.586	19.106	-15,4
Vila Pouca de Aguiar	17.081	14.731	-13,8
Vimioso	6.323	5.192	-17,9
Vinhais	12.727	10.370	-18,5
Total	235.241	219.903	-15.338

Fonte: Recenseamento Geral da População, 1991, 2001. Elaboração própria.

Anexo VI - 2.: População residente e respectiva variação entre 1960 e 2001.

Concelho de Boticas														
População Residente					Variação da População %									
1960	1970	1981	1991	2001	1960-1970		1970-1981		1981-1991		1991-2001		1960-2001	
14481	10925	8773	7936	6417	-3556	-24,6	-2152	-19,7	-837	-9,5	-1519	-19,1	-8064	-55,7

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001. Elaboração própria.

Evolução, da população no concelho de Boticas, por grandes grupos etários.

Grupos de Idades	ANOS																			
	1960			1970			1981			1991				2001						
	Pop.	%	H	%	Pop.	%	H	%	Pop.	%	H	%	Pop.	%	H	%	Pop.	%	H	%
0-14	5344	36,9	2802	38,7	3290	30,1	1680	31,2	2220	25,3	1166	26,7	1561	19,7	838	20,9	822	12,8	418	13,2
15-24	2311	16,0	1153	15,9	1775	16,3	910	16,9	1507	17,2	775	17,8	1141	14,4	620	15,5	818	12,8	448	14,1
25-64	5825	40,2	2863	39,5	4640	42,5	2240	41,6	3710	42,3	1780	40,7	3718	46,9	1826	45,6	3044	47,4	1519	47,9
> 65	1001	6,9	427	5,9	1220	11,2	550	10,2	1336	15,2	644	14,8	1516	19,1	718	17,9	1733	27	785	24,8
Total	14481	100	7245	100	10925	100	5380	100	8773	100	4365	100	7936	100	4002	100	6417	100	3170	100

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1960, 1970, 1991 e 2001. Elaboração própria.

Anexo VI - 3: Referências dos livros onde foram consultados os dados dos passaportes deferidos aos emigrantes do concelho de Boticas desde 1960 até 1988.

LV1661	PT1224	PT1269	PT1314	PT1359	PT1404	PT1449	PT1494	PT1539	PT1584
LV1662	PT1225	PT1270	PT1315	PT1360	PT1405	PT1450	PT1495	PT1540	PT1585
LV1663	PT1226	PT1271	PT1316	PT1361	PT1406	PT1451	PT1496	PT1541	PT1586
LV1664	PT1227	PT1272	PT1317	PT1362	PT1407	PT1452	PT1497	PT1542	PT1587
LV1665	PT1228	PT1273	PT1318	PT1363	PT1408	PT1453	PT1498	PT1543	PT1588
LV1666	PT1229	PT1274	PT1319	PT1364	PT1409	PT1454	PT1499	PT1544	PT1589
LV1667	PT1230	PT1275	PT1320	PT1365	PT1410	PT1455	PT1500	PT1545	PT1590
PT1186	PT1231	PT1276	PT1321	PT1366	PT1411	PT1456	PT1501	PT1546	PT1591
PT1187	PT1232	PT1277	PT1322	PT1367	PT1412	PT1457	PT1502	PT1547	PT1592
PT1188	PT1233	PT1278	PT1323	PT1368	PT1413	PT1458	PT1503	PT1548	
PT1189	PT1234	PT1279	PT1324	PT1369	PT1414	PT1459	PT1504	PT1549	
PT1190	PT1235	PT1280	PT1325	PT1370	PT1415	PT1460	PT1505	PT1550	
PT1191	PT1236	PT1281	PT1326	PT1371	PT1416	PT1461	PT1506	PT1551	
PT1192	PT1237	PT1282	PT1327	PT1372	PT1417	PT1462	PT1507	PT1552	

PT1193	PT1238	PT1283	PT1328	PT1373	PT1418	PT1463	PT1508	PT1553
PT1194	PT1239	PT1284	PT1329	PT1374	PT1419	PT1464	PT1509	PT1554
PT1195	PT1240	PT1285	PT1330	PT1375	PT1420	PT1465	PT1510	PT1555
PT1196	PT1241	PT1286	PT1331	PT1376	PT1421	PT1466	PT1511	PT1556
PT1197	PT1242	PT1287	PT1332	PT1377	PT1422	PT1467	PT1512	PT1557
PT1198	PT1243	PT1288	PT1333	PT1378	PT1423	PT1468	PT1513	PT1558
PT1199	PT1244	PT1289	PT1334	PT1379	PT1424	PT1469	PT1514	PT1559
PT1200	PT1245	PT1290	PT1335	PT1380	PT1425	PT1470	PT1515	PT1560
PT1201	PT1246	PT1291	PT1336	PT1381	PT1426	PT1471	PT1516	PT1561
PT1202	PT1247	PT1292	PT1337	PT1382	PT1427	PT1472	PT1517	PT1562
PT1203	PT1248	PT1293	PT1338	PT1383	PT1428	PT1473	PT1518	PT1563
PT1204	PT1249	PT1294	PT1339	PT1384	PT1429	PT1474	PT1519	PT1564
PT1205	PT1250	PT1295	PT1340	PT1385	PT1430	PT1475	PT1520	PT1565
PT1206	PT1251	PT1296	PT1341	PT1386	PT1431	PT1476	PT1521	PT1566
PT1207	PT1252	PT1297	PT1342	PT1387	PT1432	PT1477	PT1522	PT1567
PT1208	PT1253	PT1298	PT1343	PT1388	PT1433	PT1478	PT1523	PT1568
PT1209	PT1254	PT1299	PT1344	PT1389	PT1434	PT1479	PT1524	PT1569
PT1210	PT1255	PT1300	PT1345	PT1390	PT1435	PT1480	PT1525	PT1570
PT1211	PT1256	PT1301	PT1346	PT1391	PT1436	PT1481	PT1526	PT1571
PT1212	PT1257	PT1302	PT1347	PT1392	PT1437	PT1482	PT1527	PT1572
PT1213	PT1258	PT1303	PT1348	PT1393	PT1438	PT1483	PT1528	PT1573
PT1214	PT1259	PT1304	PT1349	PT1394	PT1439	PT1484	PT1529	PT1574
PT1215	PT1260	PT1305	PT1350	PT1395	PT1440	PT1485	PT1530	PT1575
PT1216	PT1261	PT1306	PT1351	PT1396	PT1441	PT1486	PT1531	PT1576
PT1217	PT1262	PT1307	PT1352	PT1397	PT1442	PT1487	PT1532	PT1577
PT1218	PT1263	PT1308	PT1353	PT1398	PT1443	PT1488	PT1533	PT1578
PT1219	PT1264	PT1309	PT1354	PT1399	PT1444	PT1489	PT1534	PT1579
PT1220	PT1265	PT1310	PT1355	PT1400	PT1445	PT1490	PT1535	PT1580
PT1221	PT1266	PT1311	PT1356	PT1401	PT1446	PT1491	PT1536	PT1581
PT1222	PT1267	PT1312	PT1357	PT1402	PT1447	PT1492	PT1537	PT1582
PT1223	PT1268	PT1313	PT1358	PT1403	PT1448	PT1493	PT1538	PT1583

Anexo VI - 4: Número de casos de emigração por ano de emigração.

Ano de emigração	Nº de casos
Antes de 1968	178
1968-70	266
1971-73	242
1974-76	99
1977-79	112
1980-82	420
1983-85	355
Após 1985	164

Fonte: Passaportes deferidos aos emigrantes. (Elaboração própria).

Número de casos de emigrantes por freguesia de naturalidade.

Freguesia de Naturalidade	Nº de casos	Frequências Relativas (fi %)	fi acumuladas (%)
Alturas de Barroso	135	7.9	7.9
Ardões	83	4.9	12.8
Beça	232	13.6	26.3
Bobadela	87	5.1	31.4
Boticas	162	9.5	40.9
Cerdedo	64	3.7	44.7
Codeçoso	37	2.2	46.8
Covas do Barroso	167	9.8	56.6
Curros	44	2.6	59.2
Dornelas	124	7.3	66.5
Fiães do Tâmega	59	3.5	69.9
Granja	63	3.7	73.6
Pinho	128	7.5	81.1
São Salvador de Viveiro	43	2.5	83.6
Sapiãos	156	9.1	92.7
Vilar	86	5	97.8
Fora de Boticas	38	2.2	100

Fonte: Passaportes deferidos aos emigrantes. (Elaboração própria).

Ano de emigração / idade de emigração

Ano de emigração	Idade de emigração								Total
	Menos de 18 anos	Entre 18 e 24 anos	Entre 25 e 31 anos	Entre 32 e 38 anos	Entre 39 e 45 anos	Entre 46 e 52 anos	Entre 53 e 59 anos	Mais de 59 anos	
Antes de 1968	1 0,7%	8 1,9%	23 7,8%	35 16,4%	35 16,4%	23 13,6%	28 18,7%	25 10,0%	178 9,7%
Entre 1968 e 1970	3 2,2%	32 7,8%	55 18,6%	41 19,2%	41 19,6%	47 27,8%	21 14,0%	26 10,4%	266 14,5%
Entre 1971 e 1973	10 7,5%	46 11,2%	46 15,6%	34 16,0%	45 21,5%	22 13,0%	15 10,0%	24 9,6%	242 13,2%
Entre 1974 e 1976	2 1,5%	13 3,2%	30 10,2%	14 6,6%	16 7,7%	9 5,3%	5 3,3%	10 4,0%	99 5,4%
Entre 1977 e 1979	3 2,2%	18 4,4%	17 5,8%	27 12,7%	17 8,1%	11 6,5%	9 6,0%	10 4,0%	112 6,1%
Entre 1980 e 1982	58 43,3%	148 35,9%	49 16,6%	26 12,2%	29 13,9%	23 13,6%	29 19,3%	57 22,7%	419 22,9%
Entre 1983 e 1985	49 36,6%	114 27,7%	42 14,2%	13 6,1%	18 8,6%	24 14,2%	30 20,0%	64 25,5%	354 19,3%
Após 1985	8 6,0%	33 8,0%	33 11,2%	23 10,8%	8 3,8%	10 5,9%	13 8,7%	35 13,9%	163 8,9%
Total	134 100,0%	412 100,0%	295 100,0%	213 100,0%	209 100,0%	169 100,0%	150 100,0%	251 100,0%	1833 100,0%

Fonte: Passaportes deferidos aos emigrantes. (Elaboração própria).

Anexo VI - 5: Densidade populacional das freguesias de Boticas em 2001.

Freguesias	Densidade Populacional
Alturas do Barroso	14
Ardãos	14
Beça	35
Bobadela	24
Boticas	77
Cerdedo	7
Codessoso	19
Covas do Barroso	12
Curros	7
Dornelas	11
Fiães do Tâmega	12
Granja	30
Pinho	21
São Salvador de Viveiro	18
Sapiãos	25
Vilar	20
País	112,2

Fonte: Recenseamento Geral da População, 2001. Elaboração própria.

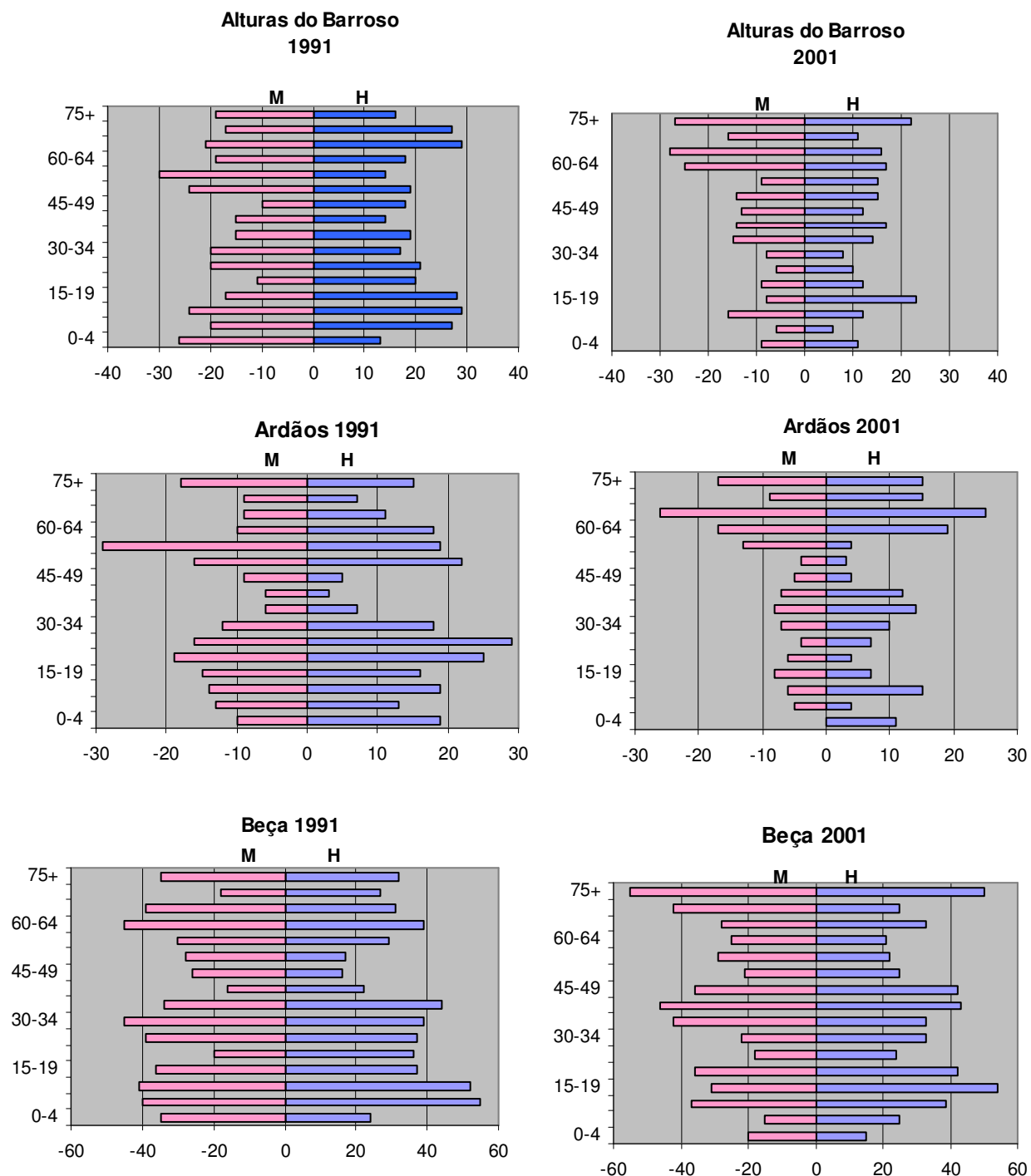
Anexo VI - 6: Evolução da população residente por freguesia no concelho de Boticas entre 1991 e 2001.

Freguesias	1991	2001	Total	% Relativa	% Total
Alturas Barroso	637	444	-193	-30,3	-12,7
Ardãos	457	311	-146	-31,9	-9,6
Beça	1064	1031	-33	-3,1	-2,2
Bobadela	487	354	-133	-27,3	-8,8
Boticas	1066	1065	-1	-0,1	-0,1
Cerdedo	276	176	-100	-36,2	-6,6
Codessoso	194	168	-26	-13,4	-1,7
Covas do Barroso	477	348	-129	-27,0	-8,5
Curros	113	87	-26	-23,0	-1,7
Dornelas	584	413	-171	-29,3	-11,3
Fiães do Tâmega	201	167	-34	-16,9	-2,2
Granja	341	266	-75	-22,0	-4,9
Pinho	600	478	-122	-20,3	-8,0
S.Salvador Viveiro	481	345	-136	-28,3	-9,0
Sapiãos	659	526	-133	-20,2	-8,8
Vilar	299	238	-61	-20,4	-4,0
Total	7936	6417	-1519		100,0

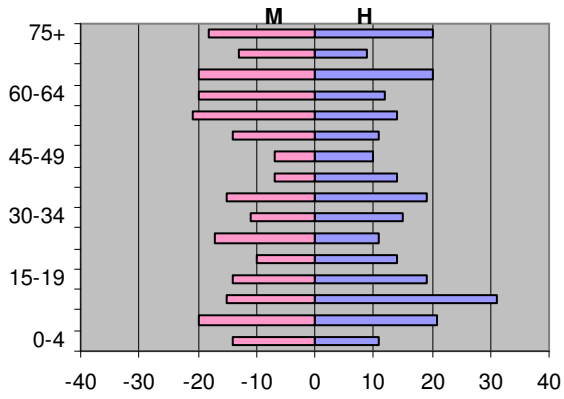
Fonte: Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001. Elaboração própria.

Anexo VI - 7: Pirâmides etárias das freguesias do concelho de Boticas para 1991 e 2001.

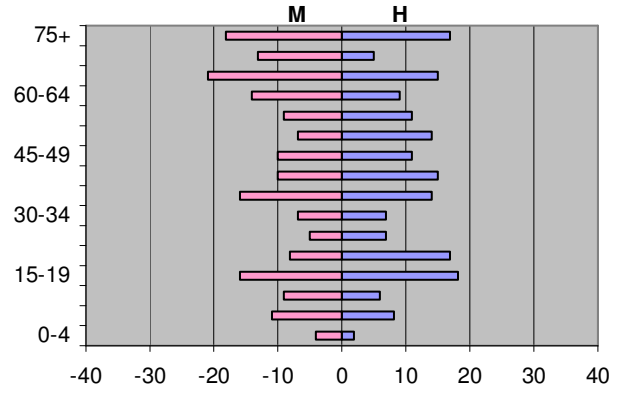
Gráficos 1 - 32



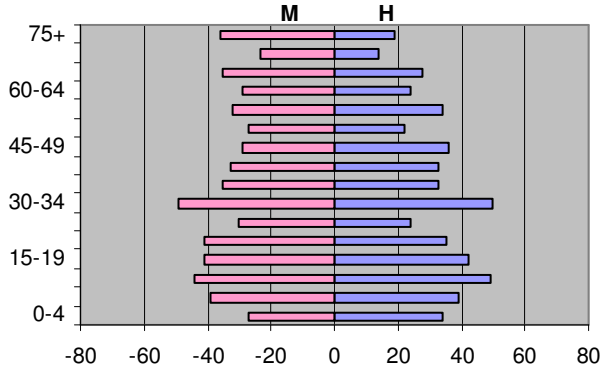
Bobadela 1991



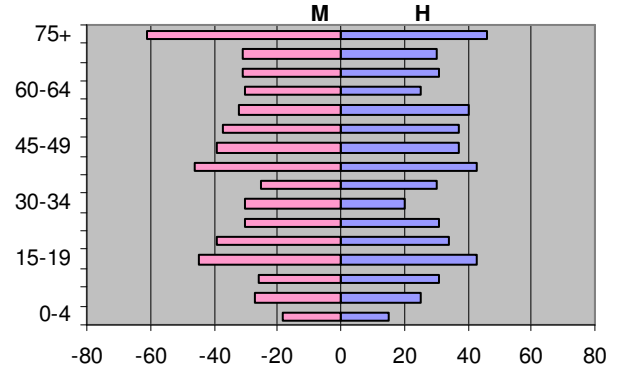
Bobadela 2001



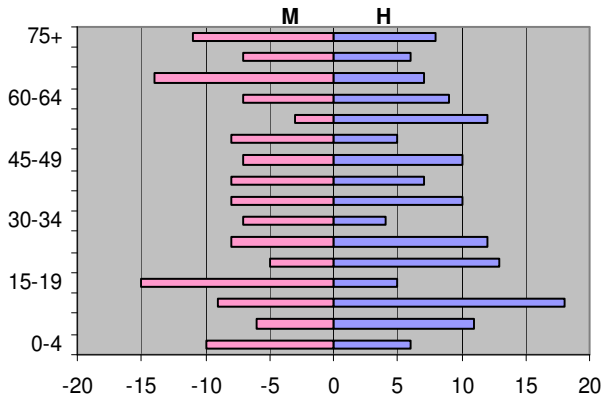
Boticas 1991



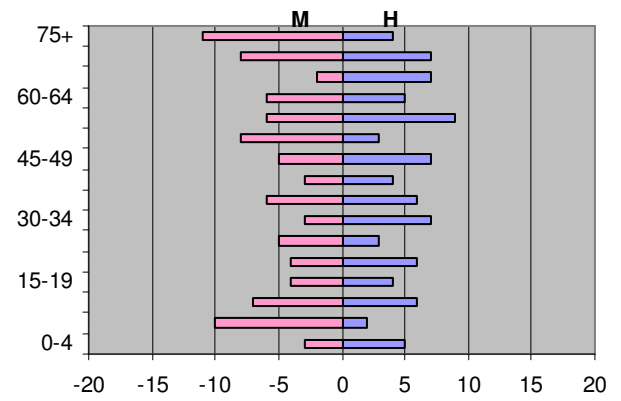
Boticas 2001



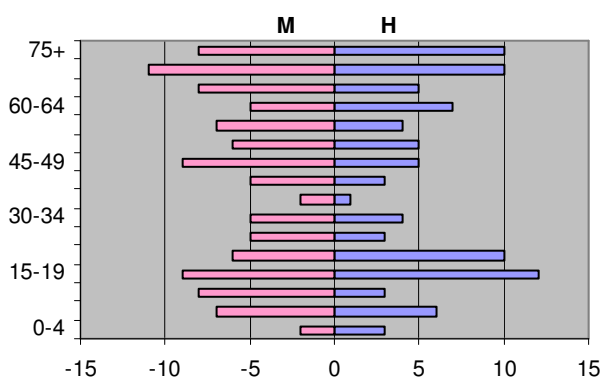
Cerdedo 1991



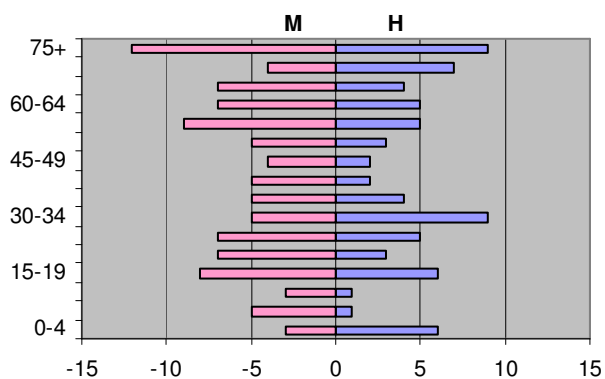
Cerdedo 2001



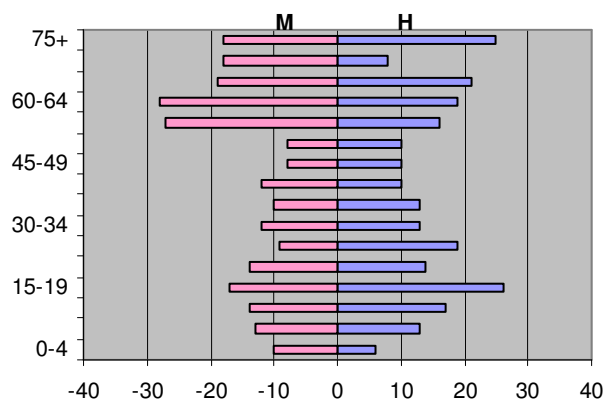
Codessoso 1991



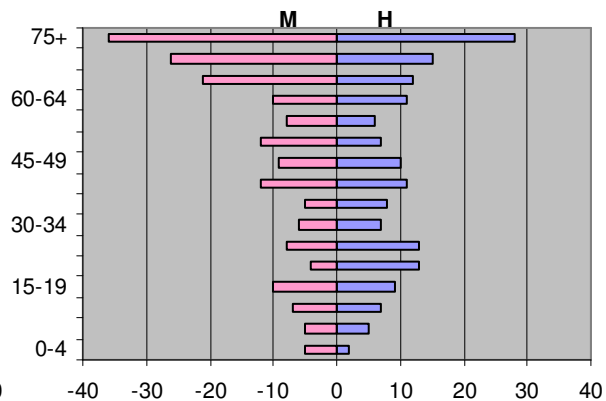
Codessoso 2001



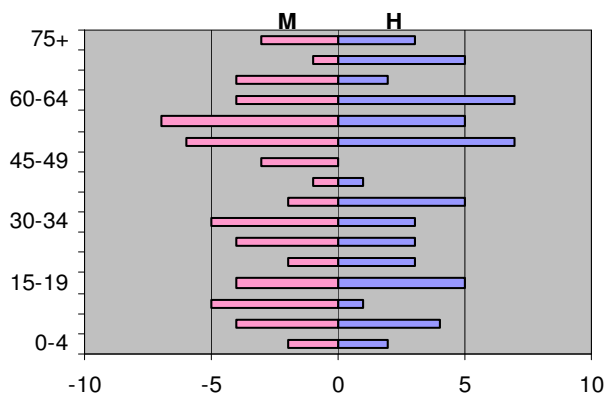
Covas do Barroso 1991



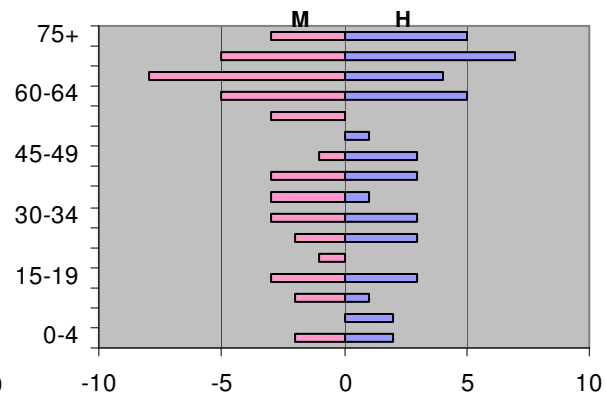
Covas do Barroso 2001

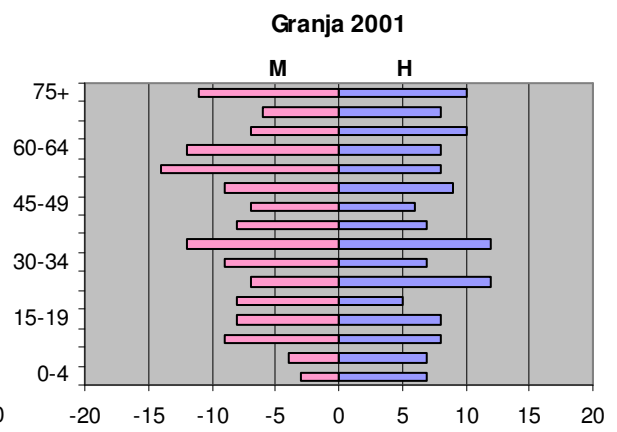
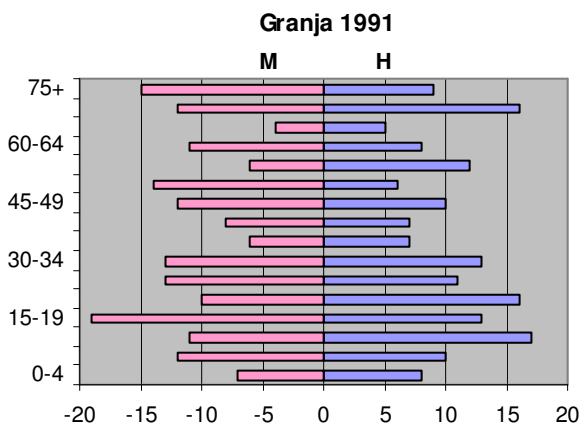
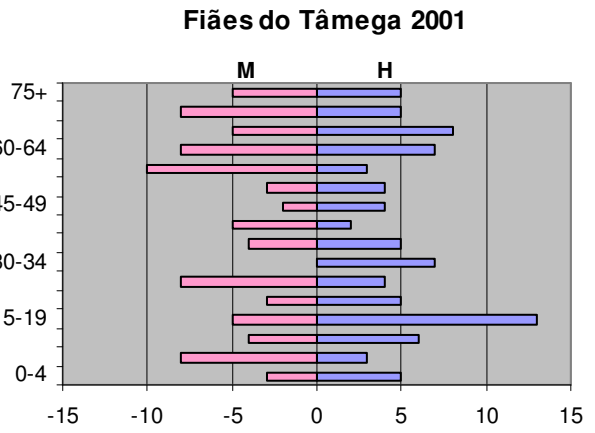
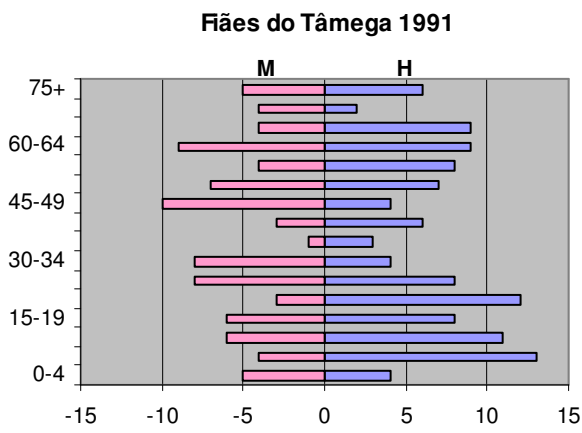
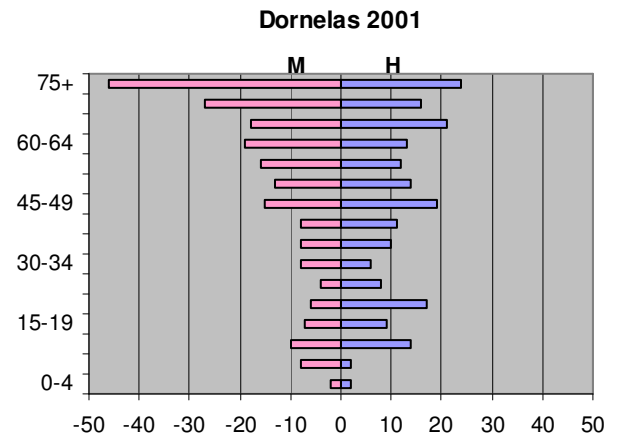
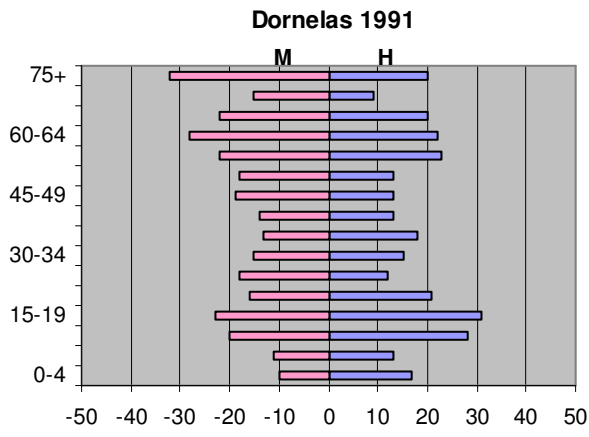


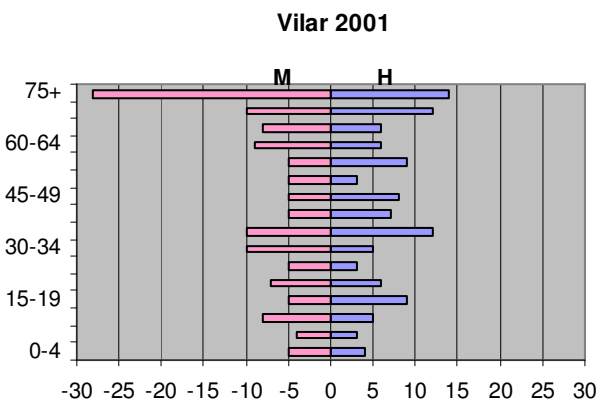
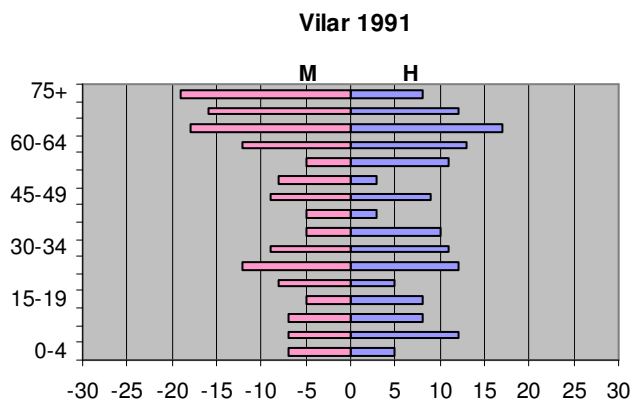
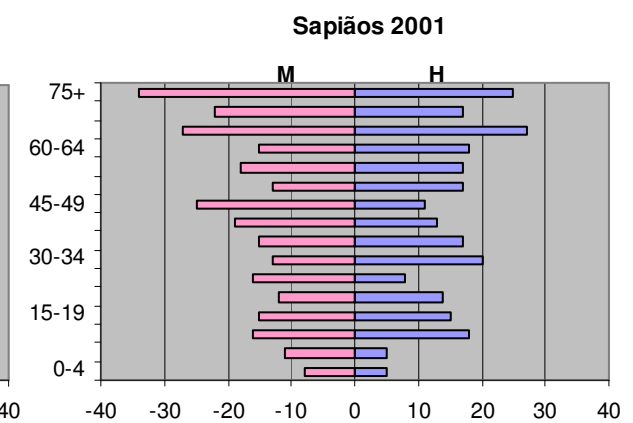
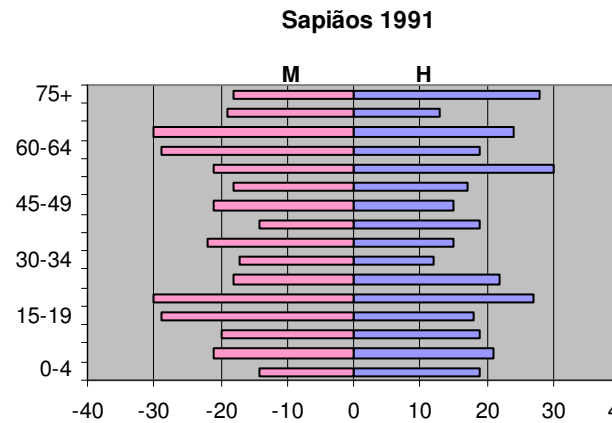
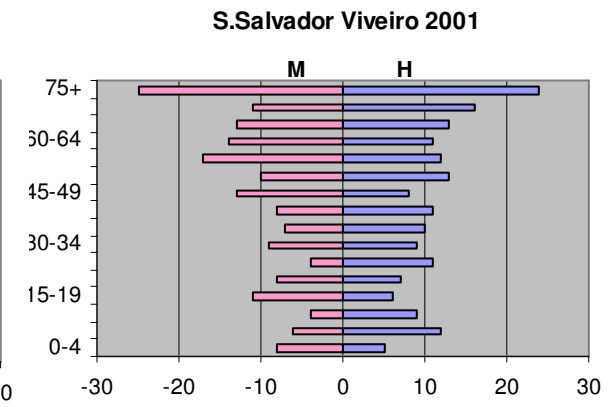
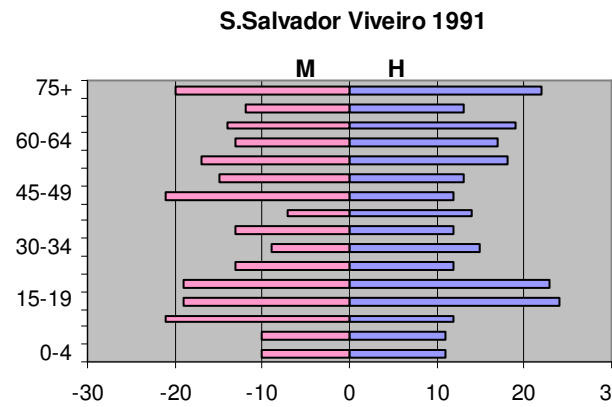
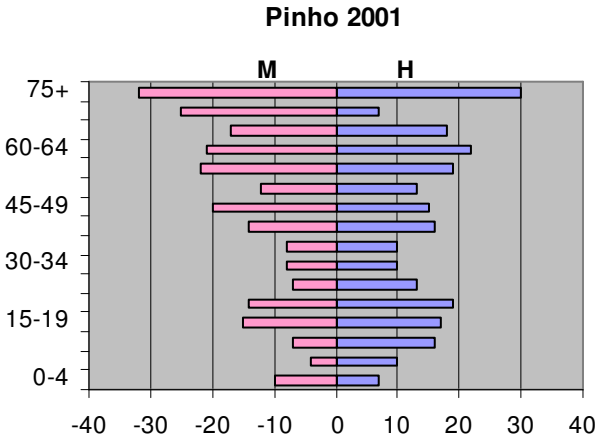
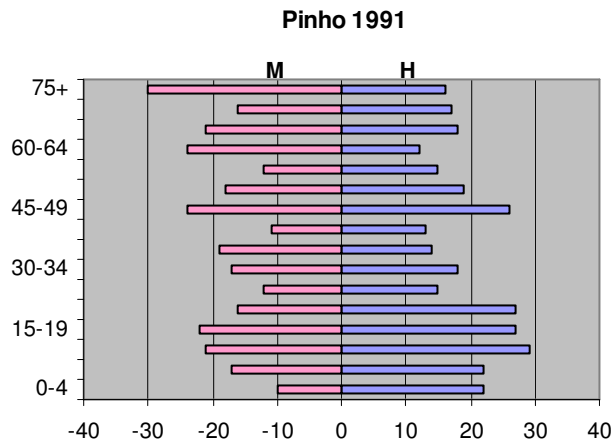
Curros 1991



Curros 2001







Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001. (Elaboração própria)

Anexo VI - 8: Nível de escolaridade do concelho Boticas, por sexo, 1991 e 2001 em %.

1991

Nível de escolaridade	Total	H	M
Analfabetos	22	16,5	27,4
Ensino Primário	50	54,6	45,2
Ensino Preparatório	12	12,0	11,0
Ensino Secundário	7	6,9	7,2
Ensino Médio/Superior	1	1,1	1,8

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991. (Elaboração própria).

2001

Nível de escolaridade	Total	H	M
Nenhum nível de ensino	25	19,8	31,0
1º Ciclo	45	48,5	41,6
2º Ciclo	12	13,4	10,1
Secundário + 3º Ciclo do Ensino Básico	14	15,7	13,0
Ensino Médio/Superior	3	2,6	4,2

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001. (Elaboração própria).

Anexo VI - 9: Taxa de desemprego em 1991 e 2001.

Genero	Portugal		Região Norte		Concelho de Boticas	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Homens/Mulheres	6,1	6,8	5	6,7	3,9	10,3
Homens	4,2	5,2	3,8	5,2	2,5	7
Mulheres	8,9	8,7	6,5	8,6	6	16,4

Fonte: Recenseamento Geral da População, 1991; Anuários estatísticos regionais, 2001. (Elaboração própria).

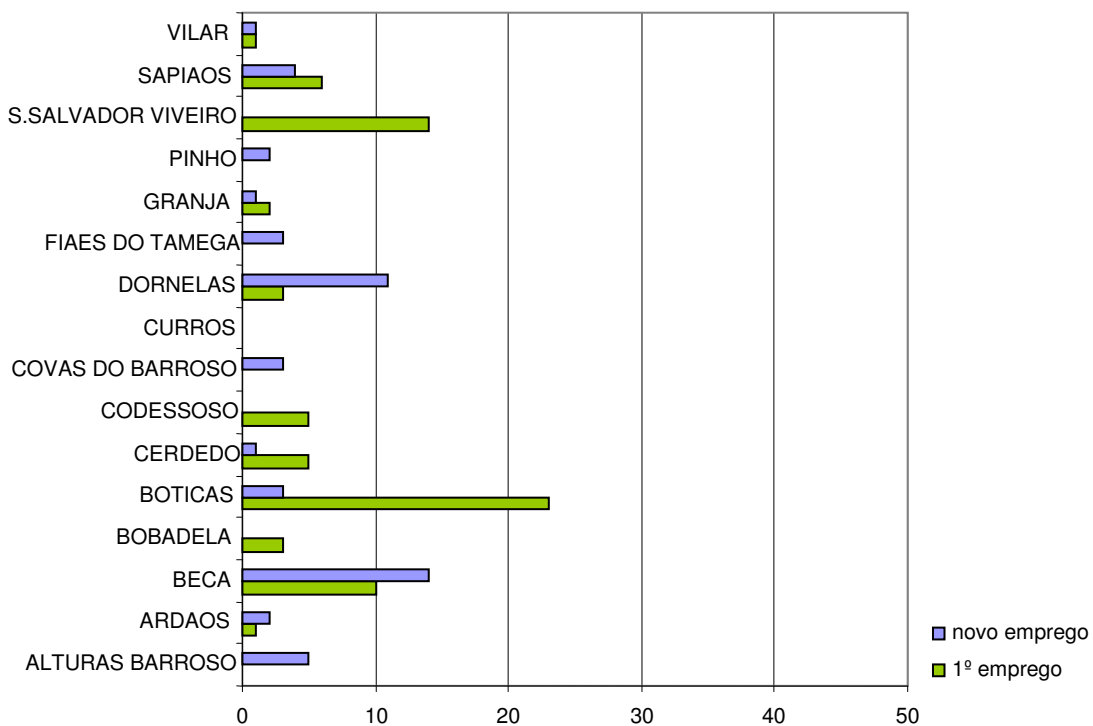
Anexo VI - 10: Percentagem da população desempregada, segundo a condição de procura de emprego, em 1991 e 2001.

	1991		2001	
	1º emprego	Novo emprego	1º emprego	Novo emprego
Portugal	26,6	73,4	16,5	83,5
Região Norte	29,5	70,5	17,6	82,4

Fonte: Recenseamento Geral da População, 1991; Anuários estatísticos regionais, 2001. (Elaboração própria).

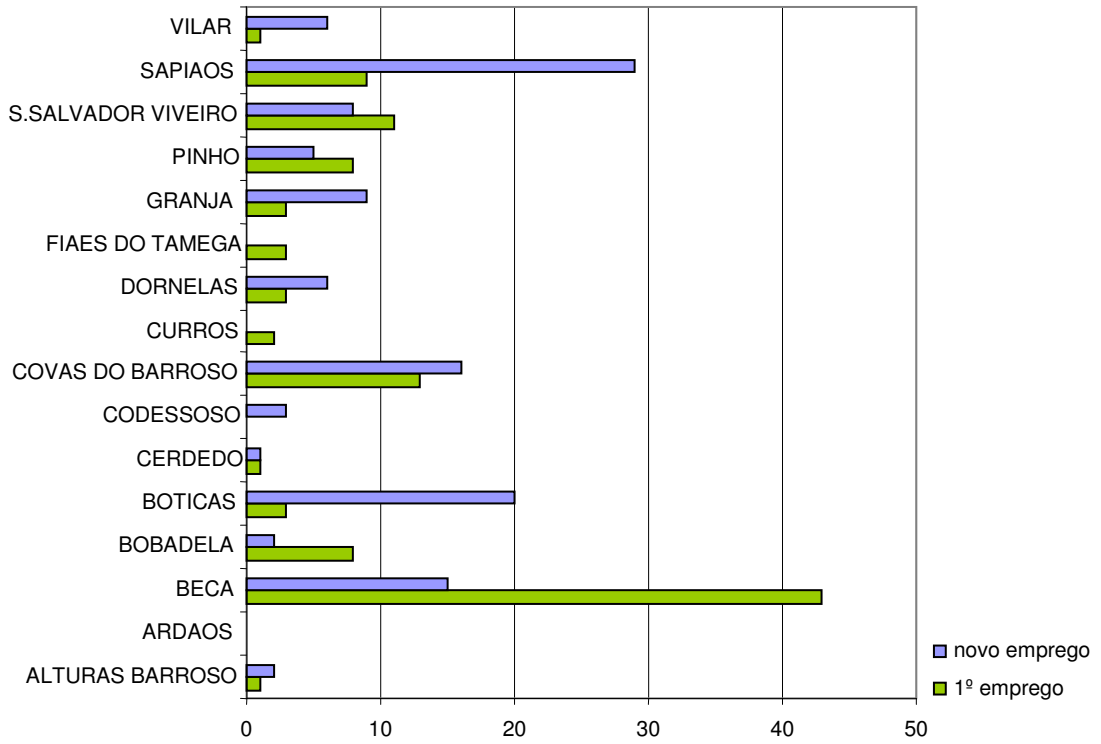
Anexo VI - 11: Gráficos 33 e 34 - Distribuição da população desempregada, das freguesias do concelho de Boticas, segundo a condição de procura de trabalho, 1991 e 2001

1991



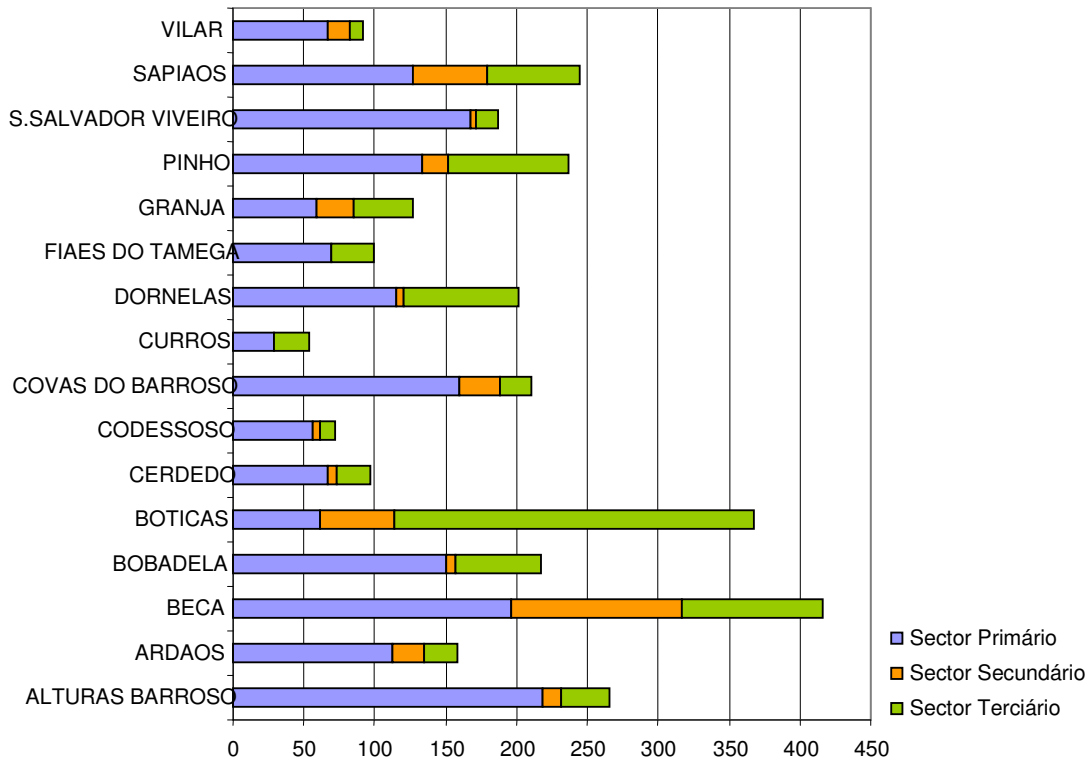
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991. (Elaboração própria).

2001



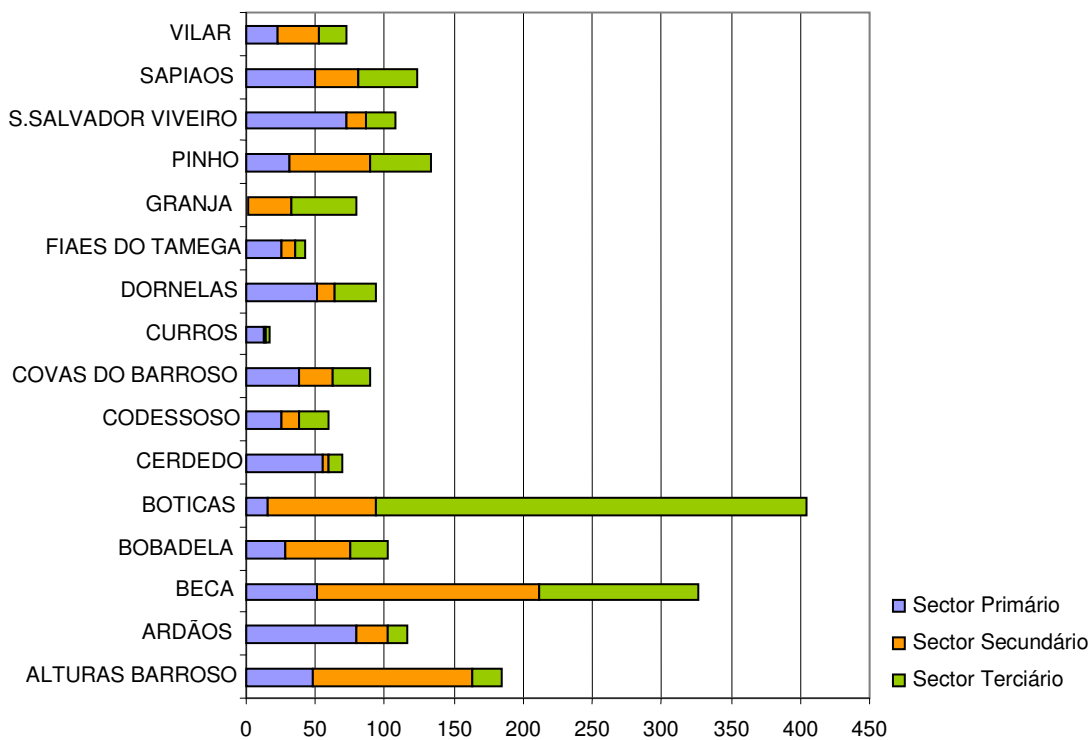
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001. (Elaboração própria).

Anexo VI - 12: Gráficos 35 - Distribuição da população empregada por sectores de actividade económica, 1991.



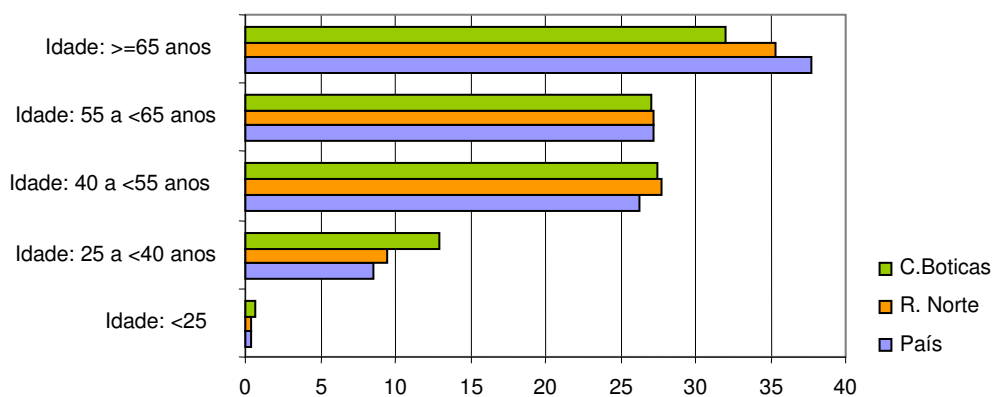
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991. (Elaboração própria).

Anexo VI - 13: Gráfico 36 - Distribuição da população empregada por sectores de actividade económica, 2001.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001. (Elaboração própria).

Anexo VI - 14: Gráfico 37 - Percentagem dos produtores agrícolas, segundo a idade, 1999.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 1999. (Elaboração própria).

Anexo VI - 15: Distribuição dos produtores agrícolas das freguesias do concelho de Boticas, segundo o tempo de actividade na exploração, 1999.

Freguesias	>0 a <50%	>=50% a <100%	Tempo completo
Alturas do Barroso	17	101	0
Ardãos	7	29	46
Beça	26	152	0
Bobadela	20	55	5
Boticas	21	45	0
Cerdedo	7	35	1
Codessoso	14	26	0
Covas do Barroso	36	46	0
Curros	2	20	0
Dornelas	63	47	0
Fiães do Tâmega	10	28	0
Granja	18	35	0
Pinho	38	88	0
São Salvador de Viveiro	36	71	0
Sapiãos	12	102	1
Vilar	27	37	0

Fonte: RGA, 1999. (Elaboração própria).

Anexo VI - 16: Número de empresas e de sociedades em 1997 e 2001.

Espaço geográfico	N.º de Empresas		N.º de Sociedades	
	1997	2001	1997	2001
País	799.521	773.004	241.399	312.000
R. Norte	246.427	239.031	70.425	95.885
C. Boticas	560	522	18	38

Fonte: INE, Serviço de Ficheiros de Unidades Estatísticas, 1997 e 2001. (Elaboração própria).

Anexo VI - 17: Número de sociedades dissolvidas.

Actividades económicas, segundo a CAE	País		R. Norte		C. Boticas	
	1996	2001	1996	2001	1996	2001
A	37	192	6	38	0	0
B	5	14	2	2	0	0
C	9	19	5	7	0	0
D	256	821	118	353	0	0
E	2	1	1	0	0	0
F	197	648	51	199	0	0
G	798	2735	215	847	0	0
H	169	636	38	171	0	0
I	24	185	6	52	0	0
J	13	27	3	8	0	0
K	343	1257	58	281	0	0
M	19	79	6	22	0	0
N	30	172	10	36	0	0
O	68	278	24	80	0	0

Fonte: INE, Serviço de Ficheiros de Unidades Estatísticas, 1996 e 2001. (Elaboração própria).

Anexo VI - 18: Comerciantes e prestação de serviços por freguesia em 2003¹²⁰

Beça

Domingos Martins	Carreira da Lebre	Bar	226,36 M2
Abel Barroso	“	Albergaria Rio Beça	1435 M2
José Dias	“	Materiais de construção	Fábrica 130 M2 Escrit./Exp. 389 M2
Carlos Machado	“	Móveis	103,6 M2
Normando Rogério	“	Carros usados	
Horácio Afonso	“	Aquecimento central	400 M2
Victor Pereira	“	Oficina	150 M2
Alzira Pereira	“	Café/Restaurante	130,4 M2
Ricardo Guimarães	“	Serração	360 M2
Domingos Afonso do Rio	“	Café/Restaurante	143 M2
Maria Fernandes	“	Talho/minimercado	110 M2
António Barroso	“	Oficina	362,5 M2
Hermínio Gomes	“	Oficina	140 M2
Armando Lamachã	“	Combustíveis	158 M2
Avelino Rodrigues	“	Oficina	
António Gonçalves	“	Aluguer máquinas	
Alfredo Gonçalves	“	Talho	Vendedor ambulante
Marcelo Marques	“	Padaria/Café	160,4 M2
Hélder Gonçalves	“	Oficina electrodomésticos	132 M2
Fernando Pires	“	Pronto-a-vestir	Fechou
António Pereira	Quintas	Café	90 M2
Elisabete	“	Taxista	
Maria Paulo	Beça	Café/Mini	60,06 M2
Victor da Silva	“	Café	57 M2
Domingos Ferreira	Carvalhelhos	Café Minimercados	142,28 M2
David Aleixo	“	Minimercado	62,72 M2
Águas de Carvalhelhos	“	Fábrica antiga Fábrica nova Estalagem	2850 M2 10 000 M2 1200 M2
Anselmo Lopes	“	Taxista	
Camilo Gonçalves	V. da Mó	Café	56 M2
Mário Rua	Lavradas	Café/Talho	45,21 M2
Alice Alves	Carvalhelhos	Café	97,50 M2
Manuel Alves	Carreira da Lebre	Café/Restaurante	105,6 M2

Alturas do Barroso

António Barroso	Alturas	Minimercado	59,9 M2
Domingos Roxo	Atilho	Café	Fechou
Domingos do Rio	Atilho	Minimercado/Táxi	45,25 M2
Maria Afonso	Alturas	Minimercado/Café	56,73 M2
Domingos Miranda	Alturas	Electricista	
Augusto Gomes	Alturas	Café/Minimercado	87,44 M2
Pedro Pereira	V. Seco	Café-restaurante	1285,9 M2
Aida Pires	V. Seco	Café	24,6 M2
Santa Casa da Misericórdia	Atilho	Apoio domiciliário	222,44 M2

¹²⁰ Fonte: Câmara Municipal de Boticas.

Bobadela

Miguel Peneda	Nogueira	Ext. de inertes	
José da Costa	“	Café	37,75 M2
António da Silva	“	Café	82,45 M2
Santa Casa da Misericórdia	“	Apoio domiciliário	96,05 M2
Ana Monteiro	“	Café/Mini	41,18 M2
Manuel Hilário	Bobadela	Café/Minimercado	75,8 M2
Bernardino Dias Barja	“	Café	49,92

Cerdedo

Maria Pires	Cerdedo	Café/Minimercado	46,15 M2
Augusto Miranda	Coimbró	Café/Minimercado	65,7 M2
António Pereira	Virtelo	Turismo rural	827,5 M2

Ardãos

Augusto da Cunha	Ardãos	Serralheiro	140 M2
Bar da Associação	Ardãos	Café/Sede	219,14 M2
Delfina Esteves	Ardãos	Café/Mini	135,32 M2

Codeçoso

José Lage	Codeçoso	Taberna	26,88 M2
José Freitas	“	Café	78 M2
João Mourão	“	Turismo rural	450 M2

Covas

Maria Alves	Covas	Café/Minimercado/Táxi	59,47 M2
Artur Dias	“	Café	47,88 M2
Mário Esteves	“	Carpintaria	3,0 M2
Santa Casa da Misericórdia	“	Apoio domiciliário	154,20 M2
Engrácia Loureiro	Romainho	Café/Minimercado	25 M2

Fiães

Valdemar Gonçalves	Veral	Construtor Civil	
Armando Dias	“	Café/Minimercado	15 M2
Domingos de Jesus	Fiães	Café/Minimercado	52,27 M2

Viveiro

Fernando Camide	Viveiro	Café/Minimercado	38,60 M2
Manuel Cunha	Campos	Café/Minimercado	38,40 M2
Nair Chaves	Bostofrio	Café	Fechou
Albertina Avelães	Agrelas	Café	39,84 M2

Granja

Jeremias Gonçalves	Granja	Café	65,5 M2
Carminda Reis	''	Café/Minimercado	72,5 M2
José Pires	''	Café	120 M2
Citroen	''	Stand automóveis	290 M2
Bortipneus	''	Comércio de pneus	500 M2
Jorge Vaz	''	Taxista	

Vilar

André Fernandes	Vilar	Café/Minimercado	77 M2
António do Rego	''	Serralharia	62,33 M2
Maria Lurdes	''	Turismo rural	846 M2
Santa Casa da Misericórdia	''	Apoio domiciliário	90,75 M2

Dornelas

Mário Gonçalves	Vila Pequena	Café/Minimercado	54,25 M2
Sara Bandeira	''	Minimercado	16,68 M2
Gervásio Barreto	''	Taxista	
José Ferreira	''	Talho	30,59 M2
Victor Afonso	Vila Grande	Oficina de reparações de electrodomésticos	Fechada
Domingos Afonso	''	Taberna	15,48 M2
António Baptista	''	Café	11,50 M2
António Pereira	''	Taberna	16,10 M2
Luís Carlos Magalhães	''	Taberna	Fechada
António Alves	Espertina	Serralheiro	78 M2
José Ponteira	''	Taxista	
Manuel Alves	''	Serralharia	40 M2
Manuel Magalhães	Vila Grande	Padaria	82,40 M2
Carlos Ponteira	Antigo de Dornelas	Taberna	21,60 M2
Adelaide Peixoto	Vila Grande	Café	67,5 M2
Santa Casa da Misericórdia	Vila Pequena	Apoio domiciliário	86,63 M2

Pinho

José Castro	Pinho	Café	52,25 M2
Octávio Pereira	“	Café/Minimercado	45,39 M2
Alda Pires	“	Café/Minimercado	52,61 M2
Amorim Moura	“	Café	169 M2
Josefina Pereira	“	Comércio de roupa	Fechou
José Lage	“	Construção civil	
António Teixeira	“	Construção civil	
Belmiro Fontes	“	Carpintaria	230 M2
Manuel Cândido	“	Carpintaria	120 M2
José Reis	“	Exp. de móveis/Carpintaria	120 M2
Raul Dias	“	Oficina mecânica	72,96 M2
Santa Casa da Misericórdia	“	Apoio domiciliário	47,20 M2
José Silva	Sobradelo	Café	48 M2
Domingos Barão	“	Taberna/Minimercado	18,5 M2
José Gonçalves	Valdegas	Café	52,5 M2

Sapiãos

Idalina Barros	Sapiãos	Café	52,85 M2
Manuel Ferreira	“	Talho/Café/Restaurante	265,49 M2
Agostinho do Rio	“	Materiais de construção	
Avelino da Silva	“	Materiais de construção	530 M2
Rui Santos	“	Oficina	191,66 M2
Alcides Cruz	“	Serralheiro	176 M2
Alberto Leite	“	Minimercado	34 M2
João Torres	“	Aquecimento central	150 M2
Joaquim Torres	“	Carpintaria	255,83 M2
Laurinda da Silva	“	Café	56,63 M2
Ana Teixeira	“	Churrasqueira	112,40 M2
Júlio Carvalho	“	Oficina	61,20 M2
Manuel Maia	“	Taxista	
António Esteves	Sapelos	Serralharia	105 M2
José Rodrigues	“	Café/Minimercado	75,80 M2
Alice Martins	“	Taberna	26,78 M2
Cândido Ramalhete	“	Café/Snack-bar/Salão de jogos	233,45 M2

Boticas

Hélio Melo	Bairro da Noruega	Electro-auto	34,16 M2
Teresa Ribeiro	Rua Camilo Castelo Branco	Ferreiro	55,86 M2
António Correia	“	Móveis	240,8 M2
António Barroso	“	Café/Restaurante	75,92 M2
António Barroso	“	Talho	Fechado
Domingos Alves	“	Café/Restaurante	110,3 M2
Maria Freitas	“	Cabeleireira Zé	15,83 M2
Residência de Estudantes	“	Residência de estudantes	626,40 M2
Estação de correios	“	Correios	187,61 M2
Emília Fernandes	Rua 5 de Outubro	Casa de Pasto	150 M2
Luísa Pereira	“	Café	28,52 M2
João Barja	“	Casa do agricultor	104 M2
CNA	“	Confederação Nacional da Agricultura	32,33 M2
Segurança Social	“	Segurança Social	36 M2
José da Cunha	“	Minimercado	87,04 M2
José da Cunha	“	Talho	22,77 M2
Cristina	“	Óptica Máxima	52 M2
Arnaldo Mateus	“	Pronto-a-vestir	48,23 M2
Abílio Fernandes	“	Sapateiro	15 M2
Banco Comercial Português	“	Banco	118 M2
Celso Ferreira	“	Pronto-a-vestir	36,12 M2
Victória da Fonte	“	Ourivesaria	35 M2
Repartição de Finanças	“	Repartição de Finanças	282,81 M2
Tesouraria	“	Tesouraria	206,47 M2
Caixa Geral de Depósitos	“	Caixa Geral de Depósitos	194 M2
José Moura	“	Casa S.Cristovão	404,20 M2
José da Cunha	“	Barbeiro	10,86 M2
António	“	Barbeiro	11,03 M2
Oliveira Rua	“	Advogado	17,50 M2
Guida Vaz	“	Advogada	13,68 M2
Camilo Fernandes	“	Café/Restaurante Marialva	224,42 M2
Graça	“	Foto Graça	21 M2
Rosalina de Sousa	“	Minimercado Pingo de Mel	150 M2
Arsénio Pinho	“	Café	60,78 M2
Guilherme Pires	Rua do Mercado	Advogado	29,37 M2
Aldina	“	Boutique	21 M2
Fernando	“	Talho Barrosão II	51,80 M2
Domingos Ladeira	“	Talho O Brasileiro	69,35 M2
Lúcia Alves	“	Café/Restaurante	203 M2
Caridade Macedo	“	Casa de desporto	35,91 M2
José Mota	“	Foto Ricardo	25 M2
Heitor Barros	“	Agência de seguros	21 M2
Fernanda	“	Sapataria Bom Gosto	38,19 M2
Batista Pereira	“	Advogado	3,43 M2
	“	Café A Cave	95 M2
Vitorino Rodrigues	“	Depósito de pão	27,88 M2
José Gomes	“	Minimercado Flor do Noro	137 M2
José Curião	“	Materiais de construção	384,09 M2
Orlando Batista	Avenida de Sangunhedo	Jogos e bazar	38,40 M2
António Pires	“	Talho Barrosão III	32,25 M2

Vitorino Rodrigues	“	Casa de electrodomésticos	35,32 M2
Cristina Alves	“	Óptica Cristina	43,20 M2
Ana Neves	“	Farmácia Neves	106 M2
Maria do Rosário	“	Electrossom	110 M2
Maria Reis	“	Minimercado	68,68 M2
Zélia Chaves	“	Salão de estética	24,5 M2
Inês Ponteira	Rua de Camões	W 52	27,56 M2
Francisca	“	Diversos	(*)
Isaura Fernandes	Avenida do Sangunhedo	A Baratucha	232,53 M2
Fernando Pires	“	Pneus Avenida	307,16 M2
Alfredo Reis	Rua João de Deus	Drogaria Reis	38,12 M2
Reinaldo Persegati	“	Dentista	22,50 M2
António Fernandes	Pinhal da Cruz	Salão de jogos	94,80 M2
Avelino Rodrigues	“	Restaurante e pub	316,26 M2
João Lamartin	Rua D.Pedro de Menezes	Laboratório de análises	64 M2
Laboratório Pioledo	“	Laboratório de análises	47 M2
Guilherme Fernandes	“	Restaurante/Bar/Salão de jogos e Residencial	521 M2
Maria Roxo	“	Lavandaria Roxo	82,59 M2
Erika Fernandes	“	Papelaria	91,56 M2
Centro de Saúde	Avenida Rei Olavo V	Centro de Saúde	923,30 M2
Lar dos Aclamados	“	Lar dos Aclamados	854,26 M2
Albino Pires	“	Talho Avenida	21,56 M2
Escola EB 23	“	Escola	2851,44 M2
Fernando Pinho	“	Papelaria Supersónica	46,41 M2
Fernando Pinho	“	Café Convívio	15 M2
Manuela Macedo	“	Café	44,88 M2
José Pereira	“	Moto Pereira	84,68 M2
Cooperativa Agrícola	“	Cooperativa Agrícola	1482 M2
Brás	Fortelheiro	Oficina de pintura	390 M2
Fernando	“	Auto Reparadora	390 M2
Agostinho Freitas	“	Carpintaria	385,20 M2
José Curião	“	Armazém de materiais de construção	880 M2
Monteiro da Silva	Carvalheira	Bombas de gasolina	171 M2
Monteiro da Silva	“	Café das bombas	
Victória Monteiro	Rua do Município	Casa Infanto-Juvenil	44,4 M2
Nelsa	“	Langerie	13,48 M2
Carminda Carneiro	“	Croissanteria CIM	63 M2
Paulo Afonso	“	Talho	54,10 M2
Paula Matias	“	Artigos para o lar Pedra Verde	100,4 M2
Luísa Lourenço	“	Cabeleireira	16,38 M2
Guilherme Tomáz	“	Arquib - Estudos e projectos	(*)
Paula	“	Dentista	60,20 M2
Torno Motores	Rua do Cemitério	Torneiro mecânico	390 M2
Sónia Ferreira	Estação de Camionagem	Cabeleireira	16,38 M2
Paula Baía	“	Florista	27,3 M2
António Rodrigues	“	Agência Rodrigues	25,83 M2
Paulo	“	Sigma/Contabilidade	25,83 M2
Fernando	“	Pastelaria/Dep. de pão	26,25 M2
Isaura	“	Quiosque	10,64 M2
Paulo Costa	Rua 5 de Outubro	Loja dos 300	33,28 M2
	“	Sapateiro/Rápido	8,60 M2
Matilde	“	Florista	43,20 M2

Joaquim Junqueira	Avenida do Noro	Casa de móveis e electrodomésticos	223,50 M2
Joaquim Junqueira	“	Posto de abastecimento	
Fidélío Diz	“	Escola de condução	69,64 M2
Armando Rodrigues	“	Minimercado Espanhol	90 M2
Vitorino Rodrigues	Canda	Padaria	300 M2
A4	Lameira do Tojo	Pedreira	
José Dias	Lameira do Tojo	Pedreira Granídiás	
EURONET	Zona Empresarial do Padrão	Fábrica de Cordas	5394 M2
B.V.B.	Avenida Rei Olavo V	B.V.B.	1,168 M2
G.N.R.	Avenida de Chaves	G.N.R	362 M2
Tesouraria	Rua 5 de Outubro	Tesouraria	206,47 M2
Repartição das Finanças	“	Finanças	282,81 M2
Tribunal Judicial	Praceta do Município	Tribunal	569,87 M2
Cons. Do Registo Civil	“	Conservatória	210,04 M2
Centro de Saúde	Avenida Rei Olavo V	Centro de Saúde	923,30 M2
Escola EB 23	“	Escola	2851,44 M2
CADAT	Rua Sá Carneiro	Centro de Apoio a Deficientes do Alto Tâmega	3311,4 M2

Anexo VI - 19: Evolução da percentagem do poder de compra da R. Norte e do c. Boticas, entre 1993 e 2005.

	C. Boticas	R. Norte
1993	0,0189	28,5
1995	0,0218	29,01
1997	0,0238	29,6
2000	0,0264	30,82
2002	0,0246	30,34
2005	0,0279	29,76

Fonte: INE, Estudo de Poder de Compra Concelhio. (Elaboração própria).

Apêndices ao Capítulo VI

Apêndice VI - 1 à Figura 2: Variação da população em Portugal Continental, 1991 – 2001.

	Varição		Varição
CC - Águeda	4996	CC - Lourinhã	1669
CC - Albergaria-a-Velha	2643	CC - Mafra	10627
CC - Anadia	2646	CC - Oeiras	10786
CC - Arouca	333	CC - Sintra	102798
CC - Aveiro	6891	CC - Sobral de Monte Agraço	1682
CC - Castelo de Paiva	823	CC - Torres Vedras	5065
CC - Espinho	-1255	CC - Vila Franca de Xira	19337
CC - Estarreja	1440	CC - Amadora	-5902
CC - Santa Maria da Feira	17323	CC - Odivelas	3832
CC - Ílhavo	3974	CC - Alter do Chão	-503
CC - Mealhada	2479	CC - Arronches	-288
CC - Murtosa	-121	CC - Avis	-489
CC - Oliveira de Azeméis	3875	CC - Campo Maior	-148
CC - Oliveira do Bairro	2504	CC - Castelo de Vide	-273
CC - Ovar	5539	CC - Crato	-716
CC - São João da Madeira	2650	CC - Elvas	-1113
CC - Sever do Vouga	-640	CC - Fronteira	-390
CC - Vagos	2949	CC - Gavião	-1033
CC - Vale de Cambra	261	CC - Marvão	-390
CC - Aljustrel	-1423	CC - Monforte	-366
CC - Almodôvar	-854	CC - Nisa	-1279
CC - Alvito	38	CC - Ponte de Sor	338
CC - Barrancos	-128	CC - Portalegre	-131
CC - Beja	-65	CC - Sousel	-370
CC - Castro Verde	-159	CC - Amarante	3546
CC - Cuba	-500	CC - Baião	-101
CC - Ferreira do Alentejo	-1065	CC - Felgueiras	8459
CC - Mértola	-1093	CC - Gondomar	20918
CC - Moura	-959	CC - Lousada	6499
CC - Odemira	-312	CC - Maia	26960
CC - Ourique	-398	CC - Marco de Canaveses	4286
CC - Serpa	-1192	CC - Matosinhos	15344
CC - Vidigueira	-117	CC - Paços de Ferreira	8795
CC - Amares	1806	CC - Paredes	10377
CC - Barcelos	10363	CC - Penafiel	3356

CC - Braga	22936	CC - Porto	-39341
CC - Cabeceiras de Basto	1478	CC - Póvoa de Varzim	8682
CC - Celorico de Basto	-1011	CC - Santo Tirso	2623
CC - Esposende	3224	CC - Valongo	11833
CC - Fafe	4895	CC - Vila do Conde	9555
CC - Guimarães	15592	CC - Vila Nova de Gaia	40184
CC - Póvoa de Lanhoso	1256	CC - Trofa	4761
CC - Terras de Bouro	-1056	CC - Abrantes	-3462
CC - Vieira do Minho	-1051	CC - Alcanena	227
CC - Vila Nova de Famalicão	13229	CC - Almeirim	577
CC - Vila Verde	2523	CC - Alpiarça	313
CC - Vizela	2589	CC - Benavente	4922
CC - Alfândega da Fé	-771	CC - Cartaxo	1121
	Varição		Varição
CC - Bragança	1695	CC - Chamusca	-790
CC - Carraceda de Ansiães	-1593	CC - Constância	-355
CC - Freixo de Espada à Cinta	-730	CC - Coruche	-2302
CC - Macedo de Cavaleiros	-1481	CC - Entroncamento	3948
CC - Miranda do Douro	-649	CC - Ferreira do Zêzere	-532
CC - Mirandela	610	CC - Golegã	-362
CC - Mogadouro	-953	CC - Mação	-1618
CC - Torre de Moncorvo	-1050	CC - Rio Maior	991
CC - Vila Flor	-915	CC - Salvaterra de Magos	1182
CC - Vimioso	-1008	CC - Santarém	942
CC - Vinhais	-2081	CC - Sardoal	-326
CC - Belmonte	181	CC - Tomar	-133
CC - Castelo Branco	1398	CC - Torres Novas	-784
CC - Covilhã	506	CC - Vila Nova da Barquinha	57
CC - Fundão	-205	CC - Ourém	6031
CC - Idanha-a-Nova	-1971	CC - Alcácer do Sal	-225
CC - Oleiros	-1090	CC - Alcochete	2841
CC - Penamacor	-1457	CC - Almada	9042
CC - Proença-a-Nova	-1478	CC - Barreiro	-6756
CC - Sertã	-1479	CC - Grândola	1134
CC - Vila de Rei	-333	CC - Moita	2363
CC - Vila Velha de Ródão	-862	CC - Montijo	3130
CC - Arganil	-303	CC - Palmela	9496
CC - Cantanhede	770	CC - Santiago do Cacém	-370
CC - Coimbra	9391	CC - Seixal	33359
CC - Condeixa-a-Nova	2313	CC - Sesimbra	10321

CC - Figueira da Foz	1046	CC - Setúbal	10300
CC - Góis	-511	CC - Sines	1230
CC - Lousã	2306	CC - Arcos de Valdevez	-2215
CC - Mira	-385	CC - Caminha	862
CC - Miranda do Corvo	1395	CC - Melgaço	-1022
CC - Montemor-o-Velho	-897	CC - Monção	-1843
CC - Oliveira do Hospital	-472	CC - Paredes de Coura	-871
CC - Pampilhosa da Serra	-577	CC - Ponte da Barca	-233
CC - Penacova	-23	CC - Ponte de Lima	922
CC - Penela	-325	CC - Valença	-628
CC - Soure	-764	CC - Viana do Castelo	5536
CC - Tábua	-499	CC - Vila Nova de Cerveira	-292
CC - Vila Nova de Poiares	900	CC - Alijó	-2007
CC - Alandroal	-762	CC - Boticas	-1519
CC - Arraiolos	-591	CC - Chaves	2727
CC - Borba	-472	CC - Mesão Frio	-593
CC - Estremoz	211	CC - Mondim de Basto	-945
CC - Évora	2765	CC - Montalegre	-2702
CC - Montemor-o-Novo	-54	CC - Murça	-619
CC - Mora	-800	CC - Peso da Régua	-2735
CC - Mourão	-43	CC - Ribeira de Pena	-1092
CC - Portel	-416	CC - Sabrosa	-446
CC - Redondo	-660	CC - Santa Marta de Penaguião	-1134
CC - Reguengos de Monsaraz	-19	CC - Valpaços	-3074
CC - Vendas Novas	1143	CC - Vila Pouca de Aguiar	-2083
	Varição		Varição
CC - Viana do Alentejo	-105	CC - Vila Real	3657
CC - Vila Viçosa	-197	CC - Armamar	-1185
CC - Albufeira	10594	CC - Carregal do Sal	-581
CC - Alcoutim	-801	CC - Castro Daire	-1166
CC - Aljezur	282	CC - Cinfães	-1065
CC - Castro Marim	-210	CC - Lamego	-2083
CC - Faro	7290	CC - Mangualde	-818
CC - Lagoa	3871	CC - Moimenta da Beira	-1243
CC - Lagos	3872	CC - Mortágua	-283
CC - Loulé	12575	CC - Nelas	-335
CC - Monchique	-335	CC - Oliveira de Frades	0
CC - Olhão	3996	CC - Penalva do Castelo	-147
CC - Portimão	5985	CC - Penedono	-286
CC - São Brás de Alportel	2506	CC - Resende	-1305

CC - Silves	906	CC - Santa Comba Dão	264
CC - Tavira	140	CC - São João da Pesqueira	-928
CC - Vila do Bispo	-413	CC - São Pedro do Sul	-902
CC - Vila Real de Santo António	3556	CC - Sátão	-198
CC - Aguiar da Beira	-478	CC - Sernancelhe	-793
CC - Almeida	-1617	CC - Tabuaço	-1116
CC - Celorico da Beira	0	CC - Tarouca	-1271
CC - Figueira de Castelo Rodrigo	-947	CC - Tondela	-897
CC - Fornos de Algodres	-641	CC - Vila Nova de Paiva	53
CC - Gouveia	-1288	CC - Viseu	9900
CC - Guarda	5320	CC - Vouzela	-561
CC - Manteigas	-361	CC - Calheta (R.A.M.)	-1059
CC - Meda	-1201	CC - Câmara de Lobos	3138
CC - Pinhel	-1739	CC - Funchal	-11442
CC - Sabugal	-2048	CC - Machico	-269
CC - Seia	-2218	CC - Ponta do Sol	-631
CC - Trancoso	-595	CC - Porto Moniz	-505
CC - Vila Nova de Foz Côa	-391	CC - Ribeira Brava	-676
CC - Alcobaça	2303	CC - Santa Cruz	6256
CC - Alvaiázere	-868	CC - Santana	-1498
CC - Ansião	-310	CC - São Vicente	-1497
CC - Batalha	1673	CC - Porto Santo	-232
CC - Bombarral	597	CC - Vila do Porto	-344
CC - Caldas da Rainha	5641	CC - Lagoa	1226
CC - Castanheira de Pêra	-709	CC - Nordeste	-199
CC - Figueiró dos Vinhos	-660	CC - Ponta Delgada	3865
CC - Leiria	17085	CC - Povoação	-597
CC - Marinha Grande	2028	CC - Ribeira Grande	1299
CC - Nazaré	-253	CC - Vila Franca do Campo	100
CC - Óbidos	-313	CC - Angra do Heroísmo	311
CC - Pedrógão Grande	-245	CC - Vila da Praia da Vitória	-184
CC - Peniche	1435	CC - Santa Cruz da Graciosa (R.A.A.)	-409
CC - Pombal	4942	CC - Calheta (R.A.A.)	-443
CC - Porto de Mós	928	CC - Velas (R.A.A.)	-102
CC - Alenquer	5082	CC - Lajes do Pico	-522
	Varição		Varição
CC - Arruda dos Vinhos	986	CC - Madalena	172
CC - Azambuja	1269	CC - São Roque do Pico	-46
CC - Cadaval	427	CC - Horta	143

CC - Cascais	17389	CC - Lajes das Flores	-199
CC - Lisboa	-98737	CC - Santa Cruz das Flores	-135
CC - Loures	6916	CC - Corvo	32

Fonte: INE, XIV, Recenseamento Geral da População, 1991, 2001.

Apêndice VI - 2 ao Gráfico 1: Evolução da população residente da Região Norte entre 1991- 2001.

	1991	2001
Minho-Lima	250.059	247.052
Cávado	353.267	391.010
Ave	459.673	506.454
Grande Porto	1.167.800	1.252.842
Tâmega	515.610	547.425
Entre Douro e Vouga	252.370	274.943
Douro	238.695	218.343
Alto Trás-os-Montes	235.241	219.744

Fonte: INE, (1991 e 2001); Barreto, (2001:527-531).

Apêndice VI - 3 ao Gráfico 2: Evolução da população do Alto-Trás-os-Montes entre 1991 e 2001.

	1991	2001
Alfândega da Fé	6.734	5.832
Boticas	7.936	6.417
Bragança	33.055	34.412
Chaves	40.940	43.270
Macedo de Cavaleiros	18.930	17.160
Miranda do Douro	8.697	7.917
Mirandela	25.209	25.425
Mogadouro	12.188	11.016
Montalegre	15.464	12.449
Murça	7.371	6.606
Valpaços	22.586	19.106
Vila Pouca de Aguiar	17.081	14.731
Vimioso	6.323	5.192
Vinhais	12.727	10.370
Total	235.241	219.903

Fonte: INE, (1991 e 2001); Barreto, (2000:527-531).

Apêndice VI - 4 à Figura 3: Densidade populacional das freguesias do concelho de Boticas em 1991.

Alturas Barroso	19
Ardãos	20
Beça	36
Bobadela	33
Boticas	77
Cerdedo	12
Codessoso	22
Covas do Barroso	16
Curros	9
Dornelas	16
Fiães do Tâmega	14
Granja	39
Pinho	27
S.Salvador Viveiro	26
Sapiãos	31
Vilar	25

Fonte: INE, Recenseamento da População, Região Norte, 1991.

Apêndice VI - 5 à Figura 4: Densidade populacional das freguesias do concelho de Boticas em 2001.

Alturas do Barroso	14
Ardãos	14
Beça	35
Bobadela	24
Boticas	77
Cerdedo	7
Codessoso	19
Covas do Barroso	12
Curros	7
Dornelas	11
Fiães do Tâmega	12
Granja	30
Pinho	21
São Salvador de Viveiro	18
Sapiãos	25
Vilar	20

Fonte: INE, Recenseamento da População, Região Norte, 2001.

Apêndice VI - 6 ao Gráfico 3: População residente, por freguesia, no concelho de Boticas em 1991 e 2001.

	1991	2001
Alturas Barroso	637	444
Ardãos	457	311
Beça	1064	1031
Bobadela	487	354
Boticas	1066	1065
Cerdedo	276	176
Codessoso	194	168
Covas do Barroso	477	348
Curros	113	87
Dornelas	584	413
Fiães do Tâmega	201	167
Granja	341	266
Pinho	600	478
S.Salvador Viveiro	481	345
Sapiãos	659	526
Vilar	299	238

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001.

Apêndice VI - 7 aos Gráficos 4, 5, 6 e 7: Valores das pirâmides etárias para todas as freguesias do concelho de Boticas, 1991.

Idade	Sexo	A.B.	Ard.	Beç.	Bob.	Bot.	Cer.	Cod.	C.B.	Cur.	Dor.	F.T.	Gra.	Pin.	S.S.V.	Sap.	Vil.
0-4	H	13	19	24	11	34	6	3	6	2	17	4	8	22	11	19	5
	M	26	10	35	14	27	10	2	10	2	10	5	7	10	10	14	7
5-9	H	27	13	55	21	39	11	6	13	4	13	13	10	22	11	21	12
	M	20	13	40	20	39	6	7	13	4	11	4	12	17	10	21	7
10-14	H	29	19	52	31	49	18	3	17	1	28	11	17	29	12	19	8
	M	24	14	41	15	44	9	8	14	5	20	6	11	21	21	20	7
15-19	H	28	16	37	19	42	5	12	26	5	31	8	13	27	24	18	8
	M	17	15	36	14	41	15	9	17	4	23	6	19	22	19	29	5
20-24	H	20	25	36	14	35	13	10	14	3	21	12	16	27	23	27	5
	M	11	19	20	10	41	5	6	14	2	16	3	10	16	19	30	8
25-29	H	21	29	37	11	24	12	3	19	3	12	8	11	15	12	22	12
	M	20	16	39	17	30	8	5	9	4	18	8	13	12	13	18	12
30-34	H	17	18	39	15	50	4	4	13	3	15	4	13	18	15	12	11
	M	20	12	45	11	49	7	5	12	5	15	8	13	17	9	17	9
35-39	H	19	7	44	19	33	10	1	13	5	18	3	7	14	12	15	10
	M	15	6	34	15	35	8	2	10	2	13	1	6	19	13	22	5
40-44	H	14	3	22	14	33	7	3	10	1	13	6	7	13	14	19	3
	M	15	6	16	7	33	8	5	12	1	14	3	8	11	7	14	5
45-49	H	18	5	16	10	36	10	5	10	0	13	4	10	26	12	15	9
	M	10	9	26	7	29	7	9	8	3	19	10	12	24	21	21	9
50-54	H	19	22	17	11	22	5	5	10	7	13	7	6	19	13	17	3
	M	24	16	28	14	27	8	6	8	6	18	7	14	18	15	18	8
55-59	H	14	19	29	14	34	12	4	16	5	23	8	12	15	18	30	11
	M	30	29	30	21	32	3	7	27	7	22	4	6	12	17	21	5
60-64	H	18	18	39	12	24	9	7	19	7	22	9	8	12	17	19	13
	M	19	10	45	20	29	7	5	28	4	28	9	11	24	13	29	12
65-69	H	29	11	31	20	28	7	5	21	2	20	9	5	18	19	24	17
	M	21	9	39	20	35	14	8	19	4	22	4	4	21	14	30	18
70-74	H	27	7	27	9	14	6	10	8	5	9	2	16	17	13	13	12
	M	17	9	18	13	23	7	11	18	1	15	4	12	16	12	19	16
+75	H	16	15	32	20	19	8	10	25	3	20	6	9	16	22	28	8
	M	19	18	35	18	36	11	8	18	3	32	5	15	30	20	18	19

Legendas:

A.B. = Alturas do Barroso

Bob. = Bobadela

Cod. = Codessosos

Dor. = Dornelas

Pin. = Pinho

Vil. = Vilar

Ard. = Ardãos

Bot. = Boticas

C.B. = Covas do Barroso

F.T. = Fiães do Tâmega

S.S.V. = S. Salvador Viveiro

Beç. = Beça

Cer. = Cerdedo

Cur. = Curros

Gra. = Granja

Sap. = Sapiãos

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991.

Apêndice VI - 8 aos Gráficos 4, 5, 6 e 7: Valores das Pirâmides Etárias para todas as freguesias do concelho de Boticas, 2001.

Idade	Sexo	A.B.	Ard.	Beç.	Bob.	Bot.	Cer.	Cod.	C.B.	Cur.	Dor.	F.T.	Gra.	Pin.	S.S.V.	Sap.	Vil.
0-4	H	11	11	15	2	15	5	6	2	2	2	5	7	7	5	5	4
	M	9	0	20	4	18	3	3	5	2	2	3	3	10	8	8	5
5-9	H	6	4	25	8	25	2	1	5	2	2	3	7	10	12	5	3
	M	6	5	15	11	27	10	5	5	0	8	8	4	4	6	11	4
10-14	H	12	15	39	6	31	6	1	7	1	14	6	8	16	9	18	5
	M	16	6	37	9	26	7	3	7	2	10	4	9	7	4	16	8
15-19	H	23	7	54	18	43	4	6	9	3	9	13	8	17	6	15	9
	M	8	8	31	16	45	4	8	10	3	7	5	8	15	11	15	5
20-24	H	12	4	42	17	34	6	3	13	0	17	5	5	19	7	14	6
	M	9	6	36	8	39	4	7	4	1	6	3	8	14	8	12	7
25-29	H	10	7	24	7	31	3	5	13	3	8	4	12	13	11	8	3
	M	6	4	18	5	30	5	7	8	2	4	8	7	7	4	16	5
30-34	H	8	10	33	7	20	7	9	7	3	6	7	7	10	9	20	5
	M	8	7	22	7	30	3	5	6	3	8	0	9	8	9	13	10
35-39	H	14	14	33	14	30	6	4	8	1	10	5	12	10	10	17	12
	M	15	8	42	16	25	6	5	5	3	8	4	12	8	7	15	10
40-44	H	17	12	43	15	43	4	2	11	3	11	2	7	16	11	13	7
	M	14	7	46	10	46	3	5	12	3	8	5	8	14	8	19	5
45-49	H	12	4	42	11	37	7	2	10	3	19	4	6	15	8	11	8
	M	13	5	36	10	39	5	4	9	1	15	2	7	20	13	25	5
50-54	H	15	3	25	14	37	3	3	7	1	14	4	9	13	13	17	3
	M	14	4	21	7	37	8	5	12	0	13	3	9	12	10	13	5
55-59	H	15	4	22	11	40	9	5	6	0	12	3	8	19	12	17	9
	M	9	13	29	9	32	6	9	8	3	16	10	14	22	17	18	5
60-64	H	17	19	21	9	25	5	5	11	5	13	7	8	22	11	18	6
	M	25	17	25	14	30	6	7	10	5	19	8	12	21	14	15	9
65-69	H	16	25	33	15	31	7	4	12	4	21	8	10	18	13	27	6
	M	28	26	28	21	31	2	7	21	8	18	5	7	17	13	27	8
70-74	H	11	15	25	5	30	7	7	15	7	16	5	8	7	16	17	12
	M	16	9	42	13	31	8	4	26	5	27	8	6	25	11	22	10
+75	H	24	15	50	17	46	4	9	28	5	24	5	10	30	24	25	14
	M	25	17	57	18	61	11	12	36	3	46	5	11	32	25	34	25

Legendas:

A.B. = Alturas do Barroso

Bob. = Bobadela

Cod. = Codessoso

Dor. = Dornelas

Pin. = Pinho

Vil. = Vilar

Ard. = Ardãos

Bot. = Boticas

C.B. = Covas do Barroso

F.T. = Fiães do Tâmega

S.S.V. = S. Salvador Viveiro

Beç. = Beça

Cer. = Cerdedo

Cur. = Curros

Gra. = Granja

Sap. = Sapiãos

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001.

Apêndice VI - 9 à Figura 5: Índice de envelhecimento no concelho de Boticas, em 2001.

Freguesias	Jovens	Idosos	Índice de Envelhecimento
Alturas Barroso	60	120	200
Ardãos	41	107	261,0
Beça	151	235	155,6
Bobadela	40	89	222,5
Boticas	142	230	162,0
Cerdedo	33	39	118,2
Codessoso	19	43	226,3
Covas do Barroso	31	138	445,2
Curros	9	32	355,6
Dornelas	38	152	400,0
Fiães do Tâmega	29	36	124,1
Granja	38	52	136,8
Pinho	54	129	238,9
S.Salvador Viveiro	44	102	231,8
Sapiãos	63	152	241,3
Vilar	29	75	258,6

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001.

Apêndice VI - 10 ao Gráfico 8: Projecção da população do concelho de Boticas para 2010.

Ano	População residente
1960	14481
1970	10925
1981	8773
1991	7936
2001	6417
2010	4500

Fonte: Barreto, A. (2000:527-531).

Apêndice VI - 11 aos Gráficos 9 e 10: Estrutura da população inactiva em 1991 e 2001.

1991			
	País	Região Norte	C.Boticas
Domésticos	22,3	22,8	16,8
Estudantes	24,5	24,0	15,3
Reformados	41,9	39,6	49,8
Outros Inactivos	11,4	13,6	18,1
2001			
	País	Região Norte	C.Boticas
Domésticos	13,4	14,2	22,2
Estudantes	34,8	35,6	11,7
Reformados	29,1	24,9	54
Outros Inactivos	22,7	25,3	12,1

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001.

Apêndice VI - 12 ao Gráfico 11 e ao Quadro 9: Taxa de actividade de 1991 e 2001 nas freguesias do concelho de Boticas e respectivas variações.

Freguesias	1991			2001			Variação Total	Variação Mulheres	Variação Homens
	HM	H	M	HM	H	M			
Alturas do Barroso	42,5	50,8	33,8	42,1	52	32,1	-0,4	-1,7	1,2
Ardãos	35,2	49,2	19	37,3	52,7	19	2,1	0	3,5
Beça	41,4	50,1	32,4	37,3	45,4	28,9	-4,1	-3,5	-4,7
Bobadela	45,2	45	45,3	31,6	52,8	10,7	-13,6	-34,6	7,8
Boticas	37	48,6	26	40,1	45,2	35,3	3,1	9,3	-3,4
Cerdedo	37,3	45,5	28,6	40,9	50,6	31,9	3,6	3,3	5,1
Codessoso	39,7	48,4	32	37,5	50	28,1	-2,2	-3,9	1,6
Covas do Barroso	44,9	50,4	39,2	34,2	49,4	20,7	-10,7	-18,5	-1
Curros	46,9	44,6	49,1	21,8	30,2	13,6	-25,1	-35,5	-14,4
Dornelas	36,8	45,8	28	24,9	39,4	11,6	-11,9	-16,4	-6,4
Fiães do Tâmega	50,7	45,6	57,5	26,9	44,2	8,6	-23,8	-48,9	-1,4
Granja	38,1	48,2	28,3	34,6	43,9	25,4	-3,5	-2,9	-4,3
Pinho	39,8	41,9	37,6	30,5	45,9	14,8	-9,3	-22,8	4
São Salvador de Viveiro	41,8	50,8	32,2	36,8	48,6	24,4	-5	-7,8	-2,2
Sapiãos	38,5	51,6	26,4	30,6	42,1	20,4	-7,9	-6	-9,5
Vilar	31,1	41,5	21,1	33,2	47,3	20,6	2,1	-0,5	5,8
Concelho Boticas	39,9	48	31,6	35,1	46,4	24,1	-4,8	-7,5	-1,6

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001.

Apêndice VI - 13 ao Gráfico 12: Taxa de analfabetismo em 1991 e 2001.

	1991	2001
País	11	9
Região Norte	9,9	8,3
Concelho de Boticas	24,8	24

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001.

Apêndice VI - 14 à Figura 6: Percentagem de população por nível de instrução em 1991 e 2001.

Níveis de ensino	1991		
	País	R. Norte	C. Boticas
Analfabetos	11	9	22
Ensino Primário	47	52	50
Ensino Preparatório	14	16	12
Ensino Secundário	21	17	7
Ensino Médio/Superior	7	6	1
	2001		
	País	R. Norte	C. Boticas
Nenhum nível de ensino	14	14	25
1º Ciclo	35	38	45
2º Ciclo	13	15	12
Secundário + 3º Ciclo do Ensino Básico	27	24	14
Ensino Médio/Superior	11	9	3

Fonte: <http://gcivilbraganca.cidadevirtual.pt/Amado/cap06.htm> e INE, Recenseamento Geral da População, 1999, 2001.

Apêndice VI - 15 ao Gráfico 13: Distribuição da população das freguesias do concelhos de Boticas, por nível de instrução, em 1991, %.

	Nenhum	Ensino Primário	Ensino Preparatório	Ensino Secundário	Ensino Médio/Superior
Alturas do Barroso	31,2	54,2	9,4	4,7	0,5
Ardãos	34,6	51,0	11,6	2,4	0,4
Beça	27,2	53,9	11,3	6,5	1,2
Bobadela	32,9	57,3	4,1	5,3	0,4
Boticas	19,9	42,1	17,4	15,5	5,1
Cerdedo	33,0	51,8	11,6	2,9	0,7
Codessoso	24,7	57,7	8,8	8,2	0,5
Covas do Barroso	28,1	46,1	18,2	6,5	1,0
Curros	35,4	57,5	7,1	0,0	0,0
Dornelas	32,9	47,8	12,2	6,7	0,5
Fiães do Tâmega	35,8	49,3	10,4	2,5	2,0
Granja	32,8	43,1	16,1	7,0	0,9
Pinho	25,7	56,3	10,3	7,3	0,3
São Salvador de Viveiro	34,7	46,6	15,6	1,9	1,2
Sapiãos	29,4	48,7	9,9	10,2	1,8
Vilar	38,8	46,2	8,4	5,7	1,0

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991.

Apêndice VI - 16 ao Gráfico 14: Distribuição da população das freguesias do concelhos de Boticas, por nível de instrução, em 2001, %.

	Nenhum nível de ensino	1º Ciclo	2º Ciclo	Secundário + 3º Ciclo do Ensino Básico	Ensino Médio/Superior
Alturas do Barroso	33,8	44,4	8,8	10,6	2,5
Ardãos	34,4	51,8	5,1	7,4	1,3
Beça	23,8	44,2	11,1	18,6	2,3
Bobadela	23,4	50,6	13,3	11,9	0,8
Boticas	17,4	38,3	11,6	22,8	9,9
Cerdedo	30,1	46,0	13,6	8,0	2,3
Codessoso	31,0	42,3	9,5	16,7	0,6
Covas do Barroso	21,6	48,6	13,8	13,8	2,3
Curros	31,0	54,0	4,6	10,3	0,0
Dornelas	31,2	46,7	12,3	8,2	1,5
Fiães do Tâmega	31,7	46,7	6,0	15,0	0,6
Granja	27,8	35,7	19,5	14,3	2,6
Pinho	22,4	51,0	13,8	10,3	2,5
São Salvador de Viveiro	33,6	42,3	13,3	9,6	1,2
Sapiãos	18,6	49,2	11,2	15,6	5,3
Vilar	34,5	43,7	15,5	6,3	0,0

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001.

Apêndice VI - 17 ao Gráfico 15: Taxa de desemprego em 1991 e 2001.

	1991	2001
País	6,1	6,8
Região Norte	5	6,7
Concelho Boticas	3,9	10,3

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001.

Apêndice VI - 18 ao Gráfico 16: Taxa de desemprego das freguesias do concelho de Boticas, 1991 e 2001.

Freguesias	1991	2001
Alturas do Barroso	1,8	1,6
Ardãos	1,9	*
Beça	5,5	15,1
Bobadela	1,4	8,9
Boticas	6,6	5,4
Cerdedo	5,8	2,8
Codessoso	6,5	4,8
Covas do Barroso	1,4	24,4
Curros	*	10,5
Dornelas	6,5	8,7
Fiães do Tâmega	2,9	6,7
Granja	2,3	13
Pinho	0,8	8,9
São Salvador de Viveiro	7	15
Sapiãos	3,9	23,6
Vilar	2,2	8,9

*Dados não disponíveis.

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001.

Apêndice VI - 19 ao Quadro 12: Taxa de desemprego entre 1991 e 2001 nas freguesias do concelho de Boticas.

	1991			2001		
	HM	H	M	HM	H	M
Alturas do Barroso	1,8	2,4	1,0	1,6	2,6	*
Ardãos	1,9	1,7	2,5	*	*	*
Beça	5,5	2,6	9,9	15,1	8,8	25,3
Bobadela	1,4	2,7	*	8,9	7,5	15,8
Boticas	6,6	2,8	13,3	5,4	4,7	6,2
Cerdedo	5,8	4,6	7,9	2,8	2,3	3,4
Codessoso	6,5	4,5	9,1	4,8	2,8	7,4
Covas do Barroso	1,4	0,8	2,2	24,4	18,5	36,8
Curros	-	*	*	10,5	*	33,3
Dornelas	6,5	3,0	12,0	8,7	5,1	20,0
Fiães do Tâmega	2,9	3,8	2,0	6,7	7,9	*
Granja	2,3	1,2	4,1	13,0	8,6	20,6
Pinho	0,8	1,5	*	8,9	9,9	5,7
São Salvador de Viveiro	7,0	4,0	12,0	15,0	10,5	24,4
Sapiãos	3,9	3,0	5,6	23,6	7,7	52,6
Vilar	2,2	*	6,3	8,9	7,5	11,5

*Dados não disponíveis

Fonte:INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001.

Apêndice VI - 20 ao Gráfico 17: Percentagem da população desempregada, segundo a condição de procura de emprego e sexo, concelho de Boticas.

	1991		2001	
	1º Emprego	Novo Emprego	1º Emprego	Novo Emprego
Homens	50	50	40,8	59,2
Mulheres	65,3	34,7	52,3	47,6

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001.

Apêndice VI - 21 à Figura 7: População residente empregada, por sector de actividade económica, em 1991 e 2001.

	1991	2001
País		
Sector Primário	17,5	12,6
Sector Secundário	33,6	34,4
Sector Terciário	40	53
R. Norte		
Sector Primário	10,6	4,8
Sector Secundário	49,4	45,8
Sector Terciário	40,0	49,5
C. Boticas		
Sector Primário	58,7	30,1
Sector Secundário	12,4	32,3
Sector Terciário	28,9	37,6

Fonte: INE, Informação disponível não publicada, 1991 e 2001.

Apêndice VI - 22 ao Gráfico 18: Percentagem da população activa por sector de actividade económica e sexo, concelho de Boticas.

Sector de actividade económica	1991		2001	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sector Primário	66	47,1	34	22,1
Sector Secundário	16,3	6,2	37,2	22,1
Sector Terciário	17,7	46,7	28,8	55,8

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001.

Apêndice VI - 23 ao Gráfico 19: Percentagem das explorações agrícolas, segundo a utilização das terras, 1999.

	Superfície Agrícola Utilizada	Matas e florestas sem cultivo sub coberto	Superfície Agrícola não Utilizada	Outras superfícies
A. Barroso	99,3	0	0	0,7
Ardãos	72,0	26,5	1,5	0,0
Beça	91,7	8,1	0,0	0,2
Bobadela	86,4	13,3	0,1	0,1
Boticas	75,5	24,3	0,0	0,3
Cerdedo	93,3	6,7	0,0	0,0
Codessoso	81,2	13,6	5,2	0,0
C. Barroso	72,0	24,7	2,7	0,6
Curros	82,8	17,2	0,0	0,0
Dornelas	85,3	13,7	1,0	0,0
F. Tâmega	79,7	19,9	0,0	0,3
Granja	87,1	12,1	0,8	0,0
Pinho	65,6	34,0	0,3	0,0
S. S. Viveiro	85,5	6,9	7,5	0,1
Sapiãos	88,3	11,3	0,4	0,0
Vilar	86,3	9,0	4,6	0,2

Fonte: INE, Recenseamento Geral Agrícola, 1999.

Apêndice VI - 24 ao Gráfico 20: Ocupação do solo agrícola e florestal em Portugal Continental, 1999.

Terras aráveis	23,8%
Culturas Permanentes	8,3%
Prados e Pastagens	10,4%
Culturas temporárias	15,1%
Outras	1,3%
Hortícolas	0,5%
Floresta	36,1%

Fonte: <http://www.iambiente.pt/rea99/rea99-43-4310.htm>, MADRP, 1999.

Apêndice VI - 25 ao Gráfico 21: Percentagem da superfície ocupada pelas principais culturas no concelho de Boticas, 1999.

Prados e pastagens permanentes	63,4
Cereais	17,3
Prados temporários e culturas forrageiras	7,2
Batata	4,7
Pousio	2,9
Horta familiar	0,8
Frutos secos	1,7
Olival	0,2
Vinha	1,7
Leguminosas para grão	0,1

Fonte: RGA, 1999.

Apêndice VI - 26 ao Gráfico 22: Percentagem da superfície ocupada pelas principais culturas nas freguesias de Boticas.

	Cereais para grão	Leguminosas secas para grão	Prados temporários e cult. Forrageiras	Batata	Pousio	Horta familiar	Frutos frescos	Frutos secos	Olival	Vinha	Prados e pastagens permanentes
Alturas do Barroso	11,8	0,1	11,2	4,0	0,4	0,4	0,0	0,3	0,0	0,0	71,9
Ardãos	24,7	0,0	6,3	6,4	1,2	0,8	0,0	2,5	0,0	5,1	54,1
Beça	21,8	0,0	6,5	4,6	0,5	0,6	0,0	1,2	0,0	0,2	64,4
Bobadela	23,9	0,0	5,4	6,4	3,8	0,8	0,1	1,1	0,0	2,6	55,8
Boticas	26,1	0,0	4,1	10,5	2,7	0,7	0,0	1,0	0,0	5,4	49,5
Cerdedo	6,8	0,0	8,3	1,7	0,5	0,1	0,0	2,0	0,0	0,0	80,6
Codessoso	19,6	0,0	12,8	3,1	1,5	0,5	0,0	0,0	0,0	1,0	61,5
Covas do Barroso	8,4	0,2	9,1	3,7	3,4	1,1	0,0	1,3	2,4	0,0	70,3
Curros	24,4	0,0	0,0	6,1	0,0	0,5	0,0	1,0	0,0	6,1	61,9
Dornelas	5,0	0,0	4,6	2,0	0,6	1,0	0,0	6,7	0,0	0,0	80,2
Fiães do Tâmega	9,7	0,4	4,2	3,9	1,5	0,8	0,0	1,5	0,0	1,9	76,1
Granja	37,6	0,0	2,6	8,7	17,0	1,7	0,0	0,0	0,0	5,2	27,1
Pinho	28,6	0,5	0,0	11,1	6,4	2,2	0,0	1,5	2,2	16,0	31,4
S. Salvador de Viveiro	14,9	0,1	8,9	4,3	3,1	0,7	0,0	2,2	0,0	0,0	65,8
Sapiãos	31,2	0,0	3,6	5,8	18,0	2,1	0,1	1,1	0,0	3,9	34,1
Vilar	17,3	0,0	8,2	4,1	1,8	0,8	0,0	2,1	0,0	0,4	65,4

Fonte: RGA, 1999.

Apêndice VI - 27 ao Gráfico 23: Média de equipamentos agrícolas por exploração.

	País	R. Norte	Boticas
Tractores, < 55 cv	1,1	1,1	1,1
Tractores, >= 55cv	1,4	1,2	1,1
Motocultivadores	1,1	1,0	0,6
Motoenxadas	1,1	1,0	0,0
Motoceifeiras	1,1	1,1	1,1
Distribuidores de adubos e correctivos	1,1	1,1	1,0
Semeadores	1,1	1,0	1,0
Gadanheiras	1,1	1,1	1,0
Enfardadeiras	1,1	1,0	1,0
Ceifiras debulhadoras	1,1	1,1	0,0
Pulverizadores e polvilhadores	1,2	1,1	0,9

Fonte: RGA, 1999.

Apêndice VI - 28 ao Gráfico 24: Quadro XXVIII (referente ao gráfico 24) - Total de máquinas agrícolas existentes nas freguesias do concelho de Boticas

Total máquinas	1*	2*	3*	4*	5*	6*	7*	8*	9*	10*	11*
Alturas do Barroso	57	19	0	0	38	5	3	32	26	0	7
Ardãos	8	0	0	0	7	0	0	0	0	0	0
Beça	54	25	0	0	49	14	3	20	16	0	13
Bobadela	15	5	0	0	4	0	0	4	0	0	0
Boticas	16	4	0	0	6	0	0	3	0	0	0
Cerdedo	15	6	0	0	21	0	0	12	9	0	0
Codessoso	9	6	0	0	15	0	0	3	4	0	0
Covas do Barroso	16	9	0	0	13	0	0	10	5	0	0
Curros	7	0	0	0	9	0	0	0	0	0	0
Dornelas	27	4	0	0	14	0	0	5	5	0	0
Fiães do Tâmega	6	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Granja	12	10	0	0	4	0	0	0	3	0	0
Pinho	18	3	7	0	4	0	0	5	0	0	0
São Salvador de Viveiro	34	15	0	0	43	0	0	18	23	0	0
Sapiãos	27	7	3	0	7	0	0	0	5	0	0
Vilar	19	12	0	0	20	0	0	11	10	0	0

Fonte: RGA, 1999.

Legendas:

1*= Tractores <55 cv

2*=Tractores >=55 cv

3*=Moto cultivadores

4*=Moto enxadas

5*=Motoceifeiras

6*=Distribuidores de adubos e correctivos

7*= Semeadores

8*=Gadanheiras

9*=Erfandadeiras

10*=Ceifeiras debulhadoras

11*=Pulverizadores e polvilhadores

Apêndice VI - 29 ao Gráfico 25: Número de animais no concelho de Boticas.

Bovinos	Suínos	Ovinos	Caprinos	Equídeos	Coelhos	Aves
6911	2171	7773	9518	427	13996	30703

Fonte: RGA, 1999

Apêndice VI - 30 ao Gráfico 27: Percentagem dos produtores agrícolas, segundo o sexo.

	Homens	Mulheres
País	76,8	23,2
Região Norte	71,4	28,6
C. Boticas	67,0	33,0

Fonte: RGA, 1999.

Apêndice VI - 31 ao Gráfico 28: Distribuição dos produtores agrícolas das freguesias do concelho de Boticas, segundo o sexo.

	Homens	Mulheres
Alturas do Barroso	81	37
Ardãos	64	18
Beça	115	63
Bobadela	55	25
Boticas	52	14
Cerdedo	29	14
Codessoso	19	21
Covas do Barroso	52	30
Curros	14	8
Dornelas	69	41
Fiães do Tâmega	32	6
Granja	32	21
Pinho	86	40
São Salvador de Viveiro	68	39
Sapiãos	72	43
Vilar	47	17

Fonte: RGA, 1999.

Apêndice VI - 32 ao Gráfico 29: Distribuição dos produtores agrícolas das freguesias do concelho de Boticas, por idade.

	<40 anos	40 a 64 anos	>=65 anos
Alturas do Barroso	18	69	31
Ardãos	8	35	39
Beça	39	84	55
Bobadela	12	47	21
Boticas	3	36	27
Cerdedo	10	25	8
Codessoso	10	23	7
Covas do Barroso	11	43	28
Curros	3	12	7
Dornelas	9	60	41
Fiães do Tâmega	6	21	11
Granja	5	32	16
Pinho	11	77	38
São Salvador de Viveiro	14	64	29
Sapiãos	11	63	41
Vilar	9	31	24

Fonte: RGA, 1999.

Apêndice VI - 33 ao Gráfico 30: Percentagem dos produtores agrícolas, por nível de instrução.

	Nenhum	Básico	Secundário	Superior
País	34,4	60,9	2,2	2,5
Região Norte	36,8	58,7	1,9	2,7
C. Boticas	41,5	56,6	0,9	0,9

Fonte: RGA, 1999.

Apêndice VI - 34 ao Gráfico 31: Percentagem dos produtores agrícolas, das freguesias do concelho de Boticas, por nível de instrução.

Freguesias	Nenhum		Básico		Secundário		Superior	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Alturas do Barroso	42	35,6	76	64,4	0	0	0	0
Ardãos	54	65,9	28	34,1	0	0	0	0
Beça	61	34,3	115	64,6	1	0,6	1	0,6
Bobadela	27	33,8	52	65,0	0	0	1	1,25
Boticas	18	27,3	41	62,1	3	4,5	4	6,1
Cerdedo	20	46,5	23	53,5	0	0	0	0
Codessoso	20	50,0	19	47,5	0	0	1	2,5
Covas do Barroso	37	45,1	43	52,4	1	1,2	1	1,2
Curros	12	54,5	10	45,5	0	0	0	0
Dornelas	62	56,4	47	42,7	1	0,9	0	0
Fiães do Tâmega	16	42,1	22	57,9	0	0	0	0
Granja	22	41,5	29	54,7	2	3,8	0	0
Pinho	38	30,2	87	69,0	1	0,8	0	0
São Salvador de Viveiro	37	34,6	67	62,6	1	0,9	2	1,9
Sapiãos	51	44,3	62	53,9	1	0,9	1	0,9
Vilar	33	51,6	29	45,3	1	1,6	1	1,6

Fonte: RGA, 1999.

Apêndice VI - 35 ao Gráfico 32: Distribuição dos produtores agrícolas das freguesias do concelho de Boticas, segundo o tempo de actividade na exploração, 1999.

Freguesias	>0 a <50%	>=50% a <100%	Tempo completo
Alturas do Barroso	17	101	0
Ardãos	7	29	46
Beça	26	152	0
Bobadela	20	55	5
Boticas	21	45	0
Cerdedo	7	35	1
Codessoso	14	26	0
Covas do Barroso	36	46	0
Curros	2	20	0
Dornelas	63	47	0
Fiães do Tâmega	10	28	0
Granja	18	35	0
Pinho	38	88	0
São Salvador de Viveiro	36	71	0
Sapiãos	12	102	1
Vilar	27	37	0

Fonte: RGA, 1999. (Elaboração própria).

Apêndice VI - 36 à Figura 8: Média de hectares por exploração agrícola, no concelho de Boticas.

Alturas do Barroso	15
Ardãos	7
Beça	10
Bobadela	9
Boticas	4
Cerdedo	20
Codessoso	8
Covas do Barroso	6
Curros	9
Dornelas	8
Fiães do Tâmega	6
Granja	4
Pinho	3
São Salvador de Viveiro	10
Sapiãos	6
Vilar	7

Fonte: RGA, 1999.

Apêndice VI - 37 ao Gráfico 33: Percentagem do volume de vendas das sociedades com sede na região, segundo a CAE em 2001.

Actividades	Pais	R. Norte	C. Boticas
A +B- Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	0,8	0,4	0,1
C- Indústrias extractivas	0,4	0,3	0
D- Indústrias transformadoras	24,0	31,6	49,9
E- Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água	3,2	0,3	0
F- Construção	8,1	8,5	14,5
G- Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico.	37,7	39,0	24,3
H- Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	1,7	1,2	1,0
I- Transportes, armazenagem e comunicações	6,7	4,0	0
J- Actividades financeiras	9,1	7,6	0
K- Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	6,5	5,4	0
L a Q- Administração pública, defesa e segurança social obrigatória Educação Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais Actividades das famílias com empregados domésticos e actividades de produção das famílias para uso próprio Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	1,8	1,5	0

Fonte: INE, Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE).

Apêndice VI - 38 ao Gráfico 34: Percentagem de pessoal ao serviço nas sociedades com sede na região segundo a CAE em 2001.

Actividades	Pais	R. Norte	C. Boticas
A +B- Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	1,5	0,7	0,3
C- Indústrias extractivas	0,5	0,6	0,0
D- Indústrias transformadoras	32,0	47,6	45,6
E- Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água	0,7	0,2	0,0
F- Construção	11,8	12,2	19,9
G- Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico.	21,8	19,4	17,3
H- Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	6,4	3,8	1,6
I- Transportes, armazenagem e comunicações	6,6	3,4	0
J- Actividades financeiras	2,9	2,2	0
K- Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	11,3	6,5	0
L a Q- Administração pública, defesa e segurança social obrigatória Educação Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais Actividades das famílias com empregados domésticos e actividades de produção das famílias para uso próprio Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	4,5	3,4	0

Fonte: INE, Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE) , 2001.

Apêndice VI - 39 ao Gráfico 35: Evolução do indicador per capita do poder de compra da R. Norte e do C. Boticas, entre 1993 e 2000.

	R. Norte	C. Boticas
1993	81,72	24,55
1995	81,87	27,63
1997	83,17	30,93
2000	85,96	35,06
2001	85,58	39,22
2005	83,90	46,56

Fonte: INE, Estudo de Poder de Compra Concelhio, 1993, 1995,1997, e 2000 .

Apêndice VI - 40 Gráfico 36: Evolução da percentagem do poder de compra da R. Norte e do C. Boticas, entre 1993 e 2000.

	C. Boticas	R. Norte
1993	0,0189	28,5
1995	0,0218	29,01
1997	0,0238	29,6
2000	0,0264	30,82

Fonte: INE, Estudo de Poder de Compra Concelhio, 1993, 1995, 1997, e 2000.

Apêndice VI - 41 aos Gráficos 1 – 32, em anexo VII: Valores das pirâmides etárias para todas as freguesias do concelho de Boticas, 1991.

Idade	Sexo	A.B.	Ard.	Beç.	Bob.	Bot.	Cer.	Cod.	C.B.	Cur.	Dor.	F.T.	Gra.	Pin.	S.S.V.	Sap.	Vil.
0-4	H	13	19	24	11	34	6	3	6	2	17	4	8	22	11	19	5
	M	26	10	35	14	27	10	2	10	2	10	5	7	10	10	14	7
5-9	H	27	13	55	21	39	11	6	13	4	13	13	10	22	11	21	12
	M	20	13	40	20	39	6	7	13	4	11	4	12	17	10	21	7
10-14	H	29	19	52	31	49	18	3	17	1	28	11	17	29	12	19	8
	M	24	14	41	15	44	9	8	14	5	20	6	11	21	21	20	7
15-19	H	28	16	37	19	42	5	12	26	5	31	8	13	27	24	18	8
	M	17	15	36	14	41	15	9	17	4	23	6	19	22	19	29	5
20-24	H	20	25	36	14	35	13	10	14	3	21	12	16	27	23	27	5
	M	11	19	20	10	41	5	6	14	2	16	3	10	16	19	30	8
25-29	H	21	29	37	11	24	12	3	19	3	12	8	11	15	12	22	12
	M	20	16	39	17	30	8	5	9	4	18	8	13	12	13	18	12
30-34	H	17	18	39	15	50	4	4	13	3	15	4	13	18	15	12	11
	M	20	12	45	11	49	7	5	12	5	15	8	13	17	9	17	9
35-39	H	19	7	44	19	33	10	1	13	5	18	3	7	14	12	15	10
	M	15	6	34	15	35	8	2	10	2	13	1	6	19	13	22	5
40-44	H	14	3	22	14	33	7	3	10	1	13	6	7	13	14	19	3
	M	15	6	16	7	33	8	5	12	1	14	3	8	11	7	14	5
45-49	H	18	5	16	10	36	10	5	10	0	13	4	10	26	12	15	9
	M	10	9	26	7	29	7	9	8	3	19	10	12	24	21	21	9
50-54	H	19	22	17	11	22	5	5	10	7	13	7	6	19	13	17	3
	M	24	16	28	14	27	8	6	8	6	18	7	14	18	15	18	8
55-59	H	14	19	29	14	34	12	4	16	5	23	8	12	15	18	30	11
	M	30	29	30	21	32	3	7	27	7	22	4	6	12	17	21	5
60-64	H	18	18	39	12	24	9	7	19	7	22	9	8	12	17	19	13
	M	19	10	45	20	29	7	5	28	4	28	9	11	24	13	29	12
65-69	H	29	11	31	20	28	7	5	21	2	20	9	5	18	19	24	17
	M	21	9	39	20	35	14	8	19	4	22	4	4	21	14	30	18
70-74	H	27	7	27	9	14	6	10	8	5	9	2	16	17	13	13	12
	M	17	9	18	13	23	7	11	18	1	15	4	12	16	12	19	16
+75	H	16	15	32	20	19	8	10	25	3	20	6	9	16	22	28	8
	M	19	18	35	18	36	11	8	18	3	32	5	15	30	20	18	19

Legendas:

A.B. = Alturas do Barroso

Ard. = Ardãos

Beç. = Beça

Bob. = Bobadela

Bot. = Boticas

Cer. = Ceredo

Cod. = Codessoso

C.B. = Covas do Barroso

Cur. = Curros

Dor. = Dornelas

F.T. = Fiães do Tâmega

Gra. = Granja

Pin. = Pinho

S.S.V. = S. Salvador Viveiro

Sap. = Sapiãos

Vil. = Vilar

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991.

Apêndice VI - 42 aos Gráficos 1 – 32, em anexo VII : Valores das pirâmides etárias para todas as freguesias do concelho de Boticas, 2001.

Idade	Sexo	A.B.	Ard.	Beç.	Bob.	Bot.	Cer.	Cod.	C.B.	Cur.	Dor.	F.T.	Gra.	Pin.	S.S.V.	Sap.	Vil.
0-4	H	11	11	15	2	15	5	6	2	2	2	5	7	7	5	5	4
	M	9	0	20	4	18	3	3	5	2	2	3	3	10	8	8	5
5-9	H	6	4	25	8	25	2	1	5	2	2	3	7	10	12	5	3
	M	6	5	15	11	27	10	5	5	0	8	8	4	4	6	11	4
10-14	H	12	15	39	6	31	6	1	7	1	14	6	8	16	9	18	5
	M	16	6	37	9	26	7	3	7	2	10	4	9	7	4	16	8
15-19	H	23	7	54	18	43	4	6	9	3	9	13	8	17	6	15	9
	M	8	8	31	16	45	4	8	10	3	7	5	8	15	11	15	5
20-24	H	12	4	42	17	34	6	3	13	0	17	5	5	19	7	14	6
	M	9	6	36	8	39	4	7	4	1	6	3	8	14	8	12	7
25-29	H	10	7	24	7	31	3	5	13	3	8	4	12	13	11	8	3
	M	6	4	18	5	30	5	7	8	2	4	8	7	7	4	16	5
30-34	H	8	10	33	7	20	7	9	7	3	6	7	7	10	9	20	5
	M	8	7	22	7	30	3	5	6	3	8	0	9	8	9	13	10
35-39	H	14	14	33	14	30	6	4	8	1	10	5	12	10	10	17	12
	M	15	8	42	16	25	6	5	5	3	8	4	12	8	7	15	10
40-44	H	17	12	43	15	43	4	2	11	3	11	2	7	16	11	13	7
	M	14	7	46	10	46	3	5	12	3	8	5	8	14	8	19	5
45-49	H	12	4	42	11	37	7	2	10	3	19	4	6	15	8	11	8
	M	13	5	36	10	39	5	4	9	1	15	2	7	20	13	25	5
50-54	H	15	3	25	14	37	3	3	7	1	14	4	9	13	13	17	3
	M	14	4	21	7	37	8	5	12	0	13	3	9	12	10	13	5
55-59	H	15	4	22	11	40	9	5	6	0	12	3	8	19	12	17	9
	M	9	13	29	9	32	6	9	8	3	16	10	14	22	17	18	5
60-64	H	17	19	21	9	25	5	5	11	5	13	7	8	22	11	18	6
	M	25	17	25	14	30	6	7	10	5	19	8	12	21	14	15	9
65-69	H	16	25	33	15	31	7	4	12	4	21	8	10	18	13	27	6
	M	28	26	28	21	31	2	7	21	8	18	5	7	17	13	27	8
70-74	H	11	15	25	5	30	7	7	15	7	16	5	8	7	16	17	12
	M	16	9	42	13	31	8	4	26	5	27	8	6	25	11	22	10
+75	H	24	15	50	17	46	4	9	28	5	24	5	10	30	24	25	14
	M	25	17	57	18	61	11	12	36	3	46	5	11	32	25	34	25

Legendas:

A.B. = Alturas do Barroso

Ard. = Ardãos

Beç. = Beça

Bob. = Bobadela

Bot. = Boticas

Cer. = Cerdedo

Cod. = Codessoso

C.B. = Covas do Barroso

Cur. = Curros

Dor. = Dornelas

F.T. = Fiães do Tâmega

Gra. = Granja

Pin. = Pinho

S.S.V. = S. Salvador Viveiro

Sap. = Sapiãos

Vil. = Vilar

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001. (Elaboração própria).

Apêndice VI - 43 aos Gráficos 33 e 34, (em anexo XI): Distribuição da população desempregada, das freguesias do concelho de Boticas, segundo a condição de procura de emprego.

Freguesias	1991		2001	
	1º emprego	novo emprego	1º emprego	novo emprego
Alturas do Barroso	0	5	1	2
Ardãos	1	2	0	0
Beça	10	14	43	15
Bobadela	3	0	8	2
Boticas	23	3	3	20
Cerdedo	5	1	1	1
Codessoso	5	0	0	3
Covas do Barroso	0	3	13	16
Curros	0	0	2	0
Dornelas	3	11	3	6
Fiães do Tâmega	0	3	3	0
Granja	2	1	3	9
Pinho	0	2	8	5
São Salvador de Viveiro	14	0	11	8
Sapiãos	6	4	9	29
Vilar	1	1	1	6

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001.

Apêndice VI - 44 aos Gráficos 35 e 36 (em anexo XII e XIII, respectivamente):
Distribuição da população empregada por sectores de actividade económica, 1991 e 2001.

Freguesias	1991			2001		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
A. Barroso	218	13	35	48	115	21
Ardãos	113	22	23	79	23	14
Beça	196	120	100	51	161	115
Bobadela	151	6	60	29	46	27
Boticas	61	53	254	15	79	310
Cerdedo	67	6	24	56	4	10
Codessoso	56	6	10	25	14	21
Covas do Barroso	160	28	23	38	24	28
Curros	29	-	24	13	1	3
Dornelas	115	6	80	51	13	30
Fiães do Tâmega	69	-	30	25	10	7
Granja	59	26	42	2	30	48
Pinho	133	19	85	31	58	44
S. S. Viveiro	167	4	16	73	14	21
Sapiãos	127	52	65	50	31	42
Vilar	67	16	8	23	30	19

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001.

Apêndice VI - 45 ao Gráfico 37, em anexo XIV: Percentagem dos produtores agrícolas,
segundo a idade, 1999.

	Idade: <25	Idade: 25 a <40 a	Idade: 40 a <55 a	Idade: 55 a <65 a	Idade: >=65
País	0,4	8,5	26,2	27,1	37,8
R. Norte	0,4	9,4	27,7	27,2	35,4
C. Boticas	0,6	12,9	27,5	27,0	31,9

Fonte: RGA, 1999.

Apêndices ao Capítulo VII

Apêndice VII - 1 ao Gráfico 1: Género dos emigrantes regressados.

N = 303

(em percentagem)

Género		
	n	%
Masculino	172	56,8
Feminino	131	43,2
Total	303	100,0

Apêndice VII - 2 ao Gráfico 2: Década de emigração do emigrante regressado.

N = 289

(em percentagem)

Década de emigração		
	n	%
1940-1949	1	0,3
1950-1959	9	3,1
1960-1969	124	42,9
1970-1979	111	38,4
1980-1989	33	11,4
1990-1999	11	3,8
Total	289	100,0

Apêndice VII - 3 ao Gráfico 3: Tempo de estadia no país de imigração do emigrante regressado.

N = 278

(em percentagem)

Tempo de estadia		
	n	%
Até 5 anos	112	40,3
Até 10 anos	30	10,8
Até 20 anos	57	20,5
Até 30 anos	45	16,2
Mais de 30 anos	34	12,2
Total	278	100,0

Apêndice VII - 4 ao Gráfico 4: Companhia do cônjuge durante o período de imigração.

N = 266

(em percentagem)

Companhia do cônjuge		
	n	%
Foi desde o início	129	48,5
Ficou sempre em Portugal	40	15,0
Foi lá ter mais tarde	86	32,3
Esteve lá algumas vezes	6	2,3
Já lá estava	5	1,9
Total	266	100,0

Apêndice VII - 5 ao Gráfico 5: Ocupação profissional antes da emigração.

N = 287

(em percentagem)

Sector de actividade		
	n	%
Agricultura	206	71,8
Construção Civil	20	7,0
Serviços Domésticos	33	11,5
Comércio	14	4,9
Carpintaria	1	0,3
Outros	13	4,5
Total	287	100,0

Apêndice VII - 6 ao Gráfico 6: Como falavam a língua no país de imigração.

N = 295

(em percentagem)

Como falam a língua no país de emigração	n	%
Correctamente	99	33,6
Com dificuldade	169	57,3
Nunca aprendeu	27	9,2
Total	295	100,0

Apêndice VII - 7 ao Gráfico 7: Poder de compra e nível de vida antes da emigração.

N = 214

(em percentagem)

Poder de compra e nível de vida	n	%
Muito má	116	54,2
Má	25	11,7
Bastante fraca	24	11,2
Fraca	18	8,4
Razoável	20	9,3
Mais que razoável	2	0,9
Boa	-	-
Muito boa	7	3,3
Ótima	-	-
Excelente	2	0,9
Total	214	100,0

Apêndice VII - 8 ao Gráfico 8: Poder de compra e nível de vida no país de imigração.

N = 220

(em percentagem)

Poder de compra e nível de vida		
	n	%
Muito má	5	2,3
Má	8	3,6
Bastante fraca	13	5,9
Fraca	26	11,8
Razoável	52	23,6
Mais que razoável	30	13,6
Boa	24	10,9
Muito boa	24	10,9
Ótima	8	3,6
Excelente	30	13,6
Total	220	100,0

Apêndice VII - 9 ao Gráfico 9: Ocupação profissional após o regresso.

N = 242

(em percentagem)

Sector de actividade após o regresso		
	n	%
Agricultura	130	53,7
Jardinagem	4	1,7
Construção Civil	21	8,7
Transportes e Comunicações	2	0,8
Têxteis, Vestuário e Calçado	2	0,8
Indústria Transportadora	1	0,4
Comércio	18	7,4
Serviços Domésticos	44	18,2
Restaurante	4	1,7
Outros	16	6,6
Total	242	100,0

Apêndice VII - 10 ao Gráfico 10: Poder de compra e nível de vida após o regresso.

N = 223

(em percentagem)

Poder de compra e nível de vida	n	%
Muito má	-	-
Má	3	1,3
Bastante fraca	10	4,5
Fraca	36	16,1
Razoável	73	32,7
Mais que razoável	40	17,9
Boa	20	9,0
Muito boa	23	10,3
Óptima	3	1,3
Excelente	15	6,7
Total	223	100,0

Apêndice VII - 11 ao Gráfico 11: Poder de compra e nível de vida actuais.

N = 223

(em percentagem)

Poder de compra e nível de vida	n	%
Muito má	3	1,3
Má	5	2,2
Bastante fraca	12	5,4
Fraca	37	16,6
Razoável	62	27,8
Mais que razoável	35	15,7
Boa	23	10,3
Muito boa	27	12,1
Óptima	5	2,2
Excelente	14	6,3
Total	223	100,0

Apêndice VII - 12 ao Gráfico 12: Poder de compra e nível de vida dentro de um período de 5 anos.

N = 180

(em percentagem)

Poder de compra e nível de vida	n	%
Muito má	11	3,6
Má	16	5,3
Bastante fraca	26	8,6
Fraca	29	9,6
Razoável	34	11,2
Mais que razoável	16	5,3
Boa	10	3,3
Muito boa	24	7,9
Ótima	8	2,6
Excelente	6	2,0
NS/NR	123	40,6
Total	180	100,0

Apêndice VII - 13 ao Gráfico 13: Mobilidade geográfica antes da emigração.

N = 292

(em percentagem)

Mobilidade geográfica	n	%
Sim	45	15,4
Não	247	84,6
Total	292	100,0

Apêndice VII - 14 ao Gráfico 14: Visita ao país de imigração.

N = 300

(em percentagem)

Visita ao país de imigração	n	%
Sim	88	29,3
Não	212	70,7
Total	300	100,0

Apêndice VII - 15 ao Gráfico 15: Recepção do emigrante.

N = 285

(em percentagem)

Recepção do emigrante	n	%
Com amizade	50	17,5
Com admiração	22	7,7
Com desprezo	5	1,8
Com inveja	39	13,7
Uma pessoa como as outras	163	57,2
Com amizade e admiração	6	2,1
Total	285	100,0

Anexos ao Capítulo VII

Anexo VII - 1: Formação profissional no país de imigração.

N = 284

(em percentagem)

Tipo de preparação	n		%	
	n	%	n	%
Sim	26	9,2		
Não	258	90,8		
Total	284	100,0		

Anexo VII - 2: Tipo de formação profissional no país de imigração, por género, segundo idade no momento da emigração

N = 5

(em percentagem)

	Tipo de formação profissional	Idade no momento da emigração												
		10-19 anos		20-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		> 60 anos		
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Género	Masculino	Gravura	-	-	1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-
		Óptica	-	-	-	-	1	33,3	-	-	-	-	-	-
		Construção Civil	-	-	-	-	1	33,3	-	-	-	-	-	-
		Fábricas de automóveis	-	-	-	-	1	33,3	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	1	100,0	3	100,0	-	-	-	-	-	-	
Feminino	Secretariado	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	-	-	
	Total	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	-	-	

Anexos ao Capítulo VIII

Anexo VIII - 1: Idade do inquirido (grupos etários)

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Menos de 25 anos	13	54,2	54,2
De 26 a 35 anos	10	41,7	95,8
De 36 a 45 anos	1	4,2	100,0
Total	24	100,0	

Anexo VIII - 2: Naturalidade do inquirido

	Frequências	Percentagens (%)
Boticas	1	4,3
Brasil	1	4,3
Canadá	2	8,7
E.U.A	1	4,3
França	14	60,9
Inglaterra	2	8,7
Itália	1	4,3
Sapiãos	1	4,3
Total	23	100,0

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Concelho de Boticas	2	8,7	8,7
Outro país europeu	17	73,9	82,6
Outro país	4	17,4	100,0
Total	23	100,0	

Anexo VIII - 3: Nacionalidade do inquirido

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Americana	1	4,0	4,0
Brasileira	1	4,0	8,0
Francesa	6	24,0	32,0
Inglesa	2	8,0	40,0
Italiana	1	4,0	44,0
Portuguesa	14	56,0	100,0
Total	25	100,0	

Anexo VIII - 4: Estatuto de dupla cidadania do inquirido

		Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Valid	Mono	13	52,0	52,0
	Duplo	12	48,0	100,0
	Total	25	100,0	

Anexo VIII - 5: Habilitações literárias do inquirido

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
3º Ciclo	2	8,3	8,3
Ensino Secundário	14	58,3	66,7
Curso Superior	8	33,3	100,0
Total	24	100,0	

Anexo VIII - 6: Situação profissional actual

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Activo por conta de outrem	17	73,9	73,9
Activo por conta própria	2	8,7	82,6
Desempregado	3	13,0	95,7
Outra	1	4,3	100,0
Total	23	100,0	

Ramo de actividade no país de emigração (actualmente)

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Jardinagem	1	4,3	4,3
Transportes e Comunicações	3	13,0	17,4
Comércio	4	17,4	34,8
Restaurante	3	13,0	47,8
Outros	12	52,2	100,0
Total	23	100,0	

Anexo VIII - 7: Desejo de manter actividade laboral no regresso a Portugal pela idade do inquirido (grupos etários)

		Idade do Inquirido (grupos etários)						Total	
		Menos de 25 anos	De 26 a 35 anos	De 36 a 45 anos	De 46 a 55 anos	De 56 a 65 anos	Mais de 65 anos		
Desejo de manter actividade laboral no regresso a Portugal	Sim	Frequências	13	20	17	9	13	0	72
		Percentagens	33,3%	27,8%	35,4%	16,1%	25,5%	,0%	26,9%
	Não	Frequências	26	52	31	47	38	2	196
		Percentagens	66,7%	72,2%	64,6%	83,9%	74,5%	100,0%	73,1%
Total		Frequências	39	72	48	56	51	2	268
		Percentagens	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Anexo VIII - 8: Desejo de manter actividade laboral no regresso a Portugal e desejo de investir em Portugal

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Sim	7	30,4	30,4
Não	16	69,6	100,0
Total	23	100,0	

Desejo de investir em Portugal

	Frequências	Percentagens (%)	Percentagens Acumuladas
Sim	4	17,4	17,4
Não	19	82,6	100,0
Total	23	100,0	